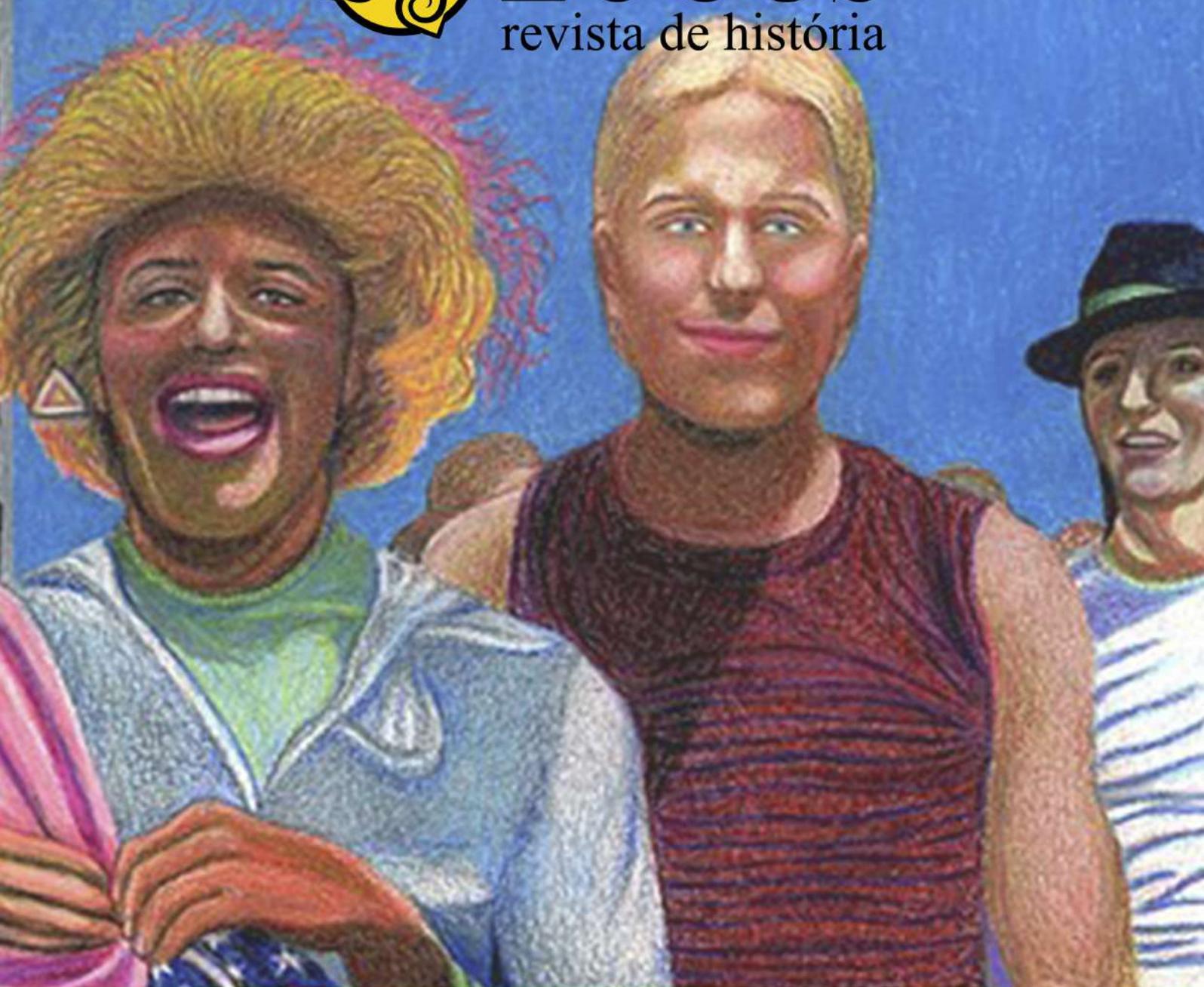


25 Anos  
Locus



**LOCUS**  
revista de história



**Dossiê:**

**Identities and sexualities hegemonic and contra-hegemonic.  
Femininities and masculinities in authoritarian times.**

**Vol 26, n. 1 (2020) e-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024**



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal de Juiz de Fora

# LOCUS

Revista de História



e-ISSN: 2594-8296

ISSN-L:1413-3024

# Equipe Editorial

## Editor

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves    
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

## Editor Assistente

Prof. Dr. Fernando Perlatto    
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

---

## Conselho Editorial

Prof. Dra. Ágnes Judit Szilágyi    
Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo    
Prof. Dr. Álvaro Garrido    
Prof. Dra. Armelle Enders    
Prof. Dra. Barbara Weinstein    
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt   
Prof. Dr. Carlos Manuel Dias Fernandes   
Prof. Dra. Cláudia Viscardi  

Prof. Dr. Ernesto Bohoslavsky    
Prof. Dra. Hebe Mattos    
Prof. Dr. James Green    
Prof. Dr. Leandro Duarte Rust    
Prof. Dra. Maraliz Christo    
Prof. Dr. Vitor Izecksohn    
Prof. Dra. Wlamyra Albuquerque  

---

## Conselho Consultivo

Prof. Dra. Alda Saúte Saíde  
Prof. Dra. Amélia Polónia  
Prof. Dra. Ana Maria  
Mauad\_  
Prof. Dra. Ana Teresa  
Marques Gonçalves  
Prof. Dra. Angela de Castro  
Gomes  
Prof. Dr. António Costa  
Pinto  
Prof. Dr. Antônio Luigi  
Negro  
Prof. Dr. Antônio  
Montenegro  
Prof. Dr. Benjamin Arthur  
Cowan  
Prof. Dr. Carlos Alberto  
Medeiros Lima  
Prof. Dr. Charles Monteiro  
Prof. Dr. Federico  
Finchelstein

Prof. Dr. Fernando Londoño  
Torres  
Prof. Dr. Francisco Javier  
Dosil Mancilla  
Prof. Dr. Gerardo Caetano  
Prof. Dra. Helena Hisako  
Toida  
Prof. Dra. Heloisa Starling  
Prof. Dr. Henrique Espada  
Lima  
Prof. Dr. Ismael Saz  
Prof. Dr. Jean Gormo  
Prof. Dr. Jens R. Hentschke  
Prof. Dr. Juan Carlos Ruiz  
Vasquez  
Prof. Dr. Juan Pan-Montojo  
Prof. Dr. Júlio Cláudio Silva  
Prof. Dr. Marcelo Casals  
Prof. Dra. Maria Dolores  
Lorenzo

Prof. Dra. Maria Inácia  
Rezola  
Prof. Dra. Maria Lígia Prado  
Prof. Dra. Marina Franco  
Prof. Dr. Mario Sznajder  
Prof. Dr. Matteo Pasetti  
Prof. Dr. Olivier Compagnon  
Prof. Dr. Pedro Ernesto  
Fagundes  
Prof. Dr. Peter Blasenheim  
Prof. Dr. Roger Griffin  
Prof. Dra. Regina Horta  
Duarte  
Prof. Dra. Solange Pereira  
Rocha  
Prof. Dra. Sônia Gomes  
Pereira  
Prof. Dr. Stefan Rinke  
Prof. Dr. Xosé Manoel Núñez  
Seixas

## Índice

Editorial	<i>Leandro Pereira Gonçalves</i>	1
Identities and sexualities hegemonic and contra-hegemonic. Femininities and masculinities in authoritarian times	<i>Sara Martín Gutiérrez, Gabriela de Lima Grecco</i>	4
Revisiting the birth of feminist theory in Brazil starting from <i>A mulher é uma degenerada</i> , by Maria Lacerda de Moura	<i>Adriana Aparecida de Figueiredo Fiuza e Simone Pinheiro Achre</i>	16
Catholicism, Modernism and women. The refeminization of the religious in the works of Norah Borges and Adalgisa Nery	<i>Laura Cabezas</i>	32
An approach for the study of the repression of women during the Franco regime starting from <i>Historia do Direito: as julgadas no Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas</i>	<i>Elisabet Velo i Fabregat</i>	54
Between tanks and scarves: domesticity and women's work in the propaganda of war in the United States (1941-1943)	<i>Sol Glik</i>	80
"The mad woman of the cats" or about how to gaslight the feminine: a study on psychological violence in the gender sphere	<i>Carlos Henrique de Lucas, Fabio de Sousa Fernandes e Diana Yoshie Takemoto</i>	99
Between divas and "men in drag": a study on bodies and performances of dissidents in Rio de Janeiro in the first half of the 20th century (1900-1950)	<i>Thiago Barcelos Soliva e João Gomes Junior</i>	123
From diaspora to nation, from home to dispersion: the queer Palestinian subjectivity	<i>Bruno Costa e Manuel Loff</i>	149
Everything is Biology is queer: subjectivation and diversity	<i>Jose Luis Ferraro</i>	172

Crise da religião e crítica à modernidade: as reflexões de Jacob Burckhardt sobre a história <i>Marcelo Durão Rodrigues da Cunha</i>	189
A Microstoria Italiana e os desafios biográficos na historiografia recente (1980-2000) <i>Deivy Carneiro</i>	211
Biografia, história e identidade. Gonçalo Gonçalves, os processos de colonização lusa nas terras guanabarrinas e identidade local <i>Rui Aniceto Nascimento Fernandes</i>	235
Transição política e formação de um partido estadual de oposição : a composição social do núcleo dirigente e o desempenho eleitoral da União Republicana (Estado do Paraná, 1890-1895) <i>Sandro Aramis Richter Gomes</i>	261
O liberalismo e o capitalismo no Portugal do século XIX: expectativas e decepções <i>Rodrigo do Prado Bittencourt</i>	288
O Estado Novo português e os estudos sobre a Reforma Administrativa (1965-1969) <i>Ana Carina Azevedo</i>	312
Taça Independência (1972): o futebol no Brasil em tempos de “milagre” <i>Bruno Duarte Rei</i>	337
Redistribuição ou Reconhecimento? Um debate entre marxismo e feminismo <i>Marta Caro Olivares</i>	364
Universidade e direitas na história recente uruguaia <i>Nicolás Dip</i>	370
Corpos de fronteira, corpos de encruzilhada. Entrevista com Iki Yos Piña Narváez <i>Gabriela de Lima Grecco e Sara Martín Gutiérrez</i>	375
Gerentes e Assistentes Editoriais	389

***Locus: 25 anos de história***

*Locus: 25 years of history*

*Locus: 25 años de historia*

*Leandro Pereira Gonçalves*  
<https://orcid.org/0000-0002-9233-1098>

2020. Um ano muito triste e difícil. Durante a elaboração deste número da *Locus: Revista de História*, uma pandemia atingiu nossa sociedade e, como se isso não fosse suficientemente avassalador, o atual governo do Brasil instaurou uma crise política. Apesar de os atuais gestores da nação defenderem o anti-intelectualismo e a aversão aos estudos acadêmicos, mantemos nossa força e resistência a favor da pesquisa e da ciência. A *Revista Locus* acredita que só conseguimos alcançar esse patamar por meio de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Apesar desse cenário, temos o que comemorar: a nossa revista completa 25 anos. Um momento importante e marcante.

A *Locus*, periódico oficial do Departamento e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, faz parte de um amplo projeto desenvolvido na década de 1990 em torno de um debate para a formalização institucional da pesquisa histórica.

Coube à professora Maraliz Christo dar o pontapé inicial em 1995 como editora daquela que hoje é uma das revistas mais respeitadas do Brasil. Na primeira edição, a saudosa professora Maria Yedda Linhares apresentou a *Locus* como uma revista de História Regional, principalmente após a criação de um núcleo com o objetivo de debater a história da Zona da Mata Mineira. Havia uma unidade em busca da consolidação, não apenas do periódico, mas do projeto de um Programa de Pós-Graduação em História, que ocorreu em 2004 com o curso de mestrado e em 2011 com o curso de doutorado.

Além da própria Maraliz, professoras e professores do Núcleo de História Regional foram fundamentais nesse momento, como Alexandre Mansur Barata, Anderson Pires, Cláudia Viscardi, Ignacio Delgado, Luiz Antônio Arantes e Mônica Ribeiro, assim como foi essencial o apoio de

vários outros membros do departamento, como Newton Barbosa de Castro, João Rodrigues, Vanda Arantes do Valle, Beatriz Domingues e Rômulo de Andrade (Delgado 2017).

Nos anos iniciais da *Locus*, a História Regional foi um caminho que conferiu unidade no Departamento de História, portanto, uma tendência nos primeiros volumes, mas com o passar dos anos, novas perspectivas acadêmicas foram implementadas, o que confere à *Locus* uma característica historiográfica ampla no campo das humanidades.

Com 25 anos, 49 números publicados e centenas de trabalhos acadêmicos, a *Locus* entra em uma nova fase. O momento é de renovação. Com isso, neste número 50, apresentamos a nova identidade visual da revista, que é resultado de um esforço coletivo do Departamento de História, que, mais uma vez, abraçou a *Locus* em busca dessa “repaginação” visual.

Uma comissão de especialistas foi montada para julgar o concurso promovido para a escolha da nova identidade, e o trabalho vencedor foi da candidata Natália Santucci. Uma artista que criou uma imagem para a *Locus* com respeito ao seu passado. Com ênfase no dourado, buscou inspiração na primeira edição e criou um logo que é a junção de elementos que simbolizam lugares e localização. Além disso, uma nova estrutura foi criada no site para facilitar o acesso e deixar a marca em destaque.

Em sequência ao trabalho, a *Locus* alcançou novos cadastros em indexadores internacionais, o que muito nos orgulha. Dessa forma, atendemos aos critérios da CAPES, comprovando a excelência da revista. E para padronizar de acordo com os índices, passamos a adotar o *Chicago Style Manual*. Para a realização de uma revista, uma equipe sólida é necessária, por isso agradeço à equipe editorial, que contribui de forma assídua no estabelecimento de pautas e diretrizes. E aqui, faço um destaque à equipe de comunicação, que investiu conhecimento e arte nas redes sociais da *Locus* no Facebook, Instagram e Twitter.<sup>1</sup>

Os 25 anos da *Locus* será marcado por dois números especiais. Nesta primeira edição, apresentamos o dossiê *Identidades e sexualidades hegemônicas e contra-hegemônicas. Feminidades e masculinidades em tempos autoritários*. No momento em que o autoritarismo e o conservadorismo marcam presença na sociedade, Gabriela de Lima Grecco (Universidad Autónoma de Madrid, Espanha) e Sara Martín Gutiérrez (Universidad de Buenos Aires, Argentina) apresentam um número repleto de discussões e possibilidades críticas sobre a questão de gênero em experiências autoritárias. Além dos oito artigos, há uma resenha relacionada ao tema e uma forte entrevista com Iki Yos Piña Narváez. Afrodescendente, diaspórica, artista transfronteiriça, ativista antirracista, intérprete e desenhista, ela possui um amplo currículo acadêmico e um sólido percurso como

---

<sup>1</sup> <https://www.facebook.com/periodicos.ufjf.locus>; <https://twitter.com/UfjfLocus>;  
<https://www.instagram.com/ufjffocus>

---

ativista trans. Completando a edição, apresentamos sete artigos da Seção Livre, que marca o fluxo contínuo da *Locus*, além de uma resenha.

O segundo número de 2020, que marca as bodas da *Locus*, está com chamada aberta até o dia 30 de junho. Com o tema *Patrimônio e relações internacionais*, será organizado pelo professor doutor Rodrigo Christofolletti (UFJF, Brasil) e pela professora doutora Maria Leonor Botelho (FLUP-CITCEM, Portugal). Visando um planejamento amplo, divulgamos as chamadas das edições de 2021 e convidamos a contribuírem.

China e EUA serão pauta da *Locus* em 2021! Há 600 anos, em 1420, Pequim tornou-se oficialmente a capital do império chinês. Inspirados nesse momento, André Bueno (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil) e Bony Schachter (Hunan University, China) convidam os interessados a submeter artigos até 21 de dezembro de 2020 para o dossiê *Visões da história chinesa*. E até 31 de março de 2021, José Pedro Zúquete (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal) faz um convite para o dossiê *O dia que mudou o mundo? O 11 de setembro 20 anos depois*.

Aproveitamos para informar que o fluxo de recebimento de artigos livres é contínuo. Acompanhem as nossas redes sociais e atualizações no site. Agradeço a todos os colegas que contribuíram com o crescimento da *Locus* e aqueles que querem o fortalecimento do periódico como uma revista de alcance ainda maior no cenário internacional. Muito obrigado a todos os pesquisadores que estiveram envolvidos nesta edição, que, ao lado da equipe editorial, apresenta ao público acadêmico uma edição de qualidade, seguindo a tradição consolidada nos últimos 25 anos!

Boa leitura e vida longa à *Locus*!

### Referência bibliográfica

Delgado, Ignacio José Godinho. *Duas evocações: ciência e política*. Juiz de Fora: ClioEdel Edições Eletrônicas, 2017.

**Identidades y sexualidades hegemónicas y contrahegemónicas.  
Feminidades y masculinidades en tiempos autoritarios\***

*Identidades e sexualidades hegemônicas e contra-hegemônicas. Feminidades e masculinidades em tempos autoritários*

*Hegemonic and counter-hegemonic identities and sexualities. Feminities and masculinities in authoritarian times*

Sara Martín Gutiérrez\*\*  
<https://orcid.org/0000-0002-2064-8301>

Gabriela de Lima Grecco\*\*\*  
<https://orcid.org/0000-0002-7137-5251>

El artículo de la historiadora Joan Scott, *El género una categoría útil para el análisis histórico*, supuso un importante marco interpretativo en la disciplina de la Historia al abordar la categoría de género como una construcción sociocultural. Esta interpretación implica que las diferencias de

---

\* Este texto forma parte de una investigación financiada por la Comunidad de Madrid en el marco de las Ayudas destinadas a la Atracción de Talento Investigador y del Proyecto de I+D para Jóvenes Investigadores de la Universidad Autónoma de Madrid, *Las relaciones de las dictaduras europeas y latinoamericanas en clave transnacional: entendimiento, rivalidades y conexiones con los Estados democráticos (1930's 1980's)* (Referencia SI1/PJI/2019-00257). Asimismo, el artículo ha sido realizado en el marco del Programa Postdoctoral en Ciencias Humanas y Sociales de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires y con la financiación de una beca interna postdoctoral de CONICET.

\*\* Doctora en Historia Contemporánea por la Universidad Complutense de Madrid con mención europea por la Università degli Studi di Firenze (2017). Actualmente desarrolla sus investigaciones postdoctorales gracias a una beca del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) en Argentina, vinculada al Instituto de Investigaciones en Estudios de Género de la Universidad de Buenos Aires. Es miembro fundadora del Grupo Kollontai. Espacio de debate teórico-práctico: Las mujeres en la historia, con sede en el Instituto de Investigaciones Feministas de la Universidad Complutense de Madrid. Este trabajo se inscribe en el marco del Programa Postdoctoral en Ciencias Sociales y Humanas que desarrolla en la Universidad de Buenos Aires (UBA). E-mail: sarmar02@ucm.es

\*\*\* Doctora en Historia Contemporánea en la Universidad Autónoma de Madrid (UAM). Actualmente es docente e investigadora (contrato Atracción de Talento Investigador- Comunidad de Madrid) en el Departamento de Historia Contemporánea UAM. Es Investigadora Principal del Proyecto *Las relaciones de las dictaduras europeas y latinoamericanas en clave transnacional: entendimiento, rivalidades y conexiones con los Estados democráticos -1930's 1980's* (Referencia SI1/PJI/2019- 00257). Es autora de la obra *Literary Censorship in Francisco Franco's Spain and Getulio Vargas' Brazil, 1936–1945: Burning Books, Awarding Writers* (Sussex Academic Press, 2020). E-mail: gabriela.lima@uam.es

género no son “naturales” según el sexo biológico, sino que tienen un carácter mutable y no fijo y, por lo tanto, son fenómenos histórico-culturales. Dicha visión, que rechaza la idea determinista y biologicista del género, significó un giro radical en las interpretaciones de las ciencias humanas y sociales en el Occidente. No obstante, desde diferentes latitudes del mundo, varios/as teóricos/as han profundizado y complejizado el concepto de género desde miradas interseccionales gracias a los aportes de las feministas negras y a partir de epistemologías procedentes *del Sur*. Con la pregunta realizada por la teórica india del Grupo de Estudios Subalternos, Gayatri Chakravorty Spivak, en *¿Puede hablar el subalterno/a?*, la teoría postcolonial llevó a cabo una profunda crítica a la permanencia de un único sujeto con voz, a la invisibilización y a la construcción de las representaciones de la otredad desde Occidente. En este sentido, el feminismo postcolonial ha sido importante para resaltar la naturaleza compleja de las identidades y, en consecuencia, ha logrado rechazar la noción de que el género es una categoría universal y homogénea.

Los feminismos postcoloniales desafiaron las bases etnocéntricas de los feminismos occidentales y cuestionaron su supuesta neutralidad, su carácter universalizador, y su poder de representación y de creación de identidades (Landaluze y Espel 2015, p.36). Más recientemente, surgieron las teorías decoloniales en América Latina, cuyo enfoque se relaciona con la herencia colonial que se instala en América a partir de 1492 y que está conectada con el pensamiento, filosofía y teoría latinoamericana, La decolonialidad rompe así con las tradiciones modernas y occidentales, con el eurocentrismo. Es aquí donde emergen los saberes y epistemologías comunitarias, indígenas, afros, populares urbanos en el centro (Espinosa Miñoso 2014). Las diferencias en el acceso al conocimiento y a los espacios de debate de dichas universidades marcan también una diferencia fundamental entre decoloniales y postcoloniales. Así todo, la fecha de 1492 es considerada el punto de partida fundamental, pues es desde esta temporalidad que se construye la superioridad epistémica y política de Occidente sobre el resto del mundo, aunque, desde “lo decolonial” se invitará a poner América en el centro a partir de los trabajos del peruano Aníbal Quijano (Bidaseca et.al 2016, p. 199).

Desde las teorías feministas que han roto con la matriz colonial destaca la argentina María Lugones, quien ha propuesto el concepto de *colonialidad del género*<sup>1</sup>. De la mano del enfoque de la interseccionalidad, se busca interpelar las teorías decoloniales desde los feminismos y poner en el centro el cuestionamiento de la lógica opresiva de la modernidad colonial al desvelar la organización

---

<sup>1</sup> Denota la influencia que Aníbal Quijano ejerció en el territorio latinoamericano gracias a su trabajo pionero donde expuso el concepto de *colonialidad del poder*. Si bien en este trabajo publicado a comienzos de los noventa no puso a dialogar a los estudios de género con esta teorización a propósito de la herencia colonialidad, este aspecto sí que ha sido desarrollado por teóricas como María Lugones, Rita Segato o Breny Mendoza.

---

biológica dimórfica y heteropatriarcal de las relaciones sociales (Lugones 2010). Como ha señalado Karina Bidaseca, “la alteridad se realiza en lo femenino”, es decir, la forma en la cual los cuerpos femeninos de las latitudes de América del Sur han sido vistos como territorio de conquista (2014, p. 587). El feminismo decolonial pretende construir otro horizonte de sentido histórico, es decir, realizar una relectura de la historia con nuevas temporalidades y desde las múltiples miradas, categorías, epistemologías y cosmovisiones construidas por las mujeres de la región, otras formas de resistencia o transgresión de las estructuras del coloniaje. De esta forma, las mujeres indígenas —o más bien las “feministas desde Abya Yala”<sup>2</sup> y las antipatriarcales— proponen epistemologías que parten de la cosmovisión de los pueblos originarios también modificadas por las construcciones sociohistóricas patriarcales que llegaron con el coloniaje, a las que buscan combatir al interior de sus comunidades. También en este camino se sitúan las feministas afrodiáspóricas que pretenden *ennegrecer* el feminismo al mostrar el peso de la raza, así como la visibilización de sus conocimientos ancestrales y de sus epistemologías<sup>3</sup>.

A partir esas nuevas miradas desde los estudios de género también se han abierto posibilidades para la teorización sobre masculinidad(es), en especial en aquellas cuestiones referidas a conceptos como la sexualidad o la normalidad (Simón Alegre 2014). Las masculinidad(es) pueden ser entendidas como una construcción sociocultural que comprende una serie de valores, creencias, actitudes, comportamientos, conductas, lenguajes, deseos, subjetividades, las cuales son configuradas a través de discursos y representaciones culturales socialmente legitimados y constantemente negociados en un tiempo y en un contexto cultural específico (De Martino Bermúdez, 2013). En definitiva, se trata de comprender la forma en la cual las masculinidades funcionan en las diferentes facetas de la vida a partir de las tres esferas que define R.W Connell: productiva, poder y *catbesis*. Es decir, en primer lugar una división sexual del trabajo configurada en torno a la estratificación del trabajo productivo según las relaciones de género; en segundo lugar, el poder que ha configurado la dominación de los hombres sobre las mujeres con el patriarcado histórico, y, en último lugar, la *catbesis*, que se refiere a la emocionalidad, la construcción social del deseo. Los modelos de género contenidos en las representaciones culturales en cualquier etapa y tiempo histórico moldean o afectan todas las áreas vitales de las personas.

---

<sup>2</sup> Ver: Gargallo, Francesca. *Feminismos desde Abya Yala. Ideas y Proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en Nuestra América*. Editorial Corte y Confección: México, 2014; Miñoso, Yuderlys Espinosa (coord.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, Epistemología y Apuestas Decoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

<sup>3</sup> Según Aura Cumes, “No parece ser nada nuevo el que se cuestione el uso de la categoría de género y feminismo como occidentales y, de esa forma, se ponga en entredicho su uso”. En este sentido, el concepto de género pareciera generar menos tensiones entre las voces indígenas que el vocablo feminista (Cumes 2009, 37).

---

En este sentido, de acuerdo con R. W. Connell (2005), el género pasa a ser comprendido como una forma de expresión de las estructuras, dentro de un sistema que limita y define las múltiples feminidades/masculinidades. De esta forma, los abordajes sobre masculinidades buscan subrayar la complejidad de las construcciones sobre masculinidad y feminidad, puesto que el sistema de género “involves male/male and female/female relations as well as male/female” (Connell y Pearse 2014, p. 69). De la misma forma pensamos, siguiendo a Scott, que aquello que discursivamente o por medio de representaciones se construye sobre las mujeres sirve a su vez como información para el colectivo de las identidades “hombre”, en tanto se influyen mutuamente (Ayala-Carrillo 2007, p. 741). Así, masculinidad y feminidad se construyen en constante diálogo como potenciales de identidad colectiva, percibidas en términos de relaciones de poder, las cuales pueden ser complejizadas desde el enfoque interseccional de género, clase, raza, sexualidades, edad, etc. Asimismo, en la cultura occidental, donde la visión es el sentido privilegiado (*Oculocentrismo*), el cuerpo tiene una importancia decisiva en la construcción del género. Así para Connell (1995, p. 53), “the physical sense of maleness and femaleness is central to the cultural interpretation of gender”. La teórica nigeriana Oyèrónké Oyewùmí (2005) señala que la cultura occidental se ha construido en base a dicotomías: público/privado, visible/invisible, civilizado/bárbaro, naturaleza/cultura, hombre/mujer. Sin embargo, en otras sociedades, como en la cultura Yorùbá, se han privilegiado otros sentidos más allá de lo visual y, lógicamente, las construcciones de género son distintas o incluso pueden no existir como tales.

Otro enfoque que posibilitó una de las mayores renovaciones teóricas en los estudios feministas es la llamada teoría *Queer*. En el idioma inglés, la palabra *queer* significa extraño y anormal. Esta palabra se usó durante muchos años como una forma peyorativa para referirse a los homosexuales, y luego fue reemplazada por la palabra *gay*. Sin embargo, en la década de los años noventa la palabra *queer* fue resignificada por los movimientos de liberación sexual y pasó a tener una connotación política. La feminista Teresa de Laurentis fue la primera persona en utilizar el término en la Academia, lo que posibilitó cuestionar las normas heterosexistas en las investigaciones.

La llamada teoría *queer* es producto del cuestionamiento sobre la categoría *mujer* basado en una referencia genital, y por ello busca incluir en las discusiones filosóficas la sexualidad, las identidades de género y la construcción sociocultural del deseo. Con la inclusión del enfoque *queer*, las lentes violetas son ampliadas al criticar la heterosexualidad y la cis-normatividad. Entre sus teóricas/os más conocidas/os se encuentra Judith Butler, quien explora las diversas formas de expresión de la sexualidad. Para Butler (2018), los discursos heteronormativos y falocéntricos han disciplinado milenariamente a los cuerpos, obligando a varones y mujeres a jugar papeles

---

predefinidos de varón/mujer. En este sentido, los individuos *performan* el género para intentar conformarlo en el ideal cisheteronormativo. Por ello, sostiene que el proyecto político del feminismo debe tener como objetivo central la deconstrucción del binarismo sexo-género.

Dentro de los estudios sobre sexualidad encontramos también diversas teóricas decoloniales, como Ochy Curiel con su trabajo *La nación heterosexual* (2013), en el que critica el sistema cisheteropatriarcal como un régimen político. Las teóricas bolivianas Adriana Guzmán y Julieta Paredes (2014, 37-38) del feminismo comunitario, también señalan la importancia de las “relaciones lésbicas como parte de la resistencia a la norma heterosexual”. En este sentido son también valiosos los trabajos de la socióloga Leticia Sabsay sobre teoría *queer* y sexualidad, los cuales precisamente proponen esta interseccionalidad para pensar políticas sexuales que discutan los marcos liberales (Sabsay 2011). Sin embargo, critican la teoría *queer*, y especialmente las aportaciones de Judith Butler, por rechazar la existencia del sujeto mujer, ya que defienden que el patriarcado es el origen de todas las opresiones y que éste es construido *sobre el cuerpo de las mujeres*. Por otra parte, otras teóricas como Iki Yos Piña Narváez u Oyèrónké Oyewù mí plantean el binarismo de género y la construcción de los cuerpos como una imposición colonial. Para Yos Piña, el concepto *queer* es una categoría neocolonial y apropiada desde la blanquitud académica (Piña 2017, p. 38). Así, la “*queer normativity* forma parte de la producción de poderes epistémicos y silencios que soportan la autoridad de la supremacía blanca” (Piña 2017, p. 43), pues excluyen los cuerpos no binarios desde otras culturas y cosmologías como la de los Orishas o las de la cosmopolítica Yoruba.

De esta forma, a partir de este bagaje teórico plural y en constante reelaboración, el presente dossier se propone indagar en los aportes derivados del estudio de las masculinidades y de las feminidades que pervivieron en el marco del autoritarismo -en sus diversas estructuras de control, represión y poder- durante los siglos XIX, XX y XXI. Se pretende esclarecer qué ha significado ser hombre y ser mujer y qué visión se ha naturalizado de la “masculinidad” y “feminidad” en diferentes periodos, así como de los individuos disidentes sexuales en contextos de persecución y de autoritarismo. Siendo las relaciones de género un ingrediente central de los discursos y proyectos de Estado, la aspiración de promover un ideal normativo de masculinidad y feminidad hegemónicas configura un orden de género determinado en diversos contextos. Sin embargo, también es interesante señalar que tantos los gobiernos democráticos, como los estados europeos, latinoamericanos, israelí, estadounidense, entre otros, fueron y siguen siendo extremadamente autoritarios en cuanto a sus formulaciones de género desde una matriz colonial, patriarcal y blancocéntrica.

---

Por otra parte, la historiadora Inmaculada Blasco (2010) señala la importancia de observar más allá de la sumisión y relativizar la eficacia de los discursos de género con el fin de no aceptar como dato incuestionable la ausencia de autonomía de conciencia y la agencia e identidad de los sujetos históricos. En este sentido, el propósito del dossier *Identidades y sexualidades hegemónicas y contrahegemónicas. Feminidades y masculinidades en tiempos autoritarios* se encuentra en la exploración de las identidades y subjetividades que emergieron bajo diferentes contextos históricos y político-sociales, dando especial importancia a las transformaciones que acontecieron bajo estructuras autoritarias. Son de especial importancia los trabajos que van más allá de los discursos hegemónicos y la interiorización de los mismos. Por ello, son importantes los análisis de procesos y prácticas “desde abajo”; es decir, las experiencias de los sujetos subalternos, la posibilidad de construcción de identidades no-hegemónicas y las contribuciones anti-discursivas que resistieron y negociaron con los “de arriba”, prestando especial atención a las distintas formas de resistencia y agencia que se formulan/formularon desde la subalternidad<sup>4</sup>. En este sentido partimos de los postulados abiertos por las narrativas de la *history from below* (Bhattacharya 1983).

El presente dossier está compuesto por ocho artículos, una entrevista y una reseña. El primer artículo de las autoras Adriana Fiuza y Simone Achre, *Revisitando o nascimento da teoria feminista no Brasil a partir de “A mulher é uma degenerada?” de Maria Lacerda de Moura*, trata sobre una figura emblemática del anarcofeminismo brasileño, la teórica Maria Lacerda de Moura. Dicho texto analiza, de manera somera, la biografía de la autora y el contexto del feminismo occidental para luego analizar más detalladamente el pensamiento de Moura por medio de la obra *A mulher é uma degenerada?*. Por una parte, la autora es sumamente crítica con la Iglesia Católica, pues pensaba que dicha institución contribuya al mantenimiento del patriarcado y, en consecuencia, a la sumisión de las mujeres a través de narrativas cristianas como la culpa del “pecado original” o el ideal de pureza de María. Por otra parte, aboga por una educación liberadora como elemento clave de la emancipación y autonomía de las mujeres. Maria Lacerda de Moura critica a las sufragistas por no incluir en su agenda las especificidades de las demandas político-sociales de las obreras y las mujeres negras. Pese a la gran importancia de sus aportaciones teóricas y políticas, Moura es una figura prácticamente olvidada en la historia de Brasil e, incluso, en el feminismo brasileño.

En el segundo texto, *Catolicismo, Vanguardia y mujeres. La refemenización de lo religioso en las obras de Norah Borges y Adalgisa Nery*, Laura Cabezas analiza las trayectorias de la artista plástica argentina, Norah Borges, y de la poeta brasileña Adalgisa Nery dentro de un contexto cultural latinoamericano

---

<sup>4</sup> Una genealogía de este concepto desde Gramsci a Spivak desde la mirada de teóricas feministas latinoamericanas en Hernández (2013).

---

que define como de “refeminización de la religión”. Se trata de una aportación circunscrita más a la historia del arte, donde su autora se pregunta por los límites de la dimensión religiosa en la construcción de las identidades plásticas de estas artistas a través de la contraposición fe y modernidad. Más allá, Laura Cabezas trata en sus líneas, a partir de un lenguaje mucho más literario a lo que los artículos académicos acostumbran, a vislumbrar un territorio que Borges y Nery tratan de habitar —donde aparentemente muestran u ocultan su sexualidad— en sus respectivos contextos de cultura vanguardista. Para ello en su relato enfatiza en aspectos biográficos de la vida personal de ambas y en sus primeras incursiones en los mundos de la cultura y del arte. La religión se refleja en la obra artística de ambas y sirve para poner de manifiesto la importancia del aspecto espiritual en la reconfiguración social latinoamericana de su tiempo, por ejemplo, en la construcción de los cuerpos femeninos desde la pintura en connivencia con los códigos de feminidad que redefinen cuáles son las “cualidades femeninas”. A partir de un marco teórico donde se pone en relevancia el *tomismo* y los aportes filosóficos de Jacques Maritain, François Mauriac y Reginald Garrigou Lagrange, la investigadora muestra cómo el catolicismo se inserta en los lenguajes modernos del arte y la literatura. De la misma manera, va a desengranar en su artículo de qué forma se construye una creencia religiosa *por fuera* de los límites de la emoción, y cómo se coloca en el centro de la racionalidad o pensamiento. De esta forma traza una línea con aquellas investigaciones contemporáneas que han cuestionado las tesis de la feminización de la religión, y señala que gran parte de la tarea de la intelectualidad católica residió en devolver “el razonamiento” a la religión.

El texto de Elisabet Velo i Fabregat, *Un abordaje para el estudio de la represión sobre las mujeres durante el franquismo desde historia del derecho: las juzgadas en el Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas*, busca resolver preguntas más profundas acerca de las políticas de género que se mantuvieron vigentes durante la dictadura de Francisco Franco en España. Su autora se pregunta cómo ha recaído históricamente la ley sobre las mujeres y cuáles han sido las formas y métodos para su condena o absolución desde el punto de vista de la jurisdicción. En este sentido, el trabajo de Velo i Fabregat indaga en cómo las construcciones de feminidad sirvieron de pretexto para condenar políticamente a aquellas que se atrevieron a resistir dichos modelos de género. A través de un ejercicio de historia local, centrado en el caso de Catalunya, la autora indaga en varios expedientes jurídicos para confirmar dicha hipótesis y resolver una pregunta mayor ¿De qué se acusa o absuelve a las mujeres? En los expedientes analizados, su autora va a reflejar cómo operan las nociones de maternidad, familia y conducta moral en los testimonios de acusación y defensa de las mujeres. También va a reflejar cómo la violencia política, jurídica y económica acaban siendo un instrumento más para garantizar un ordenamiento de género en el franquismo, concretamente a través de la Ley de Responsabilidades Políticas de 1939.

---

El cuarto artículo *Entre tanques y pañuelos: domesticidad y trabajo femenino en los posters de guerra del gobierno estadounidense (1941-1943)* ha sido elaborado por Sol Glik. En él la investigadora indaga desde una perspectiva de género en el rol de las construcciones de feminidad en la cartelería, concretamente a través de representaciones iconográficas, entre ellas, la emblemática imagen del pañuelo de Rosie y los significados que éstas adquieren en determinados momentos históricos como la segunda guerra mundial. Es a través de las fuentes iconográficas “sexuadas” donde, señala su autora, los regímenes autoritarios, encuentran formas de ejercer el control y disciplinar a la sociedad, pero también de fomentar una serie de comportamientos deseables entre la población, en especial, entre las mujeres. Sol Glick va a presentar en su relato narrativo diferentes análisis de carteles que se difundieron en los Estados Unidos durante la Segunda Guerra Mundial con el propósito de movilizar a las mujeres hacia actividades históricamente asociadas al arquetipo masculino de proveedor, mientras se perpetúan ciertas nociones de feminidad clásicas de la etapa contemporánea. Glik combina algunos carteles de propaganda oficial junto a otros de publicidades más comerciales para reflejar una vida cotidiana que cada vez más se acerca a la sociedad de consumo, atravesada por los valores del *American Way of Life*, con las necesidades de un contexto bélico.

Contamos también con el artículo de Fabio de Sousa Fernandes, Carlos Henrique de Lucas y Diana Yoshie Takemoto, titulado “*A louca dos gatos*” ou sobre como gaslaitear o feminino: um estudo sobre a violência psicológica no âmbito do gênero. A partir de una metodología que dialoga con los estudios *Queer* y la perspectiva feminista posestructuralista, el artículo explora el fenómeno social del *gaslighting* (expresión en inglés cuyo sentido se refiere a modos de violencia psicológica hacia las mujeres). Lxs autores analizan ejemplos concretos de *gaslighting* conectados al mito de “la loca de los gatos” (alegoría representativa de retórica sexista), a través de una protagonista de los Simpsons o de imágenes periodísticas de la canciller alemana Angela Merkel y de la ex-presidenta de Brasil, Dilma Rousseff. La novedad del artículo reside en su aportación teórico-metodológica al introducir en los estudios feministas el *gaslighting* como concepto analítico. Éste contribuye a un examen más detallado respecto de las construcciones sociales o discursivas violentas y estereotipadas en relación a las mujeres en los sistemas patriarcales y heteronormativos.

Los autores João Gomes Junior y Thiago Barcelos Solival presentan en su texto *Entre vedetes e “Homens em Travesti”*. Um estudo sobre corpos e performances dissidentes no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX (1900-1950) un examen sobre las prácticas resistentes de individuos cuyas identidades de género y sexuales no-hegemónicas hicieron frente al sistema heteronormativo y patriarcal carioca durante las primeras décadas del siglo XX. Tras un análisis teórico e histórico —a partir especialmente de Foucault, su historia de la sexualidad y la tríada histórico-discursiva de lo religioso,

---

lo médico y lo policial— lxs autores llevan a cabo un estudio sobre prácticas resistentes de sujetxs disidentes de género en los albores del republicanismo brasileño. Asimismo, analizan un modelo de experiencia único, el *Teatro de Revista*, el cual se conformó como un espacio de sociabilidad, de creación de vínculos y como canal de resistencias tanto discursivas, culturales como performáticas para burlar los padrones burgueses y heteronormativos durante la primera mitad del siglo XX en la ciudad de Río de Janeiro.

En el texto *Da diáspora à nação, de casa à dispersão: a subjetividade queer palestina*, los autores Bruno Costa y Manuel Loff analizan la construcción de una masculinidad hegemónica judía (*Muskeljude*) —que se identifica y se aproxima al varón blanco europeo, construido a imagen y semejanza de un Occidente moderno—, la cual a la vez se erige en contraposición a los judíos *mizrahim* —identificados con el Oriente premoderno, “bárbaro” y “feminizado”—. A los *mizrahim*, por lo tanto, se les impone una masculinidad subalterna y son vistos como una amenaza a la misión “civilizadora moderna” judío-occidental. De ahí que se refuerce la creación de un “Otro” subalterno, el palestino, no reconocido como sujeto en la ocupación colonial sionista. Por otra parte, al identificarse como un país excepcional en el Medio Oriente en cuanto a la defensa de los derechos de las minorías sexuales, Israel permite el despliegue de un proceso de colonización de las sexualidades disidentes desde una óptica de “homonacionalismo”. El palestino, así, es identificado, además de bárbaro e incivilizado, como homofóbico, en un intento del Estado de Israel de domesticar las sexualidades disidentes y fortalecer las dicotomías entre civilizados/bárbaros. Desde un análisis muy novedoso, los autores examinan cómo la subjetividad *queer* palestina pasa a entrar en el proyecto colonizador sionista.

El octavo artículo de este dossier, titulado *Toda Biología é queer*, del autor José Luis Ferraro, trabaja las identidades de género desde una perspectiva de las ciencias biológicas. Para ello, parte de diversas teorías, como las de Michel Foucault, Judith Butler o Jacques Derrida. Su principal objetivo es problematizar las identidades sexuales *queer* y abogar por la participación desde una mirada inclusiva de la Biología en las luchas de la comunidad LGTBI. Para el autor, la biología, cuyo elemento esencial es la biodiversidad, no debe ser instrumentalizada negativamente, sino a partir de su *positividad* y *potencialidad*, es decir, la diversidad inherente a la Biología. Por ello, Ferraro sostiene que hay que subvertir la lógica heteronormativa y patriarcal inculcada en los argumentos biologicistas, puesto que estos son transformados en *regímenes de verdad* e incluso en políticas de gobierno, ejemplificado en la falacia argumentativa de la “ideología de género”. En este sentido, el autor argumenta en favor de una Biología que contribuya a la deconstrucción del binarismo sexual y de género y, por lo tanto, a la liberación de las identidades y sexualidades no-hegemónicas, puesto que “toda Biología es *queer*”.

---

Para cerrar el dossier presentamos la entrevista de Iki Yos Piña Narváez. La activista e investigadora trans nos abre una puerta para conocer de cerca cómo el conocimiento hegemónico blanco, heteropatriarcal, condena al ostracismo a las subjetividades e identidades disidentes a uno y otro lado de la orilla. Las políticas migratorias, la herencia colonial y la opresión interseccional son algunas de las realidades que atraviesan la identidad y corporalidad de Iki Yos, su nombre escogido, Piña Narváez. Su historia de vida, de exilio, migración, ruptura, sanación y reconfiguración constante de una identidad en la subalternidad en el mundo actual, es tan solo, como ella apunta, un reflejo de las puntas de lanzas de un sistema de múltiples opresiones (patriarcales, capitalistas, extractivistas, coloniales, raciales, cis-heterosexuales) histórico. Así, a través de sus experiencias conecta y evoca la trayectoria de un linaje ancestral que ha sufrido desde 1492 múltiples violencias, pero también, que ha sabido tejer una serie de *tecnologías de escape* para construir una resistencia histórica. Iki Yos nos muestra como, en tiempos de vorágine y autoritarismo, recuperar su sabiduría y epistemología de escape, anticolonial, es una forma de lucha, de (re)conocimiento de estrategias políticas para hacer frente a un sistema que promueve la *social death* de los colectivos subalternos y marginados de la sociedad. La *Ley de Extranjería* española, las leyes de identidad de género o los procesos de hormonación de las disidencias sexuales son algunas de las cuestiones que pone sobre la mesa Yos, visibilizando los privilegios, los de aquellos y aquellas que pertenecen, frente a la falta de derechos, especialmente de quienes se sitúan *por fuera* de los bordes.

Finalmente, este dossier se cierra con la reseña de *Redistribuição ou Reconhecimento? Um debate entre marxismo e feminismo*, elaborada por Marta Caro Olivares. En ella, se presenta un pequeño estudio del título *¿Reconocimiento o redistribución? Un debate entre marxismo y Feminismo* publicado por Judith Butler y Nancy Fraser, editado por la editorial Traficantes de Sueños. Caro Olivares repasa los debates filosóficos acerca de la modernidad que Butler y Fraser han mantenido desde el año 2000, mientras indaga en las articulaciones de algunos feminismos y en la persecución colonial que sufren las disidencias sexuales y raciales en los tiempos del capitalismo. Los acosamientos a los cuerpos trans y el binarismo sexo-género son algunos de los debates que Caro destaca del entramado teórico de estas referentes de los estudios de género y las posibilidades que surgen tras incorporar los enfoques decoloniales y postcoloniales en las investigaciones.

¡Les deseamos una excelente lectura!

### Referencias bibliográficas

Ayala-Carrillo, María del Rosario. "Masculinidades en el campo", *Ra Ximhai*, v. 3, n. 3, 2007, p. 739-761. <https://doi.org/10.35197/rx.03.03.2007.14.ma>

---

- Bhattacharya, Sabyasachi. "History from below", *Social Scientist*, v. 11, n. 4, 1983, p. 3-20.  
<https://doi.org/10.2307/3517020>
- Bidaseca, Karina. Presentación del dossier "Cartografías decoloniales de los feminismos del sur", *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(2): 304, maio-agosto/2014, p. 585-591.  
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000200011>
- Bidaseca, Karina, et. al. "La articulación entre raza, género y clase a partir de Aníbal Quijano. Diálogos interdisciplinarios y lecturas desde el feminismo", *Papeles de Trabajo: la revista electrónica del IDAES*, v.10, n.18, 2016, p. 195-218.
- Blasco, Inmaculada. "Introducción del Dossier Mujeres y religiones. Desafíos para el feminismo actual". *Clepsydra*, 9, 2010, p. 11-17.
- Butler, Judith. *El género en disputa*. Barcelona: Paidós, 2018.
- Connell, Raewyn. *Masculinities*, Los Angeles, University of California Press, 2005.
- Connell, Raewyn y Pearse, Rebecca. *Gender: In World Perspective*, Cambridge, Polity Press, 2014.
- Cumes, Aura. "Multiculturalismo, género y feminismos: Mujeres diversas, luchas complejas", en Andrea Pequeño (ed.). *Participación y políticas de mujeres indígenas en contextos latinoamericanos recientes*. Quito: Flacso, 2009, p. 29-52.
- Curiel, Ochy. *La nación heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Brecha Lésbica y en la frontera, 2013.
- De Martino Bermúdez, Mónica. "Connell y el concepto de masculinidades hegemónicas: notas críticas desde la obra de Pierre Bour-dieu", *Estudios Feministas*, Florianópolis, 21(1), 2013, 424.  
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100015>
- Espinosa Miñoso, Yuderkys. *Feminismo decolonial: Una ruptura con la visión hegemónica, eurocéntrica, racista y burguesa*. Entrevista a Yuderkys Espinosa Miñoso publicada en Iberoamérica Social, 3 de diciembre de 2014.
- Gargallo, Francesca. *Feminismos desde Abya Yala. Ideas y Proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en Nuestra América*. México: Editorial Corte y Confección, 2014.
- Guzmán, Adriana y Paredes, Julieta. *El tejido de la rebeldía. ¿Qué es el feminismo comunitario?*. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2013.
- Hernández, Graciela Beatriz. *Subalternidad y prácticas desde la subalternidad*. Tucumán: Centro de Estudios Históricos Interdisciplinarios sobre las Mujeres; Facultad de Filosofía y Letras; Universidad Nacional de Tucumán. Argentina, 2013.
- Landaluze, Iker Ziron y Espel, Leire Idarraga. "Los feminismos africanos. Las mujeres africanas en sus propios términos", *Relaciones Internacionales*, Número 27, 2015, 35-54.
- Lugones, Maria. "Towards a decolonial feminist". *Hypatia*, 25(4), 2010, 742- 759.  
<https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2010.01137.x>
- Miñoso, Yuderkys Espinosa (coord.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, Epistemología y Apuestas Descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.
- Oyewùmí, Oyèrónké. "Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects". In: Oyewùmí, Oyèrónké (ed.). *African gender studies a reader*. New York: Palgrave, 3-22.  
[https://doi.org/10.1007/978-1-137-09009-6\\_1](https://doi.org/10.1007/978-1-137-09009-6_1)
- Piña Naraváez, Yos et al. *No existe sexo sin racialización*. Madrid: Colectivo Ayllu Matadero Centro De Residencias Art, 2017.
-

Sabsay, Leticia. *Fronteras Sexuales. Espacio Urbano, Cuerpos y Ciudadanía*. Buenos Aires: Paidós, 2011.

Simón Alegre, Ana. Introducción al dossier: “Narraciones de masculinidad(es)”, *Prisma Social. Revista de ciencias sociales*, n. 13, 2014.

Dossiê: Identidades e sexualidades hegemônicas e contra-hegemônicas. Feminidades e masculinidades em tempos autoritários

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.30004>

**Revisitando o nascimento da teoria feminista no Brasil a partir de *A mulher é uma degenerada*, de Maria Lacerda de Moura**

*Revisiting the creation of the feminist theory in Brazil through *A mulher é uma degenerada*, by Maria Lacerda de Moura*

*Revisitando el nacimiento de la teoría feminista en Brasil desde *A mulher é uma degenerada*, de Maria Lacerda de Moura*

*Adriana Aparecida de Figueiredo Fiuza\**  
<https://orcid.org/0000-0002-8667-4756>

*Simone Pinheiro Achre\*\**  
<https://orcid.org/0000-0002-7794-0186>

---

\* Professora Associada de Literatura do Colegiado e do Programa de Pós-Graduação em Letras – Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutora e Mestre em Literatura pela Unesp-Assis/SP. É autora do livro *Releituras da história franquista nos romances Galíndez e Autobiografía del general Franco, de Manuel Vázquez Montalbán* (2014) pelo selo Cultura Acadêmica da Editora da UNESP e co-autora da publicação *Escrituras de autoria feminina e identidades ibero-americanas* (2020) pela Editora da Universidad Autónoma de Madrid e Editora Autografia. É membro dos grupos de pesquisas Narrativas Estrangeiras Modernas da UNESP-Assis/SP e Confluências da Ficção, História e Memória na Literatura e nas Diversas Linguagens da UNIOESTE. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura e Teoria Literária, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura de autoria feminina, Literatura Espanhola e Literatura Latino-americana Contemporâneas; Literatura, História e Memória. E-mail: [adrifuza@yahoo.com.br](mailto:adrifuza@yahoo.com.br)

\*\* Doutoranda em Letras - Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Graduada em Letras- Licenciatura Português/Espanhol pela Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus- Realeza/Paraná (UFFS). Pós-graduada em Educação do Campo pela Faculdade São Braz. É coautora dos livros *Reflexões e Ações no Ensino de leitura e de literatura literária* (2019) pela Editora Bordô-Grená e *Leituras e Releituras: aspectos literários e linguísticos* pela Editora Mares. Atuou como professora de Língua Espanhola na UFFS. É membro do grupo de pesquisa Confluências da Ficção, História e Memória na Literatura e nas Diversas Linguagens da UNIOESTE. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Espanhola e Língua Portuguesa. É professora na Educação Infantil e membro da diretoria da Associação de Professores de Espanhol do Estado do Paraná. E-mail: [simone\\_achre@yahoo.com](mailto:simone_achre@yahoo.com)

RESUMO: Uma das grandes expoentes das teorias do feminismo é Maria Lacerda de Moura. Por meio de seus textos é possível entender a condição das mulheres no Brasil no século XX e quais são as ações necessárias para a libertação das amarras do patriarcado. Esses aspectos podem ser lidos em *A Mulher é uma degenerada* (1924). O objetivo do artigo é analisar a obra, percebendo a visão da autora quanto ao papel da mulher e de como o resgate de sua obra contribui para a discussão acerca do nascimento e da memória do movimento feminista no país. O suporte teórico está centrado em estudos de Walter Benjamin e Michel Foucault, entre outros. Esse trabalho se justifica dada a necessidade de rever a história e demonstrar os silenciamentos no discurso oficial, pois se percebe que a luta pela emancipação da mulher tem o seu surgimento muito antes da década de 1970, uma vez que nos anos 20 do século passado Maria Lacerda de Moura, desde uma perspectiva anarquista, já levantava a bandeira da emancipação feminina e da luta por direitos igualitários entre homens e mulheres. Acredita-se que ao se revisitar a teoria feminista contribui-se para a formação de uma memória nacional sobre a luta por direitos das mulheres.

Palavras-chave: Feminismos. História e Literatura. Maria Lacerda de Moura.

ABSTRACT: One of the greatest representatives of the feminist literary criticism is Maria Lacerda de Moura. In her texts, it is possible to visualize the women's condition in the 20th century, and the actions needed for the liberation from the moorings of patriarchy. These aspects can be seen in *A Mulher é uma degenerada* (1924), published in the '20s. The main objective of this analysis is to demonstrate the author's vision about the women's role and the way that bringing her literary production back contributes to the discussion about the memory of the feminist movement in the country. The theory that supports this study is centered on Walter Benjamin's and Michel Foucault's studies, among others. This study is justified by the need to review History and to demonstrate the silencing in official discourses, since it is noticeable that women's fight for emancipation began much earlier than in the '70s, since Maria Lacerda de Moura was already raising the flag on women's emancipation and equal rights between men and women. It is believed that by revisiting the feminist theory we contribute to the creation of a national memory around the fight for women's rights.

Keywords: Feminisms. History and Literature. Maria Lacerda de Moura.

RESUMEN: Una de las grandes exponentes de las teorías del feminismo es María Lacerda de Moura. A través de sus textos es posible comprender la condición de la mujer en Brasil en el siglo XX y cuáles son las acciones necesarias para la liberación de los lazos del patriarcado. Estos aspectos se pueden leer en *A mulher é uma degenerada* (1924). El objetivo del artículo es analizar el trabajo, realizando la visión de la autora sobre el papel de la mujer y cómo el rescate de su trabajo contribuye a la discusión sobre el nacimiento y la memoria del movimiento feminista en el país. El apoyo teórico se centra en los estudios de Walter Benjamin y Michel Foucault, entre otros. Este trabajo se justifica dada la necesidad de revisar la historia y demostrar los silencios en el discurso oficial, ya que está claro que la lucha por la emancipación de las mujeres tiene su aparición mucho antes de la década de 1970, pues desde la década de 1920 Maria Lacerda de Moura, desde una

---

perspectiva anarquista, levantó la bandera de la emancipación femenina y la lucha por la igualdad de derechos entre hombres y mujeres. Se cree que al revisar la teoría feminista, contribuye a la formación de una memoria nacional sobre la lucha por los derechos de las mujeres.

Palabras clave: Feminismos. Historia y Literatura. Maria Lacerda de Moura.

### Como citar este artigo:

Fiuza, Adriana Aparecida de Figueiredo; Achre, Simone Pinheiro. “Revisitando o nascimento da teoria feminista no Brasil a partir de ‘A mulher é uma degenerada’, de Maria Lacerda de Moura”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 16-31.

\*\*\*

### Uma introdução biográfica

Maria Lacerda de Moura, nascida em 16 de maio de 1887, na cidade de Manhuaçu em Minas Gerais, foi uma das mulheres do início do século XX que mais influenciaram o pensamento feminista no Brasil daquele período. Viveu em Barbacena dos 4 aos 34 anos, momento em que a cidade estava sob “o governo dos grandes coronéis articulados às hostes do Partido Republicano Mineiro” (Leite 1984, 04). Formou-se professora na Escola Normal da cidade, onde também começou a lecionar na antiga educação primária.

Tendo como norte a pedagogia libertária de Francisco Ferrer y Guardia<sup>1</sup> (1859-1909), anarquista espanhol que propagava o modelo libertário de educação, Maria Lacerda defendia que esta era um instrumento de transformação social (Dias s/d, 19). É notório que como professora, teve uma importante atuação junto a campanhas de alfabetização de adultos, ajudando a fundar em 1912 a Liga Contra o Analfabetismo (Miranda 2006).

Filha de um funcionário público e pertencente a uma família de classe média urbana, teve acesso à educação graças à segurança do trabalho estável do pai que, embora não pertencesse a classe dominante local, detentora da produção de leite, tinha relação com os poderosos da cidade por trabalhar no Cartório de Órfãos (Leite 1984).

---

<sup>1</sup> Segundo Sílvio Gallo, “Ferrer nasceu em 1859 em um vilarejo da Catalunha, em família de agricultores católicos. Aos 14 anos, foi trabalhar no comércio em Barcelona e, autodidata, estudou as ideias republicanas. Tornou-se republicano, ateu e anticlerical, ligando-se a grupos maçônicos de livres pensadores. Trabalhando na Companhia de estradas de ferro, organizou uma biblioteca popular nos trens e ligou-se a um dos expoentes do republicanismo espanhol, Ruiz Zorrilla. Com o fracasso de uma insurreição republicana, exilou-se em Paris, onde sobreviveu dando aulas de espanhol. Chegou, mesmo, a escrever e publicar um método de espanhol prático. Sua estada na França também o aproximou de pensadores e militantes anarquistas, tendo chegado a conhecer Paul Robin (1837-1912), sistematizador do conceito de educação integral” (Gallo 2013, 241).

---

Apesar das grandes modificações em Barbacena, oriundas do crescimento industrial que a cidade sofreu, estas não trouxeram grandes avanços nas relações sociais que continuaram a ter o caráter tradicional, “do domínio agrário e patrimonialista” (Leite 1984, 06), muito criticado por Maria Lacerda, que já na década de 1920 articulava conferências destinadas aos trabalhadores de Barbacena. Como assinalam Moraes e Aguiar (2017, 10), também lá “publicou importantes obras como: *Em torno da educação* (1918), *Por que vence o porvir?* (1919) e *Renovação* (1919)”. Entretanto, ao se identificar como anarquista, a professora começou a ser hostilizada na cidade, fato que a levou a mudar-se, em 1919, para o Rio de Janeiro. Esse deslocamento, proporcionou seu encontro com a bióloga, política e ativista feminista Bertha Lutz (1894-1976) e juntas fundaram a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que tinha por objetivo “lutar pela igualdade de gênero e reivindicar o voto feminino” (Moraes e Aguiar 2017, 10). Maria Lacerda também presidiu a Federação Internacional Feminina. Todavia, houve uma ruptura entre o pensamento de Lacerda e as ideias de um feminismo que não considerava a luta das mulheres proletárias, representados por Lutz e outras mulheres. Nesse sentido, afirmam Moraes e Aguiar (2017, 11) que:

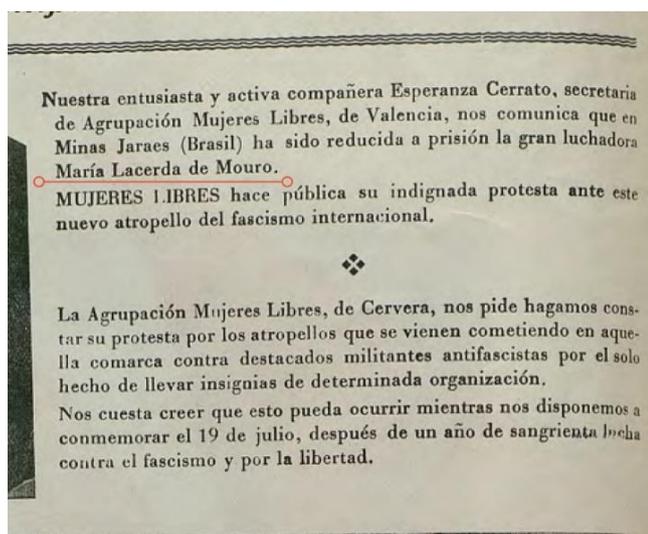
Com o passar do tempo, porém, começaram os desentendimentos entre Maria Lacerda e Bertha Lutz e suas companheiras. Para Lacerda, o feminismo defendido pela Liga e pela Federação beneficiava apenas uma parcela das mulheres, pois ao não estar inserido no contexto da luta de classes, excluía as mulheres operárias, vítimas da opressão patriarcal e capitalista.

Por esse motivo, houve um afastamento de Maria Lacerda com a causa sufragista, passando a escritora a residir em São Paulo em 1921, participando ativamente da militância pelos direitos das mulheres, é lá também que forma parte do grupo de mulheres anarquistas envolvidas com as causas operárias. Em 1923 funda a *Revista Renascença*, que teve apenas 5 edições, sendo uma publicação que tinha por objetivo a difusão da cultura, da arte e do pensamento, o que acarreta ser uma publicação literária também. As publicações de revistas e as cartas trocadas entre as mulheres intelectuais daquele momento eram muito importantes porque permitiam a formação de uma rede que as mulheres anarquistas estabeleceram em vários países. Como se pode observar no fragmento publicado na revista espanhola anarquista *Mujeres Libres*<sup>2</sup>:

---

<sup>2</sup> É importante destacar que essa informação foi primeiro encontrada na página <https://www.facebook.com/RoxoeNegro/> e na sequência consultada diretamente na Revista *Mujeres Libres*.

---



**Fig.1:** Revista *Mujeres Libres*, N° 10. **Fonte:** <https://cgt.org.es/wp-content/uploads/2017/10/Mujeres-Libres-10.pdf>

Voltando à época em que morava em Minas Gerais, torna-se relevante enfatizar que mesmo residindo a princípio em uma cidade do interior, Maria Lacerda mantinha seus olhos voltados para “as cidades maiores, de onde vinham os periódicos, [os quais] aparece [m] nos artigos de Maria Lacerda de Moura escritos em Barbacena” (Leite 1984, 06). Uma grande parte desse conteúdo dos jornais era compartilhada com suas alunas, mostrando sua preocupação em disseminar o saber para as mulheres que não tinham acesso ao que estava acontecendo no Brasil. Outra informação que merece destaque, sendo mencionada no estudo de Leite (1984), diz respeito ao fato de a anarco-feminista ter sido criada em meio a uma família espírita e anticlerical, ou seja, sua formação fez com que ela tivesse uma “tendência de revitalização social e política da igreja” (Leite 1984, 08), fato que poderia explicar a perspectiva que adota sobre o domínio da religião.

---



**Fig.2:** Maria Lacerda de Moura. **Fonte:** Arquivo Nacional, Fundo: Correio da Manhã - BR RJANRIO PH (BR\_RJANRIO\_PH\_0\_FOT\_35532\_001.pdf - 59.104 Kb)

Maria Lacerda de Moura defendeu a importância das mulheres se emanciparem do sistema patriarcal e da opressão clerical católica que estabelecia as atitudes quanto à procriação, ao modelo de família e à moral sexual que deveria ser seguida, baseando-se na culpa do pecado original como meio de manipular os fiéis em busca de redenção. O sistema patriarcal também apontava quais eram os papéis de homens e mulheres e regia que a mulher deveria depender do “pai e a ele obedecesse. Deveria obedecer, em segundo lugar aos irmãos e ao marido, cumprir as tarefas domésticas e, inspirada na paciência e na parcimônia, tornar-se o esteio da unidade de produção doméstica, de que é a mão-de-obra auxiliar” (Leite 1984, 09).

Torna-se relevante ponderar que esse pensamento, que leva a considerar a mulher como um ser subalterno ao homem, não provinha apenas do clero, mas também estava presente em outras instituições sociais e seus representantes, a exemplo do médico psiquiatra português Miguel Bombarda<sup>3</sup> (1851-1910), que publica o livro *Lições sobre a epilepsia e as pseudo epilepsias* (1896). Nesta obra, baseada nas concepções científicas da época, a mulher é apontada, nas palavras da própria Lacerda de Moura, como um ser degenerado, considerando “ridículo qualquer esforço ‘em prol da independência da mulher e da sua elevação até o homem’” (Bombarda *apud.* Moura 1924, 1982). O que causou indignação na autora e levou-a a escrever, em 1924, *A mulher é uma degenerada*, obra que apresenta uma pergunta e que ao mesmo tempo se trata de uma resposta ao discurso do médico marcado por um pensamento restritivo em relação ao público feminino. É nessa obra que a

---

<sup>3</sup> De acordo com Isabel Lousada e Angela Laguardia, “Miguel Bombarda é considerado o fundador da psiquiatria portuguesa e o seu nome destaca-se também na história da implantação da República em Portugal em 1910. Republicano, maçom e anticlerical polêmico, coube-lhe a articulação entre a Maçonaria e o Partido Republicano Português” (Lousada e Laguardia 2013, 101).

professora passa a estudar a teoria de Bombarda e a questionar todas as colocações feitas por ele, elaborando minuciosamente uma defesa das mulheres. O objetivo do nosso artigo é promover uma análise desta defesa realizada por Maria Lacerda, entretanto, para compreender a autora nesse contexto do início do século XX, é necessário fazer uma breve incursão sobre a história do movimento feminista no Brasil e no mundo, percebendo a importância histórica e o lugar da produção intelectual de Moura na história dos feminismos, antes de examinarmos o texto que critica essa voz masculina de Bombarda, que, neste contexto histórico e social, olha para as mulheres de uma maneira misógina, ao descrever a inferioridade cerebral feminina.

### **Um pouco da história das mulheres no Brasil do início do século XX**

No cenário atual observa-se um crescimento vertiginoso de uma gama de publicações sobre o movimento feminista, bem como a ampliação do debate acerca do movimento para discutir a opressão feminina. Sabe-se que não foi apenas no campo da história que a luta pelos direitos das mulheres alcançou um importante papel. No campo da crítica literária, ela ainda se configurou como um importante meio de reflexão teórica e analítica, ao permitir que o texto literário fosse lido e interpretado por meio de um olhar feminista, coadunando seus conceitos operatórios, como o uso do termo feminino, em contraposição a masculino e que acabou por acarretar que o primeiro esteja sempre ligado às características atribuídas à mulher pela sua biologia.

O conceito de feminista passou a ser compreendido como “o movimento que preconiza a ampliação dos direitos civis e políticos da mulher, não apenas em termos legais, mas também em termos da prática social” (Zolin 2009, 218). Dentro dos estudos feministas há discussões que indicam as questões pertinentes ao gênero feminino e indicam como elas são constituídas de acordo com as categorias hierárquicas determinadas pela sociedade patriarcal. Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo* (2016), salienta que “toda a história das mulheres foi feita pelos homens” (idem, 186), logo o movimento feminista também muda esse quadro a partir do momento em que as vozes das mulheres começam a reivindicar e a escrever uma história feita por elas, problematizando os motivos que as silenciaram e as oprimiram.

Ao olhar para o passado, Didi-Huberman (2007, 01) enfatiza que “só se expõe – poética, visual, musical ou filosoficamente – a política ao mostrar os conflitos, os paradoxos, os choques recíprocos dos quais toda história é tecida”. A história do movimento feminista proporciona ler como as estruturas que permeiam a sociedade funcionam e legitimam o discurso opressor. Isso é possível, pois a escrita enquanto “suporte da memória” (Assman 2011, 199) permite voltar os olhos

para o não-dito, para os silenciamentos, para as fissuras do discurso oficial e, com isso, outras vozes podem ser ouvidas, outras perspectivas podem ser conhecidas. Ainda possibilita que contrapontos e relações sejam estabelecidos. Esse olhar voltado para o passado, mas com os pés no presente é denominado por Walter Benjamin (2016, 13) como o ato de escovar a história a contrapelo. Por meio desse processo a história é revista e, dessa maneira, desconstrói-se a história oficial, ou seja, aquela que traz os discursos apenas dos vencedores (homens, burgueses, brancos com suas respectivas esposas). Desse modo, por meio da palavra escrita, o discurso dominante, antes apresentado como o único discurso possível, pode ser revisto e olhado por outros ângulos que não sob o prisma do patriarcado.

*Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda*, de Jacilene Maria Silva (2019) aborda o surgimento do movimento feminista no mundo. Segundo a autora, a primeira onda feminista teve seu início no “fim do século XIX até meados do século XX e surgiu no Reino Unido e nos Estados Unidos” (Silva 2019, 07). Silva enfatiza as reivindicações que provinham das mulheres brancas e reivindicavam por direitos básicos, estes garantidos aos homens, como: o voto, a participação na política e na vida pública, o direito a gerir os seus próprios bens, enfim, questionavam a submissão e a passividade imposta às mulheres. Enquanto isso, as mulheres negras ainda precisavam lutar “para serem reconhecidas como seres humanos” (Silva 2019, 09). Portanto, a chamada primeira onda pregava a igualdade de oportunidades para homens e mulheres, mas não dava voz as necessidades e reivindicações das mulheres negras com suas reivindicações que não faziam parte das pautas das mulheres brancas.

O período de duração da primeira onda vai até a metade do século XX. Sendo assim, perpassou a Segunda Guerra Mundial, que ocorreu de 1939 até 1945, e durante esse período catastrófico da humanidade veiculavam-se mensagens para difundir o espírito patriota dirigido tanto a homens, quanto a mulheres. A necessidade da presença das mulheres nos espaços, que antes eram destinados aos homens, marcou a saída delas do espaço privado para o público. Foi a partir desse momento em que as mulheres puderam mostrar que “tinham capacidade plena de exercer funções não restritas ao ambiente doméstico” (Silva 2019, 10).

Já no Brasil, o movimento feminista nasceu nas primeiras décadas do século XX, com a criação do Partido Republicano Feminino, fundado em 1910 e tendo como presidenta a professora Leolinda de Figueiredo Daltro (1859-1935). A principal reivindicação do partido era pelo direito ao voto feminino. A concepção dominante era a de que as mulheres eram seres incapazes de participar da vida pública e de decisões políticas do país. Acerca desse período, Pinto (2003, 14) escreve que é “possível identificar três correntes que representam o movimento no Brasil”. Nas

---

palavras da autora, a primeira tendência foi a mais forte e organizada, liderada por Bertha Lutz e que tinha como viés central a “incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos” (Pinto 2003, 14). A segunda é a que poderia ser denominada como

[...] feminino difuso, o qual se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa. São mulheres cultas, com vidas públicas excepcionais, na grande maioria professoras, escritoras, escritoras e jornalistas. Preocupadas ou não com os direitos políticos, essas mulheres têm um campo mais vasto de questões. Defendem a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público. (Pinto 2003, 15)

A terceira tendência de feminismo nacional é descrita por Pinto como “o menos comportado dos feminismos” em que um grupo de mulheres se destaca e era formado por feministas anarquistas e comunistas, que combatiam as desigualdades de gênero. Esse grupo era comandado pela mineira Maria Lacerda de Moura (Pinto 2003, 15).

Como dito anteriormente, a luta pelo direito ao voto feminino, o qual só foi conquistado em 1932, marca a expansão do movimento feminista no país. A *Federação Internacional Feminina* foi um marco na busca pelo direito das mulheres votarem e serem votadas. Pinto (2003) destaca o papel de Bertha Lutz para o movimento, porém, Buttoni (*apud* Leite 1984, 37 - 39) enfatiza que a federação foi criada por Maria Lacerda de Moura, embora sua direção fora delegada à Lutz. Buttoni ainda salienta que, mais tarde, Moura desvinculou-se do movimento, por entender que apenas o direito ao voto não dava conta das necessidades para garantir a emancipação da mulher, antes ela deveria ser educada para ter uma autoconsciência racional acerca de seu papel na sociedade, não aceitando aquilo que lhe era imposto.

Em 1922, Maria Lacerda de Moura delegou a Bertha Lutz a representação da Federação Internacional Feminina, que criara com mulheres de São Paulo e de Santos, na Conferência Pan-Americana de Mulheres em Baltimore. Essa colaboração, todavia, nem deve ter durado muito, pois nem é mencionada na autobiografia que Maria Lacerda escreveu em 1929. O interesse fundamental do movimento feminista de Bertha Lutz, analisado minuciosamente no livro de Branca Moreira Alves *Ideologia e feminismo*, concentrou-se na luta pelo voto como instrumento de progresso feminino e símbolo dos direitos de cidadania. Maria Lacerda de Moura aprovava essa iniciativa [...] Logo ficaram patentes as reservas da líder do Rio de Janeiro diante do radicalismo que se acentuava em direção diferente na escritora mineira, já então residindo em São Paulo. Apenas esporadicamente Bertha Lutz e as Ligas pelo Progresso Feminino se preocupavam com as operárias e assalariadas brasileiras. (Buttoni *apud* Leite 1984, 37-39).

A citação acima está presente no livro *Outra Face do Feminismo*: Maria Lacerda de Moura (1984), da professora Miriam Lifchitz Moreira Leite. Ela publicou uma biografia em que trabalhou com “a documentação oficial e pessoal, pela análise da imprensa em São Paulo, Rio de Janeiro e Barbacena e pela tomada de testemunhos de pessoas que conviveram com Maria Lacerda [...]” (Leite 1984, 06). A pesquisa de Leite (1984), além de fazer um panorama da vida da anarco-feminista, apresenta também várias referências dos textos deixados por Moura, dentre eles, *A*

---

*Mulher é uma degenerada* (1982)<sup>4</sup>. Partimos desta obra, publicada na década de 1920, para entender a condição das mulheres no Brasil no século XX e verificar quais eram as ações necessárias para a libertação das mulheres das amarras do patriarcado sob o prisma de Moura. Assim, é importante analisar a visão da autora quanto ao papel da mulher e de como o resgate de sua obra contribuiu para a discussão e a memória do surgimento das teorias feministas no país, ainda nos anos de 1920.

### **A mulher degenerada existe?**

Iniciando sua obra *A Mulher é uma degenerada*, Maria Lacerda de Moura indaga o posicionamento do médico psiquiatra e responsabiliza o homem pelo fato de a mulher não conseguir o mesmo padrão de elevação masculino, pois, ele é, em boa parte, responsável pela impotência feminina. Outro tema que Moura aborda se refere à educação do sexo feminino para “abrir os olhos da mulher” (Moura 1982, 12). Ainda, defende que “[d]e nada vale a igualdade de direitos jurídicos e políticos para meia dúzia de privilegiadas, tiradas da própria casta dominante, si a maioria feminina continua vegetando na miséria da escravidão milenar” (Moura 1982, 12).

Como se pode ler acima, Moura também antecipa algumas das reivindicações que, mais tarde, seriam abordadas na segunda onda feminista, uma vez que já pensava o feminismo plural, que dava voz à todas as classes e necessidades das mulheres, pois “universalizar as demandas do feminismo, ainda era fato que a grande maioria das autoras e militantes radicais era mulheres brancas, de classe alta e inseridas na universidade” (Silva 2019, 15). Durante a segunda onda teve início o chamado feminismo identitário, esse fomentado pelas mulheres da classe trabalhadora, lésbicas e negras, pois entendiam que as diferenças entre as mulheres influenciavam diretamente na forma de ver e entender as necessidades de cada grupo. Surge desse período o termo Sororidade e “a partir daí que a ideia de interseccionalidade ganhou força dentro do feminismo. A obra *Mulheres, Raça e Classe* (2016), de Angela Davis, que teve sua primeira publicação em 1981, é considerada por muitos estudiosos como uma referência desse movimento” (Silva 2019, 18), justamente por desconstruir o discurso de mulher universal. Porém, essa concepção já era apontada pela mineira ainda na década de 1920.

Para Moura (1982) a mulher só teve lugar no discurso da história oficial quando tinha sua imagem atrelada ao negativo, pois o registro é feito com relação ao “maior número de mulheres fatais ao destino dos povos, do que as capazes de alevantar os reinos e as nações num ideal consciente” (Moura 1982, 13). Em outras palavras, a mulher só alcança o protagonismo quando

---

<sup>4</sup> Cabe ressaltar que se optou por manter a ortografia da época nas citações do livro de Moura.

ela quebra com a imagem sacralizada e submissa que lhe é destinado pelo sistema patriarcal. Desde o nascimento, as mulheres são condicionadas ao papel do ser subalterno, frágil e ao “desenvolvimento do cérebro feminino para a compreensão do papel individual à mulher destinado na multiplicação do bem-estar” (Moura 1982, 14). Para Moura (1982), a mulher não é preparada, nem encorajada a agir e a pensar de forma autônoma. Percebe-se, portanto, que esses discursos são construídos como meio de manter a dominação masculina. Esta oprime, impõe e mantém tanto a submissão, quanto perpetua o mito de feminilidade. Foucault (2004) explica que os “discursos de verdade” da sociedade, por meio de sua linguagem, comportamento e valores, são relações constituídas de poder e, portanto, aprisionam os sujeitos. Ainda, destaca que

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Foucault 2004, 10)

Quanto ao papel da igreja na opressão da mulher na sociedade, Moura (1982) é categórica ao afirmar que a instituição religiosa católica não ajuda em nada para a libertação da mulher das amarras do patriarcado, ao contrário, contribui. Metaforicamente Moura compara a prática materna de balançar o berço para demonstrar que a mulher não tem consciência do poder que tem, pois a mão que balança o berço da Humanidade é feminina. Cabe a ela mudar o cenário de imposição e submissão ao qual sempre esteve condicionada.

Nesse sentido, a responsabilidade da mudança também passa pela educação da mulher. Esse fator é essencial para que ela compreenda o seu papel na disseminação e propagação de uma ideia errônea do papel feminino na sociedade. Moura (1982) aponta que a imagem de mulher pura e santa, assexual, culpada pelo pecado original, ou que deveria se aproximar da imagem sacralizada de Maria, mãe e protetora da família, sempre foi usada pela igreja como meio de opressão e regulamentação do comportamento feminino. A entidade religiosa foi, por muito tempo, contrária aos métodos contraceptivos e sempre estabeleceu uma moral imposta ao sexo feminino. Segundo Margareth Rago (2014, 144), Moura condenava a prostituição por entender que ela era usada em prol do casamento burguês que explorava as mulheres pobres que precisavam sobreviver, sendo exploradas, principalmente, as operárias. Portanto, o discurso legitimado e propagado pela igreja funcionava, e ainda o faz, como um mecanismo de poder. Foucault, em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (2014), pondera que:

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um

conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito. (Foucault 2014, 138)

Foi durante a segunda onda do feminismo que surge a pílula anticoncepcional (1962). Nessa fase, o modo como as mulheres encaravam o próprio corpo, bem como a crítica ao uso comercial dele passou a ser alvo das feministas, como por exemplo, os concursos, como Miss América (1968), pois elas entendiam que o corpo feminino era visto como objeto (Silva 2019, 14). Também, irrompem as críticas quanto à pornografia, à prostituição, essa última iniciada pelas marxistas. Assim, as feministas apontavam a exploração do corpo e da sexualidade pelo sistema patriarcal, uma vez que é usado como mais um meio de opressão cultivado ao longo do tempo “tornando-se alvo dos novos mecanismos do poder” (Foucault 2014, 152). Dentre eles, a imagem que a mulher tem do seu corpo e de como ela se percebe enquanto ser capaz e autônomo.

O corpo como produto e como meio de opressão era algo que, como se lê em *A Mulher é uma degenerada* (1982), já era motivo de repulsa pela professora, militante e crítica do sistema opressivo. No entanto, para Moura (1982) a ignorância e a preguiça da mulher contribuíram para a propagação da mulher como ser subalterno.

O homem herdou a tendência autoritária enquanto cultivou a submissão feminina; continua a ser o senhor, o superior, o protetor, e, quer conservar o servilismo, a inferioridade, a dependência da protegida. O que há é o interesse maculino, a preguiça da mulher e a sua ignorância e servilismo cultivados calculadamente através de milênios. (Moura 1982, 41 grifo da autora)

Outra questão abordada por Moura (1982) é a econômica. Essa temática foi mote de outra grande escritora e teórica, Virginia Woolf (2004), em *Um teto todo seu*. Nele a britânica aponta a necessidade da emancipação financeira feminina e declara “[...] a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo dela se pretende mesmo escrever ficção; e isso, como vocês irão ver, deixa sem solução o grande problema da verdadeira natureza da mulher e da verdadeira natureza da ficção” (Woolf 2004, 08).

Como se leu na citação acima, a questão econômica é apontada como fator crucial para que a mulher tenha total autonomia e possa lutar pelos seus direitos, porém, cinco anos antes de Woolf, Maria Lacerda de Moura já apontava para a necessidade da mulher buscar pela liberdade econômica, bem como reivindicar “o direito: trabalho igual, salário igual” (Moura 1982, 89). Para a autora mineira, a força da mudança está na educação da mulher, pois ao ser “educada [ela] será força de resistência contra a avalanche devastadora e preparará o advento da verdadeira civilização na qual não haverá lugar para a exploração do homem pelo homem” (Moura 1982, 90) e “evitará a sua própria escravidão econômica” (Moura 1982, 88).

O próprio termo feminismo já aparece empregado no livro de Moura (1982) quando descreve que ele “foi criado pela necessidade de defesa dentro da sociedade capitalista” (Moura 1982, 22) e segue argumentando contra o fato de Bombarda indicá-lo como sendo o principal fator da degeneração da mulher. A autora exemplifica e indaga acerca de outras sociedades, como a de Roma, em que não havia o feminismo, mas cuja sociedade foi corrompida e degenerada, ou seja, a degeneração não é uma característica que pode ser atribuída à luta feminista. Mas ela vai mais fundo nas temáticas que estarão em voga no movimento feminista, como a questão da maternidade. Para argumentar quanto às proposições de Bombarda, as quais apontavam a “instrução feminina, a emancipação da mulher como poderosa força degeneradora, como elemento de esterilidade” (Moura 1982, 24), a autora cita-se como exemplo<sup>5</sup>, usando o livro sagrado, a *Bíblia*, para demonstrar que a esterilidade sempre existiu e que não é fruto da instrução da mulher, defendendo que “além de tudo, ter filhos - não deve, não pôde impedir de pensar. Não são cousas incompatíveis” (Moura 1982, 27).

Moura continua, em seu livro, enfatizando que é a ânsia pelo gozo da vida que faz a mulher ser estéril na sociedade burguesa, o luxo, a exibição, que elas não poupam quando pretendem se livrar de uma gravidez indesejada, pois possuem recursos para pagar pelo silêncio e pelo aborto. Essa é uma característica das mulheres que nasceram em camadas abastadas, pois as menos favorecidas não têm esse privilégio. Também, descreve que muitas mulheres querem ter filhos, mas não os maridos. Ainda, argumenta que por isso “[...] são as chamadas ‘emancipadas’, as inteligentes, as de caráter, as que se não sujeitam no jogo do ‘senhor’ medíocre e presunçoso, muito abaixo delas, entretanto, sujeitar-se-iam gostosamente ao jugo da maternidade absorvente” (Moura 1982, 29).

Os “primórdios do que se chamou de segunda onda do feminismo, [foi] exatamente após a publicação de *O Segundo sexo*, de Simone de Beauvoir no ano de 1949” (Silva 2019, 10 -11) e se este período se estende até meados dos anos 90 do século XX, sua fase mais efervescente perpassou a década de 60 e 70, época em que ocorreu uma ampliação dos estudos acerca da condição da mulher e apontou os fatores que as une enquanto ser oprimido, “o sexo, e a prerrogativa de engravidar” (Silva 2019, 12). Beauvoir discutia que a mulher era vista como ser explorado, isso em decorrência de seu sexo e da questão reprodutiva que ela sempre exerceu. Sexualidade e maternidade, o direito da mulher de governar e decidir sobre o próprio corpo, a ideia de que ela é

---

<sup>5</sup> Maria Lacerda de Moura casou-se com 17 anos, mas não antes de ter se formado professora. Não teve filhos, não por impossibilidade, mas por opção. Diferentemente das colegas e da irmã que tiveram muitos. A própria autora descreve que se passaram dez anos até que ela se empenhou na “vida de escritora e propagandista da emancipação feminina” (Moura, 1982, 24-25).

um ser sexual e não apenas materno. Logo, o sexo é entendido como algo relacionado à biologia e o gênero como algo historicamente construído e imposto à pessoa dependendo de seu sexo, tem-se então o “feminismo radical” (Silva 2019, 12). Porém, como se viu, as reivindicações acerca do domínio do próprio corpo e do direito de exercer ou não a maternidade, bem como o uso do corpo como meio de opressão das mulheres já era apontada nos escritos da professora mineira e sob um contexto brasileiro.

### Considerações Finais

Como mencionado no início, pretendeu-se realizar um apanhado geral das temáticas defendidas e abordadas por Maria Lacerda de Moura, em *A Mulher é uma degenerada* (1984). Longe de dar conta de todas as questões elencadas pela anarco-feminista, tentou-se demonstrar que algumas das indagações e reivindicações da autora quanto aos direitos das mulheres foram defendidas pela autora ainda na década de 1920. A visão de Moura vai ao encontro do posto por Beauvoir, pois ambas concordam que ser mulher não é um dado natural, mas o resultado de um processo histórico construído sobre bases opressoras pela sociedade patriarcal.

Quebrando com todos os paradigmas que lhe foram impostos, Moura sempre lutou por uma política emancipatória da mulher. Enfatizando que ela deve gozar dos mesmos direitos, das mesmas oportunidades que o homem. Ainda, defendia que a mulher deve ser educada desde a infância para ter a autonomia de refletir acerca do que o patriarcado lhe impõe. Se autogerir, economicamente, mentalmente e emocionalmente para si e para o bem de todos.

Essas temáticas estiveram presentes ao longo das duas primeiras ondas do feminismo e muitas delas ainda estão vigentes nos dias atuais, como a discussão da maternidade, do aborto, etc., tal qual postulou Benjamin ao afirmar que “os grandes escritores, sem exceção, fazem suas combinações em um mundo que vem depois deles [...]” (Benjamin 2012, 13).

Percebeu-se que mesmo com as contribuições de Moura para a história do feminismo, ela ainda está esquecida do grande público e até mesmo da crítica feminista do país. De um lado, seria possível pensar que esse fator se dá pela escolha de determinadas autoras ou determinados autores em detrimento de outras e outros, como acontece no cânone literário, o que acaba por privilegiar alguns discursos e silenciar os divergentes. Por outro, poder-se-ia aventar que talvez Maria Lacerda de Moura ficou marginalizada na história hegemônica do feminismo brasileiro porque seu pensamento anarquista seria capaz de perturbar tanto as feministas liberais quanto as marxistas. Como bem coloca Margareth Rago, diversamente das feministas liberais,

as anarquistas não reivindicavam o direito de voto, por considerarem que nada adiantaria participar de um campo político já profundamente atravessado pelas relações de poder, social e sexualmente hierarquizadas. E, diferentes das socialistas e das comunistas, também se recusavam a criar um partido político, considerado um meio inapropriado para os fins a que pretendiam chegar. (Rago 2017, 597)

Portanto, ainda que haja uma série de estudos sobre esta feminista, principalmente, a partir de trabalhos acadêmicos sobre sua produção com viés pedagógico, entende-se que a obra de Maria Lacerda de Moura precisa ser mais revisitada e estudada, obtendo maior visibilidade na memória do movimento feminista no Brasil. Também se entende que é necessário dar voz e vez aos emudecidos da história, pois aquele que souber “considerar o próprio passado como fruto da coação e da necessidade seria capaz de fazê-lo, em cada presente, valioso ao máximo para si” (Benjamin 2012, 42) e com isso entender a história das mulheres e da luta pelos direitos delas como um amontoado de ruínas que precisa ser reconstruído, valorizado e perpetuado pelas novas gerações.

### Referências bibliográficas

- Assmann, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- Beauvoir, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- Benjamin, Walter. *O anjo da História*. Organização e tradução de João Barreto. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- Benjamin, Walter. *Rua de mão única*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas v.2).
- Dias, Mabel e Coletivo Insubmiss@s. *Mulheres anarquistas: o resgate de uma história pouco contada*. João Pessoa: Imprensa Marginal, s/d.
- Didi-Huberman, Georges. “Remontar, remontagem (do tempo)”. *Caderno de Leituras*, 1, n. 47 (2016): 01-07.
- Foucault, Michel. *A coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- Foucault, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.
- Gallo, Sílvio. “Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna”. *Pro-Posições*, 24, n. 2 (2013): 241-251. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072013000200015>
- Leite, Miriam Moreira. *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.
- Lousada, Isabel; Laguardia, Angela. Maria “Lacerda de Moura e Ana de Castro Osório: correspondência em trânsitos atlânticos e feministas”. *Navegações*, 6, n. 1 (2013): 99-104.
- Miranda, Jussara Valéria de. “*Recuso-me! Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura*”. Dissertação de mestrado, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.
-

Moraes, Isaías Albertin de; Aguiar. Mônica Heinzemann Portella de. “Redescobrimo Maria Lacerda de Moura: 130 anos de nascimento”, *Unespiciência*, agosto de 2017, Direitos Femininos, 10-11.

Moura, Maria Lacerda de. *A mulher é uma degenerada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

Pinto, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890 - 1930*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

Rago, Margareth. “Trabalho feminino e sexualidade”. Em *História das mulheres no Brasil*, org. Mary del Priori e Carla Bassanezi Pinsky, 578-606. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2017.

Silva, Jacilene Maria. *Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda*. Recife: Independently published, 2019.

Woolf, Virgínia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

Zolin, Lúcia Osana. “Crítica feminista”. Em *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*, org. Thomas Bonnici e Lúcia Osana, 181-203. 3.ed. Maringá: Eduem, 2009.

\*\*\*

Recebido: 21 de fevereiro de 2020

Aprovado: 21 de abril de 2020

---

Dossiê: Identidades e sexualidades hegemônicas e contra-hegemônicas. Feminidades e masculinidades em tempos autoritários

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.29652>

**Catolicismo, Vanguardia y mujeres. La *refemenización* de lo religioso en las obras de Norah Borges y Adalgisa Nery**

*Catolicismo, Modernismo e mulheres. A refeminização do religioso nas obras de Norah Borges e Adalgisa Nery*

*Catholicism, Avant-garde and women. The refemenization of the religion in Norah Borges and Adalgisa Nery works*

Laura Cabezas\*

<https://orcid.org/0000-0002-1260-2901>

RESUMEN: El artículo se detiene en la trayectoria de dos figuras importantes de la vanguardia latinoamericana: la artista plástica argentina Norah Borges y la poeta brasileña Adalgisa Nery. Insertas ambas en los contextos culturales, pero también religiosos de sus países, lidian con el paternalismo patriarcal que gobierna los dos espacios, el del catolicismo revitalizado en los años treinta y el del arte y la literatura modernos que traen el legado de los experimentos vanguardistas de los 20. Jugando con el alcance y los límites de sus “atributos” femeninos, ellas imaginan otros recorridos creativos y religiosos en sus obras y, al hacerlo, invitan a *refeminizar* la religión desde otro ángulo: la valorización del sentimiento como construcción de una afectividad no hegemónica en el

---

\* Universidad de Buenos Aires / CONICET. Doctora en Letras por la Universidad de Buenos Aires (UBA), profesora de Literatura Brasileña y Portuguesa en la Facultad de Filosofía y Letras (UBA), becaria posdoctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, y traductora literaria. Entre sus publicaciones, se destaca la participación en los libros *Literatura y otras artes* (organizado por Mario Cámara y Adriana Kogan), *¿Por qué Brasil, qué Brasil? Recorridos críticos* (organizado por Mario Cámara, Gabriel Giorgi y Roxana Patiño); la organización del Dossier, con Juan Reccia, *Inflexiones de lo popular en la literatura brasileña* en la *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, y la publicación de artículos en revistas especializadas como *Estudios de Teoría Literaria*, *Revista digital: artes, letras y humanidades*, *Orbis Tertius*, *Letras escreve*, entre otras. Ha realizado instancias de investigación en Brasil (UFSC; Unicamp; USP) y en Alemania (IAI, beca DAAD). También obtuvo subsidios de la Secretaría de Gobierno de Cultura de la Ciudad de Buenos Aires y de la Biblioteca Nacional para desarrollar investigaciones. E-mail: laura.czaz@gmail.com

caso de Norah y la apertura a la carne y al resto olvidado como crítica de género en el caso de Adalgisa.

Palabras clave: Norah Borges. Adalgisa Nery. Catolicismo. Refeminización.

RESUMO: O artigo investiga a trajetória de duas importantes figuras do modernismo latino-americano: a artista plástica argentina Norah Borges e a poeta brasileira Adalgisa Nery. Inseridas nos contextos culturais, mas também religiosos, de seus países, elas lidam com o paternalismo patriarcal que governa os dois espaços, o catolicismo revitalizado nos anos 30 e o da arte moderna e da literatura que trazem o legado das experiências modernistas dos '20. Brincando com o alcance e os limites de seus "atributos" femininos, elas imaginam outros percursos criativos e religiosos em suas obras e, ao fazê-lo, convidam a *refeminizar* a religião desde outro ângulo: a valorização do sentimento como a construção de uma afetividade não hegemônica no caso de Norah e a abertura à carne e o resto esquecido como crítica de gênero no caso de Adalgisa.

Palavras-chave: Norah Borges. Adalgisa Nery. Catolicismo. Refeminização.

ABSTRACT: This article researches the trajectory of two important figures of the Latin American avant-garde: the Argentine plastic artist Norah Borges and the Brazilian poet Adalgisa Nery. Inserted both in the cultural but also religious contexts of their countries, they deal with the patriarchal paternalism that governs the two spaces, the revitalized Catholicism in the thirties and the modern art and literature, that bring the legacy of the avant-garde experiments of the twenties. Playing with the scope and limits of their feminine "attributes", they imagine other creative and religious ways in their works and, in doing so, invite to *refeminize* religion from another angle: the valorization of feeling as the construction of an affectivity not hegemonic in the case of Norah and the openness to the flesh and the rest forgotten as a gender critic in the case of Adalgisa.

Keywords: Norah Borges. Adalgisa Nery. Catholicism. Refemenization.

### **Cómo citar este artículo:**

Cabezas, Laura. "Catolicismo, Vanguardia y mujeres. La refemenización de lo religioso en las obras de Norah Borges y Adalgisa Nery". *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 32-53.

\*\*\*

Dentro de la historia de las mujeres, hay cierto consenso en señalar que, a partir del siglo XVII, y hasta el siglo XIX, se produce un fenómeno conocido como "feminización de la religión" que, con múltiples variables, toma en cuenta el aumento numérico de mujeres en las prácticas religiosas. Según la historiadora española Inmaculada Blasco Herranz (2005), que ha investigado las relaciones entre género y catolicismo, este fenómeno estaría asociado a la existencia de dos polaridades: por un lado, lo "político", espacio secularizado y masculino y, por otra parte, "lo

---

religioso”, que comprende la esfera privada y femenina. De modo tal que el concepto de individuo autónomo, masculino, junto con la diferencia sexual naturalizada que aquel hizo relevante para la diferenciación sexual, forjaron las bases para dos tipos de comportamiento, el alejamiento de la Iglesia por parte de los hombres, y el de la conversión de la religión y la espiritualidad en un atributo de feminidad. El *revival* católico, que tuvo lugar en la primera mitad del siglo XX a nivel transatlántico, atenta contra esta herencia legada, los varones no sólo manifiestan un interés creciente por el pensamiento religioso, sino que construyen un relato que afianza negativamente la ecuación entre religiosidad sentimental y atributo femenino.

No obstante, el ataque a la “sensiblería” y a la delicada emocionalidad que se le adjudica al mundo femenino no queda sólo dentro de los confines sagrados, los *hombres* del arte moderno comparten, de un modo diverso, ese imaginario construido alrededor de la feminidad y ejercen gestos paternalistas sobre las experiencias estéticas de aquellas escritoras y artistas mujeres que también se proponen la renovación moderna de las letras y el arte. Dentro de este contexto, Norah Borges<sup>1</sup> y Adalgisa Nery –con sus apellidos de fuerte resonancia simbólica–, proyectan dos estrategias distintas en la forma de habitar sus respectivos espacios culturales de pertenencia. Miradas de cerca por los jóvenes de la vanguardia, ambas juegan con las reglas que supone esa protección, y en su aparente obediencia plantean desvíos “femeninos” que agrietan el discurso rígido y viril del orden. Sus creaciones, que transmiten una fuerte preocupación religiosa, erosionan los marcos que las contienen y en ese acto dibujan líneas alternativas y diagonales sobre la cartografía de los movimientos modernos.

### **Intelectualización de la fe y búsqueda de una religiosidad masculina**

Con sarcasmo, G. K. Chesterton afirmaba que si en un “mundo demasiado asentado”, como era el del siglo XIX, el cristianismo volvió como un vagabundo a través del franciscanismo; “en un mundo demasiado desquiciado”, como es el del siglo XX, “el cristianismo ha vuelto en forma de maestro de lógica” (2014, 56). El escritor inglés se refiere al regreso de Santo Tomás, “el apóstol de los tiempos modernos” (Maritain 1923). Su relectura no sólo impacta en la importancia que adquiere pensar el lugar de la religión en la sociedad<sup>2</sup>, sino que también trae un “nuevo” modo de relación con la materialidad en el mundo sensible: la posibilidad de contemplar el entorno

---

<sup>1</sup> Leonor Fanny Borges.

<sup>2</sup> Desde fines del siglo XIX, el renacimiento tomista tomó impulso a través de la encíclica *Aeterni Patris. Sobre la restauración de la filosofía cristiana conforme a la doctrina de Santo Tomás de Aquino*, del Papa León XIII. El neotomismo sustentaba una visión dicotómica del mundo, la lucha entre la ciudad santa y el mundo profano, y la necesidad de que la Iglesia recuperara su lugar como “cimiento de una sociedad armónica compuesta por cuerpos intermedios libres del absolutismo del Estado moderno y a la vez resistentes a la ruptura de los vínculos de solidaridad causada por el individualismo filosófico y por el capitalismo” (Di Stéfano y Zanatta 2001, 417).

---

material que nos rodea para conocerlo *metafísicamente* en lo más íntimo y profundo. A través del pensamiento de Tomás de Aquino, y el acercamiento que este realiza entre la filosofía aristotélica y la teología cristiana, se abre la posibilidad de un conocimiento que justamente no desdeñe la experiencia sensible, sino que la tome como acceso a lo universal mediante ciertos grados de abstracción que separe la *forma*, o su esencia<sup>3</sup>, de los objetos concretos: los destellos espirituales en la geometría íntima de la naturaleza. El retorno del tomismo, mediado por la *renouveau catholique* de entreguerras en Francia y por los filósofos Jacques Maritain, François Mauriac y Reginald Garrigou-Lagrange, permitirá el acercamiento del catolicismo con ciertos lenguajes modernos del arte y la literatura: aquellos vinculados con el *rappel à l'ordre*<sup>4</sup> que viene a “calmar” los excesos vanguardistas. Lo que se produce es la conjunción de dos retornos, el de la escolástica medieval en el ámbito religioso y el del clasicismo en el arte y las letras, ambos aunados por un fuerte imperativo de depuración: de un lado, insistir en la racionalidad del dogma librándolo de todo tipo de rasgos sentimentales; del otro, asumir el privilegio de las formas por sobre el motivo. Desde esta conjunción, la batalla formal contra la “sentimentalización” de la fe tomará en el contexto argentino-brasileño de los años treinta tintes autoritarios, paternalistas y hasta misóginos.

Que el costado afectivo de la fe no alcanza es el *leitmotiv* que se deja oír en el discurso de la intelectualidad católica tanto argentina como brasileña, que se preocupa por establecer una base argumentativa, erudita y sólida, sobre lo religioso, con un fuerte componente *viril*. Si bien en la revista católica *A Ordem* se publican muchos artículos sobre esta lucha contra el sentimiento religioso, el que mejor lo resume es uno firmado por Tristão de Athayde (seudónimo de Alceu Amoroso Lima) en el que ataca el prejuicio de equiparar religiosidad con “hipertrofia afectiva” y defiende un movimiento de intelectualismo religioso:

Um dos primeiros objetivos desta revista é acabar com o preconceito da religiosidade sentimental ou symbolista. E suscitar, entre nós, um movimento de intellectualismo religioso, isto é, de demonstração viva da racionalidade do dogma. Não nos falta propriamente sentimento religioso, ou antes tendências religiosas. O que fez, porém, a scisão entre a inteligência e a fé, no Brasil, -além das causas modernas que actuam em todos os povos e todas as latitudes- foi exatamente esa **hypertrophía da affectividade religiosa**, provocada pelo liberalismo do seculo passado e sobretudo pela ignorancia doutrinaria em matéria de religião. Não havendo estudos superiores de Religião para os leigos, nem mesmo estudos secundarios, ficando a Religião apenas no periodo da escola primaria e isso mesmo graças ao esforço privado das famílias ou dos religiosos -**não havendo portanto cultura religiosa, a fé refugiou-se apenas no coração**, no melhor dos casos. E na maioria deles desapareceu mansamente, como uma luz que se apaga por falta de energia. Essa é a montanha que temos de subir de novo. E para começar, o **essencial é mostrar que a fé não é apenas assumpto de mulheres, como se pensa normalmente**, e sobretudo que não é apenas

---

<sup>3</sup> Para el filósofo medieval, las cosas, o mejor los entes, comparten el hecho de *ser* (*esse est commune omnibus*), y estos lo son según su modo propio de ser, es decir, su esencia: “El ser es lo más íntimo de cada cosa y lo que más profundamente las penetra, ya que, según hemos visto, es principio formal de cuanto en ellas hay” (2014, I, q.8, a.1). A diferencia de la existencia, el ser es el fundamento del estar ahí, de la presencia en un espacio y en un tiempo, es el principio primero y “la forma de todas las formas” (I, q.3, a.3c): la permanencia más pura que trasciende todo tipo de contingencia.

<sup>4</sup> Trabajo esta conjunción en “Primacía de lo espiritual. Arte e imágenes en la primera etapa de *Criterio*” (Cabezas 2018).

---

uma questão de arbitrio individual, de preferencia affectiva, de refugio e consolação. Poderá ser tudo isso sem duvida mas em consequência de outra coisa mais solida e mais positiva –ser verdadeira. (“Apologetica e sociologia de H. De Tourville”. *A Ordem*, n. 5, febrero de 1930, 22-23. Los destacados me pertenecen).

Sacar la religión del corazón y colocar la fe en la línea de un pensamiento masculino y científico es, de un modo contundente, la tarea más importante de la intelectualidad católica. La doctrina religiosa no es un refugio ni un consuelo, y mucho menos un asunto de mujeres. En este sentido, Santo Tomás y el retorno de la escolástica serán la “cima” sobre la que posarse para, “desde arriba”, remediar los “males” de la muchedumbre piadosa que creyó que *ser católica* era sentir afectiva y femeninamente. Pero “desde abajo” se dibujarán respuestas que erosionen este constructo masculinizante tan deseado por los varones intelectuales, modernos y católicos: la proyección de identidades femeninas que cuestionen esta supremacía viril y se propongan la tarea de “re” feminizar un espacio, el religioso, que se les vio de pronto usurpado.

## Norah y Adalgisa

Retratadas textual y visualmente de manera recurrente, la “niña” Norah<sup>5</sup> y la “musa” Adalgisa transitan los debates y los proyectos editoriales que se desarrollan en los años veinte con una presencia activa pero indirecta. En relación con la artista argentina, es conocida la anécdota que recoge Ana Martínez Quijano (1996) sobre *Prisma* (1921–1922), revista mural que Norah ilustra pero que no participa del empapelado del espacio urbano, ya que queda del lado seguro del hogar mirando por la ventana mientras *los* jóvenes pegan la publicación en las paredes de Buenos Aires. Tampoco en ese momento “*las niñas*” podían ir a los cafés, cuenta Norah (Bonet 1992, 5) y confiesa que sus contribuciones estaban mediadas por la figura de su hermano o de su futuro marido. Ni calles ni bohemia nocturna, el margen se impone como lugar de intervención: “Dado su vivir más recoleto, propio de una señorita, Norah sólo pudo abrirse camino en la vanguardia acompañando su arte a los proyectos de sus allegados” (Quance 2007). Hay una periodización de su obra que involucra a dos hombres, en primer lugar, a su hermano Jorge Luis con quien compartiera en su juventud una estética en común a través del interés por el expresionismo alemán, que ambos profesaban en territorio europeo; y en segundo lugar, el noviazgo y posterior matrimonio con Guillermo de Torre en 1928 que abriría la indagación de un arte más depurado y decantado, guiado por el clima parisino del “retorno al orden”. La crítica es unánime en considerar el importante rol que tuvo su hermano, Jorge Luis Borges, al comienzo de su vida artística en Europa entre los años

---

<sup>5</sup> En el libro de poemas en prosa *Cielo de tierra* de Francisco Luis Bernárdez (1937), dedicado a Norah Borges, se la menciona como la “niña” que dibuja el mundo (en símil con el relato del Génesis).

---

1914–1921. Mientras uno se nutría de las búsquedas del Ultraísmo español, Norah hacía ilustraciones para algunas revistas como *Baleares*, *Grecia*, *Alfar* y, al hacerlo le daba identidad artística a esos grupos. Del hermano al marido, Guillermo de Torre también se posicionó como mentor de su esposa y no son pocos los críticos que marcan un viraje en su estética al comprometerse con el escritor español, que marcaría el desplazamiento del expresionismo y cubismo al “neorromanticismo”. De este modo, como señala May Lorenzo Alcalá (2009), toda la formación artística de Norah estuvo compuesta bajo la tensión de dos fuerzas antagónicas: “pintar como se suponía que debían hacerlo las niñas de buena familia o como lo hacían los hombres de su generación” (116).

Por su parte, Adalgisa Nery si bien no participa de la Semana de Arte Moderno en 1922, conoce de cerca los lineamientos del modernismo brasileño al casarse ese mismo año con Ismael Nery y recibir en su casa a los representantes del nuevo movimiento. La residencia de los Nery era punto de encuentro de escritores, artistas y críticos de la vanguardia carioca –entre ellos: Murilo Mendes, Jorge de Lima, Antônio Bento, Graça Aranha, Mário Pedrosa y Manuel Bandeira. Dentro de este universo masculino, la joven esposa de Nery (tenía 14 años cuando se casa) es objeto de admiración: Murilo, Jorge de Lima, Bandeira y Drummond de Andrade le dedican poemas, Ismael y Portinari la pintan, como tiempo después también lo hará Diego Rivera<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> El pintor mexicano y Frida Kahlo estuvieron cerca de Adalgisa cuando el segundo marido de la poeta, Lourival Fontes, fue nombrado por Getúlio Vargas embajador de México.

---



Fig. 1: Ismael Nery, *Adalgisa*, c. 1928.



Fig. 2: Cándido Portinari, *Retrato de Adalgisa Nery*, 1934.



Fig. 3: Cándido Portinari, *Retrato de Adalgisa Nery*, 1937.



Fig. 4: Diego Rivera, *Retrato de Adalgisa Nery*, 1945.

Como apunta Sérgio Miceli (1996), las obras que toman a Adalgisa de modelo delimitan figuraciones femeninas de gran belleza y magnetismo (125). En la ausencia del modelo que supone todo arte del retrato (Nancy 2006), Adalgisa se va “componiendo” de miradas masculinas que construyen diversas “ideas” de musa sobre esa “mujer ausente”<sup>7</sup>: desde la seducción *vamp* que recrea Nery alrededor de su esposa en *art déco*, pasando por el delineado escultórico greco-romano de Portinari en 1934, que transmite una feminidad fuerte, robusta y decidida, y que se suaviza en 1937 con trazos que la vuelven insinuante y atrayente, hasta el excentricismo que remarca Rivera a través del porte de una señora burguesa que luce en la escena mexicana uno de sus tantos llamativos

---

<sup>7</sup> Es curioso que sea *La mujer ausente* el título elegido por Adalgisa para su segundo libro de poemas.

---

sombreros. Una musa–mosaico que obtiene su imagen de la superposición de proyecciones imaginarias masculinas. Al mismo tiempo, sus ojos hacia un costado, o proyectándose al horizonte o de frente al espectador, traslucen una mirada que juega y desafía los límites sociales de imagen y cuerpo femeninos. De acuerdo a la lectura de Marcelo Santos (2016), Adalgisa performatiza su lugar de musa con su presencia,

ora etérea, ora recordando a las *vamps* del cine: se desdobra en poemas, retratos y apariciones en el salón abierto a los modernistas en la casa de Ismael Nery, en la librería José Olympio, conviviendo con José Lins do Rego, Graciliano Ramos, o en la residencia de México, cuando casada con Lourival Fontes, brazo derecho de Getúlio Vargas, convive con Diego Rivera, Frida Kahlo, Alfonso Reyes y otros artistas del lugar (114. La traducción me pertenece).

Así, entre el recato de lo doméstico y la sexualidad estilizada, Norah y Adalgisa realizan un uso obediente de sus cuerpos de Mujer; no obstante, desde esas mismas configuraciones “femeninas” efectuarán desvíos y apropiaciones para poner en cuestión los lineamientos artísticos que debaten los representantes heroicos de los movimientos de arte moderno en sus reuniones.

En su estudio sobre el fenómeno del éxtasis, el crítico Juan José Lahuerta (2004) traza una genealogía que pone en serie a los estetas de fin del siglo XIX con los surrealistas y Dalí para visibilizar un mismo mecanismo compartido en torno a la multiplicidad de *ellas* que se ponen en escena y que se reducen a un *Ella* en singular y universalizado; así, para Lahuerta, la mujer se transforma en “una efigie, invención incorruptible, creación portentosa, obra fuera de la vida, puro retrato con poder de talismán que los inspira y los consume a la vez” (2004, 98). En este sentido, una operación similar se produce en relación con la figura de Adalgisa que se torna musa, o deidad extracorpórea, en los poemas de algunos jóvenes escritores brasileños: Drummond de Andrade la fragmenta, –“Sou a quádrupla Adalgisa,/ Sou a múltipla, sou a única/ E analgésica Adalgisa” (2002, 63)–, Jorge de Lima la deshumaniza –“Não te chamo Eva,/ não te dou nenhum nome de mulher nascida” (1997, 361)–, y Murilo la convierte en Berenice, una fantasmagoría que lo acecha.– “Berenice, Berenice,/ Existes realmente? És uma criação da minha insônia, da minha febre, /Ou a criadora da minha insônia, da minha febre?” (1994, 265); nombre que adoptará la propia Adalgisa en su autobiografía, *A Imaginária*. Vampira o vampirizada<sup>8</sup>, la musa recién podrá salir de las páginas que se escriben sobre su cuerpo cuando muera su marido y ahí se convierta ella misma en poeta, escritora, periodista y hasta representante política<sup>9</sup>.

A diferencia de la futura escritora brasileña, el *voyeurismo* que recae sobre Norah Borges se da a través del género de la crítica, que encauza de modo casi unánime su lupa interpretativa bajo

---

<sup>8</sup> En su lectura de la novela, Sant’Anna (2015) percibe que el personaje de Berenice depende del control del marido que vampiriza a su esposa, al igual que lo hiciera Pígalión con su criatura.

<sup>9</sup> Como periodista escribe para el periódico *Última Hora*. Como política, fue tres veces electa diputada, primero por el Partido Socialista Brasileiro y después, por el Movimiento Democrático Brasileiro.

---

la vaga noción de lo *femenino* para dar cuenta del arte ejecutado por mujeres. Varios son los ejemplos, Prebisch<sup>10</sup> destaca el “encanto de su espontaneidad” que conlleva un mundo de inconfundibles imágenes “tan delicadamente femenino” (Borges 1996, 16); Julio Payró<sup>11</sup> la supone “regida por una fantasía muy femenina” que no pretende “jamás remendar el vigor masculino” (idem), por esto no hay que pedirle fuerza ni pasión ni profundidad, su lugar es el de la magia, el hechizo y la infancia; Alfredo (Atalaya) Chiabra Acosta afirma que de la “mezcla de ingenuidad, sensual, catolizante, fluye de sus cuadros no sabemos qué de poético, eminentemente femenino” (1934, 265). De este modo, como ha señalado Patricia Artundo (1996), en ningún momento los críticos dejaron de mencionar cierta sensibilidad femenina que daba aliento a su obra y que en sus variaciones confluían en “sus delicadas armonías cromáticas que tenían, por ejemplo, su contrapartida en la paleta ‘varonil’ de Raquel Forner” (121). Su elección de temas, sigue Artundo, era

casi podríamos decir, conveniente o, en todo caso, adecuada al espectador común: espacios celestiales, paisajes lejanos, visiones del recuerdo, leyendas religiosas, niños, etc. Eran **todos elementos acordes con lo que en aquel entonces se entendía como inherente a una serena cualidad femenina**. (Ídem. El resaltado me pertenece).

Pero, en realidad, ¿todos estos elementos, los espacios celestiales, los recuerdos y leyendas religiosas, la religiosidad de la infancia, no forman parte de las preocupaciones y elecciones de los poetas varones católicos? ¿No buscaban también la serenidad en las obras integrales y esenciales? ¿Por qué *ellos* no son femeninos? ¿Cómo definir una cualidad femenina?

Como explica Tania Diz (2018), si el lugar de la mujer en el imaginario de comienzos del siglo XX es el de un sujeto que amenaza el orden social (y arma serie con los inmigrantes, los anarquistas, los obreros, entre otros), el Estado responde poniendo en acción diferentes dispositivos de poder —científicos, pedagógicos, culturales— que apuntaban a que

la mujer se adaptara a la moral burguesa con el fin de que su desarrollo subjetivo estuviera limitado al hogar y al cuidado del marido e hijos. Entonces, hayan sido muchas o pocas, las mujeres en el espacio público —el campo cultural en este caso— eran vistas como una excepción ya que ese no era el lugar que debían ocupar (10).

Frente a esa excepción actúa el dispositivo de sexualización que recae sobre ellas y sus obras, colocándolas dentro de una categoría de femineidad *apropiada* para la mirada masculina: Adalgisa como mujer fatal y Norah como inocente jovencita exacerbarán esa sexualización de sus identidades en sus creaciones para operar lecturas subalternas, originales y desviadas dentro de las consignas culturales dominantes.

---

<sup>10</sup> Alberto Prebisch fue un arquitecto que tuvo un rol fundamental como crítico de arte en la vanguardia argentina a través de sus colaboraciones en la revista *Martín Fierro* y en *Sur*, donde se posicionaba fuertemente en contra del academicismo, defendiendo los nuevos principios del arte y de la arquitectura moderna.

<sup>11</sup> Escritor, crítico de arte y pintor. Realizó críticas y comentarios de arte en el suplemento del diario *La Nación* (a partir de 1924) y en la revista *Sur* (a partir de 1939).

---

## El giro sentimental del orden

“Sólo puede dar alegría la representación de un mundo perfecto donde todo está ordenado, de contornos nítidos, de colores limpios, de forma definidas y de detalles minuciosos hasta la exaltación” (1927, 3) se lee en una suerte de manifiesto de arte, sin firma, que la revista de la vanguardia argentina *Martín Fierro* publica en marzo de 1927. Bajo el título “Un cuadro sinóptico de la pintura”, el esquema adjudicado posteriormente a Norah Borges muestra, como analiza Patricia Artundo (1996), una filiación a la estética del *retour à l'ordre* con las libertades que le proporciona la no pertenencia estricta a la cultura europea de posguerra. Sin dudas, esa actitud alegre que inaugura el epígrafe -“La pintura ha sido inventada para dar alegría al pintor y a los espectadores” (ídem)- es una de las formas de la libertad que le imprime Norah a una estética que reniega de la copia documental. También hay colores *alegres* que evitan los contrastes cromáticos violentos: rosa y limón, rosa y verde veronés, rosa y salmón. El orden se respeta pero se *apastela* con pinceladas sentimentales, desviándose así de la estética de los “vanguardistas católicos”<sup>12</sup> que no admitían los gestos emotivos dentro de la construcción formal de las obras.

---

<sup>12</sup> Trabajé los cruces entre vanguardia y catolicismo en Argentina y Brasil –y la construcción de lo que denominé “vanguardismo católico”- en mi tesis de Doctorado llevada a cabo en la Universidad de Buenos Aires (Cabezas 2019).

---

**MARTIN FIERRO**

**UN CUADRO SINÓPTICO DE LA PINTURA**

LA PINTURA HA SIDO INVENTADA PARA DAR ALEGRIA AL PINTOR Y A LOS ESPECTADORES

**1 COLOR**

Solo puede dar alegría la representación de un mundo perfecto donde todo está ordenado, de contornos sencillos, de colores limpios, de formas definidas y de detalles numerosos hasta la exaltación — hay que alegrar para pintar, solamente lo que nos da verdadera felicidad. — No hay que pintar todo lo que se ve, hay que pintar de la felicidad.

**2** Solo hay que usar los colores que dan alegría a los ojos.

**3** Inspirarse en las decoraciones de los cirios, en las serpentina, en los tapetes, en las alfombras — los niños y los decorados de carne tienen mucho gusto para los colores.

**4** Pintar el color con la intención de cada cosa.

**5** Pintar el color "místico" de cada cosa, el que le da el ambiente que necesita — el color "místico" es el color que las cosas toman también en el cielo.

**6** Evitar las tierras, el negro puro, los marrones y grises oscuros que no pueden darnos alegría.

**FORMA**

**7** Elegir las formas definidas y píasas

**8** Evitar la representación de objetos desdibujados

**VALORES**

**9** Evitar los contrastes de valores — tratar que todos los valores del cuadro se asemejen entre sí o sean idénticos

**TEMAS**

**10** El mundo del cuadro debe de ser otro mundo pequeño y más perfecto — los personajes felices, con ropas firmantes — las casas y el cielo recién pintadas — y el verano como estación perenne.

**FIN**

**EMPLEOS:** ROSA Y LIMON  
ROSA Y VERDE VERONES  
ROSA Y SALMON

**EMPLEOS:** PINTAR LA ROSA: ROSA  
VERDE

**EMPLEOS:** LA RESURRECCION: EL GIBCO (Museo del Prado)  
LOS TRES ANGELES: MARIE LAURENTIN (Collection Besard)  
LAS MINIATURAS INDIAS Y PIRAMIDES (del British Museum)  
LAS DECORACIONES RUSSAS: MARIA GONCHAROVA  
LOS CANDIDATOS: PEDRO FIGARI  
LAS BAILARINAS: ELVIRA OCANDO + IRENE LAGUT

**EMPLEOS:** LAS MANZANAS  
LAS OVIARIAS  
LAS MUJERES  
LOS SANTOS  
LAS CASAS

**EMPLEOS:** EL CILINDRO  
EL OJO  
LA PIRAMIDE  
LA SERRA  
EL OJO

**EMPLEOS:** LA HISTORIA DE HERODES (fraseo de Masolino, Baptistero Castiglo d'Osma)  
EL PARADISO (fraseo de Orsagna, S. Maria Novella, Florencia)  
LA NOCE (del donator BOUTSEAU)  
MARIEFA (de Pablo Picasso, collection P. Rosenberg)

**EMPLEOS:** ROSA Y MARANJA  
ROSA FALIDO Y LIMON

**EMPLEOS:** SALOME BAILANDO: P. VILIPPO LIPPI (fraseo en la Catedral de Prato)  
PAYSAGE DE VALLEBERGAS: SVEN WESTMAN  
ARLEQUINS: PICASSO (1919)  
L'ENTANT AD VILGOS: MARIE LAURENTIN (1920 collection P. Rosenberg)  
LE CHEMIN DE TER: E. MANNI  
PERSONS DE LA TOUR DE LA GARDEBROS: LACOMON, Palais des papes (XIV siècle)  
RETRATO DE NRO: DONATOR BOUTSEAU (collection Pyschold)  
EL VELERO: GOYA

**EMPLEOS:** MARIA GONCHAROVA—Decoracion  
OCAGNA—El Partido  
P. PICASSO—Bailata (C. Rosenberg)



LA TOUR DE LA GARDE ROSE.— Fresco (1400)



P. PICASSO—Astrucin (1919)



P. PICASSO—Historia de Herodes (Fragmento)



P. PICASSO—Bailata (C. Rosenberg)




Fig. 5: "Un cuadro sinóptico de la pintura", *Martín Fierro*, n. 39, marzo de 1927.

Es que, como adelantamos al comienzo del artículo, la construcción de una joven intelectualidad católica laica en Argentina y Brasil abrió el diálogo con algunos de los representantes de las vanguardias a fines de la década del veinte, quienes también se sintieron atraídos por el revitalizado pensamiento católico. A través de los Cursos de Cultura Católica en Buenos Aires y del Centro Dom Vital en Rio de Janeiro, con sus publicaciones, en especial *Criterio* y *A Ordem*, sus programas de estudio y sus encuentros culturales, se proyectó la necesidad de moldear una cultura religiosa erudita y de elite que sostuviera con argumentos filosóficos y estéticos una respuesta antiliberal y antimaterialista a un presente percibido en crisis<sup>13</sup>. Sin dudas, el ingreso del catolicismo

<sup>13</sup> En Argentina, además de los Cursos y la revista *Criterio* (1928), podemos mencionar a la creación del Ateneo de la Juventud (1928) y la organización del grupo de poesía y arte Convivio, mientras que en Brasil se organiza la Acción Universitaria Católica (1929), El Instituto Católico de Estudios Superiores (1932) y la Confederação Católica Brasileira da Educação (1935); asimismo, la construcción del monumento al Cristo Redentor en Río de Janeiro inaugurado en 1931, el Congreso Eucarístico Internacional realizado en Buenos Aires en 1934 y la visita del filósofo francés neotomista Jacques Maritain a Latinoamérica en 1936 en pleno debate sobre la Guerra Civil Española constituyen tres

a la modernidad precisaba de quienes conocieron de cerca las novedades del arte y la literatura; y así los jóvenes modernos empezaron a participar de las actividades y publicaciones de los jóvenes católicos, permitiendo la renovación de los modos de decir de la fe –en riña con las limitaciones que el clero les irá imponiendo a medida que ganen terreno las innovaciones. Pero también los efectos del encuentro se perciben del “otro bando”: ciertos escritores y artistas de la vanguardia argentina y del modernismo brasileño se sintieron atraídos por el llamado espiritual y diseñaron, en consecuencia, experiencias vanguardistas católicas en las que conjugaron el juego de las formas que proponía el arte moderno con la intelectualización de un elevado sentido religioso que se desprendía de la filosofía neotomista. Norah, y también Adalgisa, participan de este clima de ideas en el que vanguardia y catolicismo no se presentan en términos de enfrentamiento, sino todo lo contrario; así lo explica Jacques Maritain:

Lo que los antiguos decían de lo bello debe tomarse en el sentido más formal, evitando materializar su pensamiento en alguna especificación demasiado estrecha. No hay manera sola, sino mil y diez maneras en que la noción de integridad o perfección o de acabamiento pueden realizarse. La ausencia de cabeza o de brazos es una falta de integridad muy apreciable en una mujer, y muy poco en una estatua, a pesar de la pena que haya sentido M. Ravaissou por no poder completar la Venus del Milo. El más pequeño croquis de Vinci y hasta de Rodin, es más acabado que el más cumplido Bouguereau. Y su place a un futurista no hacer más que un solo ojo, o un cuarto de ojo, a la dama que retrata, nadie le discute ese derecho; se le exige tan sólo –y aquí está todo el problema-, que este cuarto de ojo sea justamente todo cuanto es menester de ojo a la dicha dama en el caso dado. (1945, 42)

En sus intervenciones, Maritain alienta la creación de obras integrales y bien proporcionadas que regulen el “amasijo sensual” de la materia: desde Baudelaire hasta Le Corbusier, pasando por Satie o por los cubistas, se valoran aquellas experimentaciones literarias y artísticas que se guíen por la ley de la armonía matemática, como garantía de la vida misteriosa del espíritu. Desde el concepto tomista de “esplendor de la forma” se abre camino para obras modernas que no caigan en la representación, sean íntegras, proporcionadas y bellas, es decir, “misteriosas” en su sentido ontológico. Su opción es por un arte que es humano (el dominio del arte es el del *hacer*) pero que, paradójicamente, se libere de esa humanidad –y se sostenga sobre lo universal– al proponer un artista-artesano o *artifex* que esté supedito a las reglas y valores de la obra, que son estrictamente materiales, pero que lo exceden. Este mecanismo creador fundamentalmente antirrepresentativo y estrictamente formalista, en el que forma es tanto ordenamiento como espiritualidad, se vuelve convocante para una zona de la vanguardia argentino-brasileña que transitó el camino de la creencia religiosa junto con el llamado al orden.

Norah, artista moderna que se nutre en Europa de las tendencias pictóricas del expresionismo y cubismo, también es una devota católica que participa activamente de las muestras

---

hitos que hablan del protagonismo que adquiere el catolicismo, no sin conflicto, en el espacio público de la década del treinta y sus repercusiones en la década siguiente.

---

del Convivio, cenáculo juvenil de las letras y el arte de los Cursos de Cultura Católica, e ilustra algunas páginas de las revistas culturales religiosas *Criterio* y *Número*. De hecho, en esta última publicación encontramos *Aviñón*, una obra de 1924 influenciada claramente por De Chirico, que aparece seis años después volviendo transparente la confluencia entre el retorno religioso y la estética del llamado al orden, en este caso de raigambre metafísica. La fuerte impronta constructiva de *Aviñón* echa por tierra la lista de adjetivos que se profesaban sobre Norah, citada en el anterior apartado, que iban de la delicadeza e ingenuidad infantil hasta la fantasía, la magia y el hechizo, que la alejaría de la racionalidad, lo simple y entendible. Producto del viaje de Norah con su familia por ciudades europeas a lo largo de un año, desde mediados de 1923, la obra está impregnada del clima de *retour à l'ordre* que suscita polémicas y debates en Europa, principalmente en España por donde la familia Borges más viajó<sup>14</sup>. Para Patricia Artundo, la investigación en torno a la perspectiva como sistema a partir del cual se organiza la imagen es uno de los rasgos característicos que toma Norah de esta estética del orden, que asimismo alienta la abstracción temporal y los ambientes despojados. No obstante, pese a la coherencia y tranquilidad que propone el dibujo, la crítica argentina muestra que ciertas transgresiones en relación con la perspectiva (en el delineado de los edificios) y la sumatoria de puntos de fuga, junto con la materialidad de las sombras que casi se convierten en objetos independientes, o la representación bidimensional del monumento y el jinete que contradice el planteo en profundidad, inquietan la aparente serenidad que pretende transmitir la obra.

---

<sup>14</sup> En el capítulo “Un giro definitivo (1924-1930), Patricia Artundo reconstruye la polémica que se suscita en España sobre el llamado “retorno al orden” y que involucra a Guillermo de Torre, Eugenio D’Ors, Sebastià Gasch y Alfredo Brandán Caraffa.

---

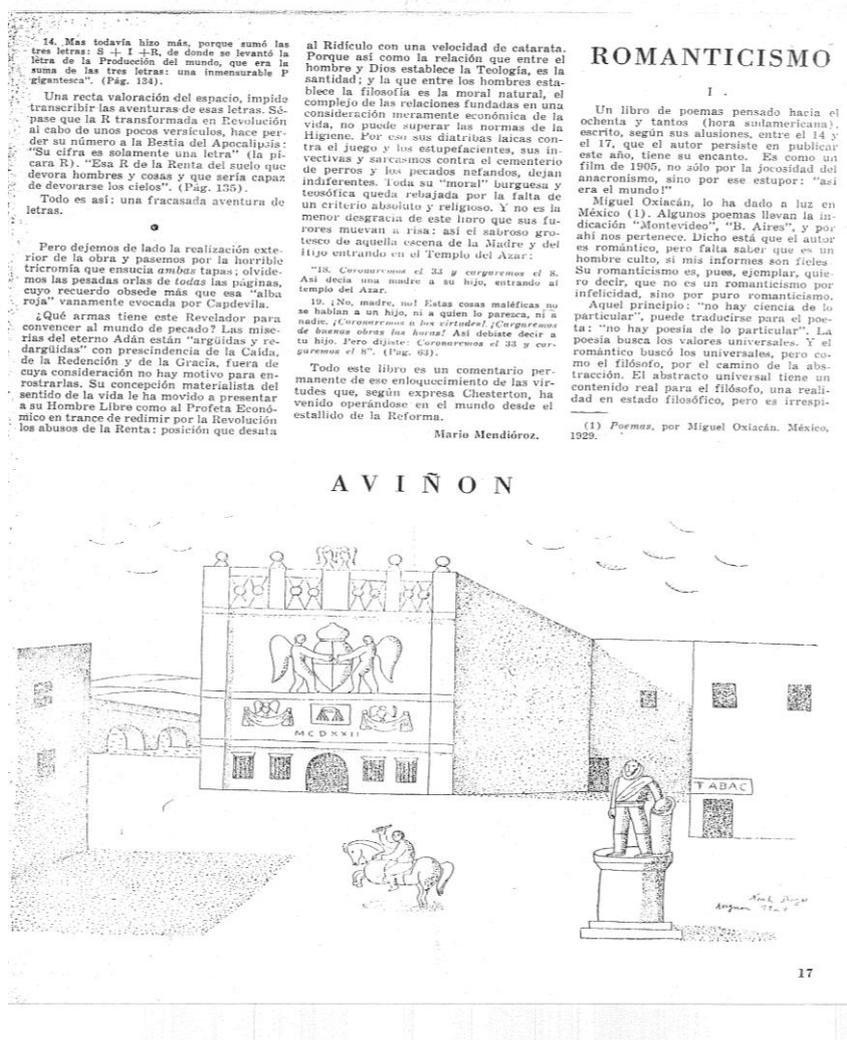


Fig. 6: "Aviñon", Número n.2, febrero de 1930.

Esta apariencia serena es tomada como atributo distintivo de las imágenes de Norah por parte de la crítica contemporánea. Por ejemplo, en la muestra que comparte con Rafael Barradas en la Asociación Wagneriana; frente al asombro "indigno y burlesco ante cuadros de Barradas", se comenta desde la *Gaceta Literaria* (Berges 1930) que las obras de la joven artista argentina no producen violencia, y la incompreensión del espectador tampoco se traduce en diatriba, "cuando más, en silencio y sonrisa. El arte clarísimo de Norah realiza el mito de Orfeo: el pincel, el lápiz o la pluma de Norah domestican a las fieras" (idem). Pero antes que la figura patriarcal de Orfeo, podría pensarse en el relato mítico de las ménades que anhelan superar los límites de la racionalidad y la forma como atributos masculinos. Porque si bien las imágenes reproducen ciertos cánones hegemónicos de la feminidad, lo hacen desde una óptica estrictamente formal. Su arte tranquilizador, que no generaría violencia ni grandes cuestionamientos —de hecho, hasta Artundo afirma que *Aviñon* no llega a perturbar como lo hacen las obras de De Chirico— impone la pregunta:

¿por qué lo contestatario debe guiarse por los grandes gestos? ¿Qué pasa con el detalle sutil que desestabiliza, o el ligero desvío de la norma?

En Norah, es verdad, no hay negación ni rebeldía, pero la exacerbación del mundo rosa asociado a la feminidad funciona como reto y la “condescendencia” como desafío. Inmersa en los grupos masculinos que componen los varones de la vanguardia y los varones del catolicismo, la hermana de Borges y esposa de Guillermo de Torre delinea un arte que combina lo impensable: rigor, ingenuidad y sentimiento. Un “cursi bueno” –en palabras de Roberta A. Quance (2007)– que rompe en cierto modo esa distinción normativa que colocaba lo racional, universal y objetivo del lado de lo masculino y dejaba lo sentimental, íntimo y subjetivo del bando femenino. Como sus ángeles bisexuales o andróginos, el arte de Norah quiebra las “divisiones emocionales implícitas” (Illouz 2007, 17) que se organizan de un modo jerárquico organizando implícitamente las disposiciones sociales, morales y de género. En este sentido, uno de sus óleos más famosos, *La anunciación*, ilustra la posibilidad de habitar en lo paradójico, el planteo geométrico de la composición y sus figuras de trazos vanguardistas se combinan con una escena poética, de gran ternura, que hace de la anécdota religiosa una suerte de charla cotidiana entre amigas (es imposible no notar la feminización del ángel que lleva el mensaje divino a la Virgen).

En este punto, vale mencionar la “Lista de obras que prefiero”, que acompaña el artículo “Nueve dibujos y una confesión”, publicado en *La Nación* en agosto de 1928, en el que Norah enumera los artistas, objetos y temáticas que le interesan, mostrando que la alegría en general vinculada con la infancia (los juguetes, las muñecas y los títeres), la religión (los altares y las figuras de Santa Rosa de Lima) y lo mitológico (las sirenas) se combinan sin mayores conflictos con el arte moderno de Picasso o Le Corbusier, produciendo una sentimentalización del orden y de la fe que no estaba en la agenda del catolicismo modernizador.



Fig. 7: “Nueve dibujos y una confesión”, *La Nación*, domingo 9 de agosto de 1928.

Si bien hay elementos compartidos con lo que será años más tarde el universo narrativo de su amiga Silvina Ocampo, en Norah no hay oscuridad o perversión; todo lo contrario, sus figuras apelan al afecto y a una religiosidad que se impregna del contacto y del cuidado. Asimismo, contra una manifestación pública y viril de la fe, las niñas, ángeles y santos se ubican en una esfera comunitaria que desasigna el género y escapa a los códigos del sentimiento romántico. En su lugar aparece la androginia, la “sororidad” y el cariño entre iguales.

## La abstracción de lo putrefacto

Desde Brasil, Adalgisa Nery también imagina un camino alternativo dentro del impulso constructivo que impregna su entorno, en especial del contacto con su marido Ismael y el amigo en común Murilo Mendes. Como se señala en su biografía, solo comienza a escribir tras la muerte

de Ismael<sup>15</sup>. Su primer poema data de 1937, y con la ayuda de Murilo, que selecciona y organiza paternalmente sus escritos, lanza su primer libro llamado *Poemas* ese mismo año. La musa adquiere voz y, aunque todavía se encuentre dentro del marco contenedor de sus “admiradores” —es conocida la pasión que Murilo siente por ella (Callado, 1999)—, trastoca con habilidosa oscuridad el paternalismo estético y religioso.

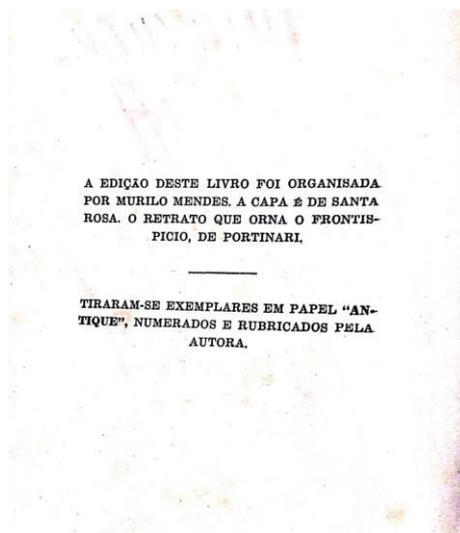


Fig. 8: Primera página de *Poemas* de Adalgisa Nery (1937)

Ya en “Eu em ti”, ese primer poema publicado en la *Revista Académica*, se puede detectar el deslizamiento que realiza del “esencialismo” de Nery–Mendes, que suponía una relectura del catolicismo a través de la abstracción de la coordenada espacio-temporal<sup>16</sup>. Por un lado, la escritura desborda la contención limitante de la página en sintonía con la fuga del espacio y tiempo, como dictara la filosofía de su esposo muerto:

Desejaria estar contigo quando eras no pensamento de Deus,  
(...)  
Desejaria estar contigo na tua infância e na tua adolescen-  
[cia, acompanhando as transformações  
[do teu physico... (1937, 7)

Pero, por otro lado, en su incursión o relectura del esencialismo aparece la carne como textura privilegiada, y es en la descomposición física donde se alcanza ese momento borroso en que las categorías de cuerpo, espacio y tiempo dejan de tener un sentido representacional:

E ainda eu desejaría estar contigo no momento da separa

---

<sup>15</sup> En su biografía, Ana Callado (1999) relata la violencia simbólica que sufrió Adalgisa a causa de Ismael, lo que explicaría su negativa a escribir. Callado se apoya fuertemente en *La Imaginária*, el libro ficcional pero autobiográfico de Adalgisa (2015).

<sup>16</sup> Trabajé el “esencialismo” estético-religioso de Ismael Nery, Murilo Mendes y Jorge de Lima en “Poética e icónica trinidad: Ismael Nery, Murilo Mendes y Jorge de Lima” (Cabezas 2018b).

[ção de tua alma,  
Na decomposição de tuas carnes, do teu cerebro, de tua  
[boca, do teu sexo,  
Para poder continuar contigo, no Mundo sem Espaço e sem  
[Tempo... (ibídem: 8).

Tan solo dos años separan *Poemas de Tempo e eternidade*, el libro en conjunto de Murilo y Jorge de Lima, y las continuidades no son pocas. El libro de Adalgisa no esconde el trazo religioso de su autora, y su escritura va repitiendo –con diferencias– ciertos temas ya transitados por los poetas católicos amigos. Hay creencia (“Meu de profundis”), interpelación a Dios (“Prece da Angustia”), apocalipsis (“Poema apocalíptico”), ritos (“Procissão”), crítica social (“Poema operario”), comunión con la humanidad (“Equilíbrio”, dedicado a Murilo), salidas del sí misma (“Eu me sonho”, “Procissao interior”), y hasta hay un “Poema essencialista”. En principio, este último responde al imaginario neryano y muriliano, mediante su inscripción en el “espectáculo das formas”, en la “nostalgia de outras eras” y vidas, junto con la promesa de una “essencia inmortal” (41); sin embargo, pronto se muestra la fractura en la dinámica: la dupla destrucción/construcción no se presenta de un modo seguro, sino más bien tentativo –“Quero destruir para **tentar** construir” (42. El resaltado me pertenece)–; es que ahora la seguridad pasa por otro par disyuntivo, el “mysterio da podridão e da germinação” (ídem). El paisaje objetivo y sereno del orden, el de las figuras geométricas y los íconos sacros, deviene estética de ultratumba, el yo poético alberga la memoria de lo ancestral y en su diseño también se yuxtaponen otros trazos que no son necesariamente humanos, tal como se lee en “Cemitério Adalgisa”:

Moram em mim  
Fundos de mares, estrelas d'alva,  
Ilhas, esqueletos de animaes,  
Nuvens que não couberam no céu,  
Razões mortas, perdões, condennações,  
(...)  
Sou morada pelas cousas como a terra das sepulturas  
E' habitada pelos corpos. (69)

Si en la filosofía de su esposo –representado muy bien en su obra *Esencialismo*– el desvío identitario está dado por el juego de figuras humanas que descentran la categoría del yo unívoco, la propuesta esencialista de Adalgisa se vuelve terrenal, y la desintegración del sujeto –que declina en femenino– se produce a partir del contacto con aquellos restos olvidados que se ubican al margen tanto de la naturaleza como de la civilización humana. Esa es la verdadera eternidad para la poeta brasileña, la de los esqueletos animales que yacen en la tierra por siglos sin que nadie los reclame, o las nubes que quedan fuera del marco de una visión sesgada del cielo. Pero también con esos restos Adalgisa problematiza el lugar de la mujer en el mundo. De un modo casi imperceptible pero no por ello edulcorado, es posible rastrear en sus poemas una conciencia ontológica que

---

refiere al papel menor que posee la subjetividad femenina en sociedad; “Perspectiva” lo enuncia de forma clara y directa. El texto poético pinta un paisaje con exactitud donde aparecen elementos en primer plano, con mayor volumen y destaque, entre los que se distinguen: “Uma arvore com flores, depois fructos,/ Uma nuvem polpuda muito branca,/ Um muro com uma sombra bem comprida,/ Uma estrada se alongando muito certa,/ O sol se derramando numa pedra, / Um casal de vermes procriando...” (1937, 14). Pero luego de esta enumeración en primer plano, llega el momento de mostrar el fondo, y así se lee:

E eu no fundo, bem no fundo,  
A figura mais distante,  
Menor que o verme, que o vegetal, que o mineral,  
O ser menor da humanidade  
Servindo apenas para aumento, dando força e volume  
A’ completa exatidão na perspectiva da paisagem... (idem)

Adalgisa muestra el costado androcéntrico de una historia del arte que invisibiliza a la subjetividad femenina, al colocarla no sólo como telón de fondo sino también como sostén de la exactitud pictórica. Así, ve que la minoridad de la mujer es un factor imprescindible en la construcción exacta del paisaje, tan reivindicada por los vanguardistas que retornaron al orden (y a la religión): desde las penumbras, la mujer respalda y hace posible, y hasta da fuerza y volumen, a las obras que componen los artistas en sus raptos de inspiración. Será por eso que una constante en sus poemas refiere a colocar a las figuras femeninas en serie con el universo natural; es que si dentro de la arquitectura occidental le cabe el fondo, en el cosmos puede adquirir protagonismo: ya sea a través de las voces de los fenómenos naturales o minerales –“Uivada pelos ventos: A D A L G I S A . . .” (1937, 64)–, o de diferentes devenires –ser–nube o ser–alga (“Poema natural”)– que otorgan libertad.

En línea con Norah, pero con más astucia y osadía, Adalgisa tampoco le teme al uso de los clichés en relación con lo femenino, y su operación se asienta en lo esperable para desde ahí develar lo silenciado, algo que se hace particularmente evidente con el esencialismo. Sus poemas se inscriben en esa línea de pensamiento y muestran su inadecuación, la dificultad de lidiar con una abstracción que se asocia a lo masculino. Al mismo tiempo, aunque la fuerza de lo natural se posiciona como un imaginario posible en donde la mujer *estaría* esencialmente más cerca de la naturaleza, la relación no se da de un modo tranquilizador, como podría creerse, sino que se apela al costado perturbador del ecosistema, a la putrefacción como transformación:

E por fim quero ser verme  
Me esperando no sepulcro  
Quero comer a mim mesma,  
Sentir a transformação  
E logo depois me tornar  
Uma açucena em botão (1940, 16)

---

Los versos pertenecen a “Sou tudo no mundo da abstração”, de *A mulher ausente* publicado por José Olympo en 1940 con dibujos de Cândido Portinari<sup>17</sup>; y tanto en este libro de poemas como en sus cuentos –*Og* de 1943– lo podrido se recrudece y se vuelve compañero ineludible del deseo de abstracción. Porque si la transformación implica muerte, no se apuesta por un tono escultórico límpido y frío; por el contrario, es la angustia y el desmoronamiento de las formas “bellas” lo que toma su lugar. El relato de Adalgisa elige los restos en descomposición para contradecir de modo directo y contundente el deseo abstracto, “limpio” y puro, que guía tanto al pensamiento religioso, en su carácter espiritual, como los postulados del arte moderno en su esencialismo y serenidad constructiva. Al mismo tiempo que supone una identidad femenina en serie con el poder transformador de lo vegetal que no está aprisionado por las ataduras del sistema sexo-genérico.

### **A modo de conclusión**

Niñas, musas o creadoras bajo vigilancia, Norah y Adalgisa dan su propia versión del retorno al orden y el llamado religioso en los años treinta. Sus producciones modernas surgen de lo que había quedado excluido de esa comunidad ordenada a través de un lenguaje alternativo que “surge en las fronteras de una comunidad ordenada” (Masiello 1997, 256), renegando y haciéndole frente al supuesto peligro de una *feminización* de la cultura y el pensamiento. Los sentimientos y los restos en su materialidad palpable ingresan y trazan una arista nueva sobre el relato de una modernidad religiosa que, en sintonía con el proyecto estético moderno, no cesa de reescribirse.

De este modo, contra el catolicismo civil, pero también contra el paternalismo del arte y las letras, ambas exploran identidades femeninas y formas de estar en el mundo que resistan los mandatos masculinos que las vigilan. Como intenté mostrar en el desarrollo del artículo, ellas juegan con el alcance y los límites de sus “atributos” femeninos, e imaginan otros recorridos creativos y religiosos en sus obras a través de un proyecto de *refeminización* de la esfera estético-religiosa que implica combinar una conciencia formal moderna e innovadora con otro tipo de materiales e intereses: la valorización del sentimiento como construcción de una afectividad no hegemónica en el caso de Norah y la apertura a la carne y al resto olvidado como crítica de género en el caso de Adalgisa.

### **Referencias bibliográficas**

---

<sup>17</sup> *Poemas* traía el retrato realizado por Portinari en 1934.

---

- Acosta, Alfredo (Atalaya) Chiabra. *1920-1932: Críticas de Arte Argentino*. Buenos Aires: M. Gleizer, 1934.
- Alcalá, May Lorenzo de. *Norah Borges: la vanguardia enmascarada*. Buenos: Eudeba, 2009.
- Amoroso Lima, Alceu. “Apologetica e sociologia de H. De Tourville”. *A Ordem*, n. 5 (1930): 22-23.
- Andrade, Drummond. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- Artundo, Patricia (dir.). *Norah Borges. La obra gráfica 1920- 1930*. Buenos Aires: s.n, 1994.
- Artundo, Patricia. “Entre ‘La Aventura y el Orden’: los hermanos Borges y el ultraísmo argentino”, *Cuadernos de Recienvenido ‘Borges 100 años’*, Universidade de São Paulo, n. 10 (1999): 57-97.
- Borges, Consuelo. “Una exposición de Norah Borges”. *La Gaceta Literaria*. Madrid, n. 95, 1 de diciembre, 1930.
- Bernárdez, Francisco Luis. *Cielo de tierra*. Buenos Aires: Sur, 1937.
- Blasco Herranz, Inmaculada. (coord.): “Entre la religión y la política: mujeres y culturas políticas católicas en la España contemporánea”. Dossier. *Arenal* (2008): 209-293.
- Blasco Herranz, Inmaculada. “Género y religión: de la feminización de la religión a la movilización católica femenina. Una revisión crítica.” *Historia Social*, n. 53 (2005): 119-136.
- Bonet, Juan Manuel. “Hora y media con Norah Borges”. *Renacimiento*, n. 8 (1992): 5-6.
- Borges, Norah. “Un cuadro sinóptico de la pintura”. *Martín Fierro*, n. 39 (1927): 3.
- Borges, Norah. “Aviñón”, *Número* n.2 (1928): 17.
- Borges, Norah. “Lista de obras que prefiero”. *La Nación*, 9 agosto de 1928, p. 7.
- Borges, Norah. *Norah Borges, casi un siglo de pintura*. Buenos Aires: Centro Cultural Borges [Catálogo de exposición], 1996.
- Cabezas, Laura. *Dios no ha muerto: Literatura, arte y catolicismo en la Argentina y el Brasil de los años treinta y cuarenta*. Tesis de doctoral. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2019.
- Cabezas, Laura. “La espiritualización de la vanguardia, o el diseño de una modernidad católica entre París y Buenos Aires”. *Estudios de Teoría Literaria. Revista digital: artes, letras y humanidades*, n. 17 (2019): 35-46.
- Cabezas, Laura. “Primacía de lo espiritual. Arte e imágenes en la primera etapa de *Criterio*”. *Orbis Tertius*, Universidad de La Plata. *Orbis Tertius*, vol. XXIII, n. 28, e090, diciembre 2018. ISSN 1851-7811. <https://doi.org/10.24215/18517811e090>
- Cabezas, Laura. “Poética e icónica trinidad: Ismael Nery, Murilo Mendes y Jorge de Lima”. *Letras Escreve*, Macapá, n. 4 (2018): 129-140. ISSN 2238-8060. <https://doi.org/10.18468/letras.2018v8n4.p129-140>
- Cabezas, Laura. “Cristianismo herético. Murilo Mendes y el legado de Ismael Nery”, in Cámara, Mario, Giorgi, Gabriel y Patiño, Roxana (orgs.). *¿Por qué Brasil, qué Brasil? Recorridos críticos*. Villa María: EDUVIM, 2017.
- Callado, Ana. *Adalgisa Nery: muito amada e muito só*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- Chesterton, G. K. *Santo Tomás de Aquino*. Traducción y notas: Juan Carlos de Pablos. En línea: [www.chestertonblog.com](http://www.chestertonblog.com), 2014.
-

- Di Stéfano, Roberto y Zanatta, Loris. *Historia de la Iglesia argentina. Desde la conquista hasta fines del siglo XX*. Buenos Aires: Grijalbo-Mondadori, 2001.
- Diz, Tania. “Prólogo”, Lange, Norah. *La calle de la tarde. Los días y las noches. EL rumbo de la rosa*. Buenos Aires: Eudeba, 2018.
- Illouz, Eva. *Intimidades congeladas: las emociones en el capitalismo*. Buenos Aires: Katz, 2007.  
<https://doi.org/10.2307/j.ctvndv74r>
- Lahuerta, Juan José. *El fenómeno del éxtasis. Dalí ca. 1933*. Madrid: Siruela, 2004.
- Lima, Jorge de. *Poesía completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997.
- Lima, Jorge de y Mendes, Murilo. *Tempo e eternidade*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.
- Maritain, Jacques. “Santo Tomás, apóstol de los tiempos modernos”. *Obras breves de Jacques Maritain*, 1923. [http://www.jacquesmaritain.com/pdf/04\\_MET/05\\_M\\_STAapost.pdf](http://www.jacquesmaritain.com/pdf/04_MET/05_M_STAapost.pdf).
- Maritain, Jacques. *Arte y escolástica*. Buenos Aires: Club de Lectores, 1945.
- Martínez Quijano, Ana. *Norah Borges, casi cien años de pintura*. Buenos Aires: Centro Cultural Borges, 1996.
- Masiello, Francine. *Entre civilización y barbarie: mujeres, nación y cultura literaria en la Argentina moderna*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 1997.
- Mendes, Murilo. *Poesía completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- Miceli, Sergio. *Imagens negociadas. Retratos da elite brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Nancy, Jean-Luc. *La mirada del retrato*. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.
- Nery, Adalgisa. *Poemas*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1937.
- Nery, Adalgisa. *A mulher ausente*. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1940.
- Nery, Adalgisa. *Og (contos)*. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1943.
- Nery, Adalgisa. *A imaginária*. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 2015.
- Quance, Roberta. “Espacios masculinos / femeninos: Norah Borges en la vanguardia”. *Dossier Feministas*, n.10 (2007): 233-248.
- Sant’anna, Affonso. “Adalgisa Nery: vampirismo masculino ou a denúncia do pigmalhão”. Nery, Adalgisa. *A imaginária*. Rio de Janeiro: J. Olympio. (2015): 315-327.
- Santos, Marcelo. “A musa desdobrada. Trajetórias do eu ao outro na obra de Adalgisa Nery”. *Araraquara*, n. 42 (2016): 111-126.
- Tomás de Aquino. *Suma Teológica I*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2014.

\*\*\*

Recibido: 15 de febrero de 2020

Aprobado: 25 de marzo de 2020

---

Dossiê: Identidades e sexualidades hegemônicas e contra-hegemônicas. Feminidades e masculinidades em tempos autoritários

*<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.29586>*

**Una aproximación al estudio de la represión sobre las mujeres durante el Franquismo desde Historia del Derecho: las juzgadas en el Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas**

*Uma abordagem para o estudo da repressão de mulheres durante o regime de Franco a partir da História do Direito: as julgadas no Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas*

*An approach to the study of repression of women during the Franco regime from the History of Law: those tried in the Regional Court of Political Responsibilities*

Elisabet Velo i Fabregat\*  
*<https://orcid.org/0000-0002-7995-6229>*

*A la memoria de las mujeres de todos los tiempos que sufrieron la represión por no seguir las normas.  
En especial a las personas transgénero:  
Vuestra lucha es la de todas.*

RESUMEN: En el presente artículo se reflexiona sobre el necesario estudio de la represión franquista ante los tribunales desde una perspectiva de género, que lea los expedientes más allá de la aplicación de la ley y se fije en aquellas circunstancias personales que puedan decantar la decisión del tribunal hacia la absolución o la penalización de la conducta enjuiciada. Circunstancias que, por otro lado, pueden ser elementos de subversión contra los estereotipos de género impuestos por el régimen franquista con la instauración del *Nuevo Estado*. Es responsabilidad de las historiadoras (e historiadores) del Derecho analizar los expedientes judiciales mirando más allá de lo relatado en los

---

\* Licenciada en Derecho, Máster en Estudios de Mujeres, Género y Ciudadanía por el iEDG y Doctora en Derecho Público por la Universidad Autónoma de Barcelona. Profesora asociada de Historia del Derecho y las Instituciones, Departamento de Derecho Público y Ciencias Histórico-jurídicas de la Facultad de Derecho de la Universidad Autónoma de Barcelona. Publicaciones principales: “La mujer en la Ley de Relaciones Laborales de 1976”, “El permiso de lactancia en la legislación social franquista: normas sectoriales y de empresa”, “Técnica legislativa, partidos políticos, docencia por proyectos y aplicaciones informáticas” (con Dr. Daniel Vallès y Dra. María Jesús Espuny), “Trabajo femenino y comercio familiar: el Poble Sec de Barcelona en la posguerra.”, “Redes de solidaridad entre mujeres del Poble Sec de Barcelona durante el franquismo en espacios públicos y privados.” Líneas de investigación: Historia social del Derecho, trabajo de la mujer, género, franquismo, Transición. E-mail: [elisabet.velo@uab.cat](mailto:elisabet.velo@uab.cat)

mismos, enfocando la represión desde una perspectiva de género y, además, feminista, que tenga en cuenta las circunstancias señaladas anteriormente y que detecte la presencia del patriarcado y el androcentrismo como un elemento más de la represión contra las mujeres (y contra el colectivo LGBTI, aunque no es objeto del presente artículo). Para iniciar la reflexión sobre la cuestión que nos ocupa se analizará el contenido de dos expedientes custodiados en el Archivo Central del Tribunal Superior de Justicia de Catalunya (TSJC) y de la Audiencia Provincial de Barcelona (APB) correspondientes al Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas del franquismo, siendo éstos una primera aproximación a la materia, que se espera ampliar en un futuro inmediato. Revisando los expedientes han surgido una serie de dudas sobre la represión ejercida sobre hombres y mujeres cuanto las circunstancias personales de las personas procesadas: ¿Fue igual la represión sobre hombres y mujeres, independientemente de sus circunstancias de género?

Palabras clave: Ley de Responsabilidades Políticas. Tribunal de Responsabilidades Políticas. Represión sexual. Historia de las mujeres. Franquismo.

RESUMO: No presente artigo busca-se refletir sobre o necessário estudo da repressão franquista frente aos tribunais, sob uma perspectiva de gênero, em que são lidos os processos, para além da aplicação da lei, direcionando olhar para as circunstâncias pessoais que podem orientar a decisão do tribunal em direção à absolvição ou à condenação da conduta julgada. Circunstâncias essas que, por outro lado, podem ser elementos de subversão contra os estereótipos de gênero impostos pelo regime franquista com a instauração do *Novo Estado*. É responsabilidade das historiadoras (e historiadores) do Direito analisar os processos judiciais olhando para além do relatado nos mesmos, focando na repressão a partir de uma perspectiva de gênero e, além disso, feminista, que leve em conta as circunstâncias assinaladas anteriormente e que detecte a presença do patriarcado e o androcentrismo como elementos a mais de repressão contra as mulheres (e contra o coletivo LGBTI, ainda que este não seja objeto do presente artigo). Para iniciar a reflexão sobre a questão de que nos ocupamos, analisa-se o conteúdo dos processos mantidos no Arquivo Central do Tribunal Superior de Justiça da Catalunha (TSJC) e da Audiência Provincial de Barcelona (APB), correspondentes ao Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas do franquismo, sendo este uma primeira aproximação da matéria, que se espera ampliar em um futuro próximo. Ao revisar os processos, surgiram uma série de dúvidas sobre a repressão exercida sobre homens e mulheres quanto às circunstâncias pessoais das pessoas processadas. A repressão sobre homens e mulheres foi igual, independentemente de suas circunstâncias de gênero?

Palavras-chave: Lei das Responsabilidades Políticas. Tribunal de Responsabilidades Políticas. Repressão sexual. História das mulheres. Franquismo.

ABSTRACT: This article reflects on the necessary study of Franco's repression in the courts from a gender perspective, reading the files beyond law enforcement and looking at those personal circumstances that can lead the court's decision towards acquittal or the criminalization of prosecuted conduct. Circumstances that, on the other hand, can be elements of subversion against gender stereotypes imposed by the Franco regime with the establishment of the New State. It is

---

the responsibility of the historians of the law to analyse the judicial files looking beyond what they related, focusing repression from a gender perspective and, moreover, feminist, that considers the circumstances noted above and which detects the presence of patriarchy and androcentrism as yet a further element of the repression against women (and against the LGBTI collective, although it is not the subject matter of this article). To begin the reflection on the issue at hand, will be analysed of two files held in the Central Archive of the High Court of Justice of Catalonia (TSJC) and the Barcelona Provincial Court (APB) corresponding to the Tribunal Regional Political Responsibilities of Francoism, these being a first approach to the matter, which is expected to be extended in the immediate future. By reviewing the files, a number of doubts has raised about the repression exercised on men and women as to the personal circumstances of the prosecuted persons: Was the repression on men and women equal, regardless of their circumstances of Gender?

Keywords: Law of Political Responsibilities. Court of Political Responsibilities. Sexed repression. Women's history. Francoism.

#### **C3mo citar este art3culo:**

Velo i Fabregat, Elisabet. "Una aproximaci3n al estudio de la repres3n sobre las mujeres durante el franquismo desde historia del derecho: las juzgadas en el Tribunal Regional de Responsabilidades Pol3ticas". *Locus: Revista de Hist3ria*, 26, n. 1 (2020): 54-79.

\*\*\*

#### **La necesaria incorporaci3n de la perspectiva de g3nero en la investigaci3n de la Historia del Derecho: cuando el peso de la ley recae sobre las mujeres**

La disciplina de Historia del Derecho no se puede quedar atr3s en la incorporaci3n de la perspectiva de g3nero en la producci3n investigadora: introducir esta visi3n a la mirada como juristas expertos y expertas en Historia enriquece las investigaciones, conclusiones, sabidur3a y permite impartir una docencia con una mayor calidad cient3fica, humana y que, a la postre, cumple con el quinto Objetivo Sostenible de la Agenda 2030 de las Naciones Unidas, dedicado a la Igualdad de G3nero. En el presente estudio se adoptar3 lo que Pura S3nchez define como perspectiva feminista: "*analizar las diferencias como consecuencia de las relaciones de poder entre hombres y mujeres (y entre las propias mujeres) que estructuran lo social*" (S3nchez 2009, 40). El feminismo como compromiso pol3tico en el an3lisis de las relaciones de g3nero, en especial cuando nos acercamos al estudio de per3odos dictatoriales como el que nos ocupa: el franquismo.

No se puede olvidar a las mujeres cuando se habla de la historia de las leyes que rigen la trayectoria de las sociedades modernas: las normas otorgan o suprimen derechos, permiten ciertas actuaciones o, en caso contrario, las penalizan. Es el Estado el que ostenta el monopolio de la

---

fuerza y son los juzgados los que dictaminarán cómo debe resolverse una contienda entre civiles, o entre civiles y la Administración, o impondrán la pena que corresponda a la conducta realizada por alguien que ha cometido un daño a una tercera persona. El interés de la investigación por parte de juristas no sólo debe poner su atención en la trayectoria histórica de los diferentes ordenamientos jurídicos, sino también en el paso de las mujeres por los juzgados. ¿Cómo ha recaído el peso de la ley sobre las mujeres? ¿Por qué y de qué manera se las ha condenado? ¿Por qué motivos se las absuelve? ¿Ha influido su condición de mujeres en las resoluciones judiciales en los casos que han sido procesadas? ¿Las castigan solo por las actuaciones de sus maridos/padres/hijos o también por su propia actividad? Son muchas las preguntas que se pueden hacer en una sociedad machista, androcéntrica y patriarcal, en el que el principio de igualdad ante la ley se ha desvirtuado en muchos momentos de la historia reciente del Estado español, como fue el franquismo. En ese período, la feminidad de las mujeres se definió con arreglo a los postulados reaccionarios y católicos, que presentaban a la mujer ideal como la perfecta esposa abnegada y madre entregada a sus hijos. La desconsideración de ese modelo de feminidad por parte de las procesadas se podría interpretar como un elemento más para decantar las resoluciones judiciales hacia la absolución o la condena. Es por eso por lo que los expedientes de los procesos judiciales contra mujeres deben leerse teniendo en cuenta todos estos elementos con una mirada feminista que cuestione la actuación del régimen y leer mucho más allá de los hechos descritos en los documentos y hallar aquellos elementos propios de las mujeres, de su feminidad normativa o, por el contrario, la subversión de esta, que fueron decisivos en los respectivos procedimientos. Como reflexionaba Mélanie Ibáñez:

La perspectiva de género es fundamental a la hora de ahondar en esta caracterización como escarmiento colectivo. Las mujeres fueron juzgadas y condenadas en los CG por sus propios “delitos” —si bien estos responden a “culpas” distintas que las de sus homónimos masculinos—. Pero también en calidad de hermanas, madres, hijas o esposas. Esta represión indirecta tuvo una consecuencia clara: colocó a toda la unidad familiar —los que comúnmente entendemos por familia nuclear— en una situación de fragilidad excepcional. Su supervivencia a menudo dependió de las posibilidades de otros parientes, también azotados por la represión. Por su parte, las consecuencias más allá del individuo represaliado fueron sufridas especialmente por las mujeres, muchas en una nueva condición de “solas”, en un contexto que les era hostil como mujeres y como “rojas”. (Ibáñez 2016, 89).

En este trabajo se analizará el paso de mujeres ante el Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas en Catalunya a partir del análisis de sus respectivos expedientes, que se hallan en el Archivo Central del Tribunal Superior de Justicia de Catalunya (TSJC) y de la Audiencia Provincial de Barcelona (APB). Procedimientos que se han analizado en una primera aproximación a los expedientes en los que una o varias mujeres han sido procesadas por haber cometido,

---

presuntamente, alguna de las conductas sancionadas en artículo 4 la Ley de Responsabilidades Políticas de 1939.

Cabe recordar la represión que sufrieron muchas mujeres en sus cuerpos: rapados de cabeza, ingestas de aceite de ricino con las consecuencias humillantes que se derivaban, encarcelamientos y maltratos en prisión. Incluyendo las penurias alimentarias y de higiene que tenían que sufrir las que sus hijos estaban con ellas o parían en la cárcel (Sánchez 2009, 93 y 127). Torturas en las prisiones franquistas como las que se describían en el artículo “Desde la cárcel... Firmes y unidas”, publicado en la revista *Mujeres Antifascistas Españolas*, en su número 1 del año 1946. A continuación, se transcriben algunos de los casos:

- 1.- Una licenciada en Filosofía y Letras. Era golpeada diariamente en la planta de los pies hasta que perdía el conocimiento y reanimada con cubos de agua para recomenzar el suplicio.
- 2.- Una obrera. Fue golpeada furiosamente con cables de acero en el vientre. Después de un año, aún conserva las heridas y cicatrices de los golpes, y se le han producido lesiones en el hígado y el estómago.
- 3.- Una mujer de 58 años. Su hija fue fusilada. A ella la han torturado ante los ojos de su nieta, hija de aquella, de cinco años. A consecuencia de las palizas, aún no puede andar. (S/A 1946, 3)

Con el objetivo de describir las torturas y maltratos de todo tipo que sufrieron las mujeres castigadas por su oposición al franquismo (o porque eran sospechosas de tal cuestión), Irene Abad, siguiendo a Maud Joly, usó el término “represión sexuada” para referirse a la violencia franquista ejercida específicamente contra las mujeres:

(...) para un análisis más concreto de lo que representó el franquismo para las mujeres republicanas he preferido la utilización del término represión sexuada, por representar una anulación de la ciudadanía femenina, por un lado, y por utilizar mecanismos represivos que atacaban directamente a los elementos característicos de la feminidad o del sexo, por otro lado. La represión adquiriría un género concreto, dependiendo de hacia quiénes iba dirigida, cuáles eran sus pretensiones y cuáles sus métodos de aplicación, dentro de los que tendría cabida una violencia más puramente sexual, representada fundamentalmente por las violaciones. (Abad 2009, 70).

Como explicaba Abad, las mujeres no escaparon de aquello por lo que se perseguía a los hombres de su entorno:

En el caso de lo que calificamos el “delito consorte”<sup>1</sup>, es decir, el castigo por ser “esposa de” o “madre de” o cualquier otro rango de familiaridad que vincule a la mujer con hombres ideológicamente destacados, es lo que conllevó una mayor ejemplificación de los mecanismos represivos de carácter sexual. Las violaciones, las rapaduras de pelo, la ingestión obligada de aceite de ricino, la obligación de limpiar iglesias o el escuchar las torturas de las que fueron víctimas sus esposos fueron buen ejemplo de todo ello. (Abad 2009, 84).

---

<sup>1</sup> Otras historiadoras, como Carmen García Nieto y Montserrat Duch, han acuñado el concepto “subsidiario” para referirse al castigo ejercido sobre mujeres como consecuencia de la implicación política de sus cónyuges o familiares. Aunque en estudios históricos y para referirse a la situación descrita es un buen concepto, en términos jurídicos la subsidiariedad corresponde a otra figura jurídica. Es por ese motivo que se usará el concepto de “delito consorte”. (Duch 2011, 324).

---

Fueron muchas las mujeres que sufrieron la violencia y pasaron por los juzgados y se las condenó por la actividad política de sus cónyuges.<sup>2</sup> La represión violenta sufrida por las mujeres se ejerció sobre aquellos elementos del cuerpo propios del sexo “hembra” y de la construcción del género “mujer”: cabello (rapado de melena), órganos sexuales, maternidad, humillación al provocar diarreas en público, exhibición de cuerpos desnudos y heridos... La violencia, torturas y encarcelamientos fue represión sexuada, y los motivos por los que la sufrieron fue por su condición de mujeres y sus circunstancias relativas a la construcción del género: divorciadas, solteras, con o sin hijos, por haber tomado las armas (lo que subvertía enormemente a los principios del *Movimiento*). Por aquello que eran, por lo que representaban, por lo que habían hecho en contra del modelo de mujer del franquismo (fuera de forma expresa o porque la vida las había llevado a esa situación) y las circunstancias que las rodeaban, la represión fue “por razón de género”: por subvertir los elementos propios de la construcción social y cultural de mujer.

Como se verá más adelante, cumplir con el prototipo y moral de mujer del franquismo,<sup>3</sup> inspirado en el catolicismo, así como la Alemania de Hitler y la Italia de Mussolini, podía ser un factor importante para condenar o absolver a la procesada. Tomar en consideración sus circunstancias y no sólo lo que presuntamente hicieron tanto la procesada como su entorno masculino más próximo. Aunque, por supuesto, se revistiera con la reprobación de presuntas actuaciones contra el “Glorioso Movimiento Nacional” (en adelante, GMN). Nos podríamos preguntar si los casos en los que el proceso y condena en estos casos respondía a rencillas personales, más allá de la correspondencia o no con actuaciones contra el bando sublevado.

Se estima interesante un acercamiento a estos expedientes con una mirada de historiadores/as y juristas, para detectar y comprobar aquellos elementos que pueden revelar un uso retorcido o impropio de las leyes para castigar no solamente aquellas conductas tipificadas en las normas, sobrepasando sus límites para castigar aquellas mujeres que subvirtieron los roles de género, o que sus cónyuges o cualquiera de los hombres de su entorno, realizaran actividades políticas contrarias al régimen.

### **La represión franquista ante los tribunales: una aproximación a expedientes protagonizados por mujeres**

---

<sup>2</sup> Sobre el concepto de “represión sexuada” y expedientes que corresponden al de “delito consorte”: Vallès 2020.

<sup>3</sup> Sobre la construcción de la moralidad franquista: Sánchez 2009, 122 y ss.

---

La represión ejercida por el bando sublevado empezó el mismo día del golpe de Estado del 18 de julio de 1936. La violencia sobre la población civil se tradujo en fusilamientos, expropiaciones, maltratos, bombardeos... una multitud de expresiones de fuerza bruta a medida que los “nacionales” tomaban pueblos y ciudades. En particular, la violencia sexual ejercida sobre las mujeres se promovió por parte de los mismos generales golpistas como Gonzalo Queipo de Llano. En uno de sus discursos difundidos por Radio Sevilla en 1936 animó a sus soldados a violar a las mujeres republicanas: “Nuestros valientes legionarios y regulares han enseñado a los rojos lo que es ser un hombre, de paso también a las mujeres de los rojos, que ahora por fin, han conocido hombres de verdad y no castrados milicianos. Dar patadas y berrear no las salvará (Gutiérrez 2012)”.

Las órdenes emitidas a los militares tuvieron su respuesta en las formas de violencia más brutales: por ejemplo, en Sevilla apresaron a la anarquista Carmen Luna, quién se había manifestado contra el levantamiento militar, le raparon media cabeza y en la otra le colgaron banderas rojigualdas. Acabó fusilada como Pastora Valderrama, de Écija, a quién ejecutaron en su propia casa con la cabeza rapada por haber bordado una bandera republicana. Como también explica Enrique González, otras mujeres fueron llevadas ante el convento de Santa Inés, las raparon y les colocaron un escapulario en la boca (González 2012, 54). Violencia que se ejerció con escarnio contra las mujeres rojas, de quienes se consideraba que “habían traicionado su ser esencial” (González 2012, 55). Además de la violencia física contra desafectos y mujeres y las ejecuciones con forma de fusilamientos,<sup>4</sup> los tribunales también fueron un instrumento muy importante para el cumplimiento de la represión franquista. La violencia judicial y económica del régimen. En el Boletín Oficial del Estado (BOE) de 13 de febrero de 1939 se publica la Ley de 9 de febrero de 1939 de Responsabilidades Políticas. En esa fecha la guerra no había acabado, pero ya en su exposición de motivos se argumenta la “próxima liberación total de España” para aprobar la norma para cumplir con lo siguiente:

Sirva para liquidar las culpas de este orden contraídas por quienes contribuyeron con actos u omisiones graves a forjar la subversión roja, a mantenerla viva durante más de dos años y a entorpecer el triunfo providencial e históricamente ineludible, del Movimiento Nacional, que traduzca en efectividades prácticas las responsabilidades civiles de las personas culpables y que, por último, permita que los españoles que en haz apretado han salvado nuestro país y nuestra civilización

---

<sup>4</sup> Otro ejemplo de violencia política fueron los campos de concentración franquistas, baluartes de la represión. Aunque su existencia a penas se conoce por el gran público, desde 1936 de una manera embrionaria y sin que mediara ningún tipo de orden preestablecido, conformaron un sistema de “clasificación de prisioneros de guerra” en campos de concentración con sistemas de trabajo forzoso. Sistema que se empezó a burocratizar en 1937 y que conformó una red de campos de concentración en los que el hambre y el frío fueron dominantes, regulando el trabajo forzoso en un Decreto del mes de mayo de ese año. Existe diferente bibliografía sobre los campos de concentración de Franco, entra la que cabe destacar: Núñez Díaz-Balart 2005, Rodrigo 2006 y Hernández de Miguel 2019, entre otros autores.

---

y aquéllos otros que borren sus yerros pasados mediante el cumplimiento de sanciones justas y la firme voluntad de no volver a extraviarse, puedan convivir dentro de una España grande y rindan a su servicio todos su esfuerzos y todos sus sacrificios.

Una de las mayores peculiaridades jurídicas de la norma fue su aplicación retroactiva, lo que contravenía los principios básicos de la jurisdicción sancionadora penal: una ley no puede sancionar una conducta (u omisión) realizada en un tiempo anterior a su aprobación y entrada en vigor. Siguiendo con la exposición de motivos de la ley, su aplicación retroactiva se justificaba por la naturaleza de las conductas sancionadas:

Los propósitos de esta Ley y su desarrollo le dan un carácter que supera los conceptos estrictos de una disposición penal encajada dentro de moldes que ya han caducado. La magnitud intencional y las consecuencias materiales de los agravios inferidos a España son tales, que impiden que el castigo y la reparación alcancen unas dimensiones proporcionadas, pues éstas repugnarían al hondo sentido de nuestra Revolución Nacional, que no quiere ni penar con crueldad, ni llevar la miseria a los hogares.

En su artículo 1 se recoge la temporalidad de las conductas sancionadas, que se agrupa en dos tramos: entre 1 de octubre de 1934 (Revolución de Octubre durante la Segunda República) hasta 18 de julio de 1936 para aquellas personas que *“contribuyeron a crear o a agravar la subversión de todo orden de que se hizo víctima a España”*. El segundo tramo se inicia en la fecha del golpe de Estado sobre aquellas que *“se hayan opuesto o se opongan al Movimiento Nacional con actos concretos o pasividad grave.”* El capítulo II de la norma especificaba las causas de responsabilidad y sus circunstancias modificativas, el capítulo III concretaba el régimen sancionador, que podía comprender desde la inhabilitación, el destierro y la sanción económica con todo o parte del patrimonio de la persona sancionada. El Título II describía el diseño de la estructura judicial y el Título III se ocupaba de la parte procesal de los procedimientos de responsabilidades políticas. Para concretar una cuestión de especial interés para este trabajo, cabe mencionar que el artículo 24 de la norma señalaba que los Tribunales Regionales de Responsabilidades Políticas se constituían por los siguientes miembros:

Artículo 24. Estos Tribunales se constituirán con un Jefe del Ejército, que actuará de Presidente; un funcionario de la Carrera Judicial de categoría no inferior a Juez de ascenso y un militante de Falange Española Tradicionalista y de las J. O. N. S. que sea Abogado. Los tres, y un suplente para cada uno de ellos, de igual procedencia que los propietarios, serán nombrados por la Vicepresidencia del Gobierno, a propuesta del Ministerio de Defensa, los jefes del Ejército; del de Justicia, los funcionarios judiciales, y del Secretariado de Falange Española Tradicionalista y de las J. O. N. S., los militantes de dicha organización. También por la Vicepresidencia del Gobierno, a propuesta del Ministerio de Justicia, se nombrará a cada Tribunal un secretario y un suplente, Oficiales primero y segundo, respectivamente, de Sala de Audiencia Provincial, así como el personal subalterno que para cada uno proponga el Tribunal Nacional.

Su referencia en masculino no es en balde (eran hombres en su totalidad) y, como se puede comprobar, la pertenencia de los actores intervinientes a los organismos del *Movimiento* objeto de protección por el procedimiento previsto y al mismo ejército sublevado, anulaban cualquier posibilidad de comparecer ante un tribunal imparcial y tener un juicio con garantías (Vallès 2020,

---

420-425). La jurisdicción competente era la militar, creando *ad hoc* tribunales especiales para conocer los procedimientos de responsabilidades políticas. Se trata de un tipo de violencia que no fue física pero sí una “*violencia económica, administrativa, social y cultural que actuarían en un nivel intermedio, conformando, por último, la cúspide de la propia mentalidad e ideología represiva.*” (Gómez y Pérez-Olivares 2014, 255). La fuerza represiva de los tribunales fue muy importante, sobre todo en los primeros años de franquismo. Por ejemplo, en 1940 se instruyó una “*Causa General informativa de los hechos delictivos y otros aspectos de la vida en Zona roja, desde el 18 de julio de 1936 hasta la liberación*”, instruido por la Fiscalía del Tribunal Supremo por encargo del Gobierno y el Ministerio de Justicia, con el objetivo de recabar información sobre la “*criminalidad bajo dominación roja*” (Ledesma 2005, 205). La recolección de información de las personas investigadas guarda estrecha relación con los procedimientos que se llevaron a cabo en los Tribunales de Responsabilidades Políticas, en los que se siguieron la misma metodología.

El número de mujeres procesadas en el Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas en Catalunya fue mucho menor que el número de hombres. Por provincias, en Barcelona se procesaron 343 mujeres y 5.996 hombres, en Girona 54 mujeres y 2.032 hombres, en Lleida 82 mujeres y 2.021 hombres y en Tarragona 144 mujeres y 3.776 hombres (Vallès 2020, 425). La diferencia es notoria, aunque se debe tener en cuenta que muchas mujeres se incluyeron en los expedientes de sus cónyuges (u otros miembros masculinos de la familia) o en expedientes colectivos (Mir et. al. 1997).<sup>5</sup> Las consecuencias de una posible sanción podía ser muy perjudicial para su reputación (mucho más voluble por ser mujeres) y podía implicar un agravio económico que afectara gravemente al sustento familiar si el cónyuge se encontraba preso, desaparecido o había muerto. Como afirmaba Abad: “Ser mujer republicana expedientada por el Tribunal de Responsabilidades Políticas y con una familia a la que sacar adelante en solitario suponía un desposeimiento absoluto en la España franquista y una estigmatización social que dejaría una profunda huella en el recuerdo de la época” (Abad 2009, 80).

En este trabajo se analizarán tres expedientes en los que las procesadas eran dos mujeres en solitario, de una parte, y una mujer a la que investigan en aras del expediente incoado contra su cónyuge. Sus circunstancias personales serán determinantes para el desenlace de los respectivos procedimientos. Se analizarán tres de los expedientes custodiados en el Archivo citado anteriormente, que hoy han podido ser revisados y examinados. Se detallarán por separado para

---

<sup>5</sup> Esta afirmación se puede comprobar revisando los expedientes guardados en el Archivo, en el que ya se han revisado algunos procedimientos colectivos en los que también se procesa a mujeres, aunque no sean las principales investigadas y/o sancionadas.

---

esgrimir las cuestiones relevantes de cada uno de ellos con el objetivo de clarificar los procedimientos y circunstancias que se albergan en cada uno de ellos. Cabe indicar que la numeración de las hojas de los expedientes se encontró incompleta, por lo que ha dificultado la referencia exacta de cada documento según orden numérico.

### **Expediente 40/1939 del Juzgado Instructor Provincial de Responsabilidades Políticas de Barcelona. / Expediente 55/1939 del Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas**

En este expediente se investiga a la Sra. María Balletbó Oliva, a quién se imputa la comisión de unos hechos tipificados en el artículo 4, letras m) de la Ley de Responsabilidades Políticas de 1939.<sup>6</sup> La Sra. Balletbó tenía 75 años (aunque en alguna hoja del expediente se refieren 70), era viuda (incluye la referencia “Viuda de Miret” en su firma) y con dos hijos mayores, dos de ellos residentes en Argentina desde muchos años atrás, y una en Barcelona. En su expediente no se hace referencia a su difunto esposo, por lo que se descarta que su proceso guarde relación con la trayectoria del Sr. Miret. A pesar de ello, sí se mencionan las “tendencias izquierdosas” del yerno con el que convive en el domicilio de Barcelona.

Los hechos que se le imputan versan sobre la marcha de la Sra. Balletbó al extranjero antes de finalizar la Guerra Civil. La primera comunicación que consta en el expediente de la Sra. Balletbó es una carta de 24 de marzo de 1939 enviada desde Buenos Aires (Argentina) al Tribunal de Responsabilidades Políticas de Burgos, por lo que se inicia su procedimiento de investigación. En este documento se hace una primera referencia al “glorioso caudillo Generalísimo Franco” en una declaración de intenciones que reseguirá toda la testifical de la acusada: su adhesión al GMN. En la carta expone los bienes que tiene depositados en España, del que vivía además de las rentas que recibía, y su antiguo domicilio, sito en el barrio de San Antonio (Barcelona). Excusa su marcha de la capital a su miedo a los “rojos”, además del hambre que padecía y la falta de medicamentos. Según alegaba en la carta, por los motivos explicados en la carta, en junio de 1938 se decide a viajar

---

<sup>6</sup> La sentencia califica los hechos juzgados según lo contenido en este precepto: “Artículo 4.-En virtud de lo dispuesto en el artículo 1.-, quedan incurso en responsabilidad política y sujetos a las sanciones que se les impongan en los procedimientos que contra ellos se sigan, las personas individuales que se hallen comprendidas en alguno de los casos o supuestos siguientes: (...) m) Haber permanecido en el extranjero desde el dieciocho de julio de mil novecientos treinta y seis sin reintegrarse al territorio nacional en un plazo máximo de dos meses, salvo que tuvieren establecido en aquél su residencia habitual y permanente, o que desempeñaren alguna misión encomendada por las Autoridades de la España liberada, o que estuvieren imposibilitados físicamente para regresar al territorio nacional, o que concurriera alguna otra causa extraordinaria y de carácter destacado que justificase suficientemente su permanencia en el extranjero.”

---

a Argentina con dos de sus hijos, a pesar de su edad y los dolores que sufridos. La Sra. Balletbó alega que es muy difícil que pueda emprender pronto el viaje de vuelta por sus condiciones físicas. Se ofrece a satisfacer la cantidad que sea necesaria en concepto de impuesto por su ausencia a España y adjunta un certificado médico que justifica la enfermedad que padece. En lo que sigue, se hace referencia al último domicilio conocido en España, sita en la Avenida Mistral de Barcelona, barrio de San Antonio. Se remite un informe del rector de la Parroquia de Lurdes (barrio de Pueblo Seco), de fecha de septiembre de 1939 en el que confirma el número de hijos de la Sra. Balletbó, su marcha a Buenos Aires por dos veces y su adhesión al GMN.

Otro de los documentos de interés es el informe del Secretario Provincial de Información e Investigación de FET y de las JONS, de fecha de 18 de septiembre de 1939 y remitido al Juzgado Instructor Provincial de Responsabilidades Políticas de Barcelona. En este documento, firmado por Abelardo Alemany, se explica que la Sra. Balletbó tiene 70 años (ella dice tener 75) y que vive en un domicilio de la calle Consejo de Ciento número 91 (Ensanche Izquierdo) con su hija María y el esposo de esta, Fernando, quién trabaja en la Compañía Telefónica desde los 13 años.<sup>7</sup> Resuelve no haber hallado actividad política familiar anterior a la guerra y confirma la simpatía de la familia por el GMN. Informa que en Buenos Aires se reunió con dos de sus hijos y que, al volver, se reunió con la hija referida anteriormente. También informa que la Sra. Balletbó vendió unos muebles antes de partir, aunque no concluye el motivo de esa venta y señala que la procesada contaba con medios propios para el viaje, lo que presumía que podía ser porque tenía idea de no volver a Barcelona.

El siguiente documento en el que interviene la Sra. Balletbó es su comparecencia ante el Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas, en fecha de 25 de septiembre de 1939, pocos días después de la fecha del informe explicado anteriormente. En este documento se refiere a que la investigada tiene 76 años. La Sra. Balletbó relata sus circunstancias, habiendo sufrido la intervención de sus rentas por parte de los “rojos”, quedándose sin medios para subsistir. Relata que en Argentina cayó enferma y no pudo regresar a España cuando se recuperó, puesto que se habían suspendido los viajes hasta nueva orden, lo que retrasó un mes el regreso que ya tenía planificado, volviendo a España en julio de 1938. Llama la atención como en su escrito se esfuerza en criticar a los que llama “rojos” y señala en todo momento que es oportuno su simpatía por el régimen y su amor a la Patria. Ese sentir de la Sra. Balletbó se confirma en el informe emitido por

---

<sup>7</sup> Trabajar en la Compañía Telefónica Nacional de España era una ocupación de prestigio, pues era una de las principales empresas del país. A partir de la implementación del Movimiento Nacional finalizada la Guerra Civil, las Reglamentaciones Nacionales de Trabajo (normativa laboral) de la compañía requerían que, para el ingreso en el cuerpo de trabajadores y trabajadoras, los hombres hubieran cumplido el servicio militar y las mujeres tenían la obligación de haber realizado el Servicio Social.

---

la Jefatura Superior de Policía de Barcelona en fecha de 30 de octubre de 1939, en la que confirma que es una persona católica y de filiación derechista. Además, se reseñan los bienes de la investigada, un listado de dinero y títulos por un valor de 184.817,71 pesetas (sin contar el dinero en cuentas bloqueadas), consignado en diferentes cuentas, aunque en el informe se manifiesta que hay bancos que no han contestado a la petición de remisión de la relación de bienes de la que es titular.

Seguido de este informe se encuentra el Auto de conclusión de las actuaciones de investigación y se remite el expediente al Tribunal para que obre según la Ley. En este escrito se relatan los documentos recibidos y el contenido de estos, haciendo un repaso de los hechos anteriormente narrados. Los últimos documentos relevantes del expediente son la testifical de la Sra. Balletbó ante el Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas, donde reitera los mismos hechos explicados anteriormente, y la sentencia que resuelve el caso que nos ocupa. En la breve sentencia se exponen las circunstancias personales de la Sra. Balletbó y se califican como probados los hechos por ella alegados, los que califica según la letra del artículo 4 letra m) de la Ley de Responsabilidades Políticas de 1939 y le aplica la circunstancia modificativa del impedimento de regreso por las circunstancias de impedimento físico. Por los motivos considerados fallan absolviendo a la inculpada.

Es relevante que en este expediente la procesada no aporta prueba alguna de lo alegado en su defensa, salvo de un certificado médico de un facultativo argentino, y que solo se aportan testifical de un párroco, además de los preceptivos informes del servicio de información de Falange y la Policía Nacional. No se recaba sobre la actividad política del difunto cónyuge, circunstancia que hace pensar que su defunción se produjo mucho tiempo atrás o que no era relevante para el juez instructor. La Sra. Balletbó es una mujer que no contradice la identidad femenina ideal del Movimiento, por lo que no cabe reprobación ni condena alguna contra su persona. En este caso se constata como un perfil no problemático para el régimen, a pesar de acometer una conducta tipificada en la Ley analizada. Su impedimento físico solo se prueba por su palabra y el informe de un médico, no existiendo otras testificales que corroboren o contradigan a la Sra. Balletbó, ni tan siquiera sus hijos.

### **Expediente 63bis/1939 del Juzgado Instructor Provincial de Responsabilidades Políticas de Barcelona. / Expediente 95/1939 del Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas**

El expediente incoado contra la señora Josefina Puiggrós Bonet relata una historia absolutamente diferente a la anterior. La Sra. Puiggrós, de 32 años y divorciada durante la Segunda

---

República, casada por segunda vez por lo civil y madre. En su expediente se la acusa de simpatizar con el Frente Popular y tener conductas impropias con sus hijos y ser problemática en las visitas a los mismos, pues la custodia de los menores recae sobre el padre.

Uno de los primeros documentos del expediente, relevante para el desarrollo y desenlace de este, es la transcripción de las últimas actuaciones de la pieza separada de divorcio de la procesada y su exmarido. Se encuentra un escrito del abogado Sr. Carlos García y Loynaz, que pone en conocimiento las circunstancias de la separación de la Sra. Puiggrós con el Sr. José María Sempere Gorina, residentes en Sabadell. Según el escrito, en 1935 se habían suspendido *sine die* las visitas de la Sra. Puiggrós con sus hijos debido a un incidente interpuesto por el abogado del Sr. Sempere alegando las consecuencias que se derivaban de las visitas maternas para sus hijos. En la misma transcripción de documento se comprueba como el procurador de la Sra. Puiggrós solicita la entrega de los dos hijos a su representada por no ser firme la sentencia que se deriva del incidente interpuesto por la otra parte. Se transcribe auto de 24 de diciembre de 1936 en el que se explica que el Sr. Sempere había solicitado la suspensión de visitas de la Sra. Puiggrós porque en fecha de 10 de diciembre, según dice, actuando en rebeldía y desobediencia, se había negado a devolver los hijos menores a su padre, incluso empleando la violencia en dicha negativa, derivando de este hecho escándalo público con la intervención de la Policía Municipal, y se la acusa de intentar llevarse a sus hijos, por lo que habría cometido el delito de sustracción de menores. Finalmente se acuerda la suspensión del régimen de visitas de la Sra. Puiggrós.

Se constata un desacuerdo por el ejercicio de la custodia de los hijos menores del extinto matrimonio, cuestión central en el procedimiento analizado. ¿Sería la denuncia interpuesta contra la Sra. Puiggrós una vía para intentar desposeerla definitivamente de la custodia de sus hijos, cuando se encuentran en el extranjero? Llama la atención que en la Instrucción del caso incoado contra la Sra. Puiggrós para investigar su presunta comisión de hechos punibles de carácter político, en aplicación de la Ley correspondiente, se transcriba el expediente de divorcio y el conflicto sobre la custodia de sus hijos, cuando se trata de cuestiones de naturaleza distinta. La inclusión tan detallada de la cuestión personal de la acusada, y más relevante en su papel de esposa, que rompe al divorciarse, y de madre, que entra en conflicto por no ejercer ella la custodia y ser acusada de no actuar correctamente con sus hijos, revelan la importancia que para el régimen podía tener el comportamiento privado de las mujeres, aunque la vertiente personal de una persona no tenga nada que ver con la política. Además, los hechos descritos sucedieron en tiempo anterior al inicio de la Guerra Civil. Nos podríamos preguntar que, si se tratara de un hombre, se incluiría el expediente de custodia de menores al de instrucción en jurisdicción relativa a responsabilidades políticas. El

---

celo con el que se relacionan ambas cuestiones revela la sospecha que, al ser mujer, el cumplimiento de sus deberes como esposa y madre toma especial relevancia.

El siguiente documento que se encuentra es la denuncia efectuada ante el Juzgado Instructor de Responsabilidades Políticas de Barcelona. Este escrito de denuncia lo firma el abogado Sr. Antonio Tarradellas Ayet, quién es abogado del exmarido de la Sra. Puiggrós. La hipótesis sobre la estrecha vinculación del expediente analizado y la causa de la custodia de los hijos de la acusada se va confirmando. En la denuncia interpuesta se relacionan los siguientes hechos y circunstancias:

Primero.- La denunciada se llama Josefina Puiggrós Badia, de treinta y dos años de edad, de estado legalmente separada de su esposo por sentencia firme del Tribunal Supremo que le condena como adúltera y casada durante el período rojo, aunque sin validez civil ni eficacia con Juan Barri Casanova, no tiene profesión ninguna (...) encontrándose en la actualidad voluntariamente en el extranjero y en ignorada residencia.

Segundo.- Se le considera incurso por las circunstancias que se dirán en los siguientes apartados del artículo 4º de la Ley de Responsabilidades Políticas: en el e) Por haber contribuido con ayuda económica después del Glorioso Movimiento Nacional en favor de partidos y agrupaciones políticas del Frente Popular, de manera voluntaria y con ánimo de favorecerles. Gozaba de tal predicamento entre los capitostes y dirigentes marxistas que a pesar de su brillante situación económica, manejaba las patrullas a su capricho y se le veía con frecuencia en público ostentar distintivos y emblemas de la CNT – FAI, pudo conseguir con sus donativos que el automóvil de su amante siguiera a su disposición por durante toda la dominación marxista, cuando todos los que no fueran dirigentes o personas de gran predicamento con el Frente Popular eran seguidamente incautados, en el apartado i) por denunciar como afecto al Movimiento Nacional al que había sido su esposo D. José María Sampere ante la Oficina Jurídica de Barriobrero y a varios familiares de aquél, que por tal motivo fueron detenidos, en el n) por haber permanecido en el extranjero, después de su salida de la zona roja y seguir allí en la actualidad, sin que concurra a su favor circunstancia alguna de justificación de las previstas en el propio apartado de la Ley.

Es relevante considerar que se la acusa de tener una estrecha vinculación con “capitostes y dirigentes marxistas” y de exhibir emblemas de la CNT. En el relato de la denuncia se mezclan las cuestiones personales y políticas: se hace constar que a la denunciada se la condenó por adulterio y que se volvió a casar durante la Segunda República, matrimonio que cesa su eficacia por la legislación franquista. Se desprende del relato que el segundo marido, al que se refieren como “amante”, tiene vinculación con las organizaciones del Frente Popular, a las que se le acusa de ayudar económicamente. También se le reprocha haber denunciado a su exmarido y familiares como adeptos al Movimiento ante las autoridades competentes de la zona roja. Por último, se hacen constar los bienes propiedad de la acusada, que se inscriben en una sociedad anónima cuya denominación corresponde a sus apellidos: “Puiggrós Badia, S.A.”

El siguiente documento de interés es el informe de seguimiento de la Brigada de Información y Reconocimiento de la Guardia Civil, en la que confirma la marcha de la Sra. Puiggrós hacia Francia seis meses antes de la entrada de las tropas nacionales a Barcelona. También explican

---

que la acusada, antes del GMN, era de tendencias derechistas y convivía maritalmente con el hombre que se había casado después de divorciarse del primer marido. Así mismo, el informe de la Jefatura Superior de Policía Nacional de Barcelona de fecha de 14 de octubre de 1939 afirma que la acusada había mantenido *“relaciones con elementos rojos, entre ellos, con Mauri, a que fue quién le entregó los cuatro hijos de los cuales le habían desposeído los Tribunales”*. Mayor interés y detalle desprende el informe emitido por la Delegación Provincial de Información e Investigación de FET y de las JONS. Se la califica de “persona de dudosa moralidad” y se la relaciona con dos personas, Blanch y Mauri, jefes de comité instalados en el “Hotel Palace”. Se la acusa de ser la inductora del registro del domicilio de su exesposo y los padres de este, sito en Terrassa, y de acoger en su domicilio a los hombres referidos anteriormente y prestarles el vehículo de “su amante”. El expediente sigue con la testifical de un hombre que afirma que en los primeros días del GMN unos rojos se personaron en su domicilio para llevarse a los hijos de la Sra. Puiggrós y el de una mujer, de profesión sirvienta, que confirma la relación de la acusada con elementos rojos y la culpa de denunciarla, motivo por el que la detuvieron dos veces durante el “dominio marxista”, siendo también la causante de registros a domicilios de “personas de orden y de derechas”. Le sigue el testimonio de un hermano político de la acusada, que ratifica su relación con elementos rojos y explica que la Sra. Puiggrós quiso apoderarse de sus hijos y que, por sus relaciones, consiguió que los tribunales “rojos” anularan la sentencia del Tribunal Supremo sobre la custodia de estos.

A continuación, se encuentra un acta notarial en la que se traslada el testimonio de tres personas, quienes deciden testificar a su favor al enterarse de la incoación de expediente por responsabilidades políticas por la lectura del anuncio publicado en el Boletín Oficial de la Provincia de Barcelona (BOPB) número 208, de 5 de octubre de 1939. Las personas que prestan declaración son el Arcipreste de la Catedral de Barcelona, Sr. Felipe Tejedor Pérez, la religiosa Modesta Alonso Ramón y el abogado Sr. Joaquín María Miralbell Centena. En su declaración ante notario afirman que les consta que la Sra. Puiggrós es de tendencias derechistas, que “ama la Patria española” y que durante el dominio marxista se reunía con personas también de derechas. Igualmente, exteriorizaba su simpatía hacia el GMN y escondió a dos religiosas en su casa (una de ellas la declarante), a las que trató con sumo respeto. Justifican el acercamiento de la Sra. Puiggrós a elementos marxistas para conseguir que se le entregaran sus cuatro hijos. Explican que huyó de España cuando se los entregaron y que seguramente no volvería por no verse privada otra vez de ellos.

---

En su declaración, el Sr. Miralbell explica que el exmarido de la acusada había sido Tesorero y concejal de la *Lliga Catalana*<sup>8</sup> en Sabadell, en un intento de incluir a la Sra. Puiggrós a ese sentir derechista del que había sido su cónyuge. Es la primera vez que se tiene noticia de la inclinación política del exmarido. El Sr. Miralbell explica que en los primeros meses de guerra estuvo visitando a la Sra. Puiggrós a su domicilio y escuchaban por radio los partes nacionales, compartiendo su repulsa hacia los rojos (añade “separatistas”, en clara referencia a las organizaciones independentistas catalanas que formaban parte del Frente Popular). En su versión de los hechos, relata que recibió noticias de la Sra. Puiggrós desde el extranjero a través de un coronel del ejército amigo suyo. En el documento manifestaba su alegría por haber salido de la zona roja y con el deseo de volver a España con sus hijos. Explica que la Sra. Puiggrós le remitió una propuesta de custodia para su exmarido, a lo que remitió al abogado de éste. El abogado, además de anunciar la oposición a la propuesta de la Sra. Puiggrós, quién planteaba que los hijos podrían estar con el abuelo Puiggrós y ser visitados por su pare y por la madre, le comunicó que la denunciarían ante el Tribunal de Responsabilidades Políticas, motivo por el cuál ella no había regresado a España.

Seguidamente se relata otro testimonio, del Sr. Jaime Carbonell Maurell, que ratifica lo explicado anteriormente, recalcando la cercanía de la Sra. Puiggrós a la *Lliga Catalana* por intermediación de su exmarido (vuelve a tomar relevancia la actividad política del cónyuge, esta vez para exculparla) y resalta que las actuaciones realizadas por la Sra. Puiggrós para que sus hijos quedasen en su compañía no constituyen temeridad, pues son dignos y naturales del amor de una madre. Se alega a la feminidad normativa del régimen en la vertiente maternal para testificar a favor de la acusada, presentándola como una madre que actúa de forma incorrecta para evitar un mal mayor: no poder estar con sus hijos. Además, acusa al padre de los niños de abandonarlos en la zona roja a cargo de una sirvienta (testigo contra la procesada) cuando él se marcha a la zona nacional. El testigo construye una imagen de la Sra. Puiggrós como buena madre que contrasta con el grave descuido de las funciones paternas del Sr. Sempere, aludiendo de forma indirecta a la obligación de ambos de cuidar a los hijos menores.

Los testigos en defensa de la Sra. Puiggrós dejan paso a un escrito del procurador de esta, dirigido al Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas, en el que subraya que la denuncia presentada por el Sr. Sempere no tiene otro objetivo que vengarse de ella, siendo la cuestión de fondo un asunto familiar que no cabe ser enjuiciado ante el ese Tribunal. En el mismo escrito

---

<sup>8</sup> El líder de la *Lliga Catalana*, Francesc Cambó, ha sido uno de los personajes más controvertidos de la historia de Catalunya. Investigaciones historiográficas han rebelado que Cambó apoyó el golpe de Estado de 1936 (de Riquer 1996, 289-296).

---

contesta las acusaciones formuladas por la otra parte, desmontando completamente la versión del exmarido y de los testigos de cargo, presentando a la acusada como una buena madre y persona carente de filiación política, por lo que aquel procedimiento no es más que una venganza. Solicita que se declare no culpable a su representada.

En fecha de fecha de 10 de julio de 1940 el Tribunal emite sentencia. Se tiene por probado que es persona de tendencias derechistas y que durante la dominación roja estuvo en contacto con “elementos de la situación” para conseguir estar con sus hijos y marcharse al extranjero. Se tiene por probado que no vuelve para no tener que entregar los menores a su padre y cumplir la sentencia firme del Tribunal Supremo que atribuye la custodia de los hijos a este último. Explica que la Sra. Puiggrós entrega unas 25.000 pesetas al Gobernador Civil, comprometiéndose a la entrega de otra cantidad igual. El Tribunal califica los hechos como leves según el artículo 4 letra n) de la Ley de Responsabilidades Políticas.<sup>9</sup> Igualmente, justifica su decisión porque, aunque reconoce la falta de motivación política por negarse a volver a España, no está exenta de responsabilidad por no ser causa justa de ausencia “eludir el cumplimiento de una sentencia firme de divorcio”. Fallan declarando la responsabilidad política de la Sra. Puiggrós y le imponen una multa de 25.000 pesetas.

Resulta llamativo que el Tribunal sancione a la procesada cuando se tiene por probado, porque así lo describe la sentencia, que es una persona con tendencias derechistas, sin otra mención a su presunta adscripción al marxismo que la utilización de “elementos” rojos para recuperar a sus hijos, hecho por la que se la condena porque no puede eludir tal obligación. En la sentencia que mezcla cuestiones y procedimientos que nada tienen que ver el uno con el otro: ¿Qué tiene que ver la disputa por la custodia de los hijos con las posibles actividades políticas de sus padres? Nos encontramos, entonces, ante un procedimiento movido por la venganza personal: el Tribunal no se abstiene de multarla y resolver la responsabilidad política de la Sra. Puiggrós aludiendo al cumplimiento de una sentencia que no compete a la jurisdicción de ese Tribunal. En este caso no aplica la eximente de la letra m), como sí se hará en el expediente que se describirá a continuación, porque debe cumplir una sentencia civil y porque, aunque defiende que cumple su deber de madre y que por ello no regresa a España, el deber de esposa lo rompió al divorciarse del primer marido, quién además tiene la custodia de los hijos.

---

<sup>9</sup> La letra n) del artículo 4 estipula lo siguiente: n) Haber salido de la zona roja después del Movimiento y permanecido en el extranjero más de dos meses, retrasando indebidamente su entrada en el territorio nacional, salvo que concurriere alguna de las causas de justificación expresadas en el apartado anterior. Esto es de la letra m): “salvo que tuvieren establecido en aquél su residencia habitual y permanente, o que desempeñaren alguna misión encomendada por las Autoridades de la España liberada, o que estuvieren imposibilitados físicamente para regresar al territorio nacional, o que concurriere alguna otra causa extraordinaria y de carácter destacado que justificase suficientemente su permanencia en el extranjero.”

---

## Expediente 38/1940 del Juzgado Instructor Provincial de Responsabilidades Políticas de Barcelona. / Expediente 57/1939 del Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas. Las “señoras de” también pasan cuentas con la justicia

Las mujeres de cargos electos también estuvieron en el punto de mira del Tribunal de Responsabilidades Políticas. En el caso analizado se trata de la Sra. Rosa Pons, esposa del que fue Ministro de Trabajo, Sanidad y Previsión del Gobierno del Frente Popular, el Sr. José Tomás Piera. En el caso de Rosa Pons, como el de María Soteras, fueron investigadas por la actividad política de sus cónyuges y no por sus actividades personales que pudieran tener en esa materia, que fueron inexistentes. En el caso de Soteras, abogada, su marido fue Antoni Vilalta y Vidal, también abogado y concejal por Esquerra Republicana de Catalunya (ERC) por ser elegido en las elecciones municipales de 12 de abril de 1931 (Vallès 2020, 430-431). En el caso de Soteras, de quién se testificó reiteradamente que no había realizado actividad política alguna, además de ser de familia con “tendencias derechistas” fue procesada en 1939 y sancionada con 300.000 pesetas de multa, inhabilitación total por 10 años y confinamiento en las Baleares por 5 años (Vallès 2020, 437). Habiendo satisfecho parte de la sanción económica, a petición de su administrador fue indultada por Decreto de 18 de abril de 1952, cuando en 1948 el Fiscal ya había valorado favorablemente “la conveniencia de conceder el indulto” (Vallès 2020, 439). A pesar del indulto recibido 13 años después, que la libró de satisfacer el resto de la sanción que aún no había pagado, los inconvenientes personales y patrimoniales de haber sido procesada y condenada por un Tribunal que se dedicó a incidir en el patrimonio de personas presuntamente desafectas para castigarlas y empobrecerlas no fueron restituidos. Porque tal restitución económica y personal no era posible. Investigada y condenada por las actividades políticas del marido, la hacían responsable de ellas ante el régimen.

Esa “carga” o responsabilidad sobre la actividad del cónyuge también pesó sobre Rosa Pons, marido de la cuál había ocupado un cargo de ministro. La Sra. Pons también devino sospechosa a ojos del Tribunal de Responsabilidades Políticas. El expediente se incoó en Madrid el 23 de septiembre de 1939 con el objetivo de investigar la actividad política del que fuera Ministro de Trabajo, de quién se dice en el mismo expediente que tenía expedientes masónicos<sup>10</sup>. Al Sr. Tomás se le acusa de la comisión de hechos incluidos en el artículo 4º sin especificar letra, aunque

---

<sup>10</sup> En concreto, se informa que se inició en la Logia “Themis” número 13 de Barcelona el 19 de julio de 1936. La francmasonería fue uno de los objetivos de Francisco Franco desde los inicios de la contienda, pues sentía gran aversión por ese colectivo. Por ese motivo, el 15 de septiembre de 1936 publicó un edicto como comandante de las Islas Canarias en el que se declaraba lo siguiente: “*la francmasonería y otras asociaciones clandestinas son declaradas contrarias a la ley. Todo activista que permanezca en ellas tras la publicación del presente edicto será considerado como crimen de rebelión*”. No es extraño, entonces, que en un expediente de instrucción sobre responsabilidades políticas se hiciera constar ese extremo (Valín 2000, 259).

---

por su cargo de Ministro, se trata de la letra d) *Haber desempeñado cargos o misiones de carácter político o administrativo de índole civil y calificada confianza por nombramiento del Gobierno del Frente Popular (...)*, además de la letra h), relativa a la pertinencia a una logia masona y la n), por haber marchado al extranjero desde zona roja por más de dos meses. La Delegación Nacional de Información e Investigación de Falange Tradicionalista Española y de las JONS emite informe en mayo de 1940 en el que se explica la trayectoria militante del Ministro, iniciada en la *Lliga Catalanista* (como el exmarido de la Sra. Puiggrós), pasando por *Acció Catalana* y acabando en *Esquerra Republicana de Catalunya* (ERC), como el marido de María Soteras, formación por la que sería elegido diputado. Explica que en diciembre de 1938 se exilia en Francia y sigue viviendo allí. Hasta este punto no tendría mayor relevancia que conformar un expediente contra un Ministro republicano en aplicación de la Ley de Responsabilidades Políticas de 1939, del que se informó tener ideas catalanistas y separatistas durante la Segunda República y ser significativo en los hechos de octubre de 1934. La Delegación General de Seguridad informó que no se encontraba en Madrid y en agosto de 1940 el Instituto Municipal de Estadística del Ayuntamiento de Barcelona informa de la familia del que fuera Ministro, entre los que se encuentra su esposa de 39 años, además de tres hijos y una sirvienta. Se informa de su residencia en Montreal (Canadá).

En el expediente se halla la declaración de un inquilino de un piso propiedad de la Sra. Piera, quién dice ser médico, quién también testifica contra ella, incluyéndola en las actividades políticas del marido, y afirma que huyeron a Francia habiendo dejado poderes en el país. Es por esa declaración que la Sra. Pons también es investigada. En el informe emitido por la Brigada de Investigación y Reconocimiento de la Guardia Civil se explica que no se le conoce ideología ni que haya participado de “luchas políticas”, siendo una persona de orden y sentimientos religiosos. Igualmente, se relacionan los bienes de su propiedad, dos casas sitas en la calle Viladomat de Barcelona, en el barrio de San Antonio. Se ordena investigar la situación patrimonial de la Sra. Pons sin que en principio haya realizado ninguna conducta punible de acuerdo con la Ley de Responsabilidades Políticas.

En el expediente se encuentra el testimonio del Sr. Juan Pons y Millet, hermano de la Sra. Pons, que acude al juzgado por el anuncio publicado en el BOE sobre la incoación del expediente. En su declaración, el Sr. Pons explica que su hermana es una persona de orden y de ideas religiosas, en contraposición a las del marido. Manifiesta que su hermana ha vivido “*alejada de toda manifestación política, como casi la totalidad de mujeres españolas, consagrada tan sólo a su hogar y a la educación cristiana de sus hijos.*” Justifica su marcha de España en cumplimiento de sus obligaciones de esposa y madre. Las manifestaciones del Sr. Pons sobre su hermana plasman una visión sexista del papel de las mujeres

---

de la sociedad, aunque desconocemos si tal testimonio se emitió en esos términos para, precisamente, proteger a la Sra. Pons. Igualmente, subestima la participación política de las mujeres como si fueran sujetos ajenos a la realidad del país, cuando hubo mujeres militantes en organizaciones como el POUM, ERC, el PC o Mujeres Libres, algunas de ellas tomando las armas para defender la República. En otro documento, expedido por la Jefatura Superior de Policía de Barcelona el 22 de septiembre de 1939 se contradice a lo expuesto por el hermano de la Sra. Pons y se explica que sí tenía ideas de izquierdas (señala que igual que su marido) y había hecho donativos y labores para el Socorro Rojo. En el auto de conclusiones, en el que se resumen los testigos recogidos, son mayoritarios los relatos sobre las ideas de orden y de sentimiento cristiano que manifestaba la Sra. Pons, de quién incluso aseguran que había manifestado su disgusto por las actividades políticas de su marido.

En el expediente del Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas de Barcelona ya consta la Sra. Pons como inculpada, además de su esposo, a los que se declara en rebeldía por no haber comparecido. El 27 de enero de 1940 se dicta sentencia declarando la responsabilidad política de ambos cónyuges. Al Sr. Tomás se le impone la sanción de incautación total de bienes, inhabilitación absoluta perpetua, extrañamiento perpetuo y pérdida de la nacionalidad española y a la Sra. Pons se le impone una multa de 250.000 pesetas. La Sra. Pons, por intermediación de un representante, interpuso recurso de alzada contra la sentencia y fue absuelta por el Tribunal Nacional de Responsabilidades Políticas por sentencia del 25 de febrero de 1941. El argumento principal de la sentencia para acordar su absolución también recurría a elementos propios de la feminidad según el franquismo, por el que la Sra. Pons no había podido regresar a España por su obligación de esposa:

Doña Rosa Pons Millet, esposa del otro expedientado, acompañó al mismo a Canadá, habiendo permanecido más de dos meses fuera de España, no en términos hábiles con tales elementos para imponerle sanción ninguna comprendida en la letra m) del art. 4 de la Ley de Responsabilidades Políticas, ya que ese apartado excluye expresamente de responsabilidad a las personas en quienes concurra una causa extraordinaria que justifique la estada en el extranjero tal como las indicadas vía en el apartado en cuestión, como son la residencia habitual y permanencia en el extranjero por la imposibilidad física de reintegrarse a la zona Nacional y a ello es perfectamente asimilable la que concurre en una mujer cuando, para seguir a su marido en cumplimiento de sus obligaciones de esposa, tanto en el orden moral como en el orden jurídico, (...) cuando el marido fijare su residencia en país extranjero (...) la actitud de la que sigue a su marido al extranjero es mucho más conforme a la doctrina de la Iglesia Católica, inspiradora en el terreno social y moral del Movimiento.

Como se puede comprobar, el papel de la mujer deviene secundario tanto para condenarla, pues se entiende que simpatiza con las mismas ideas que el cónyuge, como para absolverla interpretando que no ha regresado al país por el cumplimiento de su obligación como esposa, lo que, a pesar que se reconoce que tiene la posibilidad de no hacerlo si así lo solicita a los Tribunales,

---

es la actitud que obtiene mayor encaje en el modelo de mujer y esposa del Movimiento Nacional. La mujer no se la condena o absuelve por sus propias actividades o ideas, sino que es culpable o inocente según se interprete su relación con el cónyuge.

### **Subvirtiendo estereotipos y sus consecuencias: porque lo personal es político (y culpable)**

Volver sobre la recurrida cita de Kate Millett, una de las madres del feminismo de moderno, es recordar que, en tiempos de dictadura, ni el Derecho ni la justicia son asépticas y menos sobre aquello que deviene contra su modelo de feminidad. Una justicia politizada aplicando una ley de responsabilidades políticas en un contexto de sociedad abiertamente machista, como fue el *Nuevo Estado* de una *Sección Femenina* joseantoniana y con una “hermana-viuda” como jefa indiscutible, Pilar Primo de Rivera, quién se encargaba de reproducir el discurso del difunto fundador de Falange Española Tradicionalista y de las JONS (FET y de las JONS). La percepción del ideal de mujer falangista era obra de los hombres del partido como su fundador, José Antonio Primo de Rivera (Gahete 2015, 393). Para él, es decir, para Pilar, las mujeres eran seres privados de toda iniciativa intelectual, entre otras cualidades. Para mencionar alguna de las citas más destacadas, cabe señalar las siguientes:

Todos los días deberíamos de dar gracias a Dios por habernos privado a la mayoría de las mujeres del don de la palabra, porque si lo tuviéramos, quién sabe si caeríamos en la vanidad de exhibirlo en las plazas.

Las mujeres nunca descubren nada; les falta el talento creador reservado por Dios para inteligencias varoniles<sup>11</sup>

Una Sección Femenina que en las primeras décadas de dictadura promulgaba un modelo de mujer con un destino inseparable de esposa y madre de familia. Modelo que las mujeres que ocuparon los altos cargos en la organización no cumplieron, contradicción que encarnaba la misma Delegada Nacional, Pilar Primo de Rivera, por las responsabilidades políticas que tuvo que asumir en la dirección de Sección Femenina (Gahete 2015, 391).

Los procedimientos relatados guardan características y desenlaces claramente diferenciados. Por una parte, la Sra. Balletbó, quién toma la iniciativa de comunicar su permanencia en Argentina, es una mujer mayor y viuda, quién dice huir de Barcelona por miedo a los rojos: su marcha se lleva a cabo cuando está a punto de acabar la contienda. A pesar de ser mujer adinerada,

---

<sup>11</sup> Citas reproducidas en Tereixa Contena, “Con un pequeños gemido, basta”, *El País* (Periódico), 10 de mayo de 2009.: [https://elpais.com/diario/2009/05/10/cultura/1241906403\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2009/05/10/cultura/1241906403_850215.html), (Consultado el 24 de enero de 2020).

---

solo se sirven de su defensa y un testigo para absolverla, sin mencionar la actividad política de su difunto cónyuge y sin tomar en consideración “las tendencias izquierdistas” de su yerno.

El segundo caso se trata de un procedimiento muy diferente al primero. La acusada ha subvertido claramente su papel y destino de buena esposa, divorciándose del padre de sus hijos y volviéndose a casar. Además, se la acusa de comportarse violentamente delante de los menores, lo que acumula elementos para tacharla de mala madre, el peor de los desprecios según la identidad femenina del régimen.

En el procedimiento de la Sra. Puiggrós se entremezclan dos cuestiones: la vida privada de la denunciada, con el divorcio y la disputa de la custodia de los hijos, y una presunta actividad política que se le intenta atribuir, aunque el Tribunal no la considera probada. Igualmente, no se priva de condenarla, haciendo alusión al cumplimiento de la sentencia firme de divorcio, por la que debería devolver los hijos con el padre. La Sra. Puiggrós, al contrario de como se la presenta por la parte demandante, pretende estar con sus hijos porque los ama, quiere ejercer de buena madre, y su representante y testigos favorables a su persona alegan su adscripción a la derecha. Ambas partes aluden al modelo de feminidad que debe cumplir la Sra. Puiggrós, sea para defenderla o acusarla, siendo ese elemento central en un Tribunal que debe enjuiciar conductas políticas y no comportamientos familiares o, en todo caso, morales. Elementos que se entremezclan en un caso en el que participan cuestiones que no le son propias, elevando a lo político lo que es, en principio, personal, avanzándose a la afirmación de Kate Millett. Aunque durante los largos 40 años de dictadura se pretendió encerrar en el espacio privado, la actividad personal y familiar de las mujeres era una cuestión política de primer orden: o se cumplía con el deber impuesto a su género, o el peligro de ser denunciada y condenada era una amenaza realizable.

Era una cuestión de orden público que las mujeres cumplieran con su destino. Como afirmaba Mercedes Yusta:

También hay que tener en cuenta que las mujeres que optaron por la acción política o por la resistencia armada durante la posguerra fueron una minoría. Muchas mujeres desarrollaron otro tipo de estrategias que tienen que ver con la vida cotidiana y con la supervivencia en un ambiente de gran penuria material y moral, es decir, con funciones tradicionalmente consideradas como femeninas, más que con la resistencia al franquismo propiamente dicha. El problema aparece cuando estas estrategias de supervivencia se entrecruzan con las actividades de resistencia: en ese caso, estas mujeres, sea conscientes de ello o no, pasan a colaborar con esta resistencia y, al menos desde el punto de vista del régimen, a convertirse en opositoras y caer en el punto de mira de la represión. (Yusta 2004, 66)

En el caso de la Sra. Puiggrós, resistir para lograr su objetivo, aunque por ello se la relacionara con personas relevantes del bando rojo. Esa presunta relación sirvió para que su exmarido la denunciara, haciendo valer una posible actividad opositora al régimen de la Sra.

---

Puiggrós por su interesado acercamiento (presuntamente) con los rojos para lograr reunirse con sus hijos. Además, en este caso se sirve la Ley de Responsabilidades Políticas de 1939 para resolver un asunto familiar, lo que se parece a lo afirmado por Sevillano en ocasión de la reforma del Código Penal llevada a cabo por el régimen:

La adecuación del Código Penal vigente a unos presupuestos morales tradicionales hizo que se fueran dando sucesivas disposiciones penales en defensa de la familia, como base del orden social; de la honestidad de la mujer; y de la concepción y la integridad de la infancia en una sociedad cristiana y un Estado católico. (Sevillano 2016, 296)

La defensa de la familia y el reproche a la Sra. Puiggrós por no cumplir con sus deberes como mujer y su desobediencia a los tribunales amparan su condena. Una condena que nada tiene que ver con lo estipulado a la ley aplicada al procedimiento ni a los hechos que deben ser enjuiciados en el Tribunal que conoce el caso y emite sentencia condenatoria contra la acusada.

El tercer y último caso deviene el perfil del “delito consorte”, como fue la condena de la Sra. Pons, por lo mismo que por los argumentos que se la absolvió. Se condenó a la Sra. Pons, al igual que a María Soteras, por la actividad política del cónyuge. En el caso de la Sra. Pons finalmente se la absolvió en Madrid por el recurso de alzada interpuesto. En los argumentos esgrimidos, se la exculpa de su permanencia al extranjero por haber seguido al esposo cumpliendo sus obligaciones como esposa. Se la absuelve sin tener en cuenta sus opiniones y sin ver a la Sra. Pons como una persona independiente, sino como un apéndice del marido al que debía seguir al exilio.

## Conclusiones

La lectura y análisis de los expedientes descritos en este trabajo explican que, al largo de la historia, el Derecho ha sido un instrumento usado para la venganza y la estigmatización contra aquellas personas que no han cumplido con su “deber” social y moral, sea cual fuere su condición. En el caso de la Sra. Puiggrós, una mujer divorciada que se volvió a casar, fue denunciada por unos hechos que no se demostraron, pero se le multó porque se estimaba que el incumplimiento de una sentencia civil no era motivo para no regresar a España, así que se la penalizó como si huyera del régimen por motivos políticos, lo que se enjuiciaba en ese Tribunal. La actuación de la Sra. Puiggrós nada tenía que ver con una posible actividad opositora, por lo que la condena implica un escarmiento por su conducta personal porque se llevó a sus hijos al extranjero, cuando esos hijos e hijas estaban bajo custodia del padre, el propietario de todos los miembros de la familia. La denuncia interpuesta por el exmarido ante la jurisdicción militar no era más que un acto de venganza y mezclar cuestiones públicas y privadas, a sabiendas que el hecho que la Sra. Puiggrós

---

fuera divorciada, casada por segunda vez y que huyera con sus hijos, no sería bien visto por el Tribunal y se la castigaría de un modo u otro, ganando argumentos a favor del exmarido para forzarla a entregar los menores. En el caso de la Sra. Pons, se la condena por entenderse que sigue las ideas de su marido. Del mismo modo, y siguiendo con la consideración de la esposa como apéndice del marido, se la absuelve porque se entiende que no vuelve a España por seguir a su marido y cumplir sus obligaciones de esposa y madre con arreglo al destino que el Movimiento Nacional entendía que era el único válido para la mujer.

Para analizar con profundidad la Historia del Derecho y el comportamiento de los tribunales (en especial durante dictaduras), debemos leer mucho más allá de lo escrito y dejar que los expedientes hablen de lo que hay detrás de las palabras. Cuando se trata de mujeres (y la comunidad LGBTI) este posicionamiento necesita de un análisis y sensibilidad formativa y política en el feminismo, para intentar deducir cuales fueron los motivos y los intereses reales que llevaron a denunciar a mujeres, vecinas, exesposas... La práctica que fue una mala costumbre extendida para revelar la adscripción política de terceras. Unos procedimientos que podían acabar en condena judicial y destierro en lo personal, afectando a reputaciones y vidas que sobrevivieron con estrategias diversas para alimentar a los suyos. Las intenciones, las relaciones, los intereses, las condenas o absoluciones parten del ideal de mujer del régimen: buena esposa, buena madre, ángel del hogar y abnegada. A partir de allí, la condena o la absolución correspondía al nivel de cumplimiento de esa premisa: condena a la Sra. Puiggrós, divorciada que lucha por sus hijos, condena para María Soteras, por seguir las ideas del marido (sin tener prueba alguna, además, para sostener tal información). La Sra. Pons, condenada por seguir las ideas del marido y absuelta por cumplir su obligación de esposa y madre. Esta última eximente no se aplica a la Sra. Puiggrós, aunque alegue que no vuelve para poder ejercer de madre: haberse divorciado y no cumplir el modelo de buena esposa es mayor agravio que querer hacer de madre una eximente, aunque sea cierto que existía una sentencia que concedía la custodia de los hijos al padre. No deja de ser sorprendente que se le exija a una mujer que entregue los hijos al padre cuando es ella la que debe cuidarlos. Se entiende, entonces, que el peso de los tribunales y el concepto de propiedad del *pater familias* es la que pesa más en el caso analizado. Por último, la Sra. Balletbó, viuda, absuelta por ser una mujer mayor y católica, no suponía ningún peligro.

Un examen futuro de más expedientes del Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas podrá aportar mucha más información para revelar como fue esa represión contra las mujeres, de la que en este trabajo se empiezan a dilucidar comportamientos de la judicatura que perciben a la mujer como un anexo al hombre y que debe cumplir unas normas inexcusables correspondientes

---

a su feminidad. Es necesario examinar estos expedientes desde una perspectiva feminista, lo que ayudará a afirmar o negar que el género femenino y sus circunstancias fueron un elemento para la condena. O la absolución.

## Referencias bibliográficas

- Abad, Irene, “Las dimensiones de la “represión sexual” durante la dictadura franquista.” *Revista de historia Jerónimo Zurita* 84 (2009): 65-86.
- Constenla, Tereixa. “Con un pequeños gemido, basta”, *El País*, 10 de mayo de 2009.  
[https://elpais.com/diario/2009/05/10/cultura/1241906403\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2009/05/10/cultura/1241906403_850215.html) (Consultado el 24 de enero de 2020).
- De Riquer, Borja, “Francesc Cambó ante el régimen de Franco: El intento de reconstruir la Lliga Catalana (1944-1947).” *Historia Contemporánea* 13-14 (1996): 289-296.
- Duch, Montserrat, “Una perspectiva de género de la represión concentracionaria franquista a partir del caso de la cárcel de las Oblatas de Tarragona (1939-1943).” *Studia Històrica, Història Contemporànea* 29 (2011): 315-336.
- Gahete Muñoz, Soraya, “La Sección Femenina de Falange. Discursos y prácticas en Madrid.” *Arenal* 22 Vol.2, (julio-diciembre 2015): 389-411.
- Gómez, Gutmaro y Pérez-Olivares, Alejandro, “Las lógicas de la violencia en la Guerra Civil: balance y perspectivas historiográficas” *Studia Historica, Historia Contemporánea* Vol.23, (2014): 251-262.
- González, Enrique. *Las rapadas. El franquismo contra la mujer*. Madrid: Siglo XXI España, 2012.
- Gutiérrez, Esther, *La represión sexual del franquismo*, Tarragona: Universitat Rovira i Virgili, 2012.
- Hernández de Miguel, Carlos. *Los campos de concentración de Franco*. Barcelona: Penguin House Grupo Editorial, 2019.
- Ibáñez, Mélanie, “Experiencias compartidas y lazos de parentesco de postguerra” *Revista Historia Autónoma* 8 (2016): 85-99.
- Ledesma, José Luis, “La “Causa General”: Fuente de la Represión, la Guerra Civil (y el franquismo)” *Spagna Contemporanea* 28 (2005): 203-220.
- Mir, Conxita; Corretgé, Fabià; Farré, Judit y Sagués, Joan, *Repressió econòmica i franquisme: l'actuació del Tribunal de Responsabilitats Polítiques a la província de Lleida*, Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 1997.
- Núñez Díaz-Balart, Mirta, “El dolor como terapia. La médula común de los campos de concentración nazis y franquistas.” *Ayer* 57 Vol. I (2005): 81-102.
- Rodrigo, Javier, “Internamiento y trabajo forzoso: los campos de concentración de Franco, *Hispania Nova*, *Revista de Historia Contemporánea* 6 (2006).
- Sánchez, Pura. *Individuas de dudosa moral*. Barcelona: Crítica, 2009.
- Sevillano, Francisco, “Política y criminalidad en el ‘nuevo Estado’ franquista. La criminalización del ‘enemigo’ en el derecho penal de postguerra”, *Historia y Política* 35 (2016): 289-311.  
<https://doi.org/10.18042/hp.35.12>.
-

S/A. “Desde la cárcel... Firmes y unidas”. *Mujeres antifascistas españolas* 1 (1946).

Valín, Alberto JV, “Francisco Franco, la masonería y la represión”, *Minus*, VIII (2000): 255-267.

Vallès, Daniel, “María Soteras: Un ejemplo de la represión sexuada en aplicación de la Ley de Responsabilidades Políticas Franquista”, en *La investigación del Derecho con perspectiva de género*, coordinado por Maria Jesús Espuny, Daniel Vallès y Elisabet Velo, 417-442. Madrid: Dykinson, 2020.

Yusta, Mercedes, “Rebeldía individual, compromiso familiar, acción colectiva. Las mujeres en la resistencia al franquismo durante los años cuarenta.” *Historia del presente* 4 (2004): 63-92.

\*\*\*

Recibido: 8 de febrero de 2020

Aprobado: 3 de marzo de 2020

---

Dossiê: Identidades e sexualidades hegemônicas e contra-hegemônicas. Feminidades e masculinidades em tempos autoritários

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.29805>

**Entre tanques y pañuelos: domesticidad y trabajo femenino en la propaganda de guerra estadounidense (1941-1943)**

*Entre tanques e lenços: domesticidade e trabalho feminino na propaganda de guerra estadunidense (1941-1943)*

*Between tanks and head scarves: Domesticity and female labor in American war propaganda (1941-1943)*

Sol Glik\*

<https://orcid.org/0000-0002-6841-6948>

RESUMEN: Transformado en arma de guerra por la *Office of Coordinator of Interamerican Affairs*, el estilo de vida americano- estadounidense llegó a los hogares de todo el continente durante la Segunda Guerra Mundial, a través de una ofensiva publicitaria sin precedentes. Un poderoso arsenal de imágenes, elaborado por diferentes órganos del Departamento de Estado norteamericano, tenía por objetivo el reclutamiento de las mujeres para que participasen del esfuerzo de guerra, ya fuese en sus hogares, en el frente o en la fabricación de armas. Por medio de atractivos valores cívicos, la propaganda de guerra incluía en su repertorio diferentes recursos discursivos que, a partir de entonces, y hasta bien avanzada la posterior Guerra Fría, integrarían el amplio imaginario de una nueva forma de domesticidad. Este trabajo indaga, en perspectiva

---

\* Doctora en Historia Contemporánea por la Universidad Autónoma de Madrid y Doctora en Historia Cultural por la Universidad Federal de Santa Catarina, de la cual ha sido profesora. Ha sido también investigadora vinculada a la Cátedra Príncipe de Asturias en la Universidad de Georgetown, Washington, D.C. Son sus principales áreas de interés la Historia Cultural de América, Historia de las relaciones de género; Género y tecnologías domésticas; Propaganda y género. De nacionalidad argentina, ha repartido su formación académica también entre Brasil y España.

Cuenta con variadas publicaciones de artículos y capítulos de libros en diversos medios científicos, entre ellos “War, time and movement. The image of women in the US during the Second World War”, en la obra organizada por Carmen de la Guardia y Elena Postigo, *Moving women and the United States* (2016);

“No existe pecado al sur del Ecuador: Hollywood y diplomacia cultural norteamericana”, en el libro editado por Marina Franco y Benedetta Calandra, “La Guerra Fría Cultural en América Latina (2013); “Guerra e Spazio Domestico”, en *Ácoma-Rivista Internazionale di Studi Nord-Americani* (2015); “A la sombra del Cóndor: arte, resistencia y vida cotidiana en las recientes dictaduras latinoamericanas”, en *Revista Interthesis*, vol 10, 1 (2013); entre muchas otras publicaciones y aportaciones a numerosos congresos y eventos. Recientemente ha publicado un volumen sobre Historia de Estados Unidos en la Colección de Divulgación Histórica de la Editorial Salvat. E-mail: [soflik2@yahoo.es](mailto:soflik2@yahoo.es)

histórica y en soportes diversos, la utilización discursiva del género con fines de propaganda mediante la articulación entre elementos políticos y económicos y el cotidiano y la vida doméstica. Este recurso, cuya utilización usualmente damos por sentada cuando nos referimos a gobiernos autoritarios, muestra su utilidad también para gobiernos democráticos, aun cuando se pretenda como objetivo la preservación de un estilo de vida atribuido al “mundo libre”. A partir del cruce de fuentes primarias, como la afamada revista estadounidense *The Reader's Digest* -en sus versiones en inglés, portugués y español- y de variados carteles de propaganda lanzados por gobierno de Estados Unidos durante la Segunda Guerra Mundial, se desarrolla la idea de que las autorepresentaciones del gobierno americano acabaron formando un complejo entramado ideológico en el que se imbricaban los asuntos de estado con las cuestiones de género.

Palabras clave: Domesticidad. Guerra. Género. Mujeres. Propaganda.

RESUMO: Transformado em arma de guerra pela *Office of Coordinator of Interamerican Affairs*, o estilo de vida americano-estadunidense chegou aos lares de todo o continente durante a Segunda Guerra Mundial, através de uma ofensiva publicitária sem precedentes. Um poderoso arsenal de imagens, elaborado por diferentes órgãos do Departamento de Estado norte-americano, tinha por objetivo o recrutamento das mulheres para que participassem do esforço de guerra, fosse nos seus lares, no fronte ou na fabricação de armamentos. Por meio de atrativos valores cívicos, a propaganda de guerra incluía no seu repertório diferentes recursos discursivos que, a partir daquele momento, e até muito avançada a posterior Guerra Fria, integrariam o amplo imaginário de uma nova forma de domesticidade”. Este trabalho indaga, em perspectiva histórica e em suportes diversos, a utilização discursiva do gênero com fins de propaganda mediante a articulação entre elementos políticos e econômicos e o cotidiano e a vida doméstica. Este recurso, cuja utilização usualmente damos por óbvia quando nos referimos a governos autoritários, mostra a sua utilidade também para governos democráticos, mesmo quando se pretenda a preservação de um estilo de vida atribuído ao “mundo livre”. A partir do cruzamento de fontes primárias, como a famosa revista estadunidense *The Reader's Digest* -nas suas versões estadunidense e latino-americanas- e variados cartazes de propaganda lançados pelo governo dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, se desenvolve a ideia de que as autorrepresentações do governo americano acabaram por formar um complexo enramado ideológico no qual tecem-se os problemas de estado com as questões de gênero.

Palavras-chave: Domesticidade. Guerra. Gênero. Mulheres. Propaganda.

ABSTRACT: During the Second World War, *The American Way of Life* crossed the American continent as a weapon, through an unprecedented advertising offensive. A powerful arsenal of images, prepared by different agencies of the US Department of State, was aimed at recruiting women to participate in the war effort, whether in their homes, in the front or in the manufacture of weapons. Through attractive civic values, war propaganda included in its repertoire different discourse resources, that would integrate the broad imaginary of a new form of domesticity. This research investigates, in an historical perspective, the use of gender as a resource for propaganda

---

purposes, through the articulation between political elements and everyday life. This resource, usually take for granted when we refer to authoritarian governments, also shows its usefulness for democratic States, even in order to preserve a lifestyle attributed to the “free world”. Crossing primary sources, such as the famous American magazine *The Reader's Digest* - in its American and Latin American versions - and various propaganda posters launched by the United States Government during the Second War, these papers examine the way of the Government's self-representations built a complex ideological framework in which state affairs were interwoven with gender issues.

Keywords: Domesticity. War. Gender. Women. Propaganda.

### Cómo citar este artículo:

Glik, Sol. “Entre tanques y pañuelos: domesticidad y trabajo femenino en la propaganda de guerra estadounidense (1941-1943)”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 80-98.

\*\*\*

Durante la Segunda Guerra Mundial, el gobierno de Estados Unidos lanzó una campaña para animar a las mujeres a ocupar los puestos de trabajo que los hombres habían dejado vacantes cuando marcharon a la guerra. A través de numerosos y variados carteles -la mayoría bajo patrocinio de las empresas involucradas en la producción bélica- se convocaba el enrolamiento femenino para el esfuerzo de guerra. Entre 1941 y 1943, estos carteles llamaban a ocupar puestos en las fábricas de armas, de aviación, de tanques e inclusive en la industria textil para la confección de ropas para los soldados. El uso de pósteres como propaganda de gobierno fue muy extendido durante la Primera Guerra Mundial, y se mostró de gran utilidad para su expansión durante la Segunda. Como explican Bird y Rubinstein (1998), se trataba de un soporte colorido, atractivo y barato para la difusión de propaganda gubernamental.

El más conocido de estos carteles o *pósteres*, fue creado por el artista plástico J. Howard Miller en 1943 por encargo de la empresa Westinghouse. El cartel muestra a un personaje ficticio denominado *Rosie the Riveter*<sup>1</sup>, la cual aparece debajo de la frase que se volvería popular: “We can do It” (Nosotras podemos hacerlo). La traducción más próxima sería “Rosie la rematadora, o remachadora”, entendida como la operaria encargada de los remaches en la línea de montaje. La estrella de Hollywood Walter Pidgeon estaba visitando una fábrica de aviones de la Ford Motor

---

<sup>1</sup> Fuente: < <http://www.u-s-history.com/pages/h1656.html>>.

Acceso en 05/01/2013. Sobre Rosie the Riveter y su utilidade para la propaganda de guerra, ver: Honey, Maureen, “Creating Rosie the Riveter: Class, Gender and Propaganda during World War II”. Sobre el uso de los pósteres en la propaganda de guerra, ver: Bird, William L., JR. y Rubinstein, Harry: “Design for Victory: World War II Posters on the American Home Front”.

---

Company cuando conoció a una de las operarias, Rose Will Monroe. Más tarde, el famoso ilustrador Norman Rockwell creó una primera “Rosie” para la portada del *Saturday Evening Post* del día 29 de mayo de 1943, en un número dedicado al Memorial Day. Esta no sería la imagen definitiva, la más conocida es la que aparece en el cartel promocionado por la Westinghouse, ya mencionado en el texto.

Ya utilizada en diversos trabajos (Wildhozer 2005), la imagen de *Rosie* representa una mujer exhibiendo los músculos del brazo en una demostración de fuerza, al tiempo que luce un pañuelo amarrando el cabello para así remitir a la imagen de una ama de casa americana de la década del 40 (Figura 1)<sup>2</sup>.

Es interesante recordar que los pañuelos han cubierto las cabezas femeninas con diferentes propósitos. Muchas veces para regular el comportamiento, como en ciertas culturas religiosas (monjas católicas, mujeres musulmanas) donde el trozo de tejido pretende neutralizar la sensualidad supuestamente inmanente a la cabellera. Pero también ha sido utilizado como potente arma política, en las auto-representaciones de las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo, quienes usaban pañales a modo de pañuelos, para recordar su rol de madres en la lucha por sus hijos y nietos desaparecidos en los oscuros años de la reciente dictadura argentina (1976-1982). El pañuelo de Rosie porta valores de signo muy diferente, ya que pretende informar que la “feminidad” no se pierde por ocupar puestos de trabajo tradicionalmente masculinos.

Por ello, y aunque desde la posguerra ha adquirido nuevos significados, y en el siglo XXI viene siendo utilizada en representaciones feministas que aluden a la capacidad auto emancipadora de las mujeres, la imagen de Rosie fue diseñada con finalidades muy diferentes, sino antagónicas. Muy difundida durante la Segunda Guerra Mundial (Imágenes 2 a 7)<sup>3</sup>, la figura de la joven con el pañuelo fue el producto de una convergencia de intereses políticos y económicos, más próximos a la obediencia que a la rebeldía. Maureen Honey (1984), analizó la publicación de esas propagandas en dos periódicos de gran divulgación. *The Saturday Evening Post*, dirigido a un público de clase media, y *The True Story*, difundido entre la clase trabajadora.

La imagen aparece también en carteles elaborados en otros países aliados, como el producido en 1943 en Australia por Maurice Bramley, “Join us in a Victory Job” (Júntese a nosotros

---

<sup>2</sup> Producido por la Westinghouse en colaboración con al *War Production Coordinating Committee*. Archives: National Archives and Record administration (NARA) /NWDNS-179-WP-1563.

<sup>3</sup> Figuras disponibles en la Library of Congress y también en las siguientes páginas oficiales: <<http://edsitement.neh.gov/lesson-plan/women-aviators-world-war-ii-fly-girls#sect-resources>>; <[http://www.loc.gov/rr/print/list/126\\_rosi.html](http://www.loc.gov/rr/print/list/126_rosi.html)>; <<http://www.nps.gov/nr/travel/wwIIbayarea/womenatwar.htm>>; <<http://waspmuseum.org>> Acceso en 27/09/2014.

---

en un empleo por la victoria) (Figura 9)<sup>4</sup>, en cuya imagen aparece una joven Rosie liderando un grupo de mujeres australianas.

El pañuelo en la cabeza de *Rosie* se tornó, así, un símbolo del compromiso de las mujeres con el esfuerzo de guerra de la causa aliada, utilizado masivamente como señal de que aceptaban el desafío de participar activamente del esfuerzo de guerra y sustituir la fuerza de trabajo masculina sin renunciar a los supuestos atributos “femeninos”. Es el caso de las muchas mujeres que ocuparon puestos de trabajo como mecánicas, en la reparación de aviones de guerra -oficio tradicionalmente reservado a los hombres- (Imágenes 10 y 11)<sup>5</sup>.

Tal alusión a la “feminidad”, entendida como los cuidados con la belleza física, es constante en las recomendaciones del gobierno estadounidense, y está presente en diversos folletos “educativos” para las esposas de los combatientes, durante y después de la guerra. Como señala la historiadora estadounidense Elaine Tyler May (2008, 80), las mujeres de la posguerra fueron instigadas a adaptarse a las necesidades e intereses de los hombres y ser especialmente sensibles a las necesidades y deseos de los veteranos, dado que “muchos hombres encontraron su masculinidad en riesgo en el frente de guerra, cuando no siempre el coraje los acompañó”. Como relata May, la revista estadounidense *Photoplay* exhortaba a las mujeres a asumir la responsabilidad de construir el ego masculino, explicando que los hombres buscaban mujeres que, “siendo lo suficientemente atractivas como para tener otros hombres, los habían elegido a ellos”. Estas revistas populares estadounidenses recomendaban también “cultivar un estilo romántico”, lo que consistía en hablar bajo (“en susurros”) y evitar reírse “históricamente” (May 2008, 81). Aún según May, dos imágenes positivas de mujeres habían sido centrales durante la guerra: la heroína independiente y la novia o esposa dedicada. La autora afirma que la Mujer Maravilla poseía algunas características feministas que perdió después de la guerra, cuando se tornó más dependiente de figuras masculinas.

---

<sup>4</sup> Producido por el Australian Department of National Service. Archivos: Australian War Memorial / ARTV00332.

<sup>5</sup> National Women History Museum. Disponible en <<http://www.nwhm.org/online-exhibits/partners/28.htm> > Acceso el: 28/09/2014.

---



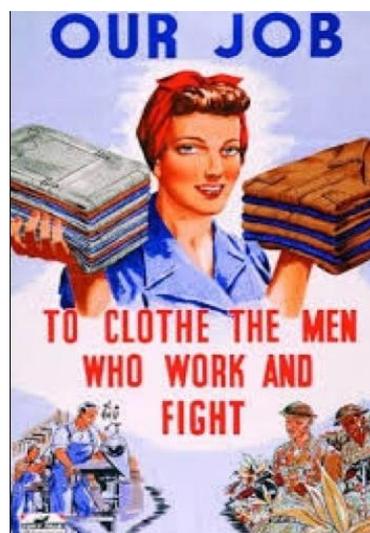
**Fig. 1:** War Production Coordinating Committee, 1943. Westinghouse Electric Corporation; J. Howard Miller, *We Can Do It!*. National Museum of American History. [https://americanhistory.si.edu/collections/search/object/nmah\\_538122](https://americanhistory.si.edu/collections/search/object/nmah_538122)



**Fig. 2:** U.S. Government Printing Office, 1942-1943. Adolph Treidler, *She's a WOW Woman Ordnance Worker Keep 'em shooting!* Library of Congress Print and Photograph Division, Washington, D.C. <https://www.loc.gov/item/96502806/>



**Fig. 3:** Office for Emergency Management, 1943. Office of War Information. Domestic Operations Branch. R. G. Harris, *Do The Job He Left Behind*, Bureau of Special Services. 3/9/1943-9/15/1945. National Archives and Records Administration. <https://catalog.archives.gov/id/513683>



**Fig. 4:** Australian Department of Information. Advertising Division, 1943. *Our job to clothe the men who work and fight*. Australian War Memorial. <https://www.awm.gov.au/collection/ARTV0106>  
4

Estos nuevos empleos de guerra deberían ser glorificados como servicio patriótico. Las mujeres estadounidenses debían ser persuadidas de la importancia de su trabajo para la nación, por lo que el argumento era presentado convincentemente. Se trataba del *Basic Program Plan for Women*

*Power*, de la Office of War Information, iniciativa del gobierno estadounidense que ocasionó la entrada de un número sin precedentes de mujeres al mercado de trabajo, remuneradas o no. Su participación en la producción de aviones de guerra mereció ser destacada en las páginas de la popular revista estadounidense, el *Reader's Digest*<sup>6</sup>. Las ediciones latinoamericanas publicaban un artículo a ese respecto en agosto de 1942<sup>7</sup>.



**Fig. 5:** U.S. Government Print Office, 1943. *The more women at work the sooner we win!* U.S. Employment Service. Library of Congress Prints and Photographs Division Washington, D.C. <https://www.loc.gov/item/95504675/>



**Fig. 6:** Office of War Information, 1943. Roeppe, George, *I've found the job where I fit best! find your war job in industry, agriculture, business.* Library of Congress Prints and Photographs Division Washington, D.C. <https://www.loc.gov/pictures/item/90707072/>

<sup>6</sup> Sobre la utilidad de las ediciones latinoamericanas de la revista del *Reader's Digest*, ver: Glik, Sol. *El hogar de la victoria: La promesa del American way of life para América Latina (Estados Unidos - Brasil - Argentina, 1940-1945)*. Brock, Julia, Dickey, Jennifer W., Harker, Richard J.W., and Catherine M. Lewis (editors). *Beyond Rosie: A Documentary History of Women and World War II*. Fayetteville: University of Arkansas Press, 2015 y Colman, Penny. *Rosie the Riveter: Women Working on the Home Front in World War II*. New York: Yearling, 1998.

<sup>7</sup> En castellano, “La mujer acelera la producción de aviones”, *Selecciones del Reader's Digest*, agosto de 1942, p. 34-36; en portugués, “A mulher acelera a produção de aviões”, *Seleções do Reader's Digest*, agosto de 1942, p.71-73. El artículo había sido publicado ya en junio del mismo año en la edición norteamericana, bajo el título “New Women Workers Speed Plane Production”, *The Reader's Digest*, Junio de 1942, p. 102-105.



**Fig. 7:** Office of War Information, 1945. *Victory Waits On Your Fingers - Keep 'Em Flying, Miss U.S.A.* Records of the Office of Government Reports, Record Group 44; National Archives at College Park, College Park, MD.  
<https://www.docsteach.org/documents/document/victory-waits-on-your-fingers>



**Fig. 8:** United States. Army. Recruiting Publicity Bureau, 1944. *Steele Savage Nurses are Needed Now! For Service in the Army Nurse Corps.* Library of Congress Prints and Photographs Division Washington, D.C.  
<https://www.loc.gov/item/90712791/>

A medida que se intensificaba la participación de Estados Unidos en el conflicto mundial, las mujeres civiles fueron animadas a ocupar puestos también en el frente, especialmente como enfermeras –función compatible con el rol de cuidadoras tradicionalmente atribuido a las mujeres (Figura 8). Es necesario recordar que ya existían en la Women Airforce Service Pilots (WASPs) mujeres activas combatiendo como pilotas de aeronaves de guerra<sup>8</sup>. Así lo recordaba también un artículo publicado en las ediciones en lengua portuguesa y castellana del *Reader's Digest*, en agosto de 1943. Como siempre, el artículo había sido publicado meses antes en la edición estadounidense<sup>9</sup>. Bajo el título “Mujeres en paso de Marcha”,

<sup>8</sup> Disponible: <http://www.nwhm.org/online-exhibits/partners/28.htm>. Acceso en: 20/09/2014. La labor por la memoria de la Segunda Guerra Mundial proporciona numerosas fuentes oficiales para la consulta.

<sup>9</sup> “Ladies of the Army”. *The Reader's Digest*, Mayo de 1943, p. 83-85. En castellano: “Mujeres en el servicio Militar”. *Selecciones del Reader's Digest*, agosto de 1943, p. 31-33. En portugués. “Mujeres em passo de marcha”, *Seleções do Reader's Digest*, agosto de 1943, p. 54-56. Condensado de un artículo publicado en el semanario estadounidense *The Week*.



**Fig. 10 e 11:** California, 1942. Trabajadoras en fábrica de aviación militar. Woman History Museum.  
<https://www.womenshistory.org/resources/general/working-defense-industry>

el artículo explica las características del Women's Army Auxiliary Corpse (WAACs), cuerpo formado por mujeres que se enrolaban como voluntarias para ocupar puestos antes masculinos, como mecánicas, técnicas en salud o archiveras, para permitir que los hombres que antes ocupaban estos cargos entrasen en los frentes de combate. Sin embargo, resalta el artículo, “muchas WAACs quieren quedarse en las Fuerzas Armadas después de la guerra, y tomar parte en la obra de reconstrucción en la paz, pues dicen que dar de comer a niños que tienen hambre es tarea que pide el cariño y las manos de una mujer”. En sintonía con el espíritu de sacrificio personal que orienta toda la revista, este artículo afirma que mujeres de “todos los tipos y clases sociales” se juntan en las WAACs en pro del éxito en la guerra, la mayoría “...dejaron empleos bien retribuidos, o abandonaron profesiones, para servir al Ejército, sin regalías ni tratamiento diferenciado”. El artículo afirma que se trata de voluntarias motivadas por el deseo de seguir los pasos de maridos, padres y hermanos que estaban ya enrolados en las actividades del ejército americano. La revista refuerza así el protagonismo masculino, ya que el papel de estas mujeres sería subsidiario del papel principal, ejercido por los hombres de la familia. El esfuerzo de propaganda podría ser interpretado como una valorización del trabajo femenino, y sin duda había mucho de esto, pero aún así el rol de las mujeres en imágenes y discursos se relega al de dar soporte para los hombres. Todas las tareas asignadas a las mujeres tienen por objetivo alimentar, vestir o armar a los hombres que se encuentran en el frente europeo. Haciendo esto por ellos, se está haciendo también un esfuerzo por el propio marido, novio, hijo o hermano. Así también lo expresa la letra de un conocido *jingle* de la época, que toma como personaje central a la mítica *Rosie the Riveter*: “Ella es una parte de la línea de montaje / Ella está haciendo historia / trabajando para la victoria / Se mantiene alerta de

---

sabotajes / sentada allí en el fuselaje”. Pero Rosie tiene además motivaciones personales para llevar a cabo su importante tarea, como lo expresan los versos que siguen: “Rosie tiene un novio, Charlie” / que es un infante de la marina / Rosie está protegiendo a Charlie / haciendo horas extras en las máquinas”<sup>10</sup>.

La propaganda de guerra dirigida a las mujeres estadounidenses contemplaba también a aquellas que tendrían que quedarse en casa cuidando de hijos pequeños. Estas eran desestimuladas –aunque no prohibidas- a trabajar. Las esposas de los combatientes, por ejemplo, recibían una ayuda del gobierno de cincuenta dólares mensuales, más un extra de 20 dólares por cada hijo (Tuttle JR 2004, 63). Una variedad de carteles de propaganda estimulaba a las amas de casa a economizar alimentos, dada la enorme demanda de proteínas necesarias para la alimentación de los soldados. Al mismo tiempo, una intensa campaña estimulaba el cultivo de los llamados Jardines de la Victoria, para la producción de hortalizas y verduras destinadas a la elaboración de conservas caseras para abastecer el hogar (Imágenes 12 a 14)<sup>11</sup>. Con eslóganes que conectan las áreas doméstica y cívica, las amas de casa son instigadas a economizar alimentos: “Soy todo lo patriota que puedo. Los racionamientos no me preocupan” (Figura 14).



**Fig. 12:** Office of War Information, 1943. *A woman shows off a jar of canned beans. Food Conservation.*. Oregon State Nutrition Committee. Folder 18, Box 28, Defense Council, OSA. <https://sos.oregon.gov/archives/exhibits/ww2/Pages/services-nutrition.aspx>.

<sup>10</sup> Estados Unidos, 1942. Compuesta por Redd Evans y John Jacob Loeb, interpretada por la banda The Four Vagabonds.

Video disponible en: <http://youtu.be/9CQ0M0wx00s?list=PLDEC851081645B979> Último Acceso: 05/10/2014  
*She's a part of the assembly line / She's making history, working for victory / Rosie, the riveter / Keeps a sharp look out for sabotage / Sitting up there on the fuselage / (...) / Rosie's got a boyfriend, Charlie / he's a Marine, Charlie, / Rosie is protecting Charlie / Workin' overtime on the riveting machine* (Traducción propia).

<sup>11</sup> Oregon State Archives. Disponible en: <http://arcweb.sos.state.or.us/pages/exhibits/ww2/services/nutrition.htm> Acceso en 28/09/2014.

**Fig. 13:** Office of War Information, 1943. Division of Public Inquiries. Office of War Information. Alfred Parker, *We'll have lots to eat this winter, won't we Mother?: grow your own, can your own*. United States. <https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc556/?q=Woman%20War#creation-context>

**Fig. 14:** Office of War Information, 1943. Dick Williams, *Am I proud!: I'm fighting famine-- by canning food at home*. War Food Administration, Washington, D.C.; U.S. Government Printing Office : 1943-1944-O-643470". <https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc549/?q=Woman%20War#collections>.

Mientras, se intensificaban las recomendaciones para evitar el desperdicio. Tenemos aquí dos ejemplos de carteles producidos por la United States Office of War Information. El primero de ellos advierte “Donde nuestros hombres estén luchando, nuestro alimento está luchando” (Figura 15). En el segundo cartel puede leerse: “El alimento es un arma. No lo desperdicie” (Figura 16) En ambos aparece el mismo lema: “Compre sabiamente - Cocine cuidadosamente - Coma todo”<sup>12</sup>.

En sintonía con estos propósitos, la revista del *Reader's Digest* publicaba un artículo en las ediciones latinoamericanas de julio de 1942, el cual ya había aparecido en la edición estadounidense del mes de abril: “Coma Menos para Viver Más”<sup>13</sup>. Introducido como conclusión de una investigación de la Universidad de Cornell y financiado por la Rockefeller Foundation, este artículo justificaba con argumentos aparentemente científicos –como era habitual en muchas revistas de la época- la necesidad de reducir la ingesta de alimentos, considerando excesiva la modalidad corriente por aquella época. La cocina, entendida como espacio de responsabilidad de las mujeres, debía recibir más atención. De esta manera, economizar alimentos sería también cuidar de la salud de la familia y de la nación. Una responsabilidad que cabría a las mujeres.

---

<sup>12</sup> United States Office of War Information, Division of Public Inquiries. “Wartime Nutrition,” *NC Eats*. Acceso em 05/10/2014. Ambos carteles disponibles en: <https://sos.oregon.gov/archives/exhibits/ww2/Pages/services-nutrition.aspx>.

Figura 4.11: *Where Our Men Are Fighting, Our Food Is Fighting*; Figura 4.12: *Food is a Weapon: Don't Waste It!*. Em ambos: *Buy wisely- Cook Carefully- Eat at All*.

<sup>13</sup> En castellano, “¿Sabe usted alimentarse bien?”, *Selecciones del Reader's Digest*, julio de 1942, p. 1-3; en inglés: “Do You Know What You Ought to Eat?”, *The Reader's Digest*, abril de 1942, p. 37-39, En portugués: “Comer menos para viver mais”, *Seleções do Reader's Digest*, julio de 1942, p. 30-32.

---



**Fig. 15:** Office of War Information. 1943. *Where our men are fighting, our food is fighting : buy wisely--cook carefully--store carefully--use leftovers.* UNT Libraries Government Documents Department. <https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc551/m1/1/>

**Fig. 16:** Office of War Information. 1943. *Food is a weapon : don't waste it! : buy wisely -- cook carefully -- eat it all : follow the National Wartime Nutrition Program.* UNT Libraries Government Documents Department. <https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc551/>

## Acción

En contraste con la figura pasiva, habitual en las imágenes domésticas de roles femeninos, los hombres aquí son dotados de acción. En las páginas de publicidad de la versión en portugués *Seleções del Reader's Digest* los veremos pilotando aviones, helicópteros y tanques. Saltan de lanchas, se introducen en la selva, operan equipamientos de sofisticada tecnología, planean complicadas estrategias. Las imágenes de las páginas publicitarias de *Seleções* tejen una línea continua con las escenas de las películas que Hollywood producía en la misma época. Los soldados en el frente de batalla se muestran sucios, sudorosos, sin afeitarse. Casi contrastan con los personajes masculinos responsables por la toma de decisiones en los altos mandos de sus propias Fuerzas Armadas, retratados en las películas de forma pulcra y ordenada. Tienen en común, sin embargo, la misión libertadora. Cabe a las mujeres apoyarlas en sus importantes misiones, como Rosie protege a su novio Charlie trabajando en la línea de montaje de la fábrica.

A través de representaciones sexuadas, las imágenes establecen narraciones asimétricas. En un mismo número de la revista encontramos dos publicidades diferentes de un mismo anunciante, las lapiceras *EverSharp*. Siguiendo un patrón estético común, en la primera de ellas aparece una joven sentada frente al retrato de un -igualmente joven soldado, tal vez o marido o novio de la

---

muchacha. El texto anuncia en su título: “Palabras mágicas de amor”<sup>14</sup>. El lenguaje empleado en el anuncio desprecia la participación de la joven en el acto de la escritura y la sitúa en un territorio irreal: “hasta las ideas vienen al pensamiento con mayor rapidez cuando se escribe con una *EverSharp!*”. ¿Y qué escriben las jóvenes? Cartas de amor para los soldados. La mujer-escritora desaparece como sujeto de la acción de escribir, así como su propósito, transferido para una figura masculina. El segundo anuncio ofrece la imagen de dos soldados accionando una ametralladora, bajo el título “Hombres de Acción”, ¡que “utilizan los instrumentos que les brindan también funcionamiento rápido, “donde quiera que se utilicen...hasta a bordo de un avión a varios millares de metros de altura!” El texto que acompaña a la imagen utiliza un lenguaje de guerra. Compara las lapiceras *EverSharp* a “armas de repetición automáticas” (figuras 17 y 18, en castellano y portugués, respectivamente)<sup>15</sup>. A lo largo del período de guerra, es frecuente el uso de este lenguaje, sea en la forma de comparaciones (como en los citados anuncios de la Evershap) o de metáforas.

Del otro lado del espejo, los hombres son los protagonistas el tiempo presente. Como responsables por garantizar el futuro prometido, hacen cosas relevantes como salvar a la humanidad, derrotar las fuerzas del mal, garantizar la libertad. Sin su sacrificio no habría futuro, según se explicita. Son ellos los protagonistas de la historia, a ellos cabe la acción y a través de ésta forjan la realidad. El trabajo femenino, representado como esfuerzo de guerra, aparece como un soporte para la acción masculina.

---

<sup>14</sup> Anuncio de la Everssharp Inc. Chicago USA. *Seleções*, versión brasileña, mayo de 1942.

<sup>15</sup> Anuncio de Evershap Inc. Chicago USA. *Seleções do Reader's Digest*, versión brasileña, agosto de 1942. Ambos anuncios aparecieron tanto en castellano como en portugués. Aquí se selecciona uno en cada idioma.

---



Fig. 17: *Seleções*, versão brasileira, maio de 1942. Páginas publicitárias, sin numeración.

Fig. 18: *Seleções*, versão brasileira, agosto de 1942. Páginas publicitárias, sin numeración.

A medida que los Aliados ganaban posiciones y las chances de victoria se iban definiendo para Estados Unidos, las páginas de publicidad de las ediciones latinoamericanas del *Reader's Digest* serían cada vez más asertivas. Los electrodomésticos serían los protagonistas del tiempo presente, y las mujeres ocuparían sus puestos de trabajo en los equipados y modernos hogares estadounidenses. Pero también en Latinoamérica los electrodomésticos ocuparían un lugar de destaque. Como afirma la historiadora Inés Pérez (2013), estos artefactos tendrían a partir de los años 1940 un fuerte sentido en la búsqueda de distinción por parte de la creciente clase media argentina. A su vez, los hogares brasileños pasaron por importantes transformaciones en el primer cuarto del siglo XX, renovados por la tecnología y por la nueva dependencia de un sistema de infraestructura destinado a articular el espacio privado al espacio público, a partir de la llegada, por ejemplo, de la red de gas de cocina (Silva 2007) Combinada con la circulación de nuevas ideas sobre racionalización e higiene, resultaron en la sustitución de las antiguas cocinas de leña y carbón por las nuevas cocinas a gas, contribuyendo para la reformulación del espacio doméstico (Silva 2007, 197).

Es también recurrente el uso de representaciones de niñas que manifiestan ilusión por un “mañana” condicionado a la victoria de los Aliados. Esta utilización se torna cada vez más frecuente a medida que crecía la certeza de la derrota del Eje, a través de una retórica que mezclaba nociones de confort, modernidad, superioridad militar y democracia como si perteneciesen al mismo orden discursivo. Anuncios largos, en los que el texto disputaba espacio con la imagen y el argumento era reforzado con valores universales, como la felicidad. Así se puede ver, por ejemplo, en el anuncio de la empresa General Electric, en la edición en castellano de marzo de 1943, donde no se publicitan aparatos en particular, sino la promesa de las futuras invenciones. Es interesante detenerse en la cuestión de clase, cuidadosamente oculta por detrás de una retórica igualitaria (“dinero no es todo”; “todas las casas serán mejores”; “los productos serán “más baratos y accesibles”) (Figura 19)<sup>16</sup>

También en este anuncio la felicidad se plasma como una promesa: “el mundo del mañana será mejor que el del presente”. Así se posibilita la negociación a la cual toda esta felicidad está condicionada: la victoria aliada y la derrota del Eje. Así también se refuerza en el logotipo del Panamericanismo, usual en estos anuncios institucionales el período de la guerra. Es también interesante el recurso de la solidaridad a la causa panamericana, como registra un artículo institucional en el que se menciona el empeño de “otras empresas” (por tanto, competidores), reforzando la función misionaria de la industria de electrodomésticos como un todo y sugiriendo que fabricar (y consumir) los productos de estos anunciantes es una forma de adherirse al esfuerzo de guerra estadounidense. El citado “mañana” refuerza supuestos papeles de género: “en empresas como la General Electric los hombres trabajan para que el mundo de mañana sea mejor que el del presente”; “Yo seré muy feliz, como mi madre”.

---

<sup>16</sup> Anuncio de la General Electric. *Selecciones del Reader's Digest*, edición en castellano, marzo de 1943.



Figura 4. 15:

**Quando yo sea una señora...**

**...Tendré una linda casa...**

Vaya si la tendrás, Carmencita. Una casa preciosa. No sabemos cómo será, exactamente. Pero será una casa maravillosa, porque todas las casas serán mejores que las de hoy, en muchos sentidos. Y habrá en ellas muchas cosas con las que siquiera soñamos hoy.

**...Tendré un estupendo automóvil...**

O un aeroplano. O quién sabe, algo parecido a la famosa alfombra mágica...Nuestros actuales teléfonos, y radios, y refrigeradores parecían cosa de mágica cuando los vimos por primera vez.

**...Tendré muchísimo dinero...**

Dinero? El dinero no es todo, Carmencita. Aunque, entonces, cada centavo y cada peso valdrán más que hoy. Y qué más?

**...Y seré muy feliz, como mi mamá!**

Más feliz aún, Carmencita. Porque en estos mismos momentos, los que laboriosos científicos trabajan para lograr nuevos descubrimientos que nos hagan más felices, y, en las fábricas, los ingenieros idean nuevos procedimientos para baratear los productos y hacerlos más accesibles y baratos que ahora.

Tus sueños se están cumpliendo en verdad porque en muchas empresas como la General Electric los hombres trabajan para que el mundo del mañana sea mejor que el presente.

Fig. 19: Selecciones, versión en castellano, marzo de 1943. Páginas publicitarias, sin numeración.

### Algunas consideraciones a modo de conclusión

En las últimas décadas, variados estudios feministas vienen advirtiéndolo que el género no comprende sólo la simple dicotomía masculino-femenino, sino que se cruza con una red de elementos vinculados a las estructuras de clase, poder y etnicidad, las cuales, por su vez, estructuran las relaciones sociales (Cecchetto 2004). Bajo esta misma perspectiva, se insiste en la necesidad de romper con las polarizaciones de género. En la expresión de Joan Scott, quien, en su texto fundador sobre el uso de la categoría género para el análisis histórico toma nota de las recomendaciones de Michel Foucault, desnaturalizar las categorías sobre las cuales descansan las estructuras de poder es desnaturalizar su aparente estabilidad, y es por esto por lo que es necesario historizarlas (Scott 2006). Desnaturalizar el aparente arraigo histórico de aquello que sugiere continuidad en nuestro presente, implica reconocer una diversidad de modelos para lo que conocemos como “masculino” y “femenino”. Tales estilos corresponden a los diferentes modos con que hombre y mujeres se implican en la política, en el arte, en la cultura y en la economía de su tiempo, para poder corresponder a valores cambiantes que aparecen y desaparecen a lo largo de los años. Es importante

recordar que las revistas circulaban ampliamente en los hogares de las clases medias y eran leídas por todos los miembros de la familia.

Los anuncios publicitarios de *Seleções* resultaron de una estrategia del gobierno estadounidense para financiar las ediciones latinoamericanas de la revista, al tiempo en que difundían los valores del *American Way of Life* como una promesa para aquellos que adhiriesen a la causa aliada. Presentaban para las mujeres latinoamericanas un modelo seductor de *confort* asociado a la idea de modernidad. Las diferencias de género plasmadas en la estrategia publicitaria no sólo eran rentables, también mostraron su utilidad para el discurso político y la regulación del orden social. Las representaciones sexuadas apelan a sentidos presentes en el imaginario popular, refuerzan o alimentan lo que ya estaba en el consenso. De alguna forma, se retroalimentan en la multiplicación de esas imágenes. Como afirma Nara Widholzer, a los publicitarios les parece *natural* asociar invariablemente los utensilios domésticos a las mujeres, de modo que los consumidores “no ven necesidad de cuestionar la convencional distribución de atribuciones para hombre y mujeres, una vez que ésta se apoya en el sentido común” (Widholzer 2005, 23).

La perspectiva histórica ayuda a observar las transformaciones en la articulación entre el contexto político y la vida cotidiana. El análisis de los anuncios publicitarios de la afamada revista estadounidense *The Reader's Digest*, tanto en su original en inglés como en sus ediciones en portugués y español para América Latina, permite constatar cambios a lo largo del período 1940-1945, que corresponde a la participación de Estados Unidos en la Segunda Guerra Mundial. Estos cambios se perciben en tres momentos diferenciados, que bajo una perspectiva histórica podrían ser divididos de la siguiente manera: el primero a partir del lanzamiento de la edición en castellano (1940); marcado por el lenguaje de solidaridad continental propia del panamericanismo y que por esto mismo responde a los intereses de Washington en la región del Cono Sur. Coincide principalmente con el acercamiento del gobierno estadounidense a América Latina, particularmente con el Brasil de Getúlio Vargas. Será retomado con gran vigor entre 1944-1945, en los momentos finales del conflicto ante el visible debilitamiento del Eje.

Una segunda etapa podría ser delineada a partir de 1942, cuando se traban las batallas decisivas en el frente europeo. Se caracteriza por un lenguaje más agresivo con los enemigos, delineando ambos lados de forma polarizada y sin sutilezas. Aquí es frecuente que las nociones de “modernidad” sean asociadas a Estados Unidos, país que representa el lado correcto de la contienda. Valores que se repiten con insistencia refuerzan el modelo: progreso, tecnología, velocidad, eficacia, higiene, practicidad, automatización, salud y economía (de energía y de trabajo), todos igualmente conectados a los niveles de modernización alcanzados por Estados Unidos.

---

La última etapa se inicia en 1943, cuando la certeza de la victoria empieza a consolidarse. A partir de entonces, los anuncios asumen un formato más institucional, no promocionan ya artefactos o materiales específicos. Es justamente en 1943 cuando la retórica de la victoria toma fuerza en los anuncios publicitarios del *Reader's Digest*, tal vez gracias al impulso de la alianza entre Estados Unidos, la Unión Soviética e Inglaterra, perfilada a partir de la primera reunión entre Roosevelt, Churchill y Stalin en enero de aquel mismo año en Casablanca.

Aquí se diseña la promesa para el futuro. Los hogares de aquellos países simpáticos a la causa aliada podrán gozar de toda aquella tecnología desarrollada para la guerra, ahora adaptada a los tiempos de paz. Las empresas se enrolan en el esfuerzo por combatir a los enemigos de la causa aliada, que son al mismo tiempo –supuestamente– los enemigos de la vida moderna. Esta proposición de que la tecnología lucha en dos frentes diferentes pero interconectadas permite colocar el atraso, la distancia, la escasez y el des-confort en el mismo plano discursivo que el nazi-fascismo enemigo.

El lenguaje publicitario también cambia en la medida de la proximidad de la victoria. Va adquiriendo un estilo uniforme y positivo que conjuga un futuro perfecto: “tendrá”, “será”, “habrá”. Las referencias a ese futuro se expresan en una dimensión fantástica: el “mañana”, el “porvenir”. Este futuro está indisolublemente vinculado a los avances tecnológicos, y es por esto por lo que se insiste en la superioridad estadounidense, frecuentemente vinculada a valores como “progreso” y “unión”. La publicidad, cumple su función como propaganda política y al mismo tiempo trabaja para vender la posguerra. No se trata de una conspiración, sino de la confluencia de intereses de diferentes campos, como señalaba Betty Friedan en su *Mística de la feminidad* (1971).

El análisis de las fuentes primarias, a la luz de la literatura que aborda al fenómeno de la domesticidad como categoría de análisis, permite observar que los discursos fluidos de género son útiles para diferentes políticas de estado en diferentes épocas. Este recurso, cuya utilización usualmente damos por sentada cuando nos referimos a gobiernos autoritarios, muestra su utilidad también para gobiernos democráticos, aún cuando se pretenda como objetivo la preservación de un estilo de vida atribuido al “mundo libre”.

## Referencias bibliográficas

Bird, William L., JR. y Rubinstein, Harry: *Design for Victory: World War II Posters on the American Home Front*. New York: Princeton Architectural Press, 1998.

Brock, Julia, Dickey, Jennifer W., Harker, Richard J.W., and Catherine M. Lewis (editors). *Beyond Rosie: A Documentary History of Women and World War II*. Fayetteville: University of Arkansas Press, 2015

---

Cecchetto, F. R. *Violencia e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Colman, Penny. *Rosie the Riveter: Women Working on the Home Front in World War II*. New York: Yearling, 1998.

Colomina, Beatriz. *La domesticidad en guerra*. Barcelona: Actar, 2006.

Friedan, Betty. *A Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

Glik, Sol. “El hogar de la victoria: La promesa del American Way of Life para América Latina (Estados Unidos - Brasil - Argentina, 1940-1945)”. Tesis Doctoral. Universidad Autónoma de Madrid, 2015.

Honey, Maureen. *Creating Rosie the Riveter: Class, Gender and Propaganda during World War II*. University of Massachusetts Press, 1984.

Pérez, I. “De “sirvientas” y eléctricos servidores. Imágenes del servicio doméstico en las estrategias de promoción del consumo de artículos para el hogar (Argentina, 1940-1960)”. *Revista de Estudios Sociales*, n. 45.

Scott, Joan W. El género: “Una categoría útil para el análisis histórico”. En: *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*, org. Marta Lamas, 265-302. México: PUEG, 1996.

Silva, J. L. M. “Transformações no espaço doméstico: o fogão a gás e a cozinha paulistana, 1870-1930”. *An. mus. paul.*, n. 2 (2007). <https://doi.org/10.1590/S0101-47142007000200018>

Tuttle JR, WM. *World War II and the American Home Front: Part Two*. Washington D.C.: National Park Service, 2004.

Tyler May, E. *Homeward Bound: American Families in the Cold War Era*. New York: Basic Books, 1988.

Widholzer, N. “A publicidade como pedagogia cultural e tecnologia de gênero” En: *Gênero em discursos da mídia*, org. S. B. Funks e N. Widhozer, 17-52. Florianópolis; Sta. Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

\*\*\*

Recibido: 28 de febrero de 2020

Aprobado: 08 de abril de 2020

---

Dossiê: Identidades e sexualidades hegemônicas e contra-hegemônicas. Feminidades e masculinidades em tempos autoritários

*<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.29808>*

**“A louca dos gatos” ou sobre como gaslaitear o feminino: um estudo sobre a violência psicológica no âmbito do gênero**

*“La loca de los gatos” o sobre cómo gaslaitear a lo femenino: un estudio sobre la violencia psicológica en el contexto de género*

*“The crazy cat lady” or how to gaslight the feminine: a study on gender-based psychological violence*

*Carlos Henrique de Lucas\**

*<https://orcid.org/0000-0001-8771-9349>*

*Fábio de Sousa Fernandes\*\**

*<https://orcid.org/0000-0003-1696-4616>*

*Diana Yoshie Takemoto\*\*\**

*<https://orcid.org/0000-0003-2006-1102>*

RESUMO: O artigo conceitua o *gaslighting* e suas formas de atuação por meio de fundamentação teórica e análise de produtos culturais e midiáticos, demonstrando-o como um fenômeno social originado no interior de sociedades historicamente patriarcais, mais especificamente as ocidentais,

---

\* Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Doutor em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Adjunto II vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Oeste da Bahia (PPGCHS/UFOB) e à Área de Letras e Linguística da mesma universidade. Autor de *Linguagens pajubeyras: Re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade* (2017), dentre outras publicações no campo dos Estudos de Gênero e Sexualidade. E-mail: carlos.lucas@ufob.edu.br

\*\* Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Doutorando em Linguística pela Universidade de Brasília (UNB). Professor Assistente vinculado ao Centro das Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). E-mail: fabio.fernandes@ufob.edu.br

\*\*\* Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Bacharela em Humanidades pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), técnica administrativa e coordenadora de Benefícios e Qualidade de Vida da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFOB. E-mail: diana.takemoto@hotmail.com

e, por conseguinte, dicotômicas – binomiais, que instituem papéis baseados no gênero para todas as pessoas. Ao não obedecer a essa imposição de papéis, ou normatividade, conforme se verá, a sujeita-alvo do *gaslighting* se torna um ser abjeto. Neste texto, o abjeto pode ser observado pela criação, via discurso, da personagem “Louca dos Gatos”. Concluimos, mesmo que provisoriamente, que o *gaslighting* e os estereótipos sobre o gênero distorcem as relações de modo intencional para assegurar, reforçar e naturalizar sistemas de poder como o machismo e a heteronormatividade, o que relega as mulheres (e por que não dizer as mais diversas formas de vivência do feminino) a constantes violências e a um eterno silêncio social.

Palavras-chave: *Gaslighting*. Violência de Gênero. “Louca dos Gatos”. Discurso.

ABSTRACT: This article conceptualizes *gaslighting* and its forms of action through theoretical framework and analysis of cultural and media products, demonstrating it as a social phenomenon originated within historically patriarchal societies, more specifically the western ones, and, therefore, dichotomous and binomial, which establish roles based on gender for all people. By not obeying this imposition of roles or normativity, as will be seen, the victim of the gaslight becomes abject. In this text, the abject can be observed by creating, through discourse, the character of “The Crazy Cat Lady”. We conclude, even if provisionally, that *gaslighting* and gender stereotypes intentionally distort relationships to ensure, reinforce and naturalize systems of power, such as sexism and heteronormativity, which relegates women (and why not say the most different forms of experience of the feminine identities) to constant violence and an eternal social silence.

Keywords: *Gaslighting*. Gender Violence. “Crazy Cat Lady”. Discourse.

RESUMEN: El artículo conceptualiza el *gaslighting* y sus formas de acción a través de fundamentos teóricos y análisis de productos culturales y mediáticos, demostrándolo como un fenómeno social originado dentro de sociedades históricamente patriarcales, más específicamente las occidentales y, por lo tanto, dicotómicas - binomiales, que instituyen roles basados en el género para todas las personas. Al no obedecer esta imposición de roles o normatividad, como se verá, el blanco del *gaslighting* se convierte en un ser abyecto. En este texto, lo abyecto puede observarse mediante la creación, por medio del discurso, del personaje de “La Loca de los Gatos”. Concluimos, aunque sea de manera provisional, que el *gaslighting* y los estereotipos de género distorsionan intencionalmente las relaciones para garantizar, reforzar y naturalizar a los sistemas de poder como el machismo y la heteronormatividad, que relega a las mujeres (y por qué no decir las diversas maneras de vivir a lo femenino) a la violencia constante y un eterno silencio social.

Palabras clave: *Gaslighting*. Violencia de Género. “Loca de los Gatos”. Discurso.

---

### Como citar este artigo:

Lucas, Carlos Henrique de; Fernandes, Fábio de Sousa; Takemoto, Diana Yoshie. “A Louca dos Gatos’ ou sobre como gaslaítear o feminino: um estudo sobre a violência psicológica no âmbito do gênero”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 99-122.

\*\*\*

### Loucas, fracas e irracionais: uma palavra inicial sobre o *gaslighting*

Propomo-nos conceituar e descrever o *gaslighting*, uma modalidade de violência psicológica no âmbito do gênero, a partir do exame da personagem “Louca dos Gatos” enquanto uma alegoria representativa da retórica machista, além de exemplos do fenômeno em mídias jornalísticas, de modo a perceber como a construção social e discursiva realizada em torno das mulheres pretende perpetuar sistemas androcêntricos e heteronormativos. A heteronormatividade é um regime político e do âmbito do conhecimento que reside em manter inalteradas (ou readequar às circunstâncias) as relações entre as pessoas (mulheres, homens, homossexuais, não binárias, assexuais etc.) na esfera do gênero, da sexualidade e das corporeidades e, evidentemente, preservar privilégios e manter exclusões e violências, naturalizando-as (Lima 2017). Além disso, este trabalho propõe-se a fazer alguns apontamentos políticos e teóricos, por meio de análise alicerçada nos Estudos Feministas de viés pós-estrutural, que contribuam para o enfrentamento da desigualdade entre os gêneros e com a destituição dos regimes de governamentalidade da vida, a exemplo da heteronormatividade e do androcentrismo.

Feitas essas considerações iniciais, propõe-se a analisar, neste trabalho, as narrativas das mulheres consideradas “loucas dos gatos”, infelizmente, uma famosa personagem parte do imaginário concebido sobre o “indecifrável” universo feminino. O mito da “louca dos gatos”, em geral, se refere àquela mulher que não casou nem teve filhos, vista como uma “solitária maluca”, abandonada à companhia de... gatos! Há, por exemplo, a famosa personagem “Louca dos Gatos” do desenho animado “Os Simpsons”. Ela passa várias temporadas sem emitir uma palavra inteligível e sem que o/a telespectador/a sequer saiba seu nome.



**Fig. 1:** A Louca dos Gatos do desenho animado “Os Simpsons”. **Fonte:** <https://fineartamerica.com/featured/simpsons-crazy-cat-lady-01-chung-in-lam.html?product=poster>

Embora pareça um conceito novo, o *gaslighting* é um fenômeno recorrente e entranhado em diversas esferas do cotidiano, originado de relações de poder desiguais entre os gêneros e materializando-se em uma violência que não atinge somente mulheres, mas todos os grupos afetados pelas mais diversas formas de opressão machista. Dessa maneira, argumentaremos no sentido de que a conceituação do *gaslighting* (e o próprio debate sobre o termo) possibilita “lançar luz” sobre o fenômeno, evidenciando-o por meio de símbolos culturais e políticos evocadores de representação, para apresentar-nos um panorama sobre sua realidade, causas e efeitos.

Destarte, a reação de menosprezar um sentimento ou ação de uma mulher, afirmando que ela “só pode estar de TPM”, “é louca” ou “está histérica” é conhecida pela área da medicina mental como gaslaitear, do inglês *gaslighting*, conceito que, segundo Stocker e Dalmaso (2016, 683), se refere “à violência emocional por meio da manipulação psicológica, que leva a mulher e todos ao seu redor acharem que ela enlouqueceu ou que é incapaz”. Neste trabalho, destacamos a necessidade de reflexão acerca do termo *gaslighting* e de sua adaptação, apresentada aqui no verbo “gaslaitear” e em outras formas correlatas, ambas com base no termo de origem anglófona, que será contextualizado e historicizado mais adiante. Enfatizamos aqui a pertinência do debate acerca da tradução e adaptação da expressão, com a finalidade de ampliar o debate nos mais diversos contextos em que a língua pode ser um entrave. A pessoa a gaslaitear, independente de seu gênero, comporta-se de modo manipulador para induzir a mulher a pensar que suas reações são tão insanas que só podem ser “loucura”. Essa manipulação difama a mulher, desautorizando seu discurso e tornando-a insegura quanto à realidade que a circunda.

O termo *gaslighting* surgiu de uma peça de teatro encenada em 1938, chamada “*Gaslight*”, do diretor Patrick Hamilton, com posteriores adaptações no cinema britânico (1940) e americano (1944), essa última com a atriz Ingrid Bergman e Charles Boyer (Penteado 2015). Na trama, intitulada “À Meia Luz” na versão brasileira, o marido deseja tomar a herança recebida pela esposa e, para conseguir seu intento, ele esquematiza um plano para que as lâmpadas de gás (daí o “*gaslight*”, lâmpada de gás em inglês) liguem e desliguem alternadamente, ao mesmo tempo em que o agressor nega as alterações no ambiente, fazendo com que a esposa se questione e seja questionada quanto a sua sanidade (Yashar 2013).



**Fig. 2:** Poster do filme “*Gaslighting*”, de 1944. **Fonte:**

<https://wildfiremotionpictures.com/2016/04/27/105-must-see-movies-gaslight-1944/>

Kendall (1991, 80) atribui a Florence Rush (1980) a estreia do termo *gaslighting*<sup>1</sup>, e descreve como as mulheres são vítimas de *gaslighting* por causa da síndrome de tensão pré-menstrual, por meio do mascaramento da realidade, distorcendo-a de modo que a mulher se sinta responsável pelos atos de violência que porventura sofra.

Contudo, o rótulo de louca por meio do *gaslighting* é somente uma das maneiras de tornar o discurso e as identidades concernentes às mulheres como inaptos. A partir dessa ótica, o simples fato de se tratar de uma mulher pode tornar seu discurso culturalmente menor, isto é, menos válido. No estudo mencionado anteriormente (Stocker e Dalmaso 2016), as autoras apresentam distintas modalidades de desqualificação do discurso feminino – no caso analisado por elas, um pronunciamento da então Presidenta da República Dilma Rousseff. Isso advém, primeiramente, e

<sup>1</sup> “[...] describe an attempt to destroy another’s perceptions of reality, and ultimately, sanity itself.”, ou em tradução livre nossa: “[...] descreve uma tentativa de destruir as percepções da realidade de outra pessoa e, em última análise, a própria sanidade”.

ainda segundo as autoras, da estrutura social instituída em que, historicamente, somente os homens possuíam o direito à fala, enquanto que, às mulheres, era destinado o espaço do recatamento e do silêncio do lar. Lucas Lima e Caetano (2016, 28) nomeiam esse movimento de expulsão da mulher do espaço público como “protocolos de reclusão”, os quais, juntamente com os “protocolos de exclusão” – movimento destinado aos negros e indígenas, visavam o apagamento de identidades não desejadas no ideário nacional brasileiro dominante no projeto de nação gestado ao longo do século XIX. Pode-se dizer, nesse sentido, portanto, que o *gaslighting*, enquanto protocolo de reclusão, opera com vistas a não apenas desqualificar o discurso da mulher, como, ainda, devolvê-la, ela mesma, ao espaço privado do lar, uma vez que o exercício de funções públicas, historicamente reservadas aos homens, desestruturaria, segundo a ótica do machismo, os papéis definidos para cada um dos gêneros. No entanto, em uma sociedade na qual as mulheres já ocupam muitos desses espaços públicos, os processos de exclusão e desqualificação sofisticaram-se, ocorrendo de forma sutil, na medida em que as qualidades e os méritos das mesmas são questionados constantemente, e as dificuldades em alçar estruturas hierárquicas são maiores, por exemplo. Podemos dizer que os “espaços privados”, ou menores, são instituídos dentro desses edifícios públicos, reconfigurando a lógica das relações e posições de poder.

O silenciamento da mulher, segundo Perrot (2012, 16), traduzia-se na sua invisibilidade, a qual, quando retratada, era de um modo generalista, realizada, sempre, pela ou a partir da perspectiva masculina, que não possuía interesse na vida privada. Mesmo com as conquistas sociais das mulheres, sobretudo a partir das lutas feministas da década de 1960, elas, ainda, são fortemente associadas ao lar e ao cuidado dos filhos, ou seja, ao espaço privado, ou como anteriormente mencionamos, à reclusão. Por outro lado, quando em posições mais elevadas da escala profissional, às mulheres é reservado ao que atualmente se vem nomeando “dupla jornada”, posto que além de trabalharem “fora”<sup>2</sup>, exercem, concomitantemente, atividades laborais em casa, conforme demonstrado por Dedecca, Ribeiro e Ishii (2009). Ademais, a categoria mulher tem funcionado, no interior de sistemas androcêntricos, como contrapeso na cruel balança das relações sociais que tem pendido, necessariamente, para o homem. Diz-nos Caetano e Hernandez (2016, 255):

Las ‘virtudes naturales’ de la mujer son la incapacidad para ordenar, la sumisión y pasividad, la debilidad corporal, la disposición para las tareas domésticas, la valentía subordinada, la moderación y la modestia. Así, a pesar de que la marca distintiva de los seres humanos resida en su poder de

---

<sup>2</sup> A própria ideia de “trabalhar fora” parte do princípio de que à mulher, como que por natureza, cabem, apenas, o espaço do lar e as atividades a ele concernentes, como o cuidado dos filhos e o preparo dos alimentos. Conclui-se, então, que não apenas o binômio público/privado precisa ser desmantelado, coisa que as feministas já, há muito, nos ensinaram, como também o binômio dentro/fora.

---

raciocinar, existe una cierta clase de seres humanos que está excluida del ejercicio pleno de la razón humana, como la persona esclavizada y la mujer”<sup>3</sup>.

A mulher tem sido apresentada como o oposto negativo do homem, como o polo que, ao mesmo tempo desprezado, é necessário para estabilizar o poderio da masculinidade no exercício do governo de si e dos outros. Como afirmam Caetano e Hernández (2016), a característica da irracionalidade, da fraqueza e da passividade são as marcas que as culturas androcêntricas têm reservado para as mulheres, tal qual tatuagens dolorosamente marcadas em suas peles. Em especial, a interpretação da dita fraqueza da mulher, baseada em um entendimento puramente biologicista do corpo, visa não só impedir que as mulheres atuem em funções laborais para as quais a força física é necessária, como, ainda, reduzi-las a corpo, à carne desprovida de racionalidade, da mesma forma como se liam as pessoas escravizadas, as quais eram entendidas como “peças”, braços a serviço da branquitude.

Além de fraca, a mulher tem sido lida como louca, “lunática”, expressão essa que tem por propósito desautorizar as suas falas e que se origina de um “medo ancestral do *Segundo Sexo*’ pelo ‘terror de sua fisiologia cíclica, lunática” (Chauí 1987, 38). Porém, essa premissa utiliza-se de um argumento que essencializa a mulher a partir de uma suposta condição biológica, em que se institui uma natureza diferenciada entre mulheres e homens, desigualando-os a ponto de a mulher chegar a ser considerada mais próxima a um ser irracional do que ao ser humano (Perrot 2012, 11), originando o medo do Outro Sexo. Em realidade, há uma manipulação intencional para evitar a possibilidade de, digamos assim, “empoderar” o “Segundo Sexo”, evitando a desarticulação dos padrões de masculinidades que alicerçariam os privilégios considerados naturalmente pertencentes aos homens.

### **Reflexões sobre o conceito de *gaslighting*: as autoras e autores que nos inspiram**

Lançando mão de uma metodologia de diálogo com autores e autoras de perspectiva feminista pós-estruturalista e em diálogo com os Estudos *Queer*, este ensaio se debruça sobre o fenômeno social do *gaslighting*, definido como uma violência psicológica e simbólica contra as mulheres. Portanto, mais do que um diálogo profícuo com teóricos e teóricas, buscamos incidir diretamente sobre a vida mesma.

---

<sup>3</sup> “As ‘virtudes naturais’ da mulher são a incapacidade para se organizar, a submissão e a passividade, a fraqueza corporal, a disposição para as tarefas domésticas, a valentia subordinada, a moderação e a modéstia. Assim, mesmo que a marca que distingue os seres humanos seja o seu poder de raciocínio, existe uma certa classe de seres humanos que está excluída do exercício pleno da razão humana, como a pessoa escravizada e a mulher” (a tradução é nossa).

---

Vale dizer, também, que este texto não ignora sua relevância no sentido de lançar luzes sobre o fenômeno do *gaslighting* que, por conta da formulação em língua estrangeira, pode invisibilizar uma violência há muito conhecida e experienciada por uma enorme quantidade de mulheres no Brasil. Neste ponto, Queiroz (2016) estende a crítica a todas as formas de estrangeirismos que tornam certos aspectos da luta feminista elitistas e discriminatórios, para que estas militantes possam sentir-se parte do “clubinho de mulheres ‘iluminadas’” que têm a posição privilegiada e paternalista de “iluminar às demais”.

A decisão de manter o uso da expressão em inglês neste texto se justifica pelo incipiente debate nesse ponto e falta de consenso quanto à questão. A ressalva é importante porque, apesar de não ser elemento central aqui, apontar as limitações no uso do referido estrangeirismo nos incide a pensar no poder da linguagem e a refletir mudanças também nessa esfera. Os Estudos Culturais, em diálogo com as reflexões sobre a performatividade de gênero, têm mostrado que a linguagem não apenas descreve o mundo, mas sobretudo, o constrói (Butler 2002; Butler 2014). Ou seja, falar sobre o *gaslighting*, descrevê-lo, como que em um *desnudamento teórico-metodológico*, é extremamente importante para combatê-lo e, por fim, superá-lo.

Tanto o que sabemos quanto o que ignoramos, são formas de conhecimento (Alós 2011). Assim, este trabalho é um esforço no sentido de, em primeiro lugar, retirar o *gaslighting* da confortável invisibilidade em que se encontra. Uma posição social e culturalmente cômoda desde a qual se pode exercer poder sobre as mulheres, alocando-as no limbo supostamente inescapável do discurso do natural, do biológico. Quer dizer, se é natural, se é biológico, não há escapatória. Refutamos, portanto, tais compreensões e nos somamos aos empreendimentos teóricos feministas desconstrucionistas que visam demonstrar que tanto o poder tem gênero quanto há um gênero no poder, como afirma Donna Haraway (1995, 10): “Todo conhecimento é um nódulo condensado num campo de poder agonístico”.

A escolha da personagem da Louca dos Gatos se deu por conta da mesma ser quase um fantasma a assombrar as mulheres. Trata-se de uma sombra materializada nas risadas nervosas de mães e tias, nos “conselhos” de avós para jovens netas, no discurso sobre “ficar para a titia”, nas telenovelas e outras representações midiáticas que criam a “doida velha e solitária”. Enfim, o *gaslighting* compreendido como o anúncio de um futuro que se insinua sobre a vida de muitas mulheres e que não apenas provoca terror psicológico, como ainda, produz, performativamente, diferenças assimétricas de gênero ao não incidir sobre os meninos/homens<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Não ignoramos a possibilidade de o *gaslighting* incidir, também, na construção de certas masculinidades. Contudo, se pensarmos nas masculinidades dominantes ou hegemônicas, isto é, aquelas que sustentam o dualismo de gênero, perceberemos que mesmo os homens geis, por exemplo, ainda mais se se aproximam dos ideais da

---

Dentre os vários papéis culturalmente impostos às mulheres por uma sociedade machista estão os de mãe e esposa como destinos incontornáveis. De acordo com Butler (2014), as concepções de papéis culturalmente designados para os indivíduos são construções sociais, originadas de uma sociedade heteronormativa pautada no privilegiamento do homem branco e heterossexual. Desse modo, o referido sistema social de gênero encontra-se alicerçado em uma cientificidade parcial, em que se utiliza o argumento do “destino biológico” e, portanto, o objetivo de uma vida plena se enquadraria nesses papéis predefinidos, conformados de tal maneira que se transformam em estereótipos engessados, cujo alcance é difícil ou praticamente inalcançável. Assim, quando a mulher não alcança esses “objetivos biológicos”, isto é, não se conforma ao estereótipo designado a ela, torna-se uma abjeta, como que se situando em um local quase que ininteligível. Essa premissa já estava presente nas reflexões de Simone de Beauvoir (1980, 99), ao afirmar que “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado [sic] que qualificam de feminino”.

Essa utilização de argumentos científicos manipulados, ou pseudocientíficos, como há muito Donna Haraway (1995) já vem alertando, naturaliza as condições culturais das mulheres, camuflando a realidade sobre a exploração masculinista sobre elas, conforme Reed (2008) descreve:

Não foi a natureza, e sim a sociedade quem roubou da mulher seu direito de participar nas tarefas mais altas da sociedade, exaltando somente suas funções animais de maternidade. E este roubo foi perpetuado mediante urna dupla mistificação. Por um lado, a maternidade se apresenta como uma aflição biológica. Por outro, esse materialismo vulgar se apresenta como algo sagrado. Para consolar as mulheres como cidadãs de segunda classe, as mães são santificadas, adornadas com uma auréola e dotadas de “intuições” especiais, sensações e percepções que vão além da compreensão masculina. Santificação e degradação são simplesmente dois aspectos da exploração social da mulher na sociedade de classes (Reed 2008, 01).

Essa inferiorização da identidade mulher naturaliza a violência, reduzindo mulheres a cidadãs de segunda categoria, apesar de documentos basilares como a Constituição Brasileira, por exemplo, serem explícitos quanto a não discriminação por sexo. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde – OMS (2015), uma a cada três mulheres no mundo é vítima de violência física ou sexual em algum momento da vida. Contudo, as demais violências, moral, psicológica, patrimonial, simbólica e sexual são, ainda, mais difíceis de serem contabilizadas, tanto pela falta de informação das agredidas, quanto por essa incorporação histórica de práticas sexistas que,

---

heteronormatividade, não são atingidos pelos nefastos efeitos do *gaslighting*. Por outro lado, se recorrermos às linguagens pajubeyras (Lucas Lima 2017), isto é, ao repertório vocabular e performativo do qual diversos LGBT se utilizam, nos daremos conta de que a personagem da “Titia Cacurucaia”, ou da “Irene”, “Cacura”, dentre outras palavras, tratam de fazer menção a uma guei idosa, sozinha e, quase sempre, louca e, por que não, cercada de animais, talvez lindos gatinhos...

---

conforme anteriormente destacamos, operam no sentido de banalizar e, conseqüentemente, *naturalizar* a violência contra a mulher – ou contra o feminino<sup>5</sup>. Em nossa sociedade, os corpos das mulheres ganham inteligibilidade apenas se se enquadram na estreita e incômoda forma de gênero, na qual cabem prioritariamente, por um lado, o matrimônio, e, por outro, e de maneira complementar, a maternidade. Fora disso, há incompletude. Ainda sobre o matrimônio, entendido aqui como rito religioso necessário à normalização das relações entre homem-mulher, e entre esses os filhos, vale dizer que o que lhe escapa, quer dizer, aquelas mulheres que não se casam, ficam para “titia”, a imagem linguisticamente criada pela cultura para referir uma mulher que não obteve o sucesso social esperado, isto é, que não se casou e nem teve filhos.

Assim, o “poder de fala” das mulheres, o que iremos chamar de *capacidade de agência* (Butler 1998), se vê sombreado pela figura do homem, que não apenas é quem toma as decisões no matrimônio/relacionamento afetivo, como, ainda, *autoriza* – ou não – as falas das mulheres. Essa descrição se refere ao fenômeno do *mansplaining*, descrito por Stocker e Dalmaso (2016, 684) como “uma junção de *man* (homem) e *explaining* (explicar). Consiste em uma fala didática direcionada à mulher, como se ela não fosse capaz de compreender ou executar determinada tarefa, justamente por ser mulher”, e, mais à frente, as pesquisadoras complementam a definição do conceito: “A verdadeira intenção do *mansplaining* é desmerecer o conhecimento de uma mulher, desqualificando seus argumentos”.

A conformação dos corpos femininos dialoga com a noção de performatividade de Butler (2014), visto que o corpo, na visão da mesma, não possui significado anterior ao discurso, antes ganha, na cultura, significado e existência. O corpo é, também, criado e transformado pelos conceitos a ele atribuídos, de forma intencional ou não (quando utilizada impensada e/ou equivocadamente), descartando, portanto, a visão de que o corpo é apenas um meio ou instrumento do discurso. Ele é, por outro lado, parte dele e por ele modificável<sup>6</sup>. Deste modo, o corpo não possui um significado anterior à atribuição de gênero (e tantos outros marcadores identitários<sup>7</sup> impostos): não há um “antes” ou um “além”. Há, sim, o discurso a produzir a vida e a generificar os corpos. Esse procedimento de produção das mulheres como loucas se apresenta como uma,

---

<sup>5</sup> A violência que, grosso modo, se nomeia “homofobia”, cuja precisão teórica já passou por escrutínio crítico (ver, por exemplo, Colling e Nogueira 2015), mais do que dizer respeito à repulsa e/ou desprezo contra pessoas homossexuais, tem a ver com a rejeição ao feminino. Mais acertadamente, nas pegadas de Miskolci (2014), se trataria antes de “efeminofobia” que de “homofobia”.

<sup>6</sup> Sobre a construção da materialidade do corpo, ver, para além do já citado Problemas de Gênero (2014), Cuerpos que importan, igualmente de Judith Butler (2002).

<sup>7</sup> Fazemos referência aos “marcadores sociais das diferenças”, conceito que vem sendo utilizado mormente nas Ciências Sociais e nas Humanidades para estabelecer marcações identitárias que compõem as diferenças (Colling 2013). Como exemplo, a raça/etnia, a orientação sexual, a geracionalidade, a procedência nacional/regional, dentre outras, se constituem como marcadores sociais de diferenças.

---

dentre tantas, das estratégias de silenciamento e coisificação da mulher, pois assim o discurso e a própria vida feminina são relativizadas. Desse modo, como os conceitos designados historicamente para as mulheres são construídos na/pela cultura, devem ser constantemente reforçados para que não se percebam suas origens e intenções, isto é, eles devem ser *reiterados* em um movimento que, ao fim, acaba por naturalizá-los, mascarando seu caráter ficcional<sup>8</sup>. Não é o tema aqui, mas, para além das relações procedimentais de obstrução dos discursos das mulheres que estabelecemos com as relações de apagamento ou minoração das falas de pessoas negras, na contemporaneidade percebemos, e de maneira perigosamente crescente, movimentos discursivos que visam a não só fabricar o outro estrangeiro/terrorista, como, e de maneira mais espantosa, o outro-animal, um ser-coisa quase que completamente desprovido de relevância e, portanto, *a fortiori*, de humanidade. Alguma semelhança com os discursos que, ainda, são direcionados à mulher?

### Sensuais, poderosas e... loucas

Passamos, agora, à análise de alguns exemplos concretos de *gaslighting* que foram publicados amplamente nas mídias, impressa e virtual, brasileiras. Vale dizer, como forma de introdução, ainda que, de maneira geral, o que observamos no *corpus* sob análise é que as mídias insistem, a todo custo, em apresentar as mulheres em posição de poder sobretudo como lascivas, emocionalmente desequilibradas e, no extremo, como inumanas, como se pode observar a seguir na imagem que retrata a chanceler alemã Angela Merkel. A montagem é uma referência ao filme “Terminator (Exterminador do Futuro)” e o título da reportagem – “A líder mais perigosa da Europa” – conecta-se explicitamente à metáfora do Exterminador e a sua existência política, ou seja, na esfera pública, como um risco letal a todo o continente. Na chamada “Será que a chanceler alemã cederá antes que ela extermine o crescimento e nos empurre para uma nova Depressão?”, os verbos “exterminar” e “empurrar” carregam semanticamente o sentido de rompimento, destruição e perigo, com ênfase para “terminates” (“extermine”), mais uma referência ao filme supracitado.

---

<sup>8</sup> Por “ficcional” não queremos dizer que tais procedimentos discursivos que visam a silenciar e abjetificar as mulheres não existam ou, mais ainda, que não tenham materialidade no campo da vida. Absolutamente. Por “ficcional” fazemos referência ao caráter *fabricado*, quer dizer, *produzido*, como em um *efeito de discurso*, do feminino e da própria identidade da mulher. Esses apontamentos, como fácil é de rastrear, encontram acolhida nas teorizações de Butler (2014) e Foucault (1979).

---



**Fig. 3:** Capa da Revista NewStatesman. **Fonte:**

<https://www.newstatesman.com/politics/politics/2012/06/angela-merkels-mania-austerity-destroying-europe>.

Centramo-nos, agora, na análise de dois artigos que tiveram por objeto a então Presidenta da República Dilma Rousseff, publicados em revistas de ampla circulação nacional, Istoé e Época. Nessas reportagens, que não receiam por sua patente misoginia, percebemos um franco propósito de desqualificar a figura pública da Presidenta da República à época. Na capa da Revista Isto é (2016), a fotografia utilizada é retirada de contexto, utilizando a imagem de uma aparição pública da mesma anteriormente, para em sua montagem concatenar-se ao repertório de seu artigo central, cuja título na capa é “AS EXPLOSÕES NERVOSAS DA PRESIDENTE” e em seu interior “Uma Presidente Fora de Si” (Bergamesco e Pardellas 2016). O termo “explosão” somado ao seu caracterizador “nervosas” sintetizariam o estado mental da presidenta, incitando a compreensão do caráter de “loucura” nas suas ações. Não há sutileza nas escolhas semânticas e sintagmáticas, a ideia é mesmo, em sintonia com a imagem, representar a “mulher louca”, ou melhor, “a mulher louca que ocupa a cadeira da presidência do país”. A sentença que compõe a chamada da capa – “Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Planalto, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais de conduzir o país” – é repleta de adjuntos adnominais e também verbos que funcionam como qualificadores, metaforizando a mulher em “estado de loucura” e denotando perigo.



Fig. 4: Capa da Revista Istoé (2016).

Nesse artigo da Istoé, datado de 01 de abril de 2016, “Uma Presidente Fora de Si”, entendemos que se procurou demonstrar (ou seria *produzir um efeito de verdade?*) que a presidenta não possuía “condições emocionais” para continuar a conduzir o governo, ainda mais em uma situação de crise, quer dizer, às vésperas da votação de seu impedimento, que, ao fim, como todas e todos sabemos, prosperou. Ademais, a matéria afirma que Dilma se trata com “rivotril e olanzapina”, este último utilizado para tratamento de esquizofrenia, segundo informa a reportagem. Contudo, em parte alguma do artigo há a citação de alguma fonte que pudesse, de maneira acertada, precisar o que, de fato, estaria acontecendo com a Presidenta (considerando, evidentemente, que o interesse da matéria fosse a preservação da saúde da então mandatária maior da Nação). De qualquer maneira, o foco da matéria, conforme queremos demonstrar aqui, não reside na veiculação da informação, mas sim em, por meio da misoginia, ou mais precisamente, do *gaslighting*, desautorizar Dilma Rousseff como Presidenta da República. O artigo finaliza comparando a presidenta a “Maria I, a Louca”, rainha de Portugal, a qual teve sua sanidade questionada por diversos historiadores, tais como J. P. de Oliveira Martins (Boléo 2009).

Já o artigo da Época consegue ser ainda mais misógeno que o anterior, pois reduz a mulher, no caso em análise a Presidenta Dilma, a objeto sexual. Datado de 20 de agosto de 2015, seu título é este: “Dilma e o Sexo – Será que a presidenta do Brasil precisaria erotizar seu eleitorado? Não estou falando de sexo, muito menos de fendas ou decotes”. Inicialmente, o autor do texto, João Luiz Vieira, editor da Época, autor de livros sobre sexo como “Kama Sutra Brasileiro” e “Sexo sem Tabu”, já se utiliza de uma citação de Nietzsche para chamar a presidenta de “estúpida”. O autor, ao longo do texto, perde-se no que inicialmente parece se propor, que a sexualidade que ele sugere a Dilma não se relaciona com a prática sexual, mas com empatia, essencialmente um

---

erotismo psíquico, que nada teria a ver com decotes ou fendas. Contudo, no desenvolvimento do texto, o autor faz um histórico dos relacionamentos da presidenta, comparando-a à senadora Marta Suplicy, a qual parece indicar que é mais capaz, por, supostamente, entender mais de sexo. O autor vai muito além: especula sobre a vida sexual da presidenta, insinuando que tenha terminado há mais de uma década, e que a Presidenta faz parte de uma geração anti-Jane Fonda, a qual, segundo ele, acredita que a sexualidade termina antes dos 60 anos. E se contradiz ao criticar as roupas de Dilma Rousseff, analisando-as como um uniforme que a invisibilizaria, tornando-a assexuada (Vieira 2015)<sup>9</sup>.

O autor, além de criticar a presidenta brasileira, destina discurso misógino à presidenta chilena Michelle Bachelet e à primeira ministra alemã, Angela Merkel; porém, afirma que, como seus países não são erotizados como o Brasil, não haveria problemas em se portarem “camufladas”. Diz ele: “podem se vestir de samambaias que ninguém dá bola”. Esse reforço do estereótipo machista sobre as mulheres, com a sua redução a objetos sexuais, é magistralmente finalizado com a indicação de que a feminilidade é sinônimo de fragilidade. O autor afirma que, caso fosse amigo de Dilma Rousseff, diria-lhe para se erotizar<sup>10</sup>.

Como pode-se perceber pelos exemplos citados, o *gaslighting* em contextos de representação política é uma das formas mais comuns de apresentação desse fenômeno, assim como podemos destaca-lo nos relacionamentos amorosos e entre amigos. Vale mencionar, também, a imagem, arraigada na cultura brasileira, da “loira burra”, a qual é insistentemente associada à burrice e ignorância<sup>11</sup>. Em relação ao *gaslighting* no local de trabalho, ou melhor, em situação nas quais a mulher desempenha certo protagonismo profissional e que, por esse motivo, precisa, como qualquer pessoa em situação semelhante, ser levada a sério, o método se repete. Renata Gonçalves (2012, 131), ao comentar a relação das Mães da Praça de Maio, um movimento político argentino que demanda reparação e justiça histórica com a Ditadura daquele país, diz:

À ditadura não restava sombra de dúvidas de que eram *loucas*. Os políticos profissionais, mesmo os de oposição, também as *acusavam de loucas* e “criticavam sua intransigência, sua recusa de qualquer

---

<sup>9</sup> Diante das críticas e da polêmica em torno do artigo, a revista retirou do ar o texto e publicou a seguinte nota: “Por falhas internas, o artigo “Dilma e o sexo” foi publicado em [www.epoca.com.br](http://www.epoca.com.br) na manhã de quinta-feira, dia 20 de agosto, sem aprovação prévia. Estava em desacordo com ideias e princípios historicamente defendidos pela revista. Por isso, foi retirado do ar imediatamente. ÉPOCA pede desculpas pela publicação do texto” (Vieira 2015).

<sup>10</sup> Apesar do texto ter sido retirado da internet, é possível ler trechos na tese de doutorado intitulada “PRÁTICAS E REGIME DE INFORMAÇÃO – Os acontecimentos “Carta de Temer a Dilma” e “Marcela Temer: bela recatada e do ‘lar’” de Ilemar Christina Lansoní Wey Berti (2018, 117-118).

<sup>11</sup> Sobre a figura da “loira burra”, afirma Josênia Antunes Vieira: “Ainda quanto aos ataques masculinos à identidade feminina, é comum encontrar em língua portuguesa tanto no Brasil como em Portugal piadas e provérbios que ilustram o descaso e o desrespeito pessoal e profissional a que as mulheres estão sujeitas. Além de piadas, há também estereótipos populares que, de alguma forma, destroem a identidade da mulher. O estereótipo de que toda a loira é burra é tão natural no discurso que a TV, tanto portuguesa como brasileira, faz dela motivo de piadas. No Brasil, costumam dizer que chamar mulher loira de loira burra não é adjetivar, é usar pleonasma vicioso.” (2005, 232).

---

pacto, acordo ou negociação”. A conivente Igreja argentina as *tratava como loucas*, pois “já era tempo de esquecer os mortos para cuidar dos vivos” (Oliveira 1992, 134). Elas não iriam esquecer, seguiriam com suas bandeiras. Eram loucas. Eram mães desesperadas por notícias de seus entes desaparecidos (as *marcações* são nossas).

Ou seja, exatamente quando precisam ter seus discursos ouvidos, suas palavras reconhecidas, as mulheres são reduzidas a uma visão oitocentista que nelas enxergava histeria – “loucura”, onde apenas havia protagonismo ou simplesmente desejo de autonomia. O *gaslighting* age, portanto, desta maneira: intimida, domina e, por fim, silencia.

O/A gaslaiteador/a falsifica as informações ou as omite para desorientar a mulher, de modo a fazê-la se questionar sobre a própria memória, realidade e conduta, apagando a identidade, diminuindo a autoconfiança e distorcendo a realidade, que passa a ser a descrita – e *produzida*, ao fim e ao cabo, pelo discurso *autorizado* do homem. O *gaslighting* pode variar entre pequenas condutas não intencionais a grandes esquemas de distorção da realidade (Souza 2015). Segundo a ONG *Love is Respect*<sup>12</sup>, as técnicas do *gaslighting* são: **Retenção**, em que o/a parceiro/a abusivo/a finge não entender ou se recusa a ouvir. Ex.: “Eu não quero ouvir isso de novo” ou “Você está tentando me confundir”; **Contestação**, em que o/a parceiro/a abusivo/a questiona a memória da vítima, ainda quando ela se lembra das coisas corretamente. Ex.: “Você está errada, você nunca lembra das coisas direito”; **Bloqueio/Desvio** em que o/a parceiro/a abusivo/a muda de assunto e/ou questiona os pensamentos da vítima. Ex.: “Essa é outra ideia maluca que seu [amigo/parente] te deu?” ou “Você está imaginando coisas”; **Banalização**, em que o/a parceiro abusivo faz as necessidades ou sentimentos da vítima parecerem sem importância. Ex.: “Você vai se zangar por algo tão bobo?” ou “Você é muito sensível”; **Esquecimento/Negação**, em que o/a parceiro abusivo finge ter esquecido o que realmente aconteceu ou nega coisas, como promessas feitas à vítima. Ex.: “Não faço ideia do que você está falando” ou “Você está só inventando coisas”.

Ademais, Fett (2015), ex-vítima de *gaslighting*, indica dez características desse fenômeno social violento em um artigo publicado em seu blogue:

1. *Gaslighting* não necessariamente é algo deliberado: pode ser um comportamento incorporado da sociedade machista, não intencional. Tal compreensão evidencia que até mesmo alguns homens gaslaiteadores são vítimas do fenômeno ao reproduzi-lo sobre a mulher. Voltaremos a esse ponto ao final do texto;
2. Manipulação e *gaslighting* são comportamentos distintos: a autora indica que o *gaslighting* é uma das formas de manipulação, porém enquanto a manipulação geralmente utiliza-se de uma ameaça direta ou indireta para modificar o comportamento da vítima, no *gaslighting* as ameaças ocorrem para alterar a percepção da realidade, mudando também a personalidade da vítima;
3. *Gaslighting* nem sempre envolve raiva ou intimidação: há casos em que o agressor reveste-se de certa afabilidade. Em casos assim, quando procurado para servir como apoio, o homem pode se irritar, provocando o que a autora nomeia *glamour gaslighting*. Ou pode acontecer de o homem se

---

<sup>12</sup> <http://www.livredeabuso.com.br/#!/O-que-%C3%A9-gaslighting/cy34/555ea4ab0cf298b2d3d687fe>

---

apresentar reiteradas vezes como vítima com o propósito de distorcer a realidade até que ele seja considerado o agredido, esperando, com isso, um pedido de desculpas;

4. É normal não conseguir se lembrar do que aconteceu: a vítima tem sua memória e credibilidade sempre questionadas, chegando ao ponto de até duvidar de si mesma. Ao questionar suas memórias e ao duvidar de si, a mulher fica em uma posição extremamente vulnerável, o que escancara as portas para a manipulação do agressor;

5. Há fases diferentes (e essas fases podem continuar após o fim do relacionamento): inicialmente, a mulher percebe o absurdo, mas ainda assim discute. Na segunda fase, as discussões são para que o outro consiga compreendê-la e, por consequência, aceitá-la. Neste caso, a mulher tenta provar-se ao outro para ter comprovação de quem é. Na última fase, já se perdeu a autonomia, a percepção da realidade. Ela exaure-se na tentativa de compreender a pessoa que o outro descreve, ficando obcecada por cada crítica;

6. Há traços distintos na personalidade de algumas mulheres que podem torná-las mais suscetíveis a sofrer *gaslighting*: o desejo de estar sempre certa, de ser compreendida e de ser aceita, por exemplo. Há outros traços de personalidade, como a empatia e a capacidade de mudar de comportamento ao receber críticas, que podem ensejar a ocorrência do *gaslighting*, mesmo sendo esses atributos pessoais positivos;

7. Ao ser vítima do *gaslighting*, a mulher crê que perdeu sua personalidade, mas continua impassível, mesmo tendo percebido os sinais de perigo. Nesse caso, a mulher prefere ignorar tais sinais;

8. O final não deve ser um confronto: o sucesso contra o *gaslighting* não é o confronto final com o abusador, mas aprender a não se engajar desnecessariamente em uma discussão quando não se deseja a compreensão mútua, mas o domínio do outro, por exemplo;

9. É necessário confrontar a ameaça: a autora descreve que o *gaslighting* ocorre por meio de ameaças, originando medos que devem ser enfrentados para superação desse abuso.

10. O *gaslighting* pode ser amplificado em famílias, relações não monogâmicas e outros grupos: o comportamento gaslaiteador pode, facilmente, ser, do ponto de vista da cultura, aceito e reforçado pelo grupo de convivência da vítima, tornando ainda mais difícil sua superação. Destacamos, inclusive, que essas ações correspondentes a esse tipo de violência independem de gênero e sexualidade, podendo ser efetuadas por homens, mulheres, pessoas transgêneras, cisgêneras etc., pois compõem uma estrutura que por todos podem ser reproduzidas, retroalimentadas, naturalizadas.

Os itens 1, 2, 3, 6 e 10 são resultados de uma sociedade, e podemos pensar as especificidades do contexto brasileiro, em que os construtos elementares do gênero produzem sujeitos hierarquicamente posicionados em relações de poder (homem x mulher). Além disso, esta análise assenta-se na compreensão de que a formação nacional se deu a partir de um sistema historicamente patriarcalista, naturalizando tipos de comportamento em que uma mulher deve se submeter ao desejo e posse da outra, a pessoa dominadora. Não ignoramos os limites do conceito de patriarcado, posto que é por vezes aplicado de modo totalizante e não situado, sendo uma ferramenta teórica que maneja um modelo de metanarrativa, isto é, certa noção de história universal das mulheres que desconsidera os processos sócio-históricos particulares que alicerçam as relações entre os gêneros – e a própria noção de gênero –, além da discussão sobre colonialidade. Nesse sentido, e em acordo com a perspectiva de Grada Kilomba (2019), por exemplo, ao refletir sobre o lugar que a raça ocupa na produção da subjetividade da mulher negra, compreendemos que o conceito de patriarcado precisa ser confrontado visando a responder questões como: de que mulheres falamos quando invocamos a palavra “mulher” e por que razão o conceito de patriarcado

---

não explica a distribuição desigual de privilégios a homens brancos e homens negros. Concomitante a essa perspectiva, Judith Butler (2014, 20) afirma que “a noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes, por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe”.

Assim, o *gaslighting* pode até não ser individualmente intencional, mas resultado de um comportamento concebido como natural, de acordo com sistemas de poder que emergem em contextos históricos, sociais, culturais (e logicamente em constante disputa), e que foram reforçados a partir de uma miríade de discursos científicos, adquirindo, portanto, uma aura científica, biológica, em que a mulher é o sexo frágil e deve ser protegida, sustentada (não somente financeiramente, mas emocionalmente, fisicamente etc.), e dessa “necessidade” criada emerge o sentimento de posse. Desse sentimento negativo, surge o imperativo de controlar o outro, qualquer que seja a maneira para isso; assim, há a manipulação, em especial, o *gaslighting*, em que o comportamento e até a realidade é controlada pelo agressor, por meio de atitudes que não sempre envolvem raiva ou intimidação.

Os demais itens são características comportamentais das vítimas, derivadas dessa mesma herança patriarcal, em que uma mulher, educada para ser passiva, isto é, ser submissa às vontades de um homem. A mulher, nessa perspectiva, ignora seus sentimentos para poder estar com o outro, para agradá-lo, facilmente sentindo-se responsável pela manutenção familiar amorosa e, portanto, socialmente, é creditado a ela o fracasso dos relacionamentos, a causa dos problemas dos filhos e os dissensos no seio familiar. Até mesmo o planejamento familiar, ou seja, a responsabilidade pela gravidez e, por conseguinte, a decisão de ter a criança ou não, é dela (Grisci 1995).

Assim, como alegoria para análise dessa violência psicológica impetrada pela intersecção entre machismo, patriarcado e heteronormatividade está a personagem “Louca dos Gatos”, a qual personifica existências que não atingiram seus papéis sociais incitados pelos referidos sistemas e que carregam os pesados estigmas produzidos pelo *gaslighting*. Este estereótipo possui como exemplar a emblemática louca dos gatos do desenho animado Os *Simpsons*, como já anteriormente mencionado.

Outro exemplo contundente é o da escultora francesa Camille Claudel (1864-1943) (Ciribelli 2006), assistente de Auguste Rodin e também sua amante, em uma conturbada relação amorosa e profissional. Como suas obras eram muito parecidas, Camille e Rodin brigaram por autorias e, após separação, a escultora afirmava que Rodin a perseguia para poder roubar suas criações, bem como fazê-la perder oportunidades de trabalho. Assim, Camille Claudel se recluiu, tornou-se alcoólatra, com poucos recursos e muitos gastos com suas obras, vestia trapos, tinha pouco asseio e vivia com muitos gatos, sendo diagnosticada com “psicose paranoica”, termo

---

utilizado à época. Assim, logo após a morte de seu pai, seu único incentivador, foi internada em um sanatório e transferida para um hospital psiquiátrico, do qual nunca saiu. Há indicações de que sua saída não foi autorizada, pois como a artista nunca teve filhos, não casou e escolheu uma profissão considerada estritamente masculina, foi considerada uma vergonha para sua família, em especial, para sua mãe, com a qual mantinha um relacionamento conturbado.

A “Louca dos Gatos” é uma parcela bem localizada dentro de subdivisões de mulheres cuja possibilidade de autonomia foi triturada, visto que não se casaram, não tiveram filhos e são sozinhas, e não porque desejaram isso, mas sim porquanto foram relegadas à abjeção por intermédio de discursos violentos como o *gaslighting*. Assim, os vários papéis desempenhados pelas loucas dos gatos são passivos, não representando uma escolha dessas mulheres, mas sim o resultado, como já afirmamos, de papéis culturalmente construídos no interior de um sistema social machista que aprisiona as mulheres a certos “destinos” naturalizados, como ser esposa e mãe.

A pessoa gaslaiteada não possui nome, assim como a personagem de *Os Simpsons*: é apenas a “Louca dos Gatos”. O enquadramento nos papéis sociais construídos torna-a uma caricatura de pessoa, um ser tão abjeto que nem possui o direito de identificação individual. A negação de nome é um procedimento muito conhecido dos sistemas de destituição da vida, tais como a branquitude, a heteronormatividade e o capacitismo<sup>13</sup>. Por exemplo, as pessoas negras frequentemente são chamadas de “nêga(o)”, “preta(o)”, “mulato(a)”, “moreno(a)”, “sará” etc. As pessoas LGBT, da mesma forma, são reduzidas a palavras como “bich(inh)a loca”, “sapatão/sapatona”, “traveca/traveco” etc. E as deficientes, a outras como “perneta”, “aleijado”, “coxo”, “manco(a)” etc.

A seguir, apresentamos alguns exemplos de como a identidade de gênero não só ensina, mas, e o mais grave, estereotipa as mulheres e então as utiliza no jogo de *marketing* e consumo, de outro modo objetificando-a novamente. A personagem “Louca dos Gatos” possui forte representação nos Estados Unidos, país no qual foram produzidos o jogo de tabuleiro “*The Crazy Cat Lady Game*” e a boneca “*Crazy Cat Lady*”, vendidos em vários sites como o *Amazon* e afins<sup>14</sup>. O jogo de tabuleiro apresenta a imagem de quatro mulheres consideradas desajustadas aos padrões das normas de gênero vigentes, conforme se pode perceber na figura 5. A boneca “Louca dos Gatos”, da mesma maneira, se apresenta fora dos padrões estabelecidos, com roupas desleixadas,

---

<sup>13</sup> O capacitismo, segundo Lucas Lima (2017, 47), diz respeito “ao preconceito e à discriminação em relação às pessoas com deficiência. Agindo de forma semelhante à heteronormatividade e à branquitude, o capacitismo institui uma normalidade corporal ao estabelecer o que é saudável e o que é enfermo, o que é um corpo capaz e o que é um corpo incapaz, relegando este último à condição de abjeção e de incompletude permanentes.”

<sup>14</sup> Jogo de tabuleiro “*The Crazy Cat Lady Game*”: <https://www.amazon.com/Crazy-Cat-Board-Compete-Collect/dp/B0773GWYKY> e boneca “*Crazy Cat Lady*”: <https://mcphee.com/products/crazy-cat-lady-action-figure>

---

olhar *esquisito*, além de vir com um questionário para verificar se a pessoa já é uma louca dos gatos ou pode vir a ser.

Portanto, essa identidade personifica a violência contra as mulheres, tachando-as de loucas por terem autonomia e explicitarem suas vontades e interesses. A essas mulheres, as paixões e os excessos são vetados, já que a “boa mulher”, como recentemente se difundiu em uma revista publicada no Brasil, tem a obrigação de ser “bela, recatada e do lar” (Linhares 2016). Não há espaço para o despautério, para o desbunde, para o excesso. Tampouco para o que a modernidade ocidental entende(u) por irracionalidade.



Fig. 5: Jogo de tabuleiro “The Crazy Cat Lady Game”

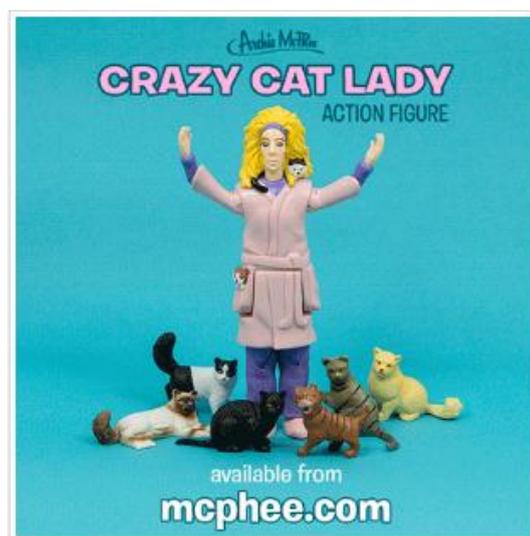


Fig. 6: Boneca “Crazy Cat Lady”.

### Compreensões sobre o *gaslaitear*

Conforme anteriormente destacamos, esta reflexão se alicerça em uma pesquisa primordialmente de referencial bibliográfico de filiação feminista e *queer*, de base pós-estrutural, na leitura e análise de publicações sobre o machismo e suas articulações, na análise de algumas reportagens veiculadas na mídia brasileira e, finalmente, em hipóteses. Apesar de não ser o foco deste trabalho, é fundamental mencionar aqui o mito da mulher histérica, reforçado historicamente a partir de perspectivas patologizantes, as quais definiram a histeria como imediatamente conectada ao feminino, definindo uma condição que caracterizava mulheres que apresentavam sintomas

como ansiedade, falta de apetite, insônia, irritabilidade, entre outros<sup>15</sup>. Essas mulheres eram rotuladas como histéricas e enviadas a hospitais e consultórios para serem submetidas a tratamentos diversos. A psicanálise, mais adiante, compreenderia que parte desse problema poderia ser atribuído à noção de que a mulher, em seu processo de constituição da própria feminilidade, seria um corpo incompleto, “defeituoso” pela falta do pênis. Segundo Rocha e Rocha (2017, 124),

A tese da “inveja do pênis” suscitou entre as feministas a maior oposição à psicanálise, oposição presente, por exemplo, nos trabalhos de Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Kate Millett. A história das relações entre feminismo e psicanálise é ambivalente. Ao longo das décadas posteriores ao seu falecimento, o retrato do médico de Viena construído pelas feministas oscilou de principal oponente ideológico do feminismo a de seu padroeiro e precursor.

Os referidos autores (2017, 125-126) apontam que houve, no processo de classificação das patologias psíquicas, uma divisão explícita entre os papéis sociais de homens e mulheres. De um lado, a neurose obsessiva era relacionada ao homem, tal como a neurastenia, e do outro, a histeria foi definida como central para a compreensão da própria identidade da mulher, ou seja, “a divisão de gêneros encontrada na taxonomia das psicopatologias parece reproduzir uma determinação histórica na divisão social do trabalho entre o ambiente doméstico (feminino) e o profissional (masculino)”. O cenário é configurado, portanto, da seguinte forma: o doméstico e feminino é associado à passividade, o profissional e masculino à atividade. Conclui-se dessa forma, neste breve apanhado a respeito do viés da clínica e da psicanálise sobre a histeria que

A histérica, o exemplo mais eminente da mulher enquanto sintoma da cultura, é aquela que denuncia através de seu sintoma uma das causas de sua infelicidade: uma civilização demasiadamente fálica que se opõe a seu querer feminino, ou pelo excesso (supervalorização sexual) ou pela falta (depreciação amorosa). A recusa à feminilidade imposta pela civilização, seja por processos claros ou sutis de repressão, neurotiza a mulher, restando a esta apenas encarnar o negativo neurótico da perversão de seu duplo masculino (Assoun 1993, 13 *apud* Rocha; Rocha 2017, 126).

Haveria muito ainda a ser dito, do ponto de vista teórico, sobre o conceito de *gaslighting*. Muito, também, sobre sua metodologia de ação. Contudo, nos parece mais acertado nesse momento apresentar as reflexões presentes neste artigo com vistas a ensejar um debate profundo e sério sobre o tema. Em um tempo em que as violências contra as mulheres, e mais do que isso, contra o feminino crescem exacerbadamente, trazer à tona o assunto abordado é de extrema relevância social. Um primeiro passo para o enfrentamento da violência contra a mulher, seja ela da forma que for, é a sua visibilização. Ou seja, precisamos como sociedade reconhecer a existência da violência contra a mulher. O reconhecimento, assim, é elemento indispensável no caminho rumo à superação do problema.

---

<sup>15</sup> Consultar interessante entrevista com uma artista, Janaina Leite, que discutiu a histeria em uma de suas produções teatrais (Ferreira 2016): <https://medium.com/lado-m/o-mito-da-mulher-hist%C3%A9rica-e-sua-consequ%C3%Aancia-sobre-as-mulheres-1346068f6bc4>.

---

Como nos exemplos do jogo de tabuleiro e da boneca “Louca dos Gatos”, muitos consideram de menos importância ou, como atualmente se tem dito nas redes sociais, “mimimi” a questão da violência contra a mulher. Ponderam, no mais das vezes, uma brincadeira de mau gosto, mas que, na prática, não provoca danos à imagem das mulheres. É uma forma de pensar, essa que mencionamos, terrivelmente perigosa, nociva: ao não reconhecer que a cultura – e seus objetos, como os brinquedos, por exemplo, ou uma representação audiovisual – *produzem* a realidade, não nos será possível como sociedade destituir as lógicas heteronormativas e androcêntricas que tanto mal causam a todas as pessoas, não apenas às mulheres.

A violência psicológica no âmbito do gênero, definida como *gaslighting*, aqui analisada em contextos de culturas de trajetória patriarcalista, eclode não apenas para reforçar um destino biológico atrelado ao feminino, mas também vetar deserções a esse sistema. Esses corpos precisam ser docilizados para caberem nas expectativas e projetos de sociedade e seus sofisticados mecanismos de poder sobre a vida e a morte, ou seja, “a histerização das mulheres, que levou a uma medicalização minuciosa de seus corpos, de seu sexo, fez-se em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade” (Foucault 1988, 160). O *gaslighting* é, entretanto, um problema de todas e todos, e não apenas das mulheres, posto que também os homens que se distanciam em alguma medida dos estritos padrões de masculinidade vigentes podem ser alvos de violência. E não somente isso: é preciso que os homens, principais perpetradores do *gaslighting*, abandonem a posição de violentadores em potencial. A participação e um efetivo diálogo incluindo os homens poderia gerar nos mesmos uma posição de contestar o lugar que as normas sociais estabeleceram para ele: o local da violência e da manutenção das hierarquias de gênero.

### Referências bibliográficas

- Alos, Anselmo Peres. “Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão”. *Revista Estudos Feministas*, 9, n. 2 (2011): 421-449. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200007>
- Beauvoir, Simone. *O Segundo sexo – fatos e mitos*; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.
- Bergamesco, Débora, e Pardellas, Sérgio. 2016. “Uma presidente fora de si”. [https://istoe.com.br/450027\\_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/](https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/).
- Berti, Ilemar Christina Lansoni Wey. “Práticas e regime de informação - os acontecimentos “carta de Temer a Dilma” e “Marcela Temer: bela, recatada e do lar””. 2018. Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.
- Boláu, Luísa V. de Paiva. *D. Maria I – A Rainha Louca*. Portugal: A Esfera dos Livros, 2009.
-

- Butler, Judith. *Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- Butler, Judith. “Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do ‘Pós-Modernismo’”. *Cadernos Pagu*, n. 11 (1998): 11-42.
- Butler, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- Caetano, Márcio, e Hernandez, Jimena de Garay. “Para além das dicotomias: Performances de gênero, sexualidades e questões à escola”. *Admir (ASDUERJ)*, 28 (2012): 38-53.
- Caetano, Márcio, e Hernandez, Jimena de Garay. “Heteronormatividad y androcentrismo: ensayo sobre sus acciones curriculares”. Em *Lecturas críticas en investigación feminista*, org. Norma Blazquez Graf, Martha Patricia Castañeda Salgado, 253-278. Cidade do México: UNAM, 2016.
- Chauí, Marilena. “Sobre o Medo”. Em *Os Sentidos da Paixão*, org. Adauto Novaes. 33-82. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- Ciribelli, Marilda Corrêa. *Mulheres Singulares e Plurais (Sofrimento e Criatividade)*. Rio de Janeiro: 7letras. 2006.
- Colling, Leandro. “A igualdade não faz o meu gênero. Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil”. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, 3, n. 2 (2013): 405-28.
- Colling, Leandro, e Nogueira, Gilmaro. “Relacionados mas diferentes: Sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade”. Em *Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação*, org. Alessandro Rodrigues; Catarina Dallapicula; Sérgio Rodrigo da S. Ferreira, 171-184. Vitória: EDUFES, 2015.
- Connell, Raewyn W., e Messerschmidt, James W.. “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”. *Revista Estudos Feministas*, 21, n. 1 (2013): 241-282. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Dedecca, Claudio Salvadori; Ribeiro, Camila Santos Matos de Freitas; Ishii, Fernando Hajime. “Gênero e jornada de trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família”. *Trab. educ. saúde*, 7, n. 1 (2009): 65-90. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100004>
- Fett, Shea Emma. 2017. “10 coisas que aprendi sobre gaslighting como estratégia de abuso”. Traduzido por Bianca Busato Portella. <http://desacato.info/10-coisas-que-aprendi-sobre-gaslighting-como-estrategia-de-abuso/>.
- Ferreira, Victória. 2016. “O mito da mulher histérica e sua consequência sobre as mulheres”. <https://medium.com/lado-m/o-mito-da-mulher-hist%C3%A9rica-e-sua-consequ%C3%Aancia-sobre-as-mulheres-1346068f6bc4>.
- Foucault, Michel. *“História da sexualidade I: a vontade de saber”*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- Foucault, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. Em *Microfísica do poder*, Michel Foucault, 15-38. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- Gonçalves, Renata. “De antigas e velhas loucas: Madres e Mães de maio contra a violência de Estado”. *Lutas Sociais*, [S.l.], n. 29 (2012): 130-143.
- Grisci, Carmem Lúcia Iochins. “Mulher – mãe”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 15, n. 1-3 (1995), p. 12-17. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931995000100003>
-

- Haraway, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, n. 5 (1995): 7-41.
- Kendall, K. “Masking violence against women: The case of premenstrual syndrome”. *Canadian woman studies/ les cahiers de la femme*, 12 (1) (1991): 17-20.
- Kilomba, Grada. *Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- Linhares, Juliana. 2016. “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”. <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>.
- Love is respect. 2015. “O que é gaslighting?” Tradução Bruna de Lara. <http://www.livredeabuso.com.br/#!O-que-%C3%A9-gaslighting/cy34/555ea4ab0cf298b2d3d687fe>.
- Lima, Carlos Henrique Lucas; Caetano, Márcio. “Em defesa de uma Historiografia Literária Fora do Armário”. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, 08, n. 19 (2016): 24-36.
- Lima, Carlos Henrique Lucas. *Linguagens pajubeyras: re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade*. Salvador: Devires, 2017.
- Miskolci, Richard. “Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais”. *Bagoas*, 08, n. 11 (2014): 51-78.
- Organização mundial da saúde (OMS). *Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014*. Núcleo de Estudos da Violência (Trad.) São Paulo: 2015.
- Penteado, Letícia. 2015. “Estou ficando louca?”. <http://www.revistaforum.com.br/leticiapenteado/2015/03/02/estou-ficando-louca/>.
- Perrot, Michelle. *Minha História das Mulheres*. (Tradução Angela M. S. Côrrea). 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- Queiroz, Nana. 2016. “Termos em inglês estão elitizando o feminismo”. <http://azmina.com.br/2016/04/termos-em-ingles-estao-ELITIZANDO-O-FEMINISMO/>.
- Reed, Evelyn. *O Mito da Inferioridade da Mulher. Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.
- Revista istoé. As explosões nervosas da presidente. *REVISTA ISTOÉ*. Abril de 2016. Ano 39. No 2417. Editora Três.
- Rocha, Gustavo Rodrigues; Rocha, Luana Fonseca da Silva. “Uma história social do conceito de feminilidade na psicanálise de 1910 a 1930”. *Scientiae Studia*, 15, n. 1 (2017): 121-144. <https://doi.org/10.11606/51678-31662017000100007>
- Rush, Florence. *The Best Kept Secret*. New York: McGraw-Hill, 1980.
- Stocker, Pâmela Caroline; Dalmaso, Silvana Copetti. “Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha”. *Revista Estudos Feministas*, 24, n. 3 (2016): 679-690. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p679>
- Souza, Camila. 2015. “Não são atos isolados – gaslighting: por que eles querem que você acredite que está louca”. <http://www.catarticos.com.br/doce/nao-sao-atos-isolados-gaslighting-por-que-eles-querem-que-voce-acredite-que-esta-louca/>.
- Vieira, João Luiz. 2015. “Sobre o artigo ‘Dilma e o sexo’”. <https://epoca.globo.com/vida/romance-urbano/joao-luiz-vieira/noticia/2015/08/dilma-e-o-sexo.html>.
-

Vieira, Josênia Antunes. “A identidade da mulher na modernidade”. *DELTA*, 21, n. spe (2005): 207-238. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502005000300012>

Yashar, Ali. 2013. “Por que as mulheres não estão loucas”.  
<http://papodehomem.com.br/porque-as-mulheres-nao-estao-loucas/>.

\*\*\*

Recebido: 28 de fevereiro de 2020

Aprovado: 07 de abril de 2020

---

Dossiê: Identidades e sexualidades hegemônicas e contra-hegemônicas. Feminidades e masculinidades em tempos autoritários

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.30003>

**Entre vedetes e “homens em travesti”: um estudo sobre corpos e performances dissidentes no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX (1900-1950)**

*Between vedetes and “men in travesti”: A study about dissident bodies and performances in Rio de Janeiro in the first half of the 20th century (1900-1950)*

*Entre vedetes y “hombres en travesti”: Un estudio sobre cuerpos y actuaciones disidentes en Río de Janeiro en la primera mitad del siglo 20 (1900-1950)*

Thiago Barcelos Soliva\*

<http://orcid.org/0000-0003-3355-6569>

João Gomes Junior\*\*

<https://orcid.org/0000-0002-4473-3586>

RESUMO: O objetivo deste artigo é fazer uma discussão sobre como os homossexuais da primeira metade do século XX (os “sodomitas”, “frescos”, “bagaxas” e “invertidos” como eram chamados) se apropriaram dos territórios públicos da cidade do Rio de Janeiro e desenvolveram tecnologias e práticas de resistência capazes de burlar as convenções burguesas e cisheteronormativas, travando inclusive relação com o Teatro de Revista e as vedetes. A partir da premissa da organização de longa duração dos homossexuais no Brasil, percebe-se que aqueles homens aprenderam a estabelecer entre si redes de sociabilidade e assim enfrentaram a moral burguesa e os discursos médico e jurídico que os perseguiram e excluía. Mais do que experiências conformadoras dos

---

\* Doutor em Ciências Humanas (Antropologia cultural) e mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Adjunto A do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Líder do Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Desigualdades e Saúde, da UFRB. E-mail: thiagosoliva@ufrb.edu.br

\*\* Professor, historiador, poeta e militante LGBTI+. Mestrando em Sociologia e Antropologia Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós-graduando em Estudos Linguísticos e Literários pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ – Nilópolis), mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), licenciado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisador do Laboratório de Estudos de Gêneros, Educação e Sexualidades (LEGESEX) da UFRRJ, em Nova Iguaçu, e do Laboratório Cidade e Poder (LCP), da UFF, em Niterói. E-mail: jaumgomesjr@gmail.com

indivíduos, a efeminação, por exemplo, era adotada muitas vezes como mecanismo de resistência ao controle institucional e à normatividade de gênero, e o Teatro de Revista se constituiu como uma possibilidade de agência na qual era possível remodelar projetos de vida de que as diversidades de gênero e sexualidade passaram a ser parte constitutiva. As fontes aqui utilizadas foram teses e livros médicos, arquivos de antropologia criminal e manchetes de revista e jornal, e a temporalidade da análise foi demarcada pelos anos de 1900 e 1950.

Palavras-chave: História. Corpos dissidentes. Performances de gênero. Teatro de Revista.

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss how homosexuals of the first half of the 20th century (“sodomites”, “frescos”, “bagaxas” and “inverts” as they were called) appropriated the public territories of the city of Rio de Janeiro and developed technologies and resistance practices capable of circumventing the bourgeois and heteronormative conventions, even having a relationship with the Magazine Theater (the “Teatro de Revista”) and the “vedetes”. By the premise of a long time organization of homosexuals in Brazil, it is clear that those men learned to establish networks of sociability among themselves and thus faced the bourgeois morality and the medical and legal discourses that persecuted and excluded them. More than individuals shaping experiences, effemination, for example, was often adopted as a mechanism of resistance to institutional control and gender normativity, and the Magazine Theater became a possibility of agency in which it was possible to remodel projects of life of which gender and sexuality diversities have become a constitutive part. The historical documents used here were medical theses and books, criminal anthropology archives and magazine and newspaper headlines, and the temporality of the analysis was marked by the years 1900 and 1950.

Keywords: History. Dissident bodies. Gender performances. Magazine Theater.

RESUMEN: El propósito de este artículo es discutir cómo los homosexuales de la primera mitad del siglo XX (los “sodomitas”, “frescos”, “bagaxas” e “invertidos” como se llamaban) se apropiaron de las calles y de los territorios públicos de la ciudad de Río de Janeiro y desarrollaron tecnologías y prácticas de resistencia capaces de eludir las convenciones burguesas y heteronormativas, incluso teniendo una relación con el “Teatro de Revista” y con las “vedetes”. Desde la premisa de la organización a largo plazo de los homosexuales en Brasil, está claro que aquellos hombres aprendieron a establecer redes de sociabilidad entre ellos y, por lo tanto, enfrentaron la moral burguesa y los discursos médicos y legales que los persiguieron y los excluyeron. Más que las experiencias conformes de los individuos, la afección, por ejemplo, a menudo se adoptó como un mecanismo de resistencia al control institucional y la normatividad de género, y el “Teatro de Revista” se constituyó como una posibilidad de agencia en la que era posible remodelar proyectos de vida de la cual las diversidades de género y sexualidad se han convertido en una parte constitutiva. Las fuentes utilizadas aquí fueron tesis y libros de medicina, archivos de antropología criminal y titulares de revistas y periódicos, y la temporalidad del análisis estuvo marcada por los años 1900 y 1950.

Palabras clave: Historia. Cuerpos disidentes. Actuaciones de género. “Teatro de Revista”.

### Como citar este artigo:

Soliva, Thiago Barcelos; Junior, João Gomes. “Entre vedetes e “homens em travesti”: um estudo sobre corpos e performances dissidentes no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX (1900-1950)”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 123-148.

\*\*\*

## Introdução

A “homossexualidade” e os “comportamentos homoeróticos”<sup>1</sup> fascinam e aterrorizam o mundo ocidental há séculos. Já estiveram nas páginas da literatura, no cinema, na música, nos discursos psiquiátrico e médico, bem como nos discursos jurídico e legislativo. Todavia, somente em 1985 o Conselho Federal de Psicologia brasileiro deixou de tratar a homossexualidade como um “desvio sexual”. Vista enquanto orientação sexual do ser humano, está igualmente fora da lista de distúrbios mentais da Organização Mundial da Saúde desde 1990. Perdeu o sufixo “-ismo” adotado no final do século XIX pelo discurso médico como forma de caracterizar os aspectos “patológicos” de tal comportamento (ou “desvio”, como visto na época). Estes marcos históricos estabeleceram o fim de um ciclo composto por diversos discursos já elaborados na tentativa de entender e explicar a homossexualidade, cujos aspectos foram ora admirados e tolerados, ora condenados e perseguidos: ela já foi apresentada e estudada exaustivamente como pecado pelo pensamento religioso; como doença, desvio ou perversão pela medicina; e como crime pela polícia.

De acordo com o ativista da causa LGBTQI+<sup>2</sup> e historiador brasileiro James Green em entrevista recente (Gouvêa 2019), “as condições sociais estavam dadas para o movimento [homossexual brasileiro] surgir muito antes [da década de 1970]”. Interpretando a sua fala, pode-

---

<sup>1</sup> Categorias classificatórias e discursivas contemporâneas que empregamos neste texto para designar uma prática e uma identidade sexuais que, apesar de históricas, foram categorizadas e nomeadas de modos muito diferentes dependendo dos contextos sociais e temporais em que apareceram. Sabendo da existência dessas variadas categorias classificatórias e buscando não cair no anacronismo, utilizamos estes termos como “conceitos neutros”, gerais, embora saibamos de sua historicidade, sobre a qual tratamos em uma próxima nota.

<sup>2</sup> O uso da sigla LGBTQI+, neste trabalho, é uma escolha política e ideológica alinhada às postulações da Teoria *Queer* para promoção da inclusão e da visibilidade do maior número possível de pessoas com orientação sexual ou expressão de gênero desviantes do padrão cisheteronormativo. Suas letras significam Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queers* e Intersexo. Optamos pelo emprego desta sigla em detrimento da que é utilizada pelo movimento no Brasil, LGBT, que em nossa visão não contempla toda a diversidade de experiências e vivências sexuais e de gênero existentes em nosso país atualmente. Ressaltamos que esta sigla, no Brasil, possui historicidade própria e é resultado dos debates produzidos nas conferências nacionais organizadas pelo próprio movimento. Sua forma atual é um lugar de disputa tanto na militância como na academia, dividindo a opinião de pesquisadores, autores e militantes/ativistas entre o uso conforme a sua construção nacional e o uso de acordo com os padrões norte-americanos.

se concluir que os homossexuais brasileiros já tinham identidades estabelecidas, grupos e dinâmicas de sociabilidade e certa força de resistência para serem considerados um movimento social mesmo antes de sua organização como Movimento Homossexual propriamente dito a partir de 1978. Ainda assim, nem sempre esse passado é lembrado ou considerado nos dias atuais, e Green reforça que o Movimento brasileiro só teria conseguido se desenvolver, mesmo naquele contexto da ditadura civil-empresarial-militar, em consequência das influências provocadas pelas Revolta de Stonewall em Nova Iorque em 1969.

O movimento LGBTQI+ brasileiro teria, por isso, raízes históricas bem mais antigas e anteriores ao que começou a se delinear no cenário nacional no final da década de 1970 com os homossexuais. Desse modo, defendemos que antes mesmo da organização propriamente dita do Movimento Homossexual no Brasil, com táticas de ação e concepções políticas e identitárias em termos de movimento social e de reconhecimento próprio definidos a partir do que vinha sendo elaborado nos Estados Unidos e na América Latina, aqueles homens, no início do século passado, já desenvolviam o embrião da luta que viria a ser o que ela é hoje em nosso país, e são essas raízes históricas e sociais dessa “movimentação” que ousamos tentar resgatar. A noção de “movimentação” está presente nas análises de Regina Facchini e Júlio Simões (2009) sobre o surgimento do Movimento Homossexual no Brasil. Segundo os autores, essa dinâmica de “homens homossexuais” em redes de amizade e outras estratégias de agenciamento antes do surgimento do Movimento Homossexual propriamente dito foi fundamental para a constituição deste movimento que surgiu na década de 1970.

A partir da premissa de uma organização de longa duração dos homossexuais no Brasil percebemos, com a mudança do regime político no país na passagem do século XIX para o século XX, que aqueles sujeitos de identidades e sexualidades ditas dissidentes paradoxalmente tornaram-se mais visíveis no espaço urbano e ganharam maior visibilidade na sociedade, originando diversos discursos e representações. Ao mesmo tempo entravam em cena as teorias higienistas e as formas de combate ao que era (e ainda é) considerado como “depravação social”. Aqueles homens aprenderam a estabelecer entre si redes de sociabilidade e de solidariedade, e assim enfrentaram a moral burguesa e os discursos médico e jurídico que os perseguiram e excluíam, designando seus corpos como doentes e desviados e suas práticas como criminosas e perigosas para a honra nacional (Neder 2012; Caulfield 2005; Figari 2007).

Ao nos debruçarmos sobre a questão da criminalização e da perseguição aos homossexuais e das práticas homoeróticas<sup>3</sup> durante as primeiras décadas do século XX, pudemos constatar como aqueles homens elaboravam e construía as suas próprias representações e performatividades como maneiras de resistência social a partir daquelas representações sexuais e de gênero elaboradas pelos aparelhos ideológicos de controle aos quais eram submetidos. Foi possível, desse modo, perceber aspectos de identidades compartilhadas e de redes de sociabilidade e apoio desenvolvidas entre aqueles indivíduos no delineamento de uma cultura homoerótica naquele contexto histórico.

Na construção desse artigo as fontes utilizadas se constituíram de teses e livros médicos, arquivos de antropologia criminal e manchetes de revista e jornal. A temporalidade da análise, estabelecida no início do século passado, foi demarcada pelos anos de 1900 e 1950. Tal recorte temporal foi pensado respeitando uma temporalidade interna ao próprio objeto. Faz-se, assim, uma discussão sobre como esses homens da primeira metade do século XX (os “sodomitas”, “frescos”, “bagaxas e “invertidos” como eram chamados, por exemplo) se apropriaram dos territórios públicos da cidade do Rio de Janeiro e desenvolveram tecnologias e práticas de resistência capazes de burlar as convenções burguesas e cisheteronormativas de gênero e sexualidade, travando inclusive relação com o Teatro de Revista e as vedetes, segundo a forma como essas performances eram tematizadas na primeira metade do século XX.

## Uma história, vários discursos

Até meados do século XIX pessoas não conformes às convenções de gênero e sexualidade constituía uma realidade submersa no cotidiano. Desde os tempos pré-coloniais a presença de comportamentos homoeróticos (ou “sodomitas”, como dito no período) no Brasil foi notada entre as tribos indígenas, e posteriormente, durante o Império, entre os escravos e seus senhores (Figari 2007). A homossexualidade, por fim, chegou ao espaço urbano com a passagem do século XIX para o século XX e provocou a elaboração de novos discursos. Com o advento da República e o

---

<sup>3</sup> Os termos “homossexual” e “homossexualismo”, utilizados pela primeira vez pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert em 1869, estavam ainda fora do uso corrente pelos brasileiros no período aqui tratado. Os termos recorrentes eram “sodomia”, “sodomita”, “pederastia” e “pederasta”, oriundos do discurso religioso. O médico José Ricardo Pires de Almeida, por sua vez, em sua tese publicada em 1906 pela editora Laemmert e C., utilizou os termos “homossexual” e “homossexualidade”, afinal a obra de Benkert já era conhecida no Brasil, além de ter empregado diversas vezes os neologismos “uranista” e “uranismo”, criados pelo alemão Dr. Karl Heinrich Ulrichs. Empregamos neste texto, como conceitos, embora não fossem amplamente utilizadas na época pelos discursos aqui analisados, as categorias contemporâneas “homoerotismo” e “homoafetividade” (ou “comportamentos homoeróticos”) enquanto signos simbólicos por sua ampla constituição de sentidos acerca das relações sociais, afetivas, sexuais e eróticas para tratar das condutas dos homossexuais, e “homossexualidade” (ou “homossexual”) como referência aos indivíduos em si, como signo dos discursos sobre a materialidade dos sujeitos.

fim da escravidão, a sociedade carioca passou por alterações sociais, políticas e jurídicas bastante importantes e que não podem ser ignoradas. A cidade do Rio de Janeiro se tornou palco para a aplicação dos esforços modernizantes da ordem burguesa e industrial e exibiu uma política de exclusão e supressão daqueles indivíduos marginalizados e identificados como não compatíveis com o novo padrão de sociabilidade e existência que era imposto.

Embora Carl Schorske (2000) apresente a cidade como vício e/ou uma construção para além do bem e do mal, e Nicolau Sevcenko (1999) seja taxativo acerca de um suposto “caos urbano” que governaria o Rio no início do século passado, rejeitamos ambas interpretações, conservadoras e já ultrapassadas e, assim, aproximamo-nos aqui do pensamento de Michel de Certeau (1998) segundo o qual a cidade, ao ser estabelecida como sujeito operador de controle, delinear a perseguição e exclusão através do discurso urbanístico a tudo e todos que fossem vistos como problemas sociais ou tipos de “poluição” urbana. De tal maneira, a cidade seria o resultado de esforços conservadores de segregação e invisibilização, bem como de sua capacidade regulatória.

Michel Foucault (2017) compreendia a sexualidade humana como um dispositivo das relações de poder, constituído ao longo da Modernidade a partir de uma diversidade de embates de interesses. Segundo ele, ao longo dos séculos XVIII e XIX entraram em circulação três discursos sobre o sexo e a sexualidade dos indivíduos, como maneira de criar um saber acerca deste objeto, falando sobre ele e controlando o que fosse considerado necessário: 1) o discurso religioso e moral; 2) o discurso médico e psiquiátrico; e 3) o discurso policial. O objetivo não era julgar o sexo, mas administrá-lo. Contudo, mesmo a realidade sendo uma construção dos detentores dos meios de produção, nesta trama de biopoderes que se cruzavam o prazer não se anulava, e por extensão do poder as sexualidades proliferavam.

Por fim, no século XIX o indivíduo anteriormente identificado pelo discurso religioso como “sodomita”, que era um reincidente, torna-se aquilo que Foucault denominou de “personagem homossexual”, uma espécie definida por sua prática, quando nada daquilo que ele é escapa à sua sexualidade, presente em todo o seu ser, inscrita em seu corpo. Os médicos, neste novo tempo influenciados pelo positivismo<sup>4</sup>, acabam recebendo um poder moralizador e suas

---

<sup>4</sup> O Positivismo foi um dos pensamentos filosóficos que mais influência teve sobre o pensamento e a política brasileiros a partir da segunda metade do século XIX, tendo Benjamin Constant (1838-1891) como uma de suas principais referências em nosso país. Sendo uma linha teórica desenvolvida por Auguste Comte em oposição ao liberalismo e seu racionalismo abstrato, propunha aprimorar o bem-estar das sociedades. Um de seus principais conceitos era o de evolução, segundo o qual se estabelecerá uma seleção natural que eliminaria as imperfeições humanas e sociais. O progresso, neste sentido, como eixo central do Positivismo, foi adotado juntamente à ideia de ordem pelos setores letrados da sociedade brasileira como lemas estruturantes do que veio a ser a República. Os paradigmas positivistas apontavam que as ações sociais não deveriam ser violentas ou impensadas, mas baseadas e fundamentadas na moral, visando aperfeiçoar as ações práticas e intelectuais dos indivíduos tornando-os melhor preparados para a vida em

---

figuras são dotadas de uma instância regulatória e normatizadora de onde se elaboram os discursos definidores do que seriam os corpos saudáveis e os corpos “transgressores à ordem”. Ao tratar da história da loucura, processo de certa forma análogo ao que os homossexuais vivenciaram, ele aponta que todos que escapassem ao conceito clássico de “normalidade” deveriam ser banidos, internados, tratados e/ou readequados (dependendo do caso). Na passagem para a modernidade, o discurso médico, baseado numa suposta razão, funda a “desrazão”, e o *homo medicus*, com sua sabedoria e autoridade, apresenta ao mundo o *homo natura*, o homem “normal”. O médico torna-se personagem central no processo de construção objetiva e científica da loucura, das neuroses, dos desvios mentais, das inversões do instinto. Em suma, se torna responsável por identificar e tratar os corpos dos pobres, vagabundos, “devassos”, libertinos e todos aqueles considerados anormais ou com problemas mentais que, a partir de então, viram-se inseridos no processo histórico por meio deste discurso, passando a ter as suas vidas reguladas (Foucault 2003).

James Green afirma que os médicos e criminologistas do período da modernização brasileira “transferiram o debate sobre a homossexualidade do âmbito legal, religioso e moral para a esfera da medicina, e advogaram seu direito de controlar ou curar suas manifestações” (Green 2000, 32). Criou-se dessa forma uma identidade sexual nova, e os poderes preocuparam-se em condenar o que, na população, fosse visto como fator de perigo: perseguir como maneira de enquadrar. Logo, a partir da segunda metade do oitocentos, o indivíduo identificado em Foucault como “o personagem homossexual” deixou de ser criminalizado para ser definido a partir e nas práticas médicas. A medicina-legal passou a reivindicar o direito de fala “sobre os anormais” e a tratar como seu objeto particular as “sexualidades perversas”.

Existe ainda a ideia de que um discurso historicamente surgiu para substituir o anterior, como numa escala evolutiva. Este é um equívoco que precisa ser discutido. Por mais que existisse um conflito entre catolicismo e pensamento científico (positivista) na sociedade carioca do nascente século XX, não há como ignorar, por exemplo, a continuidade do discurso religioso e a sua coexistência com os discursos médico e policial – mesmo levando-se em consideração a passagem, o trânsito e as justaposições entre os aparelhos político-ideológicos referidos à cultura religiosa e aqueles constituintes da cultura jurídico-científica. Conforme escreveu Gizlene Neder a respeito da “questão religiosa no Brasil republicano”, existe uma tendência “da historiografia brasileira a confinar os conflitos entre Igreja e Estado no Brasil [aos] episódios da década de 1870” (Neder

---

sociedade. Era preciso criar uma ordem social de sentido positivista, baseada na razão e na evolução do homem e da sociedade. A partir desse discurso, a República, a partir dos seus setores letrados e científicos (como os médicos), lançou os pilares materiais para o disciplinamento das mentes e dos corpos. Ver Torres (2018) e Andrade; Piva (2011).

---

2015, 11). Segundo a autora, houve no projeto republicano um forte processo de secularização das instituições, mas, ainda assim, deve-se estender o debate sobre a questão religiosa para este período, cuja marca é persistente em variadas esferas da vida social, cultural e política.

Apesar do fortalecimento do discurso médico-legal favorecido pelo pensamento positivista que desembarcava no Brasil, com grande influência do pensamento francês (Needell 1993, 141), e pela ordem burguesa que objetivava “o disciplinamento das mentes e dos corpos” (Figari 2007, 238) por meio de discursos e bases materiais visando um novo *ethos* moral, havia nas primeiras décadas do século XX uma simultaneidade de discursos onde o religioso continuava a representar uma grande base na mentalidade popular ao definir os limites da sexualidade humana. Nesse discurso, como escreve Mary del Priore (2012, 65), a homossexualidade era apresentada como o “pecado da carne contra a natureza divina”, ideia defendida por alguns médicos, como no caso de José Ricardo Pires de Almeida (1906), que classificava o “homossexualismo” enquanto um vício torpe contra a natureza humana, e Leonídio Ribeiro (1938), que via nela aspectos causais de supostos problemas endocrinológicos.

Para a filósofa norte-americana Judith Butler (2017), é impossível pensar a existência do indivíduo homossexual anteriormente à sua formulação e à produção do seu corpo nos discursos, pois são estas as bases fundacionais do seu ser. Mesmo que se reconheça a importância das construções sociais e culturais prévias na elaboração dos sujeitos, o corpo, o sexo e os aspectos das diferenças biológicas não são bem percebidas ou ilustradas, mesmo que pareçam naturalizadas, fora do discurso que os produz. Partindo dos pressupostos pós-estruturalistas foucaultianos, ela aponta ainda que vivemos diante de uma ordem compulsória que exige coerência entre gênero, sexo, sexualidade e desejos e práticas, devendo todos seguir a lógica da heterossexualidade. Em sua formulação, o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória são instituições definidoras, formando desta maneira a “matriz heterossexual”, um sistema epistemológico e ontológico que deve ser entendido como a “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados” (Butler 2017, 24). Para os corpos existirem coerentemente e fazerem sentido é necessário que haja estabilidade sexual expressa por meio de um gênero igualmente estável, onde o masculino é expresso pelo macho, e o feminino, pela fêmea.

O corpo homossexual tornou-se, conseqüentemente, na conjuntura do estabelecimento da ordem burguesa no Brasil, objeto de novos saberes, transitando do discurso religioso para os discursos médicos e jurídicos. A homossexualidade, a partir de meados do século XIX, deixou de ser uma figura legal criminal em si e passou a ser tratada como uma patologia, e a sua prática, um crime. Por sua vez, sua repressão e criminalização se deram no regime republicano sob novas

---

justificativas, métodos e enquadramentos político-ideológicos ditos “modernos”. A medicina-legal, no início da República, se consolidou como uma instituição de controle social, e se por um lado esses homens não eram mais criminalizados enquanto sodomitas (somente a sua prática), por outro eram vistos como “doentes”, “viciados”, “pervertidos” ou “invertidos” cujos corpos necessitavam de tratamento. Mas será que eles concordavam com esta forma de representação e tratamento? Aceitavam ou buscavam resistir ao poder disciplinar que se impunha sobre eles e que em última instância intencionava “curar” e “moralizar” os seus corpos?

Havia uma forte relação para a sociedade da época entre as variadas formas de efeminação masculina e a homossexualidade (Pires de Almeida 1906; Ferraz de Macedo 1872). Esta era a principal representação do homoerotismo no início do século XX, a identidade que médicos, policiais e juristas lhes deram. É interessante, aqui, dessa maneira, apresentar movimentos e práticas homoeróticas que demonstrem a sua organização, a sua identificação enquanto grupo e a visão que eles tinham de si mesmos dentro da “cultura subalternizada” que formaram.

### **Sociabilidades e resistências entre homens burladores de gênero e sexualidade**

1931... Embarquei para o Rio de Janeiro. Lá chegando, todos admiravam a minha juventude e todos queriam gozar dela. Fui morar numa hospedaria, onde em quartos especiais, que o dono alugava pela quantia de 5\$000, eu recebia os pederastas ativos. Nessa mesma hospedaria moravam dezenas de passivos. Alguns já velhos; outros doentes, quase todos podres em vida; outros gozando do bom e do melhor, enquanto alguns, sem mesmo roupa para vestir, eram obrigados a pedi-las emprestadas àqueles que deles se compadeciam. Eu ganhava quanto queria; primeiro, por ser novo no lugar e segundo, por ser ainda jovem. Havia dias que eu recebia tantos membros, que o meu ânus ficava tão dolorido, a ponto de precisar banhar-me em água quente e sal grosso, a fim de poder estar bom à noite para recomeçar a vida que eu gostava tanto... E a minha cabecinha oca achava que aquilo era uma coisa do outro mundo! E tinha sempre homens moços que gostavam de mim, alguns dos quais propunham-me “amigações”, por vezes vantajosas. Mas eu queria ser livre e por isso lhes dava sempre o “não”. Explicava-lhes que eu gostava daquela vida dos meus colegas, das farras que faziam em casa, nos “cabarets”, nos lugares retirados e que, amigando-me, ficaria privado de tudo isso. E eles, então, desapareciam e não mais me procuravam. Chegou 1932... Fiquei doente, mal de vida, tendo, porém, a sorte de restabelecer-me logo. E caí, de novo, na farra, com mais sede ainda, porque tinha ficado dois meses longe do mundo, longe dos membros que me davam tanto prazer, tanto gozo... [...] Passava o tempo... Passava, também, a minha juventude. Uma ou duas vezes por mês eu tomava de dois a três dias de prisão. Nesta eu ficava quase que sem comer, só me alimentando de água e pão, por não querer me alimentar com comida de preso. As tristezas e desilusões já estavam aparecendo em minha vida. Porém, eu sempre firme, resistia a tudo. Nada me desacoroçava e nada fazia com que eu abandonasse esta vida. Volto a São Paulo em 1933. De novo a mesma vida, porém agora mais sossegada, por não ter aqui tantos pederastas ativos como no Rio. (Whitaker 1938-1939, 249-250.)

Ao lermos o longo relato dado pelo “pederasta” Z. B. G., um homem pobre, branco, nascido no ano de 1914 em São Carlos, São Paulo, a Edmur Whitaker no ano de 1938, podemos encontrar respostas para, senão todas, pelo menos a maioria das nossas perguntas. Z. B. G. apresentava-se com o apelido Zazá, pelo qual ficou conhecido entre os amigos e clientes. A partir

---

da sua história, cujas informações cruzamos com dados obtidos no discurso médico sobre sexualidades dissidentes naquele período, pudemos descobrir aspectos de experiências compartilhadas de resistência, organização, sociabilidades e formação de identidades.

Apesar de o início do regime republicano no Brasil ter simbolizado para os “frescos” e “bagaxas” (aqueles homens que se prostituíam) o fim da sua classificação criminal nas leis, isto não significou o fim da criminalização das suas práticas no pensamento social e no discurso jurídico (Trevisan 2018). Numa sociedade talhada num momento de variadas transformações, as instituições de controle e disciplinamento precisaram se especializar para manter a lógica positivista adotada pelo Estado: a ordem e o progresso. A República trouxe consigo o discurso da ordem a qualquer custo, produzido pelos juristas, e tal discurso acompanhou a sociedade carioca ao longo da primeira metade do século XX. A partir desse discurso, lançaram-se os pilares para o disciplinamento das mentes e dos corpos dos chamados “sodomitas”, “invertidos” etc., através do exercício do poder de controle por meio da lei e da medicina. Isto, por sua vez, requeria o aumento da repressão policial, e esta instituição, assim como toda a sociedade, também foi reformada e reaparelhada sob a ótica do cientificismo, se apropriando e dialogando abertamente com o discurso médico-legal.

Todavia, quando analisadas as mudanças nas ordens discursivas e na atuação dos aparelhos ideológicos, segundo as quais aqueles homens não eram mais considerados criminosos, percebe-se que eram ainda entendidos como “doentes com tendências criminosas” que precisavam de cuidados médicos e da vigilância policial constante. Eram vidas atravessadas pelo *pathos* e pela luta em defesa de suas existências, mas mesmo assim não deixaram de circular pela cidade do Rio de Janeiro, frequentando espaços públicos, apropriando-se deles e tornando-os seus territórios em consequência das relações de poder que neles se davam, formando vínculos socioculturais e encontrando muitas vezes na prostituição, enquanto trabalho e meio de sociabilidade, e nas performances de efeminação, formas de resistência e criação de laços e identidades.

Os “frescos” e “bagaxas” tinham por hábito cultivar uma comunidade de assistência mútua, exaltada inclusive no compartilhamento de vivências, diversões, amizades e brigas – uma reflexão sobre suas existências que ocorria na prática, burlando os discursos de gênero e da hegemonia masculina, elaborando uma identidade de grupo tangível por eles, uma cultura coesa, um “nós” possível (Figari 2007, 366). Zazá traz a comprovação, na narrativa de sua experiência, das redes de apoio e sociabilidade de que falamos, já que essas existências funcionavam em grupos, conforme o médico Leonídio Ribeiro: “alheios à existência dos indivíduos heterossexuais” (Ribeiro

---

1938, 157). Inferiorizados e desterritorializados pelas interpelações e discursos, passaram a identificar-se uns com os outros de modo a construir suas subjetividades a partir de tais etiologias.

Esta rede comunitária de apoios e afetos tinha influências até mesmo na elaboração de hierarquias internas à cultura que compreendemos como homoerótica entre os mais efeminados e aqueles mais cis-heteronormativizados<sup>5</sup> – um padrão que perdura até os dias contemporâneos. Para os médicos, porém, quando um homossexual apresentava trejeitos, comportamentos e indumentárias lidas como mais femininas era automaticamente classificado como um indivíduo sexualmente passivo e sobre ele recaíam maiores sanções do que sobre aqueles mais masculinos (lidos como ativos, e por isso menos “pervertidos”). O que se nota na leitura do relato do próprio Zazá apresentado anteriormente, contudo, é uma realidade totalmente diversa desta representação discursiva.

Independentemente da vivência pública e declarada ou privada e reprimida da prática homoerótica, identidades eram elaboradas a partir das diversas experiências com as quais aqueles homens eram confrontados e das relações que construíam com outros homens. Dessa forma, o seu comportamento poderia tender para uma performance de gênero mais feminina – percebida como “travestismo”, principalmente entre os homossexuais passivos –, ou mais masculinizada – onde o padrão ativo se faz mais notável –, desconsiderando-se a atuação sexual do indivíduo de forma geral. Igualmente mostra que as subjetividades, por mais que tivessem essas contribuições na formação das suas estruturas, não eram determinadas pelas práticas sociais ou comportamentos estéticos. Mais do que experiências conformadoras dos indivíduos, a efeminação, por exemplo, era adotada muitas vezes como mecanismo de resistência ao controle institucional e à normatividade de gênero (Figari 2007, 364-365), e não como travestilidade ou transgeneridade como nosso pensamento contemporâneo poderia conceber.

Assim, aqueles homens desenvolveram códigos, maneirismos, formas de reconhecimento e técnicas de resistência que compuseram uma cultura homoerótica na primeira metade do século passado na capital republicana. Eles utilizaram os territórios urbanos ao seu favor, de acordo com

---

<sup>5</sup> O prefixo “cis-” tem origem no latim, onde significa “no mesmo lado de”, e tem o seu uso nas palavras Cisgeneridade e Cisgênero para definir a qualidade de ou pessoa que se identifica e expressa o seu gênero de acordo com aquele com o qual foi designada ao nascer, de maneira concordante com o binarismo dos gêneros e levando em consideração o sexo biológico e/ou designação social (em escala reduzida) e o processo de socialização em relação ao gênero (sendo central este aspecto). Assim, homens são masculinos e mulheres são femininas. Cisgênero é, assim, a pessoa não-transgênero e não-transsexual, sendo a cisgeneridade oposta à transgeneridade e à transexualidade, onde o prefixo “trans-” em latim significa “do outro lado”, “ao contrário”. Assim, transgênero ou transexual é aquela pessoa cuja identidade e expressão de gênero são opostas aquelas que lhe são designadas. Usamos, portanto, os termos cis-heterossexualidade e cis-heteronormatividade neste artigo em referência ao padrão normativo imposto pela sociedade que controla, oprime, violenta, inferioriza e subordina indivíduos desviantes de sua proposição de identidade de gênero cisgênero e de orientação sexual heterossexual.

---

os seus interesses, uma formação que serviu para o desenvolvimento e o compartilhamento de identidades múltiplas correspondentes a uma experiência social praticamente única em termos históricos – a marginalização e a exclusão em decorrência de suas sexualidades.

Para Carlos Figari, embora uns poucos homossexuais lograssem empregos melhor aceitos socialmente, o destino mais visível da maioria deles era sempre a prostituição nesses locais públicos (Figari 2007, 366). Ele aponta que desde o século XIX os sobrados e sobradinhos, bem como os cortiços das ruas comerciais como Alfândega, Constituição, do Sabão e a de São Pedro, eram frequentados por homens envolvidos com práticas homoeróticas. Outro ponto de encontro que chamava a atenção era a encruzilhada formada pela Rua da Assembleia com a Rua dos Ourives e a Rua do Ouvidor.

Outro momento, mais do que propriamente um espaço físico, que possibilitava a “superação do desenraizamento” vivido por esses homens na cidade era o carnaval, quando todo tipo de “transgressão era possível” (Figari 2007, 324). Homens heterossexuais vestiam-se com trajes e indumentária lidas socialmente como femininas, e homens mais efeminados aproveitavam para sair às ruas sem serem perseguidos pela polícia. A tradição do “travestismo” nos festejos carnavalescos da cidade remonta aos tempos coloniais e a uma prática comum entre as companhias teatrais, formadas essencialmente por homens, e no início do século XX se manteve forte (Green 2000, 21). Sobre isto, referindo-se aos homossexuais que entrevistou em sua pesquisa como “bailarinas”, o médico Leonídio Ribeiro, em 1938, escreveu que:

Nos divertimentos carnavalescos, fornecem os invertidos um numeroso contingente de “bailarinas”. Perdidos na multidude em folia, constituem um bloco à parte, entregue às suas exaltações passionais, às suas competições, e violentas cenas de ciúme. Certas futuras “bailarinas” algum tempo antes do carnaval, para melhor efeito, deixam crescer os cabelos (Ribeiro 1938, 157).

Mas, sem dúvida, um dos espaços que teria potencializado esses encontros foi certamente a Praça Tiradentes com seus teatros abarrotados de toda sorte de gente que buscava entretenimento com as peças e as vedetes do Teatro de Revista.

## O Teatro de Revista

A relação entre o Teatro de Revista e as tecnologias de resistência desenvolvidas por homens burladores de convenções de gênero e sexualidade é um importante registro da forma como essas performances eram tematizadas na primeira metade do século XX. O Teatro de Revista conformou um modelo de experiência moderna única a partir da vida noturna, cuja mais expressiva instituição era o cabaré, lugar aonde afluíam homens em busca de prazeres, mas também onde

---

mulheres construíam carreiras alternativas ao seu itinerário de gênero. Tal mudança de percepção da noite como momento de devires e prazeres, e não como momento de descanso, conforme até então era vista, foi fundamental para a produção de um mercado de consumo do lazer ao qual se conectaram compositores populares, empresários, atores, figurinistas, cenógrafos, etc. Esse mercado produziu seus próprios objetos culturais – como as vedetes, as marchinhas e os atores bufões –, responsáveis por uma nova gramática da cidade moderna. Dessa forma, esse tipo de linguagem teatral criou condições específicas para que esses homens inventassem sentimentos de identificação, associando vida cotidiana com fazer artístico. O “sentimento de *communitas*” vivenciado pelos artistas do Teatro de Revista teria atraído, como “um ímã”, toda sorte de homens e mulheres que não se identificavam com as convenções vigentes acerca de gênero e sexualidade.

O Teatro de Revista surgiu no Brasil ainda na virada do século XIX para o XX. Desde a sua origem, esteve vinculado aos acontecimentos histórico-sociais que movimentaram a sociedade brasileira nesse período. Mais do que isso, o Teatro de Revista exerceu papel fundamental no desenvolvimento do gosto estético das camadas populares, na organização espacial do lazer na cidade do Rio de Janeiro e, sobretudo, na propagação de valores e sensibilidades associadas ao estilo de vida moderno, tal como aquele que vinha sendo difundido nos países da Europa e nos Estados Unidos.

De acordo com Paiva (1991), a primeira Revista de que se tem notícia data de 9 de janeiro de 1859. Seu título foi *As surpresas do Sr. José da Piedade*. A Revista ficou apenas três dias em cartaz, sendo proibida pela polícia por ofender a moral e os bons costumes vigentes na época. Contudo, nela já se percebem elementos em voga nos teatros parisienses, principalmente em relação ao seu escopo principal: comentar de forma bem-humorada acontecimentos do ano anterior e também os costumes que se materializavam em moda. A chamada Revista do Ano se constituía em uma crônica – uma retrospectiva – que abusava da linguagem do humor para evidenciar de forma crítica problemas vivenciados pelo conjunto da sociedade brasileira. O cenário político associado aos seus bastidores serviu de matéria-prima, posteriormente, para a construção de peças que riam com desdém da recém-nascida República brasileira.

Apesar do pouco tempo em cartaz da primeira Revista, esse gênero de teatro teria tomado projeção entre nós com a inauguração, no centro do Rio de Janeiro, na Rua da Vala (hoje Rua Uruguaiana), do café cantante *Alcázar Lyrique*, em 1859. Este estabelecimento logo abriu as suas portas para artistas individuais e trupes radicadas em Paris. No repertório constavam operetas, romances, canções, duetos e outros estilos. Logo o lugar passaria a ser ocupado por um grupo variado de notívagos formado por boêmios, literatos e a média burguesia ávida por novidades

---

(Paiva 1991). Nas adjacências do novo estabelecimento se fixou uma exuberante vida noturna, que se irradiava pelas ruas do Sabão (hoje, lado par da Avenida Presidente Vargas), São Jorge (hoje, Senhor dos Passos) e Ouvidor. Nessas vias interagiam toda a sorte de mulheres que, aproveitando o crescente fluxo de pedestres na área em tão avançada hora, exploravam o negócio da prostituição – assim como alguns “bagaxas”, que faziam da Rua do Sabão, cujo nome mudou em 1870, “o seu ponto” para encontro de clientes e sociabilização (Junior 2019, 80).

José Antônio Correia Câmara, gaúcho e general das forças militares brasileiras que lutaram na reta final da longa Guerra do Paraguai foi, em 1870, o homenageado escolhido para renomear a antiga Rua do Sabão, que passou a chamar-se Rua General Câmara. Anteriormente conhecida, desde os tempos coloniais, por conta da existência, ali, do armazém que monopolizava a fabricação de sabão na cidade, a rua cruzava o centro em vários trechos e ligava diversas direções, como a Candelária, a rua de S. Pedro, a Uruguaiana, a da Quitanda, a Primeiro de Março e a Senhor dos Passos, mas uma esquina que aqui interessa, para além da Rua da Vala, era aquela formada com o Largo de São Domingos, que desde meados do século XIX foi cenário para acontecimentos da história do homoerotismo na cidade do Rio de Janeiro.

Conta o médico José Ricardo Pires de Almeida, em seu livro *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro); estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital*, publicado em 1906, que o general L. P. era um velho de seu tempo. Um sujeito sério, taciturno, qualificado como “marcial [...], insinuante e eterno solteirão”. Sempre capaz de disfarçar os seus desejos era, no termo da época, um pederasta meticoloso, dono de um faro sutil e um paladar apurado para belos rapazes, que seduzia facilmente com seu olhar e um estalar de beijos – além do pagamento de 2\$. Ao atrair sua “caça”, a conduzia para o seu quarto, onde “exercia impune seus vícios e corrompia a criançada leviana”. Até que, certa feita, ao investir contra um cadete, o general obteve uma negativa, sendo chamado de “cobarde” (sic) e uma resposta que, de acordo com Pires de Almeida, o fez largar o “vício da pederastia”, “inclinando-se então à classe das dançarinas, que o deixaram na penúria” (Pires de Almeida 1906, 78).

Em seu relato, Pires de Almeida aponta que L. P. “asestou”, num sobrado no Largo de São Domingos, um “lupanar de belos rapagões” antes de abandonar a pederastia. Lupanar é um termo de origem latina, que em tradução literal significa “covil de lobas”, e era usado para designar prostíbulos na Roma Antiga. É fato reconhecido que a prostituição no Brasil sempre existiu, desde os tempos da Colônia, e devemos aqui ressaltar que concordamos com a tese de Cristiana Schettini de que a prostituição na virada do século seria mais que um elemento de um “submundo desviante”, mas sim parte da história social da classe trabalhadora da cidade do Rio (Schettini 2006, 30-31).

---

Embora a autora trate da prostituição feminina, como mostram as fontes até agora apresentadas muitos homens, sobretudo efeminados, também exerceram a prostituição e tiveram os seus clientes e parceiros. Sobre tais homens, os que usavam o próprio corpo como uma forma de trabalho, diz o médico Francisco Ferraz de Macedo (1872) que eles ficaram conhecidos como “bagaxas” a partir do final do século XIX, uma referência ao jargão popular português “*bagaxeira*”, utilizado para designar o que era considerado “inútil” ou o que “não presta”. Defendemos aqui, porém, que nem todo homossexual da primeira metade do século passado se prostituiu. Muitos deles buscaram trabalho nos bordéis e cabarés das prostitutas, ou até em teatros, bares e casas de espetáculos, como o *Alcázar Lyrique*.

O *Alcázar Lyrique* conseguiu muito mais do que consolidar um gênero de teatro já estabelecido na capital francesa. Esse espaço instituiu a vida noturna na então capital da República, cidade que passou a contar com uma noite cada vez mais cosmopolita, na qual a circulação de diferentes pessoas em estabelecimentos notívagos passou a ser um hábito urbano. Esse processo provocou mudanças não somente no comportamento dos moradores da cidade, mas ainda promoveu a existência de modos de vida até então não inteligíveis. Para Calmon (1967):

A nova cidade elaborou tipos sociais observados com surpresa e escândalo, curiosa e ironicamente pelos cronistas de costumes. A urbanização da vida, o desenvolvimento do Estado, a democratização da lavoura, a prosperidade das classes liberais, a vasta democracia entretida pela política, que faz do emprego público um dos seus esteios partidários, subvertem a antiga estrutura pacata, hierárquica, definida, da sociedade brasileira (Calmon apud Paiva 1991).

Essa nova cidade tomava Paris como modelo, valorizando em seu novo desenho não somente os artistas vindos de lá, mas também seu estilo de vida urbano. Desse primeiro momento do Teatro de Revista, ainda em finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, destacam-se as obras do teatrólogo brasileiro Artur de Azevedo, que escreveu peças que marcaram a história desse gênero, tais como *O bilontra*; *Há alguma novidade?* – partitura da maestrina Chiquinha Gonzaga –; *Comem!* e a *Capital Federal*. O conjunto dessas peças expressava críticas e opiniões sobre os acontecimentos do ano, principalmente aqueles relacionados à vida política.

Além das críticas mordazes evocadas nos textos, o Teatro de Revista instituiu modas e operou mudanças nas convenções sociais, sobretudo no que se relaciona a gênero e sexualidade. Um importante registro desse processo pode ser observado no sucesso do penteado *à la garçon*, que triunfou entre as coristas e instituiu uma tendência entre as mulheres da época, que começaram a cortar os seus cabelos à altura da nuca, verdadeiro escândalo em uma época em que os cabelos longos eram um importante marcador de gênero.

O Teatro de Revista se constituiu como um vivaz catalisador de sentimentos coletivos em um período no qual a cidade do Rio de Janeiro, já representada como centro irradiador cultural e político brasileiro, passava por transformações estruturais que afetavam o seu traçado urbano e a sua percepção de uma recente cidadania cosmopolita. Esse encontro entre o tradicional e o moderno se manifestou de forma exemplar na transformação do carnaval operada neste momento. A buliçosa festa popular começava a tomar ares mais comportados, demonstrando a adesão aos modelos dos carnavais festejados em Nice e Veneza – banhos de mar à fantasia, bailes de máscaras e desfiles mais comedidos. Esses novos hábitos carnavalescos ganharam uma camada da sociedade que possuía dinheiro e prestígio e que passou a frequentar os cafés cantantes, como o *Alcázar Lyrique*, evidenciando a ascensão burguesa pari passu ao vertiginoso crescimento urbano (Paiva 1991).

Essas transformações foram retratadas em diferentes peças desse gênero teatral. A invenção da Revista pré-carnavalesca, ainda na mudança do século XIX para o XX, marcou a aproximação definitiva entre o Teatro de Revista e os festejos carnavalescos. Disso resultaram imagens que se fixaram na imaginação popular e que são, ainda hoje, enaltecidas como símbolos de brasilidade, como a figura da baiana, tão presente nos festejos momescos. O Teatro de Revista foi grande propagandista dos inventos populares da festa de momo. Se em sua origem esse teatro demandava o gênio criativo de artistas estrangeiros, ao travar intimidade com o carnaval passou a ser palco de ritmos como os maxixes, lundus, toadas, xotes, polcas, das famosas marchinhas e do tão aclamado samba. Mas a afinidade do Teatro de Revista com o carnaval ia muito além. Esse gênero de teatro foi um impulsionador do que iria ocorrer décadas depois com o carnaval, ou seja, o desfile das escolas de samba. Foi nos bastidores das Revistas que se iniciaram nomes como Fernando Pamplona, carnavalesco que revolucionou o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro nas décadas posteriores.

Os sucessos aclamados pela audiência popular que embalarão os salões de bailes de carnaval tinham o seu prelúdio nas Revistas pré-carnavalescas. Temas imortalizados como *Linda Flor (ai, yoyo)*; *Taí*; *O teu cabelo não nega*; *Pastorinhas*; *Yes, nós temos bananas*, entre muitos outros de importância para a formação do nosso cancionário e gosto popular, surgiram no contexto desse tipo de teatro. Simultaneamente, ganharam projeção os compositores e intérpretes vindos das classes populares que singularizaram a sua presença na cena musical, tais como Sinhô, Ismael Silva, Lamartine Babo, Ary Barroso, Mário Lago, etc.

Ao mesmo tempo, esse teatro tornara-se moda entre a *jeunesse dorée* intelectual que, associada aos cantores populares, consolidou esse gênero como nacional, resistente ao assédio estrangeiro

---

(Paiva 1991). Em suma, o Teatro de Revista constituiu-se como o primeiro canal de comunicação em massa, antes mesmo do rádio, ao divulgar os sons que se conformariam em moda nos salões lotados de foliões. Com o advento do rádio, que alcançou a sua época áurea nas décadas de 1940 e 1950 (Avancini 1996), o Teatro de Revista manteve conexões íntimas com a radiofonia, oferecendo espaço para os cantores da Rádio Nacional, como Herivelto Martins, Dalva de Oliveira e Emilinha.

Ainda que a aproximação com o carnaval tenha sido decisiva, o Teatro de Revista sofreu grande influência das companhias francesas e italianas que vinham para cá se apresentar. Essas turnês revestiam ainda mais a capital da república de “brilhos civilizatórios”, inserindo definitivamente o Rio de Janeiro no circuito cultural internacional. Esse prestígio marcou uma mudança no formato das Revistas até então encenadas. A chamada “época de ouro” do Teatro de Revista data de 1922 a 1940, a partir da chegada, de Paris, da companhia de Revistas Ba-ta-clan, conduzida por Madame Rasimi. A companhia resplandecia de novidades e engenhosas técnicas de apresentação corporal no palco, sendo o nu feminino uma de suas mais importantes contribuições ao nosso Teatro de Revista. Combinada a essa inovação, a companhia trazia novidades na iluminação, cenários grandiosos e técnicas de movimentação que ampliavam o efeito lúdico dos espetáculos (Paiva 1991). A nudez de mulheres com corpos marcantes foi ainda influenciada em função da cada vez maior atração que se tinha do cinema, uma nova arte que arrebataria multidões fascinadas pela mistura de movimento e fantasia.

É atribuída ainda à formação do Teatro de Revista a profissionalização do mercado de produção de shows e entretenimento no Brasil, promovendo, mormente, a figura do empresário como profissional que passou a ganhar cada vez mais fama com as produções. O italiano Pascoal Segreto foi um precursor ao comprar o Teatro Santana, incrementando a sua presença no mundo dos espetáculos. Porém, Walter Pinto, com seus espetáculos adornados pelo luxo e estilo broadwayano, marcou a história desse gênero teatral e, mais do que isso, as imagens que evocamos dele. Filho mais novo de Manoel Pinto, também empresário destacado do Teatro de Revista no estilo Ba-ta-clan, Walter Pinto assumiu os negócios da família após a morte de seu pai e do irmão mais velho (Paiva 1991).

Além da nova estética que estabeleceu para o gênero, Pinto iniciou um processo de vinculação do nome dos produtores às companhias de revistas. Ele tinha o hábito de fixar seu nome em letras ainda maiores do que as dos artistas presentes no show na entrada dos teatros, fazendo-se reconhecer entre as plateias. Esse produtor inaugurou uma nova fase no Teatro de

---

Revista, conhecida como *féerie*, um tipo de espetáculo trazido da França que misturava diferentes linguagens artísticas, tais como canto, dança, acrobacias, iluminação cênica, movimentos etc.

Foi pelas mãos de Walter Pinto, sempre ávido por novidades, que, em 1953, Ivaná, o primeiro artista “em travesti” midiaticizado no Brasil, estreou nos palcos do Teatro Recreio. Ivaná atuou e dançou na Revista *É fogo na jaca*, sendo celebrizada por sua execução da canção *Cherchez le millionnaire*. A revista *Manchete*, em seu número 75, de 26 de setembro de 1953, trazia sua foto estampada na capa. Dentro da revista, na matéria intitulada *Ivaná – a grande dúvida*, o jornalista Ivo Serra chamava a atenção para aspectos pessoais da vida da artista. Nascido Ivan Monteiro Damiano, de pais portugueses, veio ao Brasil com outros artistas franceses importados por Walter Pinto. A participação de homens “em travesti” não era novidade no Teatro de Revista, mas Ivaná despertava o interesse pela perfeita imitação do feminino que materializava. Já na publicidade do espetáculo, Pinto noticiou que um dos artistas que o compunham era um “transformista”, mas sem revelar quem. Foi a *Manchete*, no citado número, que cumpriu a tarefa de revelar o segredo de Ivaná. Escreveu Ivo Serra que era hábito comum no Teatro de Revista usar o “gênero travesti”, popularizado nas personagens vividas por atores como Oscarito, Grande Otelo e Carlos Gil, mas, afirmou, Ivaná surpreendia por “viver mesmo uma atriz famosa”.

Tal perfeição foi encarada pelo público com certo desconforto. Na revista *Ronda da Noite*, número 03, data desconhecida (acervo do CEDOC-FUNARTE), periódico que dedicava muitas de suas páginas às vedetes do Teatro de Revista, na matéria intitulada *Êle*, traz um esclarecimento ao leitor sobre o “gênero travesti”. Ao se referir sobre essa prática, o autor destaca Ivaná com uma das artistas mais experientes nesse métier, fazendo-a conhecida em diferentes regiões do Brasil. “Fazer travesti” aparece na matéria como uma arte, no sentido estrito do termo. Ao afirmá-lo como tal, a matéria ressalta que a “arte de Ivaná” é produzida sem os “atributos condenáveis, sem o auxílio do homossexualismo”. Tal defesa do gênero se justifica em função das reações negativas da plateia que, como salienta a revista, viajava Ivaná em suas apresentações. As vaias direcionadas são percebidas pela matéria como manifestações grosseiras da falta de espírito do público brasileiro para esse tipo de espetáculo. Ao finalizar, o crítico chama a atenção para a necessidade de aprimoramento do senso artístico das plateias brasileiras que, mesmo pagando caro para ter acesso ao espetáculo, não possuíam ainda “capital cultural” acumulado para apreciar o conjunto das linguagens da arte ali exibidas. É possível afirmar que o Teatro de Revista ao mesmo tempo que ofereceu um importante espaço de exibição desses novos personagens urbanos, criou condições para que estes fossem assimilados pela sociedade, através da formação de um público que afluía aos espetáculos.

---

Outro grande empresário reconhecido pelo nome que emprestava às Revistas foi Carlos Machado, o chamado “Rei da noite”. Esse indivíduo foi um mediador importante no período de transição entre o Teatro de Revista no estilo *féerie* e o período de surgimento das grandes boates no Rio de Janeiro. Carlos Machado foi entusiasta do estilo burlesque típico do *Moulin Rouge*, de Paris, que virou moda nessa cidade e passou a ser reproduzido no Brasil. Sua carreira de empresário nas boates se deu na proibição dos cassinos no Brasil, em 1946, estabelecimentos onde costumava apresentar a sua orquestra. Os shows organizados por Machado ganharam audiências mundiais, nas quais se fazia reconhecer o valor do cancionista popular brasileiro, como no espetáculo Brasil, apresentado no Radio City Music Hall, em Nova York. Suas boates ofereciam empregos às “novatas” que decidiam se aventurar na arte de “fazer travesti”.

Além da herança musical deixada pelo teatro de Carlos Machado, outro traço característico deste revisteiro, como eram conhecidos esses empresários, eram as vedetes consideradas as mais belas mulheres da época. Segundo esse empresário, para ser vedete a mulher teria que ser milimetricamente perfeita, dotada de uma quase extraordinária beleza, sem a qual não obteria êxito profissional. O revisteiro selecionava minuciosamente as moças, chamando para ser vedete somente aquelas dotadas desses atributos. As outras eram aproveitadas como *girls*, ou seja, serviam de figurantes, sendo dispostas nas bordas do espetáculo – uma espécie de moldura.

### **Entre vedetes e “homens em travesti”: a performance da superfêmea**

É possível sugerir que as vedetes do Teatro de Revista contribuíram para a construção de um imaginário acerca do “feminino glamouroso”, pois em nenhum outro espaço o *glamour* foi tão abertamente dramatizado quanto nesse mundo, e as figuras que o materializaram de forma mais bem-acabada foram certamente essas mulheres. Nenhum outro corpo e performance também foram tão representativos do *savoir-faire* do Teatro de Revista quanto o dessas moças que, sobretudo na fase *féerie*, foram retratadas com trajes sensuais e acessórios que acentuariam ainda mais as curvas dos seus corpos. Nomes como Virgínia Lane, Mara Rúbia, Íris Bruzzi, Brigitte Blair, Eva Todor, entre outras, alimentaram a imaginação de muitos homens que afluíam aos teatros da Praça Tiradentes para apreciar seus dotes sinuosos.

A aparição dessas mulheres constituiu um momento importante na construção de um erotismo à brasileira, que algumas décadas depois ganhou sua versão mais bem acabada nos programas de auditório. Bispo (2016), ao analisar a trajetória de vida das chacetes da primeira geração dos programas do Chacrinha, evidencia a relação de contiguidade entre essas mulheres e

aquelas do Teatro de Revista. Essa relação refletiu-se na formulação dos projetos de vida das chacretes analisadas pelo autor. Algumas delas chegaram a revelar que o seu “aprendizado da sensualidade” teria se dado justamente com as vedetes ainda quando jovens.

Mas essas mulheres não serviam apenas aos anseios de uma geração de homens que aprendiam a ser machos a partir do erotismo emanado de seus corpos e performances. Elas nutriam a imaginação de outro conjunto de homens, que viam em sua performance um “mundo de ideias” (Bakhtin 1993) para inventar sua própria existência. As vedetes constituíram muito mais do que um fenômeno erótico, elas marcaram a trajetória de vida de muitos indivíduos que, como as chacretes da primeira geração, circulavam em meio ao rebuliço da Praça Tiradentes e da Cinelândia. Homens que viram nas performances das vedetes possibilidades de existir.

Considerando essas relações, é possível inferir que as vedetes possibilitaram a construção de um repertório de performances, técnicas corporais e imagens que foram cristalizadas na memória coletiva de toda uma geração de homens e mulheres. Elas consolidaram uma representação hiperfeminilizada de si, muito semelhante àquela observada por Bispo (2016) entre as chacretes que pesquisou. A noção de superfêmea é elaborada por este autor, à luz do conceito de performatividade de Butler (2017), para explicar a produção performática de um modelo de feminilidade convencional dramatizado ao exagero pelo uso dos corpos, dança e performance em cena – sempre motivando uma apresentação de si extremamente sensual e sexualmente disponível (Bispo 2016).

A noção de superfêmea adotada por Bispo (2016) está intimamente relacionada com o desenvolvimento dos veículos de comunicação de massa e a produção de imagens para um público cada vez mais interessado na vida dessas personagens. A repercussão midiática de personagens que encarnavam a superfêmea seria ainda mais estreita com a emergência de uma tecnologia que explodiria com toda a força nas décadas de 1940 e 1950: o rádio, trazendo com ele o aparecimento das cantoras do rádio, consagrados fenômenos da cultura de massa que marcaram a sociedade brasileira. As vedetes não possuíram o mesmo poder de atração exercido pelas cantoras do rádio sobre o seu público, mas já conseguimos observar nas formas como eram representadas pelos veículos da época a produção de uma feminilidade prestigiosa. Tal feminilidade foi explorada ainda mais pelas cantoras do rádio na construção de personas midiáticas, como fica evidente na rixa entre Emilinha e Marlene que ganhava as manchetes da Revista do Rádio (Avancini 1996). Ambas encarnavam faces da superfêmea em suas aparições públicas que faziam com que a audiência se identificasse com uma ou outra.

---

A espetacularização da superfêmea através dos veículos de comunicação da época, também logo depois celebrada nos auditórios da Rádio Nacional (Avancini 1996), foi fundamental para a produção de sensibilidades com as quais se identificariam os “frescos” que transitavam pela Praça Tiradentes. Tal performance, ao mesmo tempo que valorizava elementos que impunham sobre as mulheres estereótipos de gênero, revelava a artificialidade das convenções de gênero e evidenciava uma “performance de poder” – poder de sedução, de conquista, de domínio, de glamour. Foi essa “performance de poder” que atraiu a idolatria de tantos indivíduos que cobiçavam a existência para além de um estilo de masculinidade imposta, entre eles os “frescos”. Essa atração, mais do que isso, gerou solidariedade entre os mesmos.

Paiva (1991) afirma que a decadência do Teatro de Revista no Brasil se explica por vários fatores, dentre os quais talvez o mais representativo tenha sido a massificação do nu feminino, o que implicou um recuo das “famílias de bem” ao teatro e o seu progressivo descarte. Acreditamos que esse momento final da era do Teatro de Revista foi essencial para a emergência de uma categoria de pessoas que, ainda que estivessem presentes desde a origem desse teatro, como fica evidente no elenco das montagens, assumiram a ribalta: as “travestis”. Foi no Teatro de Revista que aqueles jovens, que aproveitavam a atmosfera lúdica do carnaval para celebrar solidariedades a partir da aproximação com outros que compartilhavam desejos sexuais semelhantes, encontraram permissão para “serem eles mesmos”, sem os riscos de perseguição ou demissões sumárias.

## Conclusão

Durante a primeira metade do século XX uma maior circulação de “sodomitas”, “invertidos” e “frescos” (como eram chamados os homossexuais) pela cidade do Rio de Janeiro acarretou a formação de vínculos socioculturais mais fortes entre eles. Muitos deles, como apontado no texto, encontraram na prostituição formas de resistência e criação de laços e identidades. Mas as “performances de poder” providenciadas pelo Teatro de Revista também funcionaram, para eles, enquanto tecnologias de resistência capazes de burlar as convenções burguesas e cisheteronormativas.

Desenvolvemos neste artigo uma discussão sobre como homens não conformes às convenções de gênero e sexualidade da primeira metade do século passado se apropriaram dos territórios públicos da cidade do Rio de Janeiro, travando relação com o Teatro de Revista e as vedetes, e desenvolveram práticas de “enfrentamento” capazes de subverter e criar fissuras na ordem social de gênero e sexualidade. Pudemos constatar como aqueles homens elaboraram e

---

construíram as suas próprias representações e performatividades como maneiras de resistência social a partir daquelas representações elaboradas pelos aparelhos ideológicos de controle aos quais eram submetidos. Percebemos nas fontes que muitos daqueles homens não costumavam concordar com as representações que recebiam e buscaram meios para resistir ao poder disciplinar que se impunha sobre eles e que, em última instância, intencionava “curar” e “moralizar” os seus corpos.

Os “frescos” tinham por hábito cultivar uma comunidade de assistência mútua, burlando os discursos impostos pela hegemonia masculina e elaborando uma identidade de grupo tangível por eles. Identidades e subjetividades eram elaboradas a partir das diversas experiências com as quais aqueles homens eram confrontados e das relações que construíam com outros iguais a eles. Dessa forma, o seu comportamento poderia tender para uma performance de gênero mais feminina ou mais masculina. Mais do que experiências conformadoras dos indivíduos, porém, percebemos que a efeminação era adotada muitas vezes como mecanismo de resistência ao controle institucional e à normatividade de gênero, e nem sempre como identidades de gênero como o nosso pensamento contemporâneo poderia conceber – mesmo que já houvesse registros de “travestilidade” ou “transgeneridade” naquele período, embora não utilizassem estes termos como compreendemos atualmente.

Aqueles homens desenvolveram códigos que compuseram uma cultura homoerótica na primeira metade do século passado na capital republicana. Eles utilizaram os territórios urbanos ao seu favor, se apropriaram do carnaval para superar o seu “desenraizamento”, mas igualmente se aproximaram dos cabarés e teatros, especialmente do Teatro de Revista. A relação entre o Teatro de Revista e as tecnologias de resistência desenvolvidas por homens burladores de convenções de gênero e sexualidade é um importante registro da primeira metade do século XX. O sentimento de pertencimento vivenciado pelos artistas do Teatro de Revista atraiu toda sorte de homens que não se identificavam com as convenções vigentes acerca de gênero e sexualidade e que já cultivavam entre si uma comunidade de assistência mútua.

O Teatro de Revista, por sua vez, levou aos palcos com maior centralidade homens “em travesti”. Era hábito comum no Teatro de Revista usar o “gênero travesti”, mas “fazer travesti” não era visto como uma identidade e expressão de gênero, mas como uma arte, no sentido estrito do termo, arte essa que poderia ser produzida por não trazer “atributos condenáveis, sem o auxílio do homossexualismo”. Neste sentido, além da herança musical deixada pelo teatro outro traço característico foram as vedetes, consideradas as mais belas mulheres da época. Foi nesse formato teatral que ascenderam as vedetes, mulheres que contribuíram para a construção de um imaginário acerca do “feminino glamouroso”, possibilitando a construção de um repertório de performances

---

e técnicas corporais que consolidaram uma representação que pode ser compreendida na imagem da superfêmea elaborada por Bispo (2016).

A espetacularização da superfêmea foi fundamental para a produção de sensibilidades com as quais se identificaram os “pervertidos” e os “frecos”. A partir das vedetes, essas existências puderam aproximar-se da produção performática de um modelo de feminilidade dramatizado ao exagero pelo uso dos corpos, dança e performance em cena – uma performance que valorizava elementos que impunham estereótipos, revelava a artificialidade das convenções de gênero e evidenciava uma “performance de poder”. Aqueles homens que viviam experiências de sexualidade ou gênero dissidentes das normas viram nas performances das vedetes possibilidades de existir.

No decorrer do século XX as categorias de “inversão” e “pederastia”, dentre outras, serviram enquanto instrumento de controle social. Na lógica brasileira, a “inversão sexual” durante muito tempo foi compreendida de maneira análoga ao “travestismo”. O primeiro, porém, foi sendo nomeado de maneiras distintas até chegar aos contemporâneos “homossexual” e “gay”. O último termo, por sua vez, foi percebido pelos discursos normativos como uma “inversão de gênero” bem mais que uma “dissidência sexual”, e por fim se reconfigurou em travestilidade – uma reivindicação identitária. Contudo, havia uma distinção importante entre o termo “travesti” e a expressão “fazer travesti”. A designação travesti não estava ligada na conjuntura em análise, de maneira estrita, à uma identidade ou expressão de gênero, como nos dias atuais. A travestilidade, na época chamada “travestismo”, era associada a um “desvio” patológico naqueles homens que “se faziam passar por mulheres” adotando indumentárias, roupas ou expressões, por exemplo, atribuídas ao considerado feminino.

Em um contexto em que a discussão sobre a construção social do gênero simplesmente não existia, os indivíduos tinham seus gêneros reconhecidos a partir dos seus “sexos biológicos”, uma identificação estritamente binária. Assim, tornou-se muito comum a expressão “fazer travesti”, que já era utilizada pelo menos desde o século XVIII como forma de se referir ao “travestismo” em termos artísticos, principalmente no teatro. No Brasil essa forma de exposição artística sempre ocorreu, mas se intensificou ao longo do século XX no que ficou conhecido como “fazer travesti”, o “travesti artístico”, uma travestilidade que era dissociada do “travestismo patológico”, “do travesti comum” e “marginal” relacionado a diversas formas de “desregramento” e “degeneração”, como a exploração sexual, a prostituição e a marginalização social. Não podemos deixar de mencionar que esta expressão era empregada e utilizada no masculino como referência às travestis, negando o caráter feminino dessa identidade de gênero. Tal utilização se deu até o início dos anos 1990, mas ainda hoje pode ser notada em variados discursos.

---

Ao lado da travestilidade enquanto expressão artística, existiu a travesti enquanto identidade de gênero, embora essa expressão não fosse comumente empregada neste sentido. E “os travestis artísticos”, diferentemente “daqueles marginalizados”, foram sendo considerados a “versão homossexual” das vedetes. Mas tanto aqueles que “faziam travesti” no teatro como aqueles que se identificavam socialmente dessa forma estavam reunidos em um conjunto considerado marginal de pessoas que não correspondiam a um padrão cisheteronormativo.

Mais do que experiências conformadoras dos indivíduos, portanto, a efeminação e a prática de “fazer travesti” inspirada pelas vedetes passou a ser adotada muitas vezes como mecanismo de resistência ao controle institucional e à normatividade de gênero, e o Teatro de Revista se constituiu como uma possibilidade de agência na qual era possível remodelar projetos de vida de que as diversidades de gênero e sexualidade passaram a ser parte constitutiva.

### Referências bibliográficas

- Avancini, Maria Marta Picarelli. “Nas tramas da fama: as estrelas do rádio em sua época áurea, Brasil, anos 40 e 50”. Dissertação de Mestrado (História), Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- Andrade, Sergio Luiz Augusto de; Piva, Teresa Cristina de Carvalho. *A influência do positivismo no ensino científico brasileiro*, 2011. Disponível em:  
<http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Sergio%20Luiz.pdf>
- Bakhtin, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da UNB, 1993
- Bispo, Raphael. *Rainhas do Rebolado: carreiras artísticas e sensibilidades femininas no mundo televisivo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2016.
- Butler, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 15. ed. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- Carla, Wilza. “Êle”, *Ronda da Noite*, data desconhecida, número 03, Rio de Janeiro. Acervo do CEDOC-FUNARTE.
- Caulfield, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. 1. reimpressão. Tradução: Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Ed. Unicamp, 2005.
- Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- Del Priore, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. 4. reimpressão. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2012.
- Ferraz de Macedo, Francisco. *Da prostituição em geral, e em particular à cidade do Rio de Janeiro: prophylaxia da syphilis*. Rio de Janeiro, Typographia Academica, 1872. Acervo da BNRJ.
- Figari, Carlos. *@s outr@s cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
-

- Foucault, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 4. ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.
- Foucault, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. Tradução: José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- Gouvêa, Victor. “50 anos após Stonewall, James Green diz ser ‘obrigação’ ir contra onda conservadora no Brasil”. *HUFFPOST Brasil*, 08 de junho de 2019 (atualizado em 09/06/2019). [https://www.huffpostbrasil.com/entry/james-green-stonewall-50-anos\\_br\\_5cfaaedbe4b0aab91c05bf62?ncid=other\\_whatsapp\\_catgqis0hqm&utm\\_campaign=share\\_whatsapp](https://www.huffpostbrasil.com/entry/james-green-stonewall-50-anos_br_5cfaaedbe4b0aab91c05bf62?ncid=other_whatsapp_catgqis0hqm&utm_campaign=share_whatsapp)
- Green, James N. *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Tradução: Cristina Fino; Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- Junior, João Gomes. “Sobre ‘frescos’ e ‘bagaxas’: uma história social do homoerotismo e da prostituição masculina no Rio de Janeiro entre 1890 e 1938”. Dissertação de Mestrado (História Social), Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2019.
- Neder, Gizlene. “Apresentação (‘Questão Religiosa’ no Brasil Republicano)”. Em *Intolerância e cidadania: secularização, poder e cultura política*, org. Neder, Gizlene, Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva, Jessie Jane Vieira de Sousa, 9-12. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.
- Neder, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil: criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927)*. 2. ed. Rio de Janeiro, Niterói: EdUFF, 2012.
- Needell, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução: Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Paiva, Salvyano Cavalcanti de. *Viva o rebolado! Vida e morte do Teatro de Revista brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Nora Fronteira, 1991
- Pires de Almeida, José Ricardo. *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro); estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital*. Rio de Janeiro: Laemmert e C., 1906. Acervo da BNRJ.
- Ribeiro, Leonídio. *Homossexualismo e endocrinologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938. Acervo da BNRJ.
- Schorske, Carl E. “A ideia de cidade no pensamento europeu”. Em *Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo*, Schorske, Carl E., tradução: Pedro Maia Soares. 53-72. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Serra, Ivo. “Ivaná – a grande dúvida”. *Manchete*, 26 de setembro de 1953, n. 75, Rio de Janeiro. Acervo da BNRJ.
- Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 1. reimpressão. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- Torres, João Camilo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara (Coleção João Camilo de Oliveira Torres; n. 5 e-book), 2018.
- Trevisan, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. ver., atual. e amp. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018.
- Whitaker, Edmur de Aguiar, Eddi Kraus, Magino Roberto de Oliveira, Joel Boto Nogueira, Aldo Sinisgalli. “Estudo biográfico dos homossexuais (pederastas passivos) da capital de São Paulo. Aspectos da sua atividade social (costumes, hábitos, ‘apelidos’, ‘gíria’)”. Em *Separata dos Arquivos*
-

*de Polícia Civil e de Identificação de São Paulo*, 244-262. São Paulo: Tip. Do Gabinete de Investigações, V. II, n. 1, 1938-1939.

\*\*\*

Recebido: 20 de fevereiro de 2020

Aprovado: 14 de abril de 2020

Dossiê: Identidades e sexualidades hegemônicas e contra-hegemônicas. Feminidades e masculinidades em tempos autoritários

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.29790>

**Da diáspora à nação, de casa à dispersão: a subjetividade *queer* palestina**

*From diaspora to nation, from home to dispersion: the Palestinian queer subject*

*De la diáspora a la nación, de casa a la dispersión: la subjetividad queer palestina*

Bruno Alexandre Reis Costa\*

<https://orcid.org/0000-0002-7512-0950>

Manuel Vicente de Sousa Lima Loff\*\*

<https://orcid.org/0000-0001-5958-650X>

RESUMO: Neste artigo é pensada a tensão entre inclusão e exclusão da subjetividade *queer* palestina. Partimos do conceito lato de “diáspora” apresentado por James Clifford, em *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century* (1997) e do conceito *queer* proposto por João Manuel de Oliveira, no *Dicionário Alice* (2019), para pensar a dupla rutura desta subjetividade, em relação a uma origem territorial e a uma sexualidade normativa. Do ponto de vista metodológico, destacamos o uso de fontes bibliográficas secundárias de forma transdisciplinar –de áreas do conhecimento tão diversas como a antropologia, a história, o planeamento urbano, os estudos culturais e pós-coloniais e os estudos de género e sexualidade–, a partir das quais analisamos a reabilitação do corpo físico e social do judeu pelo movimento sionista e as novas estratégias

\* Doutorando do Programa Pós-Colonialismos e Cidadania Global (financiado pela FCT desde outubro de 2019), coordenado pelo Centro de Estudos Sociais em parceria com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Mestre em História, Relações Internacionais e Cooperação (com especialização em Estudos Políticos) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a dissertação: *Luta de classes e divisões étnicas no Estado de Israel – o caso dos Panteras Negras de Israel em 1971-1972*. Mestre em Arquitetura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Possui experiência de investigação nas áreas: história colonial no Médio Oriente (com ênfase no papel do Estado de Israel na região), estudos pós-coloniais, estudos de género, movimentos sociais e planeamento urbano. E-mail: brunoarcq@gmail.com

\*\* Professor na Universidade do Porto, investigador sénior no Instituto de História Contemporânea (Universidade Nova de Lisboa). Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu (Florença). Entre muitas outras obras, é autor de *“O nosso século é fascista!” O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)* (Porto: Campo das Letras, 2008), e coordenador (com Filipe Piedade e Luciana C. Soutelo) de *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória* (Coimbra: Almedina, 2014). Estuda fascismo e extremas direitas, transições autoritárias e democráticas, e reconstruções sociais da memória da opressão. E-mail: mloff@letras.up.pt

propostas para uma integração instrumental de subjetividades *queer* dentro do espaço normativo e militarista dos Estados-nação. Estas fontes bibliográficas secundárias e relatos de subjetividades *queer* palestinas –recolhidos da imprensa internacional– permitiram-nos compreender que essa dupla ruptura é interdependente da construção histórica do Sionismo como projeto político e ideológico, algo que se manifesta no momento da (ou na tentativa de) travessia da subjetividade *queer* palestina para o Estado de Israel. Nesse tempo e espaço ela é integrada nas narrativas ocidentais de progresso e democracia, como subjetividade *queer*, ao mesmo tempo que é excluída como subjetividade palestina racializada e patológica.

Palavras-chave: Diáspora. Normativo. Palestina. *Queer*. Travessia.

ABSTRACT: In this paper, the tension between inclusion and exclusion of the Palestinian queer subject is considered. We set off from the broad concept of “diaspora” proposed by James Clifford, in *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century* (1997) and from the concept “queer” proposed by João Manuel de Oliveira, in *Dicionário Alice* (2019), to discuss the double rupture of this subject in relation to its territorial origin and to normative sexuality. From a methodological point of view, we highlight the use of secondary bibliographic sources in a transdisciplinary way – from areas of knowledge as diverse as anthropology, history, urban planning, cultural and post-colonial studies and gender and sexuality studies– to analyze the physical and social rehabilitation of the Jew by the Zionist movement and the new strategies proposed for an instrumental integration of queer subjects within the normative and militarized space of nation-states. This secondary bibliographic sources such as accounts of queer Palestinian subjects –collected from the international press– allowed us to understand that this double rupture is interdependent from the historical formulation of Zionism as a political and ideological project, something that shows itself when the Palestinian queer subject crosses (or tries to cross) to the State of Israel. In this time and space, this subject is incorporated into Western tales of progress and democracy, as queer subject, while at the same time is excluded as Palestinian subject, a racialized and pathological one.

Keywords: Crossing. Diaspora. Normative. Palestine. Queer.

RESUMEN: En este artículo se considera la tensión entre inclusión y exclusión de la subjetividad *queer* palestina. Partimos del concepto amplio de “diáspora” presentado por James Clifford, en *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century* (1997) y del concepto *queer* propuesto por João Manuel de Oliveira, en *Dicionário Alice* (2019), para pensar la doble ruptura de esta subjetividad, en relación con un origen territorial y con una sexualidad normativa. Desde un punto de vista metodológico, destacamos el uso de fuentes bibliográficas secundarias de manera transdisciplinaria –desde áreas del conocimiento tan diversas como la antropología, la historia, la planificación urbana, los estudios culturales y postcoloniales y los estudios de género y sexualidad– para analizar la rehabilitación del cuerpo físico y social del judío por parte del movimiento sionista y las nuevas estrategias propuestas para una integración instrumental de subjetividades *queer* dentro del espacio normativo y militarista de los Estados-nación. Estas fuentes bibliográficas secundarias y declaraciones de subjetividades *queer* palestinas –recopiladas de la prensa internacional– nos permitieron comprender que esa doble ruptura es interdependiente de la construcción histórica del

---

Sionismo como proyecto político e ideológico, algo que se manifesta en el momento (o en el intento) de cruce de la subjetividad *queer* palestina hacia el Estado de Israel. En este tiempo y espacio ella es incorporada en los relatos occidentales de progreso y democracia, como subjetividad *queer*, mientras es excluida como subjetividad palestina racializada y patológica.

Palabras clave: Cruce. Diáspora. Normativo. Palestina. *Queer*.

### Como citar este artigo:

Costa, Bruno Alexandre Reis; Loff, Manuel Vicente de Sousa Lima. “Da diáspora à nação, de casa à dispersão: a subjetividade *queer* palestina”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 149-171.

\*\*\*

Partindo do conceito lato de “diáspora” formulado por James Clifford, em que “a shared, ongoing history of displacement, suffering, adaptation or resistance may be as important as the projection of a specific origin”<sup>1</sup> (Clifford 1997, 250), propomos expor como a “negação da diáspora” ou do “exílio”, pelo movimento sionista<sup>2</sup>, tem diversas dimensões sociais e corporais experienciadas no momento de travessia, ou na fronteira, entre o que hoje conhecemos como Estado de Israel e a Palestina (Cisjordânia/Faixa de Gaza). Esta travessia articula várias dimensões físicas e simbólicas, relacionadas com a pertença a um lugar, com a negação do acesso a esse lugar e a determinadas memórias relacionadas com o território da Palestina moderna (Estado de Israel e Palestina).

O conceito de “diáspora”, tal como apresentado por Clifford, fala de experiências contínuas e permanentes de sofrimento, de adaptação e/ou resistência como fundamentais para compreender a construção de uma identidade coletiva diaspórica. No nosso entender, essas experiências contaminam simultaneamente as identidades israelitas e palestinas. Se, por um lado, temos a “negação do exílio” como base de uma identidade sionista que se propõe ultrapassar as memórias de perseguição, dos *pogroms*, e daquilo que vê como “cultura do gueto” através do estabelecimento

---

<sup>1</sup> Tradução livre dos autores: “uma história contínua e compartilhada de deslocamento, sofrimento, adaptação ou resistência pode ser tão importante quanto a projeção de uma origem específica”.

<sup>2</sup> Quando nos referimos ao movimento sionista compreendemos as suas diferenças internas –entre marxismo-sionista, trabalhismo-sionista e revisionismo-sionista, por exemplo– mas também compreendemos que este movimento político e ideológico é, em todas as suas vertentes, intrinsecamente colonialista e nacionalista. Como explica Shlomo Sand, em *The Invention of the Jewish People* (2009), o desdém pela história/experiência diaspórica era um elemento comum a todas as correntes do movimento sionista, tal como o estabelecimento de um Estado-nação na Palestina. Como refere o autor, se para Vladimir Jabotinsky –líder da ala revisionista do Sionismo– existia uma ligação à terra ancestral do “Grande Israel”, para Ber Borochov –pai do marxismo-sionista– a principal razão para os judeus se estabelecerem na Palestina era a maior proximidade “racial” entre judeus e palestinos. Enquanto o primeiro nutria desprezo pelos palestinos, o segundo adotou uma atitude paternalista em relação à população autóctone. Sem nunca abdicar de uma visão nacional/colonial, Ber Borochov esperava que os palestinos se integrassem na cultura dos colonos de forma voluntária.

---

de um Estado-nação –pertencente a uma “comunidade imaginada” (Anderson 2012) lida de forma homogênea em termos étnicos e culturais, ou seja, um “povo judeu”–, por outro, temos aquele que é percebido pelos palestinos como um exílio forçado em relação a uma origem territorial e a todas as memórias que esse território contém.

Esta leitura complexifica-se porque a “negação do exílio” sionista significou a reinterpretação e/ou abandono da história da diáspora judaica e a adoção de um modelo ocidental/moderno/colonial como base para a construção do “novo judeu” (uma nova subjetividade judaica) e para o estabelecimento do Estado de Israel. Como qualquer modelo de nacionalismo moderno, o Sionismo precisou de construir uma alteridade que projetasse a sua normalidade: essa alteridade orientalizada é corporizada pelo palestino. Tal como o judeu havia sido a alteridade portadora de todas as anomalias sociais que habitavam o seio das comunidades nacionais no contexto europeu, o palestino passou a corporizar essa alteridade e a ser a subjetividade que permite aos israelitas projetarem uma imagem de estabilidade (pensada à imagem da Europa ou do Ocidente).

A existência de um “novo judeu”, que é representado pela masculinidade viril do soldado, do trabalhador físico e do atleta saudável, está dependente da imagem de um Oriente corrompido, preguiçoso, feminino e sexualmente promíscuo. Da mesma forma, a existência de um Estado-nação para o povo judeu está dependente da negação de um Estado palestino, algo formulado na Lei do Retorno, de 1950 (The Knesset 1950). Esta lei garante a nacionalidade a qualquer indivíduo que comprove ser parte do “povo judeu”, ao mesmo tempo que nega o direito de retorno aos refugiados palestinos, expulsos do seu território durante a guerra de 1947-1949. Neste contexto, a interdependência entre existência e a negação desta, entre humanidade e sub-humanidade, formula múltiplas subjetividades que se encontram na tensão entre inclusão e exclusão.

Defendemos aqui que a subjetividade *queer* palestina é um desses casos. A sua dupla experiência diaspórica, em relação a uma origem territorial e a uma sexualidade normativa, faz com que o seu corpo passe por experiências de exclusão –como qualquer subjetividade palestina racializada e a quem a humanidade é negada– e de inclusão instrumental, relacionada com os discursos de proteção dos direitos das minorias sexuais e de gênero difundidos por vários atores políticos israelitas, por organizações não governamentais (ONGs) e pela imprensa israelita. O seu corpo é usado como arma ao serviço do projeto colonial sionista e os discursos referidos prometem uma inclusão que serve para aprofundar um projeto de exclusão de um “Outro” que também é a subjetividade *queer* palestina. Referimo-nos aqui a uma inclusão prometida através da rejeição, por parte da subjetividade *queer* palestina, de uma parte da sua identidade, nomeadamente da sua

---

identidade palestina (simultaneamente diaspórica e nacional). Apenas abdicando desta componente da sua identidade e pedindo para ser integrada no Estado-nação colonizador poderia a subjetividade *queer* palestina ter acesso a direitos e a ser humanizada. Este é um processo comparável ao iniciado pelo movimento sionista no século XIX, onde a negação da diáspora e do caráter semita do judeu lhe permitiu ser reconhecido como subjetividade e sexualidade branca, moderna, ocidental e normativa, num contexto em que a racialização antisemita dos judeus europeus lhes negava todas estas características.

Que potencial transformador tem um discurso *queer* e diaspórico na sua relação com um discurso normativo e nacionalista? Estão estes discursos (*queer* e diaspórico) expostos a uma apropriação pela narrativa normativa, homogeneizadora e exclusivista do Estado-nação? É necessário recuperar e repensar estes discursos? Que histórias/experiências pode contar a subjetividade *queer* palestina no seu processo de travessia? Podem essas histórias/experiências ajudar a repensar conceitos como *queer* e “diáspora”?

### **Da diáspora à nação, de casa à dispersão**

Este trabalho não se propõe compreender a extensa história da diáspora judaica, mas parece-nos importante abordar alguns problemas identificados por James Clifford (1997) no “tipo ideal” de diáspora proposto por William Safran em *Diaspora in Modern Societies: Myths of Homeland and Return* (1991). Safran pensa este “tipo ideal” centrado-se na experiência diaspórica judaica e na sua relação supostamente inequívoca com um centro, uma casa ou uma origem. Ao fazê-lo, a análise de Safran está contaminada pelas concepções sionistas de um retorno a casa. E se Clifford (1997) fala das sociedades mediterrânicas entre os séculos XI e XIII para identificar diferentes comunidades judaicas (com diferentes experiências históricas) e colocar em questão essa sua ligação a apenas um centro definidor das suas identidades, no mesmo texto o autor recorre às palavras de Jonathan Boyarin para falar em múltiplas experiências de rediasporização dos judeus (e criação de múltiplos centros de uma rede diaspórica), todas elas importantes para a formação de uma identidade coletiva.

Procurando questionar o relato dos intelectuais sionistas em relação à diáspora judaica, Shlomo Sand, em *The Words and the Land: Israeli Intellectuals and the Nationalist Myth* (2011), refere a importância da apropriação secular de um vocabulário com significado religioso. Esta apropriação teve (e tem) a finalidade de construir um novo povo e uma nova nação/consciência nacional, uma característica que o movimento sionista herdou de outros movimentos nacionalistas emergentes no

século XIX<sup>3</sup>. Sand (2011) refere a importância que esta reapropriação e laicização de expressões religiosas como *aliyah* e *galut* tiveram na reformulação de uma consciência coletiva judaica. *Aliyah*, que significa “ascensão”, foi uma palavra recuperada como retorno a uma origem ou, de uma forma metafórica, um “retorno à história”, como se designasse o retomar de uma trajetória histórica em algum momento indevidamente interrompida. *Galut*, que pode ser traduzido como “exílio”, foi reinterpretado pelos intelectuais sionistas como exílio forçado de uma origem territorial, um significado que banaliza a concepção religiosa do exílio judaico como expressão do julgamento divino e de um sofrimento metafísico (em oposição ao estado de graça cristão, possível graças à chegada de Cristo).

O novo significado atribuído a “exílio” demonstra como a interpretação sionista da história judaica se baseia num profundo desprezo pela experiência diaspórica e por uma visão do exílio como um lugar inferior. A viagem destes conceitos é fundamental para compreendermos como se reformularam os relatos sobre a experiência judaica anterior ao estabelecimento do Estado de Israel em termos espaciais e temporais. Numa entrevista concedida a Manuela Boatcă e Sérgio Costa (2013), Ella Shohat diz que ao aceitarem a formulação hegeliana que colocava os judeus “fora da história”, os sionistas procuraram “entrar na história” com o estabelecimento de um Estado-nação. Assim, estes interpretavam toda a experiência diaspórica judaica como vazia. Para os intelectuais sionistas a única história que contava era uma história conectada a um território imaginado como estando localizado dentro dos limites da Palestina moderna. Shlomo Sand (2011) refere-se a esta narrativa como uma ponte/articulação entre dois momentos históricos: o anterior à destruição do Templo pelos romanos, no século I da era cristã, e o posterior a 1948, ano do estabelecimento do Estado de Israel.

Esta leitura justificou a criação de um “novo judeu” antitético a uma formulação antisemita do “judeu do exílio”. Como diz António Sousa Ribeiro no texto *Reversos da Modernidade: colonialismo e Holocausto* (2016), referindo-se à obra *Réflexions sur la question juive* (2006), de Jean-Paul Sartre, “o judeu está prisioneiro de um sistema de representação que o objectifica e que, por conseguinte, o seu comportamento é sempre determinado a partir de fora” (Ribeiro 2016, 50). A análise de Sartre, aqui lida por Ribeiro, é confirmada no panfleto *The Jewish State* (2011), escrito por Theodor Herzl

---

<sup>3</sup> É importante referir que apesar de partilhar os objetivos e as narrativas de grande parte dos movimentos nacionalistas nascidos no século XIX, o movimento sionista tinha características particulares. Uma das mais importantes é o caráter simultaneamente nacionalista e colonial do seu projeto nacional. O movimento sionista procurou desde o final do século XIX “inventar” uma nação num território que não administrava, ou seja, ao mesmo tempo que a nação era “inventada” (construída a partir de mitos que produziram uma identidade coletiva), o território era adquirido e/ou ocupado (Sand 2011). Esta aquisição e/ou ocupação era conseguida, não por uma metrópole que procurava administrar um território colonial, mas por uma “comunidade imaginada” ainda sem Estado-nação –isto apesar da Grã-Bretanha, como potência colonial, se ter socorrido dos imigrantes judeus no processo de administração do território, entre 1920 e 1948.

---

em 1896. Herzl, considerado o pai do movimento sionista e um dos fundadores do sionismo político, aceita a retórica antissemita que responsabiliza os judeus pelo antissemitismo quando diz:

The Jewish question exists wherever Jews live in perceptible numbers. Where it does not exist, it is carried by Jews in the course of their migrations. We naturally move to those places where we are not persecuted, and there our presence produces persecution [...]. The unfortunate Jews are now carrying the seed of Anti-Semitism into England; they have already introduced it into America.<sup>4</sup> (Herzl 2011, 37)

O relato sobre o antissemitismo exposto por Herzl tem como objetivo convencer as comunidades judaicas espalhadas pelo mundo a emigrarem para a Palestina, numa formulação que seria qualquer coisa como: ao retornar à “terra sagrada”, o “povo escolhido” resolverá pelas suas próprias mãos o problema do antissemitismo nos seus países de origem. Esta afirmação coloca no centro do problema o judeu, como se este desse uma justificação ao antissemita para ser perseguido. Na “terra sagrada”, este judeu seria reabilitado e transformado no “verdadeiro judeu” que era também um “novo judeu”, numa ponte estabelecida entre os heróis bíblicos e os colonos que pertenciam à comunidade judaica da Palestina, conhecida como *Yishuv*. Como refere Joseph Massad, no texto *The “Post-Colonial” Colony: Time, Space, and Bodies in Palestine/Israel* (2000), o objetivo do movimento sionista era ao mesmo tempo material e simbólico e o processo de emigração para a (e colonização da) Palestina foi acompanhado de uma transformação da mentalidade da diáspora. Tudo isto era expresso na necessidade de reabilitar o corpo social e físico do judeu.

Em *The Colonial Drag: Zionism, Gender, and Mimicry* (2000), Daniel Boyarin explica que a reabilitação dos judeus foi levada a cabo pelo movimento sionista na era pré-Estado, a partir da fundação de centros para a prática desportiva que herdaram os nomes de guerreiros/revoltas judaicas (por exemplo, Bar Kochba e Maccabee) que haviam sido marginalizados/as pela tradição rabínica. Estas referências eram, para os líderes do movimento sionista, o ponto de partida para a superação da tradição diaspórica tal como estes a reconheciam. O “novo judeu” necessitava de um modelo de referência oposto ao estereótipo antissemita do *Ostjude* que, como explica George L. Mosse (1985, 1998), era representado como um sujeito degenerado, passivo, frágil, pálido, feminino, com uma sexualidade estéril (que podia ser associada à circuncisão) e aparentemente homossexual. Mosse (1985, 1998) fala da importância que a masculinidade saudável e viril tinha na construção das emergentes identidades nacionais. Neste cenário, o judeu surge como um potencial traidor apátrida, uma alteridade portadora de todas as anomalias sociais que habita no seio da

---

<sup>4</sup> Tradução livre dos autores: “A Questão Judaica está presente nos lugares onde vivem judeus em números consideráveis. Onde esta não existe, é levada pelos judeus no curso das suas migrações. Nós vamos naturalmente para os lugares onde não somos perseguidos e aí, a nossa presença gera perseguição [...]. Os judeus desafortunados estão agora a transportar a semente do antissemitismo para Inglaterra; eles já a introduziram na América.”

---

comunidade nacional, as quais, por sua vez, permitem projetar a imagem de estabilidade e de normalidade da comunidade nacional.

O modelo do “novo judeu” é inicialmente proposto por Max Simon Nordau, outro dos fundadores do movimento sionista, que, em 1892, faz precisamente uma análise sobre a “degeneração social”. Mosse (1985, 1998) explica que em *Entartung*<sup>5</sup> Nordau distingue as virtudes de uma burguesia europeia que simbolizava o progresso e a degeneração de alguns grupos não-nacionais ou antinacionais, cujos vícios ameaçavam o bem-estar do indivíduo, da família e da sociedade. Como sujeito antitético dos *Ostjuden* feminizados, Nordau propunha um *Muskeljude*. O *Muskeljude*, que tinha como referência uma masculinidade normativa, seria mais tarde glorificado com as conquistas militares obtidas pelo exército israelita (principalmente nas guerras travadas em 1947-1949 e 1967). O modelo pré-diaspórico do guerreiro israelita bíblico, corporizado pelo “novo judeu” europeu pós-diaspórico – à imagem do europeu anglossaxónico branco de finais do século XIX– seria também o modelo do colonizador atlético, trabalhador da terra e guerreiro que metafórica e literalmente penetrava o território palestino e fertilizava o seu deserto, fazendo-o brotar. No limite, é possível dizer que a imagem do judeu *queerizado*, projetada pelo antisemita, seria substituída por uma imagem sexualmente normativa e dominante do *Muskeljude*, o colonizador masculinizado da Palestina.

Ella Shohat (*apud* Boatcă e Costa 2013) refere que o movimento sionista aceitou a narrativa antisemita que apresentava os judeus como um povo semita para negarem a sua cidadania europeia. Shohat afirma que os líderes deste movimento político, que se viam como parte do povo semita com origem na Palestina, procuraram eliminar qualquer característica física e cultural que identificasse o judeu como semita aproximando-o de uma normalidade cristã e europeia branca, ou seja, iniciaram um processo de transformação do judeu da diáspora, orientalizado pelo antisemita: “[the new jew] would often be blond, blue-eyed, or at least light skinned, and of course never graced with the stereotypical hooked nose. This de-semitization took place within the logic of

---

<sup>5</sup> A obra *Entartung* (1892) foi consultada na sua tradução para inglês, *Degeneration* (Nordau 1968). Neste livro, Nordau também alertava para a corrupção das sociedades ocidentais pela emergente decadência das ideias de beleza e virtude. As suas teorias, de que os artistas podiam ter distúrbios patológicos e de que, por isso, a arte podia estar “doente”, inspiraram, por exemplo, teóricos nazis quando classificaram a arte contemporânea como um embuste produzido por judeus e comunistas. Este suposto embuste, que poderia contaminar o corpo social ariano-alemão, foi criticado e denunciado em Munique, na exposição *Die Ausstellung Entartete Kunst*, ou “Exposição de Arte Degenerada”, em 1937. Uma das frases escritas nas paredes do museu revelava o desprezo de Adolf Hitler pela degeneração da arte contemporânea e das suas representações de masculinidade: “It is not the mission of art to wallow in filth for filth’s sake, to paint the human being only in a state of putrefaction, to draw cretins as symbols of motherhood, or to present deformed idiots as representatives of manly strength.” [Tradução livre dos autores: “Não é a missão da arte mergulhar na obscenidade pelo amor à obscenidade, pintar o ser-humano apenas num estado de putrefação, desenhar cretinos como símbolos da maternidade ou apresentar idiotas deformados como representantes da força masculina.”] (*apud* Farago 2014).

---

---

Western hegemony somewhat like the case of the Aryanization of Christ in European painting.”<sup>6</sup> (Shohat *apud* Boatcă e Costa 2013).

É possível concluir a partir daqui que a concepção de uma civilização judaico-cristã –com um inimigo orientalizado representado pelo Islão– nasce da ideia de um Estado de Israel que cumpre o papel de Cristo, ou seja, que assume o papel do Messias redimindo o povo judeu e aproximando-o de uma temporalidade linear que é simultaneamente cristã e secular/moderna, onde o progresso é representado pelo papel messiânico, modernizador e civilizador que os sionistas cumpririam no Médio Oriente, ou como diz Theodor Herzl: “We [the Jews] should there [in Palestine] form a portion of a rampart of Europe against Asia, an outpost of civilization as opposed to barbarism.”<sup>7</sup> (Herzl 2011, 46). O tempo onde “cada segundo era a porta estreita por onde podia entrar o Messias” (Benjamin 2017, 20), era substituído pela chegada do messianismo sionista que se propunha como a única solução<sup>8</sup> para aquilo a que os gentios chamaram “Questão Judaica”. Assim, toda a história da diáspora era ignorada e/ou rejeitada como uma história de fragilidade, vícios e práticas religiosas prejudiciais para uma consciência coletiva saudável e quem não se enquadrasse no modelo idealizado do “novo judeu” era marginalizado ou excluído.

O caso mais marcante do desprezo que os sionistas nutriam pela cultura da diáspora é corporizado pelos judeus *mizrahim*, oriundos do Magrebe e do Médio Oriente. Em *The Invention and Decline of Israeliness: State, Society, and the Military* (2001), Baruch Kimmerling conta como o “novo judeu”, ou *Sabra*, foi construído à imagem de um Ocidente moderno, ao mesmo tempo que o judeu *mizrahi* representava tudo o que os sionistas desprezavam na cultura da diáspora. Como afirmou Golda Meir, numa entrevista concedida a Orianna Fallacci, quando era Primeira-Ministra de Israel (1969-1974): “We in Israel have absorbed about 1 400 000 ‘Arab Jews’ [...] who when they got here were full of diseases and didn’t know how to do anything.”<sup>9</sup> (Meir *apud* Shenhav e Hever 2012, 160). Os judeus *mizrahim*, que imigraram em massa para Israel depois do estabelecimento do

---

<sup>6</sup> Tradução livre dos autores: “[o novo judeu] costumava ser loiro, de olhos azuis ou, pelo menos, de pele clara e, claro está, nunca era agraciado com o estereotipado nariz adunco. Essa dessemitização aconteceu dentro de uma lógica de hegemonia ocidental, tal como no caso da arianização de Cristo na pintura europeia.”

<sup>7</sup> Tradução livre dos autores: “Nós [os judeus] devemos formar lá [na Palestina] um segmento de muralha da Europa contra a Ásia, um posto avançado da civilização contra a barbárie.”

<sup>8</sup> Como refere Uri Ram (2011), o Sionismo como corrente que redefiniu a identidade judaica emergiu na Europa centro-oriental nas últimas décadas do século XIX e foi precedido por intensos debates entre intelectuais judeus sobre a natureza do judaísmo, da identidade judaica e dos judeus no mundo moderno. Esta corrente diferenciava-se pela rejeição das visões assimilacionistas, autonomistas, reformistas e ortodoxas, que rejeitavam um nacionalismo judaico e a criação de um Estado moderno na Palestina. Um dos movimentos políticos alternativos ao Sionismo foi, como explica Rokhl Kafrissen (2019), o *Bund*. Este movimento político nascido no leste europeu, de natureza socialista, propunha –como resposta ao antisemitismo– a afirmação cultural e linguística de um judaísmo secular que contribuísse para produzir transformações sociais e políticas nos territórios de origem dessas comunidades judaicas (a Rússia, a Lituânia e a Polónia, integradas no Império Russo até 1918).

<sup>9</sup> Tradução livre dos autores: “Nós em Israel recebemos cerca de 1 400 000 ‘judeus-árabes’ [...] que quando chegaram aqui estavam cheios de doenças e não sabiam fazer nada.”

Estado, eram vistos como a imagem de um Oriente primitivo, pré-moderno, bárbaro e imoral. Ella Shohat (1988) conta que o seu processo de integração foi feito de forma violenta e que é possível referirmo-nos a esse processo como um projeto de colonização interna, onde os judeus *mizrahim* foram explorados, ressocializados, usados como primeira linha na defesa do território e como instrumento demográfico, substituindo a população palestina expulsa durante a guerra de 1947-1949. A sua integração na sociedade israelita esteve dependente da perda das suas características orientais. A sua história, como história da diáspora, foi ignorada e/ou apagada de toda a narrativa nacional construída pela liderança sionista. Os judeus *mizrahim* eram considerados uma ameaça, porque representavam um passado que colocava em causa a narrativa de missão civilizadora moderna. O seu passado contava uma história de trocas culturais, religiosas e linguísticas com um mundo não-ocidental (árabe, persa, turco, etc.).

Ao mesmo tempo que a história da diáspora era negada, ignorada e/ou considerada desprezível pelo movimento sionista, o renascimento de uma “comunidade imaginada” teria o seu auge com o estabelecimento do Estado de Israel, em 1948. E se o mimetismo de que fala Sartre (2006) teve como consequência a regeneração dos judeus à imagem das sociedades europeias da época, um novo sujeito é projetado como a antítese desta nova subjetividade judaica, o palestino, tornando possível dizer que a negação de uma diáspora levou à criação de uma outra diáspora, ou de uma nova diáspora de “Outros”, assim como é possível dizer que, ao “entrarem na história”, os sionistas deixaram os palestinos “fora da história”.

Esta exclusão era conseguida através de uma existência negada ou, como refere Golda Meir numa entrevista concedida ao *Sunday Times* em 1969: “It was not as though there was a Palestinian people in Palestine considering itself as a Palestinian people and we came and threw them out and took their country away from them. They did not exist.”<sup>10</sup> (*apud* Massad 2000, 334) A frase de Meir é bastante esclarecedora quanto à ideia hegemónica de nação judaica pensada pelos sionistas. Ao negar a condição/experiência diaspórica dos judeus, o movimento sionista descrevia a Palestina como o lar do povo judeu, ao mesmo tempo que negava qualquer possibilidade de ali existirem pessoas/comunidades que se identificassem como autóctones, como originárias daquele território.

Apesar da frase que marca a colonização sionista da Palestina ser “a land without a people for a people without a land”, Derek Gregory, em *The Colonial Present* (2004), afirma que os sionistas sabiam muito bem que o território da Palestina era habitado por árabes, mas num gesto colonial, a população autóctone foi reduzida a mero objeto da História e nunca reconhecida como sujeito – exatamente como o colonialismo europeu fez na generalidade dos territórios que sujeitou a

---

<sup>10</sup> Tradução livre dos autores: “Não foi como se existisse um povo palestino na Palestina que se considerasse um povo palestino e nós viemos e expulsámo-los e roubámos o país deles. Eles não existiam.”

---

---

ocupação colonial. Os palestinos, usando a formulação de Giorgio Agamben em *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life* (1998), foram incorporados a partir de fora –*ex-capere*–, ou incluídos através da sua própria exclusão. De acordo com o discurso sionista, apenas os judeus podiam reivindicar aquela terra, apenas eles poderiam fazer o “deserto florescer” e habitar aquela que voltaria a ser a “terra do leite e do mel”. No seguimento desta ideia, no texto *Erasures* (2001), Gabriel Piterberg diz que a “terra”, tal como o “povo judeu”, havia sido condenada ao exílio, e que todo esse período histórico, entre a existência da nação bíblica israelita e o nascimento do Estado de Israel, representava um período sem significado e sem história. Apenas com a chegada dos judeus, e do projeto colonial sionista, o território seria redimido. Existe, ao mesmo tempo, uma concepção teológica de redenção da “terra prometida”, pelo “povo escolhido”, e uma concepção colonial, onde apenas os colonos ocidentais (ou que como tal se autodefiniam) poderiam executar um processo de modernização e resgatar o território, e quem nele habitava, para o presente.

A “redenção” seria conseguida a 14 de maio de 1948, com a declaração de independência do Estado de Israel. Sammy Smooha (2008) explica que a materialização do Estado-nação acontece, numa primeira fase, depois da aprovação da Resolução 181 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas –e a consequente atribuição de 56% do território da Palestina aos judeus, que representavam cerca de 32% da população– que, em 1947, reconhece a legitimidade da criação do Estado de Israel e, mais tarde, na sequência de uma guerra entre o Estado de Israel e os Estados árabes vizinhos, conhecida pelos sionistas como “Guerra da Independência” e pelos palestinos como *Nakba*, ou “A Catástrofe”. Essa guerra terminou com a ocupação, por parte do Estado de Israel, de 78% do território, com a expulsão de cerca de 750 000 palestinos<sup>11</sup> e, como aponta Joseph Massad (2000), com a destruição de 385 povoações, de entre as 480 povoações habitadas por palestinos.

Contrariamente à experiência *mizrahi*, que identificamos como integração sob condição (isto é, através do abandono da sua identidade árabe/oriental), a experiência palestina pode ser definida como “de exclusão” ou “de vítima de colonização violenta”. Por outras palavras, a integração não é possível nem desejada porque existe uma rutura imposta pelo Estado de Israel que cristaliza um processo de eliminação de memória e sua substituição. Neste sentido, definimos a criação do Estado de Israel como um caso de “colonialismo de povoamento”. Tal como explica Patrick Wolfe (1999, 2006), este é um processo onde a reivindicação da terra é também a reivindicação da vida e das memórias do colonizado. Neste contexto, o colonizador reclama a condição de autóctone, procurando a dissolução da sociedade existente e a sua substituição por

---

<sup>11</sup> Segundo dados da UNRWA (2019), hoje são cerca de 5 000 000 os palestinos com estatuto de refugiados.

uma nova sociedade sobre a base territorial ocupada. Derek Gregory (2004) fala deste processo de eliminação (desterritorialização) e substituição (territorialização) como algo físico, mas também psicológico. O autor diz que, para além da apreensão de terras, dos despejos e demolições de casas e da construção de novos colonatos, estradas e bosques que transformaram a paisagem de modo irreversível, também foram disseminadas imagens dessa transformação, como uma mensagem para os palestinianos. Tudo isto tinha (e tem) como objetivo tornar a Palestina num lugar irreconhecível e sem memória para quem lá vivia antes de 1948 e para quem se sente herdeiro dessa memória, tentando-se impor um processo de substituição da memória palestina pela memória judaica, através da alteração dos nomes de ruas e lugares, da apropriação de elementos da paisagem local, de escavações arqueológicas que serviram o propósito de restituir o território ao seu pretense “povo original”, etc. Todo este processo de substituição cristalizou-se com a implementação da Lei do Retorno, de 1950 (The Knesset 1950), que garante a inclusão na nova nação a qualquer judeu (oriundo de qualquer região do mundo), ao mesmo tempo que se não reconhece o direito ao retorno e/ou à entrada no território aos cerca de 5 000 000 de refugiados palestinianos<sup>12</sup>.

É evidente que a ocupação e colonização da Palestina e da sua população são processos dinâmicos. Como conta Derek Gregory (2004), desde a compra de solo agrícola por parte de judeus europeus, no século XIX, o território e o projeto político sionista sofreram várias transformações. O seu momento mais violento pode ser situado em 1948, mas, como já foi referido, os colonizadores sionistas começaram por negar a existência física de uma população árabe que vivia no território e passaram a negar a existência de qualquer comunidade palestina com uma identidade específica. Entre o século XIX e a atualidade a ideia de nação judaica e as fronteiras materiais, legais e simbólicas que definem o acesso ao território, à cidadania e a uma ideia de modernidade e democracia, estiveram em constante mutação. É essa dinâmica que permite a reconstrução de identidades, discursos e do próprio território. O único pressuposto que se manteve inalterado desde finais do século XIX foi o estabelecimento de uma comunidade judaica autónoma da população autóctone palestina. Foi este pressuposto, central na conceção de “Estado do povo judeu”, que levou a uma constante mutação do projeto colonial, de modo a garantir a quantidade máxima de território com o número mínimo de palestinianos a viverem nele.

No que diz respeito a esta problemática podemos marcar um primeiro momento, que nasce com o Sionismo político e vai até ao final do século XX. O século passado marcou a reconstrução

---

<sup>12</sup> Durante uma visita à Cisjordânia (Palestina), em 2019, pude observar como uma parte significativa das famílias com quem falei, e que vivem em cidades como Ramallah, não são naturais deste lugar. Mesmo no interior do território hoje designado como “Palestina”, grande parte da população foi deslocada, em 1948, de lugares como Jaffa ou Haifa, considerados hoje parte do território israelita (Bruno Costa).

---

da história judaica e a eliminação da sua experiência diaspórica, que pode ser reinterpretada como experiência *queer*, porque contra-hegemônica e não-normativa, ao transformar o judeu feminizado e orientalizado num judeu masculino, normativo, branco e ocidental. O segundo momento começa com a entrada no século XXI, quando os representantes do Estado de Israel, seguindo a posição política e mediática de alguns dos seus aliados estratégicos no Ocidente, adotam, de modo instrumental, uma narrativa de defesa dos direitos das minoras sexuais e de gênero quando se referem a subjetividades descritas como oprimidas no Oriente, isto é, fora do universo do Ocidente. Ao fazê-lo, o Estado de Israel assume-se, mais uma vez, como Estado-nação excepcional na região (Médio Oriente). Desta forma se inicia uma nova fase num longo percurso de orientalização de um “Outro” palestino. Ao mesmo tempo que garante este estatuto excepcional para Israel no Médio Oriente, esta estratégia permite desencadear um processo de colonização das sexualidades não-normativas. Aquilo a que Jasbir Puar (2007) chamou “homonacionalismo” passa, assim, por incorporar subjetividades *queer* dentro do discurso normativo, homogeneizador e militarizado do Estado-nação construindo, ao mesmo tempo, alteridades sexuais-raciais. Como refere Michel Foucault (1994), o discurso/conhecimento desenvolvido sobre a sexualidade estabelece uma hierarquização social entre a norma e as suas perversões, fazendo, neste caso, com que o palestino (e o árabe em geral), como alteridade do israelita, seja diagnosticado pela narrativa hegemônica sionista como homofóbico patológico.

Ao integrar subjetividades *queer* no discurso hegemônico (e na forma como as instituições nacionais se apresentam), o Estado de Israel não abandona um discurso normativo nem inicia um processo de recuperação de experiências diaspóricas e heterogêneas, mas procura domesticar sexualidades e densificar a divisão dicotômica e simplificada entre “civilização” e “barbárie”. Quem vem substituir o israelita moderno, branco e ocidental é o israelita moderno, branco, ocidental e *gay-friendly*<sup>13</sup>. Este israelita contemporâneo continua a recusar o discurso/experiências diaspóricas, ao mesmo tempo que domestica a diáspora *queer* e a nacionaliza, transformando sexualidades não-normativas em sexualidades que se identificam com o projeto colonial sionista como um todo e que apoiam a negação de uma existência aos palestinos.

## A subjetividade *queer* palestina

---

<sup>13</sup> Mais do que uma substituição há uma continuação entre uma subjetividade israelita que sempre se viu (e se projetou) como um exemplo de modernidade e progresso e uma “nova versão”, *gay-friendly*, que também contribui para ofuscar o caráter homofóbico da cultura moral e religiosa de algumas comunidades judaicas, agravada, neste caso, numa sociedade social-militarizada como a israelita.

---

Este artigo propõe, como é referido no texto introdutório, compreender o potencial transformador e contra-hegemónico dos discursos/experiências diaspóricas e *queer* a partir das experiências de viagem/travessia da subjetividade *queer* palestina. Para o fazer temos de repensar os dois conceitos e foi com esse intuito que, a partir de James Clifford (1997) colocamos o “tipo ideal” de diáspora em causa. A romantização destes dois conceitos e a sua análise a-histórica e a-contextual facilitam a sua instrumentalização. Assim, parece-nos útil pensar “diáspora” não em relação a uma única origem mas como discursos/experiências/histórias partilhadas de sofrimento, adaptação e resistência e, da mesma forma, parece-nos útil pensar *queer* do modo que propõe João Manuel de Oliveira, isto é, como um “projeto crítico das narrativas lineares, [em] rutura com o euro/anglocentrismo, [em] cisão com os tempos, suas crono(hetero)normatividades e modos de contar [e como] um corpo estranho que habita entre fronteiras” (Oliveira 2019). Desta forma parece-nos possível dizer que os dois conceitos se emaranham ao contrariarem um discurso que favorece a homogeneidade, a linearidade e a normatividade.

Ao revisitar a leitura sionista da história judaica também foi possível compreender que se a negação da diáspora –como parte da identidade coletiva judaica– e da *queerização* do corpo do judeu estão na sua génese, estes são conceitos perturbadores para a estabilidade do projeto colonial sionista na Palestina e para o nacionalismo judaico. Assim, a busca de uma história da diáspora judaica como uma história *queer*, que perturba (*troubles*<sup>14</sup>) a narrativa hegemónica sionista sobre o passado, presente e futuro judaicos, pode ser uma alternativa às narrativas dominantes e pode ser a semente de um processo de descolonização da Palestina. Contudo, como refere Jasbir Puar (2013), é necessário complexificar uma ideia cristalizada de que as subjetividades *queer* desordenam e problematizam necessariamente o Estado-nação e as suas narrativas, podendo estas ser instrumentalizadas de modo a expandir um discurso hegemónico, novas construções raciais e políticas imperialistas. O capitalismo global esconde por detrás de políticas multiculturais que supostamente respeitam a diversidade identitária e potenciam discursos heterogéneos, um novo tipo de universalização de uma ideia hegemónica de Ocidente, dos seus discursos e práticas. Nesse sentido, a adoção de discursos inclusivos em relação às subjetividades *queer* e à diversidade étnica e cultural dentro do Estado de Israel ajudam a ocultar um processo que Puar (2007) definiu como “homonacionalismo”.

Partindo da análise proposta por Lisa Duggan que fala de uma “new homonormativity [...] that does not contest dominant heteronormativity assumptions and institutions, but upholds and sustains them [as a way to access] the institutions of domestic privacy, the ‘free’ market and

---

<sup>14</sup> Como refere Judith Butler em *Problemas de Género* (2017).

---

patriotism”<sup>15</sup> (Duggan 2003, 50-51), Puar (2007) diz que a aceitação pontual de uma subjetividade *queer* pelo Estado-nação apenas é possível graças à proliferação de “Outros” sexuais-raciais que saem dos limites do aceitável, que não são aceites pelo imaginário social. Ou seja, essa abertura inclusiva e diversificadora tem o seu limite no palestino, ou usa o palestino como limite –um palestino monolítico, representado como um homofóbico patológico. Puar (2013) distingue ainda este “homonacionalismo” –que possibilita o estabelecimento de categorias de humanidade e sub-humanidade– de *pinkwashing* como manifestação e prática possibilitada pelo caráter homonormativo do novo discurso produzido a partir de Israel. Estes novos discursos apresentam o Estado de Israel como um “paraíso *queer*” (Peratis 2006) e como o único defensor das minorias sexuais e de gênero no Médio Oriente, garantindo-lhe um estatuto de exceção. Neste contexto, a subjetividade *queer* palestina perde o direito de agência, podendo apenas ser um reflexo dos discursos sobre a sexualidade construídos a partir de Israel. Na sua travessia para Israel, ela é “salva” pelas narrativas ocidentais de progresso e democracia, como subjetividade *queer*, e é simultaneamente excluída dessas narrativas, como subjetividade palestina racializada e patológica. É possível usar e articular a partir daqui a frase de Gayatri Chakravorty Spivak:

‘White men are saving brown women from brown men’ [...]. Just as Freud’s insistence on making the woman the scapegoat in ‘A child is being beaten’ and elsewhere discloses his political interests, however imperfectly, so my insistence on imperialist subject-production as the occasion for this sentence discloses my politics.<sup>16</sup> (Spivak 1994, 92)

No contexto que analisamos a frase seria qualquer coisa como: “Homens hetero ou *gays* brancos e mulheres hetero ou *gays* brancas estão a salvar mulheres hetero ou *gays* morenas e homens *gays* morenos de homens heterossexuais morenos.”

Israel consegue, assim, simultaneamente domesticar sexualidades não-normativas dentro do paradigma hierarquizante do Estado-nação –integrar, por exemplo, subjetividades *queer* no exército israelita e fazendo com que estas estejam na linha da frente da ocupação–, criar novas dicotomias entre uma homossexualidade israelita branca e normativa e uma subjetividade palestina homofóbica, sem direitos e racializada –na sequência daquilo que Edward Said (2004) descreveu como “orientalismo”, ou a construção de um Oriente imaginado como contraposição a uma ideia, personalidade e experiência do Ocidente, e apresentar-se como centro e bastião da

---

<sup>15</sup> Tradução livre dos autores: “nova homonormatividade [...] que não contesta as premissas e instituições da heteronormatividade dominante, mas que as defende e sustenta [como forma de aceder] às instituições de privacidade doméstica, ao mercado ‘livre’ e ao patriotismo.”

<sup>16</sup> A partir da tradução do Prof. Dr. António Sousa Ribeiro: “‘Os homens brancos estão a salvar as mulheres morenas dos homens morenos’ [...]. Tal como a insistência de Freud em tornar a mulher o bode expiatório em ‘Uma criança está a ser espancada’ e noutros textos revela os seus interesses políticos, mesmo que imperfeitamente, também a minha insistência na produção do sujeito imperialista como ensejo para esta frase revela uma política que eu não posso tornar.”

defesa dos direitos humanos no Médio Oriente, como uma continuação do Ocidente e dos seus pretensos universalismos, isto é, universalismos sexuais que, como refere Sirin Adlbi Sibai (2016), definem uma prisão epistemológica e existencial que regula “quem”, “como” e “a partir de onde” alguém pode “falar”, “ser”, “estar” e “saber”.

Esta constante mutação dos discursos modernizadores e civilizadores, mapeados por Ramón Grosfoguel como a passagem “da caracterização de ‘povos sem escrita’ do século XVI, para a dos ‘povos sem história’ dos séculos XVIII e XIX, ‘povos sem desenvolvimento’ do século XX e, mais recentemente, ‘povos sem democracia’ do século XXI” (Grosfoguel 2009, 388), permite compreender como a construção do conhecimento a Ocidente tem como centro a produção de hierarquias étnico-raciais. A taxonomia que define quem está dentro e fora do espaço colonial remete-nos para o conceito de “linha abissal” desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (2009). Esta linha, que separa humanidades de sub-humanidades é, neste contexto, uma linha que se densifica, que se fecha e se abre, sem nunca ser uma barreira estanque. Ela pode ser aqui representada pelo *checkpoint*. Este dispositivo, que permite ou proíbe a travessia e que modela fluxos e temporalidades entre Israel e a Palestina, é simultaneamente físico (porque marca uma divisão geográfica entre territórios e espacial entre corpos) e imaterial (porque produz e nega epistemologias e ontologias). Eyal Weizman (2007) fala-nos do *checkpoint* como uma das ferramentas essenciais da colonização do território palestino e da sua população. O autor refere a importância dos acordos de Oslo I e II, de 1993 e 1995, como momentos de uma falsa abertura para a descolonização da Palestina, materializada como mais uma fase no processo de eliminação de um futuro Estado palestino. Foi na sequência da assinatura dos acordos de Oslo que as ferramentas de ocupação, separação e encarceramento se multiplicaram, criando uma geografia esquizofrénica e vertical –mar, terra e ar– por todo o território. A partir da definição de *checkpoints* apresentada por Weizman podemos ler uma “linha abissal” em constante mutação:

[D]iscontinuous lines of fences, ditches, concrete walls and high-tech sensors [...] all of which were operated according to a frequently changing assortment of bans and limitations [...] each allowing different categories persons to travel to different categories of space [...] delaying, humiliating and exhausting people in a daily struggle to survive<sup>17</sup> (Weizman 2007, 145-147)

Como referiu Weizman (2007), o *checkpoint* é móvel e dinâmico fazendo com que a separação e a ocupação também o sejam e estejam em constante reformulação. Este dispositivo espacial/epistemológico/ontológico pode assim ser lido como metáfora da tensão entre

---

<sup>17</sup> Tradução livre dos autores: “[L]inhas descontínuas de cercas, valas, paredes de betão e sensores de alta tecnologia [...], todos operados de acordo com uma variedade de proibições e limitações em constante mudança [...], cada uma permitindo que diferentes categorias de pessoas viajem para diferentes categorias de espaço [...], atrasando, humilhando e esgotando as pessoas que se veem numa luta diária pela sobrevivência”.

---

inclusão/exclusão. Mais do que uma linha, o *checkpoint* funciona como um filtro que, a partir de uma distinção entre corpos saudáveis e corpos corrompidos, constrói uma ideia de civilização por oposição a uma ideia de barbárie. Ao procurar atravessar este filtro, parte da identidade de uma subjetividade *queer* palestina fica presa no lado colonial e outra parte é cooptada pelo lado metropolitano. Nesta viagem, é importante a questão da agência desta subjetividade no momento da travessia. A sua inclusão nunca pode ser total porque este é um contexto colonial, onde as exclusões abissais são ontológicas e epistemológicas, mas também territoriais e corporais, e nelas o palestino é sempre identificado como inimigo. Quem define a modelação de fluxos na travessia é sempre o colonizador (Israel) e, como refere Ralph Haddad (2017), os corpos colonizados estão à mercê das estratégias do colonizador. O autor fala, por exemplo, de subjetividades *queer* palestinas manipuladas pelo exército israelita. Ao explorar o medo de exposição pública relativamente à sua sexualidade –numa tática imitada em Abu-Ghraib, onde militares norte-americanos simularam a violação de prisioneiros iraquianos e ameaçaram divulgar as imagens se estes se recusassem a colaborar–, o exército israelita procura colaboradores entre estes indivíduos.

Se no caso exposto por Haddad (2017) a agência é totalmente negada, na sua travessia, a subjetividade *queer* palestina pode aparentemente, em certos casos, “tomar a palavra”<sup>18</sup> (Spivak 1994). Se falarmos, por exemplo, de uma cidadã palestina de Israel, como no caso de Ghadir Shafie (2015), o potencial de mobilidade é maior. Nestes casos, o *checkpoint* é efetivamente metafórico porque os cidadãos palestinos de Israel, apesar de não usufruírem dos mesmos direitos dos cidadãos judeus de Israel –uma realidade que nasce com o estabelecimento do Estado de Israel, em 1948, que se cristaliza em 1950 com a Lei do Retorno e que, em 2018, se aprofunda com a Lei Básica que define Israel como Estado-nação do povo judeu (The Knesset 2018)<sup>19</sup> e oficializa o seu caráter “etnocrático” (Yiftachel 2006)–, têm acesso a uma maior mobilidade dentro do espaço metropolitano.

Num relato pessoal, Shafie (2015) fala de epistemologias sexuais que constroem ontologias. A ativista *queer* palestina diz que a “saída do armário” é a única forma de expressar uma existência *queer* na visão teleológica sobre sexualidade adotada por Israel e pelo Ocidente (Shafie 2015). Assim, a fluidez e a mistura de identidades são recusadas em troca de uma perceção evolutiva de um centro para uma periferia, seja esta nacional ou sexual. Ao contar a sua história, Shafie denuncia como apenas corpos brancos e hetero/homonormativos são aceites nesta narrativa de inclusão que

---

<sup>18</sup> Usamos “tomar a palavra”, como tradução do inglês “speak”, a partir da sugestão do Prof. Dr. António Sousa Ribeiro.

<sup>19</sup> Parece-nos particularmente importante citar a alínea c) do ponto 1 que diz: “The exercise of the right to national self-determination in the State of Israel is unique to the Jewish People.” [Tradução livre dos autores: “O exercício do direito à autodeterminação nacional no Estado de Israel é exclusivo ao povo judeu.”] (The Knesset 2018)

---

procura apagar identidades e experiências alternativas. O impacto do discurso que projeta uma imagem monolítica do palestino como homofóbico e conservador fez com que a ativista *queer* se refugiasse em Telavive, atraída pelas promessas de inclusão e liberdade sexual. Essa travessia é descrita como negativamente marcante para a sua identidade sexual e comunitária. Em Telavive, Shafie foi aceita como subjetividade *queer*, mas nunca como palestina, uma parte da sua identidade que era constantemente reprimida, ao ponto de lhe proporem alterar o seu nome para que este (e ela) deixasse(m) de ser árabe(s). Para ser aceita, teve de adaptar o seu comportamento e o seu discurso às sensibilidades raciais dos seus amigos israelitas, sob pena de se sentir rejeitada. As epistemologias sexuais que representam as subjetividades palestinas e as subjetividades *queer* como incompatíveis constroem ontologias. Estes discursos fizeram com que Shafie<sup>20</sup> conectasse, durante anos, a sua identidade sexual com o Sionismo, como ideologia opressora da sua identidade palestina. Ao proporem “ajudar” ou “salvar” a sua componente identitária (palestina) não-moderna e não-civilizada, os seus amigos israelitas procuraram forçar nela uma identidade *queer* homogênea, identificada com o Ocidente e, como tal, a ativista começou a associar essa identidade sexual como um componente do projeto colonial sionista. Ao optar pela travessia, a sua identidade *queer* seria apenas validada se a sua identidade palestina desaparecesse. Esta é uma negação múltipla da diáspora, na qual a subjetividade *queer* palestina, no novo panorama de “homonacionalismo”, terá, tal como o fez o sionista com a subjetividade judaica, de negar a sua condição não-normativa e diaspórica e de se reconstruir como subjetividade *queer* israelita branca, para assim poder ser incluída nesse Estado colonial que se autodenomina como “única democracia do Médio Oriente”, ou seja, Israel –e, de forma geral, no Ocidente como realidade epistemológica e ontológica pretensamente universal, produtora de discursos e humanidades que se apresentam como tendo maior valor.

Depois de termos proposto uma interpretação dos processos de nacionalização da diáspora judaica, de criação de uma diáspora palestina, de domesticação de sexualidades não-normativas e da sua apropriação por discursos nacionalistas/coloniais/imperialistas, é possível abrir algumas possibilidades de resposta em relação às perguntas de partida. Os discursos/experiências diaspóricas e *queer* têm um potencial desestabilizador do projeto colonial sionista/israelita, mas, para tal, precisam de ser articulados a partir de uma análise histórica do contexto em que se inserem.

---

<sup>20</sup> Escolhemos o caso de Ghadir Shafie (2015) por nos parecer representativo da condição de alteridade radical representada pelos palestinos. A condição de Shafie –com acesso à cidadania israelita e de classe média– fez com que esta tivesse um posicionamento crítico em relação ao caráter patriarcal da sociedade palestina (Massad 1995) e se sentisse tentada a viver em Telavive, onde supostamente teria acesso a um espaço de liberdade sexual. Contudo, a sua condição de relativo privilégio não impediu que Shafie fosse vista como um “Outro”, como essa alteridade radical corporizada pelos palestinos.

---

Essa análise foi feita a partir das leituras sobre a travessia da subjetividade *queer* palestina que perturba uma certa cristalização dos conceitos estudados –os de “diáspora” e *queer*. Esta subjetividade, a partir do seu lugar de fala, denuncia um “modo higienizado e homonormativo de produzir um determinado sujeito, aceitável para a heteronormatividade [e sinaliza] a instrumentalização das mortes, de uma grande quantidade de pessoas que o Estado deixa morrer ou permite que morram” (Oliveira 2019). Demonstra ser falsa a tensão entre inclusão/exclusão que pretensamente existe no seu ato de travessia.

Ao tentar a travessia, esta subjetividade expõe uma dinâmica que mais não serve do que propósitos coloniais. Da mesma forma, os discursos difundidos a partir de Israel e do Ocidente uniformizam sexualidades e sociedades como monolitos homogêneos, ocultando as contradições da sociedade israelita e simplificando as contradições da sociedade palestina. Assim, impedem a formulação de novos discursos posicionais sobre sexualidades alternativas, que não têm de se rever numa dinâmica de “saída do armário”. Esses seriam os verdadeiros discursos/experiências *queer* diaspóricas, que partiriam de uma normatividade/linearidade/homogeneidade e nunca chegariam a um destino. Apenas assim, construindo discursos pluriversais seria possível descolonizar a Palestina, como território pluriétnico, plurirreligioso, plurilinguístico, etc., que é. A imposição de discursos hegemônicos sobre direitos humanos (sexuais e de gênero) universais impede o “subalterno” de “tomar a palavra” (Spivak 1994). Este é apenas usado como “bode expiatório” que justifica discursos e práticas coloniais.

A existência do palestino e a sua negação são centrais para a construção de uma subjetividade israelita, ou seja, a coerência interna da sociedade israelita apenas é conseguida por se construir em relação a um “Outro” –esta é a forma de o palestino ser incluído através da sua exclusão, e no processo de travessia da subjetividade *queer* palestina isso fica ainda mais claro, porque ela justifica os discursos de intervenção democratizadora por parte do colonizador, numa reformulação do discurso do *white men’s burden*. Como tão bem articula Sami Shalabi (*apud* Haddad 2017), as barreiras que impedem a entrada de palestinos em Israel não têm uma “porta mágica” por onde as subjetividades *queer* palestinas possam entrar. Essa porta não existe, mas a ilusão da porta permite ao Estado de Israel criar novas dinâmicas de divisão interna na sociedade e resistência palestinas, prometendo inclusão e liberdade em troca de colaboração com o Estado-nação colonizador ou em troca da componente palestina da sua identidade. Este foi o mesmo processo concebido e implementado pela generalidade dos regimes coloniais do século XX quando pretenderam segregar no interior das comunidades colonizadas um conjunto restrito de “assimilados” que funcionassem como exemplo, forçosamente minoritário e excepcional, de um processo de cooptação por definição sempre incompleto.

---

O “subalterno” nunca pode falar pela voz do colonizador. Dizer que a liberdade da subjetividade *queer* palestina pode ser conseguida através de um artificial ato de salvação ou ajuda por parte do colonizador é, no mínimo, irônico. Como afirma Fahad Ali, um ativista *queer* palestino:

Where do I fit? I'm gay, and I'm also a proud Palestinian. There is no self-loathing in me for reasons of my sexuality, nor is there any for reasons of my heritage. I don't fit into the saviourist narrative [...]. We do not need to come out, as you [Westerners] do. We don't need rainbow flags [...]. I will not be told that I am any different from my people. I will not be told that the bounties of Zion are within our reach, when in truth they lie beyond a 25-foot wall of concrete [...]. Remember the cleansing of the land. Remember the refugees [...]. Remember the blood split in the Holy Land. We call it 'Nakba'. Catastrophe [...]. I am an Arab, I am a Palestinian, I am gay. My gay haven is not a glittered parade in Tel Aviv. It is a liberated Palestine.<sup>21</sup> (Ali 2014)

A criação de um discurso *queer* e diaspórico que tenha no seu horizonte uma Palestina livre e descolonizada é um discurso que problematiza os discursos humanitários universais e que abre o caminho para uma verdadeira teoria/prática *queer*/diaspórica que perturbe a estabilidade e a normatividade de nacionalismos, imperialismos e colonialismos. A resistência palestina –que também é construída a partir da afirmação de uma existência– pode ser feita a partir de uma reivindicação de discursos diaspóricos e da reinvenção de discursos *queer*, alternativos aos difundidos a partir de Israel e do Ocidente, propondo novos mundos. As palavras de Fahad Ali (2004) ecoam o pensamento de José Esteban Muñoz<sup>22</sup> quando ele diz:

Queerness is not yet here [...]. We have never been queer, yet queerness exists for us as an ideality that can be distilled from the past and used to imagine a future [...] to see and fell beyond the quagmire of the present [, to] dream and enact new and better pleasures, other ways of being in the world, and ultimately new worlds.<sup>23</sup> (Muñoz 2009, 1)

## Referências bibliográficas

Agamben, Giorgio. *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

---

<sup>21</sup> Tradução livre dos autores: “Onde eu me encaixo? Eu sou *gay* e também sou um orgulhoso palestino. Não me sinto inferior pela minha sexualidade, nem tampouco pela minha herança. Eu não me encaixo na narrativa de salvação [...]. Nós não precisamos de ‘sair do armário’, como vocês [ocidentais] o fazem. Nós não precisamos de bandeiras arco-íris [...]. A mim não me será dito que eu sou diferente do meu povo. A mim não me será dito que as recompensas de Sião estão ao nosso alcance, quando, na verdade, elas repousam por detrás de um muro de betão com 25 pés de altura [...]. Lembrem-se da limpeza étnica. Lembrem-se dos refugiados [...]. Lembrem-se da divisão de sangue na Terra Santa. Nós chamamos-lhe ‘Nakba’. Catástrofe [...]. Eu sou árabe, eu sou palestino, eu sou *gay*. O meu paraíso *gay* não é um desfile cintilante em Telavive. É uma Palestina libertada.”

<sup>22</sup> Agradecemos ao Lior Zisman Zalis a indicação do livro *Cruising Utopia: The Then and There of Queer Futurity* (Muñoz 2009).

<sup>23</sup> Tradução livre dos autores: “A *queer*idade ainda não está aqui [...]. Nunca fomos *queer*, mas a *queer*idade existe para nós como uma idealidade que pode ser destilada do passado e usada para imaginar o futuro [...] para ver e cair além do lamaçal do presente [, para] sonhar e realizar novos e melhores prazeres, outras formas de estar no mundo e, finalmente, novos mundos.”

---

Ali, Fahad. “I am a Palestinian, I am gay”, *Honi Soit*, 16 de setembro de 2014. <https://honisoit.com/2014/09/i-am-a-palestinian-i-am-gay/>.

Anderson, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Traduzido por Catarina Mira. Lisboa: Edições 70, 2012.

Benjamin, Walter. *O Anjo da História*. Traduzido por João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

Boatcă, Manuela, e Sérgio Costa. “Bodies and Borders: An Interview with Ella Shohat”, *Jadaliyya*, 18 de novembro de 2013. <https://www.jadaliyya.com/Details/29824/Bodies-and-Borders-An-Interview-with-Ella-Shohat>.

Boyarin, Daniel. “The Colonial Drag: Zionism, Gender, and Mimicry”. Em *The Pre-occupation of Postcolonial Studies*, org. Fawzia Afzal-Khan e Kalpana Seshadri, 234–265. Durham: Duke University Press, 2000.

Butler, Judith. *Problemas de Género*. Traduzido por Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro, 2017.

Clifford, James. *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

Duggan, Lisa. *The Twilight of Equality? Neoliberalism, Cultural Politics, and the Attack on Democracy*. Boston: Beacon Press, 2003.

Farago, Jason. “Degenerate Art: The Attack on Modern Art in Nazi Germany, 1937 review – What Hitler dismissed as ‘filth’”, *The Guardian*, 13 de março de 2014. <https://www.theguardian.com/artanddesign/2014/mar/13/degenerate-art-attack-modern-art-nazi-germany-review-neue-galerie>.

Foucault, Michel. *História da Sexualidade - I: A Vontade de Saber*. Traduzido por Pedro Tamen. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1994.

Gregory, Derek. *The Colonial Present: Afghanistan, Palestine, and Iraq*. Malden: Blackwell Pub., 2004.

Grosfoguel, Ramón. “Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. Em *Epistemologias do Sul*, org. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, 383–417. Coimbra: Almedina, 2009. <https://doi.org/10.12957/periferia.2009.3428>

Haddad, Ralph. “Queering the Occupation: Settler-Colonial Sexualities in the Era of Homonationalism”. *Khol: A Journal for Body and Gender Research*, 3, n. 1 (2017): 105–118.

Herzl, Theodor. *The Jewish State*. Kansas: Digireads.com, 2011.

Kafriksen, Rokhl. “Why Modern Anti-Zionists Love the Bund”, *Haaretz*, 29 de dezembro de 2019. <https://www.haaretz.com/jewish/.premium-why-modern-anti-zionists-love-the-bund-1.8323974>.

Kimmerling, Baruch. *The Invention and Decline of Israeliness: State, Society, and the Military*. Berkeley: University of California Press, 2001.

Massad, Joseph. “Conceiving the masculine: Gender and Palestinian nationalism”. *The Middle East Journal*, 49, n. 3 (1995): 467–483.

Massad, Joseph. “The ‘Post-Colonial’ Colony: Time, Space, and Bodies in Palestine/Israel”. Em *The Pre-occupation of Postcolonial Studies*, org. Fawzia Afzal-Khan e Kalpana Seshadri, 311–343. Durham: Duke University Press, 2000.

---

Mosse, George L. *Nationalism and Sexuality: Middle-Class Morality and Sexual Norms in Modern Europe*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.

Mosse, George L. *The Image of Man: The Creation of Modern Masculinity*. New York: Oxford University Press, 1998.

Muñoz, José Esteban. *Cruising Utopia: The Then and There of Queer Futurity*. New York: New York University Press, 2009.

Nordau, Max Simon. *Degeneration*. Traduzido por George L. Mosse. New York: Howard Fertig, 1968.

Oliveira, João Manuel de. “Queer”, *Dicionário Alice*, 1 de abril de 2019.

[http://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id\\_lingua=1&entry=24496](http://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=24496).

Peratis, Kathleen. “For Gay Palestinians, Tel Aviv Is Mecca”, *The Forward*, 24 de fevereiro de 2006. <https://forward.com/opinion/1125/for-gay-palestinians-tel-aviv-is-mecca/>.

Piterberg, Gabriel. “Erasures”. *New Left Review*, 2001.

Puar, Jasbir. *Terrorist Assemblage: Homonationalism in Queer Times*. Durham: Duke University Press, 2007. <https://doi.org/10.1215/9780822390442>

Puar, Jasbir. “Rethinking Homonationalism”. *International Journal of Middle East Studies*, 45, n. 2 (2013): 336–339. <https://doi.org/10.1017/S002074381300007X>

Ram, Uri. *Israeli Nationalism: Social conflicts and the politics of knowledge*. London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2011. <https://doi.org/10.4324/9780203844410>

Ribeiro, António Sousa. “Reversos da modernidade: colonialismo e Holocausto”. Em *Geometrias da Memória: configurações pós-coloniais*, org. António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro, 43–58. Porto: Edições Afrontamento, 2016.

Safran, William. “Diasporas in Modern Societies: Myths of Homeland and Return”. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, 1, n. 1 (1991): 83–99. <https://doi.org/10.1353/dsp.1991.0004>

Said, Edward W. *Orientalismo*. Traduzido por Pedro Serra. Lisboa: Cotovia, 2004.

Sand, Shlomo. *The Invention of the Jewish People*. Traduzido por Yael Lotan. London; New York: Verso, 2009.

Sand, Shlomo. *The Words and the Land: Israeli Intellectuals and the Nationalist Myth*. Traduzido por Ames Hodges. Los Angeles; Cambridge: Semiotext(e); Distribuído por MIT Press, 2011.

Santos, Boaventura de Sousa. “Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. Em *Epistemologias do Sul*, org. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, 23–71. Coimbra: Almedina, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>

Sartre, Jean-Paul. *Réflexions sur la question juive*. Paris: Gallimard, 2006.

Shafie, Ghadir. “Pinkwashing: Israel’s International Strategy and Internal Agenda”. *Khol: A Journal for Body and Gender Research*, 1, n. 1 (2015): 82–86.

Shenhav, Yehouda, e Hannan Hever. “‘Arab Jews’ after Structuralism: Zionist Discourse and the (de)Formation of an Ethnic Identity”. *Social Identities*, 18, n. 1 (2012): 101–118. <https://doi.org/10.1080/13504630.2011.629517>

Shohat, Ella. “Sephardim in Israel: Zionism from the Standpoint of Its Jewish Victims”. *Social Text*, n. 19/20 (1988): 1-35. <https://doi.org/10.2307/466176>

---

Sibai, Sirin Adlbi. *La cárcel del feminismo: hacia un pensamiento islámico decolonial*. México, D.F.: Akal, 2016.

Smootha, Sammy. “The Mass Immigrations to Israel: A Comparison of the Failure of the Mizrahi Immigrants of the 1950s with the Success of the Russian Immigrants of the 1990s”. *Journal of Israeli History*, 27, n. 1 (2008): 1–27. <https://doi.org/10.1080/13531040801902708>

Spivak, Gayatri Chakravorty. “Can the Subaltern Speak?”. Em *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: A Reader*, org. Patrick Williams e Laura Chrisman, 66-111. New York: Columbia University Press, 1994.

The Knesset. 1950. “The Law of Return 5710”. <https://www.knesset.gov.il/laws/special/eng/return.htm>.

The Knesset. 2018. “Basic Law: Israel - The Nation State of the Jewish People”. <https://knesset.gov.il/laws/special/eng/BasicLawNationState.pdf>.

UNRWA. 2019. “Palestine refugees”. <https://www.unrwa.org/palestine-refugees>.

Weizman, Eyal. *Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation*. London; New York: Verso, 2007.

Wolfe, Patrick. “Settler Colonialism and the Elimination of the Native”. *Journal of Genocide Research*, 8, n. 4 (2006): 387–409. <https://doi.org/10.1080/14623520601056240>

Wolfe, Patrick. *Settler Colonialism and the Transformation of Anthropology: The Politics and Poetics of an Ethnographic Event*. London; New York: Cassell, 1999.

Yiftachel, Oren. *Ethnocracy: land and identity politics in Israel/Palestine*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

\*\*\*

Recebido: 27 de janeiro de 2020

Aprovado: 16 de março de 2020

---

Dossiê: Identidades e sexualidades hegemônicas e contra-hegemônicas. Feminidades e masculinidades em tempos autoritários

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.29804>

**Toda a Biologia é *queer*: subjetivação e diversidade**

**All Biology is *queer*: subjectivation and diversity**

**Toda la Biología es *queer*: subjetivación y diversidad**

José Luís Ferraro\*

<https://orcid.org/0000-0003-4932-1051>

RESUMO: Ao sustentar o argumento de que toda a Biologia é *queer* o presente trabalho tem como objetivo jogar luzes sobre a importante discussão que diz respeito ao uso equivocado do conhecimento biológico frente à complexidade da temática da construção das identidades de gênero e sexual. A instrumentalização negativa dessa ciência e a ingenuidade relacionada à sua compreensão discursiva produzem uma série de erros comumente utilizados para a manutenção dos corpos *queer* em uma condição de anormalidade no interior de uma sociedade patriarcal, heteronormativa e binária. Assim, o artigo pretende mostrar que a Biologia se funda por essência na – e pela – biodiversidade e que sua epistemologia compreende os modos de existência *queer*, embora não exista nenhum tipo de determinismo biológico, mas arranjos singulares responsáveis pela constituição dessas subjetividades – processos de individuação relacionados às formas de desejo, aos modos de afecção e às performances, produzindo na condição contra-hegemônica dos sujeitos *queer* formas de resistências possíveis.

Palavras-chave: Biologia. *Queer*. Identidades de gênero e sexual. Individuação. Processos de subjetivação.

---

\* Professor pesquisador dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Educação em Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). *Visiting Research Fellow da University of Oxford* (Reino Unido) e Professor Visitante da Universidade de Coimbra (Portugal). Doutor em Educação e Mestre em Biologia Celular e Molecular é Licenciado em Ciências Biológicas. Desenvolve pesquisas no campo da Educação que se circunscrevem no âmbito da cultura, do currículo e dos processos de subjetivação na contemporaneidade, bem como no da epistemologia relacionada à Filosofia da Biologia. E-mail: jose.luis@pucrs.br

ABSTRACT: By supporting the argument that all Biology is *queer*, this paper aims to shed light on an important discussion regarding the mistaken use of biological knowledge related to the complexity of gender and sexual identities construction theme. The negative instrumentalization of this science and the naivety related to its discursive understanding produces a series of errors commonly used to keep *queer* bodies in an abnormal condition in a patriarchal, heteronormative and binary society. Thus, the article intends to show that Biology is essentially based on – and by – biodiversity and its epistemology comprises *queer* modes of existence, although there is no type of biological determinism, but singular arrangements responsible for the constitution of these subjectivities – individuation processes related to forms of desire, modes of affection and performances, producing in the counter-hegemonic condition of subjects *queer* forms of possible resistance.

Keywords: Biology. *Queer*. Gender and sexual identities. Individuation. Subjectivation processes.

RESUMEN: Al sostener el argumento de que toda la Biología es *queer*, el presente artículo tiene como objetivo arrojar luz sobre una importante discusión acerca del uso equivocado del conocimiento biológico frente a la complejidad del tema de la construcción de las identidades de género y sexual. La instrumentalización negativa de esta ciencia y la ingenuidad relacionada con su comprensión discursiva producen una serie de errores comúnmente utilizados para mantener los cuerpos *queer* en una condición anormal en el interior de una sociedad patriarcal, heteronormativa y binaria. Por lo tanto, el artículo tiene la intención de mostrar que la Biología se basa esencialmente en – y por – la biodiversidad y que su epistemología comprende modos de existencias *queer*, aunque no hay ningún tipo de determinismo biológico, sino arreglos singulares responsables por la constitución de estas subjetividades – procesos de individuación relacionados con las formas de deseo, modos de afición y performances, produciendo en la condición contrahegemónica de los sujetos *queer* formas posibles de resistencia.

Palabras clave: Biología. *Queer*. Identidades de género y sexual. Individuación. Procesos de subjetivación.

### Como citar este artigo:

Ferraro, José Luís. “Toda a Biologia é *queer*: subjetivação e diversidade”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 172-188.

\*\*\*

### Introdução

O presente trabalho sustenta o argumento de que toda a Biologia é *queer* porque a mesma se constitui como ciência que se funda a partir da biodiversidade ao considerar a evolução biológica como seu eixo estruturante. É a partir do processo evolutivo que tudo é compreendido. Como afirma Dobzhansky (1973), nada faz sentido, senão à luz da evolução.

---

Para tanto, a argumentação se vale da necessidade de uma Biologia que não esteja apartada do debate social, mas como fundamento de demandas relacionadas à comunidade LGBTQI+. Para tanto, faz-se uma crítica à *instrumentalização negativa* da Biologia e à ingenuidade discursiva associada a essa ciência, que consiste na perpetuação de equívocos colocando-os como *doxa* (Bourdieu 1993; Bourdieu e Eagleton 1992), confundindo conhecimento biológico e crenças injustificadas – típicas do senso comum.

Contrário a essa proposição me sirvo da análise dos processos de individuação e de singularização, bem como seus modos de subjetivação inerentes, para demonstrar que a construção das identidades de gênero e sexual independe de qualquer tipo de determinismo biológico e que o próprio conhecimento que se produz no interior dessa ciência, desde que corretamente compreendido e aplicado, nada mais faz senão corroborar à naturalização da expressão de modos de existência potentes.

Por fim, o trabalho articula tais elementos com a dimensão da governamentalidade, observando como uma mudança de postura – embasada pelas contribuições de uma Biologia *queer* – poderá produzir impactos sobre como poderão ser pensadas biopolíticas que têm como alvo a população LGBTQI+.

### **A centralidade do problema**

A origem do termo *queer*, embora pré-existente na Língua Inglesa – onde sua utilização dá-se de forma pejorativa – se confunde com a história das lutas da comunidade que é hoje denominada de LGBTQI+. Sob essa perspectiva, tal expressão se potencializa, deixando de denotar apenas aquilo seria *estranho*, *anormal* ou *desviante* – empregada, assim, como sinônimo ou referência à homossexualidade, bem como a comportamentos ou expressões que fogem de um padrão heteronormativo. O *queer* passa, então, a compor outras conotações, a ter outros significados; estes relacionados às práticas de emancipação e de reafirmação das diferenças – como base das constituições identitárias deste grupo – sob uma perspectiva crítica. Nesse sentido, o *queer* se coloca como expressão da diversidade, buscando não apenas visibilidade ou reconhecimento, mas emancipação (Louro 2001; Louro 2018).

O que de fato existe na discussão em torno do *queer* são reivindicações de modos de existências singulares. São diferentes indivíduos em suas distintas formas de composição de suas vidas que ampliam a mirada para a diversidade dos corpos, dos comportamentos, das personalidades. Assim, o *queer* passa a ter uma fundamental importância para a humanidade exatamente por produzir realidades individuais, modos de vida únicos, não binários e, portanto,

mais potentes que perturbam a tranquilidade da norma (Silva 2002); de uma heteronormatividade que se impõe como vigente.

Michel Foucault ao estudar o *poder disciplinar* e a *governamentalidade*, nos apresenta a importante relação que a humanidade estabeleceu com a normalização ao longo da história. Em *Vigiar e punir* (Foucault 1999), o filósofo mostra como o corpo se converte em território passando a ser inscrito numa *economia de poder* – sendo passível de uma correção que estaria a serviço de uma produtividade expressa pela relação direta dos elementos do binômio *docilidade/utilidade*. Isso significa dizer que quanto mais docilizados os corpos – pela aplicação do poder disciplinar com a finalidade da correção –, mais produtivos eles também se tornam. Sob essa lógica, a normalização associa-se à – ou depende da – correção.

Já em *Segurança, território e população* (Foucault 2008a), o foco do exercício do poder não se concentra mais nos corpos, mas se expande para a dimensão social com a emergência da *população*. Este conceito biológico aparece na história quando passa a haver o reconhecimento do coletivo humano associado à categoria taxonômica de *espécie*. Assim, o surgimento de uma população humana – compreendida como agrupamento de seres humanos que coabitam e coexistem – é essencial para a transição entre modelos de formas de governar. A população é o elemento central que permite a atribuição de um valor – no sentido axiológico – à vida humana.

Essas formas de vida, assim organizadas na transição entre Feudalismo e o Mercantilismo, é que passam a ser o foco de um poder que – então – deixa de ser exercido por um soberano para a ser exercido por um governante. Um poder soberano que dispunha sobre a vida e a morte das pessoas se transmuta passando a ter como imperativo o “fazer viver”, assumido como compromisso dos governantes que passam a agir orientados por uma razão de Estado (Foucault 2008a; Foucault 2016). Assim, mecanismos de vigilância e controle começam a ser estrategicamente pensados e a ser exercidos sobre a população para identificação de padrões de distribuição, dispersão e de circulação das coisas e das pessoas. O governante deve conhecer porque precisa fazer a gestão dos riscos e, para tal, necessita estabelecer critérios de normalidade.

Este é o ponto que gostaria de enfatizar: ao examinar a *governamentalidade*, Foucault nos mostra que a *norma* – ou a normatização – é sempre posterior ao desejo de normalização: é a normalidade que, anteriormente, se projeta em sua virtualidade como cenário desejado ou condição a ser atingida. (Foucault 2008a). Penso em uma situação “ideal” antes de desenhar mecanismos normativos que possam me conduzir a ela. Isso significa dizer que os modos de existência *queer* poderiam ser reconhecidos, tendo seus direitos garantidos se as bandeiras de luta da comunidade LGBTQI+ pudesse, também, estar contempladas no horizonte de uma agenda social inclusiva que

---

contribuísse para a superação da heteronormatividade e do binarismo como condições que se impõem.

A inclusão e a hospitalidade como horizonte na aceitação do outro, do estrangeiro, daquele diferente de nós – tal qual no sentido levinasiano e derridiano (Levinas 1980; Derrida 1999; Derrida e Dufourmantelle 2014). Eis uma tarefa que se apresenta em toda a sua complexidade, pois requer mudança. Lidam-se com elementos culturais e, portanto, semioestéticos, que organizam nossa vida em sociedade como parte de uma tradição patriarcal heteronormativa, binária, machista e inflexível. Um discurso que se apropria dos sujeitos de diferentes gêneros, tamanha é sua força e poder de persuasão. A cultura como o grande filtro que nos permite compreender os signos da realidade, compartilhar modos de representação e, portanto, significação – de acordo com a perspectiva dos estudos culturais (Hall 2014) – ganha um importante reforço da própria ciência para a manutenção do *status quo* social.

Nesse sentido a ciência, mais do que um empreendimento metodológico, deve ser compreendida como discurso. Um discurso para a mudança, cujos enunciados conduzem “as regras do jogo científico” ou como diria Bourdieu, os modos de regulação sobre como os agentes do campo científico podem e/ou devem seguir para se deslocarem em seu interior (Bourdieu 1991). Assim, ao não compactuarmos com estes pressupostos enunciativos, somos automaticamente excluídos deste campo. O que quero explicitar com isso é que como qualquer discurso, o científico apresenta-se empoderado e, em sua origem apresenta as mesmas assimetrias de gênero visíveis na sociedade. Ainda, a crença na ciência impacta sobre os modos como me desloco no interior de outros campos, assim a ciência também surge como elemento referencial da conduta humana.

Apresento esse argumento, fundamentalmente, porque o postulado desse trabalho se encontra desde o seu título: toda a Biologia é *queer*. Isso significa, em primeiro lugar, subverter uma lógica equivocada de emprego de justificativas biológicas na defesa da manutenção do que de forma totalmente sem sentido tem se denominado de “ideologia de gênero”<sup>1</sup>. A isso refiro-me como sendo uma *instrumentalização negativa*<sup>2</sup> da Biologia, como tentativa de empoderar – sob um suposto crivo ou alegação científicos – ainda mais a heteronormatividade tomada como padrão de normalidade; e que é incompatível com o estatuto epistemológico dessa ciência que tem a evolução biológica como seu eixo estruturante, pautando a importância da diversidade.

Em segundo lugar, a relevância da discussão em torno da *instrumentalização negativa* da Biologia busca dar visibilidade à condição falaciosa de discursos que soam como verdades,

---

<sup>1</sup> Na França, *théorie du gender*, segundo Garbagnoli (2014).

<sup>2</sup> Enunciados equivocados de que a homossexualidade teria um fundo genética e poderia ser passível de correção por uma suposta reprogramação gênica ou que os genes determinam gênero e sexualidade, são exemplos da instrumentalização negativa da biologia.

exatamente pela suposta argumentação científica que estaria sustentando o erro de compreensão que passa despercebido, mas que desacertadamente assume *status* de verdade. Esse é um debate premente e contemporâneo, considerando a sociedade pós-democrática na qual vivemos e os modos como temos sido alvejados pelo senso comum, pelas pós-verdades e pelas *fake news*.

Considerando a pós-democracia que tem como marca a relativização das leis e da própria ciência, fazendo-as servir aos interesses de quem detém o poder, este artigo pretende marcar posição, dizendo um sonoro “Não!” à instrumentalização negativa da Biologia empregada como fundamento à falaciosa ideologia de gênero. Trata-se de reafirmá-la em sua positividade relacionada à expressão da sua potência como ciência que toma a vida por objeto e cujos conceitos devem ser utilizados como ferramentas de luta, resistência e reafirmação das alteridades *queer* como modos de existência potentes; garantindo sua inclusão, aceitação e não marginalização.

### **Toda a Biologia é *queer***

Antes de enfrentar e ampliar a discussão em torno da proposição desse trabalho, creio que seja necessário situá-lo em termos de argumentação em um horizonte teórico, paradigmático. Ao propor uma crítica não apenas à *instrumentalização negativa* da Biologia, mas também aquilo que chamaremos de *discurso biológico ingênuo*<sup>3</sup> – em seu sentido acrítico – e que se impõe de maneira equivocada não pela má intenção, mas pela força do costume e da falta de reflexão – e por isso ingênuo –, a presente discussão marca posição inscrevendo-se no interior de uma abordagem crítica; visando, nesse sentido, uma desconstrução anterior a reafirmação da vida, enquanto objeto dessa ciência, como vontade de poder.

Assim, como em Nietzsche, a ideia de *devenir* está relacionada à multiplicidade daquilo que as formas de vida podem *vir a ser*, à referência que o filósofo alemão faz à *vontade de potência* (Nietzsche 2011). É a partir disso que compreendo que a Biologia, uma vez refém da *instrumentalização negativa* ou do *discurso biológico ingênuo* que servem ao pensamento binário e excludente, é sabotada por ser despotencializada. Faz uma falsa promessa quando é reduzida dessa forma, mas ao mesmo tempo se apresenta como a ciência da vida, compreendendo sua diversidade. Logo, o que pretendo operar com este artigo é uma desconstrução.

A desconstrução como corrente teórica alcança sua máxima expressão na obra de Jacques Derrida (Derrida 2001). Ao propor o *desconstrucionismo*, o filósofo coloca em suspeição não apenas questões éticas, filosóficas, literárias e sociopolíticas – situadas em contextos históricos específicos

---

<sup>3</sup> O *discurso biológico ingênuo* consiste na crença irrefletida e, portanto, ingênua – acrítica – em enunciados biológicos instrumentalizados negativamente. É o que associa a Biologia ao senso comum produzindo pseudoverdades utilizadas como falsas justificativas para argumentos que pretendem se passar por científicos.

---

–, mas também a organização da ciência moderna e a própria metafísica com seus dualismos por ela herdados e verificáveis a partir do jogo entre o *verdadeiro* e do *falso*. Assim, ao constatar a existência de uma assimetria entre conceitos em oposição, Derrida vai além ao propor uma inversão hierárquica que desconstrói genealogias conceituais e estabelece novas/outras relações possíveis que acabam por nos conduzir a um lugar outro: o espaço não tão seguro das ambivalências.

Para Derrida, algo que parece estar fora de um sistema se encontra dentro do mesmo e aquilo que parece natural, tem uma origem histórica. Isso significa dizer que na oposição entre heterossexualidade e homossexualidade o que se produz é uma necessária interdependência conceitual; onde para o heterossexual reafirmar sua existência, é necessária a existência do homossexual em oposição (Derrida 2004). Trata-se, também, disso: propor uma inversão – uma oposição entre a vida e o vivo – que busca a correção de um erro histórico que começa quando compreendemos a Biologia como ciência da vida; quando, na verdade, seu estatuto epistemológico só se torna possível a partir de uma série outras ciências, ditas biológicas, que focam na especificidade dos seres vivos.

Em *As palavras e as coisas*, Foucault trata da emergência da Biologia a partir da História Natural (Foucault 1999b). Na transição entre as *epistemes* clássica e moderna, o filósofo nos permite observar no deslocamento histórico, a complexificação da formação discursiva da História Natural à Biologia. A partir de seu empreendimento arqueológico (Foucault 2007), o autor apresenta as condições de possibilidade para a emergência de um discurso biológico mais abrangente que permitiu que a vida abandonasse sua condição singular presente na História Natural, para outra – coletiva – de traços comuns expressa, agora, por um *discurso sobre a vida* (Foucault 1999b). É essa nova racionalidade sobre a vida que possibilitou a emergência da população como nos referimos anteriormente (Foucault 1999b). Uma população humana que se organiza como espécie e que precisa ser governada.

Isso significa dizer que a vida que surge como formação discursiva é que se torna o alvo das práticas de governo. A Biologia não extinguiu a História Natural, mas a superou na medida em que os seres vivos como efeito da anatomia, da zoologia, da botânica e da sistemática, também passaram a ser o das demais ciências biológicas: bioquímica, biofísica, evolução, ecologia, genética, micologia, microbiologia, biologia celular, histologia, parasitologia, embriologia, ficologia, etc. Entre a História Natural e à Biologia verifica-se uma complexidade na formação discursiva pela emergência de novos ramos de estudo das formas vivas, expressos pelas ciências biológicas. Cada uma delas tomando os seres vivos com um propósito ou, até mesmo, tendo como foco a especificidade de determinados grupos. É nesse sentido, que passam a surgir enunciados que

---

definem o que é vida pelo que de comum os seres vivos compartilham e por suas diferenças com os seres não vivos.

Tal virada epistemológica se dá a partir de Georges Cuvier – naturalista que viveu entre os séculos XVIII e XIX –, quando passa a desenvolver estudos de anatomia comparada, associando às estruturas anatômicas a ideia de funcionalidade (Foucault 1999b). Assim, a própria anatomia, ciência biológica estática, abre caminho para o que viria ser a fisiologia. Segundo o próprio Foucault em *A ordem do discurso* (Foucault 2008b) se foi Charles Darwin que torna Gregor Mendel e a genética mendeliana possível, arrisco a dizer que foi Cuvier que tornou, por sua vez, Darwin e a teoria da Evolução – postulada juntamente com Alfred Russell Wallace – possível.

A questão colocada para a sustentação de que toda a Biologia é *queer* passa pela compreensão da evolução biológica, mais especificamente da biodiversidade como resultado do processo de seleção natural, e da inexistência da relação entre o biológico e algum tipo de determinismo, mas com arranjos singulares que se produzem como acontecimentos e influenciam processos genéticos, ontológicos, evolutivos e etológicos. Ou seja: são esses agenciamentos que, no interior da Biologia, produzem as singularidades, a diversidade, evidenciando a diferença como o processo de tornar-se diferente. Deve-se, assim, enfatizar a diferença como movimento que se materializa e verifica na produção do diferente nessas perspectivas que poderiam ser avaliadas pela perspectiva ecológica que as contempla – considerando a ecologia (*οικολογία*) como o “estudo da casa” (*οίκος + λογος*), responsável pela totalidade da trama das relações entre seres vivos; e destes com ambiente em que vivem.

Logo, o *diferente* é ponto de chegada. *Toda Biologia é queer* exatamente pelo fato de que é pautada pela evolução como constante transformação, como *dialética da vida* no cerne de uma Biologia que se produz e se afirma de maneira paradoxal: sua epistemologia se funda na *diferença*, mas sua organização científica busca uma condição normativa que busca afastar as imprecisões, o desvio as ambivalências. Se por um lado é imperativo pacificar a classificação – encontrando para todos e cada um, algum lugar específico –, por outro, a biodiversidade é celebrada no interior de um discurso sobre a vida que pretende organizar o caos da natureza.

Chegamos aqui à ideia de processo. Se o diferente é o eterno devir da evolução, ponto de chegada em um estágio que se abre à multiplicidade sempre inacabada de tornar-se outro – a partir de variações ambientais que se apresentam como fatores limitantes ou de aspectos genéticos que podem estar relacionados ao acaso – faz-se necessário, para que possamos debater possibilidades para uma Biologia *queer*. Para tanto, devemos considerar aquilo que Gilbert Simondon e Gilles Deleuze denominaram de *processos de individuação* e de *singularização*, respectivamente.

---

Assim, a partir de elementos da *individuação* e da *singularização* – associados a conceitos da Biologia – serão evidenciados aspectos que demonstram o quanto a natureza dessa ciência ampara e advoga a favor de modos de existência *queer*, não podendo sob nenhuma hipótese, ser utilizada como argumento da manutenção discriminatória – seja pelas vidas de sua *instrumentalização negativa* ou de um *discurso biológico ingênuo* –, mas como embasamento para uma vida potente, que contribua para a liberação dos modos de existência *queer* – e suas construções identitárias de gênero e sexualidade não hegemônicas – de toda e qualquer condição heteronormativa e binária que se impões como desejo de sua aniquilação.

### **Processos de individuação e singularização: fundamentos para uma Biologia *queer***

Inicialmente, meu desejo neste ponto é o de esboçar múltiplas conexões entre o processo evolutivo, os processos de individualização e subjetivação e a produção de corpos *queer*, evidenciando que o discurso biológico se torna potente sustentando modos de vida *queer*, afastando assim a *instrumentalização negativa* e o *discurso biológico ingênuo* que nos conduzem não apenas ao erro conceitual, mas que surgem como potências destrutivas porque sua pecha de cientificidade acaba por apartar (in)conscientemente a Biologia de temáticas sociais prementes. Nesse sentido, trata-se de produzir agenciamentos horizontais tal qual o conceito de *rizoma* em Deleuze e Guattari, estabelecendo linhas de conexão entre estes elementos que serão percorridas por fluxos de desejo (Deleuze e Guattari 2011). Aqui o desejo se materializa, exatamente, pela vontade de buscar a trama das relações entre estes polos que justifique que *toda Biologia é queer*.

Quando Charles Darwin e Alfred Russel Wallace postularam a evolução biológica como teoria, talvez não tivessem imaginassem como seus postulados transformariam o mundo. A relação entre seres vivos e meio ambiente expressa por meio da luta pela sobrevivência – a qual foi denominada de *seleção natural* – surge como resultado do processo evolutivo (Darwin e Wallace 1858). Um século depois de Hegel e no mesmo de Marx, sem perceber, Darwin e Wallace apresentavam a evolução como dialética da vida: vida e meio em íntima relação expressa pela resposta dos seres vivos às pressões seletivas, aos fatores limitantes ambientais.

Assim, a evolução surge para explicar o que já havia sido uma preocupação de Jean-Baptiste Lamarck: a origem da diversidade e da capacidade adaptativa dos seres vivos. Naquele momento, as modificações, as transformações eram expressas na superfície e se resumiam ao visível: as cores, as formas, o tamanho das estruturas, bem como a presença e/ou ausência destas naquilo que, até então – ainda –, não constituía o quadro geral das espécies e que só se tornou possível com Darwin-Wallace. A questão que deve ser colocada a partir disso é que antes da Biologia, a História Natural

---

e os naturalistas já se ocupavam da diversidade, mas focavam em um nível individual que passou a compor uma individualidade coletiva expressa pela espécie enquanto categoria taxonômica. A evolução das formas vivas passava a explicar a biodiversidade pelo mecanismo de seleção natural de forma não orientada.

A partir da evolução biológica, podemos afirmar que a história da Biologia também passa a ser a história dos modos de individuação e processos de singularização como forma de resistência. Nenhum ser vivo passa incólume considerando a totalidade do processo evolutivo. Por menor que seja, há algum tipo de expressão como resposta aos estímulos do meio: a isso denominamos de irritabilidade. Logo, o sucesso evolutivo de uma determinada espécie passa pela capacidade de resistir às modificações impostas pelo ambiente, mesmo que isso implique em modificações pontuais de suas estruturas – hoje sabemos que não apenas externas, mas também internas como os genes e a bioquímica envolvida em processos fisiológicos – em direção a uma condição adaptativa que lhes permita a continuidade de sua perpetuação.

É por meio da evolução que a Biologia passa a ser compreendida como a ciência que toma a diversidade da vida como objeto. Afirmar que ela é a ciência da vida, no entanto, soa como impossibilidade pela polissemia do termo, senão com a ressalva de que ela passa a se constituir como a ciência das formas de vida e portanto, da biodiversidade. É por isso que tenho sustentado que toda a Biologia é *queer*. A evolução biológica construiu-se não o quadro geral da normalidade, mas estipulou-se o grau de parentesco – proximidade e distância – de individualidades compreendidas como formas de vida singulares.

A organização biológica poderia surgir como condição normal apenas se considerarmos os critérios de classificação – que fazem dela, também, artificial. Ou, ainda, se considerássemos uma coerência dos modos de fazer da Biologia enquanto ciência, que produz um estatuto epistemológico inserido em uma lógica daquilo que Thomas Kuhn denominou como sendo a “ciência normal” (Kuhn 1994). E aqui ao nos referirmos à obra de Kuhn e ao conceito de ciência normal – e, por consequência, aos paradigmas que podem ser encontrados em seu interior – reiterando que o autor também considera a existência de uma “ciência extraordinária” como novos/outros paradigmas e anterior à consolidação da revolução científica.

Este é o ponto: a Biologia *queer* surge como “ciência extraordinária” dizendo alguns sonoros não a paradigmas que não mais atendem as demandas da contemporaneidade quando se trata de enfrentarmos a temática da diversidade de gênero e sexual, bem como da construção de identidades a elas relacionadas. É preciso reafirmar outros paradigmas que sustentem, de fato uma Biologia que lute por uma reafirmação da biodiversidade e pela existência não marginalizada de formas de vida contra-hegemônicas e semioticamente decodificadas no que tange à sexualidade ou às formas de

---

identificação, expressão e orientação sexual. Máquinas de guerra, nômades, sendo, portanto, *desterritorializadas* como se referiram Deleuze e Guattari (Deleuze e Guattari, 2000; Guattari, 2011).

Para compreendermos a relação entre a evolução biológica como produtora da biodiversidade e o que sustenta o argumento de uma Biologia *queer* é preciso compreender como a diferença se produz no ser humano. A espécie humana se torna o foco porque o termo *queer* diz respeito à uma condição dissonante, expressa formas de resistência singulares que se dão em um nível individual-subjetivo.

Gilbert Simondon foi decisivo para explicitar os mecanismos da *individuação como processo*. Isso significa estudar a ontogênese do indivíduo a partir de um *princípio de individuação* que não se confunde com o processo em si, mas que é parte do mesmo. Assim, a individuação é o ponto de chegada, um processo em eterno *devenir*, inesgotável pela sua potência (Simondon 1964; Simondon 1989).

É preciso destacar que Simondon não foi o primeiro a preocupar-se com a individuação, mas propôs uma mirada diferente sobre como nos individualizamos. O filósofo francês parte de duas correntes de pensamento: a *substancialista* e a *hilemórfica*. A substancialista é atomística e considera o indivíduo uno, como um núcleo estável. A hilemórfica, por sua vez – em sentido oposto – considera o indivíduo a partir da associação da matéria (*bilê*) e da forma (*morphê*). Se na primeira o ser vivo estava fundado em si mesmo sendo considerando inengendrado, na segunda observa-se a possibilidade de um indivíduo engendrado por ser cindido, porque a ele se atribui, exatamente uma matéria (como potência) e uma forma (como ato): o indivíduo potente como “ser”, cuja condição de ser é o ato, a ação (Simondon 1964; 1989).

Tanto em uma, quanto em outra há a pressuposição de um princípio que dirigiria o processo de individuação: um princípio de individuação anterior à existência do próprio indivíduo, do próprio ser. O que Simondon faz é deixar de explicar a individuação anterior a existência do indivíduo, focando como ponto de partida o próprio ser já constituído. Olha para o princípio de individuação ao longo da ontogênese desse indivíduo que já se constituiu. Esse posicionamento o permite partir de uma condição de hecceidade como marca primordial ou originária do ser constituído que pode devir em hecceidades múltiplas. Assim, o princípio de individuação poderia ser compreendido como um princípio de hecceidade (Simondon 2009).

Assim, é preciso reconhecer os momentos. O princípio de individuação empreendido no processo de individuação, sua operação e a materialização de um indivíduo constituído. Este, por sua vez, deve ser compreendido como uma realidade relativa, pré-individual exatamente porque a individuação é *devenir*; nunca termina. Assim, o processo faz aparecer um indivíduo-meio que se encontra entre a pré-individuação e a pós-individuação. Simondon faz referência às forças que

---

conduzem esse processo, denominando tal indivíduo como metaestável (Simondon 1964; Simondon 1989).

O indivíduo como sistema metaestável está sempre aberto às possibilidades de devir outro. Assim como a vida para a Biologia, configura-se como um reservatório de potências. É nesse sentido que Simondon ressalta que um indivíduo – como resultado do processo de individuação – nunca será “todo” ser: ele sempre habitará uma condição pré-individual, o que significa dizer que ele permanece sempre sendo. Assim, por esta lógica, Simondon afirma que o indivíduo é sempre um ser defasado<sup>4</sup> em relação a si mesmo e que a individuação aparece como resolução de um sistema vivo a uma condição problemática (Simondon 1964; Simondon 1989; Deleuze 2003).

O filósofo se dedica a compreender como o indivíduo-meio, o metaestável – se individua a partir de um antes e um depois. Para ele o indivíduo que é sempre resultado e meio de sua própria individuação está constantemente reinventando suas estruturas para adaptar-se, reorganizando suas forças. Entre o antes e o depois, passando pela condição metaestável existe uma diferença de energia potencial. Essa diferença é sempre a fonte de possíveis novas individuações. Logo, o indivíduo é um ser que se resolve parcialmente defasando-se em relação a si mesmo (Simondon 1964; Simondon 1989; Pelbart 1998).

Sob a lógica da individuação não há espaço para considerarmos a estabilidade, pois essa é uma condição definitiva, totalizante. É preciso ser estável suficiente, portanto, metaestável para devir. A vida torna-se individuação perpétua conduzida por dois conceitos introduzidos por Simondon: *ressonância interna* e *informação*. É a partir deles que os vivos se resolvem com o meio, também no processo evolutivo. A relação adaptativa no ser humano dá-se por *ressonância interna*, que é a forma como os seres vivos se comunicam com – ou captam a – realidade externa; e por *informação*, o meio como o ser vivo se torna o elo que comunica os estágios pré e pós-individuação: ou seja, como ele conecta momentos díspares de estágios de individuação relacionando-se com a forma e/ou com a significação (Simondon 1964; 1989; Deleuze 2003).

Em um contexto sociocultural essa relação está bem compreendida, afinal, a ressonância poderia ser expressa a maneira como o indivíduo percebe e/ou recebe o sistema simbólico-cultural, a semioestética, e por informação como ele conecta em termos de percepção daquilo que ele está sendo no momento presente com a percepção daquilo que ele pode devir. Assim o a pré-individualidade se depara com uma fase denominada de *problemático*, que será considerada o primeiro momento do ser. Logo em uma fase posterior de *adaptação*, estabelece uma relação com o

---

<sup>4</sup> Embora haja essa convicção, Simondon afirma que no caso da individuação biológica essa defasagem pode ser mitigada pelo fato de que nos seres vivos o processo de individuação também requer modificações ou produção de novas/outras estruturas internas que ocorre durante a auto-modulação anterior à constituição do indivíduo.

---

meio, e pela recepção da informação inicia a uma terceira fase de (auto)*modulação*, finalizando um dos movimentos de individuação; retornando – novamente – a uma condição de realidade pré-individual (Simondon 1964; 1989; Deleuze 2003).

Se aplicássemos lógica semelhante à evolução biológica, teríamos que observar a individualidade coletivas dos grupos específicos. A *ressonância interna* seria a percepção de determinada população de seres vivos relacionada às pressões seletivas e a *informação* a resposta a uma tentativa de adaptação para uma resolução, que no caso se daria pela continuidade de sua existência, pela sua perpetuação ou não-extinção. Não podemos falar aqui em compreensão de realidades díspares porque, à exceção dos seres humanos, estamos lidando com modos de existência sem capacidade reflexiva.

O fato é que o processo evolutivo, mesmo que observado naquilo que me referi como sendo a individualidade coletiva das espécies, ou seja, indivíduos que compartilham características comuns produz formas de singularização específicas: tanto em nível individual-subjetivo quanto no próprio coletivo que, agora, pode apresentar variantes comuns ou específicas. A singularização como processo – estudada por Deleuze e Guattari – se encontra associada à individuação e consiste na construção da identidade pela diferença, na construção de uma *autorreferencialidade*: uma ruptura que ao mesmo tempo reafirma-se também como forma de resistência como afirma Horkheimer. (Deleuze e Guattari 2000; Horkheimer 2007).

Em Biologia poderíamos falar de uma singularização coletiva ou individual, sendo esta causada por mutações individuais ou pela *epigenética*, que consiste em modificações no funcionamento do DNA que pode ativar ou inibir determinados genes. A singularidade para a Biologia é o que torna únicos os indivíduos em uma coletividade, podendo também se produzir não apenas em termos genéticos, mas ecológicos, a partir das relações em uma comunidade biológica.

Com efeito para uma Biologia *queer*, minha análise em relação ao binômio individuação-singularização se dá mais no campo da produção de subjetividades *queer* que podem – e devem – ter o discurso biológico direcionado a seu favor e não estabelecido com o equivocado imperativo da normalidade subjetiva. A relação feita até aqui com a dimensão evolutiva se justifica exatamente pelo fato de ser a evolução biológica a produtora da biodiversidade, que também é expressa na espécie humana como fruto da individuação e da singularização compondo diferentes formas de composição e de condução dos modos de vida.

É nesse sentido que aproximo a discussão biológica da construção de identidades de gênero e de sexualidade, entendendo que o sujeito *queer* não se produz por nenhum tipo de determinismo biológico, mas que exatamente por isso, é injustificável o uso da ciência em nome de uma tentativa

---

de supressão de formas de vida potentes que buscam sua reafirmação em uma sociedade estruturada para sua marginalização, exclusão e até mesmo aniquilação.

A subjetividade surge como produto da individuação e da singularização quando analisamos a dimensão das relações *transindividuais*. Guattari se refere à subjetividade por um lado como produto da alienação e da opressão e, por outro, da expressão e da criação (Guattari e Rolnik 2011). Isso significa que se por um lado se produz nos indivíduos uma submissão aos modos de recepção de uma subjetividade que se impõe, por outro a singularização é uma expressão criativa. Assim, para Deleuze e Guattari a singularização inerente ao sujeito é uma forma de resistir na perspectiva da criação – o que inclui a sua própria reinvenção (Deleuze 1997; Deleuze e Guattari 2000). Assim, a subjetividade surge como aquilo que estamos em vias de diferir ao consumirmos a *informação* tal qual apresentada por Simondon em uma situação de disparação.

A subjetividade se expressa como um conjunto de crenças em um determinado tempo. Trata-se, assim, da constituição de uma identidade que só muda quando mudam suas experiências, os hábitos. O sujeito se produz como sujeito em prática. É exatamente por isso que no caso da produção das subjetividades *queer*, é equivocado considerarmos condicionantes biológicos, mas a semiótica, a linguagem, os modos de afecção (Guattari e Rolnik 2011).

### **Ao que nos conduz(irá) o presente debate**

Problematizar os modos de existência *queer* a partir de uma Biologia livre de sua instrumentalização negativa ou de um discurso ingênuo, significa desconstruir discursos viciados, uma espécie de *doxa* no sentido bourdiano, de senso comum. Essa é uma discussão que toca o próprio paradigma positivista de herança metafísica de uma ciência verificacionista, onde é preciso decidir o que é verdadeiro e o que é falso. O binarismo impregnado na contemporaneidade é herança moderna; é isso que de alguma forma deve ser relativizado. À nossa condição contemporânea este tipo de pensamento não produz mais efeito. É a insistência em um modelo ou modo de racionalidade que precisa ser superado que faz com que a Biologia se mantenha à parte do debate social – principalmente no que tange às questões de gênero e sexualidade.

A falácia de que as condições de *homem* ou de *mulher* são determinações biológicas dadas pela herança cromossômica não se sustenta, ao contrário da condição de *macho* ou de *fêmea*. Butler coloca em evidência a discussão em torno da performatividade de gênero, ressaltando a existência de outra que diz respeito à sexualidade (Butler 2007). Assim, devemos nos fastar da crença que o determinismo biológico atua nessas questões. A partir disso, devemos nos questionar a importância de buscarmos a essência dessa questão como insiste a tradição metafísica. Talvez precisássemos

nos preocupar com a existência – aceitação e inclusão – e suas potências como efeitos da expressão das vidas *queer*.

A Biologia precisa reconhecer a ambivalência porque a vida é vontade de potência, é devir, é um sistema aberto, uma expressão do caos que é a própria natureza. Não cabe sua atividade de censora afastando toda e qualquer forma de ambivalência. A Biologia se funda essencialmente na biodiversidade. Uma Biologia *queer*, mais do que nunca traz outros paradigmas, que por sua vez, explicam de forma mais satisfatória o momento presente, com impactos sobre sua própria epistemologia. É preciso usá-la em como forma de resistência, em seu potencial criativo e a favor da defesa da livre expressão de ser-sujeito.

A sustentação argumentativa de uma *Biologia queer* implica diretamente sobre aspectos bioéticos e biopolíticos. Ela provocará uma mudança nas formas de governo a partir da reconfiguração de biopolíticas relacionadas à comunidade à LGBTQI+. Ela embasará novas políticas que contemplem a diversidade dos modos de vida *queer*, ampliando a aquisição de direitos, podendo contribuir também para a diminuição da assimetria das relações e oportunidades relacionadas à gênero. Espera-se também que se encerre a discussão em torno do conceito do que vem a ser família tradicional, incluindo-se aí, também, a mitigação do preconceito relacionado aos processos de adoção que envolvem casais gays ou lésbicas, por exemplo.

Haverá, possivelmente, também uma mitigação no que tange à violação não apenas do direito, mas dos corpos da comunidade *queer* como efeito da inserção do debate na esfera educacional como parte essencial à formação cidadã. Trata-se aqui da violência simbólica ou física, desde as formas de agressão gratuita até a violação do corpo do intersexual ainda criança no sentido de enquadrá-los ao binarismo de um dos gêneros socialmente aceitos em uma sociedade heteronormativa, como nos coloca Anne Fausto-Sterling (Fausto-Sterling 2000).

Assim, o objetivo de uma *Biologia queer* é sempre a produção de naturalização da diferença que neste caso se expressa pela especificidade desses modos de existência que serão empoderados e que correspondem a condições identitárias reais. Isso quer dizer que também ajudará não apenas na visibilidade, mas na legitimação da luta *queer*. A ciência, assim, se agenciará na luta pelo reconhecimento e valorização da diferença.

Ainda, haverá impacto na relação sujeito/cultura, afetando os processos de individuação e singularização, bem como os modos de subjetivação. A visibilidade chancelada por uma ciência liberta de sua instrumentalização negativa e/ou de seu discurso ingênuo, será essencial para que o *queer* possa ser visto como expressão de desejo e potência, tendo sua resistência e contra-hegemonia reconhecidos como a criação que implica na liberdade de querer ser quem se quer. Para tanto é preciso fazer emergir no interior de uma *Biologia queer* esse novo/outro sujeito do conhecimento,

---

esclarecido por uma ciência que seja empregada em prol da liberdade que é do outro e que só assim será de todos.

### Referências bibliográficas

- Bourdieu, Pierre. “Le champ littéraire”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 89, n. 1 (1991): 3-46. <https://doi.org/10.3406/arss.1991.2986>
- Bourdieu, Pierre. *Sociology in question*. London: Sage, 1993.
- Bourdieu, Pierre, e Terry Eagleton. “Doxa and common life”. *New Left Review*, 191, n.1, (1992): 111-121.
- Butler, Judith. *El Género en Disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós, 2007.
- Darwin, Charles, e Alfred Russel Wallace. “On the tendency of species to form varieties; and on the perpetuation of varieties and species by natural means of selection”. *Journal of the proceedings of the Linnean Society of London. Zoology*, 3, n. 9 (1858): 45-62. <https://doi.org/10.1111/j.1096-3642.1858.tb02500.x>
- Deleuze, Gilles. “Gilbert Simondon, o indivíduo e sua gênese físico-biológica”. Em: *O reencantamento do concreto*. Cadernos de subjetividade, org. Peter Pelbart e R. da Costa, 97-117. São Paulo: Hucitec. 2003.
- Deleuze, Gilles. *O abecedário de Gilles Deleuze*. Paris: Montparnasse, 1997.
- Deleuze, Gilles, e Félix Guattari. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v.1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.
- Deleuze, Gilles, e Félix Guattari. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- Derrida, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- Derrida, Jacques. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- Derrida, Jacques. *Responsabilité et hospitalité. Manifeste pour l'hospitalité*, Paris: Paroles l'Aube, 1999.
- Derrida, Jacques, e Anne Dufourmantelle. *De l'hospitalité: Anne Dufourmantelle invite Jacques Derrida à répondre*. Paris : Calmann-Lévy, 2014.
- Dobzhansky, Theodosius. “Nothing in biology makes sense except in the light of evolution”. *The american biology teacher*, 35, n. 3, (1973): 125-129. <https://doi.org/10.2307/4444260>
- Fausto-Sterling, Anne. *Sexing the Body*. New York: Basic Books, 2000.
- Foucault, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- Foucault, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola. 17ed. 2008b.
- Foucault, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Foucault, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- Foucault, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- Foucault, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- Garbagnoli, Sara. “Le Vatican contre la dénaturalisation de l'ordre sexuel: structure et enjeux d'un discours institutionnel réactionnaire”. *Synergies Italie*, 10 (2014): 45-67.
-

- Guattari, Félix, e Suely Rolnik. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.
- Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- Horkheimer, Max. *O eclipse da razão*. São Paulo: Ed. Centauro, 2007.
- Kuhn, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.
- Levinas, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- Louro, Guacira Lopes. “Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação”. *Rev. Estud. Fem., Florianópolis*, 9, n. 2 (2001): 541-553. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>
- Louro, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- Nietzsche, Friedrich. *Vontade de potência*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- Pelbart, Peter. *O tempo não-reconciliado*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- Silva, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- Simondon, Gilbert. *L'individu et sa genèse physico-biologique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.
- Simondon, Gilbert. *L'individuation psychique et collective*. Paris: Aubier, 1989.
- Simondon, Gilbert. *La individuación a la luz de las nociones de forma y información*. Buenos Aires: Editorial Cactus y La Cebra Ediciones, 2009.

\*\*\*

Recebido: 28 de fevereiro de 2020

Aprovado: 07 de abril de 2020

**Crise da religião e crítica à modernidade: as reflexões de Jacob Burckhardt  
sobre a história\***

*Crisis religiosa y crítica de la modernidad: reflexiones de Jacob Burckhardt sobre la  
historia*

*Religious crisis and the critique of modernity: Jacob Burckhardt's reflections about  
history*

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha\*\*

<https://orcid.org/0000-0001-6585-6836>

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de produzir uma interpretação do legado intelectual de Jacob Burckhardt à luz de debates historiográficos recentes que tratam da relação entre a história e a crise da teologia protestante de língua alemã ao longo do Oitocentos. Para tanto, buscarei sustentar a hipótese de que a teoria burckhardtiana da história — com sua ênfase estética nos ideais de formação e de contemplação — pode, em grande medida, ser lida como a mais bem acabada de suas respostas à crise surgida a partir desse contato entre a crença religiosa e a ciência histórica no século XIX.

Palavras-chave: Jacob Burckhardt. Religião. Crise.

ABSTRACT: This article aims at an interpretation of Jacob Burckhardt's intellectual legacy *vis-à-vis* the recent historiographical debates that deal with the relationship between history and the crisis of German-speaking Protestant theology throughout the nineteenth century. In order to do so, I claim that Burckhardt's theory of history — with its aesthetic emphasis on the formation and contemplation ideals — can, to a large extent, be read as the most complete of his responses to the religious crisis which arose after the contact between protestant theology and scientific history during the nineteenth century.

---

\* Essa pesquisa contou com o aporte financeiro da Foundation for Polish Science (FNP), Team Program, the “Core Concepts of Historical Thinkin” Project, financiamento nº POIR.04.04.00-00-5C1E17-00.

\*\* Professor do Instituto Federal do Espírito Santo e pesquisador de pós-doutorado pela Adam Mickiewicz University. Doutor em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com estágios de doutorado sanduíche na Freie Universität Berlin, Alemanha e na Europa-Universität Viadrina Frankfurt (Oder), Alemanha. Tem experiência na área de História intelectual, com ênfase em Teoria, Filosofia da História, História dos Conceitos, História da Historiografia e História Global. E-mail: marcelo.cunha@ifes.edu.br

Keywords: Jacob Burckhardt. Religion. Crisis.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo producir una interpretación del legado intelectual de Jacob Burckhardt a la luz de los recientes debates historiográficos que abordan la relación entre la historia y la crisis de la teología protestante de Alemania a lo largo del siglo XIX. Con este fin, trataré de apoyar la hipótesis de que la teoría de la historia de Burckhardt, con su énfasis estético en los ideales de formación y contemplación, puede leerse, en gran medida, como sus respuestas más bien elaboradas a la crisis que surgió desde el contacto entre creencias religiosas y ciencia histórica durante el siglo XIX.

Palabras clave: Jacob Burckhardt. Religión. Crisis.

### Como citar este artigo:

Cunha, Marcelo Durão Rodrigues da. “Crise da religião e crítica à modernidade: as reflexões de Jacob Burckhardt sobre a história”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 189-210.

\*\*\*

### Introdução

Muitos são os estudos que nos últimos anos têm se debruçado sobre a crise vivenciada por parte do pensamento histórico alemão das décadas finais do século XIX e do início do século XX. Seja para identificar os constituintes de um abalo na lógica cartesiana moderna ou mesmo para compreender os contornos de uma ruptura ocorrida na própria maneira de se conceber o tempo na modernidade, vários têm sido os esforços de interpretar esse momento de crise vivido por parte da tradição alemã de pensamento histórico de fins do Oitocentos e das primeiras décadas do século passado.

Destaque especial pode ser conferido à quantidade considerável de trabalhos que têm visado identificar algumas das raízes dessa crise não apenas na ciência histórica em si, mas no pensamento teológico e nas crises religiosas surgidas a partir do contato entre a teologia protestante e os métodos da ciência histórica nos debates de língua alemã dos primeiros decênios do século XIX.

De igual maneira, diante dessas novas abordagens, nomes um tanto representativos do tipo de conhecimento histórico produzido em território de língua alemã nesse período têm sido revisitados por trabalhos que buscam repensar o legado intelectual desses historiadores “canônicos” à luz dessas interpretações mais recentes a respeito da história da historiografia.

Exemplar nesse sentido é o lugar ocupado pelo historiador suíço Jacob Burckhardt (1818-1897) diante de tais discussões. Visto como uma espécie de *outsider* em relação à historiografia

rankeana tradicional, o trabalho de Burckhardt tem sido reavaliado tanto a partir de uma análise mais minuciosa dos anos iniciais de sua carreira, quanto sob o prisma de suas aproximações e distanciamentos em relação à religião e à teologia protestante.

Dito isto, este artigo tem o objetivo de produzir mais uma contribuição nesse sentido, oferecendo uma interpretação do legado intelectual de Burckhardt à luz dessas novas abordagens oferecidas pela historiografia internacional. Para tanto, buscarei compreender parte das reflexões desse intelectual sobre a história como respostas por ele oferecidas à crise religiosa surgida nos anos iniciais de sua carreira a partir do seu contato com os métodos históricos desenvolvidos pela teologia protestante no início do século XIX. Logo, tanto o seu interesse pela ciência histórica, quanto a sua crítica à modernidade — por ele intimamente imbricada à ideia de crise — serão aqui entendidos como reações de Burckhardt a essa perda do sentido absoluto da religião perceptível, em especial, através de uma análise de suas correspondências e das reflexões sobre a história surgidas ao longo de sua carreira. Por fim, buscarei sustentar a hipótese de que a teoria burckhardtiana da história — com sua ênfase estética nos ideais de formação e de contemplação — pode, em grande medida, ser lida como a mais bem acabada de suas respostas a essa crise religiosa experimentada nos anos iniciais de sua trajetória intelectual.

A fim de demonstrar essa leitura, faz-se necessário delinear os contornos dessa já referida crise vivida pela teologia protestante no início do Oitocentos, estabelecendo um paralelo entre os paradoxos por ela engendrados e os seus efeitos sobre a tradição de pensamento histórico de língua alemã da primeira metade do século XIX em diante. Este será precisamente o objetivo de meu primeiro tópico.

### **As raízes teológicas da crise da história**

A maioria dos estudos que nas últimas décadas do século XX trataram do surgimento da história acadêmica e da moderna visão histórica de mundo debruçou-se, em grande medida, sobre a gênese de tal perspectiva no interior da própria ciência histórica, sem atentar de maneira mais ampla para os demais ramos do saber nos quais o florescimento da historicidade se mostrou presente de maneira clara.

Um bom exemplo nesse sentido é a teologia, que por muitos anos permaneceu um terreno não visitado por historiadores das ideias e da historiografia. Como destacado por Friedrich Wilhelm Graf, apesar do pouco conhecimento dos historiadores a respeito da disciplina teológica, é possível

afirmar que foram os teólogos alemães do século XIX aqueles que trataram dos problemas fundamentais da historicidade de forma mais profunda e radical (Graf 1997, 217).

Ao lidarem com as consequências que a historicização dos preceitos religiosos teria sobre a sua crença, os teólogos alemães da primeira metade do Oitocentos vivenciaram de maneira prematura problemas bastante semelhantes àqueles que seriam experimentados pela ciência histórica décadas mais tarde. Conforme apontado por Allan Megill, uma compreensão da crise que abalou as humanidades e a cultura ocidental entre as décadas de 1880 e 1920 seria incompleta se não levasse em consideração os impactos dos estudos históricos sobre a Bíblia ocorridos na teologia protestante alemã do início do século XIX (Megill 1997, 420). Em outros termos, um primeiro passo para compreender a tão mencionada crise vivida pelo pensamento histórico de fins do século XIX e das décadas iniciais do XX, deve ser dado no sentido de entender os impactos que a percepção histórica da realidade teria sobre a crença na transcendência divina professada pelos teólogos alemães oitocentistas.

O itinerário dessa questão remonta ao proeminente papel atribuído aos estudos teológicos nas universidades alemãs desde a era pré-moderna. Como delineado por Konrad Jarausch, a teologia possuía nos círculos acadêmicos alemães o status de uma “rainha das ciências”, quando a maior parte dos estudos acerca da conduta e moralidade humanas convergia para a interpretação religiosa (Jarausch 1986, 25). No século XVIII, quando teve início um processo de maior emancipação das instituições universitárias, sobretudo, no reino da Prússia, a teologia continuaria a ocupar um papel de destaque entre as disciplinas acadêmicas, em especial nas universidades de Göttingen e Halle (Ringer 2000, 32).

Nessas instituições, nomes como Johann Christoph Gatterer (1727-1799) e August Ludwig von Schlözer (1735-1809) buscaram inserir os estudos sacros no interior da perspectiva de uma história universal, quando um olhar histórico secular passou a ganhar destaque nas investigações sobre o passado. De qualquer forma, a teologia continuou a possuir maior importância frente às demais disciplinas, de modo que tanto a história quanto a filosofia serviam à época como disciplinas auxiliares (*Hilfswissenschaften*) aos estudos teológicos (Jarausch 1986, 25).

Como apontado por Frederick Beiser, todavia, a sorte da “rainha das ciências” mudaria drasticamente a partir do fim do século XVIII. Os ventos políticos da era revolucionária (1789-1814) trariam uma ampla reformulação da estrutura universitária nos Estados sob ocupação napoleônica e tanto a história quanto a filosofia — a despeito da teologia — seriam elevadas ao patamar de ciências do mais relevante prestígio social (Beiser 2011, 21). Aos olhos dos reformadores, a moderna estrutura universitária deveria atentar-se menos àquilo que Schiller

---

denominava como as *Brotwissenschaften* (Ciências do pão) e dedicarem-se ao estudo da história e da filosofia, únicas capazes de fornecer a chave para a compreensão das coisas humanas.

A teologia perdeu boa parte do prestígio do qual havia gozado no século XVIII e a ciência histórica passou a partir de então a figurar de maneira sobressalente como uma disciplina autônoma, mais relevante e independente frente aos estudos teológicos. Mas o que explica, para além dos referidos motivos políticos, essa “troca de posições” entre história e teologia ocorrida no cenário acadêmico alemão do início do século XIX? O que levou a teologia a uma espécie de derrocada intelectual face à ascensão da moderna disciplina histórica?

Acredito, em consonância com Thomas Howard, que os motivos para essa derrocada teológica devem ser entendidos menos como o triunfo de uma ciência histórica secular sobre antigas percepções religiosas do que como um processo de readequação do discurso religioso no interior da nova maneira histórica de entender a realidade (Howard 2000, 3). Como apontado por autores como Wolfgang Hardtwig, o contexto cognitivo para o surgimento da história acadêmica em muito foi influenciado pela *Weltanschauung* religiosa, tendo esta servido como um dos principais sustentáculos à legitimação do saber histórico durante o século XIX (Hardtwig 1991, 1-2). Mas se a história científica se mostraria apta a sobreviver ao fluxo incessante de uma realidade historicamente compreendida, o mesmo não pode ser dito a respeito da disciplina teológica.

Como apontado no clássico estudo de Hans Frei, a transcendência religiosa que até então havia sido o principal pilar dos estudos teológicos nos territórios de língua alemã, foi aos poucos sendo eclipsada por um tipo de exegese dos escritos bíblicos, na qual os textos sagrados passavam a ter o seu significado descolado de uma noção fixa de realidade. Ao historicizar a sagrada escritura, teólogos e historiadores da religião, como Johann Lorenz Mosheim (1694-1755), Johann Salomo Semler (1725-1791) e Herman Samuel Reimarus (1694-1768), davam início, no século XVIII, a um processo de desconstrução da validade eterna das narrativas bíblicas que haviam se baseado essencialmente na noção de transcendência religiosa (Frei 1974, 51-65).

Essa tendência histórica de uma hermenêutica religiosa culminaria no século seguinte nos esforços por parte de Friedrich Schleiermacher no sentido de adequar a disciplina teológica às demandas modernas de uma concepção secularizada de ciência. O teólogo catedrático da recém-fundada Universidade de Berlim rejeitaria a ortodoxia cristã em nome de um tipo de perspectiva religiosa capaz de incorporar as consequências de uma existência histórica temporalmente limitada.

Schleiermacher se dedicou a um tipo de definição do absoluto divino que se distinguia da noção panteísta do conceito naturalista-filosófico baseado na ideia de substância mais elevada (Frank 2005, 24). Na obra *Der christliche Glaube* (A crença cristã), publicada pela primeira vez em

1821, o intelectual descrevia as relações internas da alma em sua ligação com Deus, tratando de um conceito de “dependência absoluta” (*schlechtbinnige Abhängigkeit*) em que a consciência dos indivíduos possuía papel proeminente na manifestação do absoluto transcendental:

Pois tanto não há em relação com Deus um sentimento imediato de liberdade, quanto não pode haver um sentimento de dependência em relação a Ele de modo que um sentimento de liberdade possa ser a sua contraparte. Ao contrário, no ponto máximo da devoção cristã e com a mais clara consciência da mais livre auto-realização, o absoluto do sentimento de dependência se mantém irreduzível (Schleiermacher 1999, 132-133).

O sentido de dependência absoluta representava a consciência individual e subjetiva de estar relacionado com Deus. Em Schleiermacher, o processo de dissolução de uma noção transcendental e imutável do sagrado tomou, portanto, dimensões ainda mais profundas. Isso levaria a algumas controvérsias no campo da teologia que culminariam, anos mais tarde, na publicação do polêmico *Das Leben Jesu* (A vida de Jesus) (1835), de David Friedrich Strauss (Oexle 2007, p. 50).

Strauss, que havia sido aluno de Schleiermacher em Berlim, escrevia uma obra na qual os elementos miraculosos presentes nos evangelhos eram descritos como possuindo um caráter “mítico”. Ao historicizar o Novo Testamento, analisando-o em termos de sua própria coerência, *A vida de Jesus* prestava atenção em suas inúmeras contradições, apresentando os milagres, inclusive a ressurreição de Cristo, como produtos de determinado contexto histórico e não mais como revelações de origem divina (Mcgrath 2011, 310), em suas palavras: “a discrepância entre a cultura moderna e os documentos antigos, face à sua dimensão histórica, se torna tão aparente que a intervenção imediata do divino em questões humanas perde a sua probabilidade” (Strauss 1835, 2).

Os métodos de pesquisa empregados por Strauss eram reflexo dos débitos para com os desenvolvimentos históricos ocorridos na disciplina teológica nas últimas décadas, em especial do trabalho de Wilhelm De Wette (1780-1849), personagem que exploraremos melhor adiante.

Como apontado por Kurt Nowak, as controvérsias geradas pela obra de Strauss repercutiriam ao longo do Oitocentos não apenas entre teólogos e eclesiásticos, mas por toda uma geração de intelectuais influenciados de alguma forma pela análise do Cristo histórico realizada em *A vida de Jesus* (Nowak 1997, 282-297). O peso da ciência (*Wissenschaft*) sobre disciplinas acadêmicas como a teologia far-se-ia sentir ao longo de todo o século XIX, se acentuando ainda mais durante a época da *Kulturkampf*<sup>1</sup> e gerando disputas entre aqueles que de algum modo buscavam preservar a sua fé face aos avanços da perspectiva científica.

---

<sup>1</sup> Política implementada pelo chanceler Otto von Bismarck entre 1871 e 1878, com o objetivo de secularizar o Estado alemão e de eliminar a influência da Igreja Católica Romana sobre cultura e sociedade germânicas do período.

---

Parece-nos, portanto, bastante razoável afirmar, em consonância com Megill (1997), Paul (2008) e Howard (2000), que as raízes para a crise que tomou conta do pensamento histórico alemão a partir das décadas finais do século XIX podem ser encontradas no domínio em que os investimentos em verdades “absolutas” seriam mais evidentes. O entendimento de uma crise na teologia, acompanhada por seu declínio institucional e vivenciada a partir da leitura cientificada dos textos bíblicos, é assim o ponto de partida para compreendermos a ocorrência subsequente de tais problemas no campo da história acadêmica e da consciência histórica alemã de fins do Oitocentos e início do século XX.

Mas qual seria o verdadeiro impacto dessa primeira crise sobre o pensamento histórico de língua alemã? Além disso, em que medida é possível afirmar que os problemas teológicos acima mencionados teriam desdobramentos diretos para a história científica nascente e para a consciência histórica europeia no século XIX?

Uma resposta possível para tais questionamentos pode ser encontrada se atentarmos para o fato de que um dos principais nomes associados à crítica à ciência histórica na segunda metade do século XIX possuía relação direta com a teologia e com a religião protestante em sua vertente germânica. Criado no berço da tradição teológica, Jacob Burckhardt, passou por experiências formativas nas quais o problema basilar da relação entre historicidade e religião mostrou-se fundamental na construção de suas percepções a respeito da história.

Descendente de pastores protestantes, o intelectual teria, a partir de um ambiente familiar devoto (*Pfarrhaus*) e do contato direto com a teologia (*Theologiestudium*), ligação imediata com os desdobramentos da crise vivida pelos estudos teológicos naquele período (Howard 2000, 5). Neste caso, o profundo abalo de sua fé seria o resultado de um momento de crise religiosa, seguido pela tentativa de buscar na história e na historicidade humanas respostas capazes de amenizar as contradições fundamentais enfrentadas por seu pensamento.

Os trabalhos de Burckhardt, escritos na segunda metade do Oitocentos apresentam, desta forma, os mais significativos enfrentamentos do assim chamado problema do historicismo<sup>2</sup>, ao mesmo tempo em que revelam as contradições e frestas fundamentais no interior das quais os sintomas da crise histórica subsequente tomariam corpo. O surgimento e o desenvolvimento desses

---

<sup>2</sup> Georg Iggers percebe que, apesar de associado à consolidação da ciência histórica germânica, no debate de língua alemã, o conceito de historicismo (*Historismus*), remonta também a uma série de debates filosóficos do fim do século XIX e do primeiro terço do XX, que equacionavam o conhecimento histórico com o relativismo, vendo nisso um problema existencial que deveria ser resolvido caso o conceito de civilização quisesse continuar a existir. Vários trabalhos, como os de Annette Wittkau, e uma série de artigos de Otto Gerhard Oexle, Wolfgang Hardtwig e do próprio Iggers lidaram com o historicismo nessa perspectiva, o considerando como algo muito mais sintomático dos problemas do que das virtudes inerentes à moderna ideia de história (Iggers 1995, 137).

---

*insights* no âmago das experiências religiosas desse intelectual serão, portanto, o tema de minhas digressões nas páginas que seguem.

### **Jacob Burckhardt: a crise religiosa e o início das reflexões sobre a crise da história**

Tido pela maior parte dos intérpretes contemporâneos como uma das mais dissonantes vozes da historiografia de língua alemã no século XIX, o historiador suíço Jacob Burckhardt é também conhecido pela defesa de um tipo específico de história cultural que contrastava com o enaltecimento do político pela escrita histórica alemã mais tradicional. Crítico dos tempos modernos e cético quanto aos rumos da cultura ocidental, ele figura como peça fundamental na compreensão das contradições vividas pela consciência histórica europeia naquele período.

Nascido no ano de 1818, na Basileia, desde muito cedo o jovem Jacob foi influenciado pelo ambiente protestante ortodoxo da pequena república suíça. Seu pai e seu avô haviam sido pastores calvinistas, e, em 1838, Jacob Burckhardt pai foi eleito para o prestigioso cargo de *Antistes* — líder das igrejas reformadas na Suíça — pela igreja da Basileia (Kaegi 1956, 36). A atmosfera religiosa pietista<sup>3</sup> e a tradição familiar foram elementos centrais que influenciariam o jovem estudante a iniciar seus estudos em teologia pela universidade local.

Além da religião, como destacado por Friedrich Meinecke, a Suíça, e mais especificamente a Basileia, representava uma espécie de antítese intelectual e política a Berlim, a capital prussiana e posterior centro do Império Alemão de Bismarck. Enquanto a metrópole prussiana figurava como o baluarte do poderio nacional alemão, a pequena cidade suíça simbolizava um ambiente politicamente periférico, pautado tanto pela crítica quanto pelo ceticismo em relação aos ditames da modernidade europeia (Meinecke 1968, 93).

Seria no seio de tais divergências que em 1822 o Comitê de Educação da Basileia decidiria pela contratação do teólogo alemão Wilhelm De Wette para o departamento de teologia de sua universidade. De Wette, assim como Schleiermacher, era conhecido nos territórios de língua alemã pela aplicação crítica dos métodos históricos no estudo da religião cristã. Além disso, devido às suas radicais posições teológicas e políticas ele havia sido expulso da Universidade de Berlim em 1819, fato que contribuiu ainda mais — dada a rivalidade com os prussianos — para o interesse dos professores suíços por seu trabalho (Sigurdson 2004, 19).

---

<sup>3</sup> Movimento de renovação da fé cristã surgido na Igreja luterana alemã em fins do século XVII. Os pietistas defendiam a primazia do sentimento e do misticismo na experiência religiosa, em detrimento de um tipo racionalista de teologia.

---

Se a disciplina teológica alemã passou por uma grande crise ao longo do século XIX, esta teria boa parte de suas raízes na obra do polêmico autor de *Über Religion und Theologie* (Sobre a religião e a teologia) (1815). De maneira semelhante a Schleiermacher, De Wette buscava distinguir os âmbitos da fé e da razão, acreditando a partir de tal distinção poder habilitar um estudo histórico do Cristianismo, já que “Cristo não mencionou que a palavra escrita de seus apóstolos deveria levar-nos à verdade [...]; de modo que o espírito divino reside apenas na alma humana” (De Wette 1815, 110).

Em uma frase que inspiraria os estudos de Strauss sobre a vida de Cristo anos mais tarde, o teólogo afirmava que os princípios de legitimação dos dogmas não deveriam ser vistos “apenas a partir dos âmbitos lógicos ou metafísicos, mas sim principalmente a partir da pesquisa histórica, de modo a compreender a essência do dogmatismo cristão” (De Wette 1815, 180).

Como visto, por colocarem em xeque a fé cristã, tais considerações no âmbito da história da religião levariam a inúmeras polêmicas entre teólogos ortodoxos e liberais nos Estados alemães, além da posterior expulsão de De Wette dos territórios prussianos. Tal episódio, todavia, não impediria o teólogo de prosseguir seu projeto intelectual por uma teologia reformada, tendo sua ida para a Basileia culminado em uma série de amplas mudanças no cenário acadêmico local, sobretudo após a sua eleição como reitor em 1834.<sup>4</sup>

Quando iniciou seus estudos em teologia na Universidade da Basileia em 1837, com o objetivo de tornar-se pastor, Burckhardt já era capaz de notar a influência das reformas empreendidas por De Wette, em especial no que tangia aos “passos gigantescos que a teologia deu no último século” e que estavam aos poucos sendo levados pelo teólogo ao *Theologiestudium* local (Burckhardt 2003, 104).

De todo modo, para além de algumas primeiras impressões positivas, Burckhardt passou a se interessar cada vez mais pelo tipo científico de análise histórico-teológica empreendida por aquele polêmico professor. Durante quatro semestres o jovem aspirante a pastor assistiria aos cursos ministrados por De Wette, passando a ter contato com sua exegese histórico-crítica e com a teologia especulativa por ele desenvolvida (HOWARD, 2000, p. 131). No verão de 1838, ele revelaria a um amigo que “o sistema criado por De Wette cresce em estatura a cada dia; [...] a cada dia uma parte de nossa tradicional doutrina se dissolve sob suas mãos” (Burckhardt 2003, 104).

---

<sup>4</sup> Tendo atuado como reitor por cinco vezes, De Wette iniciou reformas não apenas no departamento de Teologia da Universidade da Basileia, como em toda a instituição. Sua concepção de ciência (*Wissenschaft*) enfrentou a oposição de setores tradicionais da religião ortodoxa local, mas aos poucos foi capaz de transformar a Basileia em uma referência científica internacional no século XIX.

Como revelado por Howard, os efeitos do criticismo teológico de seu professor levariam Burckhardt a rever os fundamentos de sua fé, ocasionando uma série de paradoxos difíceis de serem solucionados sob o crivo da ciência. Ao contrário de De Wette, que visava reconstruir ou mesmo reforçar a crença cristã com a historicização dos dogmas, Burckhardt parecia não ser capaz de encontrar limites à influência da metodologia histórica sobre as sagradas escrituras:

De Wette está, com certeza, em guarda para não se envolver demasiadamente a fundo nas conclusões de seu argumento, e posso apenas seguir seu exemplo de não demolir meramente, mas também reconstruir, apesar de que o resultado é menos tranquilizador do que aquilo que foi destruído (Burckhardt 2003, 105).

Essas dúvidas e desconfortos logo o levariam a uma profunda crise religiosa e ao posterior abandono do curso de teologia em 1839. Aceitando que “não existe revelação a ser descoberta”, Burckhardt escrevia para um amigo que “deixava de lado o dogma” e passava a se dedicar doravante apenas ao aspecto histórico da teologia (Burckhardt 2003, 105-106). Abandonando a carreira religiosa, Burckhardt passaria então a se dedicar àquilo que parecia ser um novo sentido para sua existência pós-dogmática: a ciência histórica.

Com a finalidade de iniciar seu novo projeto intelectual, no final de 1839 Burckhardt seguiu para a Universidade de Berlim. Lá, o “herege honesto”, como passou a referir-se a si mesmo, iniciou seu contato com alguns dos mais importantes nomes associados à ciência histórica alemã oitocentista, tais quais Leopold von Ranke, Johann Gustav Droysen, August Böckh e Franz Kugler.

A frequência nos seminários de Ranke e nas aulas de história da arte ministradas por Kugler causaram impressões bastante positivas em Burckhardt, que parecia ter encontrado na ciência histórica um sentido extra-religioso para sua vida: “Eu amara rumores de minha ciência e, de repente, lá estava ela, aparecendo diante de mim em proporções gigantescas [...]. Agora estou real e firmemente determinado a dedicar minha vida a ela [...] de agora em diante, mais nenhuma hesitação perturbará minha resolução” (Burckhardt 2003, 125).

Sua devoção à história se intensificou ainda mais após ele estreitar laços de amizade com Gottfried Kinkel durante sua permanência como aluno na Universidade de Bonn em 1841. O ativismo de Kinkel e de seus correligionários liberais levou Burckhardt a se interessar pela situação política da Renânia e a afastar-se da posição conservadora que parecia envolver boa parte da elite letrada prussiana, inclusive alguns de seus antigos professores em Berlim, como era o caso de Ranke (Hinde 2000, 79).

Após este breve flerte com a doutrina liberal, Burckhardt passaria a posicionar-se mais criticamente face ao radicalismo político de seus colegas alemães, sobretudo após o seu retorno à Basileia em 1843. Em sua cidade natal, o estudioso suíço iniciaria seu trabalho como redator do

jornal *Basler Zeitung*, quando suas inclinações políticas conservadoras tornar-se-iam mais evidentes. Suas críticas às tendências radicais e aos excessos do moderno Estado Nacional fizeram do historiador um alvo constante dos mais distintos adversários políticos locais (Gossman 2002, 221).

Frustrado com a curta experiência como jornalista, Burckhardt abdicaria da profissão em 1846, iniciando a partir de então uma temporada de viagens pela Itália e um período de trabalho em Berlim que duraria até o ano de 1847. Na capital prussiana, ele escreveria, juntamente com Kugler, seu antigo professor, as edições revisadas das obras *Handbuch der Geschichte der Malerei* (Manual de história da pintura) e o *Handbuch der Kunstgeschichte* (Manual de história da arte).

A escrita destes trabalhos contribuiria em grande medida para que Burckhardt passasse a se dedicar em definitivo à história da arte e àquilo que passaria a compreender mais amplamente como “história cultural” (Fernandes 2013, 67).

Transcorridas as turbulências revolucionárias de 1848 e o período de reação subsequente, Burckhardt parecia capaz de definir de maneira cada vez mais clara suas posições políticas e sua concepção de história. Distante tanto do conservadorismo rankeano quanto da euforia nacionalista de uma segunda geração de historiadores prussianos, suas ideias pareciam embebidas da ortodoxia protestante de sua cidade natal, incapaz de conceber a história como associada à ideia de progresso, ou a qualquer tipo de concepção otimista a respeito da natureza humana.

Este foi o pano de fundo ideológico a partir do qual Burckhardt produziu alguns dos seus principais trabalhos nos anos 1850, período que coincidiu com a sua nomeação para o cargo de professor de história da arte pela Universidade Politécnica de Zurique em 1855. Em pouco menos de uma década, o intelectual dedicou-se à escrita de *Die Zeit Constantins des Großen* (A época de Constantino, o grande) (1853), *Cicerone* (1855) e de sua *A cultura do Renascimento na Itália* (1860). No último e mais conhecido destes trabalhos, o historiador incursionava sobre o universo cultural da Renascença italiana, buscando, a partir de uma análise das disputas políticas do período, refletir a respeito do que enxergava como o caráter imoral das noções de poder e Estado, tão caras à historiografia nacionalista de seu tempo (Burke 2009, 18).

Para Burckhardt, o Estado seria constituído essencialmente por poder e “em última instância este sempre seria maligno”, e inclinado à injustiça, independente de quem o exercesse (Burckhardt 1961, 41). Essa tentativa de distinguir os âmbitos do poder e da moralidade com o fito de desmistificar o sentido do Estado se originava a partir de uma discordância tanto em relação aos ditames do hegelianismo quanto face à historiografia prussiana de matriz rankeana. Apesar de ter se formado historiador no seio da escola histórica alemã, Burckhardt relutava em aceitar alguns dos

seus principais postulados<sup>5</sup>. Isso o levava até mesmo a abdicar da pretensão por cientificidade do saber histórico, acreditando assim estar apto, pelo menos em certa medida, a libertar a história dos prejuízos do poder (Mommsen 1983, 458-475).

O antagonismo burckhardtiano em relação à ciência histórica alemã e ao seu “culto estatista” se evidenciava no conteúdo das inúmeras aulas que proferiu como professor de história e de história da arte pela Universidade da Basileia, cargo que ocupou entre os anos de 1858 e 1893. Em seus cursos e palestras, publicados postumamente sob o título de *Reflexões sobre a história*, Burckhardt expunha suas ressalvas em relação à soberba de historiadores e filósofos que acreditavam habitar uma época mais “avançada”, rejeitando a legitimação científica de seus postulados e enaltecendo, em contrapartida, o elemento artístico da contemplação histórica.

O intelectual suíço se manteria firme em suas convicções por toda a vida, declinando vários postos de trabalho em universidades alemãs — inclusive a cátedra anteriormente ocupada por Ranke em Berlim — e permanecendo em sua cidade natal até o ano de sua morte em 1897. Visto por muitos como uma espécie de “profeta do caos”, ou simplesmente como um *outsider*, Burckhardt ficaria conhecido *a posteriori* por seus diagnósticos da época moderna como um período de crise, com prognósticos nada otimistas para a cultura do continente europeu.

Se, como visto, a crise religiosa vivida em sua juventude contribuiu para a formação desta peculiar concepção de história, erraríamos em afirmar que Burckhardt contentou-se com a inércia de um tipo “desencantado” de niilismo. Mas o que restaria de uma concepção de história destituída de seus fundamentos mítico-religiosos? Uma análise dos sintomas da crise moderna apontada por Burckhardt poderá ser útil em uma melhor compreensão desta questão.

## **Burckhardt e a crise da modernidade**

Certo de habitar uma época assombrada pela ruína, ao longo de sua carreira Burckhardt empreendeu os mais distintos esforços no sentido de compreender o significado histórico de temas como a decadência, a crise e o declínio cultural. Com uma visão de mundo derivada em grande medida da particular situação vivida pelas pequenas Cidades-Estados suíças em processo de

---

<sup>5</sup> O antagonismo de Burckhardt em relação à historiografia prussiana pode ser percebido na ambígua relação que o historiador suíço possuía, por exemplo, com Leopold von Ranke. Apesar de nutrir profunda admiração e respeito pelos ensinamentos do antigo mestre, em suas cartas, Burckhardt costumava desdenhar do patriotismo e da submissão de Ranke ao poder real prussiano, como no trecho onde afirmava que “suas missões diplomáticas (as de Ranke) não tinham importância alguma” (Burckhardt 2003, 179).

modernização no século XIX<sup>6</sup>, desde os seus primeiros trabalhos, Burckhardt parecia empenhado em desenvolver um tipo de perspectiva historiográfica contrária à euforia da maior parte dos historiadores de seu tempo.

Este seria, por exemplo, o mote de *A época de Constantino, o Grande* (1853), na qual, em uma análise do declínio do Império Romano e do paganismo, o historiador desmistificava interpretações que tendiam a associar o triunfo do Cristianismo sobre a antiga religião a uma lógica progressiva do decurso histórico. Refutando a heroicização de Constantino e dos primeiros cristãos, Burckhardt descortinava as intrigas políticas em torno do advento da nova religião, apresentando o êxito do monoteísmo não como produto de sua superioridade cultural, mas como uma solução historicamente eficaz em um período de profunda “crise no mundo antigo (..) revelada na decadência do paganismo” (Burckhardt 1983, 215).

O *ethos* da decadência e do ceticismo em relação aos rumos da história continuaria presente anos mais tarde, à época da escrita de sua *A cultura do Renascimento na Itália* em 1860. Apesar de tratar da atmosfera cultural que teria propiciado o surgimento da moderna noção de individualidade, Burckhardt não deixava de notar os perversos contornos existentes ao longo deste processo. Em sua representação do Renascimento italiano, o historiador não hesitava em retratar as inúmeras realizações culturais do período em paralelo a terríveis histórias de morte e destruição, geradas por aquilo que ele enxergava — ao contrário de Hegel ou de Ranke — como o caráter imperfeito da natureza humana. Longe de uma percepção harmônica do passado, assim como em sua obra sobre Constantino, a abordagem burckhardtiana do Renascimento continuava a exibir os traços de uma cética e insólita concepção de história (Hinde 2000, 220).

Muitos são os elementos que permitem inferir, juntamente com Hayden White (2008, 247) e Peter Gay (1990, 165-166), que o interesse de Burckhardt pela temática do declínio seria uma referência direta àquilo que ele concebia como o inexorável ocaso da cultura europeia de seu tempo. De todo modo, não é danoso que incursionemos mais uma vez sobre as raízes mítico-religiosas deste tipo herético de compreensão histórica.

Uma pista em tal direção nos é fornecida pelo clássico estudo de Karl Löwith (1949, 21), no qual o filósofo percebe o início deste “ceticismo verdadeiro” no momento em que Burckhardt se viu incapaz de aceitar as interpretações sistemáticas da filosofia e da teologia, enxergando na

---

<sup>6</sup> A cidade da Basileia, que no início do século XIX contava com cerca de 25000 habitantes, teve a sua população praticamente triplicada na década de 1880. Sucessivas ondas migratórias e a estratégica localização da cidade - às margens do Reno, na fronteira entre a Alemanha e a França - fizeram com que grupos e ideais políticos liberais surgissem como uma contraposição ao calvinismo ortodoxo dos membros das famílias mais tradicionais, como era o caso dos Burckhardt (Gossman 2002, 77-78).

---

história a possibilidade de enaltecer o fluxo inerente a uma existência mundana<sup>7</sup>. Todavia, como perceptível em seus principais trabalhos, esta fluidez dos acontecimentos históricos não significava um mero desenvolvimento ao progresso ou à perfeição humana, mas sim a possibilidade de compreender a tradição e de, quando necessário, libertar-nos em relação a ela.

Esse *continuum* espiritual seria uma expressão da consciência histórica, pois ela constituiria “um fator de primordial interesse de nossa vida e uma prova de sua duração” (Burckhardt 1961, 270). Em outras palavras, a impossibilidade de conhecer os fins últimos da história nos lograria a capacidade de contemplação da fluidez da realidade, atentando para a importância de preservação ou de ruptura com elementos do passado (Costa Lima 2003, 27). Para Burckhardt, entretanto, o problema residia no fato de que a acelerada lógica temporal contemporânea ameaçaria a espontaneidade cultural e a própria capacidade humana de contemplação do passado, suprimida pelos desejos de igualdade e centralização característicos desta “era de revoluções”.

Burckhardt dedicava todo um capítulo de suas *Reflexões sobre a história* para tratar desses “processos acelerados” ou das “crises históricas”, lidando especificamente com o que via como sendo o mais profundo entre esses fenômenos: a crise de seu próprio tempo. Marcados especialmente por um desequilíbrio entre o que compreendia como as potências históricas elementares — representadas pelo Estado, pela cultura e pela religião — os processos acelerados, em geral, e a crise moderna, em específico, representariam a sobreposição de um destes elementos sobre os demais, anulando a capacidade de expressão e de florescimento das duas outras potências fundamentais.

Assim, desde a Revolução Francesa de 1789, a contemporaneidade viu o surgimento de noções como as de “socialismo”, “comunismo” e “democracia”, que em última instância presumiriam “uma concepção unitária do mundo”, na qual “o poder exercido pelo Estado sobre o indivíduo não pareceria nunca bastante grande” (Burckhardt 1961, 263). Em suma, Burckhardt não apenas rejeitava o enaltecimento do poder do Estado como associava sua expansão à supressão da espontaneidade e criatividade humanas relativas ao âmbito da cultura.

Em nenhum outro escrito, contudo, Burckhardt era tão claro quanto ao caráter pernicioso das concepções modernas de poder e Estado quanto em sua *História da era da Revolução* (1871). Escrito sob os ecos de eventos como a Guerra Franco-Prussiana e a unificação dos Estados

---

<sup>7</sup> Em sintonia com a ideia de secularização como transposição defendida por Löwith está a tese de Howard, que enxerga o pessimismo cultural e o ceticismo burckhardtiano como derivados de uma concepção cristã de “pecado original” (HOWARD 2000, 140).

---

alemães em 1871, o texto é uma tentativa de traçar as origens do que o autor concebia como a crise vivida pela cultura europeia desde a segunda metade do século XVIII (Fernandes 2013, 48-49).

Além de dar continuidade às críticas desenvolvidas em suas *Reflexões*, em *História da era da Revolução*, Burckhardt descrevia em detalhes o que acreditava serem os principais sintomas do declínio de sua época, como os fenômenos do Cesarismo — a máxima centralização do poder do Estado — e da revolução — o impulso à “revisão perpétua” —, característicos da “vontade otimista” de uma era que acreditaria carregar nas mudanças “um benefício crescente e definitivo” (Burckhardt 2013, 57).

Movida por este ingênuo otimismo e por uma nociva crença na bondade da natureza humana, a era das revoluções, contudo, traria consigo as sementes de sua própria destruição, já que ela própria criará “instrumentos coercitivos e terá necessidade de uma inaudita plenitude de poder” (Burckhardt 2013, 61).

Como válvula motriz dessas contradições fundamentais estaria o novo significado da nacionalidade, enaltecido como uma espécie de religião moderna, capaz de aliar-se ao Estado “como instrumento posterior de agregação” (Burckhardt 2013, 60). Carente de criação e de espontaneidade individuais, a cultura europeia estaria fadada a esfacelar-se frente ao perpétuo *esprit de nouveauté* desta era revolucionária.

Em meio às milhões de “ondas colocadas em movimento pela revolução”, a frágil barca da moderna ciência histórica mostrar-se-ia um tanto ineficiente na apreensão objetiva destes efêmeros acontecimentos. No que parece constituir uma referência direta à historiografia de seu tempo, Burckhardt criticava um tipo ingênuo de percepção objetiva da realidade que, na incapacidade de compreensão da radicalidade moderna, acabaria por reiterar as nefastas consequências de seu desenvolvimento: “com boa fé, podemos então afirmar a nossa imparcialidade e, mesmo assim, colocarmo-nos, ainda que inconscientemente, do lado mais forte” (Burckhardt 2013, 52).

O caráter transiente daqueles tempos tornaria tanto a ciência histórica quanto a filosofia da história incapazes de compreender o sentido de seu decurso. Surgidas no calor da era revolucionária e embebidas de seu espírito inovador, faltaria a tais doutrinas de pensamento a distância e a sensibilidade necessárias à apreensão do desenvolvimento histórico.

Apesar da convicção e da severidade com as quais se dispunha a criticar a cultura de seu tempo, tais posições levavam o historiador suíço a submergir em um complexo emaranhado de paradoxos ontológicos e epistemológicos. Afinal, como seria possível estabelecer uma observação histórica capaz de se dissociar das contradições inerentes à era das revoluções? Ademais, estaria

esta perspectiva apta a se distanciar, ou mesmo a contrabalançar, os sintomas da crise vivida pelos tempos modernos?

Burckhardt encontrava parte da resposta a esses problemas nas noções de formação e contemplação, derivadas em grande medida dos elementos estéticos presentes em sua história cultural. É precisamente a estes dilemas e desenlaces do pensamento burckhardtiano que me atentarei a seguir.

### **Alentos para um espírito fraturado: contemplação e formação como formas de redenção**

O problema da crise possuiu um papel central tanto na vida quanto no trabalho de Burckhardt. Sem dúvidas ele contribuiu para moldar a sua perspectiva histórica e o seu tipo particular de história cultural. Sua experiência com a modernidade — primeiramente no âmbito político, e em seguida no cultural — o convenceu de que o presente representaria uma ruptura fundamental na continuidade da cultura ocidental, sendo a sua própria época a expressão de um momento de declínio. Conseqüentemente, como expresso em suas *Reflexões*, sua perspectiva histórica seria “em certa medida patológica” (Burckhardt 1961, 12). Em outras palavras, como visto anteriormente, ele considerava a sua tarefa como historiador principalmente a de analisar os sintomas dos desastres e das crises que afligiam o mundo e o indivíduo.

O sentido de viver em um tempo de crise e a crença de que forças culturais dominantes ou modos de explicação não poderiam mais dar conta da “realidade”, distorcendo as configurações da condição humana e alimentando nocivos mitos modernos, demandavam a necessidade de uma forma alternativa de discurso. Antigas formulações tradicionais não seriam mais adequadas, de modo que um novo tipo de referência e uma nova linguagem tornar-se-iam necessárias.

Desse modo, apesar de enxergar o estudo da história como algo essencialmente patológico, é crucial lembrar que Burckhardt também acreditava que a análise do passado continha o remédio essencial para a doença da moderna sociedade: o revigorante valor da “contemplação” (*Anschauung*).

Originando-se de uma concepção estética característica dos movimentos romântico e classicista alemães, a noção de contemplação visava enaltecer os domínios da percepção, da sensação e da experiência em contraposição às ideias de razão e objetividade. Interessando-se menos pelo conteúdo do que pela forma, a contemplação implicava em uma participação ativa do autor ou leitor na reconstrução histórica e na subjetividade inerente à abordagem do passado (Hinde 2000, 201).

Enxergando a história essencialmente como uma forma de arte ou poesia, Burckhardt rejeitava o princípio prevalente de que a realidade e a verdade da história poderiam ser apreendidas em sua imediatez se estudadas cientificamente e de acordo com conceitos teóricos: “a história, para mim, é sempre, em sua maior parte, poesia; uma série das mais belas composições artísticas. Portanto não acredito em um ponto de vista *a priori*, este é um assunto para o espírito do mundo, não para o homem da história” (Burckhardt 2003, 162-163).

Como Arthur Schopenhauer, cujo trabalho Burckhardt passou a admirar tardiamente, ele via a história como uma forma de representação e não como uma explicação, sugerindo que o significado histórico não existia para o passado, mas apenas para o presente, sendo constantemente resignificado.

A contemplação representava uma relação dialógica entre o autor, o passado e o texto, reabilitando a voz do historiador como um ator ativo do passado e do presente. Nem a especulação filosófica ou as teorias científicas seriam capazes de descobrir as revelações do espírito de uma era. Isso apenas poderia ser alcançado através do sentimento, da experiência e da imaginação. Ao contrário de meramente explicar o passado, o historiador deveria prefigurar sua narrativa de acordo com os princípios da representação, ou seja, como um artista, ciente da distância entre a realidade daquilo que existe e o texto ou a tela que seria uma produção da mente criativa (Sigurdson 2004, 87).

As implicações relativistas deste tipo de concepção histórica não afligiam o pensamento de Burckhardt, que se mostrava disposto a encarar a noção de perspectiva como algo inerente ao ofício do historiador. Tanto que em sua análise do Renascimento italiano ele optava por utilizar o subtítulo “um ensaio” (*ein Versuch*), com o intuito de indicar a particularidade e subjetividade implícitas em seu trabalho: “É mister que juízo subjetivo e sentimento interfiram a todo momento tanto na escrita quanto na leitura desta obra, ‘por isso, sua representação não seria um resultado definitivo, podendo outros autores chegarem’ a conclusões substancialmente reversas” (Burckhardt 2009, 36).

Tal posicionamento remonta mais uma vez ao problema da qualidade estética do trabalho dos historiadores. De maneira bastante distinta de Ranke — que almejava até mesmo “se extinguir, para que as coisas falassem por si” (Ranke 1877, 103) —, Burckhardt entendia a história como “poesia em sua escala mais grandiosa”, como um minucioso trabalho de criação e representação textuais. Rejeitando o que enxergava como o “culto aos fatos”, ele negava que as noções de verdade e realidade fossem estáticas ou passíveis de serem apreendidas por um tipo fixo de metodologia

---

científica, já que a poética da história seria como uma “crisálida, sempre com novas descobertas e revelações do espírito” (Burckhardt 2003, 165).

A homogeneização da sociedade, com seus atributos racionalistas e cientificistas, estaria levando ao apagamento do autor e de sua liberdade criativa, fazendo com que a história se convertesse em uma simples maneira de justificar o presente. Além disso, a produção do conhecimento em tempos modernos caminhava para a imitação da lógica produtiva capitalista, na qual a história passava a ser escrita e compreendida sob o interesse do dinheiro e em termos análogos àqueles da produção fabril.

Essa instrumentalização do conhecimento histórico contrastava profundamente com a concepção burckhardtiana de “formação” (*Bildung*), na qual a pesquisa representaria um despertar, e o conhecimento e a cultura serviriam às demandas espirituais do indivíduo: “da erudição cuida a moderna literatura histórico-antiquária: nós almejamos obter um meio de formação e de deleite que possa durar por toda a vida” (Burckhardt 2003, 174).

Figurando como uma espécie de alicerce político-filosófico às suas concepções estéticas sobre a história, a formação seria uma forma de liberdade individual e intelectual que, distante de um mero utilitarismo, visava afirmar o ideal de autocultivo e aperfeiçoamento moral individuais para além dos caprichos materialistas da era moderna (Ringer 2000, 95).

A devoção de Burckhardt ao ideal formativo servia como uma válvula de escape face ao niilismo absoluto, ao mesmo tempo em que provia uma forma de esperança para possíveis regenerações culturais futuras. Sem ele não haveria nenhuma alternativa para poupar-se da barbárie de uma época marcada pela corrida por dinheiro e pela lógica repressiva daqueles *terribles simplifcatens* modernos.

Isso me permitiria afirmar, por fim, que a solução de Burckhardt para a crise de sua época residia em uma forma particular de ascetismo espiritual. Este não se daria em um sentido meramente religioso, já que a crise de sua juventude o desviara permanentemente da ortodoxia cristã, mas sim nos termos de uma redenção artístico-cultural. Ao pautar-se nas noções complementares de formação e contemplação, negando a cientificidade do saber, Burckhardt estetizava sua concepção de história e sua historiografia, encontrando nestes ideais um *leitmotiv* e uma inspiração para escrever e lecionar até o fim de sua vida na Basileia, sua tão estimada terra natal.

## Conclusão

---

O processo de sedimentação da disciplina histórica na primeira metade do século XIX possuiu em suas raízes a ampla influência de uma perspectiva religiosa de mundo, capaz de fornecer sólidas bases às narrativas de sentido histórico produzidas naquele contexto.

A institucionalização e elevação da história ao patamar de ciência, bem como a difusão da perspectiva histórica no imaginário cultural do período, não ocorreriam sem os esforços de nomes como Leopold von Ranke e Wilhelm von Humboldt no sentido de adequar o nexos religioso de outrora aos novos significados atribuídos a narrativas históricas individuais. O pensamento histórico criou, nas palavras de Wolfgang Hardtwig, uma espécie de “religião da história” e com ela foi capaz de dominar a imaginação dos povos, tão logo estes passaram a depositar a sua fé em histórias que, apesar de particulares, possuíam vínculos com o absoluto (Hardtwig 1991, 2).

Essa escala ascendente da ciência histórica ocorria, contudo, em paralelo a uma crise vivida pela teologia alemã entre o fim do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Imbuídos do espírito de investigação científica, teólogos e historiadores como Gatterer e Schlözer haviam contribuído para disseminar a metodologia histórica de pesquisa em estudos sobre a religião cristã.

Isso culminaria no surgimento de uma série de trabalhos que, ao historicizarem os dogmas e valores absolutos da Igreja, acabariam por problematizar o próprio sentido da crença religiosa. Este foi o caso da teologia histórica de Schleiermacher, e, de maneira ainda mais aguda, dos escritos de Strauss sobre a vida de Cristo. A inclinação da teologia à perspectiva histórica teria duras consequências para a disciplina, que, de maneira oposta à ciência histórica — e apesar dos esforços de seus defensores — veria seu prestígio declinar ao longo do século XIX.

Mas o que essa crise vivida pelo pensamento teológico protestante teria a ver com os rumos da ciência histórica alemã? Conforme o que o presente artigo buscou demonstrar, muita coisa. Principalmente se considerarmos que um dos principais responsáveis pela reflexão teórica em torno dos limites da ciência histórica nas décadas subsequentes definiria suas posições a partir de experiências no campo da teologia e da religião.

Como visto, a obra de Jacob Burckhardt não pode ser compreendida se dissociada por completo de suas respostas ao problema da crise religiosa. Filho de um lar protestante e munido de uma educação fortemente religiosa, esse intelectual vivenciou a perda de espaço do dogma cristão para o domínio do saber científico, buscando, a partir de então, encontrar novas formas de sentido em uma realidade plena de significação histórica. Burckhardt viveu toda a sua juventude em um ambiente religiosamente ortodoxo, mas teve a sua fé abalada ao entrar em contato com a metodologia científica de Wilhelm De Wette para o estudo do Cristianismo. Desistindo da teologia e da carreira religiosa, ele seguiria para Berlim com o intuito de dedicar-se ao estudo da história.

---

De todo modo, aceitando a historicidade e abdicando de uma compreensão absoluta da realidade, o historiador jamais se contentaria com as pretensões universalistas da ciência histórica ou da filosofia hegeliana. Criticando seus contemporâneos e sua própria época — que ele concebia como fadada à crise e ao declínio — Burckhardt desenvolveu um tipo de história cultural que, se inclinando a ideais estéticos, era capaz de enaltecer o espírito criativo humano ao mesmo tempo em que o resguardava dos efeitos da crise da idade moderna.

Frequentemente revisitada em tempos de crise e de reflexão crítica sobre a história, a obra de Burckhardt chegou ao século XXI, portanto, sendo também capaz de oferecer importantes subterfúgios para uma melhor compreensão a respeito da relação entre o saber histórico, a religião, a teologia e os limites da modernidade. Apontar para a relevância e para a atualidade das contribuições desse historiador a esta importante seara de investigações foi, enfim, o objetivo principal do presente artigo.

### Referências bibliográficas

- Beiser, Frederick C. *The German historicist tradition*. Oxford University Press, 2011.  
<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199691555.001.0001>
- Burke, Peter. Introdução: Jacob Burckhardt e o Renascimento italiano. In: Burckhardt, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- Burckhardt, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- Burckhardt, Jacob. *Cartas: Jacob Burckhardt*. Alexander Dru (ed.). Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- Burckhardt, Jacob. História da Era da Revolução: introdução. *Lições de história. Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX* In: Malerba, Jurandir (Org.). 1ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: EdiPucRS; Ed. FGV, 2013.
- Burckhardt, Jacob. *The age of Constantine the Great*. University of California Press, 1983.
- Burckhardt, Jacob. *Reflexões sobre a história*. Zahar, Rio de Janeiro, 1961.
- Costa Lima, Luiz. Alguém para ser conhecido: Jacob Burckhardt. Em *Cartas: Jacob Burckhardt*, Jacob Burckhardt. 1ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- De Wette, Wilhelm. *Über Religion und Theologie: Erläuterung zu seinem Lehrbuche über Dogmatik*. In der Realschulbuchhandlung, Berlin, 1815.
- Fernandes, C. S.. Jacob Burckhardt e o Renascimento na Itália. Em *A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel*, org. Macos Antônio Lopes, e Julio Bentivoglio. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- Fernandes, C. S.. Jacob Burckhardt. História da Era da Revolução: introdução. Em *Lições de História: Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*, org. Jurandir Malerba. 1ed. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Editora FGV; Editora PUC-RS, 2013.

Frank, Manfred. *Metaphysical foundations: a look at Schleiermacher's Dialectic*. Em *The Cambridge Companion to Friedrich Schleiermacher*, org. Jacqueline Mariña. Cambridge University Press, 2005. <https://doi.org/10.1017/CCOL0521814480.002>

Frei, Hans W. *The eclipse of biblical narrative: A study in eighteenth and nineteenth century hermeneutics*. Yale University Press, 1974.

Gay, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Gossman, Lionel. *Basel in the age of Burckhardt: a study in unseasonable ideas*. University of Chicago Press, 2002.

Graf, Friedrich Wilhelm. *Geschichte durch Übergeschichte überwinden. Antihistoristisches Ge-Schichtsdenken in der deutschen Theologie der 1920er Jahre*. Em *Geschichtsdiskurs 4. Krisenbewußtsein: Katastrophenerfahrungen und Innovation 1880-1945*, org. Jörn Rüsen; Wolfgang Küttler; Ernst Schulin., Frankfurt am Main, 1997.

Hardtwig, Wolfgang. “Geschichtsreligion-Wissenschaft als Arbeit-Objektivität”. *Historische Zeitschrift*, v. 252, n. JG, p. 1-32, 1991. <https://doi.org/10.1524/hzhz.1991.252.jg.1>

Hinde, John R. *Jacob Burckhardt and the crisis of modernity*. McGill-Queen's Press-MQUP, Montreal, 2000.

Howard, Thomas A. *Religion and the Rise of Historicism: W.M.L. De Wette, Jacob Burckhardt, and the Theological Origins of Nineteenth-Century Historical Consciousness*. Cambridge University Press, 2000. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511528866>

Iggers, Georg. “Historicism: The History and Meaning of the Term”. *Journal of the History of Ideas*, vol. 56, No. 1, 1995. <https://doi.org/10.2307/2710011>

Jarausch, Konrad. *The Institutionalization of History in Eighteenth-Century Germany*, Em *Aufklärung und Geschichte. Studien zur deutschen Geschichtswissenschaft im 18. Jahrhundert*, org. Hans Erich Bödeker. Gottingen and Zurich, 1986.

Kaegi, Werner. *Jacob Burckhardt: eine Biographie*. Em *Die Zeit der Klassischen Werke*. Vol. II, Werner Kaegi. Schwabe Verlag, Basel, 1956.

Löwith, Karl. *Meaning in history*. The University of Chicago Press, Chicago, 1949.

Mcgrath, Alister E. *Christian theology: An introduction*. John Wiley & Sons, 2011.

Meinecke, Friedrich. *Ranke und Burckhardt* In: Friedrich Meinecke. *Zur Geschichte der Geschichtsschreibung*. Werke VII, R. Oldenbourg Verlag, München, 1968.

Megill, Allan. “Why was there a crisis of historicism?” *History and Theory*, v. 36, n. 3, p. 416-429, 1997. <https://doi.org/10.1111/0018-2656.00024>

Mommsen, Wolfgang J. “The Neglected (III) Jacob Burckhardt-Defender of Culture and Prophet of Doom”. *Government and Opposition*, v. 18, n. 4, p. 458-475, 1983. <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.1983.tb00357.x>

Nowak, Kurt. *Historische oder dogmatische methode? Protestantische Theologie im Jahrhundert des Historismus*. Em *Geschichtsdiskurs: Die Epoche der Historisierung*, org. Wolfgang Küttler; Jörn Rüsen; Ernst Schulin., v. 3. Frankfurt a. M, 1997.

Oexle, Otto Gerhard. *Krise des Historismus – Krise der Wirklichkeit*. Wissenschaft, Kunst und Literatur 1880-1932, Vandenhoeck & Ruprecht, 2007.

---

Paul, Herman J. "A collapse of trust: Reconceptualizing the crisis of historicism". *Journal of the Philosophy of History*, v. 2, n. 1, 2008. <https://doi.org/10.1163/187226308X268863>

Ranke, Leopold von. *Sämtliche Werke*. Alfred Dove (ed.). Duncker & Humblot, Leipzig, v. XV, 1877.

Ringer, Fritz K. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. Edusp, 2000.

Schleiermacher, Friedrich. *The christian faith*. A&C Black, 1999.

Sigurdson, Richard Franklin. *Jacob Burckhardt's social and political thought*. University of Toronto Press, 2004. <https://doi.org/10.3138/9781442676367>

Strauss, David Friedrich. *Das Leben Jesu*. Tübingen: CF Osiander, v. 1, 1835.

White, Hayden. *Meta-história: a imaginação poética do século XIX*. Trad. José Laurênio de Melo. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\*\*\*

Recebido: 04 de setembro de 2019

Aprovado: 15 de novembro de 2019

**A Microstoria Italiana e os desafios biográficos na historiografia recente  
(1980-2000)**

*Italian Microstoria and biographical challenges in recent historiography (1980-2000)*

*La Microhistoria Italiana y los desafíos biográficos en la reciente historiografía (1980-2000)*

Deivy Ferreira Carneiro\*

<https://orcid.org/0000-0002-5285-7693>

RESUMO: Pretende-se investigar alguns dos trabalhos e reflexões produzidas por historiadores ligados à micro-história italiana em relação à escrita biográfica e seus desafios. Examinaremos como alguns micro-historiadores se posicionaram, sobretudo no debate biográfico dos anos 1980-2000, e analisaremos como os trabalhos em questão avançaram para além da perspectiva denominada “Biografia Modal”. De maneira geral, analisaremos como a biografia foi pensada e desenvolvida pela historiadora Simona Cerutti em seu livro de 2012 e observamos como Maurizio Gribaudi pensa e realiza o estudo de trajetórias individuais em seu artigo *Percorsi individuali ed evoluzione storica: quattro percorsi operai attraverso la Francia dell’ottocento*, publicado na revista *Quaderni Storici* em 2001.

Palavras-chave: Micro-história italiana. Biografia. Historiografia.

ABSTRACT: This article aims to analyze some of the main works produced by historians linked to the Italian microhistory in relation to biographical writing and its challenges. We will examine how some micro historians have positioned themselves in the biographical debate of the years 1980-2000, as well as analyze how the works produced by these researchers developed and advanced beyond the Modal biography perspective. In a general way, we will analyze how the biography was thought and developed by the historian Simona Cerutti in her last book (2012)

---

\* Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Mestre (2004) e doutor (2008) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutor pela *Université Paris 1 – Panthéon/Sorbonne* (2013). Pesquisador visitante no *LaDéHis da École de Hautes Études em Sciences Sociales* (2019). É autor de: *História, Violência e Criminalidade: reflexões temáticas e narrativas regionais*. Uberlândia: EDUFU, 2015 e de *Uma Justiça que Seduz? Ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941)*. São Paulo: Paco Editorial, 2019; além de vários artigos e capítulos de livros. Concentra suas pesquisas em História da Violência, História da Criminalidade e Microstoria italiana. E-mail: [deivycarneiro@gmail.com](mailto:deivycarneiro@gmail.com)

and we observe how Maurizio Gribaudi thinks and conducts the study of individual trajectories in his article, *Percorsi individuali ed evoluzione storica: quattro percorsi operai attraverso la Francia dell'ottocento* published in *Quaderni Storici* magazine in 2001.

Keywords: Italian microhistory. Biography. Historiography.

RESUMEN: Pretendemos investigar algunas de las obras y reflexiones producidas por historiadores vinculados a la microhistoria italiana en relación con la escritura biográfica y sus retos. Examinaremos cómo algunos microhistoriadores se han posicionado, especialmente en el debate biográfico de los años 1980-2000, y analizaremos cómo el trabajo en cuestión avanzó más allá de la perspectiva llamada “biografía modal”. En general, analizaremos cómo la biografía fue concebida y desarrollada por la historiadora Simona Cerutti en su libro de 2012 y observamos como Maurizio Gribaudi Piensa y lleva a cabo el estudio de trayectorias individuales en su artículo *Percorsi individuali ed evoluzione storica: quattro percorsi operai attraverso la Francia dell'ottocento*, publicado en la revista *Quaderni Storici* en 2001.

Palabras clave: Microhistoria Italiana. Biografía. Historiografía.

### Como citar este artigo:

Carneiro, Deivy Ferreira. “A Microstoria italiana e os desafios biográficos na historiografia recente (1980-2000)”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 211-234.

\*\*\*

### Introdução

Para o historiador francês François Dosse, apesar da escrita da vida não ser um horizonte plenamente inacessível, todas as gerações de historiadores e cientistas sociais aceitaram a aposta biográfica mobilizando o conjunto de instrumentos que tinham à sua disposição nos mais variados momentos históricos. Se, a princípio, as biografias (ou *vitae*) eram concebidas como exemplares de um gênero discursivo com forte apelo moral e voltado para a promoção de exemplos de virtude, com o tempo um discurso de autenticidade, de verossimilhança e de verdade passou a tomar conta e a direcionar o trabalho do biógrafo. Todavia, por mais que o discurso de verdade fosse uma meta, permaneceu na produção biográfica uma forte tensão entre ficção e realidade histórica (Dosse 2009, 11-12).

A partir dos anos 1980, a discussão sobre o *status* da biografia e sua relação com a história ressurgiu com intensidade no cenário historiográfico internacional. Nesse contexto, alguns autores ligados à micro-história italiana aproveitaram a oportunidade para discutir suas perspectivas analíticas sobre as experiências individuais, grupais e de classe. Além disso,

questionaram em seus trabalhos empíricos e teóricos o modelo da escrita biográfica heroica e, como veremos, a coerência de elementos mecânicos presentes naquilo que Dosse chamou de “biografia modal” (Dosse 2009, 195-228).

Historiadores como Simona Cerutti, Maurizio Gribaudi, Giovanni Levi, Edoardo Grendi e Sabina Loriga questionaram o princípio da narrativa linear permeada pelo tropo da ironia nas biografias tradicionais, inserindo a trajetória de vida dos atores sociais em um espaço relacional e interdependente. Mais especificamente, apresentaram em seus trabalhos uma perspectiva em que o foco biográfico, que faz parte da proposta original da micro-história e de sua contribuição empírica, acomoda os atores sociais e as instituições que criaram as estruturas que contribuíram para o florescimento dessas interações e que geraram a maior parte dos registros documentais que sedimentaram a memória dessas mesmas interações (Trivellato 2011, 584-585).

Dessa maneira, ao inserir o biografado nas suas redes de relações, os trabalhos micro-históricos possibilitam a observação de comportamentos individuais (complexos, desconexos e contraditórios) em relação às ações e crenças individuais de parentes, vizinhos, conhecidos e superiores, oferecendo um meio mais denso para examinarmos a estrutura e as margens de manobras do espaço social em que os atores estão inseridos (Carneiro 2018a).

Desta feita, podemos considerar este artigo uma continuação e uma ampliação das discussões realizadas em um texto anterior sobre a mesma temática, mas com conclusões mais amplas e, ao mesmo tempo, pormenorizadas. A abordagem biográfica apontada por autores ligados à micro-história pode nos ajudar a esclarecer as tentativas de reconstrução das ações, experimentos, hesitações, falhas, planos intencionais e estratégias bem ou malsucedidas e do papel desempenhado pelos atores sociais (Ago 2004, 43).

Para atingir esses objetivos, o artigo foi dividido em três partes. Na primeira, examinamos como alguns micro-historiadores se posicionaram, direta e indiretamente, no debate biográfico dos anos 1980 e 1990, dentro daquilo que François Dosse chamou de “Biografia Modal”. Além disso, analisamos como os trabalhos produzidos por estes pesquisadores se desenvolveram e avançaram para além desta perspectiva biográfica. Num segundo momento, investigamos como a biografia foi pensada e desenvolvida na obra *“Étrangers: étude d’une condition d’incertitude dans une société d’Ancien Régime”*, publicada em 2012 pela historiadora Simona Cerutti, na qual a autora reconstrói, dentre outras coisas, a biografia de um alfaiate otomano radicado em Turim. Por fim, na terceira parte, observamos como Maurizio Gribaudi pensa e realiza o estudo de trajetórias individuais em seu artigo *Percorsi individuali ed evoluzione storica: quattro percorsi operai attraverso la Francia dell’ottocento*, publicado na revista *Quaderni Storici* em 2001.

---

## A resposta da micro-história italiana aos desafios biográficos

Antes de iniciarmos, gostaria de ressaltar que meu objetivo não é fazer uma discussão aprofundada sobre a questão biográfica e suas problemáticas, nem mesmo me deter em sua trajetória histórica, o que certamente foi feito com bastante perspicácia por François Dosse (Dosse 2009), Jacques Revel (Revel 2010, 235-248), Sabina Loriga (Loriga 1998), dentre outros. Meu objetivo é analisar, mesmo que brevemente, as respostas, diretas e indiretas, que alguns historiadores italianos deram a essa querela, em específico a crítica produzida por eles em trabalhos empíricos e de feição mais teórica, ao modelo modal de biografia, bem como as críticas que Pierre Bourdieu fez ao gênero em seu texto intitulado “A ilusão Biográfica”.

De acordo com Dosse, a biografia modal corresponderia tanto a um momento histórico quanto a uma forma de abordagem do gênero. Por meio de uma figura específica, a biografia modal visaria o tipo idealizado que ela encarna. Por outras palavras, nesse modelo biográfico a análise do sujeito histórico somente teria valor na medida em que ilustrasse o coletivo. O singular seria um caminho de entrada no geral e o sujeito biografado visto, inconscientemente talvez, como um tipo ideal weberiano do seu universo cultural; universo este que serviria de pano de fundo para a construção da vida registrada pelo historiador-biógrafo.

Trata-se de algo muito diferente do modelo biográfico heroico, intimamente ligado à chamada *Historia Magistra Vitae*, tópica ciceroniana por meio da qual se buscava a construção de um modelo moral edificante e instrutivo capaz de transmitir valores às gerações futuras. As *vitae* inscrevem-se, durante um longo período, no respeito à tradição, algo que foi concebido na Antiguidade e perdurou com o Cristianismo, nos valores religiosos que se difundem tomando por modelo as vidas exemplares, sobretudo dos santos (Dosse 2009, 123-135).

Ainda de acordo com Dosse, talvez seja justo afirmar que vários historiadores ligados à terceira geração dos Annales acabaram produzindo, dentro do campo da história das mentalidades, biografias modais. Historiadores como George Duby, Michel Vovelle e mesmo Lucien Febvre, membro fundador dos Annales, ao produzirem as biografias de Guilherme Marechal, Rabelais e Lutero, acabaram valorizando análises dicotômicas, privilegiando o caráter impessoal que regularia as práticas sociais. Ao atribuir a uma dada sociedade uma mentalidade comum, esses historiadores correram o sério risco de produzir generalizações abusivas e minimizar as múltiplas variantes individuais (Dosse 2009, 207).

Um dos textos seminais que criticou as perspectivas acima referidas foi publicado por Giovanni Levi, um dos principais micro-historiadores italianos que buscou inspiração na antropologia social inglesa (Levi 1996). Apesar de já termos discutido esse trabalho em um artigo,

é importante ressaltar que Levi, dentre outras coisas, questionou a narrativa da biografia heroica, por apresentar um sujeito agindo de forma sempre coerente, estável e racional. Todavia, é importante notar que a discussão produzida por Giovanni Levi não ficou apenas no campo teórico: seu principal livro aborda empiricamente as questões apontadas acima (Carneiro 2018a, 41).

Por meio da análise da trajetória de um padre exorcista que atuava no Piemonte do século XVII e de todos os habitantes da aldeia de Santena, Levi conseguiu analisar um processo histórico cuja dinâmica colocava em jogo configurações sociais complexas, imprevisíveis e não lineares. Adotando uma técnica intensiva de reconstrução dos eventos biográficos dos membros dessa aldeia, Levi acessou mecanismos de ordem geral. Se seu ponto de partida foi a análise dos itinerários individuais, a observação dos comportamentos e das estratégias revelou cadeias de dependências causais que ligavam esferas comumente concebidas como separadas (Levi 2000).

Ao deslocar a causalidade dos fenômenos para os indivíduos e para os mecanismos interativos, Levi reconstruiu as dinâmicas que seguiam as referências simbólicas e os espaços de relações que foram pertinentes nas diversas e sucessivas perspectivas individuais. Ao analisar a ação social dos indivíduos e das famílias, dos camponeses e sacerdotes, dos grupos e suas estratégias, Levi fez aparecer não apenas os elementos que pesavam nas escolhas dos atores, mas também um dinâmico mercado de terras altamente personalizado e o surgimento de uma nova configuração do Estado Moderno europeu.

Fazendo uso de fontes paroquiais, o historiador italiano conseguiu inscrever as trajetórias do exorcista e de sua comunidade dentro de uma rede maior de parentesco e vizinhança, rede esta ampliada graças aos testamentos, atas notariais, contratos de meação etc. Isso lhe permitiu alcançar outros espaços, incluindo outros indivíduos e outras figuras sociais. Desta feita, as estratégias de indivíduos e famílias foram reconstruídas a partir dos laços conservados nestas fontes, o que permite a generalização do modelo, do caso individual ao contexto: laços e formas de parentesco semelhantes sugerem experiências e mecanismos análogos (Gribaudi 1998, 135).

É importante ressaltar que, apesar ter sido talvez o primeiro historiador da geração fundadora da micro-história a discutir a biografia e aplicar em seus trabalhos sua própria concepção de fazer biográfico, Giovanni Levi evidentemente não foi o único. Considerado por todos os principais analistas da micro-história como o criador desta corrente historiográfica e seu mais precoce teorizador, Edoardo Grendi talvez seja o menos conhecido dentre eles. Ao longo de sua carreira, dialogou – muitas vezes de maneira polêmica – com Eric Hobsbawm, Natalie Zemon Davis, E. P. Thompson, Karl Polanyi e Clifford Geertz, e com os estudiosos mais próximos da Escola dos Annales (Giulli 2017, 153).

---

A redução de escala de observação gerou no trabalho de Grendi uma referência constante à história local, mas de modo algum uma história local autorreferencial, já que manteve diálogo com o debate historiográfico internacional; um debate que, no que diz respeito à Gênova e sua República, levou-o a questionar o paradigma braudeliano e macroscópico do “virtualismo” financeiro genovês que, todavia, de acordo com Grendi, não tinha sido capaz de atribuir a importância correta ao verdadeiro contexto sociopolítico daquela República (Giulli 2017, 149).

Os seus inúmeros trabalhos sobre Gênova acabaram aproximando-o da biografia histórica – tema que nos interessa nesse artigo – e seu último livro trata de uma biografia coletiva da família Balbi (Grendi 1997), uma das mais importantes da aristocracia de Gênova. Ao contrário de Levi e de Sabina Loriga, Grendi não produziu uma ampla reflexão teórica sobre o status da biografia. A biografia coletiva produzida por ele foi inteiramente baseada na análise morfológica das práticas sociais e das experiências culturais da família Balbi, com o objetivo de propor um modelo de referência mais amplo para o estudo da sociedade aristocrática ligure na Idade Moderna, aproximando-se metodologicamente da análise produzida por Levi em seu livro *A Herança Imaterial* (Giulli 2017, 150).

Após mapear e reconstruir os fatos que tinham levado os Balbi até o ápice das atividades comerciais e financeiras da Europa, Grendi investigou, assim como um antropólogo em trabalho de campo, o estilo de vida dessa família. Nessa etapa da sua pesquisa percebemos claramente a perspectiva micro-histórica sendo utilizada com maestria para produzir um trabalho de biografia coletiva: servindo-se de uma série heterogênea de fontes arquivísticas, de tipo público e privado, não apenas registros fiscais, escrituras notariais e atos judiciais, mas também inventários de bibliotecas e de obras de arte, a escala reduzida é percebida como um novo local de experimentação, mas sem deixar de explicar os processos globais. Não há a renúncia do macro, mas sim uma tentativa de enriquecê-lo (Grendi 1997, 95-133).

Já que a análise macro tende a ser extremamente generalizante, pouco empírica e muito retórica, Grendi conseguiu descrever nessa biografia coletiva as estruturas sociais sem perder o que há de mais fundamental nas interações sociais. Ele mostrou claramente ao leitor que, apesar das estruturas, os atores sociais analisados possuíam uma liberdade de ação, uma margem de manobra. O historiador italiano percebeu que todas as ações que construía as normas sociais eram fruto de escolhas, negociações e estratégias dos atores sociais, sem considerar, evidentemente, os membros da família Balbi como hiper-rationais.

A partir dessa forma de análise, uma nova concepção de contexto foi concebida: ao invés de ser retratado como o pano de fundo cultural, social e político que determinaria o comportamento individual, o que, de alguma maneira, aparece nas biografias modais, o contexto

---

---

passou a ser encarado como algo heterogêneo e fraturado. Sendo assim, as normas sociais são criadas nas interações e vivenciadas de formas distintas pelos grupos sociais, fazendo com que o mesmo processo social seja vivenciado diferentemente por homens, mulheres, camponeses, operários e, no caso, aristocratas.

Logo, Grendi conseguiu apresentar um perfil civil da aristocracia genovesa percebida como sistema cultural no qual se destacavam, contudo, diferentes experiências individuais e coletivas. É importante ressaltar que não apenas os homens dessa família tiveram espaço na biografia coletiva analisada. No último capítulo, Grendi analisa as mulheres da família Balbi, propondo um quadro original da componente feminina dessa família e do seu papel específico.

Por fim, devemos retomar o fio condutor da análise que propomos do fazer biográfico de Grendi: a análise morfológica de práticas, experiências e comportamentos apresentada nesse livro refletiu claramente sua perspectiva micro-histórica. Nessa pesquisa ele consegue muito mais do que produzir a descrição mecânica, linear, irônica e cronológica de uma família de aristocratas genoveses. Podemos ver em sua obra uma biografia que, em muito, supera a descrição da biografia modal: na verdade acaba sendo de fato uma crítica a esta. No livro em questão temos um ótimo ponto de partida para tentar utilizar o método microanalítico em perspectiva transnacional e para relacionar a micro-história local (qualitativa e individual) com a macro-história global (quantitativa e serial) (Giulli 2017, 150).

A partir do que afirmamos, poder-se-ia questionar se Giovanni Levi e Edoardo Grendi, na prática, não teriam suas pesquisas enquadradas naquilo que Dosse chamou de biografia modal? Na verdade, os usos da biografia recuperados ou adotados pelos micro-historiadores escapam de um modelo simplista de ilustrar um contexto por meio do resgate de uma vida. Evocando algo próximo à noção de tipo ideal weberiana, a biografia modal só tem validade como uma ilustração de comportamentos gerais. Nada mais distante do trabalho empírico de ambos: para eles e para os demais micro-historiadores, não se trata de inserir condutas num comportamento padrão, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as tornem possíveis e, portanto, normais (Levi 1996).

Nesse sentido, a proposta biográfica da micro-história se afastaria dos estudos modais, como o *Rabelais* de Lucien Febvre, que revelaria em seus comportamentos não a sua singularidade, mas o *ouillage mental* de sua época; ou a biografia de Lutero escrita também por Febvre, na qual o reformador alemão só teria pertinência quando confrontado com o universo mental da Alemanha do século XVI (Febvre 2009 e 2012). É o caso, também, da biografia de Guilherme Marechal escrita por George Duby, na qual o guerreiro medieval interessa, sobretudo, como sujeito representativo do universo mental da cavalaria em fins do século XII e início do

---

século XIII, momento no qual esse universo entra em declínio (Duby 2002); e da análise de trajetória do burguês Joseph Sec, escrita por Michel Vovelle, na qual o itinerário da personagem principal serve para dar conta de toda uma categoria social, neste caso, da burguesia provinciana.

Apesar de tais trabalhos de biografia modal terem o mérito de conservar a tensão entre a coerência de um destino individual e sua ancoragem na sociedade, devemos nos atentar, como ressaltou Levi, que nas análises supracitadas o contexto acabou sendo descrito, em alguns momentos, como algo rígido e coerente, servindo como pano de fundo imóvel para explicar a vida do biografado. De acordo com ele, nesse modelo biográfico, os destinos individuais seriam inseridos em um contexto, mas não atuariam sobre ele e nem o modificariam (Dosse 2009, 222). O contexto serviria, então, apenas para preencher lacunas documentais da biografia. Teríamos aquilo que Loriga apresentou como biografia sanduíche: uma fatia de contexto, um pouco de biografia, uma fatia de contexto e assim por diante (Loriga 1998, 249).

Além daquilo que chamamos de crítica à questão modal, os micro-historiadores buscaram também, de alguma maneira, responder às questões levantadas por Pierre Bourdieu sobre a biografia, ainda nos anos 1980. Em um artigo publicado em 1986, o sociólogo francês, ao contestar toda a ideia de historicidade linear e cronológica do sujeito, acusa a biografia de ser uma grande ilusão (Bourdieu 2006). Bourdieu ataca sobretudo a ideia presente, de continuidade e de um *telos* carregado de linearidade subjacente. Apesar de ter razão nessa questão, Bourdieu, à moda estruturalista, nega qualquer pertinência do nome próprio, já que, para ele, o sujeito seria o que ele chama de uma “entidade não pertinente”. Assim, a biografia não apresentaria qualquer razão para receber a confiança das ciências sociais (Dosse 2009, 208-9).

Sabina Loriga acabou respondendo, de forma direta e indireta, a essas questões. Em uma entrevista recente, a historiadora italiana afirmou que seu interesse pela biografia ou, mais exatamente, pela história biográfica, estaria estreitamente ligado às suas pesquisas mais antigas. Em sua tese de doutorado, ao estudar o exército piemontês no século XVIII, seu esforço essencial foi reconstituir a realidade institucional a partir de diferentes versões individuais. Por meio dessa experiência de pesquisa, a autora iniciou uma reflexão mais aprofundada sobre a temática biográfica na história.

Duas questões em particular marcaram suas reflexões: quando nos concentramos sobre uma biografia, nós estabelecemos, de uma forma mais ou menos consciente, os elementos e as mudanças significativas de sua vida: quais são os critérios que nós utilizamos para avaliar o peso dos fatos históricos, das práticas sociais, das relações emocionais? A segunda questão visaria às possibilidades de apreender a dinâmica histórica global através de uma perspectiva biográfica, fundada sobre a análise das experiências individuais (Schmidt 2003, 17).

---

Ainda nos anos 1990, ela começou a examinar uma reflexão extremamente rica, que se desenvolveu ao longo do século XIX, sobre a história biográfica: nas primeiras décadas desse século, a biografia estaria, em parte, ligada à reflexão sobre a nação; no final desse mesmo século, no entanto, ela faria parte de uma discussão mais ampla e também mais dolorosa sobre o estatuto epistemológico das ciências humanas. Loriga examinou então um núcleo conjunto de autores: Thomas Carlyle, Jacob Burckhardt, Leon Tolstói, Eduard Meyer, Otto Hintze e Wilhelm Dilthey. Para ela, não havia uma coerência estrita entre seus pensamentos, mas a confluência de ao menos duas ideias importantes.

Em primeiro lugar, acreditavam que o mundo histórico é um mundo de produção, de criação, e que esta qualidade não tem seu fundamento em um princípio absoluto, transcendente ou imanente à ação humana, mas na ação recíproca dos indivíduos. A historiadora italiana pôde afirmar, então, que esses autores não pensam a sociedade como uma totalidade independente (um sistema ou uma estrutura impessoal), mas como uma obra comum: a vida social seria o agregado de todas as vidas individuais. Um segundo ponto em comum entre eles é que recusam a ideia de reduzir os fenômenos históricos às intenções dos indivíduos (por essa razão, sem dúvida, o termo estratégia aparece muito raramente nas suas reflexões) (Schmidt 2003, 19).

Seguindo de perto Ítalo Calvino, Loriga se apropria de algumas reflexões autobiográficas do escritor italiano: na esperança de conferir um caráter representativo a uma história de vida, nós temos seguidamente a tendência a escolher os traços mais comuns e negligenciar os traços mais pessoais. O resultado desse trabalho é que o tempo histórico aparece como um pano de fundo fixo, sem impressões digitais. Seguindo essa lógica, a historiadora italiana afirma que seria um grande equívoco o cerne da chamada biografia modal, que não passaria de uma grande miragem tentar apreender uma época ou uma civilização reconstituindo seus elementos um por um. É a ideia de uma prosopografia completa, acabada. Esta perspectiva, fortemente utópica, contribuiria também para um esfacelamento perigoso da história e daria, assim, margem para a crítica realizada por Pierre Bourdieu.

De acordo com Loriga, Bourdieu escreveu seu artigo em uma polêmica com certos estudos de história oral que descreviam a vida de uma maneira excessivamente linear, como um caminho com um começo, algumas etapas e um fim. Nesse sentido, Loriga concorda plenamente com o sociólogo francês: limitar a existência à pesquisa de uma improvável unidade de sentido revela uma ingenuidade imperdoável, que a literatura do século XX não cessou de desvelar a natureza descontínua e provisória do real. Além disso, a intervenção crítica de Bourdieu foi, para ela, extremamente importante porque evidenciou os riscos de certa inconsciência ou preguiça

---

---

metodológica na redescoberta das biografias feita pelas ciências sociais nas últimas décadas do século XX.

Entretanto, as concordâncias com Bourdieu terminam por aqui. Apesar de fundamental, segundo ela, a objeção de Bourdieu corre o risco de afirmar que o perigo de cair em uma história cronológica, factual e pouco problemática não está inscrito inevitavelmente na reflexão biográfica. Loriga afirma que tomar a experiência individual não significa sempre, automaticamente, adotar a forma tradicional da biografia (Loriga 1998, 246). E, ao contrário desse modelo biográfico, gênero literário baseado na unicidade da existência, a história busca reconstruir o tecido social e cultural. Nada impede que nós, historiadores, possamos utilizar a experiência individual para quebrar o excesso de coerência do discurso histórico, ou seja, para nos interrogarmos sobre a pluralidade e a incerteza do passado. E como bem lembrou Giovanni Levi, as vidas que se afastam da “média” talvez nos levem a refletir melhor sobre a tênue relação entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto mais amplo do sistema social (Levi 1996).

É a partir dessa última reflexão que examinaremos agora o papel que a análise biográfica e das trajetórias individuais tiveram nas pesquisas de Cerutti e Gribaudi e que possibilitou a eles reconstruir suas visões sobre a História Social por meio da micro-história; história essa pautada na compreensão de grupos, instituições e sociedades através da análise dos atores históricos imersos em suas redes de interdependência.

### **A biografia como chave para a compreensão de incertezas**

Tanto Maurizio Gribaudi quanto Simona Cerutti iniciaram seus estudos acadêmicos na Universidade de Turim e lá se tornaram alunos de Giovanni Levi. Além disso, Cerutti foi, juntamente com Levi e Carlo Ginzburg, uma das organizadoras da famosa coleção *Microstorie*, que reuniu alguns dos trabalhos que acabaram por definir os contornos da *microstoria italiana*. Apesar de terem trajetórias de pesquisa diversas, ambos percorreram uma carreira acadêmica similar. Ainda hoje os dois são professores e diretores de estudos da *École de Hautes Études em Sciences Sociales* em Paris, sendo eventualmente coordenadores do *Laboratoire de Démographie et d'Histoire Sociale* (LaDéHiS).

É importante ressaltar que o conjunto das obras de Cerutti e Gribaudi foi recebido timidamente no debate historiográfico brasileiro. Na maior parte dos trabalhos que dialogam com esses autores, no que tange à riqueza da produção bibliográfica de ambos, percebemos uma apropriação, especialmente de seus textos publicados na coletânea intitulada *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Do ponto de vista metodológico, o trabalho de Cerutti tem sido

---

retomado na discussão da pertinência da microanálise para estudos de caso e também para a reafirmação de que os grupos profissionais e sociais não podem ser descritos nem classificados antes mesmo de analisarmos o tecido das relações que eles forjaram por meio das suas redes de interdependência (Silveira 2010; Bonato 2011; Venancio 2018). Já a reflexão voltada para as pesquisas de Gribaudi aborda principalmente a discussão desse autor sobre a questão das escalas de análise micro e macro.

Apesar disso, os dois historiadores italianos foram apropriados numa discussão mais recente sobre os métodos para a construção da biografia como escrita da história (Venancio 2018 e Barreto 2009); como suporte teórico e metodológico para o estudo do sistema escravista brasileiro (Ferreira 2006; Fragoso 2010b; Matheus 2010; Moreira 2013), bem como da análise do chamado Antigo Regime dos Trópicos (Fragoso 2010a; Guedes 2016). Além disso, Osório, Farinatti, Kuhn, Reguera, Reis (Farinatti 2001, 2006 e 2008; Kuhn 2006; Reguera 2006; Reis 2008) dentre outros, utilizaram a reflexão de pelo menos um dos dois micro-historiadores para discutir o papel e usos das fontes cartoriais e da história serial para a compreensão dos grupos sociais e das suas redes de interdependência.

Por fim, é importante ressaltar que a obra de Gribaudi foi debatida também para a discussão das tendências da História do Trabalho no Brasil, sobretudo no que diz respeito à renovação dos estudos da classe trabalhadora utilizando as fontes orais e a sua relação crítica com a memória, de uma forma pouco usual no Brasil (Ferrerias 2002). Neste caso, a apropriação de sua tese de doutorado (Gribaudi 1987) permitiu a aproximação da interpretação que os indivíduos, ou os grupos sociais, constroem suas próprias vidas e que esta percepção é confrontada com a realidade e com as transformações experimentadas pelas pessoas comuns.

Cerutti possui na Europa o status de umas das grandes historiadoras italianas da atualidade, sendo autora de uma obra referencial sobretudo do ponto de vista teórico-metodológico, discutindo, dentre outras coisas, o estatuto das fontes judiciais e policiais e sua importância para a História Social. Em vários de seus textos ela discute também os elementos da *microstoria* a partir da obra de E. P. Thompson, um dos seus principais interlocutores nos anos 1990. Ao escrever seu livro *A formação da classe operária inglesa*, Thompson defendia algo que, para os historiadores atuais, pode parecer banal: estudar um processo, mais que um objeto. Nada era, todavia, menos óbvio nesse momento, no qual grande parte dos historiadores, entrincheirados em suas especializações, individualizavam seus objetos que remetiam apenas a campos distintos da vida social (Cerutti 1998). Apesar da dívida ao trabalho do historiador inglês, Cerutti abordou seus objetos numa perspectiva microanalítica (ao contrário de Thompson, cuja perspectiva, neste

caso, era macro-histórica, segundo Cerutti) tentando levar até o fim as implicações de uma análise processual.

Apesar das similaridades com as perspectivas biográficas dos outros autores já citados ligados à micro-história, um dos elementos centrais das discussões biográficas de Cerutti foi questionar, ou mesmo superar, alguns elementos considerados redutores na análise thompsoniana, sobretudo no que diz respeito à experiência. Em Thompson, a experiência vivida pelos sujeitos históricos é única, mas é invariavelmente ditada pelas relações de produção nas quais eles estavam inevitavelmente inseridos. Isso, segundo a historiadora italiana, mantinha parte daquele determinismo econômico contra o qual Thompson tanto tinha lutado. Dito de outra forma, o determinismo foi atenuado, mas não ultrapassado (Cerutti 1998, 186).

Já Cerutti, fazendo uso de análises biográficas, como demonstramos em outro trabalho (Carneiro 2018a, 46-55), adotou procedimentos de análise de cunho mais processual: seu objeto foi analisado em seus componentes e relações recíprocas. Os indivíduos foram efetivamente situados em suas redes de obrigações, expectativas e reciprocidades fazendo com que o centro da análise fosse formado pelo processo social em análise. Observamos então uma reformulação fundamental da relação mantida entre o sujeito a ser biografado e suas redes de interdependência; temos assim uma complexificação do fazer biográfico inserido nos debates historiográficos próprios dos anos 1980 e 1990.

Em um livro mais recente (Cerutti 2012), Cerutti manteve suas perspectivas acerca do discurso biográfico, fazendo uso mais uma vez dos arquivos turinenses do século XVIII. Neste trabalho ela se interrogou sobre a noção de “estrangeiro”, ou melhor, de forasteiro, já que o conceito não se aplica necessariamente a homens e mulheres originários de outros países. Ser estrangeiro seria, portanto, acima de tudo, sofrer de falta de pertença, independentemente do local de nascimento ou proveniência territorial. Os quatro capítulos do livro se apoiam neste postulado, ilustrando os diferentes contextos desta condição (hereditariedade, propriedade, profissão, justiça). Todas estas circunstâncias têm em comum, segundo a autora, a falta de integração, permanente ou temporária, voluntária ou imposta, nos tecidos sociais e nas redes estáveis de relacionamentos que dão acesso a certos recursos emblemáticos da cidadania urbana. Para Cerutti, a certidão de naturalização é apenas uma etapa necessária no tortuoso percurso de integração a um Estado.

No que diz respeito à questão biográfica, Cerutti retomou no segundo capítulo do livro supracitado a trajetória de um alfaiate chamado Girolamo Motta. Para tanto, ela fez uso de uma metodologia microanalítica para medir o papel da religião, mas também da propriedade, do crédito e das benesses nos processos de integração social e acesso à “cidadania”. De acordo com

---

a historiadora italiana, Girolamo Motta era alfaiate que chegou a liderar sua corporação no início do século XVIII. Todavia, a peculiaridade desta personagem é que ela aparece na documentação como sendo um “Turco da Anatólia”, que, pelo nome, muito provavelmente se tratava de um muçulmano convertido. Infelizmente as fontes não nos mostram o lugar dessa eventual conversão ao catolicismo.

Da mesma forma, não é fácil entender, com os documentos disponíveis, como Motta conseguiu atingir esse nível de sucesso. Cerutti credits parte disso à proteção oferecida pelo Príncipe Eugênio (1663-1736), de espírito cosmopolita e aberto à discussão ecumênica. Isso talvez explicasse a promoção de Motta, que chegou a ser seu alfaiate pessoal, mas tal fato não nos ajuda, contudo, a elucidar as razões da instalação desse otomano em Turim na década de 1660, numa época em que o brilhante príncipe estrategista savoiano ainda era criança e protegido do rei da França.

Essas importantes lacunas biográficas, no entanto, não diminuem o escopo geral da demonstração da hipótese de Cerutti, nem da sua análise da trajetória do otomano. Segundo ela, naturalizado em 1699, a posição de Girolamo Motta é particularmente vantajosa devido à sua capacidade de manipular o dinheiro e de fazê-lo circular. Devido à sua posição de credor em relação a muitos comerciantes de Turim, mas também por suas doações para instituições de caridade (sobretudo o Hospital da Caridade), o alfaiate criou uma rede social e um enraizamento que lhe garantiu propriedade de terra e imóveis que, na época, não eram acessíveis legalmente a estrangeiros. Por isso, para a autora, é legítimo verificar o ápice de sua ascensão quando, em 1717, Motta conseguiu adquirir uma casa na cidade e um vinhedo em Castiglione.

Cerutti conseguiu demonstrar que não foi o acesso às propriedades que abriu ao turco da Anatólia as portas da cidadania, mas o contrário: foi a rede de relações e de interdependência que ele construiu que gerou o sucesso de uma integração formalizada, aí sim, na aquisição de imóveis. A compra de uma propriedade é, segundo ela, “tanto a prova quanto o símbolo de estabilidade e compartilhamento de interesses dentro do espaço urbano” (Cerutti 2012, 122). O raciocínio reforça a ideia desenvolvida no seu primeiro capítulo de que uma integração que não é feita apenas com base em simples operações “mecânicas” (naturalização ou acesso à propriedade), mas no desenvolvimento lento e resignado de redes estáveis (neste caso através da criação de um espaço de crédito) e influentes da cidade.

Ao ler este livro, alguém poderia se perguntar por que Simona Cerutti intitulou este capítulo “*Étranger à la communauté des fidèles*”, já que os supostos antecedentes islâmicos de Motta são apenas hipotéticos até este ponto do texto. Fazendo uso da típica narrativa micro-histórica, Cerutti apresenta ao leitor o último testamento do alfaiate turco, redigido em 1724. Neste

---

---

documento, ela fica surpresa com a ausência de qualquer menção às suas origens. Certamente este fato poderia ser um sinal adicional dessa integração, tão bem-sucedida que teria obscurecido as origens de Motta. Todavia, Cerutti não se rende a este raciocínio verossímil, mas sem fundamentação. A partir daí foi realizada uma análise extremamente detalhada do contexto de Turim que lhe permitiu desenvolver uma demonstração que podemos classificar como uma das mais belas ilustrações das potencialidades da *microstoria italiana* e de seus pressupostos heurísticos em geral. Além disso, essa investigação empírica pode ser vista como uma resposta aos elementos centrais da biografia modal: Cerutti, ao analisar a trajetória de uma figura específica, não a valoriza como ilustrativa de uma mentalidade coletiva que revelaria ao leitor o comportamento médio das categorias sociais.

No Estado savoiano da década de 1720, havia uma atmosfera de suspeita em relação a tudo o que não era católico, percebida pela instituição dos guetos judeus em 1723 e pela expulsão dos calvinistas entre 1722 e 1724. Além disso, havia outra situação: tanto os alfaiates quanto os comerciantes de tecidos estrangeiros eram particularmente visados pelos fabricantes locais que, acusando-os de controlar o mercado de seda, acabaram por impor ao reino da Sardenha um forte protecionismo (proibição da livre circulação de tecidos de seda, mas também em lã e algodão).

Este contexto dá a extensão dos limites da integração nos Estado da Savóia e justifica claramente o “percurso catártico” da identidade de Girolamo Motta, às vezes clandestino e às vezes aparente. Assim, as origens de um indivíduo podem ser reativadas a qualquer momento, independentemente dos juramentos, conversões, sinais de adesão, dinheiro, prestígio e de proteções. Simona Cerutti conseguiu perceber através da análise desta trajetória a confirmação de como uma religião – o catolicismo – permanece como “um dos critérios mais sólidos de definição da cidadania nos países da Europa Ocidental”. Ao analisar a trajetória de Motta por meio de uma metodologia ligada à micro-história italiana, Cerutti conseguiu escapar das armadilhas típicas, já analisadas anteriormente, da biografia modal.

Gostaria ainda de ressaltar que um dos propósitos centrais dos dois livros de Cerutti é mostrar que, apesar das similaridades de abordagens dos micro-historiadores acerca da questão biográfica, seus trabalhos foram produzidos, em alguns casos, em contextos historiográficos diferentes, procurando responder a perguntas diferentes. Cerutti não abordou, ou melhor, não construiu suas biografias coletivas da mesma forma que Gribaudi analisou as trajetórias dos trabalhadores franceses e italianos, nem se aprofundou em discutir teoricamente o estatuto da biografia, como fizeram Giovanni Levi e Sabina Loriga em momentos distintos. Se Cerutti tem como objetivo usar as biografias para questionar e ampliar as discussões que mostramos acima,

Gribaudo, como veremos a seguir, possui outros objetivos, mas ainda inseridos nas preocupações dos micro-historiadores quando discutem e contribuem com o debate do desafio biográfico.

### **Maurizio Gribaudo e a análise das trajetórias: uma micro-história benjaminiana**

Poucos historiadores são mais capacitados do que Maurizio Gribaudo em relação à produção de análises sobre a história da Paris popular da primeira metade do século XIX. Tendo se especializado em demografia e morfologia urbana, Gribaudo publicou, no fim dos anos 1980 (Gribaudo 1987), uma obra inovadora sobre a mobilidade dos operários de Turim no século XX, analisando, por meio da metodologia da network analysis e da obra de Barth, os elementos que levaram os operários desta cidade, antes socialistas, a abraçarem os ideários do fascismo nos anos 1940.

Mais recentemente, ele conduziu, juntamente com outros pesquisadores, uma reflexão coletiva ambiciosa, a um só tempo empírica e teórica, sobre os vínculos e as redes sociais nas quais os atores sociais se inscrevem, mas igualmente sobre as relações entre estruturas e dinâmicas sociais (Gribaudo 1998). Não podemos esquecer também da obra dedicada à revolução de 1848 (Gribaudo 2008), qualificada por ele como “esquecida”, na qual analisa os mecanismos de apagamento deste evento em setores inteiros da historiografia francesa. Por fim, Gribaudo lançou, em 2014, uma obra sobre as formas de organização dos meios populares parisienses desde a Revolução Francesa até a Revolução de 1848 (Gribaudo 2014). Neste livro, Gribaudo sintetizou todos os métodos de pesquisa utilizados ao longo de uma carreira rica na produção de textos de referência, nos quais demonstrou a influência dos trabalhos e reflexões teóricas de autores como Giovanni Levi, Norbert Elias, Marc Bloch, Charles Tilly, Edward Shorter, Peter Laslett, J. Clyde Mitchel, A. L. Epstein, Jeremy Boissevain e Fredrik Barth.

No que diz respeito à discussão que estamos realizando aqui, em um artigo de 2001, Maurizio Gribaudo analisou a trajetória de quatro operários na França do século XIX (Gribaudo 2001). Por meio da leitura desses percursos operários, o historiador italiano concebeu a biografia não como um caminho compacto, cuja trajetória é determinada por poucas variáveis fundamentais e de intensidade estatisticamente definida, mas antes, buscou apreendê-la como a progressão de um organismo vivo e imerso no interior de um espaço que evolui e se transforma. Um elemento central nesta análise é que a relação indissociável de cada trajetória com a natureza do espaço social no qual elas se inserem pôde ser vista claramente através das biografias analisadas.

Da forma como Gribaudi constrói metodologicamente as trajetórias, as personagens evocadas, desde o nascimento, se inscrevem no interior de configurações sociais que se caracterizam pelas modalidades de articular e utilizar uma gama específica de recursos, símbolos e memória (Carneiro 2018b). Ele percebeu, assim, como a sociedade francesa do século XIX era fragmentada pela presença de zonas marcadas por diferentes experiências sociais, dentro das quais não somente as perspectivas, mas, sobretudo, as possibilidades objetivas de cada indivíduo, podem variar drasticamente (Gribaudi 2001, 119).

Dialogando teoricamente com Warburg, Goethe e Benjamin, Gribaudi sugeriu a possibilidade de pensar a biografia não como um simples percurso linear que segue a todo momento uma mesma direção determinada sempre pelos mesmos fenômenos estruturais, mas sim como conjunção sempre incerta de inúmeros elementos em constante interação, sensíveis, ao mesmo tempo, a restrições locais e globais. Ele observou que cada presente histórico apresentado nas trajetórias de vida como uma massa borbulhante carregada de lembranças, tensões e aspirações contraditórias<sup>1</sup>.

A analogia mais precisa que pode ser usada para descrever essas dinâmicas é a de um sistema complexo de elementos em constante interação, revelando simultaneamente as sensibilidades locais e globais. Cada elemento é principalmente sensível ao seu ambiente local. Esse ambiente não é, por sua vez, sensível aos movimentos de conjunto do qual é necessariamente uma pequena parte. Desta maneira, cada mudança em qualquer ponto dessa configuração implica, portanto, numa redefinição mais ou menos importante de todos os elementos que compõem esta configuração. Em cada momento, cada um dos elementos do sistema reatualiza sua posição e seu conteúdo em função das mudanças que ocorrem paralelamente à sua própria trajetória (Gribaudi 2018, 2).

Assim, Alexis e Bertrand, dois dos operários cuja trajetória foi analisada, apesar de abandonarem, quase com a mesma idade, os seus vilarejos para emigrarem para Paris e morarem a poucas centenas de metros de distância um do outro, vivenciaram e se desenvolveram em duas sociedades totalmente separadas e, entre si, incomunicáveis. Cada um deles viveu em uma França diferente, estruturada a partir das suas práticas e das suas emoções, e pelas relações de força que se estabelecem dentro do espaço mais vasto. Para apreender os sentidos de tais percursos e experiências sociais foi necessário reconstruir a geografia desses espaços, inventariar a gama de elementos que os compõem, medir a sua consistência e identificar suas proximidades com outros espaços, outras zonas de coerência.

---

<sup>1</sup> Agradeço imensamente a Maurizio Gribaudi pela gentileza de me enviar uma cópia do texto utilizado nessa conferência (Gribaudi 2018).

Para Gribaudi, um percurso individual se apresenta como o desenvolvimento de um ser orgânico totalmente imerso no espaço social e determinado pelas relações ali presentes. A identidade é apreendida não como um estado determinado a partir de uma origem ou adquirido ao final de um percurso, mas, acima de tudo, nos termos de um processo no curso do qual há mudanças não somente do indivíduo, mas também do espaço social no qual ele se inscreve. Ao não cair no erro de tomar o indivíduo e o contexto como duas entidades separadas, Gribaudi apreende a natureza do espaço social através dos usos concretos feitos pelos indivíduos que o compõem. O indivíduo e o espaço social evoluem e se modificam mutuamente, sendo um parte do outro (Gribaudi 2001, 117).

Tal perspectiva convida o historiador a pensar o espaço social não tanto por meio de um conceito de estrutura coerente e funcional, mas sobretudo utilizando imagem de uma constelação de pontos em tensão, portanto instáveis, movendo-se a cada momento de maneiras diferentes. O significado de um presente histórico, de acordo com Warburg, é dado pela natureza dos sincretismos temporais que o caracterizam (Gribaudi 2018, 6).

Assim, os acontecimentos que se seguem e que dão ritmo à história dos biografados por Gribaudi revelam lógicas análogas, adquirindo o seu significado específico dentro da configuração global das relações, das memórias e das aspirações, na qual se desenvolve. Mas, ao mesmo tempo, cada novo acontecimento e cada nova relação induzem a um reajuste contínuo do conjunto e modificam, portanto, a condução dos elementos presentes (Gribaudi 2001, 124). É uma configuração ao mesmo tempo individual e social. Individual, já que se trata de uma série de experiências, de memórias e de relações que se consolidaram sobre a base de vivências e das emoções, as quais marcam e orientam, no presente, as práticas e a construção de seus projetos de vida. Social, porque os recursos utilizados, as relações iniciadas, as referências e os símbolos presentes pertencem, todos, a um espaço de relações atravessado e estruturado por vivências análogas.

Essa força estruturante da experiência social, que constantemente se reatualiza e que vai transformando os sistemas de coerência individuais e de grupo é, para o historiador italiano, um elemento central para a compreensão das dinâmicas históricas. Ela nos permite tanto apreender o desenvolvimento de cada configuração, das redes de interdependências recíproca e de cada prática social, quanto explicar as transformações de perspectivas que podem ser observadas no desenvolvimento de uma vida, de um grupo ou de uma sociedade (Gribaudi 2001, 145-146).

É importante destacar que as experiências sociais dos biografados apresentam a possibilidade de novas conexões. Isso ocorre tanto pela inserção das experiências em uma série de conexões, de imagens e representações já existentes, quanto, eventualmente, pela

reorganização, sob uma nova forma, dos elementos presentes dentro de uma velha configuração, de um conjunto estrutural, que pode parecer melhor e mais coerente. Essa reconfiguração pode tornar-se global e abrir perspectivas de ações drasticamente novas para o indivíduo, o grupo ou a sociedade que passe por essa experiência. Desta maneira, o percurso individual aparece não como uma trajetória linear, mas como uma série de deslocamentos e de reajustes de um enorme emaranhado de relações, experiências, lembranças e imagens reunidas em torno de um ponto de uma dessas zonas sociais (Gribaudi 2001,145-146).

Seguindo de perto as reflexões de Walter Benjamin, Gribaudi nos sugeriu pensar a historicidade como uma constelação de diferentes elementos que formam, em sua relação recíproca, uma coerência única e específica. Desta maneira, o caráter e a especificidade de um presente histórico são dados pelas modalidades de manter coerências diversas e muitas vezes contraditórias. Assim, em sua dimensão temporal, a história seria, portanto, fundamentalmente caracterizada pela descontinuidade, e não pela continuidade. Para o historiador italiano, a evolução e a continuidade formal do espaço social seria apenas aparente. A cada momento, suas formas reatualizariam seus conteúdos inseridos em um movimento simultâneo.

Isto traria aos historiadores implicações importantíssimas: tudo que nós herdamos do passado deve ser atualizado, inscrito e ancorado na sempre nova configuração de símbolos, imagens, objetos, práticas, aspirações e conjunto de elementos que formam o horizonte dos presentes históricos. Cada um dos presentes que se desdobram à frente da história está inscrito em inúmeras temporalidades, por meio de inúmeras referências, memórias ou representações do passado, assim como inumeráveis antecipações do futuro percebidas pelos contemporâneos como possíveis. Temos em Gribaudi uma peculiaridade em relação aos outros microhistoriadores: o resgate da visão da História de Walter Benjamin como uma ferramenta fundamental para a construção de pesquisas ligadas à micro-história e para a produção de biografias complexas e distantes da perspectiva modal.

Nessa perspectiva, nenhum elemento do desenvolvimento da vida dos biografados aparece como determinado *a priori*. A cada momento, vários futuros são considerados, concebíveis e percebidos como realmente praticáveis. É por isso que Gribaudi afirma que o presente não é apenas uma questão de historicidade, mas é também uma chave, um momento de bifurcação onde estão em jogo as formas possíveis do desenvolvimento histórico. Não se trata de construir uma narração dos acontecimentos históricos, ou, nesse caso, da vida e das trajetórias dos sujeitos biografados, mas de reconstruir, por uma técnica próxima à da “montagem”, a topografia das tensões que animam o coração da história (Gribaudi 2018, 2 e 14).

---

## Considerações finais

Parte da discussão que travamos aqui pode ser vista como uma continuação das reflexões que realizamos sobre a mesma temática em um texto de 2018 (Carneiro 2018a). Neste primeiro texto, analisamos especialmente os usos da biografia no livro inaugural de Simona Cerutti e o inserimos nas grandes discussões historiográficas acerca do ressurgimento do sujeito como agente histórico, típicas da segunda metade do século XX. A ênfase que o debate sobre a biografia revelava era a criação de uma nova modalidade de História Social que permitiria a reformulação da relação existente entre as normas e os comportamentos; percebendo a multiplicidade de interações do indivíduo e enxergar, dentro de um debate mais amplo, um sujeito que atua em inúmeras esferas sociais. Parcialmente livre das amarras de uma estrutura estruturante, este sujeito, com inúmeras escolhas, possibilidades e estratégias, lidaria com as múltiplas interações que sua rede de interdependências lhe possibilitaria, alterando e construindo a própria estrutura.

Todavia, mostramos nesse artigo que não podemos ler as contribuições de todos os micro-historiadores da mesma maneira. As perspectivas biográficas de Levi e Grendi, por exemplo, devem ser vistas de uma maneira mais ampla, ou seja, como questionamentos aos paradigmas exploratórios de escala macro. Seus alvos eram o marxismo vulgar, a longa duração braudeliana, as abordagens inerentes à história quantitativa e os modelos funcionalistas e estruturalistas. E, como resposta a esses modelos, privilegiaram o uso intensivo de fontes primárias (especialmente documentos cartoriais, fontes jurídicas e autobiografias) em uma abordagem sincrônica para desvelar a interconexão entre fenômenos múltiplos que identificam processos causais de mudança. Dialogando com antropólogos, tais como Karl Polanyi, Fredrik Barth e J. Clyde Mitchel, colocaram no centro de suas análises questionamentos sobre o funcionamento da racionalidade humana que governa os comportamentos individuais e sociais.

De todos os micro-historiadores, Loriga foi aquela que mais se ocupou com as reflexões teóricas sobre a legitimidade e o papel da biografia, respondendo adequadamente à provocação de Pierre Bourdieu não só ao estatuto da biografia, mas também ao da própria História enquanto disciplina. Seja em sua análise prosopográfica dos soldados do Piemonte (Loriga 2007), seja em seu *pequeno x* (Loriga 2011), Loriga demonstrou uma lição cara à micro-história: é impossível compreender o biografado sem apreendermos suas ações e seu posicionamento em suas redes de relações recíprocas.

Já a perspectiva biográfica de Cerutti continua de alguma maneira inserida no debate dos anos 1980 e 1990, muito longe, entretanto, do debate francês sobre as pertinências da biografia.

A historiadora italiana dialoga direta e indiretamente com pressupostos clássicos da sociologia em sua versão thompsoniana: está preocupada com os conceitos de *ação*, *agência* e *experiência*; preocupada em compreender a formação e ação dos grupos não de forma estruturante nem determinada, mas de compreender o grupo como fruto das interações interdependentes do sujeito e de questionar o uso apriorístico de conceitos como grupo e classe. Apesar de inserida em um debate de mais de 30 anos, esta perspectiva continua importante e renovada nas discussões da História Social, assumindo agora perspectivas ligadas à *Social Network Analysis*.

Em relação às reflexões de Gribaudi sobre as trajetórias individuais e de grupos, percebemos que essas possuem certas peculiaridades em relação às outras contribuições da micro-história para o debate. Apesar de seu livro de 1987 estar evidentemente inserido nas preocupações biográficas discutidas por Levi e Cerutti, seu artigo de 2001 lhe permitiu pensar a experiência individual em toda a sua particularidade como parte indissociável de um contexto e da natureza pluridimensional do espaço social<sup>2</sup>.

As experiências dos sujeitos históricos se inscrevem e adquirem significados dentro de um horizonte social no qual são interpretadas formas específicas de combinar símbolos, recursos, lembranças e expectativas etc. Ao dialogar sobretudo com Walter Benjamin, Gribaudi percebeu a complexidade das múltiplas temporalidades que atingem o sujeito e os grupos sociais. Segundo ele, em cada um dos vários presentes estão inseridos incontáveis referências aos passados e inumeráveis projeções de futuro, ou seja, o presente é sempre tensionado pelas memórias do que foi o passado e pelas contraditórias possibilidades de futuro; que aquilo que herdamos do passado é apenas um solo fértil a partir do qual se engendram formas e práticas (Gribaudi 2018, 2-6).

Compreendendo o presente como uma mistura particular de sobrevivências e antecipações, Gribaudi se utiliza também da análise das trajetórias como forma de entender o processo histórico, que para ele é um sistema que desdobra suas formas mantendo certa estabilidade, mas que também pode se modificar drasticamente em qualquer momento, quando as tensões presentes induzem a uma reconfiguração das relações dentro dos elementos físicos e simbólicos que formam a constelação de um presente histórico. Em resumo, Gribaudi leva a discussão biográfica microanalítica a outros patamares, numa espécie de radicalização dos pressupostos de Levi e Grendi.

Por fim, é importante ressaltar que, ao analisarmos as múltiplas contribuições de historiadores ligados à micro-história italiana, fica claro aquilo que todos os especialistas nessa

---

<sup>2</sup> Para visualizar a aplicação dessas questões em um trabalho empírico de fôlego, indico a leitura de Gribaudi (2014).

corrente historiográfica têm dito desde o século passado: a micro-história não é uma escola no sentido que damos à Escola dos Annales; os diálogos e referências teóricas aqui são múltiplos. E nisso está uma das maiores forças dessa corrente, qual seja, revelar um indivíduo relacional e complexo, cuja trajetória ou biografia, dependendo da situação, é fundamental para a compressão da realidade, entendida como a configuração resultante das inúmeras redes de interdependência dos atores sociais e interpolações de múltiplas temporalidades.

## Referências bibliográficas

- Ago, Renata. “From the archives to the library and back: culture and microhistory”. Em *Between Sociology and History. Essays on Microhistory, Collective Action, and Nation-Building*, org. A. M. Castrén, M. Lonkila e M. Peltonen.41-50. Helsinki: SNK, 2004.
- Barreto, Adriana. “Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório”. *Topoi*, 10, n. 19 (2009). <https://doi.org/10.1590/2237-101X010019006>
- Bonato, Massimo. 2011. “A Micro-história e o método da história de vida”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, Brasil, 2011.
- Bourdieu, Pierre. “A ilusão biográfica”. Em *Usos e abusos da História Oral*, Ferreira, Marieta Moraes Ferreira e Janaina Amado. 183-192. Rio de Janeiro: EdFGV, 2006.
- Carneiro, Deivy F. “Micro-História e História do Crime e da Justiça Criminal: um diálogo possível e desejado”. Em *Crime e Justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa*, org. Máira I. Vendrame, Cláudia Mauche e Paulo R. S. Moreira. 33-66. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2018b.
- Carneiro, Deivy F. “Os usos da biografia pela micro-história italiana: interdependência, biografias coletivas e network analysis”. Em *O que pode a biografia*, org. Alexandre Sá Avelar e Benito Bisso Schmidt, 33-58. São Paulo: Letra & Voz, 2018.
- Cerutti, Simona. “Langage des acteurs, langage des historiens : de quoi parlent les sources judiciaires ?”. *L'Atelier du Centre de recherches historiques*, 05 (2009). <https://doi.org/10.4000/acrh.1645>
- Cerutti, Simona. “‘A rebrousse-poil’. Dialogue sur la méthode”. *Critique*, 769-770 (2011): 564-575. <https://doi.org/10.3917/criti.769.0564>
- Cerutti, Simona. “Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII”. Em *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*, org. Jacques Revel. 173-202. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- Cerutti, Simona. “Faits et ‘faits judiciaires’. Changements dans le statut de la preuve à Turin au XVIIIe siècle”. *Cahiers du Centre des Recherches Historiques*, 45 (2010): 151-180. <https://doi.org/10.4000/ccrh.3566>
- Cerutti, Simona. “Normes et pratiques, ou de la légitimité de leur opposition”. Em *Les formes de l'expérience. Une autre histoire sociale*, org. B. Lepetit. 175-204. Paris : Découvert, 1995.
- Cerutti, Simona. “Travail, mobilité et légitimité : suppliques au roi dans une société d’Ancien Régime (Turin, XVIIIe siècle)”. *Annales Histoire, Sciences Sociales*, 65, 3 (2010): 571-611.
-

<https://doi.org/10.1017/S0395264900040798>

Cerutti, Simona. *Étrangers : étude d'une condition d'incertitude dans une société d'Ancien Régime*. Paris: Bayard, 2012.

Cerutti, Simona. "Histoire pragmatique, ou de la rencontre entre histoire sociale et histoire culturelle". *Tracés*, n. 15 (2008): 147-168. <https://doi.org/10.4000/traces.733>

Cerutti, Simona. "Who is below ? E. P. Thompson, historien des sociétés modernes : une relecture". *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 70, 4 (2015): 931-956. <https://doi.org/10.1353/ahs.2015.0167>

Dosse, François. *O desafio Biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

Duby, George. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Farinatti, Luiz Augusto E. "Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social". *Anos 90*, 15, n.28 (2008a). <https://doi.org/10.22456/1983-201X.7958>

Farinatti, L. A. E. "Escravos do pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850)". *Ciência & Ambiente*, v. 1 (2006).

Farinatti, L. A. E. "Para além de estancieiros e colonos: o Rio Grande do Sul rural dos oitocentos e os lavradores nacionais". Em *Historiadores do novo Século*, org. Júlio Quevedo. 1 ed. 45-73. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

Farinatti, L. A. E. "Peões de estância e produção familiar na fronteira sul do Brasil (1845-1865)". *Anos 90*, v. 15, (2008b). <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6749>

Febvre, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. São Paulo: Editora três estrelas, 2012.

Febvre, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

Ferreira, Roquinaldo. "Biografia, Mobilidade e cultura Atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX". *Tempo, Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense*, Rio de Janeiro: UFF, 10, n. 20 (2006). <https://doi.org/10.1590/S1413-77042006000100003>

Ferreras, Norberto. "História e Trabalho: entre a renovação e a nostalgia". *Revista Trajetos*, 1, n. 2 (2002).

Fragoso, João, e Maria de Fátima Gouvêa, org. *Na Trama das Redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.

Fragoso, João. "Afogando em Nomes: temas e experiências na história econômica". *Topóis*, 5, n. 5 (2002). <https://doi.org/10.1590/2237-101X003005002>

Fragoso, João. "Efigênia angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial". *Topóis*, 11, n. 21 (2010b). <https://doi.org/10.1590/2237-101X011021005>

Gandelman, Luciana Mendes. "Trajetórias individuais no Império português do século XVII: o caso do financista João de Mattos de Aguiar". Em *Sujeitos na história: perspectivas e abordagens*, org. Gisele Venancio e Larissa Viana. 61-82. Rio de Janeiro: EDUFF, 2018.

Giulli, Mateo. "Morfologia Social e contextualização topográfica: a micro-história de Edoardo Grendi". *Revista Brasileira de História*. 37, n. 76 (2017). <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n76-07>

---

- Grendi, Edoardo. *Balbi: una famiglia genovese fra Spagna e Impero*. Torino: Einaudi, 1997.
- Gribaudi, Maurizio. *1848 – La révolution oubliée*. Paris : La Découverte, 2008.
- Gribaudi, Maurizio. Escala, Pertinência, Configuração. Em *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, org. Jacques Revel. 121-150. Rio de Janeiro: EdFGV, 1998.
- Gribaudi, Maurizio. 2018. “Forma, tensão, movimento: a plasticidade da História”. Conferência apresentada no III Simpósio Internacional Micro-História, trajetória e imigração, São Leopoldo, Unisinos, 2018.
- Gribaudi, Maurizio. *Itinéraires ouvriers : espaces et groupes sociaux à Turin au début du XXe siècle*. Paris: Éditions de l'EHESS, 1987.
- Gribaudi, Maurizio. *Paris, ville ouvrière : une histoire occultée. 1789-1848*. Paris : La Découverte, 2014.
- Gribaudi, Maurizio. “Percorsi individuali ed evoluzione storica: quattro percorsi operai attraverso la Francia dell'Ottocento”. *Quaderni Storici*, 36, n. 106 (1) (2001).
- Guedes, Roberto, e João Fragoso. *História Social em Registros Paroquiais: sul e sudeste do Brasil, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- Kuhn, Fabio. “Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII”. Tese de doutoramento, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2006.
- Levi, Giovanni. *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- Levi, Giovanni. “Usos da biografia”. Em *Usos e abusos da história oral*, org. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 167-182. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- Loriga, Sabina. “A biografia como problema”. Em *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, org. Jacques Revel. 225-250. Rio de Janeiro: EdFGV, 1998.
- Loriga, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. São Paulo: Autêntica, 2011.
- Loriga, Sabina. *Soldats : un laboratoire disciplinaire - l'armée piémontaise au XVIIIème siècle*. Paris : Belles Lettres, 2007.
- Matheus, Marcelo Santos. “Por ter ido ao Estado Oriental: guerra e fronteira nas cartas de alforria de Alegrete (1832 – 1871)”. VIII Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, CORAG, 2010.
- Moreira, Paulo Roberto S., e Marcelo Santos Matheus. “A microanálise como suporte teórico-metodológico para o estudo do sistema escravista brasileiro a partir da reconstituição de trajetórias de escravos (Alegrete, século XIX)”. *Revista CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, 28, n.2 (2013).
- Osório, Helen. *O Império Português no Sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- Reguera, Andréa. *Patrón de estancias. Ramón Santamarina: uma biografia de fortuna y poder en la pampa*. Buenos Aires: EUDEBA, 2006
- Reis, João José. Domingos Sodré. *Um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- Revel, Jacques. A biografia como problema historiográfico. Em *História e historiografia: exercícios críticos*, org. Jacques Revel. 24-48. Curitiba: Editora UFPR, 2010.
- Rizzini, Irma. “Pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional: revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX”. *Revista Contemporânea de Educação*, 4, n. 7 (2009).
-

Santos, Marília Nogueira. “Privilégios institucionais ou individuais? Vice-reis da Índia e governadores-gerais do Brasil nos séculos XVII e XVIII”. Em *Sujeitos na história: perspectivas e abordagens*, org. Gisele Venancio e Larissa Viana. 83-102. Rio de Janeiro: EDUFF, 2018.

Schmidt, Benito Bisso. Entrevista com Sabina Loriga: a História Biográfica. *MÉTIS: história & cultura*. v. 2, n. 3, (2003).

Schmidt, Benito Bisso. “Entrevista com Sabina Loriga: a História Biográfica”. *MÉTIS: história & cultura*, 2, n. 3 (2003).

Silveira, Eder da Silva. “Estudo de caso e Micro-História: distanciamentos, características e aproximações”. *Revista História em Reflexão*, 4, n. 8 (2010).

Trivellato, Francesca. “Is There a Future for Italian Microhistory in the Age of Global History?”, *California Italian Studies*, 2 (1) (2011).

Venancio, Gisele, e Larissa Viana. *Sujeitos na História : perspectivas e abordagens*. Rio de Janeiro : EDUFF, 2018.

\*\*\*

Recebido: 28 de agosto de 2019

Aprovado: 18 de outubro de 2019

**Biografia, história e identidade. Gonçalo Gonçalves, os processos de colonização lusa nas terras guanabarinas e identidade local**

*Biography, history and identity. Gonçalo Gonçalves, the processes of Portuguese colonization in the guanabarinas lands and local identity*

*Biografía, historia e identidad. Gonçalo Gonçalves, los procesos de colonización portuguesa en las tierras guanabarinas y la identidad local*

Rui Aniceto Nascimento Fernandes\*

<https://orcid.org/0000-0003-1329-3570>

RESUMO: Nos últimos anos, os estudos biográficos ganharam espaço na historiografia consolidando-se como uma estratégia para a compreensão de processos históricos. Nesse sentido a biografia deixou de ser apenas o estudo da trajetória do indivíduo marcada pelas balizas de seu nascimento e morte. O biografado torna-se chave para compreensão de processos por ele vivenciados, mas também como o personagem pode ser apreendido, significado ou ressignificado ao longo do tempo. Neste artigo se propõe um estudo de biografia histórica, analisando um personagem, Gonçalo Gonçalves, em dois momentos. Um deste é seu próprio tempo, associando-o aos processos de conquista e colonização na Baía de Guanabara dos séculos XVI e XVII. O outro, *grosso modo* o século XX, quando é apropriado como fundador de uma comuna, hoje periférica, e é eleito como índice estratégico para a construção de uma identidade local.

Palavras-chave: Biografia. Colonização. Identidade. Rio de Janeiro.

ABSTRACT: In recent years, biographical studies have gained space in historiography consolidating itself as a strategy for understanding historical processes. In this sense, biography is no longer just the study of the trajectory of the individual marked by the bullets of his birth and death. The biography becomes the key to understanding processes experienced, but also how the

---

\* Doutor em História Social da Cultura, pela PUC-RJ (2009). Professor do Departamento de Ciências Humanas, do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS) e do PROFHISTÓRIA da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil. Principais obras: Rui Fernandes *et alli*. *Patrimônio cultural do Leste Fluminense* Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. Rui Fernandes *et alli*. *História e Patrimônio. Caixa de História*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. 7 vols. Rui Fernandes e André Luís Siqueira (Orgs). *Igreja Matriz São de Gonçalo. História e ações de recuperação de um patrimônio coletivo*. 1. ed. São Gonçalo: UERJ-FFP, 2016. E-mail: ruianiceto@hotmail.com

character can be grasped, meaning or resignified over time. This article presents a study of historical biography, analyzing a character, Gonçalo Gonçalves, in two moments. One of these is his own time, associated with the processes of conquest and colonization in Guanabara Bay of the 16th and 17th centuries. The other, roughly in the twentieth century, when it is appropriate as the founder of a community, now peripheral, and is as a strategic index for the construction of a local identity.

Keywords: Biography. Colonization. Identity. Rio de Janeiro.

RESUMEN: En los últimos años, los estudios biográficos han ganado espacio en la historiografía, consolidándose como una estrategia para comprender los procesos históricos. En este sentido, la biografía ya no es solo un estudio de la trayectoria del individuo marcada por los faros de su nacimiento y muerte. El biógrafo se convierte en una clave para comprender los procesos que experimenta, pero también cómo el personaje puede ser aprehendido, significado o replanteado con el tiempo. Este artículo propone un estudio de biografía histórica, analizando a un personaje, Gonçalo Gonçalves, en dos momentos. Uno de estos es su propio tiempo, asociándolo con los procesos de conquista y colonización en la Bahía de Guanabara de los siglos XVI y XVII. El otro, aproximadamente en el siglo XX, cuando es apropiado como fundador de una comuna, ahora periférica, y es elegido como índice estratégico para la construcción de una identidad local.

Palabras clave: Biografía. Colonización. Identidad. Rio de Janeiro.

### Como citar este artigo:

Fernandes, Rui Aniceto Nascimento. “Biografia, história e identidade. Gonçalo Gonçalves, os processos de colonização lusa nas terras guanabarinas e identidade local”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 235-260.

\*\*\*

Gonçalo Gonçalves é um ilustre desconhecido... Tido como o detentor da sesmaria e fundador da capela que originou o município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, por muito tempo – entre os séculos XVIII e a década de 1960 – foi apenas um nome. Depois passou a ser um personagem investigado, debatido, questionado e exaltado. É compreensível a investigação sobre esse personagem sob um aspecto revisionista da historiografia local, que lidava com questões do seu tempo: qual o papel do passado para explicar o presente e projetar um futuro, em uma cidade em transformação? Propomos um estudo de biografia histórica compreendendo o papel desempenhado pelo personagem ao longo do tempo. A biografia deixou de ser apenas o estudo da trajetória do indivíduo marcada pelas balizas de seu nascimento e morte. Para os proponentes da biografia histórica, o biografado torna-se chave para compreensão de processos por ele vivenciados, mas também como o personagem pode ser apreendido, significado ou ressignificado ao longo do tempo. Neste sentido se propõe analisar o personagem Gonçalo

---

Gonçaves em dois momentos. Um deste é seu próprio tempo, associando-o aos processos de conquista e colonização na Baía de Guanabara dos séculos XVI e XVII. O outro, *grosso modo* o século XX, quando é apropriado como fundador de uma comuna, hoje periférica, e é eleito como índice estratégico para a construção de uma identidade local.

Estudar um personagem nos leva a uma questão inicial. Qual o papel dos indivíduos na história? Qual é a relação entre a biografia e a história? Questão amplamente debatida desde a Antiguidade Clássica e que, nos últimos tempos, tem atraído a atenção dos historiadores de ofício.

A tensa relação entre a biografia e a história iniciou-se na Antiguidade. A primeira era considerada o estudo dos fatos relativos a um indivíduo. Os acontecimentos coletivos cabiam à história (Levillain 2003, 141-184). Tucídides e Políbio, por exemplo, atribuíam à biografia, o estatuto de campo sujeito à exaltação do personagem ou de seu grupo e por isso vulnerável à questão da verdade histórica. No entanto, o gênero firmou-se e persistiu ao longo dos séculos. Na Idade Média as narrativas das vidas dos santos, as hagiografias, tornaram-se narrativas privilegiadas, modelares, exemplos de virtudes cristãs que deveriam ser seguidas (Brown 1999). Dos santos aos cavaleiros heróis foi um salto e os nobres defensores da cristandade passaram a ser dignos de ter suas histórias registradas. A Renascença, com a valorização do indivíduo, manteve um lugar privilegiado para a biografia como possibilidade da narrativa da vida de um indivíduo. Esse lugar é mantido entre os iluministas. Para Voltaire, os grandes homens “*são aqueles que se destacaram no útil ou no agradável.*” Diferente do herói, o grande homem tinha que ser proveitoso à sociedade (Priori 2009).

O século XIX, marcado pela formação dos nacionalismos, construiu o panteão das nações, os heróis nacionais, os quase santos cívicos. A biografia era um elemento importante por criar exemplos de homens que se haviam dedicado de corpo e alma a uma obra histórica que se materializou nas nações então existentes. A cientificização da história, processo do século XIX, foi acompanhada do processo de transformação de vários discursos históricos em “ciências auxiliares”: numismática, diplomática, antiquariado. A biografia manteve-se enquanto gênero e também buscou refúgio nos estudos genealógicos, mais uma das tais ciências auxiliares (Langlois; Seignobos 1946). Em finais do século, a sociologia também passa pelo mesmo processo e se firma como a ciência do homem em sociedade, a partir dos estudos de Émile Durkheim (Durkheim 2007). Consolida-se a interpretação de que apenas a compreensão dos fatos sociais é capaz de explicar a sociedade, assim como de traçar leis gerais de seu funcionamento. O indivíduo passa a ser tido como um reflexo da sociedade e não como um elemento particularizado. Não seria uma parte do todo, mas

---

sim seu reflexo. A trajetória individual, a excepcionalidade do indivíduo, passa a ser tida como um falseamento dos processos sociais, pecha que avança sobre o século XX (Bourdieu 1998).

O surgimento da Escola dos Annales, na França, transformou a biografia até então produzida. Lucien Febvre e Marc Bloch, seus fundadores, produziram importantes estudos biográficos desfocando o aspecto laudatório e individual dos personagens para a prospecção dos processos sociais em que estavam inseridos<sup>1</sup>. É a segunda geração – grosso modo os anos 1940 e 1970 – dos Annales, capitaneada por Ferdinand Braudel, o estruturalismo e o marxismo que lançaram duras críticas ao gênero biográfico colocando-o à margem da historiografia. Atribuía-se a ela a alcunha de laudatória, heroizante, conservadora etc. Em contraposição buscava-se inserir os anônimos na história através da história serial/quantitativa que, trabalhando com séries documentais – registros paroquiais de batismo, casamento e óbito –, traçava interpretações sobre o perfil de comunidades, relações familiares, estratégias sociais etc.

No final da década de 1980 e nos anos 1990, a biografia volta a ser objeto dos historiadores. Em França, por exemplo, surgem os trabalhos de Georges Duby (Duby 1995) e de Jacques Le Goff (Le Goff 1998 e 1999) que constroem alternativas ao modelo de trajetórias individualizantes. A microhistória italiana, surgida nesse período, também investiu no estudo biográfico, com trabalhos como o de Carlo Ginzburg sobre o moleiro Menóchio, por exemplo (Ginzburg 2002). Vem desse autor um conceito-chave para compreender como o estudo das trajetórias individuais ganharam novos contornos. Ginzburg define o estudo do nome, ou seja, do indivíduo, como um elemento fundamental de análise histórica, pois assim seria possível a compreensão do *excepcional normal* (Ginzburg 1989). Refletindo sobre o caso que analisou, o do moleiro Menóchio, sua história só foi registrada pois foi excepcional. Moleiro de um pequeno vilarejo italiano, sofreu dois processos inquisitoriais por divulgar ideias pouco ortodoxas sobre a origem do mundo e sobre os ensinamentos católicos então vigentes. Sua trajetória constituiu-se, assim, em um caso excepcional, que, no entanto, permite problematizar a normalidade do período, ou seja, os padrões sociais vigentes e as possibilidades diversas de construção de práticas e ideias sociais. O indivíduo não é mais visto como um ser iluminado, “*à frente de seu tempo*”, ou então como reflexo social. A biografia histórica que vem sendo propagada, nos dias de hoje, busca a complexa relação entre os indivíduos e a sociedade. Não se quer mais dar conta de toda uma trajetória mas sim discutir as conexões entre as ações individuais e os processos históricos em curso. Não se quer mais heroizar um personagem mas sim humanizá-lo colocando-o no seu tempo, com seus dilemas, projetos,

---

<sup>1</sup> Febvre estudou Lutero e Erasmo de Roterdã, já Bloch analisou as biografias dos reis taumaturgos. (Malatian 2008, 16-32).

---

angústias e realizações. Não se quer mais criar exemplos modelares, mas sim indicar a complexidade da experiência individual, que também é social e que, muitas vezes, não possui uma lógica coerente. A biografia histórica então coloca o biografado em seu tempo e em outros tempos quando também analisa as apropriações e ressignificações que os personagens sofreram na história.

### Um personagem envolto em polêmicas

Apesar de não ter sido o primeiro sesmeiro a ocupar suas terras no território que hoje faz parte do município de São Gonçalo<sup>2</sup>, Gonçalo Gonçalves passou a ser considerado seu fundador, pois teria sido aquele que ordenara a construção da capela dedicada a São Gonçalo de Amarante, que foi elevada à condição de sede de freguesia em 1644.

Nessa direção seguiram os estudiosos que traçaram um perfil da região entre os séculos XIX e XX.

Milliet de Saint Adolphe, em meados do século XIX, ao descrever “*a linda povoação de São Gonçalo*”, então distrito de Niterói, afirmava: “*Um certo Gonçalo Gonçalves teria alcançado uma sesmaria na margem esquerda do Rio Guaxindiba, mandou edificar uma igreja que dedicou a São Gonçalo d’Amarante, a qual foi criada paróquia por alvará de 10 de fevereiro de 1647*” (Saint-Adolphe 1845, 546).

Alfredo Moreira Pinto praticamente transcreveu esse trecho, ao publicar o verbete São Gonçalo, em 1896 (Pinto 1896, 86). Em uma corografia, referente ao mesmo ano, Antônio José Caetano da Silva registrou que o município de São Gonçalo “*teve origem na fazenda de propriedade de Gonçalo Gonçalves, que ali fez erigir uma capela sob a invocação do santo de seu nome*” (Silva 1906, 374).

Da mesma forma seguiram os autores que escreveram no início do século XX.

Júlio Pompeu de Castro Albuquerque, em 1908, apontou que o município “*tem como sede a vila de S. Gonçalo, sob o orago de S. Gonçalo e foi fundada por Gonçalo Gonçalves*” (Albuquerque 1908, s/p).

Mattoso Maia afirmava que o seu “*berço foi a capela mandada construir por Gonçalo Alves, proprietário da fazenda Guaxindiba*” (Forte 1928, 89)<sup>3</sup>. Escragnolle Dória nos forneceu a informação sobre o estudo que embasou a opinião de todos esses autores: “*segundo Monsenhor Pizarro, autor das Memórias históricas do Rio de Janeiro, Gonçalo Gonçalves mandou construir a igreja dedicada a São Gonçalo em sesmaria que lhe fora concedida à margem do rio Guaxindiba, estabelecendo aí uma paróquia em 1647*”. (Dória 1929, 124)

---

<sup>2</sup> Os primeiros registros de ocupação de terras no território gonçalense remetem a sesmaria de Antônio de Mariz que montou o engenho de Nossa Senhora das Neves, na região do atual bairro de Neves, quando obteve sua sesmaria em 1568.

<sup>3</sup> Até os grandes mestres erram. Ou erram os tipógrafos que podem ter suprimido o Gonç. Trata-se de Gonçalo Gonçalves.

---

As contribuições de Pizarro perpetuam-se na produção historiográfica especificamente dedicada ao município, iniciada com obra de Luiz Palmier. Em 1940 foi publicado *São Gonçalo Cinquentenário. História, Geografia, Estatística*, com vistas à celebração dos cinquenta anos de emancipação político-administrativa do município. Esta obra é um marco referencial para todos os que se debruçam sobre São Gonçalo e tinha como objetivo construir uma imagem/personalidade local envolta no propósito da efeméride celebrada. Agregava, à narrativa histórica, aspectos geográficos, estatísticos, administrativos e biográficos, entre outros.

Meticuloso pesquisador, Palmier lançou mão das obras usuais na construção de sua interpretação da história local. Tendo como base as *Memórias* de Pizarro e o alvará de 1647 afirmava que

A capela de Gonçalo Gonçalves, à margem do Guaxindiba, de que nos fala Pizarro e da qual não há qualquer outra lembrança, devia ser a pedra angular da freguesia nascente. [...] Das margens do Guaxindiba a sede da paróquia foi transferida para as margens do Imboassu, alguns quilômetros de recuo, com a mesma invocação de São Gonçalo (Palmier 1940, 18).

Homero Guião Filho, quase trinta anos depois, em 1968, reafirmou essa posição:

um dos que recebeu um quinhão para cultivá-la foi Gonçalo Gonçalves, dada a promessa que, provavelmente, ele tinha feito ao santo São Gonçalo de Amarante, padroeiro do atual município de São Gonçalo, mandou construir, nas margens esquerda do rio Guaxindiba, uma capela que a dedicou. Tempos mais tarde, o culto ao santo São Gonçalo de Amarante, foi transferido para a capela erguida as margens do rio Imboçu, onde se encontra até hoje. (Guião Filho 1968, 14)

O primeiro a questionar essa interpretação foi o jornalista Roberto Barros em artigos, de 1964, publicados na revista *Vida Fluminense*, no jornal *O São Gonçalo* e na revista *A Gaivota*. Debruçando-se sobre a cartografia dos séculos XVI, XVIII e XIX afirmou que a capela de Guaxindiba nunca existiu. Utilizando a *Carta do Rio de Janeiro*, de Luiz Teixeira, de 1586, identificou a localização do rio Suassunhão, referenciado como local da concessão da sesmaria de Gonçalo Gonçalves, e o rio Guaxindiba. Concluiu, então que já no século XVI havia dois lugares diferentes: Guaxindiba e Suassunhão, sendo este último o local onde Gonçalo Gonçalves obteve suas terras e construiu a capela dedicada a São Gonçalo. Aventou a hipótese de, já neste momento, toda a região ser conhecida como Guaxindiba, tendo em vista a importância desse rio para a ocupação e exploração do sertão. Consultando a *Carta topográfica da Capitania do Rio de Janeiro*, de 1767, de Manuel Vieira Leão, destacou os topônimos que então identificavam o lugar ressaltando a denominação “ponta de São Gonçalo”, sucessor do Suassunhão. Analisando as escalas utilizadas na confecção da *Carta do Real Arquivo Militar de Lisboa*, de 1823, verificou que a distância entre o litoral e o local da Igreja Matriz de São Gonçalo equivalia à meia légua, correspondente às 1500 braças de extensão das terras que Gonçalo Gonçalves obteve em 1579. Desta forma, concluiu que

---

as terras de Gonçalo Gonçalves não foram em Guaxindiba e que a capela original foi construída às margens do rio Imboacu (Barros 1977, s/p).

Esse estudo é importante por ser o primeiro que destaca a cartografia histórica como um conjunto documental importante para dirimir dúvidas sobre a interpretação tradicional do erguimento da capela em Guaxindiba e sua transferência para as margens do rio Imboacu.

Seguindo sua interpretação, Eugênio Moreira, então pároco de São Gonçalo, defendia que a capela criada por Gonçalo Gonçalves foi erguida às margens do rio Imboacu. Em sua hagiografia do beato português, publicada em 1987, o Cônego Moreira incluiu um capítulo sobre a história do templo. Sobre as terras do Gonçalo Gonçalves afirmou: “*Birapitanga era a região situada entre o rio São Lourenço (divisa de Niterói com São Gonçalo, no Barreto) e o Porto ou Ponta de São Gonçalo (Praia das Pedrinhas). [...] A capelinha situada à margem direita do rio Imboassu desde a sua origem e com o correr do tempo, dali jamais saiu*” (Moreira 1987, 24). Os equívocos teriam ocorrido, pois “*existiram dois cidadãos com o mesmo nome de Gonçalo Gonçalves e foram considerados como sendo uma única e mesma pessoa. O segundo fato deve-se à displicência de Mons. Pizarro [...] [que escreveu] baseado numa simples tradição, sem nenhum apoio histórico*”. (Moreira 1987, 26).

Seguindo as hipóteses desses autores, Evadyr Molina, Osvaldo Luiz Ferreira, Salvador Mata e Silva e Maria Nelma de Carvalho Braga, na década de 1990, consolidam suas interpretações sobre o fundador e o local de fundação do município.

Em 1993, foi publicado um dos primeiros livros didáticos sobre o município: *São Gonçalo 1890-1990*, de Salvador Mata e Silva e Osvaldo Luiz Ferreira. Diferente do que afirmou o Cônego Eugênio Moreira, esses autores defendem a existência de duas capelas dedicadas a São Gonçalo, que teriam sido erguidas pelos dois Gonçalos Gonçalves. O Gonçalo Gonçalves, o velho, “*mandou construir uma capela em louvor ao santo de sua devoção, próximo das margens do rio Imboacu*”. Já o Gonçalo Gonçalves, o moço, “*fundou na margem do rio Guaxindiba uma capela dedicada a São Gonçalo, ao lado da casa grande de sua fazenda*”. Em seguida afirmam que “*no dia 30 de dezembro de 1644, a capela de São Gonçalo, passou a ter honra de paróquia...*” (Ferreira, Silva 1993, 27). Os autores não dizem qual capela teria sido elevada à condição de paróquia, assim como o destino da capela de Guaxindiba.

Aprofundando as pesquisas sobre o tema, Evadyr Molina e Salvador Mata e Silva, entre 1995 e 1997, incorporam novas fontes ao estudo sobre as origens locais. Em *São Gonçalo no século XVI* estes autores analisaram a cartografia histórica, localizaram algumas fontes primárias e seguiram as informações de historiadores cariocas que se dedicaram ao estudo dos primeiros tempos da cidade do Rio de Janeiro. Entre os mapas, que destacaram, encontra-se a *Carta da Baía do Rio de Janeiro*, de Luiz Teixeira, datada de 1586 que dirimiu as dúvidas sobre a localização da

---

sesmaria de Gonçalo Gonçalves, o Velho, pois representa os dois polêmicos rios: Suassunhão e Vaxindiba. Sobre a biografia deste sesmeiro arrolaram fontes publicadas pelo Arquivo Nacional e dados citados por Elycio Belchior e Vieira Fazenda demonstrando que, entre os séculos XVI e XVII houve dois personagens homônimos no Rio de Janeiro (Molina, Silva 1995, 61-62).

No segundo volume da coleção, referente ao século XVII, os autores retomaram a questão apresentando o mapa de João Teixeira Albernaz I, que, em 1631, já identifica as margens do rio Imboaçú com o nome São Gonçalo e representa aí uma construção que pode ser uma capela. Supõem que esta teria sido erguida antes de 1620 quando Vieira Fazenda afirma ter sido redigido o testamento de Gonçalo Gonçalves, o Velho. Seguindo pistas de Carlos Rheingantz, localizam informações sobre Domingas Gonçalves e Antônio Lopes Cerqueira, filha e genro do sesmeiro Gonçalo. Nesse estudo publicam alguns documentos referentes ao processo de criação da freguesia de São Gonçalo, do Arquivo Nacional, debruçando-se sobre a figura de Gonçalo Gonçalves, o Moço, afirmando que “*não conseguimos qualquer referência do aludido português de ter recebido qualquer sesmaria na capitania do Rio de Janeiro, porém, sabemos que teria possuído fazenda em São Gonçalo de Guaxindiba, depois São Gonçalo de Amarante*” (Molina, Silva 1997, 59). Essa afirmação vai ao encontro a todos os esforços da dupla de historiadores em esclarecer os episódios da origem do município a partir de documentação primária que transcrevem nos livros. Todos os dados biográficos obtidos do Gonçalo Gonçalves, o moço, se referem à sua presença e atuação na cidade do Rio de Janeiro. A *Relação* de Pizarro não registrou sesmarias para este Gonçalo. (Araújo 1900). Por outro lado, não é mencionado entre os 17 proprietários que passaram a estar sujeitos à freguesia de São Gonçalo de Guaxindiba, no alvará de 1647. No entanto, a identificação de mapas da Baía de Guanabara dos séculos XVI e XVII, possibilitou a certeza da localização da capela do sesmeiro de 1579.

Em 1997 foi publicada a primeira edição de *O município de São Gonçalo e sua história*, de Maria Nelma de Carvalho Braga. Obra ao estilo de *O Cinquentenário*, tem como objetivo apresentar variados aspectos da vida do município, tendo como ênfase uma vertente histórica. Entre seus primeiros capítulos, dois debruçam-se sobre essa polêmica da origem local: *Desvendando a história e A um passo da verdadeira história*. (Braga 1997, 23-37)

O primeiro dedica-se a fazer “*um pequeno sinóptico das várias versões sobre a história da cidade*”. Trata-se de uma apresentação dos trabalhos de Luiz Palmier, Roberto Barros, Homero Guião, Eugênio Moreira e Salvador Mata e Silva e Osvaldo Luiz Ferreira e Evadyr Molina, trabalhos aqui abordados.

No segundo capítulo, a autora acompanha os argumentos dos trabalhos de Salvador Mata e Silva e Evadyr Molina defendendo a perspectiva de que Gonçalo Gonçalves, o Velho, construiu

---

a capela de São Gonçalo às margens do rio Imboaçú e a inexistência de uma outra capela dedicada ao mesmo santo em Guaxindiba. Conclui o capítulo defendendo, que “*na realidade nunca houve a mudança da capela de uma região para outra*”, entre outras razões, pela inexistência de ao menos ruínas daquele templo! “*Não existe nenhuma indicação física de haver existido alguma capela (dita original) as margens do rio Guaxindiba*” (Braga 1997, 39). Argumentação inusitada, pois a não localização de vestígios de uma construção do século XVI ou XVII não significa que ela não teria existido. Quantas outras tantas construções – casas grandes, senzalas, engenhos, etc – teriam existido e não deixaram vestígios pelo acelerado processo de urbanização passado pelo município na segunda metade do século XX?

Esta interpretação, no entanto, ainda não se tornou consensual entre os historiadores locais. Em texto originalmente publicado em 2000 e republicado em 2013, Marcos Vinícius Macedo Varela afirmou que

a capela foi construída por Gonçalo Gonçalves, provavelmente em 1629, onde é mencionada pelo sacerdote do bispado do Rio de Janeiro, Monsenhor Pizarro. [...] Podemos concluir que Guaxindiba era uma totalidade de toda a área, que atualmente se configura o município de São Gonçalo. Embora não haja nenhum vestígio, acreditamos que tenha havido uma primeira Igreja, a qual foi construída às margens do rio Guaxindiba, e tenha desaparecido, devido ao grande número de aterramentos que foram realizados com o aumento da população e a maior utilização do solo”.(Mendes Filha, Varella 2000; Varella 2013a e 2013b)

Apesar de conhecer e citar os trabalhos de Salvador Mata e Silva e Evadyr Molina, e de Maria Nelma Carvalho Braga, este historiador retomou o trabalho de Monsenhor Pizarro e Araújo como fundamento de sua interpretação sobre o fato.

Obra referencial para outros estudiosos, que buscaram levantar as origens gonçalenses, é necessário compreendê-la no momento de sua produção e não tachá-la como displicente, como o fez o cônego Eugênio Moreira<sup>4</sup>. Monsenhor Pizarro lançou mão de dois conjuntos de fontes para traçar o histórico dessa região: os documentos eclesiásticos disponíveis e a tradição oral local. Em relação aos primeiros não teve acesso a muitos documentos locais traçando seu histórico a partir daqueles que estavam no arquivo da sede do bispado do Rio de Janeiro. Dentre estes, destaca o Alvará de 1647.

*Na capela fundada por Gonçalo Gonçalves (segundo a Tradição) em sua fazenda situada no território de Guaxindiba, e dedicada a São Gonçalo, criou o mesmo Prelado a 4ª paróquia, correndo o dia 22 de janeiro de 1645, que o alvará de 10 de fevereiro de 1647 confirmou sob o título Igreja de Guaxindiba, como foi conhecida naqueles tempos primeiros, pela vizinhança do Rio Guaxindiba, donde se derivou o apelido comunicado à situação circunvizinha* (Araújo 1820, 18-19).

---

<sup>4</sup> Assim se referiu o Cônego Moreira a esse trabalho: “*o segundo fato deve-se à displicência de Mons. Pizarro, autor das Memórias Históricas do Rio de Janeiro, que falando da capelinha achou suficiente escrever que em sua fazenda, localizada em Guaxindiba, Gonçalo Gonçalves fundou uma capelinha, que alvará de 1º de fevereiro de 1647 confirmou paróquia. Assim escreveu baseado numa simples tradição, sem nenhum apoio histórico*”. (Moreira 1987, 26).

---

O alvará levou-o a considerar que a capela original foi criada às margens do rio Guaxindiba e que isso gerou a identificação da região com o nome do rio. É compreensível o equívoco do visitador eclesiástico. Como não teve acesso a outras fontes documentais interpretou o texto do alvará “*ipsis litteris*”. No entanto, a mais antiga representação cartográfica da baía de Guanabara, onde aparece a capela de São Gonçalo, data de 1631 (Teixeira Filho 1975, 89). Nela observa-se que a capela de São Gonçalo está às margens do rio Imboaçú, não do rio Guaxindiba.

Uma outra questão diz respeito à denominação do lugar. Pizarro considera que foi a partir da criação da freguesia “*sob o título de Igreja de Guaxindiba*” que a região passou a ser assim denominada. Acreditamos que, na verdade, tenha sido o inverso, ou seja, o ato governamental reconheceu a tradição local em denominar a região com aquele epíteto. Era comum que os agentes coloniais utilizassem as denominações indígenas na identificação dos lugares. As primeiras representações cartográficas da Baía de Guanabara localizam os dois principais rios na sua banda oriental: o Guaxindiba e o Macacu. Este vai nomear o sertão que foi conquistado ao longo dos séculos XVI e XVII: os sertões de Macacu. Já o Guaxindiba era o principal rio da região hoje correspondente a São Gonçalo. Essa tradição se mantém, pelo menos até o início do século XVIII. O cristão novo Joseph Ramires do Valle foi preso, em 10/10/1710, para ser remetido ao Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. Cinco dias depois fez sua declaração de bens. O primeiro item de sua relação foi: “*disse que, por morte de seu pai, Duarte Rodrigues de Andrade lhe coube na legítima a parte do engenho e fazenda sita no Rio Gachandiva, distante do Rio de Janeiro nove léguas*” (Novinsky 1976, 174). Tratava-se do Engenho de Nossa Senhora de Monserrat de Colubandê, a atual Fazenda Colubandê, que não fica às margens do rio Guaxindiba. O rio Guaxindiba e a denominação indígena ainda eram referenciais para a região em princípios dos mil e setecentos.

Por fim é possível que, ainda em 1794, no tempo das visitas pastorais de Pizarro, a tradição oral mantivesse a memória da denominação original pela qual era conhecido aquele espaço. A consolidação do nome do beato português não deve ter acompanhado o antilusitanismo pós-emancipação político-administrativa do país, em 1822. O pós-7 de setembro foi seguido de um período de reação lusófoba, onde a própria nobreza buscava trocar seus nomes de origem lusa para outros de inspiração indígena (Alencastro 1997, 53-54). No caso de São Gonçalo, Rui Fernandes defendeu que a popularidade do beato, em tempos coloniais, seu vínculo com uma tradição mareante e a ausência de uma presença indígena na freguesia – como um aldeamento, por exemplo – foram fatores que levaram à consolidação do nome lusitano frente ao indígena (Fernandes 2004, 144-154). São Gonçalo, no caminho inverso do antilusitanismo, manteve o nome já arraigado na cultura e na tradição local.

---

## Gonçalo Gonçalves: membro da nobreza da terra

Elysio Belchior incluiu Gonçalo Gonçalves<sup>5</sup> entre os primeiros “*Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*” (Oliveira 1964, 239-241). Não há registro sobre o seu local de origem nem mesmo a data de seu nascimento. É muito provável que fosse proveniente do Porto, Portugal, como sugere a “*escritura de perfilhamento*” (espécie de termo de adoção) de Manuel Antônio por Margarida Braga, esposa de Gonçalo<sup>6</sup>. Neste documento afirma-se que Manuel Antônio é filho de Catarina, prima de Gonçalo Gonçalves, e de seu marido, ambos provenientes do Porto. O termo é feito na casa de Gonçalo, tendo como testemunhas dois portugueses daquela região, Mateus Antônio e Brás de Guimarães, que ali estavam quando o tabelião o redigiu<sup>7</sup>. Certo é que após a

---

<sup>5</sup> A origem etimológica do nome Gonçalo é germânica. É a forma latinizada de Gundisalvus. Filólogos interpretam o nome como vinculados à luta, batalha. Seria composto de *gundi* ou *gunthi*, batalha, luta e *salu*, escuro, ou *salwa*, salvo, são. Significaria então: “cego pela luta”, “invulnerável no combate”. Antenor Nascentes recuperou os primeiros registros do nome no período medieval: Gunsalbus (882), Gundisalvus (915), Gunzaluo (961), Gondissalvo (978), Gunsalvo (1002), Gonsalvus (1032), Gundicalvus (1033), Gonsalvo (1033), Gonçalvo (1085), Gunzalbo (1088). (Cf. NASCENTES 1952, 127). A partir do século XV consolida-se o uso de Gonçalo. Quanto ao Gonçalves é um patronímico de Gonçalo que deu origem a várias famílias sem parentesco entre si. As raízes etimológicas do termo são da Baixa Idade Média: *Gundisalvici* (de *Gundissalvici*): *Gundisalviz* [897], *Gundisalviz* [928], *Gundissalvici* [1026], *Gunsaluizi* [1077], *Gunzalviz*. (Nacentes 1952, 127). Sobrenome de muitas famílias luso-brasileiras que tem origem portuguesa. Entre os séculos XVI e XVII registram-se quase 200 famílias com esse nome no Rio de Janeiro. (Barata, Bueno 1999; Mello, 2015).

<sup>6</sup> Realizamos uma pesquisa no Arquivo Municipal do Porto (<http://gisaweb.cm-porto.pt/>) não localizando nenhuma referência a algum Gonçalo Gonçalves. A pesquisa realizada no Arquivo Distrital do Porto (<http://www.adporto.pt/>) foi mais exitosa. O registro mais seguro da presença de Gonçalo Gonçalves no Rio de Janeiro é datado de 1579, quando recebeu a sesmaria. Sabemos que ele registrou seu testamento em 1620. Tomando essas datas como parâmetros, definimos critérios para esta pesquisa. Acreditamos que Gonçalo teria entre 20 e 40 anos ao receber a sesmaria. Considerando que tenha morrido pouco tempo depois de ter registrado o seu testamento, quando teria entre 60 e 80 anos. Nesse sentido Gonçalo Gonçalves teria nascido entre as décadas 1530 e 1550, datas utilizadas como datas limites relativas ao seu nascimento. Um outro dado levado em consideração foi a questão do sobrenome. Em Portugal, e em suas possessões coloniais, não havia uma regra de atribuição de sobrenome familiar à criança recém-nascida. Ela poderia tomar tanto o nome da família paterna como materna. Nesta pesquisa foram localizados sete de registros paroquiais de batismos de crianças que receberam o nome Gonçalo, que tinham ao menos um dos pais com sobrenome Gonçalves no período de 1530 a 1550. Deste conjunto dois registros não constam o nome da mãe havendo possibilidade de que o sobrenome materno fosse Gonçalves e, por isso, foram inclusos na relação. Todos os registros foram feitos na Igreja de São João Batista da Vila do Conde. Em 04/11/1537, o padre Pedro Luís, batizou o menino Gonçalo, filho de Antônio Afonso e Maria Gonçalves, tendo como padrinhos Sebastião Dias e Catarina André (PT/ADPRT/PRQ/PVCD28/001/0001/0247). Quatro anos depois, em 01/10/1541, Gaspar Dias levou seu menino Gonçalo para ser batizado pelo Cura Amador Gonçalves. Seus padrinhos foram João Martins Gaio, Maria Gonçalves e Isabel Álvares, ambas casadas com marinheiros. (PT/ADPRT/PRQ/PVCD28/001/0001/0676). Fernão Gonçalves, em 07/11/1545, comparecia ao templo, acompanhado de Gaspar Álvares, a Pinheira e Beatriz Pais, escolhidos como padrinhos do menino Gonçalo que recebera o sacramento do padre André Pires. (PT/ADPRT/PRQ/PVCD28/001/0001/1129). Em 13/04/1547, o padre João Homem celebrou o batismo de Gonçalo, filho de Sebastião Vaz e de Catarina Gonçalves, tendo como padrinhos Pedro Eanes, Manuel Rodrigues e Beatriz Eanes. (PT/ADPRT/PRQ/PVCD28/001/0001/1271). No ano seguinte, em 28/04/1548, recebia o batismo, das mãos do padre Antônio Gomes, Gonçalo, filho de João Gonçalves, tendo como padrinhos Manuel Francisco e a mulher de Francisco Eanes. (PT/ADPRT/PRQ/PVCD28/001/0001/1364). O inocente Gonçalo, filho de Domingos Pires foi batizado em 29/06/1550, pelo padre Antônio Gomes e teve como padrinhos Domingos Gonçalves, a mulher de Belchior Lopes e a mulher de João Álvares da Maia (PT/ADPRT/PRQ/PVCD28/001/0001/1463). O último registro encontrado foi o de Gonçalo, filho de Vicente Pires, batizado em 16/12/1551, pelo padre André Pires e que contou como padrinhos Luís Vaz, Gonçalo Cardoso e a parteira. (PT/ADPRT/PRQ/PVCD28/001/0001/1502)

<sup>7</sup> O primeiro a divulgar a existência desse documento foi Deoclécio Leite de Macedo em seu texto introdutório ao “Tombo das Cartas de Sesmarias”, publicadas pelo Arquivo Nacional em 1967. (Macedo 1967, XIV). Macedo

expulsão dos franceses, do Rio de Janeiro, Gonçalo Gonçalves fixou-se nesta cidade integrando a primeira elite local, os chamados *homens bons*, a *nobreza da terra*. João Frago do debruçou-se sobre esse conjunto afirmando que eram portugueses provenientes da pequena nobreza e, muitas vezes, originários das ilhas dos Açores que se enobreciam nos empreendimentos coloniais (Frago do 2000). Os *homens bons* atualizavam características de uma nobreza medieval: deveriam ser grandes proprietários de terras; ter um grande número de dependentes; serem fiéis ao rei prestando-lhe serviços militares, integrando-se na administração das possessões ultramarinas, sendo recompensados com cargos e mercês; deveriam defender e propagandar a religião católica. Gonçalo Gonçalves tornou-se um grande proprietário de terras e imóveis na cidade do Rio de Janeiro e no Recôncavo. Certo é que já estava radicado, na cidade, em 1579<sup>8</sup>. Era detentor de “*grande zona de terreno no sopé do antigo morro da Sé ou de São Sebastião (depois do Descanso e, por fim, Castelo), e por onde foi aberta a rua outrora Direita e hoje da Misericórdia*” (Fazenda 1924, 203). Sua propriedade era referencial na concessão de sesmarias próximas, como aquela obtida por Gonçalo Correia de Sá, em 13/05/1603<sup>9</sup>. Seu nome chegou a figurar como denominação de uma das ruas da nascente urbe carioca (Fazenda 1921, 371; Serrão 1965, 183).

Integrado à elite local, era *medidor*<sup>10</sup> e *piloto*<sup>11</sup> responsável por demarcar e acompanhar o tabelião no reconhecimento da posse das sesmarias concedidas no Rio de Janeiro, como aquelas obtidas pelos jesuítas em Tape curá (Itaboraá) e em Inhaúma, na cidade do Rio de Janeiro, respectivamente em 06/09/1584 e agosto e setembro de 1588<sup>12</sup>.

---

transcreveu trechos do documento que foram reproduzidos posteriormente por outros historiadores. O documento integral consta no Arquivo Nacional: *Escritura de perfilhamento que faz Margarida de Braga a Manoel Antônio. Livro de Escrituras do 1º Ofício de Notas*. 1610. fls. 41-42 (AN. Código 5D, Livro 26)

<sup>8</sup> A escritura de compra de uma área na cidade do Rio de Janeiro, pela Companhia de Jesus, datada de 08/07/1579, identifica Gonçalo Gonçalves como detentor de uma propriedade próximo ao núcleo original da cidade, o Morro do Castelo. Os jesuítas adquiriram “*hum chão*” que era de Pero Gonçalves e sua esposa Potência Brás. Essa área “*começa donde acaba [as terras de] Gonçalo Glz (Gonçalves)*”. Cf. *Escritura do chão que Pero Gonçalves, tanoeiro, vendeu ao Colégio, o qual está entre a cerca e o mar, e parte com Gonçalo Gonçalves e são 27 braças e meia de Comprido. (A margem: Estes chãos, dizem, comeu o mar parte deles)*. (fl. 70v) In: *Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro*. (Anais 1968, 113-114)

<sup>9</sup> *Carta de sesmaria do chão e rua que pediu Gonçalo Correia de Sá que está detrás das casas d’Estevão Gomes e Antônio Garcia e Nicolau e Belchior Tavares* (Tombo 1967, 149-151).

<sup>10</sup> A provisão de um antecessor de Gonçalo Gonçalves na função de medidor, Diogo Martins, definia as atribuições do cargo e sua relação com o Senado da Câmara Municipal: “*... com qual ofício haverá de seu salário setenta reis por cada chão que medir dentro nesta cidade, digo nesta capitania, somente pelo que vos mando que assim o cumprais e o deixeis servir o dito ofício sem dívida nem embargo que lhe ponhais, nem seja posto e a ele não façais e jurará na Câmara dessa cidade que bem e verdadeiramente sirva o dito ofício guardando em tudo o serviço de Deus e de sua Alteza e as partes seu direito...*” Cf. Trelado da provisão do ofício de medidor chãos, de Diogo Martins. 1569 – 14 de fevereiro. (In: *Arquivo 1894*, 49-50).

<sup>11</sup> Segundo Raphael Bluteau piloto “*deriva-se do francês Pile, palavra antiga, que em França, valia o mesmo que navio e, o que o governava, se chamava Pilote, nome que outras línguas como a castelhana, italiana e portuguesa se apropriaram, mudando o e em o. o piloto é o que com a carta e agulha de marear, governa o navio nas coisas concernentes à derrota dele*”. (Bluteau 1720, 507).

<sup>12</sup> Cf. Auto de demarcação e medição das terras dos Reverendos Padres de Jesus (06/09/1584) e Auto de medição das terras dos padres da Companhia do Colégio desta Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, por a parte e tapera de Inhaúma. (08/08/1588). *Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro*. (In: *Anais 1968*: 202-204 e 218-221).

---

Tornar-se medidor das sesmarias provavelmente fora desdobramento de sua função como piloto. Na hierarquia do comando das embarcações do século XVI, o piloto era o segundo. Havia o capitão-mor, que era responsável por toda a Armada. Em cada navio a autoridade máxima era do capitão que, muitas vezes, por sua projeção social ou econômica, não tinha experiência de navegação. Aqueles que detinham o conhecimento náutico e que, de fato, guiavam a embarcação eram os pilotos. Era

encarregado de escrever no diário de bordo as principais ocorrências técnicas durante a viagem e de conduzir o navio à popa, sempre com atenção à bússola (havia em média três para cada navio), aos guias náuticos e roteiros e aos astros, observados com astrolábios, quadrantes e balhastilhas. Desta forma era possível determinar a latitude em que o navio se encontrava” (GARCIA, 2000).

Ao seu lado ficavam um marinheiro, que dava informações ao manobrista do leme, e um grumete, encarregado de virar a ampulheta e apregoar as horas. É muito provável que Gonçalo Gonçalves tivesse assumido o ofício por vínculos familiares. Conforme afirmado anteriormente, é possível que ele fosse proveniente da região do Porto e os registros paroquiais dos Gonçalo, nascidos entre 1530 e 1550, identificam uma rede de compadrios entre mareantes na freguesia de São João Batista da Vila do Conde, de onde provavelmente Gonçalo Gonçalves era originário. Como piloto, detinha o conhecimento técnico dos procedimentos da fixação de escalas de medição náuticas que poderiam ser aplicados nas medições de sesmarias, tarefa fundamental para o processo de conquista do território guanabarrino, fazendo cumprir a Lei de Sesmarias. O sistema sesmarial, como veremos adiante, foi a estratégia colonizadora lusa nas terras americanas. Nesse período, Gonçalo Gonçalves teceu amizades que o colocaram como procurador de dois mareantes (Bento Rego e Manoel Andrade Correa), em 1610<sup>13</sup>.

Vieira Fazenda identifica-o como o doador, em 28/01/1592, da Ermida de Santa Luzia aos franciscanos para o seu estabelecimento na cidade<sup>14</sup>. A carta de registro desta doação, publicada por Mello Moraes, não nos permite afirmar que o terreno cedido aos discípulos de São Francisco

---

<sup>13</sup> cf. Procuração bastante que faz Bento Rego a Francisco Rodrigues e a João Antunes e a Gonçalo Gonçalves. 02/06/1610. Procuração bastante que faz Manoel Andrade Correa ao licenciado Rui Vaz e a Gonçalo Gonçalves e a Francisco Borges. 11/06/1610. Livro de Escrituras do 1º Ofício de Notas. 1610. fls. 87v-89 e 92-93v. (AN. Código 5D, Livro 26)

<sup>14</sup> Deoclécio Leite de Macedo, em nota informativa sobre Gonçalo Gonçalves, inclusa na transcrição dos atos em que aparece como medidor das sesmarias dos jesuítas, afirma que, “em 1620, [era] casado com Maria Gonçalves e fez doação de casas ao mesmo Convento [de Nossa Senhora do Carmo]”. (Anais 1968, 114). Comprova essa assertiva indicando a transcrição deste ato presente no “Tombo dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora do Carmo” publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, de 1939 (Anais 1939, 240-242). Na verdade, este Gonçalo trata-se de um homônimo que foi cognominado “O Moço”, para diferenciar-se do Gonçalo Gonçalves “O Velho”. A existência dos personagens homônimos contemporâneos gerou controvérsias entre os interpretes da história fluminense e gonçalense. O Gonçalo Gonçalves que dou, em 1620, casas aos frades carmelitas, era casado com Maria Gonçalves, também foi benfeitor da Santa Casa de Misericórdia e teria chegado ao Rio de Janeiro depois de 1600, quando foi registrado seu casamento no Porto, Portugal.

de Assis, havia pertencido a Gonçalo Gonçalves<sup>15</sup>. O mesmo autor também atribuiu a Gonçalves a doação de terrenos onde foi construída a Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro. “*Sou de opinião, salvo melhor juízo, que esse primeiro benfeitor, sugestionado talvez pelo venerável Anchieta, fosse Gonçalo Gonçalves – o velho –, assim chamado para se diferenciar de outro de igual nome, também mais tarde benfeitor da Misericórdia*”<sup>16</sup>.

Em 15/02/1610, Margarida Braga, então esposa de Gonçalo Gonçalves, adotou Manoel Antônio, primo possivelmente criado pelo marido, tornando-o seu único herdeiro. Seis meses depois o casal novamente convocou o tabelião em sua residência para registrar uma procuração em que concediam poder de representação judicial ao licenciado Manoel Dias, a Francisco da Veiga e ao filho Manoel Antônio<sup>17</sup>. Em finais de 1620, talvez pressentindo o termo de sua vida, Gonçalo Gonçalves começou a preparar sua “*boa morte*”. A “*boa morte*” foi uma noção propagada pelas ordens mendicantes, especialmente nos séculos XIV e XV. Era necessário “*aprender a bem morrer e obter a salvação, maior alvo – o que implica numa concepção da morte em seu aspecto prático, uma vez que toda essa reflexão visava orientar a vivência cotidiana da morte*” (Almeida 2013, 25). Nesse sentido, estabelecem-se vários ritos pré-morte, a preocupação com os momentos finais da vida e com o pós-morte: sepultamento, missas em homenagem ao morto e demais ritos fúnebres. Também eram instituídas ações materiais para alcançar a vida eterna. Destacava-se, nas disposições testamentárias, além desses rituais, uma série de doações às ordens religiosas e ao clero regular, vinculando-as, no mais das vezes, a um certo número de missas ou às orações perpétuas em honra do benfeitor falecido. Almejava-se que as obras terrenas, associadas às orações dos irmãos vivos, pudessem dar ao morto a salvação ou, ao menos, um lugar no purgatório. Em testamento, datado de 20 de outubro de 1620, deixou “*casas de pedra e cal e terrenos que iam à praia, situados no lado ímpar daquela rua (Direita)*” para a Santa Casa de Misericórdia (Fazenda 1924, 203). Também é desconhecida a data de sua morte acreditando-se que tenha falecido pouco após a feitura deste testamento.

## Fundador de São Gonçalo

Aquele quem primeiro atribuiu a Gonçalo Gonçalves o epíteto de fundador de São Gonçalo foi Monsenhor Pizarro e Araújo. Em 1794, este visitador eclesiástico escreveu que “*existia então fundada neste distrito parece que pelos anos de 1629 uma capela filial à Matriz da Candelária desta Cidade, com*

---

<sup>15</sup> Cf. Trespado de hua carta de doação dos padres capuchos. 1592- 28 de fevereiro. (In: Archivo 1894, 53-55).

<sup>16</sup> O cognome “O Velho” foi utilizado no final do século XVI e princípios do século XVII para diferenciar os homônimos.

<sup>17</sup> Procuração bastante que faz Gonçalo Gonçalves e Margarida de Braga ao licenciado Manoel Dias e a Francisco da Veiga e a Manoel Antônio. Rio de Janeiro, 14/08/1610. Livro de Escrituras do 1º Ofício de Notas. 1610. fls. 123-124v (AN. Código 5D, Livro 26)

---

o título de São Gonçalo, por Gonçalo Gonçalves, senhor daquele terreno” (Araújo 2008, 147). Zeloso pesquisador, ao rever os escritos para a publicação das *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, afirmou que “segundo a tradição”, a capela foi “fundada por Gonçalo Gonçalves em sua Fazenda [...] Não consta, se o Templo, que se levantou com paredes de pedra e cal, foi o mesmo erigido pelo fundador, ou se de novo se construiu” (Araújo 1820, 18-19). Tempos depois, Monsenhor Pizarro confirmou a propriedade das terras ao localizar 48 livros notariais do primeiro cartório da cidade do Rio de Janeiro, do período de 1565 a 1796. As suas observações sobre os livros atestavam que alguns, já não estavam em bom estado de conservação, pois os relacionava como “resto do livro...”, e outros, desse intervalo temporal, já não existiam. Do livro referente aos anos de 1578 e 1579 Pizarro anotou: “Gonçalo Gonçalves 1000 braças de largo e 1500 de comprido em Suasunhan no Porto de Birapitanga em 6 de abril dito [1579]” (Araújo 1900, 93-153). Teria então o velho Gonçalo Gonçalves obtido a sesmaria de Salvador Correa de Sá, então governador do Rio de Janeiro.

Pelo menos até 30/04/1610 essas terras eram propriedade de Gonçalo Gonçalves. Naquele ano, Gabriel Delgado registrou uma “escritura de dote”, para uma sobrinha, Maria Batista, garantindo-lhe as propriedades dos seus pais que ficavam nas “Bandas d’Além”, em Guarapetinga<sup>18</sup>, junto do engenho de Gonçalo Gonçalves<sup>19</sup>.

É possível que durante a década de 1610, Gonçalo Gonçalves tenha transferido essa propriedade para sua filha, Domingas Gonçalves, e seu marido, Antônio Lopes Cerqueira. Vieira Fazenda afirma que, em seu testamento, de 20/10/1620, o velho Gonçalo deixou seus bens à Santa Casa de Misericórdia (Fazenda 1924, 203). Não menciona o engenho de Birapitanga que já devia ter sido transferido para sua filha.

A relação das sesmarias concedidas no Rio de Janeiro, de Monsenhor Pizarro, identifica que Antônio Lopes Cerqueira obteve ilha e morro sem localizar a região, em 02/12/1642 (Araújo 1900, 93-153). É possível que estas terras fossem nas imediações das terras herdadas do sogro. Segundo esse mesmo historiador, Cerqueira foi um dos impulsionadores da criação de um núcleo populacional no entorno da capela de São Gonçalo.

Em 50 braças de terra quadrada, que Antônio Lopes Cerqueira (genro de Gonçalo Gonçalves) doara, ou legara à São Gonçalo, para servir de cemitério, por atender ao aumento do povo já considerável, e à necessidade que havia de maior extensão de terreno para o mesmo fim levantou a Irmandade do

---

<sup>18</sup> É possível que o tabelião tenha grafado erroneamente o nome da localidade. A sesmaria de Gonçalo Gonçalves era no porto de Birapitanga.

<sup>19</sup> “Foi dito que ele tinha concertado, com ajuda de Deus, de casar sua sobrinha, por nome Maria Batista, órfã filha que foi de Agostinho Batista, que Deus tem, com licença do Juiz dos Órfãos Luiz Cabral de Távora, com Antônio Fernandes [...] e se obriga de lhe fazer boa, em dote, as terras que a dita órfã herdasse de seu pai e mãe, as quais estão da Banda d’Além, em Guarapetinga, junto ao engenho de Gonçalo Gonçalves [...] juntamente lhe faz bom dois lações de chãos de cinco braças ambos, os quais estão no bairro da Misericórdia, nas costas do quintal de Felipa Gomes”. Livro de Escrituras do 1º Ofício de Notas. 1610. fls. 67-68. (AN. Código 5D, Livro 26)

mesmo santo, como administradora das terras, mais de 30 moradas de casas, figurando aí um arraial (Araújo 1820, 23-24).

Foi aí que o prelado Antônio de Mariz Loureiro criou provisoriamente uma freguesia, em 30/12/1644, ao nomear o padre João de Basto, seu vigário<sup>20</sup>. No mesmo dia foram criadas, da mesma forma, as freguesias de Nossa Senhora da Apresentação, no distrito de Irajá, e a de Santo Antônio de Casarabu (atual Casserebu). Em 22/01/1645, o mesmo prelado criou a freguesia de São João Batista no distrito de Trairapenga<sup>21</sup>.

No período colonial, a criação de paróquias não era algo simples. Oscar de Oliveira afirmava que não havia interesse régio nessas criações para que não despendesse recursos da Fazenda Real com a sua manutenção. Por esse motivo, muitas vezes, os prelados ou bispos criavam paróquias cujos padres se sustentavam com dificuldades e só eram reconhecidas pela administração régia muito tempo depois<sup>22</sup>. Isso, no entanto, não aconteceu em São Gonçalo. O ato de criação provisória tinha, normalmente, duração de um ano. Em 25/10/1645, Antônio de Mariz Loureiro realizou consulta ao rei solicitando a confirmação dos seus atos<sup>23</sup>. Em 11/02/1646, foi remetida, ao rei, uma petição assinada pelos proprietários de fazendas e engenhos da região de São Gonçalo, endossando o pleito do prelado<sup>24</sup>. Esse ato teria sido assinado pelo genro e pelo neto do criador da capela daquele orago, respectivamente, Antônio Lopes Cerqueira e Gregório Lopes Cerqueira.

Em pouco mais de dois anos a região era reconhecida pelo Rei como freguesia. Pelo alvará, de 10/02/1647, Sua Majestade *“há por bem e manda se erija de novo e crie uma vigairaria da invocação São Gonçalo sita nos limites e lugar de Guaxindiba, Capitania do Rio de Janeiro”*. Neste documento relacionam-se os dezessete proprietários locais que passavam a estar vinculados definitivamente à nova freguesia. Aí constam dois descendentes de Gonçalo Gonçalves, Antônio e Gregório Cerqueira.

---

<sup>20</sup> Provisão do Padre vigário da Igreja de São Gonçalo o licenciado João de Basto. 30/12/1644. Arquivo Nacional. (Cód. 60, Livro II, p. 46-46v/Cód. 61, Vol. 1, p. 141-144)

<sup>21</sup> Os atos de criação dessas freguesias são similares ao de São Gonçalo, ocorreram com a provisão dos seus párocos e encontram-se nos mesmos códices citados na nota anterior.

<sup>22</sup> Oscar de Oliveira afirmava que *“em geral eram raras as paróquias de criação régia ou paróquias coladas. O governo tinha interesse em restringi-las, a fim de não despende com suas cóngruas os abundantes dízimos da Ordem de Cristo que arrecadava. Vendo as necessidades de cura de almas, criavam os bispos outras paróquias, cujos párocos efetivamente não recebiam cóngruas da Real Fazenda, e se sustentavam, com dificuldades, das conhecenças e do direito de estola (denominado pé de altar). Algumas destas paróquias instituídas pelos ordinários eram muitos anos depois confirmadas por alvarás do governo, que começava a exercer sobre eles o padroado, como grão-mestre da Ordem de Cristo, assinando-lhes as cóngruas provenientes das rendas dos dízimos da Ordem de Cristo”*. (OLIVEIRA 1939, 114; SALGADO 1985)

<sup>23</sup> Alvara e Mercê que Sua Majestade faz, como Governador e Perpétuo Administrador que é do Mestrado, Cavalaria e Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, para que nesta Capitania do Rio de Janeiro se erijam quatro Vigairarias de novo. 10/02/1647. (Cód. 60, Livro II, p. 67-67v/Cód. 61, Vol. 1, 216v-219v)

<sup>24</sup> Alvará porque Sua Majestade há por bem e manda se erija de novo e crie uma vigairaria da invocação São Gonçalo sita nos limites e lugar de Guaxindiba, Capitania do Rio de Janeiro. 10/02/1647. (Cód. 60, Livro II, p. 68-68v/Cód. 61, Vol. 1, 219v-221v)

---

Não há registros da data de falecimento de Antônio Cerqueira. Certo é que faleceu antes de sua esposa, Domingas Gonçalves, que morreu em 30/06/1660. Esta, em seu testamento afirmava que desejava que “*seu corpo fosse amortado no hábito de São Francisco, enterrado na sua Igreja, na sepultura de seu marido Antônio Lopes Cerqueira*”<sup>25</sup>. Seu registro de óbito é acompanhado de suas determinações testamentais que deveriam ser cumpridas por seu primogênito, Gregório Lopes Cerqueira, seu testamenteiro. Entre as doações deixadas às ordens religiosas e instituições benemerentes das quais participava, deixou “*À Confraria de Nossa Senhora do Rosário, da freguesia de São Gonçalo, deixa quatro mil réis para ajuda do azeite da sua lâmpada e outros quatro mil réis para candeias do glorioso São Gonçalo*”. Era costume também alforriar alguns escravos como desejo testamentado. Entre aqueles que assim obtiveram a liberdade estavam Luzia e seu filho Domingos: “*Também deixa forra uma mulata por nome Luzia por bom serviço que dela sempre recebeu e o seu filho por nome Domingos por quanto seu pai o havia forrado*”.

### **O regime de sesmarias e a criação da capela de São Gonçalo de Amarante**

Os séculos XV e XVI foram momentos significativos para a história mundial. Naquele momento, povos, culturas e espaços do globo terrestre passam a manter intensos contatos com o processo de Expansão Marítima e Comercial europeia. Formalmente considera-se o dia 22/04/1500 como marco inicial do processo de conquista europeia do território que hoje compõe o Brasil. A posse dessa fração do território americano para a Coroa Portuguesa, fixada pela expedição comandada por Pedro Álvares Cabral, deve ser analisada sob dois aspectos. O primeiro diz respeito às estratégias de colonização implementadas pelos soberanos lusos. O segundo, pelos vínculos entre o poder temporal e religioso ao longo da história luso-brasileira. Detenhamo-nos, por ora, no primeiro conjunto de questões.

São Gonçalo, município fluminense, teve sua origem no primeiro século da colonização portuguesa em suas possessões no Novo Mundo, o XVI. A conquista e ocupação do Recôncavo Guanabarinense ocorreu após a vitória luso-temiminó frente os franco-tupinambá que intentaram a criação de uma colônia francesa na Guanabara, a França Antártica (1555-1567) (Mendonça 1991). Para que a empreitada colonial se concretizasse, a coroa portuguesa iniciou uma política de concessão de sesmarias no entorno da Baía de Guanabara visando garantir a posse desta região estratégica.

---

<sup>25</sup> Registro de óbito de Domingas Gonçalves. 30/06/1660. In: Livro de óbito da Sé, Livro 4. F. 34v. Arquivo da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

---

O regime de sesmarias era um instrumento jurídico português de origens medievais. Em 1375, D. Fernando I compilou, na Lei das Sesmarias, uma série de princípios legais do direito consuetudinário português referente à concessão de terras. Essa legislação estabelecia que cabia ao monarca o direito de conceder terras incultas a quem as quisesse e tivesse condições de as tornar produtivas. A questão do cultivo tornou-se importante naquele contexto, pois a Peste Negra e as prolongadas guerras da Reconquista geraram a crise agrícola e de povoamento no território português. Esse quadro ainda era agravado pelas disputas por terras entre as atividades pastoris e agrícolas e pelo êxodo rural (Rau 1982, 25). É importante destacar que essa lei regulava a ação dos soberanos, assim como de seus prepostos na administração de seus reinos e “*senhorios*”<sup>26</sup>.

A Lei das Sesmarias foi incorporada às Ordenações Afonsinas, publicadas entre 1446 e 1447, durante o reinado de D. Afonso V. Segundo Nuno Espinosa Gomes da Silva elas se “*constituem uma compilação atualizada e regimentalizada, das várias fontes de direito que tinham aplicação em Portugal*” (Silva 2006, 311). Reunia-se assim o repertório legislativo em um compêndio.

As Ordenações Manuelinas, publicadas em 1512 ou 1513, diferenciam-se da anterior, pois o contexto lusitano alterou-se profundamente. No alvorecer do século XVI, Portugal possuía terras em quatro continentes e era uma potência marítima e comercial. Fez-se necessária a criação de novas regras jurídicas e/ou a adequação da legislação vigente aos novos tempos. No que se refere à regulação do sistema sesmarial, o texto das novas ordenações resumiu as orientações anteriores. Sua importância diz respeito a ser esse o instrumento jurídico vigente no momento da conquista da colônia americana e que norteou as ações do Estado português durante o século XVI. Vigorou até a sanção das Ordenações Filipinas, em 1595, ocorrida no período do domínio espanhol sobre Portugal, também conhecido como União Ibérica. Definia-se o que se considerava sesmaria e a quem cabia o poder de concedê-la:

Sesmarias são propriamente aquelas datas de terras, casas ou pardieiros, que foram ou são de alguns senhorios, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas e agora não o são. As terras e os bens assim danificados e destruídos podem e devem ser dados em sesmaria pelos sesmeiros que para isso forem ordenados. *Os quais sesmeiros a nós somente pertence o poder de os dar e por nos lugares onde houver terras ou bens de raiz, que de sesmaria se devam dar.* (Reino 1797, 164)<sup>27</sup>

O trecho em destaque enfatiza que a concessão de sesmarias era um atributo real. A legislação fixa os critérios para concessão desse benefício, assim como os direitos e os deveres do sesmeiro. Entre os critérios definia-se que as terras deveriam estar incultas e que não se poderia

---

<sup>26</sup> A transcrição completa da Lei das Sesmarias pode ser consultada na obra de Albenir Gonçalves. (Gonçalves 2014, 139-149).

<sup>27</sup> Texto com grafia atualizada. Grifos nossos.

---

conceder mais terras do que o sesmeiro pudesse cultivar. A sesmaria era hereditária desde que o sesmeiro a tornasse produtiva em cinco anos.

Quando a Coroa portuguesa decidiu iniciar sua política colonizadora em sua colônia americana utilizou o tradicional e exitoso sistema sesmarial. Foram necessárias, no entanto, adaptações ao contexto colonial.

A chegada de Martim Afonso de Sousa, em 30/01/1531, é considerada pela historiografia como marco da ação colonizadora portuguesa em solo americano. Até aquele momento, Portugal havia se restringido a algumas expedições de reconhecimento, exploração e proteção do litoral da nova colônia. Martim Afonso de Sousa aporta em solo colonial com os títulos de Capitão-Mor e Governador das terras do Brasil. Associava-se, aos títulos concedidos, uma série de poderes com vistas à promoção da colonização desse território: funções administrativas, judiciárias etc. Fazia parte desse universo de funções a faculdade de conceder sesmarias em nome do rei, através do Alvará de Castro Verde:

D. João [...] faço saber, para que as terras, que Martim Afonso de Sousa do meu Conselho achar, ou descobrir na terra do Brasil, onde eu o envio por meu Capitão Mor, que possam aproveitar eu por esta minha carta lhe dou poder, para que ele dito Martim Affonso possa dar as pessoas, que consigo levar, e as que na dita terra quizerem viver, e povoar, aquela parte das ditas terras, que lhe bem parecer, e segundo lhe merecerem por seus serviços, e qualidades; e as terras, que assim der serão para eles e seus descendentes, e das que assim der as ditas pessoas lhes passará suas cartas, e que dentro em dois anos da dita data cada um aproveite a sua, e se no dito tempo assim não o fizer, as poderá dar a outras pessoas, para que aproveitem com a dita condição (Gonçalves 2014, 60).

Coube a esse personagem a concessão das primeiras glebas de terras na Guanabara ainda antes da fixação francesa. Francisco Adolpho de Varnhagem, autor da *História Geral do Brasil*, que teve foros de história oficial do Império Brasileiro, afirmava que em 1554 foram concedidas sesmarias a Pedro Ferraz Barreto, a Jorge Pires, a Simão Machado e outros (Varnhagen s/d, 285). Certo é que já havia presença colonizadora portuguesa na região pelo que se depreende das informações que José de Anchieta transmitia em suas cartas (Anchieta 1933).

No entanto, uma ação sistemática de colonização da região guanabarina só avançou com a vitória lusitana frente à tentativa de estabelecimento de uma colônia francesa no território da Baía de Guanabara. Fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, por Estácio de Sá, em 1565, instaurou-se uma sistemática política de concessão de sesmarias em toda a região guanabarina visando impedir outras tentativas de formação de colônias de outros povos europeus e manter o domínio luso na localidade.

Poucos registros de sesmarias do século XVI e do seguinte chegaram na íntegra aos nossos tempos. Em 1967, o Arquivo Nacional editou o *Tombo das Cartas das Sesmarias do Rio de Janeiro* publicando aquelas que sobreviveram do primeiro livro do Primeiro Ofício de Notas da cidade do

Rio de Janeiro onde constavam cartas de 1594 e 1595 e de 1602 a 1605 (Tombo 1967). Os historiadores contam, para esse período, com a já citada relação compilada por Monsenhor Pizarro e Araújo, no final do século XVIII (Araújo 1900). Monsenhor Pizarro listou, e não transcreveu, as cartas de sesmarias indicando o seu receptor, a extensão territorial e o período em que foi concedida. Seus relatos são as mais seguras informações sobre os primeiros proprietários de terras no Recôncavo Guanabarin. Nesta relação consta a sesmaria de Gonçalo Gonçalves.

Historiadores como Salvador Mata e Silva; Evadyr Molina e Maria Nelma de Carvalho Braga afirmam que a área territorial da sesmaria de Gonçalo Gonçalves abrangia de Itaoca (rio Suassunhão) ao Gradim (Porto de Ibirapitanga) (Molina, Silva 1995; Braga 1997). Como marco da ocupação das terras, ergueu uma pequena capela, às margens do Rio Imboaçú, ao seu santo de devoção pessoal, que lhe emprestara o nome: São Gonçalo de Amarante. Na lógica lusitana, a empresa colonial estava associada à propagação da fé católica. Gonçalo Gonçalves e seus descendentes preocuparam-se em garantir a delimitação de uma área territorial e uma dotação para a manutenção da capela de São Gonçalo. Essa prática seguiu-se durante os séculos XVI e XVII.

Não há registros precisos da data da construção original da capela. Certo é que antes de 1629 ela estava edificada, segundo Monsenhor Pizarro e Araújo<sup>28</sup>. Sua ereção deu-se às margens do Rio Imboaçú como atestam o Mapa de Albernaz I. Vieira Fazenda afirmou que o testamento de Gonçalo Gonçalves foi feito em 20 de outubro de 1620 (Fazenda 1924, 203). Desta forma, a capela, às margens do Imboaçú, foi erguida, possivelmente em taipa de mão, antes desse período. É muito provável que a capela original tenha sido erguida entre 1579 e 1584, período estabelecido pela legislação para tornar uma sesmaria produtiva, fixando sua posse e exploração. Em 1644, a capela foi elevada à condição de freguesia. Tal ato decorreu do pleito da nobreza da terra, aos administradores coloniais, referendado por El Rei em 1647. Além das injunções políticas, podemos considerar que as condições materiais do templo pudessem pesar nessa decisão, por isso acreditamos que já nesse momento a capela não seria mais de taipa mas sim de pedra e cal. É possível que a data de 1629, mencionada por Pizarro, fosse a do erguimento da capela em pedra e cal.

De sua criação até 1644, a capela de São Gonçalo de Amarante foi uma capela privada, propriedade de Gonçalo Gonçalves e seus descendentes. Apesar de particular, segundo Pizarro e Araújo, foi incentivado que ao seu redor fosse erguido um arraial com a fixação de casas e a delimitação de uma área para o cemitério local.

---

<sup>28</sup> “Existia então fundada neste distrito, parece que pelos anos de 1629, uma capela filial à Matriz da Candelária desta cidade, com o título de São Gonçalo, por Gonçalo Gonçalves, senhor daquele terreno...”. (Araújo 2008, 247)

---

Em síntese, as terras conquistadas pelos portugueses em 1500 no chamado Novo Mundo faziam parte do patrimônio real. Para colonizar o território, a Coroa portuguesa utilizou um instrumento legal vigente desde a Idade Média, o sistema de sesmarias, que estabelecia o direito real em conceder terras a um particular. A manutenção da concessão era pautada por uma série de requisitos que deveriam ser seguidos: ocupação, exploração produtiva etc. Se o rei julgasse que as cláusulas de concessão não houvessem sido cumpridas, ou se – como diríamos hoje “a bem do serviço público” – a área fosse considerada estratégica, as terras seriam “desapropriadas” e a concessão seria revertida ao rei. A concessão poderia ser transferida – doada ou vendida – para outrem, desde que o ato fosse autorizado pela administração régia.

### **À guisa de conclusão**

As polêmicas em torno do fundador e do local da fundação de São Gonçalo envolveu a historiografia local entre os séculos XIX e XX. O revisionismo, identificado a partir dos trabalhos de Roberto Barros, relaciona-se com os processos históricos vivenciados pela localidade.

A partir da década de 1940, o município transformou-se. A cada década sua população duplicou. As antigas fazendas foram loteadas passando a receber um sem número de migrantes no interior do estado do Rio de Janeiro e de outras regiões do Brasil, especialmente do Norte/Nordeste. A urbanização foi acompanhada de inúmeros problemas infra-estruturais: saneamento básico, fornecimento de luz e água, calçamento de ruas, etc. Essas mudanças passaram a ser vistas como um problema para a intelectualidade local. A cidade estaria perdendo sua autoestima, sua identidade. Investir na história local teria o papel pedagógico de ensinar os novos gonçalenses a construir vínculos com essas experiências, ensinar que o local tem uma história longa e pujante da qual essas novas gerações deveriam ser herdeiras e continuadoras. A descoberta da “verdadeira história” deveria dirimir erros e falsidades na construção de um panteão de heróis e de novos sentidos para o município.

Gonçalo Gonçalves, nesse sentido, era um personagem-chave: sesmeiro a quem se atribuía a fundação da capela que teria originado o município. Além de ter iniciado o núcleo original, foi aquele que atribuiu o nome pelo qual o município identifica-se. Um personagem com tais atributos não poderia ficar à margem da revisão da história local. Os trabalhos de Roberto Barros, Osvaldo Ferreira, Evadyr Molina, Salvador Silva e Maria Braga utilizam o personagem como estratégia para discutir o local onde a primeira capela, que originou o município, foi erguida. O personagem só tinha sentido por esse ato. Não se buscava compreendê-lo em sua época, as redes sociais tecidas, os processos econômicos em curso...

Gonçalo Gonçalves fez parte da primeira nobreza da terra, dos primeiros fixados na cidade do Rio de Janeiro. Era um potentado na cidade e, como tal, detentor de terras no recôncavo guanabara. Cidade e região compunham uma imbricada unidade. Por um lado, unidade econômica, pois era no sertão que se fixaram as primeiras fazendas e o primeiro engenho produtivo de açúcar (em Magé). Por outro lado, unidade política, como estratégia de controle e domínio político na região. Expulsos os franceses, que intentaram a fixação de uma colônia, era necessário garantir o domínio luso, ocupando e controlando as populações nativas e impedindo as tentativas de ocupação de outros colonizadores.

Estudá-los é compreender os primeiros tempos coloniais no Rio de Janeiro. Compreender a estruturação da nova urbe. Repartia-se a terra, processo complexo que poderia levar a demandas e questionamentos jurídicos. Por isso, aqueles responsáveis por suas delimitações e registros – medidores, escrivães e tabeliões – serem cargos tão importantes. Defender a cidade, com a ocupação e exploração do seu entorno, era forma de garantir a obra colonizadora, ser fiel ao rei e conquistar fortuna. Fixavam-se as ordens religiosas, importantes elementos da política colonizadora por sua obra missionária junto aos nativos e como agentes da administração régia, em virtude do regime do padroado. Nesse sentido, manter boas relações com os religiosos era manter aproximação com o próprio rei. Para uma sociedade, onde o pensamento cristão era fundamental na cosmovisão do mundo, obras pias em vida – como doação de terras a religiosos ou a instituições caridosas, como a Santa Casa de Misericórdia, ou a criação de capelas – era um passo na conquista da vida eterna.

Uma outra faceta é compreender as polêmicas que giraram em torno do personagem ao longo do século XX, especialmente a partir dos anos 1960. De um nome mencionado e referendado como fundador do núcleo original do município de São Gonçalo, passou a ser confundido com um homônimo e ter o local de sua propriedade questionado. Esse revisionismo acompanhava o esforço dos historiadores locais em definir uma história verdadeira visando uma certa pedagogia cívica, formar os novos gonçalenses – as novas gerações, assim como as levas de migrantes que por estas plagas se fixaram na segunda metade do século XX. Nesse sentido, definir o locus da sesmaria de Gonçalo Gonçalves e construir um perfil do sesmeiro era (re)conhecê-lo como pai fundador da municipalidade. O personagem deixa de ser um nome e passa a encarnar o mito fundador local. E para melhor cultuá-lo era necessário dirimir dúvidas, esclarecer confusões, construir-lhe um perfil com o qual as novas gerações pudessem identificar como aquele que iniciara a história da qual era continuadora. Uma história engajada em um projeto de construção de uma

identidade positivada, que poderia fomentar a quebra de estigmas então vivenciados, especialmente, a da cidade dormitório.

A retomada desse personagem, com este estudo, apresenta uma construção possível, uma faceta fragmentária, descoberta nas poucas fontes dos séculos XVI e XVII que o citam. Tais fontes apresentam-nos um personagem que compunha a engrenagem da ação colonizadora lusitana nos princípios do Rio de Janeiro nos dois lados da Baía de Guanabara e, por isso, sua trajetória é importante para compreender os processos históricos da nascente cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e do embrião da futura freguesia de São Gonçalo de Amarante. Por outro lado, acompanhar como os historiadores o analisaram, demonstra que, para além de seu tempo, Gonçalo Gonçalves deixou sua marca, que vem sendo ressignificada de acordo com as questões com as quais os estudiosos atuais se deparam.

### Referências bibliográficas

- Albuquerque, Júlio Pompeu de Castro. *Album do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Oficinas da Renascença, 1908.
- Almeida, Letícia Gonçalves Alfeu. “O papel da memória na pedagogia da morte (século XV)”. Dissertação de Metrado, Franca, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 2013.
- Alencastro, Luís Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. Em *História da vida privada no Brasil*, org. Luís Felipe de Alencastro. São Paulo: Cia das Letras, 1997. v. 2.
- Barata, Carlos Eduardo de Almeida, e Antônio Henrique Cunha Bueno. *Dicionário de famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero-América, 1999. v. 1.
- Barros, Roberto. “A história de São Gonçalo começou 25 anos atrasada. Um mergulho em 3 séculos de mistério”. *A Gaivota*, n.240 (1977).
- Bourdieu, Pierre. “A ilusão biográfica”. Em *Usos e abusos da História Oral*, orgs. Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- Braga, Maria Nelma. *O município de São Gonçalo e suas histórias*. S/l: S/n, 1997.
- Brown, Peter. *The cult of saints and the early Middle Ages*. Oxford: University Press, 1999.
- Dória, Escragnolle. *Terra fluminense*. Rio de Janeiro: Typ. D’A Encadernadora S.A., 1929.
- Duby, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- Durkeim, Émile. *Regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- Fazenda, José Vieira. “Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. Volume I”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 86, v. 140 (1921).
- Fazenda, José Vieira. “Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. Volume III”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 89, v. 143 (1924).
- Fernandes, Rui. *Um santo nome*. São Gonçalo: São Gonçalo Letras, 2004.
-

- Ferreira, Osvaldo Luiz, e Salvador Mata e Silva. *São Gonçalo, 1890-1990*. São Gonçalo: Editora Belarmino de Mattos, 1993.
- Forte, José M. Maia. *O estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1928.
- Fragoso, João. “A nobreza da República. Notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”. *Topoi*, n. 1 (2000): 45-122. <https://doi.org/10.1590/2237-101X001001002>
- Garcia, José Manuel (Coord.). *Cabral, o viajante do Rei*. As origens do Brasil. S/l: Imagio Produções, 2000. <http://www.projetomemoria.art.br/PedroAlvaresCabral/portuga/edicao.htm>
- Ginzburg, Carlo. “O nome e o como”. Em *A micro-história e outros ensaios*, orgs. Carlo Ginzburg, Enrico Castelnuovo, e Carlo Poni. 169-178. Lisboa: Difel, 1989.
- Ginzburg, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- Guião Filho, Homero Thomaz. *História de São Gonçalo*. São Gonçalo: s/n., 1968.
- Gonçalves, Albenir Itaboraí. *O regramento jurídico das sesmarias*. São Paulo: Leud, 2014.
- Langlois, C, e C. Seignobos. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.
- Le Goff, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- Le Goff, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- Levillain, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. Em *Por uma história política*, org. René Rémond. 141-184. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- Macedo, D. Leite de. Introdução. Em *Tombo das Cartas das sesmarias do Rio de Janeiro. 1594-1595. 1602-1605*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1967.
- Malatian, Teresa Maria. “A biografia e a história”. *Cadernos CEDEM*, v. 1 (2008): 16-32.
- Mendes Filha, Nilda Ferreira, e Marcos Vinícius Macedo Varela. *São Gonçalo, sua história e seus monumentos*. Niterói: Disk Cópia – Gráfica Rápida, 2000.
- Mendonça, Paulo Knauss de. *O Rio de Janeiro da Pacificação. Franceses e portugueses na disputa colonial*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1991.
- Molina, Evadyr, e Salvador Mata e Silva. *São Gonçalo no século XVI*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1995.
- Molina, Evadyr, e Salvador Mata e Silva. *São Gonçalo no século XVII*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1997.
- MELLO, Afrânio. Genealogia. 2015. Afrânio Mello fornece gratuitamente informações sobre famílias Gonçalves e Nogueira. <http://www.jornalrol.com.br/genealogia-afranio-mello-fornece-gratuitamente-informacoes-sobre-as-familias-goncalves-e-nogueira/>
- Moreira, Eugênio. *São Gonçalo de Amarante*. Niterói: La Cava Ltda., 1987.
- Nascentes, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa: nomes próprios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952.
- Novinsky, Anita. *Inquisição, inventário de bens confiscados a cristãos novos*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1976.
- Oliveira, Elysio Belchior de. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1964.
-

Oliveira, Oscar de. *Os dízimos eclesiásticos do Brasil nos períodos da Colônia e do Império*. S/l: Pontifícia Universidade Gregoriana, 1939.

Palmier, Luiz. *São Gonçalo, cinquentenário*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

Pinto, Alfredo Moreira Pinto. *Apontamentos para o dicionário geográfico do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. v. 2.

Priori, Mary del. “Biografia: quando o indivíduo entra na história”. *Topoi*, 10., n.19 (2009): 7-16. <https://doi.org/10.1590/2237-101X010019001>

Rau, Virginia. *Sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

Saint-Adolphe, J. C. R. Milliet de. *Diccionario Geographico, historico e descriptivo do Império do Brazil*. Pariz: J. P. Aillaud, 1845. v. 2.

Salgado, Graça, org. *Fiscais e Meirinhos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

Serrão, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Lisboa: s/l, 1965. v. 1.

Silva, Antônio José Caetano da Silva. “Chorographia fluminense”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 67, parte II (1906).

Silva, Nuno J. Espinosa. *História do direito português*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2006.

Varella, Marcos. *Igrejas e capelas de São Gonçalo*. São Gonçalo: São Gonçalo Letras, 2013a.

Varella, Marcos. *Igrejas e capelas de São Gonçalo*. São Gonçalo: São Gonçalo Letras, 2013b.

Varnhagen, Francisco Adolfo. *História Geral do Brazil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert, s/d.

### Fontes:

*Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. LVII. 1935. Rio de Janeiro: MESP, 1939.

*Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. 82. 1962. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1968.

Anchieta, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões. 1554-1594*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

Araújo, José de Sousa Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820. Tomo III.

Araújo, José de Sousa Azevedo Pizarro e. “Relação das sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, extraída dos Livros das sesmarias e registros do Cartório do Tabelião Antônio Teixeira de Carvalho. De 1565 a 1796”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 63 (1900): 93-153.

Araújo, José de Sousa Azevedo Pizarro e. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro. Inventário de arte sacra fluminense*. Rio de Janeiro: INEPAC/SENAC, 2008. v. 1. p. 147.

*Arquivo do Districto Federal*. Rio de Janeiro, Vol. I, nº 1., 1894. p. 53-55.

*Arquivo do Districto Federal*. Rio de Janeiro, Ano I, Nº 2, fevereiro de 1894. p. 49-50.

Bluteau, Raphael. *Vocabulo Portuguez e latino*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1720. v. 6.

Reino de Portugal. *Ordenações do senhor Rey D. Manuel*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1797.

Teixeira Filho, Álvaro. *Roteiro cartográfico da Baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro século XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.

---

*Tombo das Cartas das Sesmarias do Rio de Janeiro. 1594-1595. 1602-1605. Rio de Janeiro: SEDREGA, 1967.*

\*\*\*

Recebido: 11 de dezembro de 2019

Aprovado: 13 de março de 2020

**Transição política e formação de um partido estadual de oposição: a composição social do núcleo dirigente e o desempenho eleitoral da União Republicana (Estado do Paraná, 1890-1895)**

*Political transition and formation of a regional opposition party: the social composition of core group and electoral performance of the Republican Union (State of Paraná, 1890-1895)*

*Transición política y formación de un partido regional de oposición: la composición social del directorio central y el desempeño electoral de la Unión Republicana (Estado del Paraná, 1890-1895)*

*Sandro Aramis Richter Gomes\**

<https://orcid.org/0000-0002-6790-4958>

RESUMO: Neste artigo é analisada a composição social e o desempenho eleitoral da União Republicana, um partido que existiu no Estado do Paraná entre os anos de 1890 e 1895. O objetivo deste artigo é produzir um conhecimento sobre a acomodação das antigas elites provinciais no contexto da vida política da Primeira República. Nesse âmbito, é evidenciado que a citada agremiação foi um refúgio para membros do Partido Liberal que não conseguiram relevantes posições no partido situacionista do estado.

Palavras-chave: Elites políticas. Estado do Paraná. Partidos estaduais.

ABSTRACT: This article investigates the social composition and electoral performance of the Republican Union, which existed in the State of Paraná between the years 1890 and 1895. The purpose of this article is to analyze the form of accommodation of the provincial elites in the context of the First Republic of Brazil. In this context, it is evidenced that this party was a refuge for members of the Liberal Party that did not obtain relevant positions in the ruling party of Paraná.

---

\* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Realiza estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR Organizou, em conjunto com André Luiz Moscaleski Cavazzani, o livro *Antônio Vieira dos Santos: reminiscências e outros escritos* (Editora da UFPR, 2014). Dedicou-se ao estudo das elites políticas e dos partidos do Brasil da Primeira República. E-mail: argomes8@gmail.com

Keywords: Political elites. State of Paraná. Regional parties.

RESUMEN: Este artículo analiza la composición social y el desempeño electoral de la Unión Republicana, un partido que existió en el Estado de Paraná entre los años 1890 y 1895. El objetivo de este artículo es avanzar en el conocimiento sobre la inserción de las antiguas élites provinciales en el contexto de la vida política de la Primera República. En este contexto, es demostrado que la referida agremiación fue un refugio para los miembros del Partido Liberal que no obtuvieron cargos relevantes en el partido oficial.

Palabras clave: Elites políticas. Estado del Paraná. Partidos regionales.

### Como citar este artigo:

Gomes, Sandro Aramis Richter. “Transição política e formação de um partido estadual de oposição: a composição social do núcleo dirigente e o desempenho eleitoral da União Republicana (Estado do Paraná, 1890-1895)”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 261-287.

\*\*\*

### Introdução

Neste artigo é desenvolvida uma investigação a respeito da composição social e do desempenho eleitoral do primeiro partido de oposição surgido no Estado do Paraná ao tempo da Primeira República. Tratava-se da União Republicana (UR), cuja existência abrangeu os anos de 1890 e 1895. Desse modo, o recorte temporal adotado no presente trabalho é referente à época em que ocorreram os processos de formação, ação eleitoral e desorganização dessa grei.

O objetivo desta análise é produzir um conhecimento sobre a acomodação de membros da elite política do Paraná provincial na vida partidária do princípio da Primeira República. Nesse âmbito, cumpre analisar o modelo de gestão de partidos concebido por tais membros ao tempo em que buscaram retomar sua atividade política. Por meio de um estudo de caso, a execução deste artigo propicia um entendimento sobre a natureza da ação política de dirigentes de partidos monárquicos na vida partidária dos estados após a queda do Império.

Há quatro argumentos sustentados nesta análise. O primeiro argumento salienta que a UR foi um refúgio para políticos veteranos que não tiveram relevante espaço no partido situacionista que funcionava no Paraná desde o ano de 1889. A criação da UR permitiu que veteranos políticos, notadamente os antigos líderes locais do Partido Liberal, permanecessem ativos no jogo partidário.

O segundo argumento afirma que, nos seus primeiros dois anos, a UR era uma agremiação eleitoralmente competitiva. Cumpre salientar que, no Paraná do começo dos anos 1890, a oposição

---

possuía um grau de organização interna suficiente para ameaçar o predomínio dos governistas em instituições como o Congresso Legislativo Estadual. Nesse âmbito, trata-se de evidenciar que, no limiar da República, os republicanos históricos não consolidaram de imediato um predomínio na vida eleitoral do estado.

O terceiro argumento comporta a afirmação de que os chefes da UR conceberam um modelo de gestão partidária marcado pela tomada coletiva de decisões. Tais decisões não eram uma atribuição exclusiva dos líderes da grei. Ao contrário, havia indivíduos não pertencentes ao quadro de dirigentes que possuíam a faculdade de participar da definição de candidaturas parlamentares. A sustentação desse argumento permite evidenciar que, no Paraná, os remanescentes do Partido Liberal não permaneceram como defensores da forma de gestão partidária que cultivaram durante o Segundo Reinado.

O quarto argumento afirma que foi pouco duradoura a aliança política entre os dirigentes da UR. Convém demonstrar que a maior parte dos líderes da UR, após a dissolução da grei, não se vinculou a outro partido. Desse modo, o destino peculiar de uma parcela desses dirigentes foi abandonar a atuação no jogo político estadual. Foi pouco relevante o número de dirigentes da UR que, a partir dos anos 1900, desenvolveram uma sólida carreira política seja no partido governista, seja em uma agremiação oposicionista.

\*\*\*

Os estudos sobre a Primeira República têm avançado na identificação da natureza da ação eleitoral das oposições estaduais. Há evidências de que nessa época uma característica comum aos oposicionistas era a permanente disposição para contestar, em agências do Congresso Nacional, a vitória eleitoral dos candidatos situacionistas (Figueiredo 2016; Hollanda 2009; Ricci, e Zulini 2014; Zulini 2016).

Tal perspectiva de análise permite reconhecer o caráter competitivo da vida partidária brasileira no início do século XX. A ênfase dos estudos contemporâneos, portanto, recai sobre as eleições para cargos do Poder Legislativo, bem como para a capacidade de os contendores consolidarem uma base eleitoral nos municípios (Barbosa 2013). Porém, permanece pouco desenvolvido o estudo sobre a organização interna das agremiações oposicionistas que surgiram após o fim do regime monárquico. Nesse particular, cumpre ressaltar que apenas de modo ocasional os partidos estaduais de oposição foram objeto de análise nas investigações sobre o Brasil da Primeira República.

De fato, os estudos sobre a Primeira República têm avançado no reconhecimento dos padrões de carreiras de membros da elite política nacional. Tais estudos permitem, por exemplo, o

---

conhecimento sobre as condições sociais de ingresso e mobilidade nos quadros partidários (Souza 2018). Contudo, permanece incompleta a tarefa de evidenciar os percursos políticos de indivíduos que se evadiram de partidos governistas e desenvolveram uma carreira circunscrita à esfera estadual.

Um aspecto inerente às análises sobre partidos políticos da Primeira República é o caráter panorâmico da investigação. Dessa forma, nota-se maior inclinação para a abordagem de temas como os dissídios internos ao grupo dirigente e os fatores da consolidação da força eleitoral das agremiações estaduais. Tais estudos são orientados pelo propósito de evidenciar as etapas cruciais do desenvolvimento dos partidos governistas. Essa vertente de análise não têm experimentado relevantes avanços (Casalecchi 1987; Chacon 1981; Dantas 1989; Franco 1974; Lenzi 1983; Montenegro 1980; Resende 1978). Na historiografia contemporânea, as mais numerosas informações sobre a vida interna de partidos políticos da Primeira República estão contidas em análises acerca das estratégias eleitorais concebidas por dirigentes partidários da região Sudeste (Pinto 2011; Viscardi 2012).

Os estudos históricos permanecem carentes de análises a respeito das formas de ação política dos indivíduos que abriram dissidência nos partidos governistas. Nesse cenário, mantém-se pouco desenvolvido o conhecimento sobre o modelo de gestão partidária e o desempenho eleitoral de políticos veteranos que se coligaram para liderar o campo oposicionista nos estados. Tal enfoque não é adotado com frequência nas abordagens sobre elites e instituições políticas do Brasil republicano (Antonacci 1981; Levi-Moreira 1991; Prado 1986).

Por fim, cumpre mencionar que a época correspondente ao primeiro decênio da República foi objeto de distintos estudos. Um aspecto característico a essas investigações é o reconhecimento dos impactos, no âmbito municipal, da passagem da mudança de regime político. Assim, a reorganização dos quadros partidários e as relações de força no jogo eleitoral fazem parte do rol dos temas desenvolvidos nessas análises (Bilac 1995; Camelucci 2008; Martiny 2010). Compete, por outro lado, desenvolver uma abordagem que evidencie os efeitos da passagem do Império para a República nas carreiras de lideranças políticas das antigas províncias.

De sua parte, o presente artigo reconhece que os anos 1890 foram marcados, no Paraná, pela formação de agremiações comandadas por indivíduos que se diferenciaram em virtude da maior ou menor autoridade que exerceram sobre os diretórios dos partidos monárquicos. O avanço na análise acerca das mudanças no cenário partidário estadual exige a compreensão do papel desempenhado por esses antigos adversários na consolidação de um partido de oposicionista. Ele também requer o conhecimento dos destinos políticos desses indivíduos após o malogro da tentativa de manter a oposição unida em uma agremiação.

---

Para a execução dessa tarefa, o presente artigo emprega procedimentos de análise oriundos da prosopografia (Charle 2010; Stone 2011). A reunião massiva de informações referentes às carreiras dos dirigentes da UR possibilita identificar aspectos comuns aos percursos políticos das primeiras lideranças oposicionistas do Paraná. Tal reunião também é decisiva para o entendimento das distâncias que existiram entre esses dirigentes no que concerne à posição que ocuparam no quadro partidário paranaense após a dissolução da grei.

### **A composição do núcleo dirigente da UR: o predomínio de chefes locais do Partido Liberal**

A primeira agremiação partidária que surgiu no Paraná após a queda do Império foi o Partido Republicano (PR). A fundação dessa grei ocorreu em dezembro de 1889 (*A República*, 4 de dezembro de 1889, 1).<sup>1</sup> Os seus organizadores eram os membros do Clube Republicano de Curitiba, uma entidade criada em 1885 na capital paranaense (Boehrer, 2000; Corrêa 2006). Em março de 1890, foi fundada a União Republicana. Ela pertenceu ao campo oposicionista (*Diário da Tarde*, 16 de março de 1890, 1).

Nos últimos meses de 1890, no entanto, houve a interrupção das antigas disputas entre os republicanos, conservadores e liberais paranaenses. Ocorreu, pois, uma temporária aliança política que culminou no lançamento de uma chapa única para preencher as quatro vagas de deputado e as três vagas de senador do Paraná na Assembleia Nacional Constituinte.

Os quatro candidatos a deputado constituinte da coligação PR-UR eram republicanos históricos. De outra parte, a chapa de candidatos ao Senado dessa coligação foi composta por um egresso do Partido Conservador, um antigo líder do Partido Liberal e um republicano histórico (*A República*, 14 de setembro de 1890, 1). Em verdade, a presença de egressos dos partidos monárquicos de diferentes estados foi um aspecto inerente à composição daquela Assembleia.<sup>2</sup>

Assim, no princípio da Primeira República, no Paraná, houve um momento em que conservadores, liberais e republicanos históricos estiveram unidos. No referido pleito, esses três grupos formaram as *Chapas da Conciliação* (*Diário do Paraná*, 6 de setembro de 1890, 1). No início de 1891, porém, tal aliança já estava desfeita. Em seguida, foi instaurado um cenário de polarização partidária que perdurou até o fim dos anos 1900. Esse cenário era marcado pela oposição entre

---

<sup>1</sup> A totalidade das fontes utilizadas neste artigo está disponível para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira: <memoria.bn.br>

<sup>2</sup> Conforme destacado por Cláudia Viscardi, tal Assembleia era composta por 17 senadores que haviam integrado os partidos monárquicos (9 liberais e 8 conservadores). Ela também era formada por 32 deputados provenientes do Partido Liberal, e 24 originários do Partido Conservador (Viscardi 2016, 71).

Vicente Machado (1860-1907), dirigente do PR, e Generoso Marques dos Santos (1844-1928), líder da UR (Sêga 2005).

Há tempos, a historiografia referente à Primeira República enfatiza que era recorrente o rompimento de alianças entre lideranças políticas estaduais. Desde o início dos anos 1890, houve a abertura de dissidências em partidos situacionistas de distintas regiões do Brasil. No período em tela, portanto, a política nacional era caracterizada pela eclosão de conflitos que tornaram pouco estável a vida interna das agremiações.<sup>3</sup>

Após romper com a UR, o PR tornou-se uma agremiação constituída majoritariamente pelos republicanos históricos e antigos membros do Partido Conservador. A UR, por sua vez, permaneceu como o refúgio de integrantes do Partido Liberal. Nessa grei, havia um grupo minoritário de republicanos históricos. De fato, a aproximação entre propagandistas da República e monarquistas não foi um aspecto incomum da vida política brasileira nos anos imediatamente posteriores à queda do Império. Essa aproximação se verificou, por exemplo, no Estado de São Paulo.<sup>4</sup> Tal aproximação também ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, em meados dos anos 1890.<sup>5</sup>

A formação do primeiro partido de oposição do Paraná não estimulou a emergência de um novo quadro de lideranças políticas no estado. Por meio da análise das informações contidas do Quadro 1 é possível salientar que um aspecto intrínseco ao começo das carreiras políticas dos gestores da UR era o envolvimento em esquemas de nomeações para cargos comissionados. Desse modo, tal agremiação era controlada por indivíduos que, em sua maior parte, possuíam desde o Segundo Reinado as conexões políticas necessárias para a obtenção de postos na administração pública.

Nome	Profissão	Município residência	Filiação partidária	Total de cargos comissionados	Total de mandatos no Poder Legislativo	Total de mandatos no Poder Executivo
Augusto Lustosa de Andrade Ribas	Negociante	Ponta Grossa (PR)	Partido Liberal	2	1	1
Bertoldo Adam	Comerciante varejista	Curitiba (PR)	Sem filiação	0	0	0

<sup>3</sup> No Estado do Rio de Janeiro, em fins dos anos 1890, o Partido Republicano Fluminense já se encontrava cindido (Ferreira 1994). No Estado de Mato Grosso, as primeiras dissidências na ordem governista também datam dos anos 1890 (Arruda 2015).

<sup>4</sup> Após a queda do Império, houve a aproximação entre setores do Partido Republicano Paulista e antigos membros do Governo Imperial. (Casalecchi 1987, 64-65).

<sup>5</sup> O Partido Republicano Fluminense, nos anos 1890, era controlado por republicanos históricos e antigos monarquistas (Ferreira 1994, 120).

## Sandro Aramis Richter Gomes | Transição política e formação de um partido estadual de oposição: a composição social do núcleo dirigente e o desempenho eleitoral da União Republicana (Estado do Paraná, 1890-1895)

Domingos Ferreira Pinto	Fazendeiro	Ponta Grossa (PR)	Partido Liberal	3	3	0
Fernando Machado Simas	Farmacêutico	Paranaguá (PR)	Partido Republicano	2	1	0
Francisco José Cardoso Júnior	Militar	Rio de Janeiro (RJ)	Partido Conservador	0	3	4
*Generoso Marques dos Santos	Advogado	Curitiba (PR)	Partido Liberal	4	7	1
Joaquim José Alves	Negociante	Morretes (PR)	Partido Liberal	3	1	1
Jorge Marcondes de Albuquerque	Fazendeiro	Castro (PR)	Partido Liberal	0	3	0
Jorge Hermano Meyer	Médico	Curitiba (PR)	Sem filiação	0	0	0
José de Freitas Saldanha	Negociante	Guarapuava (PR)	Partido Liberal	2	3	0
Manuel Correia de Freitas	Jornalista	Paranaguá (PR)	Partido Republicano	0	0	0
Manuel Pedro dos Santos Lima	Médico	Lapa (PR)	Partido Liberal	3	1	0

**Fig. 1:** Atuação política e profissional dos dirigentes da União Republicana (época do Segundo Reinado)<sup>6</sup>.  
**Fontes:** *A República* (1886-1889); *Dezenove de Dezembro* (1854-1889); *Gazeta Paranaense* (1882-1889); *Província do Paraná* (1876-1879).

As informações presentes em tal Quadro permitem sustentar duas constatações sobre a vida interna da UR. Uma constatação diz respeito ao fato de que houve indivíduos sem atuação prévia nas instituições políticas que obtiveram a faculdade de influir na gestão dessa grei. Tais indivíduos em Bertoldo Adam e Manuel Correia de Freitas (1851-1932). Cumpre destacar que a incorporação de ambos aos quadros da UR decorreu de uma estratégia eleitoral de seus dirigentes. Essa estratégia consistiu em conferir espaço na agremiação a indivíduos que possuíam ligações com imigrantes europeus, operários e a republicanos históricos sem relevante experiência nas lides partidárias. Assim, ao mesmo tempo em que mantiveram o vínculo com antigos dirigentes locais do Partido Liberal, os chefes estaduais da UR buscaram atrair novos personagens para a cena política.

A esse respeito, cabe mencionar que Adam era membro da comunidade alemã de Curitiba. Na época da implantação da República, ele atingiu a condição de liderança política dessa

<sup>6</sup> O indivíduo cujo nome é precedido por um asterisco era o líder maior da UR.

comunidade. Em 1889, Adam se tornou o representante do seu grupo étnico junto ao Governo do Paraná (*A República*, 26 de dezembro de 1889, 2).

Ele também tinha ligações com membros da comunidade polonesa. Em março de 1890, por exemplo, Adam representou tal comunidade em uma reunião com o então governador do Paraná, Américo Lobo Leite Pereira (1841-1903). Nesse encontro, os representantes dos europeus naturalizados declararam sua adesão à República. Eles também reafirmaram sua concordância com os termos da negociação das dívidas dos colonos europeus com o Governo do Estado (*A República*, 12 de março de 1890, 3). A presença de Adam na direção da UR é um indício do envolvimento de membros de uma comunidade étnica na cena política do estado.<sup>7</sup> Desde a época do Segundo Reinado, os chefes partidários da província buscavam o apoio político dos alemães nacionalizados.<sup>8</sup>

Em síntese, a aproximação de Adam com os políticos liberais derivou da liderança que exercia perante distintos grupos étnicos. Tal proximidade não adveio de fatores como o poder econômico.<sup>9</sup> Ela decorreu da habilidade de Adam para articular o envio de demandas aos novos governantes do Paraná. Desse modo, ele era uma liderança emergente na sociedade curitibana. Contudo, no decorrer desta investigação compete evidenciar que foi breve o protagonismo político desse indivíduo. A UR não foi uma agremiação que promoveu a consolidação no cenário partidário estadual de uma geração de novatos nas lides políticas.

Por outra parte, a presença do jornalista Manuel Correia de Freitas no núcleo dirigente da UR evidencia a tentativa de antigas lideranças liberais arregimentarem a esse partido indivíduos que fizeram parte do Movimento Republicano. A grei almejava absorver aos seus quadros os republicanos que não tiveram destacado espaço na agremiação governista. Freitas se distinguira, nos anos 1880, como um defensor da mudança de regime político. Nesse âmbito, ele participou da fundação do Clube Republicano de Paranaguá, em 1887 (Vanali 2017).

Na Primeira República, porém, tal indivíduo não obteve o apoio político suficiente para exercer cargos eletivos por longos períodos. Em verdade, ele não detinha relevante apoio junto aos próprios correligionários da UR. Em 1890, por exemplo, Freitas não conseguiu ser indicado

---

<sup>7</sup> Em 1891, por exemplo, o negociante alemão Mathias Bohn era o presidente da Intendência Municipal de Paranaguá (*A República*, 22 de agosto de 1891, 1).

<sup>8</sup> Em 1885, Fernando Machado Simas (1851-1916), já envolvido nas atividades de propaganda republicana, salientou que havia conservadores e liberais do Paraná empenhados em conquistar o apoio eleitoral dos alemães naturalizados. Simas sugeriu que os membros da comunidade germânica não deveriam aderir aos partidos monárquicos. Ele defendeu que os alemães poderiam fundar um partido e se engajar na causa republicana (*Livre Paraná*, 27 de outubro de 1885, 3).

<sup>9</sup> Desde os anos 1880, Bertoldo Adam possuía um comércio de alimentos no Largo do Mercado, em Curitiba (*Gazeta Paranaense*, 19 de outubro de 1888, 3).

---

membro da Convenção que a grei realizou com a finalidade de escolher seus candidatos à Assembleia Nacional Constituinte (*A República*, 19 de outubro de 1890, 2).

De todo modo, ele possuía conexões políticas para além do Estado do Paraná. Foi por meio de tais conexões que conseguiu ser nomeado pelo Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, em janeiro de 1890, para o posto de Superintendente de Terras e Colonização do Paraná e Santa Catarina (*A República*, 19 de fevereiro de 1890, 2). Ao mesmo tempo, Freitas era ligado a um setor de trabalhadores urbanos – os operários.<sup>10</sup>

Em suma, verifica-se que a UR incorporou aos seus quadros um republicano histórico que não possuía relevante enraizamento no jogo eleitoral paranaense. Ele também não possuía uma aliança com os indivíduos que se acomodaram em posições centrais da administração estadual (*A República*, 8 de março de 1890, 1). Assim, a UR foi um refúgio tanto para antigos chefes liberais quanto para republicanos históricos que não obtiveram destacadas oportunidades de atuação nas instituições políticas após a queda do Império.<sup>11</sup>

A segunda constatação sobre o núcleo dirigente da UR é referente à presença de indivíduos radicados em municípios do interior do estado. Em sua maior parte, a grei era dirigida por egressos do Partido Liberal cujas carreiras políticas foram desenvolvidas em áreas do planalto paranaense. As informações do Quadro 1 permitem salientar que, desde o Segundo Reinado, os chefes partidários de áreas interioranas possuíam experiência no exercício de cargos eletivos e de funções comissionadas. A fundação da UR foi uma estratégia para reiterar a conexão política entre veteranos das lides partidárias que mantinham uma aliança entre si desde meados do século XIX. Ao mesmo tempo, cabe asseverar que a criação da UR foi uma tentativa de assegurar, em um novo regime político, a influência que chefes liberais exerceram na vida partidária de cidades do interior paranaense.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Manuel Correia de Freitas frequentava as reuniões organizadas por operários da capital paranaense. Ele atuava como o orador oficial desses encontros (*A República*, 12 de junho de 1890, 3).

<sup>11</sup> Outro republicano histórico pertencente à direção da UR era o citado Fernando Machado de Simas. A participação desse indivíduo na vida partidária da Primeira República foi circunscrita aos anos de 1890 a 1893, quando exerceu um mandato na Câmara dos Deputados. Após o término da legislatura, ocupou o cargo de Naturalista do Jardim Botânico, na cidade do Rio de Janeiro. (*Gazeta de Notícias*, 16 de setembro de 1916, 5).

<sup>12</sup> A esse respeito, cabe salientar que Domingos Ferreira Pinto (1820-1891), detentor do título de Barão de Guaraúna, foi o chefe do Partido Liberal da cidade de Ponta Grossa nas décadas de 1870 e 1880 (*Dezenove de Dezembro*, 20 de julho de 1878, 3). Em tal contexto, não existiam diretórios municipais dessa agremiação, apenas chefes locais. Portanto, os líderes da UR estavam familiarizados com um modelo pouco complexo de gestão partidária. Um dos aspectos desse modelo era a centralização de decisões. Em geral, tais decisões eram tomadas por um chefe supremo ou por um grupo seleto de dirigentes.

---

## **Chefes partidários e correligionários nos processos decisórios da UR: aspectos da divisão de tarefas em uma agremiação estadual**

O avanço no estudo sobre a organização interna de partidos políticos exige o reconhecimento das mudanças nas formas de governo de diretórios ao tempo da passagem do Império para a República. O caso da fundação da UR permite salientar que, nos anos 1890, houve lideranças regionais dos partidos monárquicos que não reabilitaram modelos de gestão partidária da época do Segundo Reinado.

Na segunda metade do século XIX, o Partido Liberal do Paraná era controlado pelo advogado Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903) (*Província do Paraná*, 30 de agosto de 1879, 3). Ele era o responsável pela formação das chapas de candidatos às eleições parlamentares. Portanto, em tal contexto o Partido Liberal paranaense não era regido por regras pormenorizadas acerca da participação dos correligionários em processos decisórios. O poder exacerbado desse dirigente gerou a dissolução do diretório provincial da grei. Era apenas esse bacharel que tomava as decisões mais cruciais na agremiação (*Dezenove de Dezembro*, 10 de abril de 1889, 1).

Jesuíno Marcondes permaneceu como o chefe supremo dos liberais paranaenses até o momento da implantação da República. A criação da UR foi um acontecimento que evidenciou que os egressos do Partido Liberal não demoraram a abandonar esse modelo centralizado de gestão. Em 1890, portanto, tal modelo fora rejeitado pelos indivíduos que, havia tempos, estavam familiarizados com um ambiente político carente de tomadas coletivas de decisões sobre assuntos partidários (Alves 2014).

Os liberais que fundaram a UR aplicaram outro modelo de gestão. Em tal modelo, não eram apenas os membros da cúpula da agremiação que tinham a prerrogativa de participar da escolha de candidatos. A análise do processo de definição dos postulantes da UR à Assembleia Nacional Constituinte permite corroborar tal afirmação. Em agosto de 1890, os correligionários da UR residentes na cidade de Curitiba realizaram um encontro. Nessa ocasião, foi nomeado um delegado para participar da Convenção na qual seriam escolhidos os candidatos da grei àquela Assembleia. Leia-se, pois, a seguinte notícia sobre tal reunião:

Reunião política. Sexta-feira teve lugar, no Salão Tyvoli, a reunião convocada pelo diretório da União Republicana, e tantas vezes anunciada no *Diário do Paraná*, órgão da mesma União, para a eleição de um representante, por este município, ao Congresso que deve designar os candidatos por este estado à Assembleia Constituinte, verificando-se o resultado seguinte: Manoel Correia de Freitas, candidato da União Republicana, 32 votos; Dr. Justiniano de Mello e Silva, candidato do Clube dos Operários, 50 votos (*A República*, 19 de agosto de 1890, 2).

Nota-se que o processo de escolha de candidatos da UR possuía duas etapas. A primeira etapa consistia na escolha dos delegados à Convenção geral da agremiação. A segunda etapa era a

---

reunião dos delegados, os quais possuíam a prerrogativa de definir as candidaturas. Tratava-se, pois, de um processo indireto de escolha de candidatos. De todo modo, cabe salientar que houve, somente na cidade de Curitiba, a participação de oitenta e dois correligionários da UR na primeira etapa da definição de candidaturas.

Um ano após a instituição do regime republicano, os liberais paranaenses não concederam a um chefe supremo a tarefa realizar a formação de chapas de candidatos. Entretanto, eles não adotaram um modelo de gestão partidária marcado pela participação universal dos correligionários na montagem das chapas. O envolvimento na última etapa do processo – a definição dos candidatos – era seletivo, visto que era limitado à presença de delegados das unidades locais da grei.

A notícia acima transcrita permite corroborar outra constatação sobre a vida interna da UR. Tal constatação diz respeito ao fato de que, em 1890, não eram apenas os filiados a essa grei que participaram do processo de definição de candidaturas parlamentares. Ao contrário, a UR aceitou, em sua Convenção, a presença de integrantes do Clube dos Operários e Artistas Paranaenses (COAP).<sup>13</sup> Os dirigentes da UR também não rejeitaram a indicação, para o quadro de membros da Convenção do partido, de um bacharel que não estava formalmente vinculado à UR.

Tais informações permitem salientar que essa agremiação buscou se aproximar de indivíduos que, na capital paranaense, exerciam uma liderança sobre segmentos de trabalhadores urbanos. Mais precisamente, cabe ressaltar que a admissão de membros do COAP em reuniões do diretório da UR em Curitiba era uma forma de os egressos do Partido Liberal ampliarem os seus apoios políticos. A mudança nas formas de gestão partidária, no Paraná dos anos 1890, foi acompanhada por tentativas de membros da antiga elite política da província de angariar o apoio de distintos segmentos sociais. Um desses segmentos era formado pelos europeus nacionalizados. O outro segmento era composto pelos operários.

\*\*\*

Os dirigentes da UR não implantaram, em 1890, um modelo inédito de gestão partidária. Havia semelhanças entre o formato do núcleo dirigente da UR e o formato da cúpula do partido situacionista do Paraná, o PR. Uma semelhança fundamental diz respeito ao fato de que ambas as agremiações funcionavam, no referido ano, à maneira de uma comissão carente de uma precisa

---

<sup>13</sup> As primeiras reuniões do COAP noticiadas pela imprensa datam de janeiro de 1890 (*A República*, 19 de janeiro de 1890, 3). Em tal ano, os seus dirigentes criaram o Partido Operário do Paraná, o qual não possuía expressiva força eleitoral (Valente 1997). A análise das informações veiculadas nos jornais paranaenses evidencia que, em meados daquela década, o COAP não estava mais em funcionamento (*A República*, 3 de julho de 1895, 2). Após a sua extinção, houve a fundação de clubes de operários cuja atuação era restrita a algumas cidades, como Ponta Grossa, localizada no segundo planalto do estado, e Paranaguá, situada no litoral (*A República*, 28 de abril de 1902, 2).

---

divisão de tarefas. Havia, tanto na UR quanto no PR, um diretório central composto por membros efetivos que trabalhavam sob as ordens de um presidente. A análise das características da gestão partidária adotada pelos políticos paranaenses no começo da Primeira República requer a atenção às informações do Quadro 2.

Nome	Profissão	Município de origem	Filiação partidária	Total de cargos comissionados	Total de mandatos no Poder Legislativo	Total de mandatos no Poder Executivo
Eduardo Mendes Gonçalves	Engenheiro Civil	Rio de Janeiro (RJ)	Partido Republicano	2	1	0
Francisco de Almeida Torres	Engenheiro Civil	Curitiba (PR)	Partido Republicano	1	1	0
Ildefonso Pereira Correia	Industrial	Paranaguá (PR)	Partido Conservador	1	3	1
Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva	Negociante	Campinas (SP)	Partido Republicano	0	0	0
José Pereira dos Santos Andrade	Advogado	Paranaguá (PR)	Partido Conservador	1	2	0
Marciano Augusto Botelho de Magalhães	Militar	Rio de Janeiro (RJ)	Partido Republicano	0	0	0
Ubaldo do Amaral Fontoura	Advogado	Lapa (PR)	Partido Republicano	0	0	0
*Vicente Machado da Silva Lima	Advogado	Castro (PR)	Partido Liberal	4	2	0

**Fig. 2:** Atuação política e profissional dos dirigentes do Partido Republicano (época do Segundo Reinado)<sup>14</sup>. **Fontes:** *A República* (1888-1889); *Dezenove de Dezembro* (1854-1889); *Gazeta Paranaense* (1882-1889); *Província do Paraná* (1876-1879).

As informações do Quadro 2 possibilitam salientar um aspecto do cenário partidário do Paraná do início dos anos 1890. Tal aspecto é que houve republicanos históricos que conseguiram, nos anos imediatamente posteriores à queda do Império, obter posições de relevo no jogo político estadual. De outra parte, as informações do Quadro 2 favorecem o reconhecimento de semelhanças e diferenças acerca da organização interna das duas primeiras agremiações partidárias fundadas no Paraná republicano.

<sup>14</sup> O indivíduo cujo nome é precedido por um asterisco era o líder maior do PR.

Uma semelhança é decorrente do fato de que a UR e o PR incorporaram as seus quadros indivíduos que, ao tempo do Segundo Reinado, eram adversários políticos. Ao passo que a UR absorveu republicanos históricos, os dirigentes do PR admitiram ao seu núcleo dirigente indivíduos que haviam pertencido aos partidos monárquicos. A presença de dois republicanos históricos na direção da UR evidencia que as lideranças do Movimento Republicano no Paraná não se mantiveram unidas após o ano de 1889.

Uma diferença na composição das cúpulas dessas agremiações é atinente ao fato de que, na UR, houve maior espaço para a acomodação de correligionários oriundos de áreas do interior do Paraná. A concessão de tal espaço evidenciou a propensão de chefes liberais de conservarem suas conexões políticas com antigos correligionários. No PR, por seu turno, houve a concessão de espaço para republicanos históricos que se enquadravam na categoria de adventícios. A composição do núcleo dirigente desse partido evidenciou que um objetivo de seus dirigentes era constituir uma aliança com indivíduos que estavam ligados a lideranças republicanas de outras regiões do Brasil, notadamente o Sudeste.

Nesse âmbito, cumpre ressaltar que o militar carioca Marciano Botelho era irmão de uma liderança republicana de projeção nacional, Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891) (Castro 1995, 126). Cabe também mencionar que, a despeito de ter nascido em um município paranaense, o advogado Ubaldino do Amaral Fontoura (1842-1920) não vivia em seu estado natal desde a época do Segundo Reinado. Residente na então capital federal, ele participou do Movimento Republicano que existiu na Província do Rio de Janeiro, nos anos 1880.<sup>15</sup> Por fim, outra forma de um adventício estabelecer contatos com os republicanos paranaenses era por meio do envolvimento em esquemas de nomeações para cargos comissionados.<sup>16</sup>

## O desempenho dos candidatos da UR em eleições parlamentares

A UR apresentou candidaturas em três eleições parlamentares – dois pleitos para o Congresso Constituinte do Paraná e uma disputa para o Senado. Essas disputas ocorreram entre os anos de 1891 e 1892. A análise do desempenho eleitoral dessa agremiação possibilita evidenciar

---

<sup>15</sup> Em julho de 1888, por exemplo, Ubaldino do Amaral presidiu uma reunião de republicanos ocorrida no município fluminense de Niterói (*A República*, 30 de julho de 1888, 2).

<sup>16</sup> Este foi o caso do engenheiro civil Eduardo Mendes Gonçalves. Natural da cidade do Rio de Janeiro, ele estabeleceu ligações com os republicanos históricos do Paraná pelo fato de que exerceu cargos públicos nessa província. O início do enraizamento de Mendes no Paraná ocorreu em 1877, quando foi nomeado para o posto de Agrimensor do Governo Provincial. Posteriormente, atuou como Diretor das Obras Públicas do Paraná. Ele solicitou exoneração desse cargo em 1885, ano em que fundou o Clube Republicano de Curitiba (*Gazeta Paranaense*, 8 de outubro de 1885, 2).

---

as formas de polarização partidária, em um contexto estadual, no limiar da Primeira República. Mais precisamente, cumpre evidenciar que em tal época, no Paraná, o partido governista não havia consolidado o seu predomínio no cenário eleitoral do estado.

Os resultados apresentados nesta seção permitem salientar que não era incomum, no referido período, a existência de grupos de oposição eleitoralmente competitivos. Representada pela UR, a oposição estadual formou uma base eleitoral suficiente para exercer o domínio sobre uma instituição do Poder Legislativo. Nesse quadro, cumpre fundamentar quatro constatações. Primeiro, trata-se de salientar que, em 1891, a UR apresentou uma chapa completa, de 36 candidatos, às eleições para o Congresso Constituinte do Paraná (*Diário do Comércio*, 3 de março de 1891, 3). Todos esses postulantes foram eleitos (*Diário do Comércio*, 8 de maio de 1891, 3). Ao conquistarem o comando do Legislativo Estadual, os deputados da UR escolheram Generoso Marques, líder incontestado da agremiação, para o cargo de governador.

Em tal época, a oposição paranaense ainda não empregava uma estratégia eleitoral que se tornou comum entre os grupos políticos minoritários nos estados ao longo da Primeira República. Essa estratégia consistia em lançar chapas incompletas nos pleitos para cargos do Poder Legislativo. O objetivo das minorias era evitar que um alto número de candidaturas gerasse a dispersão dos votos de seu incipiente eleitorado. Em geral, as oposições conseguiam apenas uma presença minoritária e eventual nas instituições legislativas (Figueiredo 2016, 46-47). Em síntese, no Paraná do início dos anos 1890 a força política da agremiação situacionista não era suficiente para inibir a oposição de pleitear todas as vagas em disputa para o Congresso do Estado.

A segunda constatação afirma que foi pouco duradouro o predomínio político da UR. Houve dois fatores responsáveis pelo esgotamento da força eleitoral dessa grei. Um fator consistiu na renúncia do marechal Deodoro da Fonseca do cargo de presidente da República, em 23 de novembro de 1891. Tal episódio gerou a dissolução do Congresso Estadual do Paraná. Nesse contexto, o novo presidente, marechal Floriano Peixoto, destituiu os governadores de estado. No Paraná, a deposição de Generoso Marques foi sucedida pela formação de uma Junta Governativa (Vernalha 1984).

A queda de Deodoro da Fonseca foi um acontecimento auspicioso para o PR, visto que provocou a redução da força eleitoral da UR. A imprensa ligada ao PR asseverou que o governo de Deodoro não tinha o apoio dos republicanos históricos do Paraná.<sup>17</sup> Nesse estado, tal situação

---

<sup>17</sup> Ao analisar a perda de apoio político pelo presidente Deodoro da Fonseca, Maria Lombardi Fernandes destacou que “Ao longo do ano de 1891, o Governo Deodoro rapidamente entrou em declínio, sofrendo uma crise de legitimidade frente aos republicanos históricos, que não se viam representados num governo cujo expoente máximo era o Barão de Lucena” (Fernandes 2008, 212).

---

provocou o fortalecimento político dos veteranos do Partido Liberal (*A República*, 6 de abril de 1892, 2). Em verdade, não eram apenas os republicanos históricos do PR que combateram o presidente Deodoro. Em São Paulo, os próceres do Partido Republicano Paulista também se opuseram a esse governante (Saes 2010).

O segundo fator da corrosão da força eleitoral da UR consistiu na falta de um sólido modelo administrativo. Assim, de 1892 a 1893 três indivíduos se revezaram no cargo de presidente do partido.<sup>18</sup> Tratava-se, pois, de uma época em que não havia uma liderança dotada da legitimidade necessária para manter coeso o grupo de correligionários da agremiação. Nesse contexto, o partido não possuía regras precisas para a realização de processos como a substituição de dirigentes. As mudanças de comando na UR foram realizadas sem ampla consulta aos filiados. Verifica-se, pois, que a participação dos correligionários em processos decisórios da UR foi circunscrita ao momento em que a grei organizou a sua primeira chapa de candidatos.

De fato, o modelo administrativo da UR era menos centralizado em relação àquele adotado pelos chefes liberais no fim dos anos 1880. Porém, foi somente nos últimos meses da sua existência que esse partido ambicionou aplicar um modelo mais detalhado de gestão de seus diretórios municipais. Dessa maneira, cumpre asseverar que, no Paraná do início da Primeira República, a ausência de uma sólida organização interna impediu que a oposição tivesse um grupo cativo de eleitores. Essa ausência também impossibilitou o a formação de um quadro estável de dirigentes municipais da grei. A ausência de relevante base eleitoral permitiu que os adversários da UR conquistassem, em 1892, a maior parte das vagas para o Congresso Constituinte do estado (*A República*, 29 de janeiro de 1892, 2).

O desenvolvimento da análise sobre a atividade eleitoral da UR requer a atenção ao resultado do pleito, ocorrido em 1892, para uma vaga de senador pelo Paraná. A relevância desse resultado reside no fato de que nele é discriminada a votação recebida pelos candidatos nos municípios.

Tal análise permite evidenciar, de um lado, as cidades que permaneceram sob a influência política da UR após essa agremiação perder o domínio do Governo do Estado. De outro lado, ela possibilita corroborar a afirmação de que nesse contexto havia, nos municípios interioranos, uma disputa equilibrada entre as duas agremiações existentes no estado. Ou seja, o predomínio eleitoral do PR não se consolidou imediatamente após a perda de espaço da UR nas instituições políticas.

---

<sup>18</sup> Em 1892, Generoso Marques foi substituído no comando da UR pelo bacharel Francisco da Cunha Brito (*A República*, 21 de junho de 1892, 2<sup>o</sup>). Em 1893, por fim, o médico João de Meneses Dória assumiu o controle do partido (*A República*, 15 março de 1893, 2).

---

**Sandro Aramis Richter Gomes | Transição política e formação de um partido estadual de oposição: a composição social do núcleo dirigente e o desempenho eleitoral da União Republicana (Estado do Paraná, 1890-1895)**

A execução desta análise permite evidenciar que não era incomum, nos anos 1890, que um partido de oposição conseguisse o respaldo do eleitorado de municípios interioranos. Atente-se, assim, às informações da Tabela 1.

<b>Município</b>	<b>Região do Estado do Paraná</b>	<b>Votação de Ubaldino do Amaral Fontoura (Partido Republicano)</b>	<b>% da votação do candidato eleito</b>	<b>Votação de Manuel Alves de Araújo (União Republicana)</b>	<b>% da votação do candidato não eleito</b>
Ambrósios	Primeiro planalto	105	75	35	25
Antonina	Litoral	188	56,2	147	43,8
Assungui de Cima	Primeiro planalto	62	49,6	63	50,4
Bocaiúva do Sul	Primeiro planalto	133	58	96	42
Campina Grande do Sul	Primeiro planalto	103	52	95	48
Campo Largo	Primeiro planalto	263	57	200	43
Castro	Segundo planalto	278	62	171	38
Colombo	Primeiro planalto	89	49,8	90	50,2
Conchas	Segundo planalto	82	37,2	139	62,8
Curitiba	Primeiro planalto	870	59,3	528	40,7
Entre Rios	Terceiro planalto	67	60	45	40
Guarapuava	Terceiro planalto	285	52,8	254	47,2
Guaraqueçaba	Litoral	50	53	44	47
Guaratuba	Litoral	21	35,6	38	64,4
Iguaçu	Primeiro planalto	88	53,3	77	46,7
Imbituva	Segundo planalto	130	71,5	52	28,5
Lapa	Primeiro planalto	581	65,8	302	34,2
Morretes	Litoral	130	45,7	154	54,3
Palmeira	Segundo planalto	182	56,1	142	44,9
Paranaguá	Litoral	351	72,3	134	27,7
Piraí do Sul	Segundo planalto	93	73,2	34	26,8
Piraquara	Primeiro planalto	90	55,3	73	44,7
Ponta Grossa	Segundo planalto	131	52,9	117	47,1
Porto de Cima	Litoral	207	82,4	44	17,6
Rio Negro	Segundo planalto	88	25,5	258	74,5
São João do Triunfo	Segundo planalto	88	44,7	109	55,3

São José dos Pinhais	Primeiro planalto	176	45,5	211	54,5
Serro Azul	Primeiro planalto	113	59,5	77	40,5
São Luiz	Segundo planalto	65	62	40	38
Tietê	Primeiro planalto	51	36,7	88	63,3
Votuverava	Primeiro planalto	80	42,7	107	57,3

**Fig. 3:** Desempenho eleitoral dos candidatos ao Senado Federal pelo Estado do Paraná em 1892. **Fonte:** *A República* 21 de junho de 1892, 2.

O estudo da Tabela 1 permite fundamentar a terceira constatação desta seção. Tal constatação afirma que as cidades do interior do Paraná, sobretudo aquelas localizadas no primeiro planalto, eram o principal reduto eleitoral do partido oposicionista, no início dos anos 1890. Cumpre mencionar que, em um contexto marcado pela ascensão política do PR, a UR conseguiu que o seu candidato a senador vencesse em dez de um total de trinta e um municípios. Ao mesmo tempo, de um total de vinte e um colégios eleitorais em que foi derrotada pelo PR, a UR conseguiu obter em treze ao menos 40% dos sufrágios.

Os reveses experimentados por essa grei não esfacelaram por completo a sua base de apoio em municípios interioranos. As informações presentes na Tabela 1 evidenciam que em todas as quatro regiões do Paraná houve cidades nas quais a UR obteve uma votação próxima àquela angariada pelos situacionistas. A força eleitoral dessa grei não estava concentrada em apenas uma região. Em três regiões do estado, houve municípios que concederam ao candidato oposicionista mais de 60% dos votos.

De outra parte, convém destacar que o candidato a senador pela oposição venceu o postulante governista no município litorâneo de Morretes, o qual era o reduto eleitoral de uma antiga liderança do Partido Liberal, o negociante ervateiro Joaquim José Alves (1834-1905) (Alves 2014). Tal informação consiste em um indício de que a manutenção de conexões políticas com chefes liberais de áreas distantes da capital do estado permitiu que a UR preservasse, ainda que de forma limitada, uma influência eleitoral após seu afastamento do Governo do Estado.

A quarta constatação, por fim, diz respeito à vida interna dos primeiros dois partidos criados no Paraná republicano. Assim, cumpre salientar que a candidatura de Manuel Alves de Araújo (1836-1908) ao Senado evidenciou a inclinação da UR para conferir oportunidades de ação política a indivíduos que haviam pertencido ao Partido Liberal. Tal candidato fora presidente da Assembleia Provincial do Paraná (1864-1865), deputado geral nos decênios de 1870 e 1880, e ministro da Agricultura (1882) do Gabinete comandado pelo senador liberal Martinho de Campos

(Brasil 1968). No contexto posterior à saída da UR das instituições políticas estaduais, os dirigentes da grei continuaram a propiciar a políticos veteranos as condições de permanecerem ativos no jogo eleitoral.

Na UR, a participação dos correligionários em processos decisórios não foi acompanhada pela emergência de um grupo de políticos sem vínculos prévios com agremiações partidárias. Ao mesmo tempo, há evidências de que depois da derrocada da grei, em fins de 1891, o governo do partido assumiu um aspecto mais centralizado.<sup>19</sup> Em tal cenário, antigas lideranças liberais, a exemplo de Manuel de Araújo, obtiveram a oportunidade de tentar recuperar a influência que exerceram no cenário partidário regional. De outra parte, a candidatura de Ubaldino do Amaral ao Senado evidencia que, em 1892, os republicanos históricos continuavam a exercer relevante influência na vida interna do partido governista.

### **A reformulação do modelo administrativo da UR: o projeto de formalização das interações entre as unidades locais do partido**

O estudo das diretrizes administrativas da UR requer o conhecimento do contexto político em que foram elaboradas. A atenção a esse contexto possibilita evidenciar que os dirigentes do partido buscaram disciplinar a vida interna da grei no momento posterior à perda de sua força eleitoral no estado. Assim, o propósito de consolidar um modelo mais regrado de gestão partidária foi enxergado como a etapa inicial da recuperação da relevância política da agremiação.

O ano de 1895, época da elaboração de tais diretrizes, foi o momento em que o PR conseguiu se afirmar como a agremiação predominante do Paraná. Esse partido governista, contudo, ainda não havia elaborado as suas diretrizes administrativas. Tal elaboração ocorreu em fins de 1896 (*A República*, 6 de novembro de 1896, 1).<sup>20</sup> Era mais urgente para os membros da oposição formular regras destinadas a permitir que o diretório central e as unidades municipais da UR retomassem as suas atividades e funcionassem de modo contínuo.

---

<sup>19</sup> Nos anos de 1892 e 1893, época em que ocorreram as mudanças no comando da UR, esse partido ainda não possuía uma precisa divisão de tarefas entre os integrantes de seu núcleo dirigente. Havia, no diretório central, um presidente e alguns membros efetivos. Em 1893, por exemplo, o citado Meneses Dória tornou-se o líder maior da agremiação (*A República*, 15 de março de 1893, 3). Portanto, a passagem do Império para República não promoveu imediata alteração na concepção de gestão partidária dos remanescentes do Partido Liberal paranaense. Essa mudança foi gradual. A primeira etapa da mudança consistiu em instituir a decisão colegiada para a escolha de candidatos. Conforme demonstrado na penúltima seção deste artigo, tal mudança se tornou mais acentuada quando ocorreu a formulação das diretrizes administrativas da grei.

<sup>20</sup> Nesse contexto, não foi apenas no Paraná que houve a formulação de diretrizes administrativas de partidos. Foi em 1896 que ocorreram, por exemplo, os debates para a construção de um modelo administrativo mais consistente para o Partido Republicano Fluminense (Ferreira 1994, 120-121). Em meados dessa década, os dirigentes do Partido Republicano Mineiro, de orientação governista, também se voltaram à tarefa de conceber precisas regras de funcionamento para a agremiação (Resende 1978, 166-167).

A Revolução Federalista perdurou de 1893 a 1895. Nesse contexto, o principal dirigente da UR, Generoso Marques, havia apoiado as forças do general revolucionário Gumercindo Saraiva, em detrimento das tropas federais enviadas ao Sul por determinação do presidente Floriano Peixoto.<sup>21</sup> A derrota dos revoltosos aprofundou o isolamento político em que se encontravam os dirigentes da UR, especialmente Generoso Marques.<sup>22</sup>

As atividades dessa agremiação foram retomadas depois do término do conflito. Após a pacificação do cenário político paranaense, Marques recuperou o controle sobre a gestão da UR. Ou seja, a grei voltou a ser controlada por uma antiga liderança do Partido Liberal. O recesso das atividades partidárias não foi sucedido pela renovação no quadro de lideranças da agremiação. De outra parte, o estudo da tentativa de reorganização da grei exige a leitura das bases administrativas apresentadas pelo núcleo dirigente da UR em 1895. Atente-se, pois, às seguintes diretrizes:

O Diretório Central na Capital do Estado.

Diretório em cada município.

Delegado de cada Diretório Municipal, representando este na Capital.

O Delegado não poderá representar mais do que um município.

Organização de chapas e apresentação de candidaturas, quer para o Congresso Estadual, quer para o Congresso Federal, resolvidas pelo Diretório Central com audiência dos delegados, que apresentarão poderes especiais do seu respectivo Diretório.— As questões locais serão resolvidas pelos respectivos Diretórios.

Cada Diretório se constituirá com um número de membros que a respectiva localidade julgar conveniente e o Central com cinco membros eleitos pelos Diretórios Municipais, que darão cada um 1 voto, em lista de 5 nomes.

Para constituírem o primeiro Diretório Central, os Delegados dos Diretórios se reunirão, na Capital, sob a presidência do mais velho, que convidará outro para secretário, e assim reunidos em sessão, apurarão os votos que houverem recebido dos seus Diretórios, lavrando em seguida uma ata e expedindo ofício de comunicação com a designação da hora, dia e lugar em que deverá ser instalado o Diretório Central.

Instalado o Diretório Central, este com audiência dos Delegados Municipais que atenderem ao convite que lhes será dirigido, estabelecerá as bases para os trabalhos dos Diretórios, que organizarão os seus regimentos internos de conformidade com eles (*A República*, 29 de janeiro de 1896, 1).

Há quatro aspectos a serem destacados acerca dessas diretrizes. Um aspecto é que os dirigentes da UR mantiveram o modelo de decisão coletiva para a escolha de candidatos. Eles preservaram o modelo adotado em 1890, o qual consistia na formação de um colégio de delegados oriundos dos municípios. Em meados dessa década, as antigas lideranças do Partido Liberal

---

<sup>21</sup> Tal Revolução foi uma guerra civil suscitada por opositores do governador Júlio de Castilhos, do Rio Grande do Sul. Todavia, os conflitos se estenderam pelos demais estados sulinos. A respeito das etapas e circunstâncias que levaram ao surgimento desse conflito (Sêga 2005; Vernalha 1984).

<sup>22</sup> Em virtude do seu apoio a Gumercindo Saraiva e da perda de apoio político em seu estado natal, Generoso Marques permaneceu exilado na cidade argentina de Buenos Aires durante o ano de 1894 (Marques 1941).

---

paranaense abandonaram, em definitivo, a prática de conceder a um chefe supremo a tarefa de confeccionar uma chapa de candidatos.

O segundo aspecto reside no fato de que, para os dirigentes da UR, a recuperação da força eleitoral da grei exigia o funcionamento regular de diretórios municipais. Um objetivo capital desses dirigentes era manter uma atividade permanente do partido por meio do apoio de lideranças políticas locais. O aumento da competitividade dos candidatos da UR demandava elevar o grau de formalização das atividades das unidades do partido existentes no interior do estado.

O terceiro aspecto é a autonomia administrativa conferida às lideranças municipais. A cúpula da UR não formulou um modelo unificado de governo de diretórios. Dessa forma, era admitido que existissem diferenças entre as unidades locais da grei no que concerne ao modelo de divisão de tarefas entre os correligionários. Ao mesmo tempo, em tais diretrizes os dirigentes da UR não previram realizar uma vigilância permanente sobre os trabalhos dos diretórios municipais.

O quarto aspecto, por fim, diz respeito à participação dos correligionários de cidades do interior no processo de escolha dos membros do diretório central do partido. Assim, foi extinto o modelo em que o chefe supremo governava de forma permanente e com amplos poderes o órgão central da agremiação. A partir da redação das bases, a conquista de uma autoridade sobre o partido dependeria da chancela de seus filiados.

Contudo, a formulação dessas diretrizes não foi sucedida pelo restabelecimento das atividades da UR. Tal agremiação foi extinta e os seus membros, a partir dos anos 1900, não se mantiveram articulados para combater o partido predominante. Em verdade, no fim do século XIX o senador Generoso Marques fundou outra grei oposicionista, denominada de Partido Republicano.<sup>23</sup> Porém, ela se dissolveu no ano de 1906.<sup>24</sup> Um dos fatores do desaparecimento dessa agremiação é que ela não atingiu um nível de competitividade suficiente para eleger seus candidatos. Um indício dessa baixa competitividade era o não lançamento de candidaturas para cargos do Poder Executivo, bem com a apresentação de chapas incompletas para os postos do Poder Legislativo.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Nessa época, a agremiação governista do Paraná adotava o nome de Partido Republicano Federal. De 1908 a 1909, utilizou a denominação de Coligação Republicana. Em março de 1909, escolheu o seu nome definitiva – Partido Republicano Paranaense (*A República*, 26 de março de 1909, 1).

<sup>24</sup> De modo análogo à UR, o Partido Republicano de Generoso Marques adotou formas coletivas de tomadas de decisão. Os processos decisórios do partido contavam com a participação de correligionários do interior do estado (*Diário da Tarde*, 24 de abril de 1899, 2). Houve, assim, nova recusa ao modelo administrativo que vigorou no Partido Liberal paranaense.

<sup>25</sup> Em 1903, o Partido Republicano não apresentou candidatos na disputa pelas quatro vagas de deputado federal pelo Paraná (*A República*, 14 de março de 1903, 1). Em 1905, por fim, essa grei lançou vinte candidatos no pleito pelas trinta vagas do Congresso Legislativo Estadual. Porém, elegeram apenas dez candidatos. A eleição desses candidatos foi possível porque os governistas decidiram não apresentar uma chapa completa. Ou seja, os situacionistas decidiram assegurar uma presença mínima dos seus adversários naquela instituição (*A República*, 2 de janeiro de 1906, 1).

---

## Adesão, oposição e abandono das lides partidárias: os destinos políticos de membros da cúpula da UR

As informações analisadas nesta seção estão contidas no Quadro 3. Tais informações permitem destacar que, após o ano de 1895, não houve a manutenção de conexões políticas entre os membros da cúpula extinta UR. Por outro lado, existiram semelhanças quanto aos trajetos políticos que eles percorreram ao longo da Primeira República. Atente-se, pois, ao seguinte Quadro.

Nome	Profissão	Município de residência	Filiação partidária (após 1895)	Total de cargos comissionados	Total de mandatos no Poder Legislativo	Total de mandatos no Poder Executivo
Bertoldo Adam	Auxiliar da Coletoria do Estado do Paraná	União da Vitória (PR)	Sem filiação	0	1	0
Fernando Machado Simas	Naturalista do Jardim Botânico	Rio de Janeiro (RJ)	Sem filiação	2	2	0
Francisco José Cardoso Júnior	Militar	Rio de Janeiro (PR)	Sem filiação	0	4	2
Generoso Marques dos Santos	Advogado	Curitiba (PR)	Partido Republicano Paranaense	0	12	1
Joaquim José Alves	Negociante	Morretes (PR)	Sem filiação	2	1	0
José de Freitas Saldanha	Negociante	Curitiba (PR)	Sem filiação	0	1	0
Jorge Hermano Meyer	Médico	Curitiba (PR)	Partido Republicano Federal	2	2	1
Jorge Marcondes de Albuquerque	Fazendeiro	Castro (PR)	Sem filiação	0	0	0
Manuel Correia de Freitas	Jornalista	Rio de Janeiro (RJ)	Coligação Republicana	1	3	0
Manuel Pedro dos Santos Lima	Médico	Lapa (PR)	Sem filiação	0	0	0

**Fig. 4:** Atuação política e profissional dos dirigentes da União Republicana (época da Primeira República).  
**Fontes:** *A República* (1889-1930); *Diário da Tarde* (1899-1930); *Diário do Comércio* (1891-1894); *O Dia* (1923-1930).

O estudo da atuação política e profissional dos dirigentes da UR no contexto posterior à dissolução do partido permite reconhecer a coexistência de três destinos. Um destino consistiu em abandonar as lides partidárias. Cumpre mencionar que os dirigentes originários do interior do Paraná não se consolidaram como lideranças políticas dos seus municípios de origem. Os mandatos

eletivos e os cargos comissionados que obtiveram foram exercidos no curso da primeira década republicana. A opção por se desligar formalmente dos partidos não significava, por certo, que os antigos dirigentes da UR ficaram alheios aos assuntos eleitorais.

Nesse âmbito, cumpre salientar o caso de Jorge Marcondes de Albuquerque (1842-1909). O principal momento de sua atuação política abrangeu a década de 1880, quando estava filiado ao Partido Liberal, e o início dos anos 1890, época em que pertenceu à UR. Nos anos seguintes à dissolução dessa grei, ele conseguiu conservar a sua condição de notável da vida política local. No município de Castro, as orientações que ele apresentava sobre temas políticos eram aceitas por uma parcela dos eleitores.

Em 1909, ao publicar o necrológio de Marcondes, o jornal *A República* salientou: “Embora com a nova forma de governo se tivesse afastado das lutas políticas, continuava a ser reconhecido por grande parte do eleitorado, que o acatava com respeitosa veneração, obedecendo incondicionalmente à [sua] orientação” (*A República*, 20 de janeiro de 1909, 1). Dessa forma, Marcondes capitalizou a experiência política que conquistou no Segundo Reinado e no limiar da Primeira República para manter sob o seu controle um séquito de correligionários. De todo modo, o grupo de dirigentes da UR ao qual ele pertencia não exerceu o controle sobre a gestão das instituições políticas e agremiações partidárias a partir dos anos 1900.

De outra parte, trata-se de destacar que o citado Bertoldo Adam não teve longa participação na vida partidária do estado. O seu momento de maior projeção no cenário político estadual foi circunscrito aos primeiros três anos do regime republicano. O fim das atividades do Congresso Estadual Constituinte de 1891 representou o desfecho do percurso político de Adam. Ao longo da Primeira República, ele mudou de profissão e de município. Nesse contexto, abandonou o comércio e ingressou no serviço público. Em 1920, Adam exercia, na cidade paranaense de União da Vitória, o cargo de Auxiliar da Coletoria Estadual (*A República*, 29 de março de 1920, 1).

Verifica-se, assim, que não prosperou a iniciativa de lideranças da oposição de se aproximar de europeus nacionalizados para ampliar o seu grupo de correligionários. Tais informações também permitem corroborar a afirmação de que foi apenas momentânea a aliança mantida entre os fundadores do primeiro partido de oposição do Paraná republicano.

O segundo destino dos dirigentes da UR foi o ingresso no partido situacionista do estado. Tal destino marcou a trajetória de Generoso Marques, o qual aderiu ao governismo em 1908. A filiação à agremiação predominante lhe assegurou sucessivas reeleições para os cargos de deputado estadual e de senador. Ao migrar para o campo da situação, ele conseguiu pertencer à cúpula do partido oficial (*A República*, 18 de janeiro de 1909, 1). O desenvolvimento de uma trajetória política

---

estável foi o principal benefício da vinculação de Marques ao grupo partidário controlado por seus antigos contendores.

O outro dirigente da UR que ingressou no partido governista, em 1908, foi o citado Manuel Correia de Freitas. No início dos anos 1910, contudo, ele se desligou do situacionismo estadual (Vanali 2017). Na maior parte do seu percurso político, Freitas não assumiu compromissos partidários. Desse modo, a inserção de antigos membros da UR na agremiação predominante do Paraná não significa que eles eram inclinados a tomar decisões conjuntas sobre os seus movimentos no jogo político. A dissolução da UR interrompeu a ação unificada de combate ao situacionismo estadual.

Por fim, a análise do destino político de Jorge Hermano Meyer (1861-1925) permite evidenciar que a disposição para realizar permanente oposição ao partido predominante do Paraná era peculiar a uma pequena parte dos dirigentes da UR. Manuel Correia de Freitas atuou como oposicionista sem manter vínculos duradouros com partidos políticos. Jorge Meyer, por seu turno, fundou uma agremiação oposicionista, em 1908, denominada Partido Republicano Federal. Essa grei foi extinta em maio de 1909. Tratava-se, pois, de um partido composto por políticos veteranos que eram egressos do situacionismo (*Diário da Tarde*, 31 de maio de 1909, 1). Ou seja, Meyer não conseguiu reabilitar suas conexões com os dirigentes da UR para formar um partido dotado de competitividade eleitoral e de elevado grau de enraizamento no interior do estado.

Nesse contexto, o Partido Republicano Paranaense conservou a supremacia sobre a vida eleitoral e as instituições administrativas do Estado. Um dos fatores da força eleitoral dessa agremiação era o fato de que tinha o apoio de parentelas que controlavam o jogo político de municípios de diferentes regiões do estado. Os dirigentes estaduais e os chefes locais dessa grei eram indivíduos que estavam ligados entre si em decorrência de antigas relações familiares (Goulart 2008; Oliveira 2001).

Nesse cenário, os partidos de oposição funcionavam como um refúgio temporário para que governistas decaídos pudessem permanecer politicamente ativos. Ou seja, as iniciativas de criação de partidos de oposição realizadas após a extinção da UR não originaram agremiações internamente organizadas. Ao contrário, a duração desses partidos era comumente limitada ao período de uma eleição.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> A última tentativa de formação de uma agremiação oposicionista no estado consistiu na criação do Partido Democrático Paranaense, em 1926. Composta por egressos do situacionismo estadual, essa grei foi extinta em 1927 (Granato 2018).

---

## Considerações finais

A historiografia referente ao jogo político de distintos estados brasileiros salienta que a vida partidária do início da Primeira República foi caracterizada pelo aspecto instável das alianças entre membros de partidos governistas. De outra parte, a abordagem proposta no presente trabalho consistiu em reconhecer os aspectos da organização interna de um partido estadual de oposição.

Nesse âmbito, há quatro resultados a serem destacados. Primeiro, cabe ressaltar que o primeiro partido de oposição surgido no Paraná republicano foi liderado por políticos veteranos que haviam pertencido ao Partido Liberal. Tal agremiação permitiu que liberais radicados na capital paranaense e em áreas interioranas permanecessem politicamente ativos. No início de seu funcionamento, a União Republicana respaldou, com sucesso, as pretensões eleitorais desses veteranos.

Esses antigos chefes liberais não aplicaram, na nova agremiação, o modelo de gestão partidária com o qual estavam habituados desde a época do Império. Eles não instituíram um modelo de gestão no qual a escolha de candidatos era uma atribuição de um chefe supremo. Ao contrário, tal escolha era derivada de uma decisão colegiada. Os resultados apresentados nesta investigação permitem afirmar que, no caso do Paraná, os remanescentes do Partido Liberal modificaram o seu entendimento sobre as formas de organização interna de um partido.

O segundo resultado afirma que o partido governista do Paraná não obteve, no princípio de seu funcionamento, o predomínio sobre a vida eleitoral do estado. Houve, ainda que por um breve período, uma efetiva polarização entre a oposição e a situação. Desse modo, foram os oposicionistas que conseguiram o controle das vagas da primeira legislatura do Congresso do Estado, em 1891. Nos dois anos seguintes à queda do Império, as antigas lideranças do Partido Liberal paranaense conservaram a sua influência eleitoral sobre determinadas regiões do estado, sobretudo o primeiro planalto.

O terceiro resultado afirma que a eleição de deputados estaduais pela UR não foi sucedida pela formação de uma estável base eleitoral. A agremiação não possuía a organização interna necessária para consolidar a sua presença nas quatro regiões do Paraná. A força eleitoral dessa grei declinou quando o PR assumiu o controle o Governo do Estado. Foi apenas em 1895, às vésperas de sua dissolução, que a UR formulou um plano direcionado a reorganizar seu modelo administrativo e obter maior apoio das lideranças políticas dos municípios. Nessa época, porém, o PR já se tornara a agremiação predominante.

O quarto resultado, por fim, comporta a afirmação de que os dirigentes da UR não fizeram parte de uma geração de políticos marcados pela duradoura aliança na vida partidária. Assim, a

---

extinção da grei foi sucedida pela dispersão de percursos políticos. Após o ano de 1895, os remanescentes da UR ocuparam posições diferentes no quadro partidário. Os dirigentes que continuaram no campo oposicionista não estabeleceram uma aliança entre si na tentativa de enfrentar os situacionistas. Por outro lado, o fato de alguns dos integrantes da UR terem migrado para o grupo governista não é uma evidência de que atuaram juntos na vida política. Esses adeptos do governismo eram diferentes entre si em virtude do tempo que permaneceram vinculados ao partido predominante. Eles também se distinguiam em decorrência da maior ou menor proximidade com as lideranças situacionistas.

### Referências bibliográficas

- Alves, Alessandro Cavassin. “A Província do Paraná (1853-1889): a classe política, a parentela no governo”. Tese de doutoramento, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2014.
- Antonacci, Maria Antonieta. *RS, as oposições e a Revolução de 23*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- Arruda, Larissa Rodrigues Vacari de. *Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses (1892-1906)*. São Carlos: Ed. da UFSCar, 2015.
- Barbosa, Luciano Senna Peres. *Viva o povo de Juiz de Fora: eleições e estratégias discursivas na Primeira República*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2013.
- Bilac, Maria Beatriz Bianchini. “As elites políticas de Rio Claro: um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista”. Tese de doutoramento, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- Boehrer, George. *Da Monarquia à República: história do Partido Republicano*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- Brasil. *Dados biográficos dos ministros*. Brasília: Serviço de Documentação do Ministério dos Transportes, 1968.
- Camelucci, Anderson Luís. “Crise monárquica e experiências de República no município de Franca (1880-1906)”. Dissertação de Mestrado, Franca, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, 2008.
- Castro, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- Charle, Christophe. “A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas”. Em *Por outra história das elites*, org. Flávio Heinz, 115-137. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- Casalecchi, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Chacon, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Ed. da UnB, 1981.
- Corrêa, Amélia Siegel. “Imprensa e política: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX”. Dissertação de mestrado, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2006.
-

Dantas, José Ibarê. *Os partidos políticos em Sergipe, 1889-1964*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Fernandes, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo: Humanitas, 2008.

Ferreira, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994.

Figueiredo, Vítor Fonseca. “Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais”. Tese de doutoramento, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

Franco, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

Goulart, Mônica Helena Harrich Silva. “Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930)”. Tese de doutoramento, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2008.

Granato, Natália Cristina. “O Partido Democrático Paranaense de 1927 a 1930: um estudo de capitais familiares e sociais de seus dirigentes”. *Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses*, 1, n. 4 (2018): 36-55. <https://doi.org/10.5380/nep.v4i1.60211>

Hollanda, Cristina Buarque de. *Modos de representação política na Primeira República*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.

Lenzi, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

Levi-Moreira, Sílvia. “Liberalismo e democracia na dissidência republicana paulista: estudo sobre o Partido Republicano Dissidente de São Paulo, 1901-1906”. Tese de doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1991.

Marques, Enéas. *Generoso Marques*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1941.

Martiny, Carina. “Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município: constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)”. Dissertação de mestrado, São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

Montenegro, Abelardo. *Os partidos políticos no Ceará*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1980.

Oliveira, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

Pinto, Surama Conde Sá. *Só para iniciados: o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

Prado, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática, 1986.

Resende, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1982.

Ricci, Paolo, e Zulini, Jaqueline Porto. “Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República”. *Dados*, 57, n. 2 (2014): 443-479. <https://doi.org/10.1590/0011-5258201414>

---

Saes, Guillaume Azevedo Marques de. “O Partido Republicano Paulista e a luta pela hegemonia política (1889-1898)”. Em *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, org. João Ricardo de Castro Caldeira, e Nilo Odália, 189-206. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. Vol. 2. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

Sampaio, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Ed. da UFBA, 1978.

Sêga, Rafael Augustus. *Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

Souza, Lucas Massimo Tonial Antunes de. “A profissionalização da oligarquia no Brasil: um estudo sobre a estrutura da carreira política de senadores na Primeira República”. Tese de doutoramento, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2018.

Stone, Lawrence. “Prosopografia”. *Revista de Sociologia e Política*, 19, n. 39 (2011): 115-137. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>

Valente, Sílvia Maria Pazello. *A presença rebelde na cidade sorriso: contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

Vanali, Ana Christina. “Ao povo paranaense: a vida do cidadão Manoel Correia de Freitas”. Tese de doutoramento, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2017.

Vernalha, Milton Miró. *Maragatos X Pica-paus*. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1984.

Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

Zulini, Jaqueline Porto. “Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930”. Tese de doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016.

\*\*\*

Recebido: 11 de agosto de 2019

Aprovado: 14 de outubro de 2019

**O liberalismo e o capitalismo no Portugal do século XIX: expectativas e decepções**

*Liberalism and capitalism in Portugal in the nineteenth century: expectations and disappointments*

*El liberalismo y el capitalismo en el Portugal del siglo XIX: expectativas y engaño*

Rodrigo do Prado Bittencourt\*

<http://orcid.org/0000-0003-0099-5098>

RESUMO: Este artigo busca analisar a implantação do Liberalismo em Portugal após a guerra civil fratricida e o avanço paulatino do modo de produção capitalista. O Liberalismo gerou expectativas de liberdade, justiça e igualdade – aspirações de cunho iluminista – que o capitalismo frustrou, graças à sua produção de desigualdade social, à corrupção do poder público por influência do poder econômico e à pressão sobre as instituições responsáveis pela ordem pública no sentido da repressão de manifestações contestatórias do *status quo*. Assim, assistiu-se a uma maior centralização do poder, a um crescimento do Estado e à formação uma sociedade ainda mais injusta economicamente, em prejuízo dos mais pobres.

Palavras-chave: Portugal. Liberalismo. Capitalismo. Concentração de Renda. Centralização Estatal.

ABSTRACT: This article seeks to analyze the implementation of Liberalism in Portugal after the fratricidal civil war and the gradual advance of the capitalist mode of production. The Liberalism generated expectations of freedom, justice and equality – Enlightenment aspirations – that capitalism frustrated thanks to its production of social inequality, its government corruption under the influence of economic power and its pressure on the institutions responsible for public order in the sense of repression of demonstrations contesting the *status quo*. Thus, there was a greater

---

\* Doutor em Literatura de Língua Portuguesa: Investigação e Ensino pela Universidade de Coimbra. Possui formação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e se dedica ao estudo da Literatura a partir de um olhar sociológico. Tem mais de 30 artigos publicados em seis países (Alemanha, Brasil, Chile, Estados Unidos, França e Portugal), dedicando-se sobretudo ao estudo de Portugal no século XIX e da obra de Eça de Queirós. E-mail: [rodrigopbittencourt@gmail.com](mailto:rodrigopbittencourt@gmail.com)

---

centralization of power, a growth of the State and a society more economically unfair, to the detriment of the poorest.

Keywords: Portugal. Liberalism. Capitalism. Income Concentration. State Centralization.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la implantación del liberalismo en Portugal después de la guerra civil fratricida y el avance gradual del modo de producción capitalista. El liberalismo ha generado expectativas de libertad, justicia e igualdad – aspiraciones iluministas – que el capitalismo ha frustrado, gracias a su producción de desigualdad social, a la corrupción del poder público por la influencia del poder económico y a la presión sobre las instituciones responsables por el orden público para represión de manifestaciones contestadoras del *status quo*. Por lo tanto, hubo una mayor centralización del poder, un crecimiento del estado y la formación de una sociedad aún más injusta económicamente, en detrimento de los pobres.

Palabras clave: Portugal. Liberalismo. Capitalismo. Concentración de Ingresos. Centralización Estatal.

### Como citar este artigo:

Bittencourt, Rodrigo do Prado. “O liberalismo e o capitalismo no Portugal do século XIX: expectativas e decepções”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 288-311.

\*\*\*

### A implantação do Liberalismo

O Liberalismo, ao contrário do que talvez se possa pensar, à primeira vista, não conduz o país a um arrefecimento da dominação estatal, mas aprofunda-a, instaurando em Portugal o Estado efetivamente moderno, nos moldes criados pela Revolução Francesa, pretensamente impessoal, burocrático, legalista, democrático e fortemente centralizado. Dizem a este respeito Ribeiro e Vargues: “A vitória liberal em Portugal foi também (aconteceu com outras revoluções liberais, a francesa, por exemplo) a vitória da centralização” (Ribeiro; Vargues 1998, 191).

Tem-se, assim, um Estado cada vez mais forte e que se dedica a uma gama de responsabilidades cada vez maior. Este Estado tem um corpo de funcionários cada vez mais eficaz, porque escolhidos mais em função de sua competência na área de atuação que graças ao seu parentesco ou amizades. O favorecimento pessoal, assim, dá lugar à qualificação, medida por meio de concursos públicos. Tem-se, com isso, a capacidade de ampliar o escopo das ações do Estado, que interfere e controla cada vez mais as vidas dos indivíduos e grupo sociais.

Como é o trabalho sóbrio e eficiente que passa a ser agora exigido do membro do Estado — e não mais sua lealdade a quem o indicou — até mesmo o gestual e a indumentária deste funcionário público tendem a mudar. A elegância do cortesão desaparece para dar agora lugar à sobriedade prática do burguês. Isso se dá em correspondência com a base política destes funcionários e estadistas, cada vez mais ancorada na crescente burguesia de classe média e cada vez menos pautada pelos interesses dos altos dignitários da Coroa. Assim, quanto mais dependente de um eleitorado burguês, mais estas características de sobriedade e profissionalismo tendem a se aperfeiçoar. O Setembrismo é um bom exemplo desta nova ética e da nova estética que cerca agora o Estado Liberal. Seus membros levarão mais a sério que ninguém estes pressupostos, em Portugal:

Surgia um estilo novo, democratizante, que se transmitia através da linguagem corporal, oral e escrita dos intelectuais e políticos do setembrismo. Precisamente os homens do primeiro Ministério setembrista (Passos Manuel, Vieira de Castro, Sá da Bandeira) cultivavam a simplicidade no traje, a modéstia nos hábitos de vida, a informalidade na linguagem. Num mesmo sentido se orientavam as preocupações dos membros do Conselho da Coroa, que pretendiam modificar a legislação tanto no fundo como na forma — a leitura, no exílio, das modernas leis francesas e inglesas mostrara-lhes como era pesado e massudo o estilo das nossas, escritas segundo «o chavão cediço das velhas secretarias». Garrett, então convidado para redigir muitos dos documentos oficiais, seria também aquele que, na literatura, ia lançar o estilo coloquial e directo.

[...]

De notar que a referida simplicidade no traje e modéstia nos hábitos de vida traduziriam uma atitude política adequada em homens de um partido que se apoiava nas classes médias e, muito particularmente, nas classes industriais, às quais escandalizava o luxo ostentatório de importação (Santos 1979, 73-74).

Vê-se a disputa entre a simplicidade burguesa e o luxo e a ostentação da nobreza. O Setembrismo foi liderado pela burguesia mais revolucionária e “pura”, contra a aristocracia e a alta burguesia da área do comércio exterior (o import/export mencionado por Manuel Villaverde Cabral). Seus intelectuais eram pequeno-burgueses. Tem-se, assim, a penetração cada vez maior da burguesia nos meandros do poder. Ela, que já exercia considerável, e crescente, poder econômico. Isso gera profundas transformações históricas e sociais. Como se viu anteriormente, o Estado Absolutista era um forte aliado da aristocracia e governava de acordo com os princípios econômicos e financeiros que a ela interessavam. A burguesia deseja o poder justamente para se opor a estes princípios e gerar profundas transformações no país. Este já era um desejo antigo da classe burguesa. Assim, compreende-se a afirmação de que “O liberalismo econômico antecedeu em Portugal o liberalismo político” (Ribeiro; Vargues 1998, 195).

## O desenvolvimento do capitalismo

Deve-se identificar, portanto, o triunfo do Liberalismo com o triunfo da burguesia. São dois processos distintos, mas associados: um político; o outro social e econômico. Processos que

---

não decorrem sem reveses e contradições. A verdade, entretanto, é que, ainda que gradualmente, eles se encorpam e transformam a realidade histórica portuguesa. O momento em que estas transformações se consolidam e ganham maior fôlego se dá em meados do século, com a Regeneração. Momento em que já não há mais os conflitos dinásticos e fratricidas entre D. Pedro IV e D. Miguel, as revoltas populares perdem intensidade e alcance político e a Carta se estabelece de modo definitivo, com suas sucessivas revisões e alterações, mas sem uma contestação radical à sua existência e aplicação. Momento, ainda, em que as distintas facções encontram um estado de equilíbrio que permite uma alternância pacífica no poder, sem a necessidade de se recorrer às armas e aos golpes de Estado e que o ideal republicano se arrefece ou se mistura à própria monarquia constitucional (Ramos, 2007).

Assim, as condições de estabilidade e de consumação da vitória Liberal e de seu corpo de leis e princípios filosóficos contribuiu para uma condição de incentivo estatal ao capitalismo. De modo que Oliveira Martins afirmará, em célebre frase, ser a Regeneração “o nome português para do capitalismo” (Martins s/d, Vol. II 224).

J. Amado Mendes chama a atenção, entretanto, para o caráter político do período regenerador, embora ele tenha ficado marcado por seus aspectos econômicos, após a difusão da fórmula lapidar de Oliveira Martins. Com efeito, como se tentou colocar, acima, não se trata apenas de uma consolidação social e econômica, mas também institucional, jurídica e política. Assim, argumenta Mendes: “Sob o ponto de vista político, foi com a Regeneração que o liberalismo atingiu a sua maturidade, ao criar e desenvolver um condicionalismo favorável ao pleno funcionamento das instituições políticas, no quadro da Carta Constitucional de 1826” (Mendes 1998, 274). Trata-se, portanto, de um momento em que o país alcança a ordem e as instabilidades e conflitos armados chegam ao fim; momento também em que são aceitas as instituições políticas e as leis e em que o poder é buscado dentro deste quadro legal e não fora dele, na instauração por meio da força de uma nova constituição ou um novo governante. A estabilidade é marcante, sobretudo, nos períodos de 1851-1868 e 1871 a 1890 (Matos 2002, 123); contrastando, às vezes, com profundas turbulências internacionais, como a Guerra Franco-Prussiana e a Comuna de Paris, a Unificação Italiana, os sucessivos conflitos nos Bálcãs, a guerra civil nos Estados Unidos da América, etc.

O século XIX é, pois, o século do triunfo da burguesia liberal em Portugal e, conseqüentemente, do capitalismo. Triunfo sobre a aristocracia e o Antigo Regime, cujas condições de existência e de fortalecimento impedem e atravancam o desenvolvimento capitalista, devendo, portanto, serem destruídas pela burguesia para que esta tenha sucesso. Isso levará à implantação e consolidação de uma estrutura política que sirva de apoio a esta classe e atenda às suas demandas.

---

O desafio da burguesia portuguesa para implantar o capitalismo é vencer a aristocracia e submeter o campesinato, o que coaduna com as análises, acima descritas, de Quental e Yu Lin sobre os séculos XV-XVIII:

[...] dadas as sérias limitações de expansão externa, o problema que se vai pôr às fracções da classe possidente portadoras do MPC em Portugal é o desalojamento da aristocracia fundiária tradicional, passagem necessária não só para a apropriação, por parte do capital mercantil, da renda fundiária e sua transformação progressiva em «renda capitalista», como para o próprio incremento da expropriação do campesinato, condição, simultaneamente, da formação de uma força de trabalho disponível para o trabalho assalariado e do mercado interno (Cabral 1976, 112).

Na tentativa de vencer a aristocracia e alijá-la do poder, a burguesia, busca ter acesso àquele que, como já se disse, acima, é o principal meio de produção do país, então: a terra. Para isso, ela apoiará, e até mesmo pressionará o Estado para golpear mortalmente o poder temporal da Igreja Católica em Portugal, levando a leilão os bens das ordens religiosas. Algo que serve ao propósito burguês de amealhar riquezas e competir com a aristocracia no domínio da produção agrícola e pecuária e na especulação imobiliária. Ao mesmo tempo em que serve aos propósitos do Estado de centralização e domínio exclusivo do país. Além de desarmar os inimigos do Estado Liberal, ela agrada aos seus seguidores, deve-se ressaltar. Ter força para fazê-lo também é prova de força estatal. Força que foi preciso conquistar por meio da guerra civil.

A desamortização dos bens “de mão-morta” constitui, portanto, um golpe ao poder social que apoiou o Absolutismo e D. Miguel e mesmo participou ativamente dos combates armados entre liberais e miguelistas. Se o Estado Liberal não podia atacar de modo tão incisivo a aristocracia, até porque era apoiado por parte dela, ele avança sobre o poder temporal da Igreja Católica, na busca de se consolidar enquanto único dominador efetivo dentro do território português. Afinal, ela constitui, no início do século XIX, uma força política notável, dotada de uma intensa capilaridade e muita influência, sobretudo nas zonas rurais e pequenas localidades urbanas. Vencer a instituição eclesiástica preponderante, assim, faz-se necessário para que a voz do Estado possa se fazer escutar acima de toda e qualquer outra voz.

O que se verá com o passar do tempo é a tentativa por parte do Estado de cooptar o clero para seu projeto político, de modo a utilizar sua influência em prol dos candidatos do governo, em época de eleição. *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós, atesta este uso da religião com fins eleitorais e demonstra como a função do sacerdote, após a vitória do Liberalismo, acaba por, na prática, passar pela defesa da ordem por meio do apoio a candidatos desejosos de manter o status quo. O confessor e a influência sobre as mulheres têm aí capital importância. A obra de Eça mostra-o muito bem. Cotejando-a com as análises históricas, vê-se que não há grande disparidade

---

entre o universo ficcional da Leiria de padre Amaro e a realidade histórica das cidades pequenas, aldeias, vilas e zonas rurais portuguesas de então.

Para isso, no entanto; para submeter assim a influência eclesiástica, fez-se necessário subjugar o clero, que até a desamortização contava com a conjugação das influências sociais-ideológicas e econômicas. O cura não era apenas aquele que tinha poder sobre a vida após a morte, bem como, enquanto patrão e proprietário, decidia sobre a vida cá deste mundo. Assim, contra força tão poderosa, não podia o Estado competir. Era preciso combatê-lo. A desamortização vem neste sentido.

Se não era interessante nem mesmo ao Estado a abolição da religião, freio social capaz de acalmar os ânimos revoltosos e ensinar a disciplina e a submissão, era, todavia, interessante uma religião que pudesse atuar em conluio com o Estado; mas nunca contra ele. A independência do clero deveria ser combatida e o padroado, neste contexto, torna-se importante instituição de controle social e de fortalecimento do Estado centralizado e liberal.

Paralelo a este componente político, há, como já se mencionou, o aspecto econômico da desamortização, que contribuiu para a burguesia enriquecer-se e ter acesso à terra. Afinal, após esta medida a concentração fundiária não diminuiu, como se prometia, pois os maiores beneficiários com o leilão dos bens do clero foram a burguesia enriquecida e a aristocracia.

1/10 dos compradores adquiriu mais de metade dos lotes arrematados e pagou perto de  $\frac{3}{4}$  do montante total de arrematação; os 63 maiores compradores em valor de arrematação (3,4%) são responsáveis pelo pagamento de metade do montante total produzido pela venda dos bens nacionais em todo o período analisado. Entre os maiores compradores em volume de arrecadação situam-se muitos nomes sonantes da época: os 20 maiores (que constituem 1% do total de arrematantes e pagaram cerca de um terço do valor global da arrematação) são membros da classe política, elementos da nobreza e da alta burguesia, grandes negociantes e proprietários conhecidos.

[...]

Embora as médias de lotes por comprador fossem variáveis de distrito para distrito, em todos se assistiu a uma forte concentração das compras num punhado reduzido de compradores mais ou menos favorecidos — o que é particularmente válido para os distritos do interior e ou de mais acentuada ruralidade. [...]

A nobreza e a classe média foram, indiscutivelmente, os dois grupos mais favorecidos: a primeira adquiriu os prédios mais valiosos no preço e no tipo; a segunda foi responsável pelo pagamento da maior parte dos lotes e do valor da arrematação (Silva 1998, 302).

A desamortização favoreceu o capitalismo, a concentração de riqueza e a derrocada dos partidários do absolutismo. O privilégio da nobreza e do clero perdeu muito de seu valor e a burguesia teve acesso ao que antes lhe era vedado e constitui mesmo o cerne do poder das classes dominantes do Antigo Regime: a terra. Mas não a conquistou para usá-la do mesmo modo que estas classes retrógradas. É também com o intuito de implantar um modo capitalista de produção agropecuária que a burguesia adquiria terra, não apenas como fonte de renda e prestígio. Ao longo

---

do século, a produção capitalista para a exportação em grandes propriedades florirá em muitos locais do país, sobretudo no Sul, e chegará ao seu auge com a importação de técnicas e maquinários estrangeiros. Doenças, secas, o aumento dos salários no campo e a concorrência externa, porém, não possibilitarão a Portugal um domínio internacional nesta área.

Um dos objetivos que se pensava atingir com a desamortização era o pagamento da dívida. Esta medida, entretanto, esteve longe de consegui-lo; arrecadando pouco mais que dez por cento da dívida pública. O Liberalismo não trouxe o fim dos empréstimos e do endividamento estatal. A própria guerra civil não se fez senão com dinheiro estrangeiro. A venda dos “bens de mão morta” consistia uma esperança. Agora, perdida. Tampouco a maior equidade social se alcançou, uma vez que o problema da concentração fundiária não foi superado.

Oliveira Martins denuncia a ideia de que a nação enriqueceu-se. Para ele, os ganhos são ilusórios, pois não estão amparados em atividades produtivas. Tem-se, agora, com efeito, o capitalismo, mas não o capitalismo produtivo e dinâmico de países como França e Inglaterra. A busca por privilégios, o ócio e a falta de capacidade gestora parecem minar as potencialidades nacionais. Pouco produtiva, sem criatividade e gerindo uma massa de trabalhadores pouco preparada, a burguesia que chega ao poder não fará de Portugal uma nação industrial moderna. Faltam as características que Oliveira Martins elenca, na frase que serve de epígrafe ao artigo: “juízo, saber, educação adquirida, tradição ganha, firmeza de governo e inteligência no capital”. Assim, as remessas de dinheiro enviadas pelos emigrantes portugueses em terras estrangeiras, sobretudo no Brasil, constituem ainda uma importante fonte de riqueza nacional:

É uma fonte de riqueza anormal. Com efeito, desde que as nossas guerras civis acabaram, desde que por outro lado a independência do Brasil se consolidou, a emigração e a repatriação funcionando regularmente, deram um fluxo considerável de dinheiro. Junte-se-lhe o que entra por via de empréstimos ao Tesouro, e teremos as principais causas do enriquecimento relativo da Nação, se nos lembrarmos também das leis que desamortizaram o resto da mão-morta e aboliram os vínculos (Martins s/d, vol. II 302).

Um país não pode basear sua riqueza em empréstimos estrangeiros: em algum momento eles deverão ser quitados. Além disso, constituem uma riqueza ilusória, se não forem muito bem aplicados, pois são acompanhados de juros e só são benéficos quando o lucro que permitem ao país, por meio dos investimentos feitos, supera, ainda que apenas em longo prazo, o montante a ser pago.

Tampouco se pode viver dos benefícios de algo único como a desamortização. Afinal, o país não poderá estar a confiscar bens privados para leiloá-los. A não ser que venda tudo para os estrangeiros, em breve não haverá mais o que confiscar. Isso sem mencionar o caráter político peculiar de uma ação destas; que não pode repetir-se facilmente sem revoltas e conflitos. É preciso

---

mesmo lembrar que a venda dos bens da de “mão-morta” esteve ligada diretamente à guerra civil e à participação do clero nela.

Por fim, um país não pode viver do que recebe dos emigrados. Se for assim, a riqueza do país consistirá em seu abandono completo, em sua transformação em um campo despovoado, entregue aos animais ou a quem quer que o queira para si e tome posse da terra. O que seria absurdo. Ainda assim, estas remessas vindas do exterior se tornaram muito importantes para Portugal, no século XIX. Afinal, em um dos momentos mais difíceis para sua economia neste século (da Revolução do Porto até a Regeneração), o Brasil expandia suas exportações de café, buscando mais mão de obra:

Estima-se que cerca de 75.000 escravos desembarcaram por ano nas Américas no final do século XVIII. A expansão do açúcar em Cuba, do algodão nos EUA e do café no Brasil, na primeira metade do século XIX, elevou vertiginosamente este quantitativo que quase havia duplicado em 1840 (135000 escravos)<sup>2</sup>. No Brasil, como se sabe, com a independência não diminuiu o afluxo de mão-de-obra escrava, bem pelo contrário, a expansão do café veio a intensificar a procura. De 1820 a 1850, calcula-se em 1.100.000 o número total das entradas (Pereira, 2009, s/p).

A mão de obra escrava dará lugar, ao longo da segunda metade do século, a trabalhadores europeus; muitos portugueses se beneficiarão, direta ou indiretamente, das riquezas do café. Outros vários irão para os Estados Unidos da América, que terá um ganho populacional substancial, durante todo o século XIX (Pereira, 2009). Uns e outros continuam a enviar dinheiro para suas famílias em Portugal.

Absurdas são, portanto, algumas dentre as fontes da riqueza momentânea de Portugal, em meados do século, antes da crise que antecedeu o século seguinte. Não é de se admirar, portanto, a revolta de Oliveira Martins diante daquilo que via ocorrer em seu país. E, com efeito, há motivos para a desilusão não apenas no aspecto econômico, mas também político.

A formação do Estado Liberal prometia o fim do favorecimento pessoal, do empenho, da corrupção, do autoritarismo e de outros males associados, na visão dos liberais, ao Absolutismo. Também se pensava que o investimento em Educação seria maciço e o analfabetismo erradicado, permitindo à população um maior controle sobre o Estado e mais liberdade diante da Igreja Católica, superando superstições crendices. Pensava-se também que esta melhoria na formação educacional traria avanços econômicos, diminuição dos crimes e uma agropecuária mais racional e mais capaz de lidar com as variações climáticas e doenças de animais e plantas. A própria saúde humana prometia melhorar, com o progresso capaz de erradicar os miasmas, remodelar as cidades e instruir a população sobre as práticas de higiene. Muito disso não passou de promessas ou só aconteceu em medida bem menor do que se esperava. A desilusão foi grande dentre aqueles que viam no Liberalismo a chance de salvar o país. Os que triunfaram foram os que desejavam apenas

---

o enriquecimento próprio e o poder. Alguns dentre os idealistas frustrados afastaram-se da vida pública. Outros aderiram aos vencedores.

Não é de se estranhar o fim dos ideais e avanço dos interesses puramente materiais: Engels e Marx dizem, n' *O Manifesto Comunista*, que a burguesia retirou os véus da exploração, mostrando cruamente sua face, perversa e devoradora (Engels; Marx, 1998). Também Portugal assiste à essa vitória do interesse. A centralização do Estado e a desamortização não ocorrem em prol do bem público, mas apenas para atender aos interesses mesquinhos daqueles que comandavam o país ou eram capazes de influenciá-lo.

Um Estado maior gasta mais e o aumento da dívida pública é a consequência mais “natural” que se pode esperar. Os déficits se sucedem, sem que os responsáveis por esta prodigalidade sejam jamais punidos por sua irresponsabilidade fiscal. A burguesia que gere as contas do Estado o faz sem a menor parcimônia. De um modo que jamais faria, se estivesse a gerir recursos próprios.

No conjunto do período, de 1851 a 1890, o percurso dos montantes das receitas, de acordo com os dados apresentados por Maria Eugénia Mata (1985), é nitidamente ascendente, não só em termos nominais como também — apesar da ausência de índices de preços de confiança — em termos reais. Naquele lapso de tempo, os montantes nominais passaram de 10 585 contos (1851-1852) para 38 316 (1890-1891), ou seja, multiplicaram-se quase por quatro.

A evolução das despesas mostra uma tendência nitidamente ascendente também. Entre 1851 e 1890, o montante passou de 11 228 para 51 372 contos de réis, ou seja, as despesas aumentaram, embora de forma irregular, quase cinco vezes mais (Silva 1998, 335).

Analisando os dados apresentados acima, vê-se um aumento efetivo e considerável da receita estatal, no período de quarenta anos. Aumento de 362%. As despesas, no mesmo período, entretanto, crescem 457,5%. E, se em 1851 elas superam as receitas em 643 contos; em 1890 gerarão um déficit de 13 056 contos: uma quantia considerável! O déficit, em 1851 correspondia a 6% do valor total arrecadado. Em 1890, ele equivale a 34% da receita total. Uma situação, de fato, calamitosa.

Este aumento do déficit nas contas públicas apenas contribuiu para agravar ainda mais a questão da dívida, que sobe a números astronômicos. A dívida torna-se impagável e já não se pode cultivar a ilusão de que a desamortização resolverá tudo. E o pior de tudo é que o dinheiro recebido por empréstimo é gasto sem nenhum benefício aparente. Como se o empréstimo fosse feito apenas com o intuito de gerar uma dívida a ser paga; peso sem o qual o povo português não pudesse passar.

A Regeneração defende que o endividamento se faz necessário; diz que ele permitiria um atendimento às necessidades mais prementes da população de um modo mais amplo, igualitário e capilarizado. Não é isso o que ocorre, entretanto. Tem-se o aumento da dívida, mas o dinheiro obtido por empréstimo beneficia apenas aos ricos e não às classes baixas. Tampouco é usado de

---

modo previdente e racional, de modo a preparar o país para o futuro e desenvolver sua economia. Há ainda o argumento de que os investimentos feitos mediante o dinheiro adquirido com os empréstimos poderiam aumentar o dinamismo da economia e, assim, a arrecadação. Não é isso que se vê, porém, e cada empréstimo é tomado apenas para pagar o anterior, que não contribuiu para melhoria alguma, mas, ao contrário, apenas obriga o país a pagar uma dívida ainda maior, num círculo vicioso.

Perante saldos negativos sucessivos, e face à impossibilidade de aumento das receitas pela via fiscal, resta como expediente lógico o recurso ao crédito. Ora, os empréstimos externos e internos parecem ter sido um meio correntemente utilizado. Na verdade, entre 1851 e 1890, a dívida pública total passou de cerca de 80 000 para cerca de 600 000 contos de réis, quase 8 vezes mais. A taxa de crescimento anual registou oscilações maiores ou menores durante o período, e num ou noutro ano apresentou valores negativos, mas a média aproximou-se de 5%. A dívida representava o séptuplo da receita total em 1851, mas vai subindo aceleradamente até atingir, no início da década de 70, cerca de 20 vezes o montante da receita, declinando a seguir, até o final do período, para valores que oscilaram entre 12 e 17 vezes mais (Silva, 1998, 337).

Não se chegou a este ponto de imediato, porém, e tampouco este estado de grave endividamento ocorreu sem o alerta de pessoas preocupadas com o futuro do país, como o próprio Oliveira Martins, que alertou que “se em 54 cada português pagava 600 rs., cada português paga por um ano, em 79-80, rs. 3077 de juros da dívida nacional” (Martins s/d, vol. II 302). Tampouco ele ocorreu sem melhorias efetivas, como abertura de estradas, implantação de caminhos de ferro, do telégrafo, construção de escolas e outras obras públicas. Elas ocorreram e num ritmo acelerado, se bem que ainda muito insuficientes.

Entre 1852 e 1893 Portugal dotou-se de mais de dois mil quilómetros de caminhos-de-ferro, que alteraram a forma como se viajava no Reino. Os portugueses, que antes apenas circulavam nos rios, junto à costa ou onde a ausência de obstáculos o permitia, passaram a dispor de um novo meio de locomoção que lhes encurtava as distâncias e aumentava o tempo disponível (Pereira 2007, 25).

Estes melhoramentos, todavia, não foram suficientes para o desenvolvimento do país e para acabar com a miséria dos explorados, deixando como consequência negativa esta vultosa dívida. Isso, porém, só veio à tona depois do fracasso deste modelo, mediante a crise do fim do século. Neste momento de euforia, os previdentes, como Oliveira Martins, eram tidos como pessimistas e estraga-prazeres. Quase ninguém lhes dava ouvido.

A irresponsabilidade burguesa diante das contas públicas e a busca ansiosa por benefícios pessoais substituíram as ligações privilegiadas da aristocracia com a Coroa, sem substituir sua atitude predatória por outra mais responsável e honesta, entretanto. A burguesia colonial que desejava equiparar-se à nobreza acaba por produzir uma geração que finalmente chega ao poder e se equipara de fato com a aristocracia dos tempos do Antigo Regime; não em sua elegância, refinamento e pureza ancestral, mas sim no ócio imprevidente, no luxo desmesurado e na atitude personalista e patrimonialista diante do bem público.

---

Não se encontra em Portugal a burguesia revolucionária que Engels e Marx descrevem n'O Manifesto Comunista (1998). O que se encontra é o capitalismo selvagem, que deseja aproveitar ao máximo a fonte de riqueza que possui, sem se preocupar em estabilizá-la e racionalizar a sua exploração. Lucro máximo diante de risco altíssimo: esta é a lógica do capitalismo selvagem. Enquanto o capitalismo moderno e racional, surgido com a Revolução Industrial, prefere diminuir os riscos e trabalhar com lucros constantes e previsíveis, ainda que menores (Weber, 2004).

Durante a Colonização do Brasil, estes lucros imensos e arriscados estavam ligados à exploração de alguma atividade ligada à Colônia e foram o sustento de uma aristocracia ociosa e arrogante, que obtinha para suas atividades econômicas favores e privilégios concedidos pela Coroa. Com a libertação brasileira, a chance de manutenção desta prática econômica diminui e é o Estado Liberal quem fornecerá, agora à burguesia enriquecida, contratos com lucros altíssimos e concessões milionárias. Assim, a burguesia se protege da concorrência estrangeira, por meio de sua maior facilidade em conseguir privilégios pessoais e a corrupção dos membros do Estado; de modo semelhante à aristocracia colonial, protegida pela exclusividade do Pacto Colonial. A burguesia portuguesa mostra-se, portanto, pouco revolucionária: ela ousa e arrisca menos que a aristocracia da Idade Moderna, que empreendeu arrojadas ações econômicas de produção de riqueza ou comercialização dela, durante a colonização do Brasil.

A burguesia portuguesa chega ao capitalismo monopolista sem passar pelo capitalismo selvagem ou industrial; ela não desenvolveu a parcimônia e a forte ética do trabalho, que Weber (2004) descreveu como típica dos países protestantes. Um detalhe: Bonifácio (1991, 124) chama a atenção para o fato de que Lisboa sentiu mais a independência do Brasil que o Porto, que, mais ligado ao comércio e ao risco, conseguiu recuperar suas exportações já na mesma década. O centro urbano mais importante do país, entretanto, se dedicava intensamente a explorar atividades ligadas a um Estado submisso a seus interesses, quase sem risco; o único risco que se deve levar em consideração é o de falência do Estado. Risco que realmente existe e que chegará perto de se efetivar, com a crise das últimas décadas do século.

## **A Regeneração e suas contradições**

A História de Portugal durante o XIX é, portanto, a história do fortalecimento da burguesia, do fim do Antigo Regime (início do capitalismo propriamente dito) e da instauração do Liberalismo. Processo que produziu profundas transformações sociais, gerando a chamada “sociedade de massas”, e que não ocorreu sem percalços e contradições. Um ponto que se deve

---

abordar para a análise destas transformações sociais é a criação de uma sociedade juridicamente igualitária, em que as diferenças de nascimento não se traduzem em diferenças políticas.

A partir daí, ao Estado já não é permitido tratar de modo distinto cada um segundo seu nascimento ou seu título. A figura do súdito — que pode ser favorecido pelo monarca ou cair em desgraça — vai, gradualmente, dando lugar à do cidadão, que tem direitos e deveres e não é posse do Rei ou alguém que usufrui de um país que pertence à Coroa. Esta mudança ontológica de estatuto político e jurídico contribui para a formação do Estado Moderno e das sociedades de massas. Agora, um Estado cada vez mais centralizado, mas ao mesmo tempo com crescente poder de capilarização, é obrigado a tratar os indivíduos como iguais entre si, como pertencentes a uma mesma massa informe e gigantesca, chamada “população”.

Assim, todo e qualquer privilégio pessoal deve ser abolido e cada um poderia e deveria esforçar-se por ascender socialmente e enriquecer-se. Na prática, entretanto, as divisões continuam a fazer sentido; se não juridicamente, ao menos social e economicamente. A igualdade jurídica não se traduz em igualdade social e econômica. Aliás, mesmo juridicamente, esta igualdade não é plena, uma vez que tribunais formados por pessoas das classes médias e ricas dificilmente julgam a favor dos mais pobres. E o pior de tudo é que estes desfavorecidos não podem mais contar com a benevolência e a caridade paternalista de seus dominadores; num mundo individualista e materialista, cada um pode contar apenas consigo mesmo e a miséria é vista mais como um estigma pessoal que como um problema coletivo.

O Terceiro Estado, manejando habilmente o articulado jurídico em que assentava a sua dominação, alcançava, de um só golpe, dois efeitos: herdava, por um lado, o estatuto da superioridade anteriormente adstrito à nobreza e ao clero, legitimando a sua hegemonia através da invocação de uma suposta igualdade de oportunidades; por outro lado, centrifugava o Quarto Estado da pobreza humilhada e justificava a sua subalternização através de uma pérfida transferência de culpas — as oportunidades de realização material ofereciam-se liberrimamente à iniciativa, à virtude, à qualidade e à capacidade «de todos», pelo que a desqualificação dos vencidos lhes deveria ser individualmente imputada (Ribeiro; Vargues 1998, 211).

Com efeito, os vencidos serão muitos, pois, mesmo no auge da economia capitalista portuguesa no século XIX, a emigração continuará a ser única esperança restante para grande parte dos camponeses arruinados, trabalhadores braçais desempregados, mendigos, analfabetos e outros representantes das classes exploradas. Aliás, quanto maior o sucesso capitalista, maior o número destes fracassados, uma vez que a mecanização e a concentração de renda tendem a aumentar o número de pessoas que já não podem produzir seu próprio sustento. A este respeito, escreve Oliveira Martins: “À sombra de uma liberdade sempre crescente, dia a dia, com o crescer da riqueza irá crescendo a cisão dos pobres e dos ricos, em virtude dessa lei simples que dá a vitória a quem mais pode” (Martins s/d, vol. II 301).

---

A modernização não ocorre sem sua face cruel e excludente e não tardará até que a Europa conheça a radicalização dos desesperados e a constituição, por parte destes, de grupos que estão decididos a lutar por abolir a sociedade liberal e burguesa e implantar uma nova, baseada em princípios totalmente distintos. Trata-se, evidentemente, dos socialistas e anarquistas, que não apenas agirão por meio de comícios, jornais e greves, mas também recorrerão a métodos violentos, sobretudo na França.

Se é bem verdade que, em Portugal, estes processos demorarão a ocorrer com constância e magnitude, também não se pode deixar de perceber que eles já existem, enquanto potencialidade, e que as condições para seu amadurecimento têm se desenvolvido rapidamente.

Em 1871, mal se começa a sair da crise, a classe dos operários fabris faz a sua entrada na cena histórica portuguesa de maneira autónoma. Ao lutar abertamente pelo salário e contra a longa jornada de trabalho, ela separa-se — nós diríamos mesmo definitivamente — da burguesia de esquerda dos pequenos e médios industriais. São as greves de 1871-72 que estão na base das especulações socializantes da Fraternidade Operária e do Partido Socialista, e não o contrário (Cabral 1976, 121).

Deve-se lembrar que 1871 é o ano da Comuna de Paris, marco anarquista e socialista na luta contra a burguesia e o Estado Liberal. Assim, mesmo sem um numeroso proletariado, Portugal não está assim tão distante do estado de agitação social e política dos países industrializados. Outro ponto que deve chamar a atenção dos pesquisadores deste período é a autonomia proletária frisada por Cabral. Não se tratam mais de operários paternalmente levados à revolta por alguns agitadores instruídos, vindos das classes superiores. Ao contrário, os elementos mais radicais destas classes tendem a moderar seu posicionamento político diante da radicalização dos despossuídos. Mais uma vez, é preciso citar Cabral, que afirma que “a geração de 1870 — Eça, Ramalho, Antero, Oliveira Martins, etc. — não deixa de reflectir este refluxo do radicalismo: sobreviveu, se assim se pode dizer, Teófilo, entrincheirado na miopia do positivismo republicano” (Cabral, 1976, 121).

Esta moderação ocorre na medida em que há um avanço cada vez mais intenso da luta de classes; que se acirra graças ao aumento do abismo entre ricos e pobres. As promessas liberais de melhoria de vida para as classes baixas estão longe de ser plenamente cumpridas e a liberdade perde cada vez mais o seu valor, diante do desemprego e da miséria de grande parte da população. Assim, a revolta intensifica entre os mais pobres e assusta alguns dentre os membros da elite que propunham mudanças radicais. Afinal, muitos deles estão dispostos a defender a melhoria das condições de vida das classes baixas e o fortalecimento das instituições liberais, mas apenas enquanto isso não lhes prejudique, diminuindo seu poder e destruindo sua condição de privilegiados.

---

O radicalismo que avança apenas até certo ponto e depois recua é uma das contradições dos processos de implantação do capitalismo e de formação da sociedade de massas em Portugal. As contradições econômicas implicam em contradições sociais; os membros da burguesia e da aristocracia que se adiantam ao proletariado na assimilação de ideias libertárias estrangeiras acabam por abandonar a luta quando ela já não se dirige contra a aristocracia e a burguesia francesas ou inglesas, mas contra si próprios. Isto reflete o próprio rearranjo econômico, em que o capitalismo vai surgindo aos poucos, ainda em convivência com modos de produção arcaicos.

Só para dar um exemplo: enquanto a França resolvera o problema da «liberdade da terra» em 1789, os últimos vínculos portugueses sobreviveriam até 1863 e os baldios, compáscuos, campos abertos, etc, só pelo Código Civil de 1867 seriam colocados em regime legal de plena propriedade (e só no Alentejo se pode considerar terem sido praticamente destruídos por volta de 1875, já no âmbito de nova etapa do desenvolvimento do MPC em Portugal). Dito isto, tem razão Oliveira Martins quando diz ser a Regeneração o «nome português do capitalismo» Com a viragem do século, tem o seu desfecho a batalha entre os dois modos de produção. A dominação do MPC não implica, porém, o desaparecimento imediato e total das relações de produção pré-capitalistas, nem seria de grande utilidade dizer que é a sua resistência que trava o desenvolvimento das forças produtivas. O que importa, sim, é caracterizar o modo como se articulam relações de produção que revelam modos de produção diferentes e como o MPC submete a si, e em que medida, os sectores pré-capitalistas (Cabral 1976, 115).

No contexto destas contradições, pouca coisa se mostra tão coerente e constante como o fato de que são os pobres os que sempre mais sofrem com as transformações sociais em desenvolvimento. Assim, eles tornam-se presa fácil nas mãos dos que desejam o poder pelo poder e estabelecem relações de clientelismo e coronelismo na busca de alcançar seus objetivos. O que prepondera aqui é o interesse privado sobre o bem comum e o Estado, bem como qualquer bem público, é visto como algo do que se aproveitar; antes que outros o façam. Então, o voto passa a ser não um instrumento de liberdade, mas de logro e de perpetuação de um mesmo grupo no poder. O que acaba por gerar uma espécie de “casta política”, que comanda o Estado e impede que ele sirva aos interesses dos mais fracos. Enfurecido, escreve Oliveira Martins a respeito do que vê na Península Ibérica: “Conservadores de ambos os lados da raia: conservadores regeneradores, conservadores canovistas, conservadores progressistas, etc., oportunistas todos” (Martins s/d, vol. II 279). Para ele, com efeito, a situação é tão grave que a Espanha apenas não conquista e domina definitivamente Portugal por causa de suas próprias fraquezas e não por uma questão de pressão internacional inglesa, como alguns poderiam pensar (Martins s/d, vol. II 309).

Das contradições do país, emerge também a contradição política, em que a liberdade é defendida pelos conservadores e a democratização aparece como um instrumento de dominação mais eficaz e alienante. Contradição que faz com o que o século que começou com tantas esperanças libertárias — e assistiu até mesmo ao derramamento de sangue em função, em parte,

---

destas esperanças — termine com o cinismo prático e mesquinho dos usurários do mundo das finanças e com a espreteza maléfica da oligarquia política lisboeta.

A decepção com o Estado Liberal, que atingiu vários países também chegou a Portugal. As promessas de liberdade não passam de engodo e a igualdade só existe no papel. As sucessivas revoltas populares de pouco adiantaram: no fim das contas, só a elite se enriquece. Enquanto o povo está numa situação cada vez pior. Após a Patuleia, a Regeneração traz a paz e a vivência do voto e da normalidade política. Conservadores e liberais, no entanto, se assemelham cada vez mais uns com os outros e o voto não constitui instrumento de emancipação plena.

Pois que querem? Falta ainda alguma coisa à liberdade? Pois há deveras, omissão? Querem reformados os Pares? Por que não? Sufrágio universal? Também. E viu-se os conservadores fazerem o que a revolução não fizera; viu-se alargar o direito do sufrágio, sem que longas, prévias campanhas o exigissem. E ninguém o exigia, porque já passara o tempo em que se esperava nas alterações de fórmulas. E fizeram-no os conservadores, porque tinham visto em França Napoleão dar-se bem com isso; e sabiam que quantos mais campônios votassem, maior seria o poder formal — e positivo, pois fórmulas, aparências são tudo — de cada um dos barões rurais, de cada um dos senhores da finança, que nas cidades compram a dinheiro os votos da plebe. Desde que no espírito dessas plebes a loucura setembrista se acabara, que perigo havia em lhes dar soberania? Nenhum, de facto; só a vantagem de bater o inimigo reformista com as suas armas e consagrar mais uma conquista da liberdade (Martins s/d, vol. II 295).

Assim, a liberdade e a igualdade são apenas formais e, embora a população do país tenha crescido, assiste-se à emigração constante para o Brasil e outros destinos, como válvula de escape daqueles que não têm boas chances de sucesso em Portugal e o próprio país parece não desejar sua permanência. De fato, a emigração é reflexo não apenas do desejo dos mais pobres em melhorar de vida, bem como da elite do país, que parece os querer longe. Ela só ocorre porque o Estado pouco faz para mantê-los em Portugal, não agindo efetivamente em prol da distribuição de renda e da melhoria das condições de vida da população.

A respeito dos grupos sociais que emigravam, afirma Cascão: “Na década de 80, cerca da metade dos emigrantes provinham do sector agrícola (lavradores e jornaleiros); à volta de 10% dedicavam-se a actividades comerciais (sendo principalmente numerosos os caixeiros); cerca de 5% eram oriundos do sector da construção civil; os restantes saíram de um leque variado de profissões e de ocupações, sendo numerosos os indiferenciados. Na mesma época, perto de 85% do total de expatriados dirigia-se para o Brasil, cujo apelo se fazia sentir com maior força” (Cascão 1998, 365).

Com a migração, o crescimento populacional passa a ser menor do que seria de esperar e a despeito do luxo da alta burguesia lisboeta, o país assiste à uma triste situação de perda de seus filhos mais vulneráveis. Muitas mães morrem sem rever seus filhos, que atravessam o Atlântico em busca de uma vida melhor. Maridos deixam as esposas em busca de sustento e famílias emigram inteiras, almejando deixar para trás a miséria e o passado de exploração e sofrimento. Até 1890, o número de mulheres nunca chegou a 10% do total de emigrados (Cascão 1998, 365), o que mostra como a razão da partida era mesmo a busca por trabalho remunerado. Afinal, tem-se ainda uma

---

cultura tradicionalmente patriarcal, em que cabe ao homem o sustento financeiro do núcleo familiar.

Assim, o português que antes viajava em busca de riquezas em ouro, prata, pedras preciosas e especiarias, agora parte em busca de trabalho assalariado. No imaginário coletivo, a viagem ainda está presente, mas não mais representando a glória de descobridores corajosos e heroicos, mas a miséria de uma população explorada e humilhada. A volta não traz o reconhecimento e o canto dos feitos extraordinários, mas o estigma. Afinal, o português que volta à terra natal, endinheirado, é estigmatizado como torpe, mesquinho, vaidoso e pouco educado, como mostra o texto de Eça de Queirós que serviu de prefácio a “O Brasileiro”, de Luís Soares.

A população portuguesa aumentou de forma evidente durante o século XIX. Efectivamente, o potencial humano do nosso país passou de 2 931 930 habitantes, em 1801, para 4 660 095, em 1890, o que representou uma variação relativa da ordem dos 59%. Esse crescimento demográfico foi, contudo, inferior ao do conjunto da Europa, cuja população duplicou entre 1801 (índice 100) e 1886 (índice 199).

As razões explicativas desse facto são fundamentalmente duas: 1) o reduzidíssimo incremento verificado entre a data do início das invasões francesas e cerca de 1835; 2) o aumento do fluxo emigratório a partir de meados do século (entre 1855 e 1890 terão saído de Portugal por volta de 406 000 pessoas com passaporte, às quais haveria que acrescentar cerca de 10% a 13% de emigrantes ilegais), o qual actuou como travão do crescimento populacional (Cascaço 1998, 365).

Mas e o progresso dos caminhos de ferro, pontes, estradas, telégrafo e máquinas a vapor? De fato, estes avanços ocorreram e fascinaram o povo por um tempo, mas este é um progresso para poucos e aos que não estão incluídos no rol dos que podem dele se beneficiar não sobra muita coisa. Com efeito, é da lógica do capitalismo que a concentração de renda avance cada vez mais, quanto mais se desenvolve este meio de produção e mais enriquece a economia. Assim, a emigração não seria evitada pelo progresso tecnológico, mas acentuada graças a ele.

Os empréstimos que permitem que se alcançasse todo este progresso também permitem que a mecanização expulse do país, por meio da emigração, os despossuídos e pouco qualificados. Cunha (2004, 30) afirma que “o sector secundário ocupava, em 1890, apenas 18,4% da população. Este número incluía não só a indústria fabril, mas também a indústria artesanal, sendo bem provável que esta última se sobrepusesse à primeira”. Este dado não deve enganar o pesquisador. Ele não representa apenas a fraqueza do ramo industrial, mas contém em si o reflexo da racionalização da produção e o uso crescente da mecanização, poupando braços e expulsando as bocas famintas para o Brasil. Some-se isso à crise do final do século e se entenderá porque havia tão poucos trabalhadores no ramo industrial.

No entanto, não é só a mecanização da indústria que gera desemprego, mas também o campo conhece a máquina a vapor e as dificuldades econômicas dos que ela deixou desempregados. A área de cultivos se amplia como nunca: pântanos são drenados, matas são derrubadas para o

---

cultivo, regiões pouco habitadas recebem agora investimentos vultosos... Tudo isso produz a transformação capitalista do meio rural e, conseqüentemente, um avanço na lucratividade dos grandes proprietários, mas não há “grandes” sem “pequenos” e os mais vulneráveis são aqueles que não têm terra e são obrigados a trabalhar para os que a possuem.

[...] se documentará a submissão progressiva do campesinato à produção mercantil, com a alta da emigração a testemunhar, no final do período, a sua lenta mas inexorável expropriação. No que respeita à indústria, basta dizer que, enquanto em 1852 se recenseavam cerca de 1000 cavalos-vapor à sua disposição, no Inquérito de 1881 se apuravam cerca de 10000. Com base em 1835, temos até 1850 um ritmo de crescimento anual da ordem dos 4%-5% e, nas três décadas seguintes, um ritmo da ordem dos 10% anuais: eis a quantificação de uma profunda transformação qualitativa (Cabral 1976, 118).

As estradas, agora, permitem o melhor escoamento da produção e portos modernizados e caminhos de ferro garantem que estes grandes investimentos não serão em vão. Estradas, portos e caminhos de ferro que beneficiam, sobretudo, a burguesia e colocam Portugal no modo de produção capitalista, inserindo-o no mercado internacional na qualidade de produtor de matéria-prima e alimentos.

O crescimento econômico vem, por um dado período, mas não sem o empobrecimento de muitos. O que permite a concentração fundiária e o barateamento da mão-de-obra (até que a emigração aumente a tal ponto que os salários voltem a subir). O capitalismo não ocorre sem a produção de desigualdade. A mais-valia, por definição, é a essência do capitalismo e mais-valia é desigualdade.

Além disso, o capitalismo se caracteriza por transformar tudo em mercadoria. Até mesmo aquilo que jamais se pensou em comprar ou vender ganha um valor de troca. Com isso, terras antes inúteis são agora tratadas para serem cultivadas. Pântanos, areais, declives... tudo deve ser aproveitado para maior lucro da burguesia e exploração do campesinato.

O testemunho de Gerardo Pery é elucidativo quanto aos avanços alcançados neste sector, afirmando a todo passo da sua obra Geografia e Estatística de Portugal e Colónias: « Não temos dados estatísticos pelos quais se conheça a superfície empregada nesta cultura [cereais] em épocas diversas. O mais que se pode avançar é dizer que há quarenta anos a superfície cultivada seria a terça parte da actual; e que de 1850 até hoje tem sido progressivo o arroteamento de matagais e o desbravamento de terrenos incultos» (Neto; Vaquinhas 1998, 282).

O avanço é considerável, o lucro grandioso, o sucesso estrondoso. A posição de fornecedor de alimentos e matéria-prima, dentro do cenário capitalista global, não é das melhores, entretanto. Não apenas porque a lucratividade maior é a dos industriais, cujos produtos de maior valor agregado Portugal consumia. Além disso há dois elementos a se levar em consideração: o sector primário é mais vulnerável a mudanças ocasionais imprevistas no clima e a difusão de doenças vegetais e animais; some-se a isso o fato de que ele é mais acessível aos que desejam produzir,

---

permitindo uma concorrência maior e gerando, assim, uma alternância entre os principais produtores de um mesmo bem econômico.

Como tem sua economia baseada num processo produtivo pouco especializado e de baixo valor agregado, Portugal acaba ficando vítima de outros países que também desejam investir nas mesmas culturas. Dentro do cenário das commodities, o que conta é o preço: o comprador escolherá o fornecedor que lhe propor o menor preço; não fazendo muita diferença o critério de qualidade do produto (ao menos não tanto como no caso dos produtos industriais). Com isso, o país que assistiu, no século XVIII à derrocada do seu comércio do açúcar brasileiro devido à concorrência holandesa, que passa a produzi-lo com menor custo e barateia o preço final, assiste agora à queda em suas exportações agrícolas devido a concorrência externa mais uma vez.

Agora são os Estados Unidos da América que, ainda com os custos do transporte transatlântico, fazem frente à produção lusitana e põe freio no avanço econômico dos empreendimentos rurais. O campo modernizado, bem como a indústria, é o espaço da lucratividade e, quando esta não ocorre, tem-se a crise social. O Brasil é a resposta para esta crise, na visão de muitos desesperados, sem emprego e sem comida. As revoltas já não são frequentes, como antes. Afinal, como já se viu: o Liberalismo serviu para acalmar os ânimos e pacificar os revoltosos. Tudo o que eles desejavam, em matéria de leis e avanços institucionais, foi-lhes dado. O que mais podem querer: pão? Aí, já é demais.

Num contexto internacional de «depressão agrícola», extensivo a quase todos os países do continente europeu e motivado pela invasão de produtos agrícolas, a baixo preço, vindos, sobretudo, dos Estados Unidos, a economia agrícola portuguesa é ainda confrontada com uma série de crises específicas, resultantes, em grande parte, da quebra das exportações.

Durante cerca de quarenta anos, Portugal tornara-se «uma granja para exportação» no dizer de Oliveira Martins. Produz e vende vinho, frutos, gado, cortiça e minérios. Quando, a partir dos anos 80, a procura externa se restringe e a situação conjuntural se inverte, surgem os graves inconvenientes do modelo que norteava a política económica portuguesa e cujas características mais evidentes eram o défice da balança comercial e o custo sempre crescente da dívida externa. [...]

O terceiro quartel do século XIX conheceu uma série de dificuldades económicas, que, não sendo especificamente portuguesas, assumiram no nosso país particular gravidade. Para além das diversas crises agrícolas e da contracção dos rendimentos provocada pela baixa dos preços, é no decurso destes anos difíceis que a emigração para o Brasil se acelera (Neto; Vaquinhas 1998, 286-288).

Há que se lembrar também que, a esta altura, as colônias portuguesas em África, como se verá mais detalhadamente, à frente, não conseguiam atrair uma parcela significativa de emigrantes. O próprio volume de comércio com elas era pequeno, como se viu acima, e não representava uma fonte de renda primordial para a Metrópole.

Quanto à antiga colônia, continuava a atrair muita gente: a emigração para o Brasil chegou ao ponto de provocar relativa falta de mão de obra e carestia da força de produção, elevando os salários; ao menos, em algumas regiões do país. Se as obras públicas absorveram por um tempo

---

parte deste exército industrial de reserva, elas não foram capazes de fazê-lo permanentemente; aliviando a classe burguesa, que não estava disposta a ter de pagar mais pelo mesmo serviço (Cabral 1976, 121).

## Guerra do Paraguai e Ultimato Britânico

Vê-se Portugal em crise no último quartel do século XIX, passando a depender cada vez mais do dinheiro enviado pelos emigrados. A maioria está no Brasil, como se sabe, e este país vive o despontar da produção de uma nova riqueza: o café. De fato, muitos portugueses, aproveitando o bom momento do país que os recebeu, fizeram fortuna em terras tropicais. Não se pode olvidar, porém, que o Brasil também estava longe de ser um paraíso e a agressiva política externa de D. Pedro II acabou levando o império a uma guerra que não beneficiou verdadeiramente senão a Inglaterra.

A Guerra do Paraguai levou a alteração do câmbio e fez as remessas de dinheiro dos emigrados cessarem. A transferência não compensaria e o dinheiro acaba por ser mantido no Brasil. Nas palavras de Oliveira Martins, este conflito alterou a situação de Portugal, prejudicado também por questões internas, da própria Península Ibérica: “Veio a revolução de Espanha complicar as coisas de um modo súbito; veio a guerra brasileira, baixando o câmbio, secar o rio de dinheiro que anualmente vazava no Tesouro para o alimentar e sustentar a nós” (Martins s/d, vol. II 295). Tudo se complica; ao menos por um tempo.

O resultado foi o aprofundamento da crise portuguesa, sem este auxílio importante, embora pouco “natural”, como salienta o maior historiador português do século XIX, em trecho citado acima. Justo no momento de fragilidade do cenário agrícola lusitano, devido à concorrência dos Estados Unidos da América, a guerra eclode no Brasil. Ela durará cinco anos, trazendo, talvez, mais dificuldades econômicas para Portugal que propriamente para o Brasil.

Não se deve esquecer que as remessas de dinheiro vindas da antiga colônia não se constituem apenas de contribuições de emigrantes pobres às suas famílias, deixadas na terra natal. Há relações comerciais importantes e grandes capitalistas que se enquadram no perfil de emigrantes ou filhos de emigrantes, com vultosos investimentos em Portugal. Também estes irão cessar de investir na Europa e, assim, privarão o país de uma fonte de renda que lhe figurava tão certa e exata quanto necessária.

Mas mais importante do que isso é talvez o papel dessas remessas — e não estamos agora a pensar nos pequenos envios dos emigrantes pobres, mas nas boas maquiãs que representam os lucros comerciais e até industriais transferidos do Brasil para Portugal — na balança de pagamentos. São elas que permitem, segundo um modelo modernamente repetido, a perpetuação, sem riscos de

maior, do desequilíbrio da balança comercial, nutrindo assim o espaço económico social e até político da burguesia de import-export, medianeira da dominação britânica, em detrimento da burguesia nacional propriamente dita (Cabral 1976, 122-123).

Assim, Portugal, extremamente vulnerável a mudanças no cenário externo, em sua condição de país exportador de bens primários ainda necessitado de capitais vindos de fora, passa por um duro período. Não apenas os pobres sofrem, porém, mas também esta burguesia dominante, que baseia suas atividades na exportação e importação e que já não pode contar com o trânsito de capitais entre a pátria lusa e a antiga colônia.

O gasto mal administrado do dinheiro arrecadado com os empréstimos anteriormente requisitados traz suas mais funestas consequências, agora. O cenário se complica e o país não tem alternativas. Passada a Guerra do Paraguai, no entanto, Portugal respira. A tensão foi aliviada. Não por muito tempo, todavia. Outras crises externas virão e mais uma vez o país padecerá. Convém que cada um ande com as próprias pernas e seja o mais independente possível de auxílios externos e boas condições conjunturais.

Portugal, no entanto, não passa de um país periférico dentro do capitalismo internacional, no contexto do século XIX, e pouca chance tem de alcançar alguma autonomia. O país mal se recuperara da crise causada pela Guerra do Paraguai (1864-1870), enfrenta a crise de 1873, que Hobsbawn (2004) aponta como uma das mais importantes crises europeias do século XIX. Apenas quinze anos depois dela, novamente as fragilidades do país se aprofundarão com a suspensão das remessas de dinheiro vindas do Brasil graças à situação de transição social, política e econômica que este país viverá, com a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da república em 1889.

A dependência dos capitais vindos de fora é grande, como atesta amargamente Oliveira Martins. Ele coloca-se como um crítico diante de um grupo otimista, que acusa-o de desvairado por preocupar-se com o futuro do país, com o que se dará quando o momento de benesses passar. “Desvairado o que pensa no que seria de nós se o brasileiro desconfiasse e deixasse de comprar a dívida com que saldamos contas anualmente; ou se uma guerra, outra crise na América, embaraçasse o ingresso dos capitais” (Martins s/d, vol. II 304). Assim, fragilizado, o país atrai sobre si a garra do conquistador. Ou melhor: não sobre si, mas sobre suas possessões.

Em 1890, se dará o Ultimato Britânico, que tanta indignação causa em todo o país, sem que a Coroa se dispusesse a enfrentar a antiga aliada. Não apenas a Inglaterra conseguirá o que deseja, como a comoção popular não fará o país mudar de rumo em direção a uma transformação que o faça novamente forte e respeitado. A única consequência deste fato, além da perda dos territórios em questão, é claro, será a precipitação da instauração da república, uma vez que a Coroa fica

---

extremamente desmoralizada após demonstrar fraqueza diante do britânico espoliador, fortalecendo ainda mais a visão de um Portugal decadente, imortalizada por Antero de Quental:

[...] o presente estaria sempre em crise, porque, para além da situação de facto, ele era suposto ser o ponto mais degradado do declínio. Daí a iminência da morte definitiva, isto é, de um *Finis Patriae*. Prognóstico que alguns acontecimentos, em particular o *Ultimatum*, dramatizaram, criando uma comoção colectiva que fez ferver, como antídoto, a fusão entre o patriotismo (antibritânico), o nacionalismo e o sonho imperial (Catroga 2007, 247).

Assim, não é de se admirar que Portugal pareça tão fraco aos olhos de seus vizinhos e de toda a Europa. Oliveira Martins cita um diplomata espanhol que escreveu a seu país quando do casamento do herdeiro do trono português com uma princesa italiana, tranquilizando a Espanha do perigo de uma ação unificadora da Península Ibérica por iniciativa de algum líder político português. Como ocorrera na Itália, há pouco, a unificação do país, temia-se que uma princesa desta nacionalidade pudesse ser uma fonte de estímulo a quem cobiçasse a união política de Portugal e Espanha. O diplomata, entretanto, não vê perigo, pois não acha ninguém com capacidade e liderança para isso, em Portugal. A descrição que ele faz deste país, aliás, evidencia o desprezo que ele é capaz de suscitar nos estrangeiros que o conhecem.

Se me perguntasse qual eu creio que seja o carácter distintivo desta sociedade, diria que é o de uma profunda prostração. Não temo que, no curso da política, qualquer que ela seja, Portugal possa influir nos destinos da Espanha. Não há aqui nenhum dos elementos que se reuniram no Piemonte; não vejo partido bastante enérgico e poderoso para ter uma política externa de verdadeira iniciativa; nem distingo em nenhum homem público um verdadeiro homem de Estado (Martins s/d, vol. II 277).

## Conclusão

A despeito da ressalva que deve ser feita a esta visão decadentista de Oliveira Martins, que afetou de um modo geral, grande parte dos historiadores lusitanos de diversos períodos entre os séculos XIX e XX, segundo Catroga (2007), há que se perceber que Portugal de fato não passava por bons momentos no final do período oitocentista. Os clamores republicanos, inclusive, já se fazem sentir. Diante da crise de legitimidade política, gestada no rotativismo partidário tão somente de fachada, construído no período da Regeneração, as ideias republicanas se espalham lentamente. Ganham velocidade, porém, com o *Ultimato Britânico*, percebido por muitos como uma humilhação nacional.

Sucessivas secas e reveses comerciais na agricultura (Neto; Vaquinhas, 1998), diminuição dos aportes financeiros vindos do Brasil (Martins, s/d), concorrência comercial de outros exportadores de produtos agrícolas (Neto; Vaquinhas, 1998) e os vultosos empréstimos a serem pagos (Silva, 1998b) acabam por gerar uma tibiaza econômica grave.

Grande parte da população, diante desta situação, preferirá emigrar; sobretudo para o Brasil, mas também para os Estados Unidos, a Argentina e a Venezuela (Pereira, 2009). Os que ficam vão muitas vezes se dedicar a trabalhos precários, uma vez que a escolarização avança em Portugal de modo muito mais lento que em outros países da Europa Ocidental (Hobsbawn, 2004) e a universidade ainda é um ambiente elitista e retrógrado (Queirós, 1913).

Assiste-se, portanto, a uma desilusão diante das promessas do liberalismo político e econômico. O primeiro trouxe pouca liberdade e participação popular, internamente; sem resolver a questão das fraquezas político-diplomática e militar de Portugal, frente aos demais países europeus. Enquanto o liberalismo econômico não erradicou a fome e a miséria e nem mesmo criou a economia pujante e avançada que alguns imaginaram.

Apesar das decepções, entretanto, os processos de implantação do liberalismo em Portugal e de desenvolvimento capitalista se consolidam como fatos consumados, alterando radicalmente o cenário político, econômico, social e cultural do país. As relações pautadas no Antigo Regime dão lugar a uma nova estrutura de organização estrutural, baseada no interesse econômico explícito, na centralização do Estado e do poder político, na consolidação dos partidos e associações (e o correspondente enfraquecimento clerical, mas não necessariamente religioso) e numa maior interação com os demais países, em um fortalecimento da inserção portuguesa no cenário internacional (concomitantemente à sua maior dependência das potências estrangeiras, sobretudo a Inglaterra).

Na ausência de uma burguesia forte e revolucionária, o capitalismo português do século XIX não se caracteriza pela forte industrialização. Tampouco o fortalecimento dos comerciantes, industriais, financistas e outros grupos ligados às mais importantes esferas de atuação do capitalismo oitocentista implica em profunda ruptura política. Ao contrário, ocorre uma espécie de acomodação dos ideais e institutos liberais em meio ao cenário político pré-existente, com a consolidação de uma monarquia constitucional em que os monarcas não têm um papel tão somente figurativo, mas podem intervir de modo significativo nos rumos políticos do Estado.

Por fim, o que se assiste é a uma série de transformações históricas muito importantes, mas que não tendem a modificar a distribuição de forças no âmbito social. A configuração de classe tende a continuar a mesma, com pouca possibilidade de mobilidade social ou de ampliação efetiva dos cenários de participação política. O povo vota, mas o governo que é feito em nome do povo não atende aos interesses do povo, mas das classes abastadas. Os empréstimos são feitos para que se invista no país, mas os benefícios dele advindos são destinados sobretudo aos mais ricos e poderosos e as despesas da dívida são arcadas sobretudo pelos mais pobres e sem voz. Liberalismo e capitalismo em Portugal se imbricaram num amálgama que não implicou senão na inserção do

---

país naquilo que se convencionou chamar de modernidade; muitas vezes, à revelia e às custas da parte mais pobre da população.

### Referências bibliográficas

- Bonifácio, Maria de Fátima. *Seis Estudos Sobre o Liberalismo Português*. Lisboa: Estampa, 1991.
- Cabral, Manuel Villaverde. “Sobre o século XIX português: a transição para o capitalismo”. *Análise Social*, 45, (1976): 106-126.
- Cascão, Rui. “Demografia e Sociedade”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 365-378. Lisboa; Editorial Estampa, 1998.
- Catroga, Fernando. Portugal como "corpo" e como "alma" (sécs. XIX/XX): Uma revisitação sintética. *Revista de História das Ideias*, 28, (2007), 245-275. [https://doi.org/10.14195/2183-8925\\_28\\_11](https://doi.org/10.14195/2183-8925_28_11)
- Cunha, Maria do Rosário. *A Inscrição do livro e da leitura na ficção de Eça de Queirós*. Coimbra: Almedina, 2004.
- Engels, Friedrich e Karl Marx. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- Hobsbawn, Eric. *A era do Capital. 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- Martins, Joaquim Pedro de Oliveira. “Ciências e Letras (3-1-1887). A Abadessa de Jouarre de E. Renan”. Em: *A Província. Vol. III. Agosto a Dezembro de 1886 e Janeiro e Fevereiro de 1887*. Lisboa: Guimarães Editores, 1958.
- Martins, Joaquim Pedro de Oliveira. *Portugal Contemporâneo*. 2 vols. Mira-Sintra: Europa-América, s/d.
- Matos, Sérgio Campos. História e identidade nacional: A formação de Portugal na historiografia contemporânea. *Luotopie*, (2002): 123-139.
- Mendes, José Amado. “Comércio, Transportes e Comunicações”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 319-328. Lisboa; Editorial Estampa, 1998a.
- Mendes, José Amado. “Evolução da Economia Portuguesa”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 269-278. Lisboa; Editorial Estampa, 1998b.
- Mendes, José Amado. “O Fim do Antigo Regime Económico?” Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 359-364. Lisboa; Editorial Estampa, 1998c.
- Mendes, José Amado. “Teorias e Políticas Económicas”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 353-358. Lisboa; Editorial Estampa, 1998d.
- Neto, Margarida e Vaquinhas, Irene Maria. “Agricultura e Mundo Rural: tradicionalismo e inovações”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 279-290. Lisboa; Editorial Estampa, 1998.
- Pereira, Hugo Silveira. As viagens ferroviárias em Portugal (1845-1896). *CEM: Cultura, Espaço e Memória*, 1, (2010): 25-40.
- Pereira, Miriam Halpern. “A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano”. *Ler História*, 56, (2009): 15-25. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1925>
-

Queirós, José Maria Eça de. “Antero de Quental”. Em: *Notas Contemporâneas*, José Maria Eça de Queirós, 339-387. Porto: Lello & Irmão, 1913.

Ramos, Rui Manuel Monteiro Lopes. Ideias de República em Portugal até ao século XIX: algumas observações. *Polis: Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, n. 13-16, (2007): 55-80.

Ribeiro, Maria Manuela Tavares e Isabel Nobre Vargues. “Estruturas Política: Parlamentos, Eleições, Partidos Políticos e Maçonarias”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 155-182. Lisboa; Editorial Estampa, 1998a.

Ribeiro, Maria Manuela Tavares e Isabel Nobre Vargues. “Ideologias e Práticas Políticas”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 183-216. Lisboa; Editorial Estampa, 1998b.

Santos, Maria Lourdes Lima dos. Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração). Em: *Análise Social*, 57 (1979): 69-115.

Silva, António Martins. “A desamortização”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 291-306. Lisboa; Editorial Estampa, 1998a.

Silva, António Martins. “As finanças públicas”. Em: *História de Portugal: o Liberalismo*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 329-338. Lisboa; Editorial Estampa, 1998b.

Weber, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

\*\*\*

Recebido: 13 de janeiro de 2020

Aprovado: 13 de março de 2020

**O “Estado Novo” Português e os estudos sobre a reforma administrativa  
(1965-1969)\***

*The Portuguese “Estado Novo” and the studies regarding administrative reform (1965-1969)*

*El “Estado Novo” portugués y los estudios sobre la Reforma Administrativa (1965-1969)*

Ana Carina Azevedo\*\*

<http://orcid.org/0000-0001-6632-6861>

RESUMO: Em meados da década de 1960, tem lugar em Portugal uma aposta nos estudos sobre a Administração Pública nacional e a sua relação com o desenvolvimento económico. Em 1965 é criado o Grupo de Trabalho n.º 14, no seio da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, que permaneceria em funções até 1969. Subdividido em cinco subgrupos, este organismo foi responsável pelos mais aturados estudos sobre a Administração Pública Portuguesa realizados durante o Estado Novo. Dos seus trabalhos nasceria, em 1967, o Secretariado da Reforma Administrativa.

A análise dos relatórios produzidos, em grande medida inéditos, permite entender que as conclusões do Grupo de Trabalho n.º 14 foram, simultaneamente, devedoras do caminho trilhado desde 1950 e responsáveis pelas decisões apresentadas no programa de reforma de 1968.

---

\* Esta investigação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Bolsa de Pós-Doutoramento com referência SFRH/BPD/113250/2015. O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.

\*\* Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) e doutora em História pela mesma Universidade. Tem como principais interesses de investigação a História económica e social contemporânea portuguesa, nomeadamente a História do Trabalho e da Administração Pública. Desenvolve, atualmente, uma investigação de pós-Doutoramento, com financiamento FCT, subordinada ao tema *Um Estado em busca da eficácia? As Reformas Administrativas do Estado Novo em perspetiva histórica (1933-1974)*. É autora de várias publicações, entre as quais se destacam: Ana Carina Azevedo, “Reformar a Administração Pública no novo mundo saído da guerra. Projeto nacional ou dinâmica global? (1950-1970),” *Revista de Administração Pública* 53, n. 5 (2019): 960-74; Ana Carina Azevedo, “A cooperação para a eficiência. Portugal, o Instituto Internacional de Ciências Administrativas e as redes internacionais de cooperação no âmbito da Administração Pública,” in *A Europa do Conhecimento*, org. Alice Cunha, Maria Fernanda Rollo, Maria Manuela Tavares Ribeiro e Isabel Maria Freitas Valente (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019), 153-84; e Ana Carina Azevedo, “Reformar a Administração Pública ao sabor das prioridades do Estado Novo,” *Portuguese Studies Review* 26, n. 2 (2018): 177-98. E-mail: aazevedo@fcs.unl.pt.

De facto, a ordem de trabalhos de cada subgrupo reflete as prioridades atribuídas, desde a década anterior, à reforma da Administração Central: a situação dos funcionários públicos, a problemática da organização e métodos, a reforma administrativa e as suas relações com o processo de desenvolvimento económico e social.

Utilizando documentação produzida pelos cinco subgrupos, este artigo pretende incidir sobre os estudos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho n.º 14, de modo a desvendar as suas principais conclusões e o seu impacto no processo que viria a dar origem às bases do programa de reforma administrativa apresentado pelo Estado Novo em 1968.

Palavras-chave: Portugal. Estado Novo. Reforma Administrativa. Grupo de Trabalho n.º 14. Administração para o desenvolvimento.

ABSTRACT: In the mid-1960s Portugal, a focus is placed on studies regarding the national Public Administration and its relation to economic development. In 1965, Working Group No. 14 was created within the Commission for Planning and Economic Integration, which would remain active until 1969. Subdivided into five subgroups, this organisation was responsible for the most profound studies on the Portuguese Public Administration carried out during the “Estado Novo”. Consequently, the Secretariat for Administrative Reform would also be created in 1967.

The analysis of its largely unpublished reports shows that the conclusions of Working Group No. 14 were due to the studies that had been made since 1950 and they were also responsible for the decisions taken in the reform program presented in 1968. The agenda for each subgroup reflects the priorities assigned to the reform of the Central Administration since the previous decade: the conditions of public servants, the problems of organization and methods, the administrative reform and its relations with the process of economic and social development.

Using the documentation produced by the five subgroups, this article intends to focus on the studies developed by Working Group no. 14, to unveil its main conclusions and their impact on the process that would give rise to the bases of the Administrative Reform program presented by the “Estado Novo” in 1968.

Keywords: Portugal. “Estado Novo”. Administrative Reform. Working Group no. 14. Administration for development.

RESUMEN: Al calor de la voluntad desarrollista de la época, durante la década de los sesenta florecieron en Portugal los estudios sobre temas relacionados con la administración pública. De ahí que en el seno de la Comisión Interministerial de Planificación e Integración Económica se crease, en 1965, el llamado Grupo de Trabajo n.º 14, que se mantuvo en actividad hasta 1969. Este organismo, que se articuló en cinco subgrupos, fue el responsable de los estudios más profundos hechos sobre la mejora de las administraciones públicas en Portugal durante el Estado Novo. Tanto es así que de sus esfuerzos nació, en 1967, la Secretaría de la Reforma Administrativa.

Los informes del Grupo de Trabajo n.º 14, desconocidos en su mayoría, cuando no directamente ignorados, nos permiten seguir la reflexión sobre los éxitos y las deficiencias detectadas en la experiencia administrativa portuguesa desde 1950 hasta entonces, y comprender también el

origem fundamentado de las líneas de acción que en 1968 adquirieron la forma de un auténtico plan para la reforma. De hecho, el orden de trabajo de cada subgrupo ya revela las que eran las principales preocupaciones en la materia desde la década anterior: la situación de los funcionarios públicos, la organización y el método de trabajo, y la relación entre el funcionamiento de las administraciones públicas y el desarrollo económico.

Así pues, en este artículo abordamos el esfuerzo analítico y reflexivo del referido grupo, para lo que nos recurriremos sobre todo a la documentación producida por los cinco subgrupos en que se subdividía. Queremos con esto desvelar cuáles fueron sus conclusiones, pero también mediar el real impacto que esos trabajos tuvieron sobre el programa de reforma administrativa que el gobierno de la Dictadura terminó por presentar en 1968.

Palabras clave: Portugal. “Estado Novo”. Reforma Administrativa. Grupo de Trabajo n.º 14. Administración para el desarrollo.

### Como citar este artigo:

Azevedo, Ana Carina. “O ‘Estado Novo’ português e os estudos sobre a Reforma Administrativa (1965-1969)”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 312-336.

\*\*\*

### Introdução

O final da II Guerra Mundial marca, em todo o mundo, uma maior preocupação com o nível de eficácia das Administrações Públicas. Estas enfrentavam desafios a nível global e a necessidade de racionalizar as estruturas do Estado, tornando-as menos dispendiosas e mais eficazes, apresentava-se como um problema a nível internacional (Talloen 1957, 476). As transformações sociais e económicas que surgiam por todo o mundo atribuíram um novo papel aos Estados, sendo-lhes confiadas novas funções enquanto promotores do desenvolvimento económico e do bem-estar social. Uma Administração Pública eficaz era considerada o garante do desenvolvimento, essencial para a manutenção da paz e a defesa da democracia (Caiden 1973, 327-344; Otenyo e Lind 2006, 221-230; Phillips 1963, 5-12). Impulsionado e difundido por organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) ou por entidades ligadas ao Plano Marshall, o conceito de Administração para o Desenvolvimento implanta-se internacionalmente, não obstante a natureza dos regimes políticos.

Mas, paralelamente à consciencialização sobre os novos desafios colocados aos Estados no pós-guerra, aprofunda-se também a compreensão da inadequação das Administrações Públicas, que se mantinham baseadas em métodos de trabalho tradicionais e rotineiros, apresentando um baixo nível de eficiência e de produtividade. O desenvolvimento das Ciências Administrativas acompanhava esta problemática. Enfatizava a necessidade de modernizar a orgânica e os métodos de trabalho nas administrações públicas, segundo modelos científicos de

organização do trabalho. Defendia ainda a importância do aprofundamento da formação dos funcionários e a garantia de melhorias significativas na sua condição económica e social.

Portugal não fica aquém desta dinâmica. Sem colocar em causa a natureza do regime, o país é impelido, após a Segunda Guerra Mundial, a refletir sobre o seu próprio processo de desenvolvimento económico. Esta dinâmica encontra-se, também, relacionada com a maior abertura ao exterior encetada na época, através da participação no Programa de Assistência Técnica e Produtividade, mediante o qual o país entra em contacto com organismos como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e a Agência Europeia de Produtividade (AEP).

Apesar da sua importância, esta é uma temática apenas liminarmente estudada pela historiografia. As obras que atentam na problemática da modernização da Administração Pública incidem quase unicamente sobre o período democrático (Madureira 2015, 547-62; Carvalho 2008; Araújo 2005). O Estado Novo, por norma, é apenas referido de forma superficial, embora alguns estudos recentes venham tentando colmatar esta falha (Azevedo 2014, 2018 e 2019). Estes vêm demonstrando que na década de 1950 começaram a desenhar-se algumas tentativas de reforma da Administração Pública nacional que, apesar de parciais e segmentárias, abrirão o caminho aos estudos desenvolvidos em meados da década seguinte. Reconhece-se, igualmente, o grande impulso dado a estes esforços pelos estudos preparatórios do III Plano de Fomento. Estes conduziram ao surgimento do Grupo de Trabalho n.º 14 (GT 14), no seio da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica (CIPIE) e, posteriormente, à criação do Secretariado da Reforma Administrativa (SRA).

O GT 14 seria subdividido em cinco subgrupos, responsáveis pelos mais aturados estudos sobre a situação, condições, deficiências e possibilidades da Administração Pública portuguesa alguma vez desenvolvidos no Estado Novo – e, potencialmente, na própria Democracia. Cada um deles apresentou relatórios essenciais para a compreensão das problemáticas que rodeavam o tema, os quais não foram ainda suficientemente analisados pela historiografia. Utilizando documentação produzida pelos cinco subgrupos, este artigo pretende incidir sobre os estudos desenvolvidos pelo GT 14 de modo a desvendar as suas principais conclusões e o seu impacto no processo que viria a dar origem às bases do programa de reforma administrativa apresentado pelo Estado Novo em 1968.

### **Administração Pública, política e impactos internacionais**

Em meados da década de 1960, Portugal vivia sob uma ditadura de cariz corporativo com profundas repercussões na estrutura administrativa nacional. O advento do Estado Novo e a sua

---

institucionalização com a Constituição de 1933, iniciam uma doutrina de intervencionismo ativo e de controlo do indivíduo e dos poderes autárquicos, num processo que tenderia a atribuir uma maior importância à Administração Central (Amaral 2004, 129-32). Na verdade, a estrutura administrativa herdada por Salazar não se encontrava preparada para o processo de centralização que este pretendia efetuar. Tornou-se, assim, necessário, logo desde o final da década de 1920, encetar mudanças progressivas tendentes a permitir a centralidade da figura do Presidente do Conselho no sistema estatal e a regularizar os procedimentos burocráticos, elevando o Ministério das Finanças a entidade fiscalizadora da atividade dos outros ministérios (Graham 1985, 903-24). A primazia atribuída à manutenção do dogma das finanças sãs obrigou a uma profunda reorganização política (Telo 1994, 779-800) e a uma regulamentação rígida de quase todas as atividades, tornando a Administração Pública mais burocrática e, conseqüentemente, mais complexa e lenta.

No final da II Guerra Mundial a estrutura administrativa nacional não conseguia já dar resposta aos novos desafios do período (Guerreiro 1968, 13). Por um lado, o Estado era compelido a ser o garante do desenvolvimento económico e do bem-estar social, na esteira do conceito internacional de Administração para o Desenvolvimento. Por outro, as lógicas de abertura ao exterior exigiam diligências administrativas às quais o país não se encontrava preparado para responder. Credo ser essencial não ficar de fora dos organismos internacionais criados na época, entendidos como “vias de acesso para a aceitação do país no sistema ocidental” (Rollo 1998, 66), Portugal cria em 1948 a Comissão Técnica de Cooperação Económica Europeia (CTCEE). Esta tinha como objetivo adaptar a administração portuguesa às lógicas do Plano Marshall, gerir os contactos com a AEP, preparar os projetos do Programa de Assistência Técnica e Produtividade e as missões externas e representar o país nos organismos de cooperação económica internacional. O setor público seria o grande beneficiário do Plano Marshall em Portugal e o principal agente de promoção do intercâmbio por ele promovido. Além disso, o Estado português é, também nesta época, beneficiário de projetos de assistência técnica organizados pela Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) e pela AEP. Através destes projetos, vários especialistas têm a possibilidade de conhecer e intervir na realidade económica portuguesa e vários industriais e funcionários do Estado têm a possibilidade de entrar em contacto com técnicos estrangeiros, conhecer diferentes modelos de gestão e inserir-se, paulatinamente, nas redes internacionais de transferência de conhecimento propiciadas por estes organismos.

É importante notar que as relações internacionais estabelecidas possibilitaram interessantes lógicas de circulação do conhecimento que explicam, em grande medida, as

---

semelhanças entre os processos de reforma administrativa desenvolvidos em vários países, independentemente dos seus regimes políticos (Azevedo 2019). Portugal apresenta, apesar de com um ligeiro atraso, os mesmos objetivos e metodologias passíveis de encontrar em realidades tão distintas como Espanha, Países Baixos, Alemanha ou América Latina. De facto, os eixos sobre os quais a reforma administrativa portuguesa foi baseada são os mesmos sobre os quais assentam os projetos de reforma de outros países. A primazia atribuída à situação do funcionalismo público, que esteve bem patente na ação dos subgrupos seguidamente apresentada, pode ser encontrada em países como França, Malta, Itália ou Dinamarca. Estes apresentaram como prioridade a melhoria das condições e dos horários de trabalho; o estudo dos problemas de recrutamento, promoção e classificação dos funcionários; e a análise dos seus níveis salariais, sem esquecer as questões ligadas à formação (Godchot 1970, 18-21; Alhaique 1957, 497-502; Meyer 1960, 135-46; Henares 1961, 55-58). Também na América Latina e na Ásia estas questões fariam parte dos pilares das reformas administrativas que decorriam na época. Na Jordânia, a reforma da Administração Pública apresentava como ponto essencial o estabelecimento de novas regras relativas ao funcionalismo, incidindo particularmente na criação de uma nova escala salarial (*International Review of Administrative Sciences* 1958, 406). A Argentina, Costa Rica, El Salvador, Venezuela e México davam, igualmente, uma grande atenção à reestruturação das carreiras administrativas, ao estabelecimento de novas regras de recrutamento, à revisão dos programas de formação, aos problemas salariais e à planificação dos recursos humanos (Arias 1957, 185-99; Brewer-Carias 1972, 252-61 e 1970, 34-46; Castro 1974, 58-74).

Mas também outras características do projeto de reforma português são reconhecidas a nível internacional. A criação de um organismo central responsável pela reforma, colocado sob a dependência direta do chefe do executivo, foi característica dos processos de reforma a nível internacional, sendo também defendida pelo programa de assistência técnica da ONU. Por outro lado, a qualidade das operações e métodos de trabalho dos serviços públicos apresentava, igualmente, uma importância relevante a nível internacional. A utilização de núcleos de organização e métodos (O&M) é uma realidade comum aos países que encetam processos de reforma, quer estes desempenhem uma ação de conjunto sob a dependência de um organismo central, ou se encontrem dispersos pelos vários órgãos do Estado. A necessidade de simplificar métodos e procedimentos de trabalho, de racionalizar circuitos de documentação e de implementar a mecanização e a automação está presente nas reformas administrativas encetadas um pouco por todo o mundo (Brewer-Carias 1970, 34-46; Castro 1974, 58-74; François 1970, 56-66; Langrod 1964, 263-71; Uotila 1961, 65-70; Meyer 1960, 135-46; Koch 1967, 1-8; Laberge 1960, 166-180; Wurmser 1957, 17-25; Godchot 1970, 18-21).

O dinamismo criado pelas lógicas internacionais demonstrava a necessidade de rever as estruturas e métodos de trabalho administrativos, enquanto as novas condições do pós-guerra aumentavam o nível de intervenção do Estado na sociedade e na economia. Porém, como refere António Guerreiro (Guerreiro 1968, 13), esta nova conjuntura não conseguiria modificar o atavismo e a rotina patentes na Administração Pública portuguesa, bastante marcada pelo seu carácter burocrático e pelos intrincados processos administrativos, pautados por métodos de trabalho lentos e rotineiros, que caracterizavam o Estado corporativo. Era necessário proceder a uma reforma da Administração Pública, tornando-a célere e eficaz, para que o regime tivesse a possibilidade de se apresentar como garante do desenvolvimento nacional. Por outras palavras, reformar a Administração Pública era condição para manter o regime.

Várias providências de modernização administrativa haviam já sido colocadas em prática desde a década de 1950, contudo estas apresentavam um carácter parcial e fragmentário, não dando resposta à necessidade de uma reforma global. Como exemplo, em 1951 foi criada uma Comissão Central de Inquérito e Estudo da Eficiência dos Serviços Públicos; a Lei de Meios para 1958 aludia à “criação de um serviço permanente encarregado de estudar e de propor o que julgar mais conveniente à progressiva racionalização dos serviços” (*Diário das Sessões da Assembleia Nacional* 18/12/1957, 2); em 1959 são instituídas, em todos os ministérios, Comissões de Simplificação Administrativa; e a Lei de Meios para 1962 defende a necessidade imediata de formar técnicos especializados em O&M (ACMF, Relatório do Grupo de Trabalho n.º 14 - subgrupo n.º 3 (Organização e Métodos), 112). Porém, apenas na década de 1960 foram desenvolvidos estudos aprofundados e sistemáticos sobre as características, limitações e potencialidades da Administração Pública portuguesa.

Estes estudos seriam desenvolvidos no seio da CIPIE, organismo criado em 1962 que tinha como objetivo ser

um órgão de estudo, coordenação e consulta destinado a assegurar em matéria de planeamento e integração a ligação permanente entre o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, os diversos ministérios e, por intermédio do Ministério do Ultramar, as províncias ultramarinas (Decreto-Lei n.º 44652, 27/10/1962, 1414-1415).

A CIPIE era constituída por um conjunto de grupos de trabalho nos quais se encontravam presentes delegados dos serviços públicos e dos organismos corporativos, associações económicas e empresas privadas cujo trabalho apresentava interesse no âmbito das suas atividades. O Grupo de Trabalho n.º 14<sup>1</sup> foi o grande responsável pelos estudos que deram

---

<sup>1</sup> Membros iniciais do Grupo de Trabalho n.º 14: pela Direção-Geral do Trabalho e Corporações: António da Costa Figueira (Chefe da 2.ª repartição); pela Direção-Geral da Previdência e Habitações Económicas: Domingos Conte de Moraes (Inspetor da Previdência Social); pela Educação Nacional: Carlos da Silva Gonçalves (Direção-Geral do Ensino Primário); pelas Finanças: Fernando Natividade Alves (Adjunto do Diretor-Geral da Contabilidade Pública); pelo Interior (Direção-Geral da Administração Política e Civil): José Gaspar da Cruz Filipe (Chefe da 1.ª repartição);

origem ao projeto de reforma administrativa apresentado ao país em 1968, permanecendo em funções entre 1965 e 1969. Constituiu o primeiro passo de carácter institucional para a criação de um órgão técnico central incumbido de efetuar estudos sobre a reforma administrativa. Apresentava-se como uma tentativa de conferir um carácter sistemático e uma visão de conjunto aos esforços reformadores que haviam sido tentados na década anterior, possibilitando uma reforma geral devidamente estruturada (*Atas da Câmara Corporativa* 30/06/1967, 653). Presidido pelo Secretário-Geral da Presidência do Conselho, Diogo de Paiva Brandão, a principal missão do GT 14 consistia na elaboração de

um relatório analisando a situação da eficiência da Administração Pública e propondo as linhas gerais da reforma administrativa imposta pela necessidade de adaptação das funções do Estado aos imperativos da vida de uma sociedade moderna e em função das exigências do desenvolvimento económico da Nação (...). (Arquivo do Departamento de Prospeção e Planeamento, 28 de agosto de 1965)

A consciência sobre a urgência do início dos seus trabalhos é relativamente unânime, sendo considerado que quaisquer atrasos ou indecisões no processo de funcionamento do GT 14 colocariam em risco a reforma administrativa. Porém, cedo é constatado que o grupo não dispunha do tempo nem dos especialistas necessários para completar a missão que lhe havia sido atribuída. Como tal, sob proposta do seu presidente, o GT 14 define uma lista de prioridades que englobava a temática do fator humano; a criação de um serviço permanente encarregue da reforma, bem como de serviços de O&M; além da problemática da relação entre a reforma administrativa e o planeamento económico (ACMF, Sugestão do presidente, 126).

A necessidade de estudar de forma aprofundada cada uma das temáticas consideradas prioritárias e as limitações humanas e de tempo apresentadas pelo grupo, tiveram implicações na sua estrutura interna e forma de funcionamento. Foi decidido que, enquanto o plenário do GT 14 e o seu presidente redigiriam um relatório preliminar que, baseado em estudos anteriores, fornecesse as bases para a reforma administrativa, cinco subgrupos seriam encarregues de estudos aturados sobre as temáticas prioritárias. O subgrupo n.º 1 seria responsável pelas questões da formação, qualificação, seleção e aperfeiçoamento do pessoal, enquanto o segundo trataria da situação económico-social dos servidores do Estado. A criação e definição das normas de funcionamento dos serviços de O&M seriam estudadas pelo subgrupo n.º 3, enquanto o

---

pela Justiça: António Miguel Caeiro; pelos Negócios Estrangeiros: João Manuel Hall Themudo (Diretor-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna); pelas Obras Públicas: Mário Gonçalves Ferreira (especialista); pela Saúde e Assistência: Alberto de Deus Baptista de Abreu (Diretor da Comissão Inter-Hospitalar da Zona Centro); pelo Ultramar: Fernando Pereira Bastos (Chefe de repartição do Gabinete dos Negócios Políticos da Direção-Geral da Administração Política e Civil); pelo Comércio: Augusto dos Santos (Técnico na Comissão de Coordenação Económica); pela Secretaria de Estado da Indústria: Fernando da Silveira (Chefe de secção da Direção-Geral dos Serviços Eléctricos). Arquivo do Departamento de Prospeção e Planeamento e Relações Internacionais, Ministério da Economia, CIPIE.3.2.16\2, Caixa V70-6 - Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica. Grupos de Trabalho. Grupo de Trabalho n.º 14. Constituição, 1965.

---

subgrupo n.º 4 trataria das providências imediatamente necessárias para corrigir os vícios mais salientes da Administração Pública. Por fim, as relações entre a reforma administrativa e o planeamento económico ficariam a cargo do subgrupo n.º 5 (ACMF, Anexo à ata resumo n.º 3).

O trabalho desenvolvido pelos subgrupos revelou-se moroso e díspar, uma realidade bastante visível nos prazos de execução dos relatórios e na redação dos respetivos pareceres pelo plenário do GT 14, compreendidos entre 1966 e 1969. Através da sua análise é possível concluir acerca das principais temáticas, preocupações, desafios e constrangimentos presentes na Administração Pública portuguesa.

### **Uma reforma baseada em funcionários competentes e valorizados**

As problemáticas relativas à situação dos funcionários públicos são uma constante nas fontes da época, sobretudo no que diz respeito à necessidade de captar e manter os melhores profissionais ao serviço do Estado e assegurar a sua competência técnica (Oliveira 1968). Assim, uma das principais preocupações que, desde o final da II Guerra Mundial, vinha marcando as reflexões sobre a reforma administrativa prende-se com a formação e condições económicas e sociais do fator humano. A importância desta problemática em Portugal reflete-se no peso que lhe é atribuído no GT 14, sendo que dois dos cinco subgrupos ficariam encarregues do seu estudo. No que diz respeito ao subgrupo n.º 1, este era responsável pelos estudos sobre a formação profissional, qualificação, seleção e aperfeiçoamento pessoal dos funcionários públicos e era composto por representantes dos Ministérios das Finanças, Educação Nacional e Corporações e por um membro do subgrupo n.º 3. Reconhecendo que o ponto de partida de qualquer reforma administrativa teria de passar pela formação e adaptação dos “homens à técnica que se vêem obrigados a servir”, o subgrupo aprofunda o impacto e a relevância do tema no âmbito do alargamento das funções do Estado na vida moderna e da falta de adequação da organização administrativa a essa mesma expansão (ACMF, Relatório do Grupo de Trabalho n.º 14 – subgrupo n.º 1 (Formação profissional), 1-2).

Era internacionalmente aceite que uma administração para o desenvolvimento necessitava de um corpo de funcionários capaz e razoavelmente formado. Esta premissa era, desde os anos de 1940, defendida por organismos como a ONU, que a colocava no centro dos seus programas internacionais de assistência técnica (ONU 1948). O alargamento das áreas de influência e da missão do Estado após o final da II Guerra Mundial e a necessidade de melhorar a produtividade da Administração Pública para dar resposta aos novos desafios da época, dependiam da existência de funcionários públicos adequadamente preparados, dotados dos conhecimentos necessários a uma administração mais interventiva, rápida e com uma maior capacidade de resposta e de

articulação com os cidadãos. Também em Portugal esta premissa se encontrava presente nos discursos, relatórios e outras publicações sobre o tema. Era geral a consciência de que para o bom funcionamento da Administração Pública era vital a existência de pessoal competente e ativo, sobretudo nos altos escalões administrativos (Felismino 1957, 6; Guerreiro, 1968). Porém, este era um elemento do qual o país carecia. Tornava-se, assim, essencial não só a formação do pessoal a contratar futuramente, mas também o aperfeiçoamento profissional dos funcionários existentes nas novas técnicas que permitiam uma melhoria da produtividade (ACMF, Relatório do Grupo de Trabalho n.º 14 – subgrupo n.º 1 (Formação profissional), 1).

Quer o relatório do subgrupo, quer o parecer do GT 14 são claros ao fazer o diagnóstico das fraquezas apresentadas pelos servidores do Estado que poderiam ser combatidas mediante uma adequada formação. São destacadas a insuficiente compreensão do meio socioeconómico e do papel da Administração Pública como principal agente do desenvolvimento; a insuficiente avaliação dos valores psicossociológicos que estão presentes nas organizações administrativas; e a falta de espírito científico, capacidade de investigação e racionalização do trabalho (ACMF, Parecer do Grupo de Trabalho n.º 14 sobre o relatório do subgrupo n.º 1, 2-3). Para ultrapassar estas deficiências era importante que a formação destes profissionais incluísse noções de Direito Administrativo e Constitucional; Finanças e Contabilidade públicas; Ciência e História da Administração; Economia Política; e Estatística. A relevância da sensibilização e consciencialização dos funcionários públicos para as questões da reforma administrativa não é esquecida, sobretudo no que diz respeito ao pessoal de direção e chefia.

Para atingir este objetivo, o relatório do subgrupo considera a necessidade de criar serviços especializados em matéria de formação profissional. Em primeiro lugar, uma Direção-Geral da Função Pública, com repartições ou secções especializadas por grupos de serviços e, posteriormente, uma Escola ou Instituto de Administração Pública. O seu pessoal docente deveria ser recrutado entre os professores portugueses de reconhecida competência na matéria e detentores de uma especialização realizada no estrangeiro, ou entre funcionários superiores da Administração Pública, cuja competência e preparação pudessem equivaler à formação superior. Da mesma forma, e sempre que necessário, poderiam ser contratados técnicos estrangeiros de Administração Pública para regerem cursos e realizarem palestras. Deveriam, igualmente, ser concedidas bolsas de estudo a professores e alunos que demonstrassem interesse e competência suficientes para frequentar centros de formação em Ciências Administrativas no estrangeiro (ACMF, Relatório do Grupo de Trabalho n.º 14 – subgrupo n.º 1 (Formação profissional), 12-17).

---

Não obstante a existência de uma Escola ou Instituto de Administração Pública ser considerada relevante, o subgrupo considera, igualmente, que a sua criação imediata seria de realização difícil. É, assim, recomendado o estudo de alternativas, como a criação de um sistema-piloto reduzido que permitisse verificar a possibilidade de criação de uma escola específica, ou a avaliação de programas de formação menos intensivos baseados na frequência de seminários, cursos especiais e estágios (ACMF, Relatório do Grupo de Trabalho n.º 14 – subgrupo n.º 1 (Formação profissional), 6-7). Esta questão não se revelou, porém, unânime no seio do GT 14, tendo o parecer do plenário apresentado a sua oposição à necessidade de o pessoal administrativo ser detentor de um curso de Administração Pública, condição que iria dificultar o acesso às funções e diminuir o recrutamento de novos funcionários. Para o grupo de trabalho, este curso deveria constituir somente uma condição de preferência, destinando-se fundamentalmente a funcionários em funções (ACMF, Parecer do Grupo de Trabalho n.º 14 sobre o relatório do subgrupo n.º 1, 4). Na verdade, a Administração Pública portuguesa via-se a braços com uma grande diminuição de candidaturas para acesso à Função Pública e com uma preocupante fuga de funcionários para o setor privado. Nesta época, ser funcionário público não era já um privilégio em Portugal, devido às baixas remunerações e aos fracos apoios sociais que, não obstante uma constante tentativa de melhoria por parte do Estado, não conseguiam acompanhar as regalias oferecidas pelo setor privado.

Estas questões seriam analisadas pelo subgrupo n.º 2, responsável pelos estudos sobre a situação económica e social dos servidores do Estado. Composto por representantes dos Ministérios das Corporações, Finanças e Saúde e Assistência, o subgrupo centrou os seus estudos nas providências e reformas a levar a cabo em matéria de benefícios da Segurança Social. Esta era uma questão em aberto em Portugal, pois várias medidas legislativas haviam tentado melhorar a situação económica e social dos servidores do Estado apesar de, algumas delas, não terem tido os resultados desejados.

Desta forma, o subgrupo aponta para a necessidade de efetivar medidas anteriormente preconizadas na regulamentação da Assistência na Doença aos Servidores do Estado (ADSE), para que estes pudessem dispor de uma proteção semelhante à dos beneficiários da Previdência Social. O alargamento dos esquemas de assistência na doença é o aspeto mais referido, reconhecendo-se “não fazer sentido que o Estado obrigue as organizações privadas a dar aos seus empregados proteção que não concede aos seus próprios servidores” (ACMF, I Fase do parecer do Grupo de Trabalho n.º 14 sobre o relatório do subgrupo, 2). Na verdade, a multiplicidade de organismos de previdência social existentes em Portugal tinha como consequência disparidades no acesso aos esquemas de assistência. O subgrupo defende, assim, a redução destas disparidades,

---

propondo a revisão da remuneração durante a doença e o seu prolongamento, de modo a garantir proteção a doentes de longa duração. As regalias dos doentes tuberculosos deveriam passar a abranger outras doenças, como as cardíacas, mentais e oncológicas. Da mesma forma, é proposta a revisão total da proteção à maternidade, a atualização do abono de família e a concessão de prestações complementares, como subsídios de casamento, nascimento, aleitação e morte (ACMF, Nota sumária sobre as providências e reformas a levar a cabo em matéria de benefícios de Segurança Social dos servidores do Estado (subgrupo n.º 2), 2-4).

De um modo geral, o subgrupo apontava como principal necessidade o nivelamento das condições socioeconómicas dos servidores do Estado às dos funcionários do setor privado. E este seria um dos motivos pelos quais o seu relatório seria alvo de críticas pelo plenário. Apesar de secundar as preocupações do subgrupo, o GT 14 alerta para as insuficiências apresentadas pelo relatório. Em primeiro lugar, deste não constava o capítulo 2, referente aos critérios a que deveria obedecer a fixação das remunerações do funcionalismo, ausência justificada pela necessidade de mais estudos sobre o tema. Da mesma forma, ao subgrupo havia sido solicitada a inclusão de elementos financeiros que não chegaram a ser preparados, existindo o risco de estes poderem conduzir à alteração da ordem de prioridades apresentada, tornando impraticáveis algumas sugestões (ACMF, Nota manuscrita sobre a apreciação na generalidade do relatório do subgrupo n.º 2, 1-2). Por outro lado, considerou-se que, não obstante a caracterização da situação económica e social do funcionalismo público expressa no relatório ser correta, as sugestões apresentadas para a sua melhoria ficavam aquém do esperado. Ou seja, estas não deveriam pretender apenas igualar, mas sim superar as condições usufruídas pelos trabalhadores do setor privado.

Esta seria, também, a conclusão do parecer do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho (STPC). Este considera errada a tentativa de nivelamento das condições dos servidores do Estado com aquelas que eram apresentadas pelo setor privado, “em vez de se pretender colocar toda a Administração Pública na posição de vanguarda, de modelo que sirva a toda a sociedade” (ACMF, Parecer do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, 2). No que aos salários diz respeito, o STPC defende a necessidade de as remunerações apresentarem uma ligação às técnicas de análise do trabalho. O seu parecer refere que a solução definitiva para os problemas remuneratórios deveria ter em conta a “avaliação dos cargos” segundo técnicas de análise do trabalho, devendo os salários funcionar como estimulantes da produtividade. Da mesma forma, é apontada a necessidade de alargar as compensações à antiguidade, melhorar a remuneração do trabalho extraordinário, instituir o 13.º mês de vencimento e ter em conta a variabilidade geográfica dos custos de vida. Denota-se, porém, não existir unanimidade quanto à

---

possibilidade de aplicação destas melhorias. O próprio documento apresenta, em escrita cursiva, a seguinte anotação: “Ideal inatingível, porque o ótimo é inimigo do bom. E já seria bom que se fosse, ao menos, bem remunerado!...” (ACMF, Pareceres e observações ao relatório do Grupo de Trabalho n.º 14 - subgrupo n.º 2 (Situação económico-social dos servidores do Estado), 4).

### **A problemática da Organização e Métodos**

Como é visível no parecer do STPC, as preocupações com o fator humano estudadas pelos subgrupos n.ºs 1 e 2 apresentam uma relação próxima com as questões do estudo do trabalho. Como tal, o subgrupo n.º 3, constituído por representantes dos Ministérios das Obras Públicas, Finanças, Economia, Comunicações e Corporações, dedicou-se à análise da problemática da aplicação da Organização e Métodos na Administração Pública.

As conclusões dos seus estudos defendem a criação de serviços de O&M, salientando a importância da utilização das técnicas apropriadas para aumentar a eficiência do trabalho, através da melhoria dos métodos utilizados e/ou da redução do seu custo. A criação destes serviços na Administração Pública era já defendida a nível internacional por organismos como a ONU ou o IICA (ONU 1951 e 1967). Na esteira das premissas difundidas internacionalmente, o subgrupo enfatiza o papel determinante que estes serviços deveriam ter na reforma administrativa, no momento em que era ultrapassado o carácter puramente jurídico da atividade e as atenções se voltavam para a vertente técnica das Ciências Administrativas. Era necessário rever estruturas e processos de trabalho com vista a uma maior simplificação e à melhoria da produtividade dos serviços. Sobretudo numa época em que a Administração Pública se via a braços com o aumento das suas atribuições, enquanto mantinha processos de trabalho desadequados à sua nova missão. Este processo de readaptação constituía a função dos núcleos de O&M (ACMF, Providências legais em correlação com a conjuntura actual, 111).

A importância dos serviços de O&M defendida pelo relatório do subgrupo não era, porém, uma novidade, sendo que desde os anos de 1950 a sua criação vinha sendo preconizada em vários documentos. Os estudos feitos pelo subgrupo determinaram que estes núcleos deveriam encontrar-se presentes em diferentes níveis da administração do Estado. Primeiramente, deveriam constar das várias direções-gerais nas quais teriam como missão a resolução de problemas gerais e de aplicação imediata. As suas tarefas consistiriam no aconselhamento dos chefes sobre questões de organização e métodos; na análise do funcionamento dos serviços através da execução de diversos documentos de análise; na simplificação da execução do trabalho, através da utilização de métodos apropriados e da supressão de tarefas inúteis; na análise de grupos de impressos, eliminando aqueles que não

---

interessavam e melhorando os restantes; nos estudos de mecanização e de implantação de serviços, analisando circuitos de pessoas e documentos; na utilização de meios de classificação e arquivo; e na sensibilização de funcionários de modo a facilitar a participação de todos os interessados (ACMF, Relatório do Grupo de Trabalho n.º 14 - subgrupo n.º 3 (Organização e Métodos), 17).

Para evitar a descoordenação de procedimentos nas matérias comuns às várias direções-gerais, deveria ser instalado um serviço de O&M na secretaria-geral de cada ministério. Das suas atribuições constaria a divulgação de métodos e técnicas de O&M; a organização de cursos de formação sobre as mesmas; a organização de ciclos de aperfeiçoamento para especialistas; a sugestão de alterações com vista à uniformização de procedimentos nas direções-gerais; estudos sobre simplificação dos serviços em cada ministério; estudos sobre mecanização de serviços e a sua concentração eventual; a coordenação do trabalho dos núcleos de O&M das várias direções-gerais; e a participação no trabalho do serviço central. Por sua vez, este serviço central, colocado na dependência do Ministério das Finanças ou da Presidência do Conselho, deveria

promover nos serviços do Estado a aplicação das técnicas de organização e simplificação do trabalho administrativo [...], promover a formação e aperfeiçoamento de especialistas nestas matérias, e a divulgação dos conhecimentos adquiridos no País e no estrangeiro (ACMF, Relatório do Grupo de Trabalho n.º 14 - subgrupo n.º 3 (Organização e Métodos): 19).

A problemática da formação de especialistas era, de facto, essencial pois Portugal não dispunha de técnicos em número suficiente para preencher os quadros dos serviços propostos pelo relatório, como havia já sido constatado pelo subgrupo n.º 1. Assim, haveria que recorrer à formação acelerada de especialistas através de ações de sensibilização, como palestras, publicações, colóquios ou cursos de curta duração; ações de formação, como cursos de longa duração, seminários, colóquios e publicações especializadas; e ações de aperfeiçoamento e especialização, como cursos de duração variável, estágios em empresas e ações de reciclagem de conhecimentos.

O parecer do GT 14 sobre o relatório do subgrupo n.º 3 corrobora, na generalidade, as conclusões apresentadas defendendo que a atuação dos núcleos de O&M “não deixará de traduzir-se por um aumento de eficiência, e o custo do seu funcionamento encontrará sem dúvida contrapartida nos resultados obtidos” (ACMF, Parecer do Grupo de Trabalho n.º 14 sobre o relatório do subgrupo 3, 2). Porém, o Grupo de Trabalho discorda da possibilidade destes serviços serem criados de forma imediata nos três níveis da Administração Pública. Assim, o parecer defende que o Serviço Central seja incluído na orgânica do SRA. Quanto aos restantes núcleos, estes somente deveriam ser criados “onde e quando as circunstâncias se mostrarem propícias”, começando pela institucionalização dos serviços preexistentes. A sua criação

---

ponderada deveria iniciar-se pelos departamentos de carácter horizontal como a Presidência do Conselho ou o Ministério das Finanças, passando depois aos ministérios ligados ao desenvolvimento económico. Entretanto, a formação intensiva em O&M deveria apresentar um carácter urgente dada a conveniência de preparar técnicos em vários ministérios.

### **A correção dos vícios da Administração Pública**

Apesar da problemática da reforma administrativa constituir o mandato central do GT 14 e perpassar os estudos de todos os subgrupos, constituía de modo especial a ordem de trabalhos do subgrupo n.º 4, que contava com o concurso de representantes dos Ministérios do Interior, Finanças, Negócios Estrangeiros, Obras Públicas, Educação Nacional, Economia e Comunicações. A sua missão consistia no estudo das “providências imediatamente necessárias, com vista a corrigir alguns dos vícios mais salientes da Administração” e na definição das linhas a que deve obedecer a “racionalização, simplificação e coordenação dos serviços” (ACMF, Parecer do Grupo de Trabalho n.º 14 sobre o relatório do subgrupo n.º 4: racionalização, simplificação e coordenação dos serviços, 1). O seu relatório, intitulado *Racionalização, simplificação e coordenação dos serviços*, foi entregue em outubro de 1967, com bastante atraso relativamente ao prazo que havia sido estabelecido pelo Governo para a finalização dos trabalhos do GT 14.

O relatório apresenta alguns estudos introdutórios nos quais são analisados os principais vícios e a situação coeva da Administração Pública portuguesa e que, em grande medida, explicam o rumo traçado pelas recomendações que se lhes seguiriam. O ponto de partida do trabalho seria dado pela síntese de João Salavessa Belo sobre a situação da administração portuguesa. Aumentando de tamanho e complexidade, a Administração Pública havia passado de um expediente com carácter iminentemente burocrático para a necessidade de dar resposta aos problemas do desenvolvimento económico e social. Mas, paralelamente a este aumento das prerrogativas estatais, as estruturas da Administração Pública e os seus métodos de trabalho mantiveram-se retrógrados, “gerando situações de crise suscetíveis de comprometer a satisfação das necessidades humanas e das mais elementares aspirações dos povos” (ACMF, Síntese da situação da Administração Pública em Portugal, 4). A excessiva centralização administrativa; a duplicação de competências; o formalismo excessivo; o “gosto pelas complicações”; o “recurso a exigências inúteis”; a “obscuridade das leis”, o “temor das responsabilidades”; e a “insuficiente colaboração entre a Administração e os administrados” eram os principais vícios apresentados. E cada um deles poderia comprometer os esforços de desenvolvimento económico e social nos quais o país se encontrava empenhado.

Por seu lado, os estudos desenvolvidos por Carlos da Silva Gonçalves enfatizam os problemas ligados à organização e estruturas da administração, reconhecendo a ineficácia da legislação em vigor e de alguns preceitos constitucionais que contribuíam para uma excessiva concentração de competências. Esta concentração excessiva seria, de facto, um dos principais aspetos considerados no documento, provocando duplicações nas estruturas horizontais do Governo e uma organização hierárquica que fazia recair sobre o chefe todas as tomadas de decisão, aumentando a lentidão do processo. Além disso, a Administração Pública portuguesa convivía ainda com uma excessiva justaposição entre governo e administração, apresentando o primeiro uma relativa incapacidade de coordenação. Da mesma forma, verificavam-se problemas fulcrais ao nível da O&M, quer pela insuficiente aplicação do princípio da divisão do trabalho, quer pela inexistência de estudos e falta de análise das funções e postos de trabalho. Coroando estas deficiências, surgiam as dificuldades nos contactos entre a administração e o público e a inexistência de serviços de informação.

Verificavam-se, igualmente, problemas importantes ao nível do fator humano. Estes estavam relacionados com a falta de experiências enriquecedoras ao nível dos quadros de pessoal e com a falta de estímulos monetários, honoríficos e morais à realização de trabalhos relevantes para a melhoria de desempenho da Administração Pública, tal como havia sido concluído pelos subgrupos n.ºs 1 e 2. A falta de tecnicismo era também considerada um dos vícios da administração, sendo esta caracterizada por uma “(...) escassa sensibilidade à preparação deficiente e benevolência perante a incompetência profissional, mesmo irremediável, quando esta é acompanhada de docilidade” (ACMF, Síntese da situação atual da administração, 7). A incompreensão demonstrada em Portugal pela importância e potencialidades de instalações e equipamentos apropriados é, igualmente, referida, tal como os problemas resultantes da demasiada rigidez do controlo financeiro, base da administração estado-novista. Por fim, a própria orgânica da Administração Pública é colocada em causa. Esta era responsável pela excessiva atribuição de competências aos governantes, pela sobreposição entre política e administração, pela falta de coordenação e planificação, pela deficiente preparação técnica dos funcionários de topo e pela carência de uma verdadeira divisão e estudo do trabalho.

Carlos da Silva Gonçalves deixaria ainda um comentário sobre critérios e técnicas de reforma e reorganização no qual enfatiza a necessidade de serem incluídos técnicos administrativos no processo de reforma da Administração Pública. Estes teriam como missão a descoberta do melhor método para a obtenção do maior rendimento, sendo impossível que este fosse alcançado através de “meios não técnicos, tais como o engenho natural, a indelével capacidade de adaptação dos portugueses, etc.” (ACMF, Critérios e técnicas de reforma e

---

reorganização, 10). A primeira necessidade era desconcentrar e desburocratizar, permitindo aproximar a capacidade de decidir da capacidade de informar; escolher os funcionários mais preparados para cada tarefa; e fazer recair a decisão sobre o órgão mais indicado. O risco da tecnocracia estaria, porém, presente nesta concepção, podendo constituir um perigo para a ordem do Estado Novo e para a necessária centralização das decisões. Para o evitar, era necessário que o dirigente continuasse a decidir sobre os aspetos de planeamento, aprovação de planos e estabelecimento de objetivos.

A problemática das relações públicas encontra-se, igualmente, presente. Considerando-se que muitos dos mal-entendidos entre a administração e os administrados decorriam de má comunicação e de uma política de secretismo sobre assuntos que deveriam ser de conhecimento público, foi sendo, paulatinamente, reconhecida, a partir da II Guerra Mundial, a necessidade de melhorar a comunicação com os cidadãos. O subgrupo secunda estas conclusões e sugere a promoção de várias medidas tendentes a melhorar as relações públicas dos serviços administrativos e a comunicação com os cidadãos (ACMF, Critérios e técnicas de reforma e reorganização, 15).

Por fim, as questões relativas às instalações e equipamentos usados pela Administração Pública não são esquecidas. O aumento dos serviços públicos e do número de funcionários conduziu à necessidade de ampliação dos serviços e da sua instalação em edifícios que não se encontravam preparados para desempenhar funções públicas. Tratando-se, sobretudo, de prédios de habitação comprados ou arrendados na cidade de Lisboa, estes não proporcionavam condições de trabalho satisfatórias e causavam incómodo ao cidadão, aumentando a dispersão dos serviços. Além disso, esta dispersão causava uma ainda maior duplicação de competências impedindo a centralização de serviços e economias de energia, combustível e funcionários. A construção de edifícios próprios para acolher os serviços públicos era, assim, essencial. As novas construções deveriam ter em conta a proximidade de redes de transporte público frequentes e económicos, prever as ampliações necessárias e possuir estacionamento para funcionários e para o público, bem como refeitórios e salas de estar para o pessoal (ACMF, Racionalização e economia da atividade burocrática, 4-5).

Decorrentes das lógicas apresentadas, as principais providências preconizadas no relatório incidem, sobretudo, sobre a desconcentração de competências alcançada através do recurso à delegação e subdelegação de atribuições, que permitiria solucionar temporariamente o problema até à revisão dos diplomas orgânicos dos serviços. Cada ministério deveria ainda iniciar urgentemente os estudos e providências tendentes à simplificação burocrática, contando com o apoio dos núcleos de O&M recomendados pelo subgrupo n.º 3. A problemática das relações

---

humanas era, igualmente, citada, quer no que diz respeito ao funcionalismo público, quer à relação dos serviços com os cidadãos. A este propósito, o relatório do subgrupo recomenda a inclusão da temática nos programas de formação; a realização de reuniões periódicas entre funcionários; o estabelecimento de sistemas de comunicação ascendentes e descendentes que permitissem o conhecimento das opiniões do público e o acesso do mesmo à informação; a criação de um processo de recolha de sugestões em cada departamento; e um aumento das preocupações com a simplificação, comodidade e correção dos contactos com o público. No topo da pirâmide surgiria o SRA, como um serviço central de relações públicas (ACMF, Relatório preliminar do Grupo de Trabalho n.º 14 - subgrupo n.º 4 (Reforma Administrativa), 6-8).

No que diz respeito às instalações e equipamento, o relatório recomenda o aumento dos apoios à Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos, de modo a que esta pudesse continuar e atualizar os estudos para um novo plano de construções. Estes trabalhos deveriam ser desenvolvidos em contínua parceria com o SRA, em prol da definição dos princípios gerais orientadores da ação a empreender. Simultaneamente, cada ministério deveria criar uma comissão *ad hoc* para preparar um programa de construção e apetrechamento, devendo ainda ser realizadas ou visitadas exposições periódicas de mobiliário e equipamento para permanente atualização dos funcionários. Como suporte destas medidas, o subgrupo recomenda a instituição de um fundo de construção (ACMF, Relatório preliminar do Grupo de Trabalho n.º 14 - subgrupo n.º 4 (Reforma Administrativa), 8-9).

### **As relações entre a reforma administrativa e o planeamento económico**

As preocupações com a melhoria do nível de produtividade da Administração Pública relacionam-se com a sua ligação ao planeamento económico. Assim, o último dos subgrupos criados no GT 14 era responsável pelas relações entre o processo de reforma administrativa e o desenvolvimento económico e social e contaria com representantes do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho e dos Ministérios das Finanças, Obras Públicas, Ultramar, Economia e Comunicações. Baseando-se na conceção de administração para o desenvolvimento, bastante presente quer internacionalmente, quer em Portugal desde os anos de 1950, a criação deste subgrupo defendia que a Administração Pública não podia alhear-se das transformações verificadas na sociedade. Pelo contrário, deveria reger-se por um processo contínuo de adaptação, substituindo uma “administração de legalidade” por uma administração comandada pelos princípios da produtividade, eficiência, previsão e planeamento.

Inspirando-se em algumas das publicações da ONU que circulavam na Europa por virtude da ação do IICA, da OCDE ou da AEP, o subgrupo considera que os objetivos da

reforma administrativa deveriam ser aqueles que haviam sido fixados nos Planos de Fomento. Não devendo ficar contida na Administração Pública, a reforma deveria, assim, apresentar um sentido mais amplo enquadrando-se nas lógicas do desenvolvimento económico e nas metas dos Planos de Fomento. O facto de o impulso para a reforma administrativa ter surgido no âmbito dos trabalhos preparatórios do III Plano de Fomento e desta preocupação ser já visível nos estudos preparatórios do Plano Intercalar não é, assim, um acaso, demonstrando a necessária relação entre a reforma da Administração Pública e as exigências do desenvolvimento económico do país. Pela mesma razão, as deficiências apresentadas pela Administração Pública ultrapassavam a “esfera de um simples problema administrativo interno para revestir o aspeto de um elemento decisivo da própria segurança e sobrevivência da Nação” (ACMF, Relatório do Grupo de Trabalho n.º 14 - subgrupo n.º 5, 155-156).

O subgrupo centra a sua atenção no estudo das estruturas e da coordenação administrativa necessárias ao desenvolvimento, atribuindo primazia à Administração Central enquanto centro estratégico. Porém, as problemáticas relativas ao fator humano e ao seu papel preponderante na reforma estiveram sempre presentes nos estudos desenvolvidos. Sobretudo, o subgrupo considera essencial que os funcionários públicos acreditem que a obtenção de melhores índices de produtividade pressupõe a concordância com atualizações e reorganizações tendentes a eliminar formalismos inúteis e desnecessários. A colocação em prática das resoluções dos restantes subgrupos era, assim, essencial para o alcançar destes objetivos. E estes implicariam, igualmente, a criação do SRA, junto do qual deveria funcionar um Conselho Coordenador para a Reforma Administrativa, com a missão de proceder às ligações com os diferentes ministérios e secretarias de Estado e coordenar e planear a reforma administrativa.

A relação entre a reforma administrativa e os Planos de Fomento era, assim, evidente. Porém, esta colocava outros problemas à efetivação da reforma, pois a execução dos planos encontrava-se baseada numa série de organismos cuja intervenção no processo de desenvolvimento económico não era facilmente identificável. Para um maior conhecimento da sua ação, o subgrupo organizou o questionário intitulado *Órgãos da Administração Pública intervenientes na concretização dos empreendimentos e medidas previstos nos Planos de Fomento Nacionais*. Este seria o primeiro de vários inquéritos enviados pelo subgrupo aos órgãos administrativos nacionais que permitiriam um conhecimento mais aprofundado sobre as dinâmicas da Administração Pública. Seguir-se-iam mais três questionários incidindo, respetivamente, sobre a visão prospetiva da economia, da sociedade e da administração pública portuguesas; a orgânica do planeamento; e a organização da Administração Pública. A auscultação dos órgãos da administração permitia

---

ajudar a estabelecer as prioridades da reforma administrativa, pois cada ministério vinha já apresentando os casos que lhe pareciam de maior gravidade e de mais premente intervenção.

O plenário do grupo de trabalho iniciou a análise do relatório do subgrupo n.º 5 em dezembro de 1967, porém, esta avaliação perdurou até ao ano de 1969, quase quatro anos após o início dos trabalhos do mesmo. As conclusões do subgrupo foram, em grande medida, reiteradas pelo GT 14. Mas, tendo em conta os desenvolvimentos paralelos que iam sendo colocados em prática, a discussão sobre o relatório do subgrupo acabaria por mencionar, também, aspetos mais gerais sobre o conceito e processo de reforma administrativa. Entre estes, é interessante notar que começa a colocar-se em causa a própria possibilidade de fazer da reforma administrativa um processo contínuo, como defendia a maioria dos estudos feitos até então. Na verdade, as fontes da época são unânimes ao afirmar que a reforma administrativa passava por um esforço permanente de renovação e aperfeiçoamento da máquina administrativa (Brandão 1968, 125-51). Porém, a nota do representante da Secretaria de Estado da Indústria sobre o relatório do subgrupo, de dezembro de 1967, afirmava que o conceito de permanência da reforma administrativa não se adequava ao ritmo da organização burocrática, marcada pela alternância entre longos períodos de estabilidade e curtos períodos de mudança (ACMF, Nota do representante da Secretaria de Estado da Indústria sobre o relatório do Subgrupo n.º 5, 11 de dezembro de 1967, 3). No fundo, começava a ser levantada a questão, atualmente bastante debatida, sobre a impossibilidade - e até a contra produtividade - de processos permanentes de mudança e inovação que não permitem a estabilidade necessária ao amadurecimento das providências introduzidas (Verzeloni 2018).

## Conclusão

Os estudos desenvolvidos pelo GT 14, não obstante serem baseados em reflexões que vinham tendo lugar desde a década anterior, constituíram a mais aturada investigação sobre as deficiências e possibilidades da Administração Pública portuguesa realizada durante o Estado Novo. Apesar das debilidades do seu funcionamento, este organismo preparou a criação do SRA, decretada em novembro de 1967, e os seus relatórios serviram de base ao programa de reforma inicialmente apresentado em 1968. Assim, a documentação deste organismo é essencial para a compreensão do conceito e linhas gerais do projeto de reforma administrativa em Portugal. Fruto de cerca de cinco anos de atividade, na sua extensão máxima, os relatórios dos subgrupos do GT 14 permitem retirar várias conclusões importantes para a compreensão da temática.

Salientemos alguns. Em primeiro lugar, verifica-se que os dados em estudo e as conclusões apresentadas não são originais. Seguem, por um lado, as lógicas internacionais

---

difundidas por organismos como a ONU e o IICA, aos quais Portugal tem acesso mediante a maior abertura ao exterior encetada após o final da II Guerra Mundial, com a participação no Plano Marshall e em organismos como a OECE/OCDE e a AEP. Por outro, a nível interno, as temáticas estudadas pelos subgrupos encontravam-se já presentes em reflexões desenvolvidas desde o início da década de 1950. Na verdade, estas são consideradas prioritárias pelo GT 14 porque já o haviam sido nos estudos anteriores. Um dos exemplos mais prementes é a importância atribuída ao fator humano sendo que, desde o final da II Guerra Mundial, o Estado tentava dar resposta aos problemas económicos e sociais do funcionalismo público. Outro aspeto relevante prende-se com o facto de as conclusões dos estudos desenvolvidos não conterem novidades relevantes. Apesar de apresentarem um maior grau de fundamentação, as conclusões sobre as deficiências da Administração Pública e as providências necessárias para as ultrapassar são, no geral, aquelas que podemos encontrar em estudos realizados anteriormente.

A maior consequência do trabalho desenvolvido pelo GT 14 acabaria por ser a criação do SRA, anteriormente defendida, mas constantemente protelada. Na sua sequência, o projeto de reforma administrativa anunciado em 1968, apresentaria como eixos as prioridades já visíveis na organização dos subgrupos: a situação dos funcionários públicos; as estruturas orgânicas da administração; as relações entre a administração e o público; e as operações desempenhadas pelos serviços.

Não obstante uma certa timidez nos resultados, trata-se do maior projeto de estudo e reflexão sobre a Administração Pública portuguesa feito durante o Estado Novo. Constitui a etapa final de um caminho iniciado cerca de quinze anos antes e que apenas em 1965 ganha corpo, numa conjuntura de Guerra Colonial e de mudanças globais na forma de administrar a “coisa pública”. Começa a reconhecer-se que uma Administração Pública eficaz era o garante do desenvolvimento económico e social e que, por sua vez, este era essencial à manutenção do regime. A criação destes organismos marca uma vontade política de proceder às mudanças necessárias, decisão esta que vinha sendo exigida há vários anos nos discursos e publicações referentes à temática e que havia, segundo eles, sido responsável pelos atrasos e indefinição que marcaram a execução da reforma (Oliveira 1973, 3-19). Estranhamente, esta vontade política surge numa década em que o controlo orçamental e a limitação dos gastos em formação e desenvolvimento são evidentes e constroem a atividade de organismos anteriormente criados, como o Instituto Nacional de Investigação Industrial (Azevedo 2014, 217). Na verdade, numa lógica de sobrevivência do regime, era necessário mostrar uma vontade política de tornar a Administração Pública mais consentânea com as exigências do desenvolvimento económico e

---

social. Porém, não obstante a importância dos estudos efetuados, dificilmente se passaria da teoria à prática, permanecendo as consequências do trabalho realizado aquém do esperado.

## Referências bibliográficas

- Atas da Câmara Corporativa*. Legislatura 9, sessão legislativa 2, n.º 56, 30 de junho de 1967.
- Alhaique, Claudio. “La productivité dans l’Administration Publique en Italie”. *International Review of Administrative Sciences*, 23, n. 4 (1957): 497-502. <https://doi.org/10.1177/002085235702300406>
- Araújo, Joaquim. “*A Reforma Administrativa em Portugal: em Busca de um Novo Paradigma*”. Working Paper, Braga, Universidade do Minho, 2005.
- Arias, J. C. Rodriguez. “Experiencia argentina en organización y métodos para el mejoramiento de la administración pública”. *International Review of Administrative Sciences*, 23, n. 2 (1957): 185-99. <https://doi.org/10.1177/002085235702300207>
- Azevedo, Ana Carina. “*A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial (1945-1974)*”. Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2014.
- Azevedo, Ana Carina. “Reformar a Administração Pública ao sabor das prioridades do Estado Novo”. *Portuguese Studies Review*, 26, n. 2 (2018): 177-98. <https://doi.org/10.1093/medlaw/fwx065>
- Azevedo, Ana Carina. “Reformar a Administração Pública no novo mundo saído da guerra. Projeto nacional ou dinâmica global? (1950-1970)”. *Revista de Administração Pública*, 53, n. 5 (2019): 960-74. <https://doi.org/10.1590/0034-761220180186>
- Brandão, Diogo de Paiva. “A Reforma Administrativa em Portugal: objetivos prioritários e ações iniciais”. Em *I Colóquio para Dirigentes Superiores da Administração Pública*, 125-51. Lisboa: Secretariado da Reforma Administrativa, 1968.
- Brewer-Carias, Allan. “Las Propuestas de Reforma de la Administración Pública Venezotana”. *International Review of Administrative Sciences*, 38, n. 3 (1972): 252-61. <https://doi.org/10.1177/002085237203800303>
- Brewer-Carias, Allan. “Reforma Administrativa y Desarrollo Económico y Social en Venezuela”. *International Review of Administrative Sciences*, 36, n. 1 (1970): 34-46. <https://doi.org/10.1177/002085237003600106>
- Caiden, Gerald. “Development, administrative capacity and administrative reform”. *International Review of Administrative Sciences*, 39, n. 4 (1973): 327-44. <https://doi.org/10.1177/002085237303900401>
- Carvalho, Elisabete. “*Agendas e Reforma Administrativa em Portugal*”. Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 2008.
- Castro, Alejandro. “La Reforma Administrativa en México (Estudio de un caso)”. *International Review of Administrative Sciences*, 40, n. 1 (1974): 58-74. <https://doi.org/10.1177/002085237404000111>
- Diário do Governo* n.º 248/1962, 1º Suplemento, Série I, 27 de outubro de 1962. <https://doi.org/10.2307/2964166>
- Diário das Sessões da Assembleia Nacional*. Legislatura 7, sessão legislativa 1, n.º 8S1, 18 de dezembro de 1957.
-

- François, Aimé. “L’informatique et l’Administration: trois thèmes de réflexion”. *International Review of Administrative Sciences*, 36, n. 1 (1970): 56-66.  
<https://doi.org/10.1177/002085237003600108>
- Godchot, J. E.. “Formation permanente des cadres supérieurs de la fonction publique en France”. *International Review of Administrative Sciences*, 36, n. 1 (1970): 18-21.  
<https://doi.org/10.1177/002085237003600103>
- Graham, Lawrence. “Administração Pública Central e Local: Continuidade e Mudança”. *Análise Social*, 21, n. 87-88-89 (1985): 903-24. <https://doi.org/10.1093/swra/21.3.88>
- Guerreiro, António Guerreiro. *As relações humanas na Administração Pública*. Lisboa: Tipografia ENP, 1968.
- Henares, José Henares. “Curso de funcionarios directivos del Ministerio de la Gobernación (España)”. *International Review of Administrative Sciences*, 27, n. 1 (1961): 55-8.  
<https://doi.org/10.1177/002085236102700108>
- “Items of News”. *International Review of Administrative Sciences*, 24, n. 3 (1958): 406.  
<https://doi.org/10.1177/002085235802400317>
- Koch, Eiler. “Development of Public Administration in Denmark since 1960”. *International Review of Administrative Sciences*, 33, n. 1 (1967): 1-8. <https://doi.org/10.1177/002085236703300101>
- Laberge, E. P.. “El desarrollo de la Administración Pública en América Central desde la Segunda Guerra Mundial”. *International Review of Administrative Sciences*, 26, n. 2 (1960): 166-80.  
<https://doi.org/10.1177/002085236002600205>
- Langrod, Georges. “Le nouveau statut des fonctionnaires en Espagne”. *International Review of Administrative Sciences*, 30, n. 3 (1964): 263-71. <https://doi.org/10.1177/002085236403000303>
- Madureira, César. “A reforma da Administração Pública Central no Portugal Democrático: do Período Pós-Revolucionário à Intervenção da Troika”. *Administração Pública*, 49, n. 3 (2015): 547-62. <https://doi.org/10.1590/0034-7612129503>
- Meyer, Poul. “The Development of Public Administration in the Scandinavian Countries Since 1945”. *International Review of Administrative Sciences*, 26, n. 2 (1960): 135-46.  
<https://doi.org/10.1177/002085236002600203>
- Felismino, Aureliano. *Preparação e formação de pessoal para a Administração Pública*. Lisboa: Actividades Económicas, 1957.
- Freitas do Amaral, Diogo. *Estudos de Direito Público e Matérias Afins*. Volume 1. Coimbra: Almedina, 2004.
- Oliveira, Eduardo. “Reforma Administrativa, Problema Político?”. Em *Atas do I Congresso da Ação Nacional Popular*, 3-19. Aveiro: Comissão Distrital da ANP, 1973.
- Oliveira, Eduardo. *Subsídios para a elaboração de um estatuto do serviço público*. Lisboa: Tipografia da ENP, 1968.
- ONU. 1948. “International facilities for the promotion of training in public administration”. Em *Resolutions adopted by the Economic and Social Council during its 6th session*, 2 February-11 March 1948. <https://digitallibrary.un.org/>.
- ONU. *Standards and Techniques of Public Administration*. With Special Reference to Technical Assistance for Under-Developed Countries. Report by The Special Committee on Public Administration Problems. Nova Iorque: ONU, 1951.
-

ONU. *United Nations Programme in Public Administration*. Report of the Meeting of Experts. Nova Iorque: ONU, 1967.

Otenyo, Eric e Lind, Nancy. “Managing institutions through planning and decentralization”. Em *Comparative public administration: the essential readings*, org. Eric Otenyo e Nancy Lind, 221-30. Amsterdam: Elsevier, 2006. [https://doi.org/10.1016/S0732-1317\(2006\)15](https://doi.org/10.1016/S0732-1317(2006)15)

Phillips, Hiram. “Development Administration and the Alliance for Progress”. *International Review of Administrative Sciences*, 29, n. 1 (1963): 5-12. <https://doi.org/10.1177/002085236302900102>

Rollo, Maria Fernanda. “Salazar e a construção europeia”. *Penélope*, n. 18 (1998): 51-76.

Talloon, Lucienne. “Adiestramiento de funcionarios y Asistencia Técnica de las Naciones Unidas”. *International Review of Administrative Sciences*, 23, n. 4 (1957): 475-486. <https://doi.org/10.1177/002085235702300404>

Telo, António José. “A obra financeira de Salazar: a “ditadura financeira” como caminho para a unidade política, 1928-1932”. *Análise Social*, 24, n. 128 (1994): 779-800.

Uotila, Jaakko. “Improving Public Administration in Finland”. *International Review of Administrative Sciences*, 27, n. 1 (1961): 65-70. <https://doi.org/10.1177/002085236102700110>

Verzeloni, Luca. “Innovation in Public Administration: from exception to rule”. Comunicação apresentada na conferência internacional Em busca da eficiência. *Mudanças e Continuidades na Administração Pública Contemporânea*. Universidade Nova de Lisboa, 5 de junho de 2018.

Wurmser, L.. “L’Automation dans le domaine du travail de bureau”. *International Review of Administrative Sciences*, 23, n. 1 (1957): 17-25. <https://doi.org/10.1177/002085235702300103>

*Arquivo do Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais:*

Ministério da Economia, CIPIE.3.2.16\2, Caixa V70-6 - Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica. Grupos de Trabalho. Grupo de Trabalho n.º 14. Constituição, 1965.

Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, Grupo de Trabalho n.º 14, CX V70-6, Constituição, comunicação do Presidente do grupo 14, Diogo Paiva Brandão, ao chefe de Gabinete do Ministro das Comunicações, 28 de agosto de 1965.

*Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (ACMF):*

Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública, Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica, Grupo de Trabalho n.º 14 - Reforma Administrativa  
Atas e Documentos – I, Sugestão do presidente.

Atas e Documentos – I, Anexo à ata resumo n.º 3, Programa de trabalhos e estrutura de funcionamento.

Direção-Geral da Contabilidade Pública, Gabinete de Estudos António José Malheiro, Estudos sobre modernização administrativa.

Relatório do Grupo de Trabalho n.º 14 – subgrupo n.º 1 (Formação profissional).

Parecer do Grupo de Trabalho n.º 14 sobre o relatório do subgrupo n.º 1.

Pareceres e observações ao relatório do subgrupo n.º 2 (Situação económico-social dos servidores do Estado), I Fase do parecer do Grupo de Trabalho n.º 14 sobre o relatório do subgrupo.

Nota sumária sobre as providências e reformas a levar a cabo em matéria de benefícios de Segurança Social dos servidores do Estado (subgrupo n.º 2).

Nota manuscrita sobre a apreciação na generalidade do relatório do subgrupo n.º 2.

Parecer do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho.

Relatório do Grupo de Trabalho n.º 14 - subgrupo n.º 3 (Organização e Métodos).

Parecer do Grupo de Trabalho n.º 14 sobre o relatório do subgrupo 3.

Anexo VII: Providências legais em correlação com a conjuntura atual.

Relatório preliminar do Grupo de Trabalho n.º 14 - subgrupo n.º 4 (Reforma Administrativa).

Introdução ao relatório. Síntese da situação da Administração Pública em Portugal, como base e ponto de partida do trabalho do Subgrupo, por João Salavessa Belo.

Introdução; síntese da situação actual da administração como base e ponto de partida do trabalho do subgrupo, por Carlos da Silva Gonçalves.

Critérios e técnicas de reforma e reorganização, por Carlos da Silva Gonçalves.

Racionalização e economia da atividade burocrática por meio de instalações e equipamentos adequados, por Artur Bonneville Franco.

Parecer do Grupo de Trabalho n.º 14 sobre o relatório do subgrupo n.º 4: racionalização, simplificação e coordenação dos serviços.

Relatório do Grupo de Trabalho n.º 14 - subgrupo n.º 5.

Nota do representante da Secretaria de Estado da Indústria sobre o relatório do Subgrupo n.º 5, 11 de dezembro de 1967.

\*\*\*

Recebido: 07 de outubro de 2019

Aprovado: 03 de novembro de 2019

## **Taça Independência (1972): o futebol no Brasil em tempos de “milagre”**

*Taça Independência (1972): the soccer in Brazil in “miracle” times*

*Taça Independência (1972): el fútbol en Brasil en tiempos de “milagro”*

Bruno Duarte Rei\*

<https://orcid.org/0000-0002-1927-7128>

RESUMO: A relação entre futebol e política é tema que recentemente tem recebido maior atenção por parte de historiadores. Neste artigo, analisa-se tais relações no âmbito da *Taça Independência*: torneio internacional de futebol, ocorrido de 11 de junho a 9 de julho de 1972, como parte da programação das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Discute-se como é que o evento estabeleceu quadros de diálogo com o projeto de propaganda política em voga no país, bem como se constituiu, simultaneamente, em um mecanismo de reafirmação de um consenso social formado em torno do regime militar.

Palavras-chave: Futebol. Propaganda política. Consenso social.

ABSTRACT: The relationship between soccer and politics is a topic that has recently received more attention from historians. In this article, it is analyzed these relations in the ambit of the *Taça Independência*: international soccer cup, which took place from June 11 to July 9, 1972, as part of the schedule for the commemorations of the Sesquicentenary of the Independence of Brazil. It is discussed how the event established dialogues with the project of political propaganda in vogue in the country, as well as being constituted, simultaneously, in a mechanism of reaffirmation of the social consensus formed around the military dictatorship.

Keywords: Soccer. Political propaganda. Social consensus.

---

\* Professor do Colégio Pedro II. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Autor da tese de doutorado intitulada *Celebrando a pátria amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)*, desenvolvida, entre 2015 e 2019, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (código de financiamento 001). E-mail: br.duartere@gmail.com

RESUMEN: La relación entre fútbol y política es un tema que recientemente ha recibido más atención de los historiadores. Este artículo analiza tales relaciones en la *Taça Independência*: torneo internacional de fútbol, ocurrido del 11 de junio al 9 de julio de 1972, como parte de la programación de las conmemoraciones del Sesquicentenario de la Independencia de Brasil. En él, se discute, más precisamente, cómo el evento estableció diálogos con el proyecto de propaganda política en boga en el país, así como se constituyó, simultáneamente, en un mecanismo de reafirmación del consenso social formado en torno al régimen militar.

Palabras clave: Fútbol. Propaganda política. Consenso social.

### Como citar este artigo:

Rei, Bruno Duarte. “Taça Independência (1972): o futebol no Brasil em tempos de ‘milagre’”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 337-363.

\*\*\*

### Introdução

As comemorações do Sesquicentário da Independência do Brasil, ocorridas entre 21 de abril e 7 de setembro de 1972, carecem, a despeito de suas potencialidades, de mais atenção no campo da História. Após levantamento, não detectei, além dos estudos realizados por Cerri (1999), Almeida (2009),<sup>1</sup> Serpa (2009), Cordeiro (2012),<sup>2</sup> e Sosnoski (2013), outros que abordam especificamente as festividades.

Entre tantos objetos, o que escapou aos poucos estudiosos das celebrações foram seus eventos esportivos: uma série de competições e apresentações nacionais e internacionais de pequena, média e grande amplitude, ocorridas em todas as regiões do país. Através de consulta ao Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentário da Independência do Brasil, disponível no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro),<sup>3</sup> fiz um levantamento dos eventos desse tipo. Foram detectados mais de 50, dos quais posso destacar: a *Olimpíada do Exército*, a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, a *Taça Independência*, entre outros.<sup>4</sup>

Neste artigo, analiso as relações estabelecidas entre esporte e política no âmbito do último evento citado no parágrafo anterior – notadamente, a *Taça Independência*: torneio internacional de futebol, ocorrido de 11 de junho a 9 de julho de 1972, como parte da programação dos festejos. Discuto como é que o evento estabeleceu quadros de diálogo com o projeto de propaganda política

---

<sup>1</sup> A tese de doutorado defendida por Almeida (2009) foi publicada no formato de livro. Para mais informações, ver Almeida (2013).

<sup>2</sup> A tese de doutorado defendida por Cordeiro (2012) foi publicada no formato de livro. Para mais informações, ver Cordeiro (2015).

<sup>3</sup> Voltarei a tratar desse fundo documental mais adiante, ainda nesta introdução.

<sup>4</sup> Para mais informações, ver Rei (2019).

em voga no país. Simultaneamente, o trato como um objeto privilegiado para a compreensão das relações instituídas entre ditadura militar e sociedade em sua complexidade. Debato, mais especificamente, como a *Taça* se constituiu em um mecanismo de reafirmação do consenso social formado em torno do regime militar.

Para o alcance do objetivo exposto, mobilizo, sobretudo, fontes contidas no já mencionado Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, que, resumidamente, está organizado em duas seções.<sup>5</sup> A primeira reúne correspondências trocadas entre membros da dita comissão e cidadãos brasileiros comuns e de destaque, além de autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ao todo, a seção comporta 6.351 documentos, por mim selecionados e analisados conforme as orientações gerais de Bacellar (2008) sobre os usos e os maus usos dos arquivos e, também, de acordo com as considerações específicas de Malatian (2009) acerca do trato de correspondências em estudos históricos.

A segunda seção congrega notícias de mais de 80 jornais e revistas de múltiplos estados e territórios brasileiros, classificadas em 32 categorias, relacionadas com aspectos variados das comemorações: *Exposições, Congressos e conferências, Inaugurações e lançamentos*, entre outras. Uma das categorias que compõem essa seção é a denominada *Atividades desportivas*, que, em função do grande volume notícias que possui, parece contemplar a cobertura que boa parte da imprensa escrita periódica nacional deu a esse assunto. Para a seleção e análise dessas fontes, também levei, de um modo geral, em consideração as orientações de Bacellar (2008) e, ainda, o que sugere, mais precisamente, Luca (2008) a respeito do uso de periódicos na pesquisa histórica. Todavia, em função dos limites deste artigo, optei por não desenvolver, aqui, uma análise da materialidade dos impressos por mim mobilizados.<sup>6</sup>

Este artigo transita entre os campos da História Política e Cultural, tendo, como já adiantei, como um de seus objetivos a investigação do uso propagandístico da *Taça* pelo regime militar. Desde já, gostaria de mencionar que não pretendo demonstrar que tal objeto foi mobilizado somente como parte de uma estratégia deliberada de manipulação e controle ideológico. Muito pelo contrário, minha intenção é analisar como o esporte estabeleceu pontos de contato com um projeto mais amplo de propaganda política desenvolvido pela ditadura militar (1969-1977), desvendado, em certa medida, no já bastante conhecido trabalho publicado por Fico (1997).

Dentro dessa perspectiva, procurarei, assim como o autor, tecer nexos relacionais entre meu objeto, de caráter político/cultural, e fenômenos de outra “natureza”, como por exemplo: o “milagre brasileiro”, de feitio econômico; e a disputa por uma “leitura correta” do Brasil, de feitio

---

<sup>5</sup> Para mais informações, ver Rei (2014).

<sup>6</sup> Para mais informações, ver Rei (2013).

social. Nesse último caso, me refiro a um fenômeno de longa duração (Braudel 1982), que, como evidencia Souza (1993), se expressa desde o período colonial: os embates travados entre os defensores de uma imagem do Brasil como um país pacífico, grandioso, rico, exuberante e, principalmente, predestinado ao sucesso, que legitima a vocação dos brasileiros para serem otimistas; e os defensores de uma imagem do Brasil como um país marcado pelas suas insuficiências estruturais, não restando aos brasileiros muito mais do que uma expectativa cética e pessimista em relação ao futuro da pátria.

De acordo com Fico (1997, 17), entendo que a disputa por uma “leitura correta” sobre o Brasil não é um fenômeno digno de ser compreendido apenas como um processo de distorção das contradições sociais, patrocinado pelas classes dominantes. Afinal, como explica o autor, esse assunto não expressa somente o anseio de sustentar as relações de subordinação e dependência existentes em uma época, se constituindo, igualmente, como a base de uma significativa rede de auto-reconhecimento social, pois: “[as] convicções sobre as grandes potencialidades brasileiras e da consequente postura do brasileiro como um otimista [...] vem servindo como referencial para a inclusão em [...] uma comunidade – mais precisamente, a que conforma o Brasil”. Ademais, como também esclarece Fico (1997, 18), até mesmo a visão pessimista sobre o país é originária de setores da elite, ou seja: “embora a perspectiva otimista sirva mais facilmente aos propósitos de dominação (exercendo o que poderíamos chamar de *função ideológica*), as visões trágicas sobre o Brasil [...] foram produzidas também por setores dominantes”.

Em função do exposto, acredito que o uso do conceito de ideologia, em sua conotação crítica e negativa (Larrain 2001), não viabilizaria a abordagem que pretendo realizar. Creio que será mais funcional operar com a noção de imaginário social, aqui entendida, tal como defende Baczkó (1985), como um fenômeno que intervém constantemente na esfera do poder – mais exatamente, no exercício daquilo que Bourdieu (2003) denominou de poder simbólico: um poder de construção da realidade, que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica, capaz de condicionar tanto os modos de sentir, pensar e agir quanto as crenças nas “verdades universais” em vigência em determinados campos sociais.

Para melhor compreender as apropriações de competições esportivas como símbolos mobilizados para legitimar regimes políticos, autoritários ou não, a noção de tradições inventadas me parece ser útil. Como é sabido, Hobsbawm (1997) distingue as referidas tradições em duas categorias: as de caráter político, que são produtos de movimentos sociais e políticos organizados ou, até mesmo, de Estados – como, por exemplo, festas cívicas, heróis nacionais, hinos e bandeiras; e as de caráter social, que são arranjadas por grupos sociais sem organização formal ou sem objetivos políticos específicos – como, por exemplo, a tradição dos brasileiros de considerar o

---

Brasil como o país do futebol. Conforme o autor, o esporte é um elemento chave para a construção de identidades nacionais, sobretudo pelo fato de reunir diversas tradições inventadas seu redor: cantos de hinos, hasteamentos de bandeiras, cerimônias de abertura e premiação, invenções de heróis nacionais etc. Nas palavras de Hobsbawm (1997, 309): “uma das novas práticas sociais mais importantes de nosso tempo, tanto o esporte das massas quanto o da classe média uniam a invenção de tradições sociais e políticas, [...] constituindo[-se como] [...] meio[s] de identificação nacional e comunidade artificial”. Aliás, como destacam Santos, Costa e Melo (2012, 155): “até mesmo quando a ideia de nação se tornou mais frágil, em função do desenvolvimento econômico transnacional, o esporte manteve o papel de construtor e consolidador de discursos identitários, de celebração [ou de desvalorização] da pátria”.

No que se refere a esse assunto, um episódio digno de nota é a derrota da seleção brasileira de futebol para o Uruguai na final da copa de 1950, fato intensamente mobilizado, por diversos segmentos sociais da época, para reforçar visões pessimistas sobre o Brasil.<sup>7</sup> O jornalista, escritor e dramaturgo Nelson Rodrigues, por exemplo, afirmava que tal ocorrência era um reflexo do que denominou de “complexo de vira-latas”: um sentimento de inferioridade dos brasileiros perante membros de outras nações.<sup>8</sup>

O posicionamento de Rodrigues é um exemplo clássico de apropriação de uma tradição inventada visando reforçar características de um imaginário social sobre um país, nesse caso pessimista, através da reafirmação de elementos identitários. Conforme Fico (1997), uma estratégia parecida foi adotada pela ditadura militar (1969-1977), que, entre outras ações propagandísticas, mobilizou diversas tradições inventadas a fim de reforçar a ideia de que o Brasil era, de fato, uma pátria promissora e que, por isso, o brasileiro deveria ser um otimista. Como demonstra o autor, a crença em elementos desse imaginário social otimista contou com uma impressionante adesão popular, sobretudo no período do “milagre econômico” (1969-1973). A propósito, como sublinha Fico (1997, 24): “qualquer ideia que se consiga vincular efetivamente à imagem do Brasil e do brasileiro, numa sociedade que atribui tanta importância a um suposto caráter de ambas as noções, acabará por ter força de preceito”.

Neste artigo, também pretendo operar com as categorias consenso e consentimento. De acordo com Riorda (2006), compreendo o consenso como um acordo entre membros de uma mesma unidade social, que diz respeito às normas, aos princípios, valores e objetivos almejados por uma comunidade, assim como aos meios utilizados para alcançá-los. Por sua vez, o consentimento, como chama a atenção Cordeiro (2012, 20), diz respeito, mais especificamente, às:

---

<sup>7</sup> Para mais informações, ver Souto (2001).

<sup>8</sup> Para mais informações, ver Antunes (2004).

“formas – múltiplas – a partir das quais o *acordo* [ou, em outras palavras, o consenso] é conformado e se expressa socialmente”.

Cumpra frisar, conforme Magalhães (2014), que os termos consenso e consentimento não sugerem o estabelecimento de uma simples unanimidade entre membros de uma certa unidade social. Mais do que isso, fazem alusão a fenômenos complexos, marcados por comportamentos sociais variados e, até mesmo, ambivalentes, que, como afirma Reis Filho (2010), concorrem para a sustentação de um determinado regime político, democrático ou não, bem como para o enfraquecimento de uma eventual luta contra o mesmo.

Dentro desse prisma, procurarei tratar o esporte como um objeto privilegiado para a compreensão das relações estabelecidas entre regime militar e sociedade em sua complexidade, me contrapondo a uma memória ainda dominante em determinados espaços de sociabilidade, construída, sobretudo, a partir do último processo de redemocratização da sociedade brasileira: a memória dos “anos de chumbo”. Como já é amplamente conhecido, tal memória, ao versar sobre temas que se remetem à ditadura militar, preza por reforçar, especialmente por meio da mobilização dos mitos da sociedade “resistente” e “vitimizada”, traços de leituras simplistas, binárias e maniqueístas sobre o período, tais como: militares todo-poderosos *versus* civis indefesos, colaboradores *versus* opositores, bem *versus* mal, entre outros.<sup>9</sup>

A partir da dita contraposição, pretendo lançar luzes sobre uma vasta zona cinzenta (Laborie 2003), eivada de diversidades e ambivalências, que se situa entre os polos citados. No que se refere ao caso brasileiro, contemplar as diversidades e as ambivalências que compõem a zona cinzenta significa, como lembra Cordeiro (2012), verificar um conjunto de atitudes que nos possibilita entender melhor as lógicas pelas quais o regime militar se sustentou. Significa, ainda, compreender que os modos de agir das pessoas comuns não podem ser aprendidos de forma sistemática e hermética. Afinal, como destaca a autora, a realidade é difusa: “afirmar a popularidade da ditadura não significa tratar os apoios que recebeu de forma homogênea. Por outra parte, não se pode, como pretendem as construções de memória a partir da redemocratização, reconstruir a sociedade como essencialmente resistente” (Cordeiro 2012, 23).

Intento, portanto, contribuir para a superação de versões memorialísticas que tendem a dividir a sociedade brasileira em polos antagônicos, atribuindo somente aos mecanismos de coerção e de manipulação o advento e a permanência da ditadura militar. Estudos desenvolvidos no Brasil e no exterior demonstram que a complexa articulação entre coerção, manipulação, consenso e consentimento são, de um modo geral, traços característicos de sociedades que experimentaram o

---

<sup>9</sup> Para mais informações, ver Rollemberg (2010); Cordeiro (2009); Reis Filho (2004); entre outros.

autoritarismo.<sup>10</sup> De acordo com esse ponto de vista, buscarei, mais precisamente, compreender, assim como Cordeiro (2012), o regime militar sobretudo a partir das relações de continuidade que estabeleceu com a sociedade brasileira. Relações essas que, como sublinha a autora, costumavam identificar a ditadura militar como um legítimo representante de um conjunto de valores e tradições caros ao imaginário social nacional, como por exemplo: o otimismo, a fé no futuro promissor do país.

Em que pese o grande volume de eventos esportivos presentes na programação das comemorações, existe, como já pontuei, uma lacuna de referências bibliográficas direcionadas para essa temática. A carência de trabalhos específicos chama a atenção para a relevância de nos debruçarmos sobre os eventos que obtiveram maior popularidade entre as festividades. Como ressalta Almeida (2009), nenhuma das atividades ligadas às celebrações pôde mobilizar, seja presencialmente ou através da cobertura de meios de comunicação social, um contingente maior de pessoas do que as de natureza esportiva. Parece-me que analisar os festejos sem se deter no aspecto que contou com a maior adesão popular é uma forma incompleta de apreciação desse objeto.

Dos diversos eventos esportivos vinculados às comemorações, apenas a *Taça* foi alvo de apreciações mais detidas por parte de historiadores. Todavia, apesar da qualidade dos poucos estudos até então desenvolvidos,<sup>11</sup> entendo que existem algumas polêmicas e imprecisões nas narrativas historiográficas que a abordam. Ademais, ao tomar o evento como objeto, bem como ao mobilizar as fontes contidas no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, verifiquei alguns aspectos a ele relacionados que ainda não foram estudados e que podem, na minha opinião, servir para ampliar o conhecimento histórico já produzido a seu respeito. Creio que as ditas polêmicas, imprecisões e lacunas justificam a necessidade de lançarmos novos olhares sobre a *Taça*. É o que procurei fazer ao longo deste artigo.

### **Primeiras articulações, ideal de “Brasil grande” e integração nacional**

Em julho de 1971, autoridades do futebol mundial foram convidadas, pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), para vistoriar dez dos doze estádios que receberiam os jogos da *Taça Independência*. Da Federação Internacional de Futebol (FIFA), foram chamados o presidente Stanley Rous, o vice-presidente Mohamed Mustafah, o secretário-geral Helmut Kaiser e o membro do comitê executivo e secretário-geral da Confederação Africana de Futebol Ato Tessema. Teófilo

---

<sup>10</sup> Para mais informações, ver Rollemberg e Quadrat (2010, vol. 1, 2 e 3).

<sup>11</sup> Para mais informações, ver Almeida (2009, cap. 3) e Cordeiro (2012, cap. 4).

Salinas, presidente da Confederação Sul-Americana de Futebol, foi igualmente convidado. Todas as autoridades seriam acompanhadas por João Havelange, presidente da CBD, e Abílio de Almeida, secretário-geral da comissão organizadora da *Taça* e membro do comitê executivo da FIFA. Além da visita aos estádios, estava previsto um encontro, em Brasília, entre a comitiva e autoridades brasileiras. Também foi programado um passeio à Furnas, onde os visitantes teriam a oportunidade de ver um dos patrimônios do “Brasil grande”: “um dos maiores complexos hidrelétricos do mundo” (Folha de S. Paulo 1972a, 32).

Ainda em 1971 – mais precisamente, no mês de outubro – quem esteve no exterior foi Havelange, acompanhado de Abílio de Almeida. Os dirigentes brasileiros viajaram ao Peru, para entregar convites aos países filiados à Confederação Sul-Americana de Futebol: Argentina, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Venezuela, além do próprio Peru (Folha de S. Paulo 1971a, 19). Com o intuito garantir a presença de seleções europeias, Havelange, em dezembro desse mesmo ano, fez uma outra viagem. O presidente da CBD esteve por 27 dias no “velho mundo”, onde visitou 11 países e 15 cidades. Em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, Havelange fez um balanço positivo dessa última viagem: “pude mostrar, em todos os países que visitei, a capacidade da CBD organizar um torneio da dimensão da *Copa Independência*. Realmente foi um orgulho dizer que possuímos estádios de gabarito, todos eles modernos e confortáveis” (Jornal do Brasil 1971, 39).

De acordo com Cordeiro (2012, 138), além de ter feito as viagens citadas, Havelange teria, ainda, enviado emissários à África e à Ásia. Como afirma a autora, a ideia do presidente da CBD era: “reunir seleções de todos – ou quase todos – os continentes”. O projeto de Havelange consistia, mais especificamente, em envolver 20 países na disputa do certame, quatro a mais que os 16 que disputaram o mundial de 1970. Para tanto, o torneio, orçado em 5 milhões de dólares, pôde contar com o financiamento da União de Bancos Brasileiros (UBB), na época presidida pelo embaixador Válter Moreira Sales (Manchete 1972a). Conforme Almeida (2009), a CBD foi a única responsável diante dos credores. Como explica o autor, a intenção da entidade era aplicar os possíveis lucros em atividades economicamente rentáveis (como, por exemplo, fundos de investimento) e, dessa forma, assegurar a sua autonomia financeira. Cabe dizer que a CBD não foi a única a ser beneficiada com tal financiamento. Como avaliou Havelange, em entrevista concedida à revista *Manchete*: “se ganharmos, conseguindo o caríssimo financiamento do torneio, os banqueiros também ganharam, com os juros e comissões desses negócios” (Manchete 1972a).

Devido ao expressivo volume de incentivos e investimentos públicos e privados, estádios foram reformados e, até mesmo, construídos. No Rio de Janeiro, um moderno sistema de iluminação foi dado ao Maracanã, embora o gramado, em virtude do excesso de jogos, tenha

---

permanecido em péssimas condições (Folha de S. Paulo 1971b, 16). Em Salvador, obras foram feitas na Fonte Nova, que teve sua capacidade ampliada para 110 mil torcedores (O Cruzeiro 1972, 19). Em Campo Grande – vale esclarecer, capital do Mato Grosso do Sul – a expectativa era grande: o Moreirão, estádio classificado por Rous como um dos mais bem projetados do mundo, se preparava para receber os seus primeiros jogos internacionais (O Globo 1972). Ao todo, a comissão organizadora da *Taça* contou com 12 estádios, distribuídos entre as cinco regiões brasileiras: centro-oeste, nordeste, norte, sudeste e sul. Além dos já citados, também foram mobilizadas as instalações do Morumbi (São Paulo), Mineirão (Belo Horizonte), Beira-Rio (Porto Alegre), Trapichão (Maceió), Arruda (Recife), Vivaldão (Manaus), Batistão (Aracaju), Belfort Duarte (Curitiba) e Castelão (Natal) (Jornal dos Sports 1972a).

Concordo com Almeida (2009) ao afirmar que a *Taça* foi mobilizada como uma via de reforço do ideal de “Brasil grande”, algo que, como demonstra Fico (1997), era bastante caro ao projeto de propaganda política desenvolvido pelo regime militar. Por isso, não me parece ser equivocado dizer que, assim como a CBD e a UBB, a ditadura militar também visava lucrar, notadamente sob o ponto de vista simbólico, com a ocorrência do torneio. Como destaca Cordeiro (2012), o certame – até então, o maior já promovido por um único país (Veja 1972a, 81) – se caracterizou como uma oportunidade ímpar de demonstrar, para brasileiros e estrangeiros, o potencial da pátria no que tange à organização de grandes eventos internacionais. Ao falar sobre esse assunto em palestra ministrada no Rotary Clube Jardim Primavera, Abílio de Almeida foi incisivo: “vamos dar uma demonstração de grandeza do nosso país, mostrando-o ao mundo inteiro. Temos hoje os maiores estádios [...]. É uma demonstração de força que teremos ocasião de apresentar” (Última Hora 1972).

Afora o reforço do ideal de “Brasil grande”, a questão da integração nacional – que, ainda conforme Fico (1997), era um outro aspecto muito caro ao projeto de propaganda política elaborado pelo regime militar – também atravessou a organização da *Taça*. Ao abordar esse assunto em suplemento especial sobre o torneio, a equipe editorial do *Jornal dos Sports* foi taxativa: “a inclusão da *Taça* [...] no programa oficial dos festejos [...] evidencia o quanto o governo federal entende que, através das disputas esportivas, pode integrar ainda mais o país, unindo todos os brasileiros no desejo de novas vitórias da seleção tricampeã” (Jornal dos Sports 1972b). Cumpre frisar que o governo federal não era o único que via o torneio dessa forma. A CBD, por exemplo, o enxergava da mesma maneira, como se pode verificar na afirmação, contida em ofício direcionado à presidência da república, de que a confederação visava promover através da *Taça*: “um trabalho de integração nacional por meio do futebol” (Confederação Brasileira de Desportos 1972). Nas palavras do próprio presidente da CBD, proferidas em entrevista dada ao já citado *Jornal dos Sports*

---

(Jornal dos Sports 1972a), é possível perceber que, no seu entendimento, o futebol poderia servir, mais precisamente, como: “mais um elo para a integração do país, que passa por uma fase de desenvolvimento. O torneio seria um espetáculo de enorme proporção, com o aproveitamento de 12 estádios brasileiros de grande capacidade de público”. Segundo Havelange: “a CBD contava com o apoio de todos os brasileiros e tinha o maior interesse em retribuir esse apoio com seu esforço”.

Em função do exposto, concordo novamente com Almeida (2009) ao afirmar que a *Taça* também foi utilizada – tanto devido à sua capilaridade quanto em virtude da capacidade de mobilização do futebol – como uma ferramenta de integração nacional. Como explica D’Araújo (2010), a projeção, seja nacional ou internacional, do ideal de “Brasil grande” durante o governo Médici perpassou por diversos atos voltados para a integração do território nacional, haja vista que tal integração era concebida, por esse governo, como uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico e a segurança interna e externa do país. Com efeito, o já bastante conhecido Plano de Integração Nacional (PIN), criado pelo Decreto-Lei nº 1.106/1970,<sup>12</sup> ocupa uma posição de proeminência entre as medidas implementadas para integrar o território brasileiro. Entretanto, como chama atenção Soares (2015), o PIN foi apenas um dos aspectos de uma complexa maquinaria utilizada para o alcance dessa finalidade. Dito de outra forma, a integração – entendida, simultaneamente, como uma estratégia de desenvolvimento (sobretudo, de deslocamento do centro de gravidade da economia para o norte, repetindo nessa região aquilo que já se havia conseguido realizar na região centro-sul do país) e de segurança nacional (especialmente, de proteção da Amazônia da cobiça internacional e de possíveis ações das esquerdas) – estava igualmente ligada a outros diversos atos, que ainda merecem ser alvo de estudos mais pormenorizados no campo da História. Entre eles, poderia destacar aqueles que foram voltados, eminentemente, para integração cultural das mais distintas regiões brasileiras – como, por exemplo, a mobilização política de eventos esportivos, dos quais são dignos de nota, além da *Taça*, os pouco estudados *Torneio Roberto Gomes Pedrosa* (1967-1970), *Torneio de Integração Nacional* (1971) e *Campeonato Nacional de Clubes* (1971-1974).<sup>13</sup>

### **O surgimento de um imprevisto: a recusa de tradicionais seleções europeias**

Todo o cuidado dispensado com os preparativos da *Taça Independência* não foi suficiente para impedir o surgimento de imprevistos, que, como veremos a seguir, colocaram em xeque o seu

---

<sup>12</sup> Para mais informações, ver Brasil (1970).

<sup>13</sup> Para mais informações, ver Schatz e Espíndola (2016).

sucesso. O primeiro deles foi, certamente, a não participação de tradicionais seleções europeias. Em um primeiro momento, foram convidadas para participar da competição todas as seleções, até então, campeãs mundiais: Uruguai, Itália, Alemanha Ocidental e Inglaterra. Das quatro, a seleção uruguaia foi a única que acenou positivamente. Já a seleção inglesa foi a primeira a manifestar a sua recusa. Embora o certame já estivesse incluído no calendário do *English Team* desde 1971, os jogadores da Inglaterra não foram liberados por seus clubes, em função de coincidência de datas com a *Copa da Europa* (Manchete 1972b).

Até aí, tudo parecia estar sob controle. Em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*, logo após voltar de viagem feita ao “velho mundo”, Havelange afirmou que tinha contornado a situação, garantindo a presença de uma substituta de “peso”: a tradicional seleção espanhola. Ademais, amenizou a situação, afirmando que todos os países consultados – Rússia, França, Portugal, Alemanha Ocidental, Itália, entre outros – aceitaram participar da *Taça*, fazendo apenas algumas reivindicações a respeito das datas. O presidente da CBD disse, ainda, que havia uma lista de espera de seleções interessadas: Áustria, Hungria, Tchecoslováquia, Holanda, Suíça, Escócia, Bélgica, Suécia e Romênia (Folha de S. Paulo 1971c, 32).

O problema é que, com o passar do tempo, seleções que confirmaram participação no torneio mudaram de ideia, sinalizando uma posição de desistência. A própria Espanha, que iria substituir a Inglaterra, resolveu não participar. Inicialmente, os espanhóis condicionaram a sua participação ao pagamento de uma dívida de 65 mil dólares, contraída pelo Clube de Regatas Flamengo junto ao Futbol Club Barcelona. A CBD pagou a quantia solicitada prontamente. No entanto, a despeito da quitação da dívida, a Espanha decidiu não enviar a sua seleção, alegando conflito de datas com a *Copa da Espanha* e a *Taça Generalíssimo* (O Jornal 1972). Já a Alemanha Ocidental afirmou que, após uma sequência de duas desgastantes partidas contra os ingleses, válidas pelas quartas de final da *Taça das Nações*, não conseguiria se recuperar fisicamente a tempo de viajar para o Brasil (Manchete 1972a). Para os italianos, o problema era de caráter econômico. Eles sustentaram que suas agremiações não estavam dispostas a ceder os seus principais valores, devido à possibilidade de perderem muito dinheiro com a ocorrência de algum imprevisto, como, por exemplo, ter um de seus atletas lesionado, em decorrência da participação na *Taça* (Manchete 1972b). Países europeus menos expressivos no “mundo do futebol” também agiram de modo semelhante. A Áustria chegou até a pedir para ser convidada e, quando a CBD formalizou o convite, alegou que não iria mais participar do certame. O mesmo aconteceu com Bélgica, Holanda e Hungria (Manchete 1972a).

Como se pode notar, a ordem era dizer não à *Taça*. Mas o que estava por trás disso tudo? Na academia, existem duas teses que visam explicar as recusas das seleções europeias. A primeira,

---

defendida tanto por Almeida (2009) quanto por Cordeiro (2012), afirma que houve um boicote, capitaneado por Rous, à candidatura de Havelange à presidência da FIFA. Tal tese – que, na época, foi bastante difundida na imprensa escrita nacional<sup>14</sup> – me parece ser, de fato, pertinente. Afinal, como chama a atenção Cordeiro (2012), anos mais tarde o próprio Havelange admitiu a seu biógrafo, Ernesto Rodrigues, que tudo não passava de uma estratégia política de Rous e seus aliados. Nas palavras do presidente da CBD: “desde o primeiro momento não foi fácil lidar com os europeus [...]. Como eu era candidato à presidência da FIFA, me tiraram a escada” (Rodrigues 2007, 136).

Todavia, cabe destacar, ainda de acordo com Cordeiro (2012), que, em 1972, a estratégia do comitê organizador do torneio foi negar o boicote dos europeus. Em entrevista coletiva concedida no auditório da CBD, Havelange adotou uma postura conciliadora: “fui lançado pela Confederação Sul-Americana de Futebol e aceitei a candidatura. Não acho que um candidato de um continente que possui apenas 10 votos seja preocupação para os europeus [...]. A ausência de alguns países não tem nenhum caráter político” (Jornal dos Sports 1972c). Em já citada palestra ministrada no Rotary Clube Jardim Primavera, Abílio de Almeida teve a mesma conduta. Inclusive, chegou a elogiar a postura do então presidente da FIFA: “Rous teve uma atitude extraordinária, pois, no dia 10 de janeiro de 1971, na Reunião do Comitê Executivo da FIFA, em Atenas, deu apoio integral à Taça [...], justificando que o Brasil era, de fato, o líder do futebol mundial e merecia a promoção” (Última Hora 1972). Como se pode ver, a ideia dos brasileiros era evitar polêmicas e, assim, preservar a imagem da Taça e do próprio presidente da CBD – candidatíssimo ao posto máximo da FIFA.

A segunda tese explicativa das recusas é defendida apenas por Almeida (2009, 126). Segundo ele: “havia a preocupação, em países europeus, de se afastar do governo brasileiro, então acusado de promover violações dos direitos humanos”. Essa tese me parece ser frágil. Primeiramente, porque Almeida (2009) não apresenta as fontes mobilizadas para fazer tal afirmação. Ao analisar a documentação contida no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, bem como as demais fontes utilizadas pelo autor, não encontrei nenhum registro que possibilitasse a defesa da mesma. Pude observar, ainda, que países que se recusaram a participar da Taça enviaram representantes para disputar campeonatos de outras modalidades esportivas. É o caso, por exemplo, da Alemanha Ocidental, que enviou atletas para participarem das seis edições do *Sarau Internacional de Ginástica Moderna*, ocorridas em 6 de maio, em Porto Alegre; em 10 de maio, em Belo Horizonte; em 13 de maio, em Brasília; em 16

---

<sup>14</sup> Para mais informações, ver Arquivo Nacional (1972).

---

de maio, em Salvador; em 19 de maio, em Recife; e de 21 a 22 de maio, no Rio de Janeiro (Corrêa 1972). Ora, se a recusa da Alemanha Ocidental, assim como a dos demais países que optaram por não participar da *Taça*, estivesse, de fato, associada a um posicionamento político de afastamento, creio que não faria muito sentido deixar de participar de um torneio de futebol e enviar representantes para disputar campeonatos de outras modalidades esportivas. Entre tantos, mais um exemplo que põe em xeque a tese em questão é a recusa da própria Espanha, que, na ocasião, também vivenciava um regime ditatorial, acusado no cenário internacional de cometer práticas que violavam os direitos humanos.

Enfim, as tradicionais seleções europeias foram substituídas por outras de menor vulto: Escócia, Tchecoslováquia e União Soviética, que, ao lado de Brasil e Uruguai, formaram o grupo dos países pré-classificados para a fase eliminatória da *Taça*. Para a etapa preliminar, três grupos foram formados. No Grupo I, cujas as sedes foram Aracajú, Maceió e Salvador, ficaram Argentina, Colômbia, França, Seleção da África e Seleção da Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe (CONCACAF). Essa última substituiu o México, que, de última hora, também desistiu de participar, sem alegar motivo aparente. O Grupo II foi formado por Irã, Chile, Equador, Irlanda e Portugal. As sedes do grupo foram Natal e Recife. No Grupo III, que teve como sedes Curitiba, Campo Grande e Manaus, foram alocadas as seleções da Bolívia, Paraguai, Peru, Venezuela e Iugoslávia. O primeiro colocado de cada grupo iria disputar, junto com os países pré-classificados, as eliminatórias (Jornal do Comércio 1972). Ao todo, foram 20 as seleções que participaram do torneio, número superior ao da copa de 1970, que, como já disse, contou com 16 países.

### **A etapa preliminar do torneio e um novo imprevisto: os estádios vazios**

Em sua etapa preliminar, a *Taça Independência* não despertou muito interesse no público em geral. Em que pese toda a expectativa gerada pelos meios de comunicação,<sup>15</sup> o torneio iniciou de um modo tímido. Não contou, por exemplo, com uma grande cerimônia de abertura, traço característico dos eventos esportivos de maior vulto. Ademais, a seleção brasileira só entrou em campo nas eliminatórias. Isso fez com que o início da *Taça*, no dia 11 de julho, fosse marcado pelo acontecimento de jogos pouco expressivos, que contaram com a presença de um público abaixo do esperado: Irlanda 2 x 1 Irã, em Recife; Portugal 3 x 0 Equador, em Natal; Peru 3 x 0 Bolívia, em Curitiba; Paraguai 4 x 1 Venezuela, em Campo Grande; França 5 x 0 CONCACAF, em Salvador; e Argentina 2 x 0 África, em Aracajú (Veja 2020).

---

<sup>15</sup> Para mais informações, ver Arquivo Nacional (1972).

Em termos gerais, os estádios vazios foram um traço característico de toda a primeira fase da *Taça*. Tendo em vista evitar esse quadro, a CBD lançou mão de algumas estratégias, que contribuíram para o aumento do público presente nos estádios, embora não como o desejado. Uma delas foi o sorteio de brindes – entre eles, automóveis VW Fusca 1500, vulgo Fuscão, zero quilômetros – aos torcedores (Jornal dos Sports 1972d). Também foram distribuídos, gratuitamente, ingressos para estudantes universitários e secundaristas (Folha de S. Paulo 1972b). Cabe destacar que grande parte desses ingressos foram parar nas mãos de cambistas, que os revendiam ao público geral (Manchete 1972c). Tal prática gerou prejuízos e desgastes para a comissão organizadora do torneio, que, além de investir no aumento da repressão policial, começou a exigir identificação dos estudantes nas entradas dos estádios (Jornal dos Sports 1972e). Em Pernambuco, a resposta dada foi um pouco mais dura: a gratuidade passou a ser concedida apenas a menores de 12 anos, acompanhados dos pais ou responsáveis (Jornal dos Sports 1972f).

Almeida (2009) aponta dois possíveis aspectos que contribuíram para o esvaziamento dos estádios na primeira etapa na *Taça*: o alto preço dos ingressos, duramente criticado pela imprensa escrita nacional; e a concorrência das emissoras de televisão, que transmitiram os jogos para todos os estados e territórios brasileiros. Acredito, de acordo com Cordeiro (2012, 154), que também devemos considerar ser praticamente inevitável verificar, em uma competição que reúne 20 seleções internacionais, a baixa frequência de público em determinados jogos. Como afirma a autora: “não é difícil supor que partidas como CONCACAF x Colômbia ou Equador x Ásia, para citar apenas alguns exemplos, não despertassem mesmo o interesse da torcida”. Aliás, creio que esse foi, com efeito, o principal motivo da baixa afluência de público na fase inicial do certame, pois, como veremos mais adiante, a despeito do valor das entradas e da cobertura televisiva, se conseguiu alcançar uma boa média de público durante as eliminatórias: momento marcado pela ocorrência de jogos disputados entre seleções que contavam com um maior prestígio no “mundo do futebol”. Entre elas, a própria seleção brasileira.

### **Super ou mini? Uma análise das dimensões simbólicas do torneio**

Como se pode perceber, a *Taça Independência* foi projetada para ter as dimensões simbólicas de uma “*Supercopa*”. Afinal, além de ser o “torneio dos votos de Havelange”, também deveria ser o evento mais popular dos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil: um conjunto de celebrações que, como definem Almeida (2009) e Cordeiro (2012), se caracterizou, de um modo geral, pela imponência e obsessão por grandeza, pelo intento de mostrar, aos brasileiros e ao mundo, a potência em que o país, que experimentava o “milagre econômico”, havia, em tese, se

---

transformado. Portanto, a *Taça* não visava somente demonstrar, nos gramados, a qualidade do selecionado nacional de futebol, recém-consagrado com a conquista do tricampeonato mundial, na copa de 1970. Mais do que isso, se buscava, igualmente, evidenciar – dentro e fora das “quatro linhas” – as capacidades de realização de Havelange e, sobretudo, do “Brasil grande”.

Embora nascida para ser “grande”, a *Taça* teve sua magnitude colocada em xeque pelas recusas das tradicionais seleções europeias, bem como pelo pouco interesse demonstrado pelo público durante a sua fase preliminar. Foi um momento difícil para a CBD. Os estádios vazios geraram uma arrecadação abaixo do esperado, causando prejuízos para os organizadores do campeonato (Manchete 1972d). Diante desse cenário, Médici foi generoso. Como destaca Almeida (2009), o presidente da república autorizou a subvenção de parte das despesas do torneio, liberando cerca de 430 mil dólares para o custeio de gastos com deslocamento das delegações (Jornal dos Sports 1972g). É importante registrar que a ajuda não vinha somente do governo federal. Como afirmou Abílio de Almeida, em entrevista dada ao jornal *Última Hora*, o apoio recebido era geral: “já viajei por todo o Brasil e sinto a vontade que todos têm para colaborar. Os governadores dão tudo o que pedimos, facilitam as coisas e tornam a missão mais fácil”. Em contrapartida, a CBD teve que exibir, antes de todas as partidas, vídeos de 50 minutos sobre o Brasil, as cidades e os estádios que sediavam os jogos. Segundo Abílio, a ideia que girava ao redor de tais exibições era a de mostrar as grandezas do país ao mundo (*Última Hora* 1972).

Apesar de todo o apoio, após o fim da *Taça*, seus organizadores constataram que ela resultou em déficit financeiro – que, como demonstra Almeida (2009), no final das contas foi, mais uma vez, sanado por meio do emprego de recursos públicos. Mas seria possível associar esse prejuízo, assim como os demais problemas até aqui citados, a um quadro de fracasso geral do evento? Parece-me que não. Devo lembrar, tal como chama a atenção Cordeiro (2012), que os objetivos centrais do certame eram, sobretudo, políticos: promover a candidatura de Havelange à presidência da FIFA e celebrar o 150º aniversário da emancipação política nacional (Manchete 1972e). Em relação ao primeiro objetivo, sabemos que Havelange, dois anos após a ocorrência do campeonato, conseguiu se eleger. No entanto, a importância da *Taça* para a ocorrência desse feito é tema ainda a ser estudado. Embora reconheça a relevância desse objeto, abordá-lo, neste momento, me distanciaria demasiadamente do escopo deste artigo. Sendo assim, privilegiarei a análise do segundo objetivo mencionado. A propósito, qual foi o significado do torneio para o país que, durante um período de apogeu do governo Médici, comemorava os 150 anos de sua independência? Para compreendermos melhor a questão em tela é fundamental lançarmos luzes sobre a segunda etapa da *Taça*: ocasião em que entra em campo o escrete canarinho.

## A fase eliminatória do torneio e a campanha do escrete canarinho

Para a segunda fase da *Taça Independência*, estava prevista a formação de dois grupos (A e B), compostos pelas seleções classificadas em primeiro lugar na etapa inicial, assim como pelas que já estavam pré-classificadas. A ideia era fazer com que, em um primeiro momento, os componentes de cada chave se enfrentassem entre si (A Tribuna 1972). Em seguida, os primeiros colocados de cada grupo disputariam a final, com direito a uma premiação de 50 mil dólares para o campeão e 30 mil para o vice. Os segundos colocados disputariam o terceiro lugar geral. Para esse caso, foram destinados 20 mil dólares para a premiação do terceiro colocado e 10 mil para o quarto (Manchete 1972a). Iugoslávia (primeira colocada do Grupo III), Brasil, Escócia e Tchecoslováquia eram os componentes do Grupo A. Argentina (primeira colocada do Grupo I), Portugal (primeiro colocado no Grupo II), União Soviética e Uruguai formaram o Grupo B (Veja 2020).

A estreia do Brasil ocorreu no dia 28 de junho, em jogo contra a Tchecoslováquia, no Maracanã. Nesse dia, o estádio contava com a presença de “personalidades ilustres”, tais como: Rous, Havelange, Médici e Antônio Chagas Freitas, governador do estado da Guanabara (Jornal dos Sports 1972h). Os torcedores comuns também compareceram, munidos de grande expectativa para o jogo. Para a frustração do público, a partida terminou em empate sem gols. Como resumiu o jornalista Ney Bianchi, em matéria publicada na revista *Manchete*: “parecia uma parada fácil. Foi goleando os tchecos por 4 a 1 que o escrete de ouro, dois anos atrás, abriu em Guadalajara o caminho para o tri. Uma goleada ainda mais espetacular era o que esperava aquela torcida imensa no Maracanã [...]. Mas o tempo foi passando e os gols não vieram”. Segundo Bianchi, na visão do técnico Zagallo foram dois os aspectos que inviabilizaram a vitória do escrete canarinho na estreia do torneio: “a retranca tcheca e o azar, que fez defesas fabulosas, pelas mãos do goleiro Viktor” (Manchete 1972f).

O segundo jogo da seleção brasileira aconteceu no dia 2 de julho, no Morumbi. O adversário foi a Iugoslávia. Mesmo vindo de um empate sem gols, o selecionado nacional contou com total apoio dos paulistas, que, assim como os cariocas, lotaram o estádio e fizeram uma grande festa. Além dos cantos de incentivo ao escrete canarinho, vaias também eram ouvidas frequentemente, com o intuito de atrapalhar a concentração dos iugoslavos, no momento em que mantinham a posse da bola (Jornal do Brasil 1972a, 50). A seleção brasileira retribuiu o “empurrão” dado pela torcida: com boa atuação, venceu a Iugoslávia por 3 a 0, com dois gols de Leivinha e um de Jairzinho. Conforme Bianchi, parecia que, finalmente, o futebol demonstrado na copa de 1970 dava sinais de que iria voltar: “a entrada de Leivinha no lugar de Paulo César marcou o reencontro dos tricampeões mundiais com o gol. E eles puderam, então, reviver – embora ainda um tanto *floou* – a sua melhor imagem mexicana” (Manchete 1972g).

---

O último passo para o alcance da tão desejada vaga na final da *Taça* era o embate contra a Escócia. A partida ocorreu no dia 5 de julho, no Maracanã. O jogo foi difícil e marcado pela tensão. A derrota para os escoceses significaria a desclassificação do Brasil. Mais uma vez, a torcida brasileira compareceu em massa, lotando o estádio. A estratégia adotada pelo público presente foi a mesma dos que estiveram no Morumbi: para o selecionado nacional, apoio irrestrito; para o adversário, vaias “monumentais” – que, inclusive, deixaram o técnico escocês irritado no término da partida. Apesar de todo o incentivo por parte da torcida, o escrete canarinho não fez um bom jogo. Pouco se criou diante do ríspido esquema tático defensivo armado pela Escócia. Mas, para o “bem e felicidade da nação”, tudo acabou dando certo. Pouco antes do fim da partida, aos 38 minutos do segundo tempo, Jairzinho fez 1 a 0. Foi o gol da vitória, que também selou o passaporte da seleção brasileira para a disputa da final do certame (Manchete 1972g).

### Uma final surpreendente: Brasil versus Portugal

Foi a seleção portuguesa, primeira colocada no Grupo B, que se classificou para enfrentar o escrete canarinho na decisão da *Taça Independência*. Almeida (2009, 136) chega a falar em favorecimento: “os organizadores da *Mimicopa* procuraram direcionar os semifinalistas, colocando Portugal e Brasil em grupos com adversários mais fáceis”. Discordo do autor. Afinal, ao verificar a tabela e a cobertura dada pela imprensa escrita nacional à segunda fase do campeonato, percebi que a distribuição das equipes favoritas ao título estava equilibrada.<sup>16</sup> Também cumpre mencionar, de acordo com Cordeiro (2012), que Portugal sequer foi cogitado nas estimativas iniciais, feitas pelos jornalistas esportivos, sobre quem chegaria à final do certame. Como demonstra a autora, os mais cotados – além do Brasil, favoritíssimo ao título – eram Argentina, Escócia, Iugoslávia e Uruguai. A presença do selecionado português na final da *Taça* foi, portanto, um tanto quanto inesperada. Dito de outra forma, foi muito mais fruto de uma boa e surpreendente campanha desempenhada por Portugal do que de manipulações da tabela feita pelos organizadores do evento (Jornal do Brasil 1972b, 1).

A decisão da *Taça* ocorreu no dia 9 de julho, no Maracanã. Na ocasião, era grande a expectativa depositada pelos brasileiros no escrete canarinho. Os baianos – que, por exemplo, demonstraram pouco entusiasmo durante a primeira etapa do torneio – chegaram a organizar caravanas de ônibus, percorrendo uma distância total de 3.200 quilômetros, só para estarem presentes na decisão (Veja 1972b, 72). Nem mesmo o clima instável e a temperatura em declínio afastaram os torcedores, que, ao invés de privilegiarem as transmissões do jogo feitas pela televisão

---

<sup>16</sup> Para mais informações, ver Arquivo Nacional (1972).

ou pelo rádio, não mediram esforços para comparecerem ao estádio. O público da partida foi estimado em 100 mil espectadores, que se espremeram no Maracanã para incentivar a seleção brasileira (Folha de S. Paulo 1972c, 17). Afora a disputa do título em si, um outro ingrediente apimentava a partida. O selecionado nacional vinha embalado por uma expressiva sequência de invencibilidade, que estava próxima de completar 3 anos (Manchete 1972h). Inclusive, caso se sagrasse vitorioso, iria superar um recorde alcançado pela Hungria, que, entre 1950 e 1951, se manteve invicta por 32 jogos consecutivos (Jornal do Brasil 1972c, 50).

Antes da decisão entre Brasil e Portugal – mais precisamente, a partir das 16 horas – aconteceu o jogo entre Iugoslávia e Argentina, que valia o terceiro lugar geral da *Taça*. Os torcedores brasileiros chegaram cedo no Maracanã, para prestigiar a partida preliminar e, sobretudo, torcer contra o seu principal arquirrival sul-americano (Folha de S. Paulo 1972d, 19). Médici também resolveu chegar com antecedência. No intervalo da partida preliminar, já se podia notar a presença dele na tribuna de honra do estádio, acompanhado de Chagas Freitas e do então general ministro do Exército, Orlando Geisel. Aplaudido de pé pelo público presente, Médici demonstrou gentileza ao retribuir a boa recepção, acenando para os populares, com um sorriso no rosto (Folha de S. Paulo 1972e, 21). Em linhas gerais, autoridades e torcedores comuns assistiram um Iugoslávia *versus* Argentina tumultuado e violento, que, aliás, chegou a ser interrompido por 24 minutos, em função de uma briga generalizada entre os jogadores que estavam em campo. Apesar da pancadaria, me parece que o placar final, de um modo geral, agradou aos brasileiros. A partida terminou com uma goleada, de 4 a 2, da Iugoslávia sobre a Argentina (Folha de S. Paulo 1972f, 17). Mas o melhor ainda estava por vir.

Brasil e Portugal entraram em campo pouco antes das 18 horas. Eis a escalação da seleção portuguesa, que tinha como base o time do Benfica: José Henrique, Artur, Humberto, Messias, Adolfo, Toni, Jaime Graça, Peres, Jordão, Eusébio e Diniz. Já a base do escrete canarinho era o time campeão da copa de 1970: Leão, Zé Maria, Brito, Vantuir, Marco Antônio, Clodoaldo, Gerson, Rivellino, Jairzinho, Leivinha e Tostão (Veja 2020). Em que pese a ausência dos tricampeões mundiais Félix, Piazza, Everaldo e Carlos Alberto, o que se pôde notar, durante toda a *Taça*, foi uma grande preocupação com a ausência de Pelé, que, em 1971, tinha encerrado a sua carreira na seleção brasileira. Segundo Rodrigues (2007), o “Rei do futebol” chegou até a ser convidado, por Havelange, para participar do certame. No entanto, Pelé teria condicionado o seu retorno à seleção brasileira ao recebimento de um cachê diferenciado dos demais jogadores. De acordo com o jornalista esportivo Juca Kfoury, o “Rei” teria se recusado receber a quantia de 1.000 dólares por partida, alegando que ganhava o triplo desse valor para participar dos amistosos que realizava pelo Santos Futebol Clube (Folha de S. Paulo 2020).

---

Por volta das 18 horas, logo depois de tocarem os hinos nacionais, o juiz israelense Abraham Klein deu início à partida. A final da *Taça* foi tensa e equilibrada (Jornal do Brasil 1972d, 1). Portugal surpreendeu: resolveu mudar o sistema de jogo adotado ao longo de todo o campeonato, optando por privilegiar um esquema tático defensivo. Apesar da “retranca” montada pelos portugueses, o Brasil chegou até a criar algumas situações de gol, mas que não obtiveram êxito (Folha de S. Paulo 1972g, 20). Assim como Portugal, Médici também surpreendeu aqueles que o acompanhavam. Afinal, ele parecia estar um tanto quanto inquieto: além de dar frequentemente socos no ar e levantar os braços diante de gols perdidos e jogadas malfeitas, já tinha mudado seu rádio de pilha de um ouvido para o outro 13 vezes e fumado 9 cigarros – atingindo, em menos de 90 minutos, o limite de sua média diária (Jornal do Brasil 1972e, 55). Mas, quando ninguém mais esperava, faltando menos de 1 minuto para o término do segundo tempo, a bola finalmente entrou. Após cobrança de falta feita por Rivellino, Jairzinho subiu, na pequena área, para fazer o gol do título. Logo em seguida, enquanto Jair, muito emocionado, era carregado por seus companheiros, Klein deu o apito final (Jornal do Brasil 1972d, 1). O Brasil era, enfim, o campeão do certame.

Os 100 mil torcedores presentes no Maracanã “explodiam” de alegria (Jornal do Brasil 1972d, 1). Tal como os populares, Médici também comemorava euforicamente. Quando o Brasil fez o gol do título, o presidente da república chegou a jogar para o alto o seu rádio de pilha, se levantando com os dois braços para cima e lançando um forte grito de gol. Ele deu, ainda, um abraço apertado no general ministro Geisel, que estava ao seu lado, e, ao embaixador português Manuel Fragoso, que estava igualmente próximo, disse, em um tom cordial: “nós tivemos mais sorte que vocês” (Folha de S. Paulo 1972e, 21). Ainda na tribuna de honra, Médici fez a entrega da *Taça*, parabenizando o meia Gerson: “parabéns, capitão. Vocês acabaram de dar uma grande alegria ao Brasil” (Folha de S. Paulo 1972e, 21).

Após o fim da decisão, o ambiente no vestiário da seleção brasileira não se apresentava muito vibrante. Jairzinho era uma das exceções: muito alegre, não parava de comentar os lances da partida. Dispensados e carregando, simultaneamente, o cansaço e o alívio da sensação de missão cumprida, grande parte dos jogadores não pensava em outra coisa senão tomar um banho e voltar para a casa (Jornal do Brasil 1972f, 54). Rivellino, Luis Carlos e Eurico, por exemplo, partiram de carro diretamente do Maracanã para São Paulo (Folha de S. Paulo 1972h, 21). Enquanto isso, no salão nobre do estádio, uma garrafa de champanhe francesa era servida para as autoridades. Ao receber sua taça, Médici tomou um gole e passou para Havelange, celebrando o momento junto com o dirigente máximo da CBD. O presidente da república permaneceu no Maracanã até às 21 horas. Ao sair, foi novamente aplaudido por torcedores, que celebravam o título nos arredores do

---

estádio. Em resposta, Médici ergueu os dois braços, com os punhos cerrados, reproduzindo o gesto que costumam fazer os pugilistas quando vencem uma peleja (Folha de S. Paulo 1972e, 21).

### **Considerações finais: o torneio como produto e agente do “milagre econômico”**

As discussões travadas ao longo deste artigo nos ajudam a compreender a *Taça Independência* como um produto e, ao mesmo tempo, como um agente do “milagre econômico”: período em que, como chama a atenção Almeida (2009), regime militar e segmentos expressivos da sociedade brasileira se empenhavam na construção de um “Brasil grande”. A “onda” de otimismo gerada pelo “milagre” estava associada a diversos fatores, que, de um modo geral, já são bastante conhecidos: altas taxas crescimento econômico, construção de obras faraônicas, desenvolvimento dos meios de comunicação, ascensão da classe média, expansão do ensino superior, controle da “subversão” e do “terrorismo” etc. No entanto, cabe ressaltar que concordo com Cordeiro (2012) ao afirmar que em nenhuma outra dimensão da realidade social a potência e a capacidade de realização do país se mostravam com tamanha magnitude e de uma maneira tão tipicamente nacional como no futebol.

Além de ser uma oportunidade de reafirmação da supremacia do Brasil nos gramados, a *Taça* também se constituiu como um espaço privilegiado para demonstrar aos brasileiros e ao mundo a potência (não só econômica, mas, também, civilizacional) em que o país, em tese, havia se transformado. Em um balanço do campeonato publicado pelo jornal *Gazeta Esportiva*, se afirma: “1.322 credenciais foram fornecidas para jornalistas do Brasil e do exterior, possibilitando [a cobertura de] uma realidade autêntica. Não só da competição, mas visando também mostrar o que é hoje o Brasil”. De acordo com o periódico: “seus costumes, sua gente, suas etnias e acima de tudo todo o seu progresso, foram destacados em todo o mundo, que viu mais uma vez o futebol brasileiro provar sua liderança e mostrar que também fora das quatro linhas sua potência é inegável” (*Gazeta Esportiva* 1972). Em entrevista concedida ao *Jornal dos Sports*, Havelange fez uma avaliação parecida do torneio: “a organização da *Taça* [...] foi perfeita. [...] Há países e povos que nunca tinham vindo ao nosso continente, o desconheciam e também tinham uma imagem distorcida, diferente da verdade que viram, assistiram e sentiram”. Segundo o presidente da CBD: “podemos mostrar ao mundo como vive o Brasil. Vive amalgamado com todos os tipos de raça, credos religiosos, ideologias, onde todos vivem felizes” (*Jornal dos Sports* 1972i).

Com efeito, a conquista da copa de 1970 foi importante para o projeto de propaganda política desenvolvido pelo regime militar (1969-1977), pois se constituiu como um elemento facilitador da deflagração do processo de “reinvenção do otimismo” ocorrido durante o “milagre

---

brasileiro”.<sup>17</sup> Todavia, a mobilização do futebol no referido processo não pode ser reduzida à conquista do tricampeonato mundial pela seleção brasileira. Afinal, como se pode notar, a *Taça*, pouco lembrada pelos historiadores, também contribuiu para reafirmar leituras otimistas sobre o Brasil. Vale destacar que esse fenômeno extrapolou o universo do futebol, podendo ser observado em outras áreas do campo esportivo ainda pouco estudadas. Como exemplo, posso citar as campanhas vitoriosas do piloto de automobilismo Emerson Fittipaldi, que, em 1972, se tonou o primeiro brasileiro a conquistar o *Campeonato Mundial de Fórmula 1*; do boxeador Éder Jofre, que, em 1973, se sagrou campeão mundial, na categoria peso-pena, pelo Conselho Mundial de Boxe; assim como do jogador de xadrez Henrique Mecking, que, em 1972, foi campeão sul-americano e que, em 1973, conquistou o *Torneio Interzonal de Petrópolis/RJ*, se classificando para o *Torneio dos Candidatos*: última etapa eliminatória para a disputa do prestigiado *Campeonato Mundial da Federação Internacional de Xadrez*.

Diante desse quadro, Almeida (2009) e Cordeiro (2012) afirmam que a iniciativa de promover a *Taça* estaria diretamente associada a uma tentativa de prolongar a euforia nacional provocada pela conquista da copa de 1970. Discordo dos autores, pois, ao consultar os fundos documentais e os impressos mobilizados como fonte por ambos, não pude encontrar indícios que permitam o estabelecimento de tal associação. Inclusive, pude detectar uma fonte que chama a atenção para a possibilidade de a ideia de organizar a *Taça* ter sido anterior ao título do tricampeonato de futebol pela seleção brasileira. Refiro-me a uma matéria publicada pelo jornal *Última Hora*, já mencionada neste artigo, que transcreve parte de uma palestra ministrada por Abílio de Almeida, no Rotary Clube Jardim Primavera. Em sua exposição, ele afirma que: “a ideia de fazer o torneio nasceu em 1969, no México” (*Última Hora* 1972). Portanto, creio que a versão em questão precisa ser verificada com mais cautela, pois parece superestimar as conexões instituídas entre os dois eventos mencionados.

Ainda no que tange à *Taça*, acredito que sua tomada como objeto também nos ajuda a compreender melhor as relações estabelecidas entre regime militar e sociedade em sua complexidade. Em outras palavras, nos possibilita tecer considerações que vão além das já citadas leituras simplistas, binárias e maniqueístas – criadas no contexto da redemocratização e ainda hoje bastante reiteradas em alguns espaços de sociabilidade – que tendem a dividir a sociedade brasileira em polos antagônicos, tais como: Estado repressor *versus* sociedade vitimizada, colaboradores *versus* resistentes, bem *versus* mal, entre outros. Como já disse, me parece que, mais do que isso, existiu uma zona cinzenta entre esses polos, em que se pode detectar comportamentos variados diante da

---

<sup>17</sup> Para mais informações, ver Fico (1997).

ditadura militar. Entre esses comportamentos, se pode, ainda, verificar uma gama de práticas de consentimento em relação ao regime militar, que, por sua vez, contribuíam para reafirmar o consenso estabelecido no período em tela. Entre outros exemplos, posso destacar o comportamento dos torcedores que lotavam as arquibancadas nos jogos do Brasil. Torcedores esses que, como destaca Cordeiro (2012), compunham a *mise-en-scène* da ditadura militar, vestindo o verde e o amarelo, carregando bandeiras, cantando o hino e canções de apoio, ovacionando o presidente Médici ao vê-lo na tribuna de honra do estádio.

Portanto, creio ser razoável afirmar que, mais do que um mero instrumento de manipulação e controle ideológico, a *Taça* se constituiu como um mecanismo de reafirmação do consenso social estabelecido em torno do regime militar. Isso nos ajuda a entender, entre outras coisas, que os brasileiros não eram passivos diante da propaganda política oficial, que só ganhou força porque, de fato, encontrou resposta na sociedade. Ajuda-nos a compreender, ainda, que, entre a adesão e a resistência, existiam uma série de atitudes sociais que, juntamente com a coerção e a manipulação, contribuíram para a sustentação da ditadura militar no período aqui focado. Acredito que o ângulo de visão exposto põe em relevo o imperativo de avançarmos no processo de superação das noções simplistas, binárias e maniqueístas citadas anteriormente. Para tanto, um caminho que me parece ser promissor é, entre outros ainda pouco trilhados, o desenvolvimento de mais estudos sobre as relações de continuidade que o regime militar estabeleceu com a sociedade brasileira. Notadamente, por meio do exercício do papel de legítimo representante de um conjunto de valores e tradições caros ao imaginário social nacional, como, por exemplo, o otimismo, a crença no futuro promissor do país.

Por fim, é importante sublinhar que, com este artigo, não tive a pretensão de esgotar a análise da *Taça*, muito pelo contrário. Afinal, além de considerar ser necessário dar continuidade nas discussões nele levantadas, reconheço que existem aspectos relacionados ao evento que ainda não foram verificados de um modo pormenorizado e que podem, na minha opinião, ampliar a dimensão do conhecimento histórico até então produzido a seu respeito. Todos esses aspectos já foram por mim destacados. Como exemplo, posso citar as relações estabelecidas entre a conquista da copa de 1970 e a organização do torneio, as conexões instituídas entre a ocorrência do campeonato e a questão da integração nacional, a importância do certame para o êxito da campanha de Havelange para alcançar a presidência da FIFA, entre outros. Em suma, creio que a complexidade das questões aqui abordadas, bem como as diversas lacunas ainda a serem preenchidas, iluminam a necessidade de avançarmos nos debates sobre a *Taça* – especialmente, por meio de novas publicações, derivadas de novas pesquisas sobre esse objeto.

## Referências bibliográficas

- “0 x 0. Primeira barreira”. *Manchete*, 15 de julho de 1972f. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82a.
- “A taça mais cara do mundo”. *O Cruzeiro*, 21 de junho de 1972, 19.
- Almeida, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.
- Almeida, Adjovanes Thadeu Silva de. “O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)”. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- Almeida, Adjovanes Thadeu Silva de. “Popularizando os festejos: a Taça Independência e o Sesquicentenário”. In: Almeida, Adjovanes Thadeu Silva de. “O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)”. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- Antunes, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. “Com brasileiro não há quem possa!”: futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Editora UNESP, 2004. <https://doi.org/10.7476/9788539302789>
- “Argentina, França, Portugal, Eire, Peru e Iugoslávia disputam as três vagas que restam nas semifinais”. *Manchete*, 24 de junho de 1972d. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82b.
- Arquivo Nacional, *Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil*, 1972, pastas 58 e 58a.
- Bacellar, Carlos. “Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos”. In: *Fontes históricas*, org. Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2008.
- Baczko, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi, v. 5, Antropos – Homem*, org. Ruggiero Romano. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- Brasil. Decreto-Lei nº 1.106/1970. Diário Oficial da União, 16 de junho de 1970, s. 1, 4521.
- “Brasil favorito decide Taça hoje com Portugal”. *Jornal do Brasil*, 9 de julho de 1972b, 1.
- “Brasil ganha a Taça no último minuto”. *Jornal do Brasil*, 10 de julho de 1972d, 1.
- “Brasil quebra recorde da Hungria”. *Jornal do Brasil*, 10 de julho de 1972c, 50
- Braudel, Fernand. “A longa duração”. In: Braudel, Fernand. *História e Ciências Sociais*. 4. ed. Lisboa: Presença, 1982.
- “Câmera – coluna de Luiz Bayer”. *Jornal dos Sports*, 13 de junho de 1972e. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
- “CBD define quem participará da C. Independência”. *Jornal do Brasil*, 21 de dezembro de 1971, 39.
- Cerri, Luís Fernando. “1972: ‘Sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos’”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 25, n. 1 (1999): 193-208. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1999.1.25569>
- “Chile arma esquema para barrar Portugal”. *Folha de S. Paulo*, 16 de junho de 1972b. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
-

“Cobertura jornalística na Taça Independência”. *Gazeta Esportiva*, 14 de agosto de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58a.

Confederação Brasileira de Desportos. *Ofício nº 4554*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 32.

Cordeiro, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015.

Cordeiro, Janaína Martins. “Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43 (2009): 85-104.  
<https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000100005>

Cordeiro, Janaína Martins. “Da solenidade das comemorações à festa do futebol”. In: Cordeiro, Janaína Martins. “Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)”. Tese de doutoramento, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2012.

Cordeiro, Janaína Martins. “Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)”. Tese de doutoramento, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2012.

Corrêa, Antonio Jorge. *As comemorações do Sesquicentenário*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972.

D’Araújo, Maria Celina. *Militares, democracia e desenvolvimento: Brasil e América do Sul*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2010.

“Das mãos de Médici a Taça para Gerson”. *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1972h, 21.

“Dez estádios recebem uma visita importante”. *Folha de S. Paulo*, 29 de julho de 1972a, 32.

“Espanha diz não ter medo e sim falta de datas”. *O Jornal*, 26 de fevereiro de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.

“Federação não dá mais ingressos”. *Jornal dos Sports*, 13 de junho de 1972f. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.

Fico, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

“FIFA, esse sonho”. *Manchete*, 13 de maio de 1972e. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82b.

Folha de S. Paulo. 2020. “História antiga”.  
[http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/17/esporte/6.html#\\_="](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/17/esporte/6.html#_=).

“Havelange: os ingleses virão em 72”. *Folha de S. Paulo*, 1º de outubro de 1971a, 19.

“Havelange: Taça dá exemplo ao mundo”. *Jornal dos Sports*, 18 de julho de 1972i. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58a.

Hobsbawm, Eric. “A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914”. In: *A invenção das tradições*, org. Eric Hobsbawm e Terence Ranger. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

“Iugoslávia derrota a violência”. *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1972d, 19.

“Iugoslávia, terceiro lugar com todos os méritos”. *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1972f, 17.

- “Jair, quando ninguém esperava”. *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1972g, 20.
- “Jogo Paraguai x Bolívia movimentada Campo Grande”. *O Globo*, 17 de maio de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
- Larrain, Jorge. “Ideologia”. In: Bottomore, Tom; Harris, Laurence; Kiernan, Victor Gordon; e Miliband, Ralph. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- Laborie, Pierre. “L'idée de résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement”. In: Laborie, Pierre. *Les Français des années troubles*. De la guerre d'Espagne à la Libération. Paris: Seuil, 2003.
- Luca, Tania Regina de. História “dos, nos e por meio dos periódicos”. In: *Fontes históricas*, org. Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2008.
- Magalhães, Livia Gonçalves. *Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- Malatian, Teresa. “Cartas: narrador, registro e arquivo”. In: *O historiador e suas fontes*, org. Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca. São Paulo: Contexto, 2009.
- “Maracanã com nova luz e gramado velho”. *Folha de S. Paulo*, 25 de dezembro de 1971b, 16.
- “Médici. Um torcedor de noventa minutos”. *Jornal do Brasil*, 10 de julho de 1972e, 55.
- “Minicopa é show de bola para o mundo”. *Jornal do Comércio*, 7 de abril de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
- “Minicopa – o Brasil não pode perder”. *Manchete*, 13 de maio de 1972h. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82b.
- “No gol de Jair, a taça que fica”. *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1972c, 17.
- “O escrete em ritmo de vaia”. *Manchete*, 1º de julho de 1972c. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82b.
- “Os europeus aceitam perder campeonatos, mas, jamais, a FIFA”. *Manchete*, 20 de maio de 1972b. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82a.
- “Os maxi prejuízos da Taça”. *Veja*, 12 de julho de 1972b, 72.
- “O presidente não pode ver uma vitória”. *Jornal dos Sports*, 29 de junho de 1972h. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58a.
- “Os segredos de Estado da Minicopa”. *Manchete*, 3 de junho de 1972a. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82a.
- “Primeiro nervoso; depois, só alegria”. *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1972e, p. 21.
- Rei, Bruno Duarte. “Arquivos e esporte: o Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)”. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2 (2014): 62-69.
-

Rei, Bruno Duarte. Celebrando a pátria amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). Tese de doutoramento, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2019.

Rei, Bruno Duarte. “Esporte e propaganda política nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972): notas preliminares de um estudo”. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, v. 1, n. 187 (2013): 1-9.

“Renda em natal sobe com o sorteio”. *Jornal dos Sports*, 14 de junho 1972d. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.

Reis Filho, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*, org. Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta. São Paulo: EDUSC, 2004.

Reis Filho, Daniel Aarão. “Revolução e socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso”. In: *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina*, org. Denise Rollemberg e Samantha Quadrat. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Riorda, Mario. “Hacia un modelo de comunicación gubernamental para el consenso”. In: *La construcción del consenso. Gestión de la comunicación gubernamental*, org. Luciano Elizande, Damián Fernández e Mario Riorda. Buenos Aires: La Crujía, 2006.

Rodrigues, Ernesto. *Jogo duro: a história de João Havelange*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

Rollemberg, Denise e Quadrat, Samantha Viz, org. *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 1: África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Rollemberg, Denise e Quadrat, Samantha Viz, org. *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Rollemberg, Denise e Quadrat, Samantha Viz, org. *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 3: Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Rollemberg, Denise. “As trincheiras da memória”. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina*, org. Denise Rollemberg e Samantha Quadrat, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Santos, João Manuel Casquinha Malaia, Costa, Maurício da Silva Drumond, e Melo, Victor Andrade de. “Celebrando a nação nos gramados: o Campeonato Sul-Americano de Futebol de 1922”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 57, v. 1 (2012): 151-174.  
<https://doi.org/10.5380/his.v57i2.30578>

“Segunda barreira. 3 x 0”. *Manchete*, 15 de julho de 1972g. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82a.

“Seleções ganham passagens para disputar a Taça”. *Jornal dos Sports*, 15 de junho de 1972g. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.

Schatz, Patrícia Volk e Epíndola, Carlos José. “Jogos e estratégias: o campeonato brasileiro de futebol na década de 1970 e a política de integração nacional”. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 29 (2016): 302-324. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2016.19444>

---

Serpa, Élio Cantalício. “Revista O Cruzeiro de 1972: comemorando el Sesquicentenario de la Independencia y exaltando el Brasil moderno”. *Studia Historica*, Salamanca, v. 27 (2009): 375-398.

Soares, Filipe Menezes. “O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste): discursos e políticas governamentais (1969-1974)”. Dissertação de mestrado, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

Sosnoski, Thaisy. “Historiografia e memória: Biblioteca do Sesquicentário da Independência do Brasil (1972)”. Dissertação de mestrado, Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2013.

Souto, Sérgio. “Imprensa e memória da copa de 50: a glória e a tragédia de Barbosa”. Dissertação de mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2001.

Souza, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

“Supercopa já tem os cinco que jogam final”. *Jornal dos Sports*, 4 de março de 1972c. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentário da Independência do Brasil, pasta 58.

“Taça mostrará o Brasil”. *Última Hora*, 1º de junho de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentário da Independência do Brasil, pasta 58a.

“Taça Independência”. *A Tribuna*, 26 de junho de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentário da Independência do Brasil, pasta 58a.

“Taça Independência”. *Jornal dos Sports*, 5 de junho de 1972b. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentário da Independência do Brasil, pasta 58.

“Taça Independência: calendário vai mudar”. *Folha de S. Paulo*, 21 de dezembro de 1971c, 32.

“Taça Independência: integração pelo futebol”. *Jornal dos Sports*, 6 de junho de 1972a. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentário da Independência do Brasil, pasta 58.

“Taça Independência, o torneio de votos de João”. *Veja*, 14 de junho de 1972a, 81.

“Torcida paulista emociona a seleção”. *Jornal do Brasil*, 3 de julho de 1972a, 50.

Veja. 2020. *Relembra a Taça Independência de 1972, uma verdadeira Minicopa*.

<http://vejario.abril.com.br/blog/historias-do-futebol-carioca/selecao-brasileira/relembre-a-taca-independencia-de-1972-uma-verdadeira-minicopa>

“Zagalo se emociona no final do jogo”. *Jornal do Brasil*, 10 de julho de 1972f, 54.

\*\*\*

Recebido: 24 de setembro de 2019

Aprovado: 11 de novembro de 2019

## Resenha

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.29947>

### ¿Reconocimiento o Redistribución? Un debate entre marxismo y feminismo

*Redistribuição ou Reconhecimento? Um debate entre marxismo e feminismo*

*Recognition or Redistribution? A debate between marxism and feminism*

Marta Caro Olivares\*

<https://orcid.org/0000-0003-3396-8416>

Reseña del libro: Butler, Judith y Fraser, Nancy. *¿Reconocimiento o redistribución? Un debate entre marxismo y feminismo*. Madrid: Traficantes de sueños, 2017.

#### Cómo citar esta reseña:

Olivares, Marta Caro. Reseña del libro *¿Reconocimiento o redistribución? Un debate entre marxismo y feminismo*, de Judith Butler y Nancy Fraser. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 364-369.

\*\*\*

#### Introducción

La presente reseña tiene como objetivo problematizar el debate Fraser-Butler, no a través del análisis de los dos postulados principales, sino a través de la crítica de los mismos y de las posibilidades que en ellos se encierran. Este ejercicio lo que pretende problematizar es la relación entre genitalia-sexo-género, con el capitalismo y la disolución de las certezas ontológicas con la pérdida de vigencia de lo denominado como moderno.

Tanto el debate Fraser-Butler, surgido en la *New Left Review* en el año 2000 y convertido en libro en 2017, como el debate filosófico en torno a la modernidad, aparecido en las primeras décadas del siglo XX, no son nuevos. Sin embargo, las problemáticas que abordan siguen estando

---

\* Doctoranda en la Universidad Autónoma de Madrid (UAM) y graduada en historia por la Universidad de Extremadura (UEX). Ha publicado acerca del surgimiento del neoconservadurismo estadounidense y, brevemente, acerca de la descolonización africana. E-mail: mcaroli@hotmail.com

vigentes, sobre todo, ahora, que los feminismos autodenominados radicales están en plena ofensiva reaccionaria poniendo en riesgo las vidas de las personas trans y lanzándose a una aventura colonizadora sobre aquellos cuerpos que consideran abyectos. Esto hace necesario señalar cómo determinadas articulaciones feministas pueden constituirse como represivas, donde una interpretación falaz de la relación entre género y sexo puede llegar a funcionar como vehículos de la dominación. Esto permitiría a grupos feministas enrocarse en el biologicismo y el etnocentrismo para instrumentalizar la lucha por la liberación y convertirla en su monopolio. De este modo, garantizarían, a través de la defensa de una feminidad cis y blanca, la invisibilización, persecución y represión de los colectivos más desfavorecidos. Es esta labor represiva de determinadas articulaciones feministas con vocación universalista y eurocéntrica, que se amparan en interpretaciones falaces de la realidad, la que constituye el objetivo de crítica de esta reseña. El texto de Fraser nos serán muy útiles para comprender este tipo de posiciones reaccionarias, sin que esto suponga que acusemos a Fraser en el presente por las afirmaciones teóricas mantenidas hace veinte años.

### **Redistribución o Representación, ¿existe acaso esta dicotomía?**

A lo largo de los años 90, con la desaparición de la Unión Soviética, emergió con fuerza el debate sobre el descentramiento de la clase debido a las políticas de representación. Estas últimas no eran algo nuevo, formaban parte del feminismo de tercera ola y recogían el testigo de las reclamaciones raciales de grupos no blancos que no se sentían integrados – y que de hecho eran expulsados – en los movimientos obreros y feministas, monopolizados por cuerpos blancos (Hooks 2017, 31-32). El deseo de estos grupos marginados por ganar visibilidad frente a los movimientos hegemónicos hizo que estos últimos acusaran a los primeros de querer dividir al movimiento feminista. Señalar que dentro de los movimientos de emancipación existían colectivos que participaban y se beneficiaban del racismo y el sexismo implicaba cuestionar el monopolio de la lucha de los grupos tradicionales. El intento por reivindicar las intersecciones entre clase, raza y género (incluyendo las sexualidades disidentes aquí) suponía cuestionar el liderazgo blanco de los movimientos emancipatorios, tanto de clase como feministas. El presente libro recoge esta problemática de la supuesta incompatibilidad radical entre políticas de clase e *identity politics* a través de las posiciones de Nancy Fraser y Judith Butler. La primera recoge el punto de vista tradicional acerca de la incompatibilidad entre políticas de representación y políticas de redistribución; mientras que la segunda pretende mostrar el punto de encuentro entre ambas describiendo como poco fundamentada la tradicional clasificación dicotómica marxista entre economía y cultura.

Nancy Fraser reconoce la necesidad de solventar aquellas opresiones derivadas de la raza y el género, sin embargo, afirma que situar la visibilización de las sexualidades disidentes al mismo nivel que las opresiones de clase, raza y género generaría una división grupal particularista en todo movimiento de emancipación anticapitalista (Butler y Fraser 2017, 33). Para justificar esta expulsión de la cuestión de la sexualidad de la cuestión de género, retoma el tradicional esquema marxista de división de la realidad en estructura y superestructura o en economía y cultura. Fraser afirma que esta división en ningún caso es apriorística, sino analítica, ya que, en la realidad, ambas esferas interactúan dialécticamente.

Sin embargo, a lo largo de su exposición, en la cual, clasifica la clase como una opresión económica, raza y género como opresiones mixtas y la sexualidad como una cuestión meramente cultural y, por tanto, potencialmente divisoria; está demostrando que en su vía a la emancipación subordina lo cultural a lo económico y que por tanto la dicotomía entre cultural y económico no es tan analítica, sino, de hecho, apriorística. Butler, en su respuesta, afirma que esta es una clasificación arbitraria que supone una invalidación de las propias posiciones marxianas (Butler y Fraser 2017, 71-72.). Tal y como afirma el filósofo español, Felipe Martínez Marzoa, la división entre elementos estructurales y culturales jamás está determinada por una relación de causalidad o de subordinación; de hecho, afirmar que este dualismo existe sería generar una asociación falaz entre el materialismo como concepto filosófico como igual a lo sensible o empíricamente demostrable, y lo cultural como producto de esto (Marzoa 2018, 148). En segundo lugar, en la obra de Marzoa, también se aprecia que en la filosofía de *El Capital*, no existe una diferenciación entre realidad verdadera y realidad en sí, es decir, que lo ideológico, o lo cultural para Fraser, no son una deformación de ninguna realidad previa (Marzoa 2018, 146). Es decir, aquello denominado como cultural puede presentarse como apriorístico y, de hecho, determina cómo se construye la percepción de lo que es objetivo. Es decir, el a priori empírico es un a priori político. Aunque este análisis de la filosofía marxiana aplicada al género, superaría la visión de Butler de que la potencialidad del marxismo para abordar el género, la familia y la sexualidad se acaban en Engels (Butler y Fraser 2017, 67-87), hay que afirmar que las posibilidades contenidas en el marxismo, según la visión de Marzoa, estarían más cercanas a las posiciones de Butler que a las de Fraser.

Si se retoma la división aparentemente arbitraria que Fraser realiza entre lo económico y lo cultural, se ve que esta separación participa de los mecanismos racionalizadores y objetivadores de la Modernidad. Es decir, participa de la consideración de lo empírico como un a priori no sujeto a cuestionamiento. Esto se aprecia cuando en el cuadro de doble eje que presenta en el apartado “IV. Afinar el dilema: de nuevo sobre el género y la 'raza'” (Butler y Fraser 2017, 57) afirma que la

---

única posibilidad de transformación que ofrecen las políticas de reconocimiento, sin olvidar que a lo largo del texto subordina las políticas de representación a las de redistribución (Butler y Fraser 2017), consiste en la “reestructuración en profundidad de las relaciones de reconocimiento”. A dicha actividad la denomina como deconstrucción. La cual en ningún caso cuestiona los estándares de verdad que generan la conmensurabilidad entre la presencia de una determinada genitalia y la asignación de un sexo y un género a ese cuerpo, o la conmensurabilidad entre el color de piel de un cuerpo y la identidad racial que se le asigna, y mucho menos cuestiona la jerarquía de validez entre heterosexualidad y las sexualidades disidentes. Esto se manifiesta cuando a lo largo de su exposición sobre género se centra en androcentrismo y sexismo, sin cuestionar el binarismo (Butler y Fraser 2017, 42) y, también, cuando al hablar de las opresiones derivadas de la raza, no menciona los procesos de racialización, es decir, la creación del sujeto racializado (Butler y Fraser 2017, 43-47). De hecho, con respecto a este último elemento, no cuestiona la asociación unívoca entre el color de la piel y la raza asignada, solo el valor peyorativo asociado a la 'raza'. En ambos casos, afirma que es bajo el capitalismo cuando se producen esta asociación de feminidad y sujeto racializado no blanco a elementos negativos. De este modo, no cuestiona la consideración del género y los cuerpos racializados como entidades empíricamente comprobables, sino cómo bajo el capitalismo determinados cuerpos han sido dotados de características peyorativas. En lo que respecta al género, no cuestiona la naturalidad de los cuerpos femeninos y masculinos, ni cuestiona que la heterosexualidad se basa en una creación de cuerpos hipermasculinizados y cuerpos hiperfeminizados para su mantenimiento (Ehlers 2012, 89). Esto sigue dejando en una posición de indefensión a las personas trans y no binarias, a las que ni siquiera considera como variables de un género espectral y no binario. Al situar a las personas trans y no binarias en el espectro de lo meramente cultural y lo sexual, niega su existencia y las presenta como un capricho identitario cuyas reivindicaciones tan solo impiden el avance hacia la emancipación.

Esto impide que de los textos de Fraser pueda extraerse un horizonte verdaderamente transformador donde no se considere como realidades ontológicas instrumentalizadas por el capitalismo al género y a la raza, sino como significaciones de la realidad asociadas al proceso de la Modernidad. La solución, en palabras de Butler, pasaría la unidad de lo 'redistributivo' y lo 'representativo', que:

“no debería erigirse sobre la síntesis de un conjunto de conflictos, sino que habría de constituirse como una *manera de mantener el conflicto de modos políticamente productivos* (cursiva en el original), como una práctica contestataria que precisa que estos movimientos articulen sus objetivos bajo la presión ejercida por los otros, sin que esto signifique exactamente transformarse en los otros” (Butler y Fraser 2017, 73).

---

Es decir, la recomendación de Butler a Fraser podría resumirse en que toda vía a la superación de las opresiones actuales no debería ser una hoja de ruta basada en la subordinación de conflictos, sino en la problematización de la construcción de los estándares de verdad que han creado esas opresiones.

Para finalizar, esta problematización debería ir de la mano de un proceso que ninguna de las dos autoras menciona en sus respectivos capítulos: la contextualización de esta construcción particular de la realidad *en* la Modernidad como sentido común de época y *en* sus categorías directoras – Razón y Progreso –. El olvido por parte de Fraser de ligar el binomio capitalismo-razón instrumental, como motor de la explotación de cuerpos considerados como femeninos y cuerpos racializados, a la Modernidad Occidental, la lleva a desarrollar una suerte de universalismo revolucionario que desea una expansión de la ética moderna y la imposición cultural occidental; es decir, una eliminación de las cosmovisiones no occidentales y una imposición de las “certezas” ontológicas y morales eurocéntricas (Butler y Fraser 2017, 26). Por su parte, Butler también olvida la asociación del binarismo y la generación de la jerarquía instrumental entre heterosexualidad y sexualidades disidentes al proceso de la Modernidad, lo que hace que su respuesta no esté circunscrita a un espacio y un tiempo determinados. Y quizás, sea esta falta de amarre histórico de su respuesta la que favorezca que Fraser considere que la teoría de Butler sobre la performatividad del género, el sexo y la sexualidad suponga una práctica exclusivamente simbólica y no un proceso lingüístico – que no etimológico, verbal o de enunciación (exclusivamente) – de construcción de la realidad que se desarrolla en un tiempo extensivo.

### **Breves consideraciones finales**

La principal cuestión que esta reseña deseaba mostrar es la necesidad de problematizar el proceso de construcción de los cuerpos dentro de un eje binario de sexo y género y de una jerarquía racial. Así como la necesidad de problematizar la validez universal de las posiciones teóricas aquí enunciadas. Todo aquel posicionamiento teórico que no cuestione los procesos por los cuales determinados caracteres anatómicos han sido considerados como manifestaciones físicas objetivas de determinadas identidades raciales y de género, seguirá considerando al complejo sexo-género binarios y a la raza como verdades ontológicas universales apriorísticas y, por tanto, reproducirán la dominación sobre los cuerpos trans, no binarios y racializados no blancos, así como sobre aquellos cuerpos que no se reconozcan en categorías clasificatorias existentes. Por lo tanto, la apertura

---

de nuevos horizontes de superación de las opresiones actuales no debe pasar por ofrecer una solución universalista, sino por la problematización de los procesos de construcción de la realidad presente, tal y como proponen las escuelas de pensamiento decolonial y postsocial.

### Referencias bibliográficas

Butler, Judith, y Nancy Fraser. *¿Reconocimiento o redistribución? Un debate entre marxismo y Feminismo*. Madrid: Traficantes de sueños, 2017.

Ehlers, Nadine. *Racial Imperatives, discipline, performativity, and struggles against subjection*. Indianapolis: Indiana University Press, 2012.

Hooks, Bell. *El feminismo es para todo el mundo*. Madrid: Traficantes de sueños, 2017.

Martínez Marzoa, Felipe. *La filosofía de El Capital*. Madrid: Abada Editores, 2018.

\*\*\*

Recibido: 13 de marzo de 2020

Aprobado: 28 de marzo de 2020

**Universidad y derechas en la historia reciente uruguaya**

*Universidade e direitas na história recente uruguiaia*

*University and right wings in recent Uruguayan history*

Nicolás Dip\*

<https://orcid.org/0000-0001-6565-7319>

Reseña del libro: Jung Garibaldi, María Eugenia. *La educación superior entre el reclamo localista y la ofensiva derechista. El movimiento pro-Universidad del Norte de Salto (1968-1973)*. Montevideo: CSIC, Universidad de la República, 2018.

**Cómo citar esta reseña:**

Dip, Nicolás. “Reseña del libro La educación superior entre el reclamo localista y la ofensiva derechista. El movimiento pro-Universidad del Norte de Salto (1968-1973), de Jung Garibaldi, María Eugenia”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 370-374.

\*\*\*

Los trabajos académicos son productivos cuando se apartan de los lugares comunes. En este aspecto, la investigación de María Eugenia Jung Garibaldi no es la excepción. El libro aborda el itinerario del Movimiento pro-Universidad del Norte (MUN), entre fines de los 60 y principios de los 70, e indaga su proyecto de instalar en el interior de Uruguay una casa de estudio que acabara con el

---

\* Becario del Programa de Becas Postdoctorales de la Universidad Nacional Autónoma de México, en el Instituto de Investigaciones Sociales, bajo la asesoría del Dr. Sergio Zermeño y García-Granados. Doctor en Historia y Licenciado en Sociología por la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata. E-mail: nicolasdip88@gmail.com

monopolio de la Universidad de la República (Udelar). El objetivo es sintomático, dado que prescinde de dos perspectivas recurrentes en la bibliografía sobre la historia reciente de las universidades, los movimientos estudiantiles y los intelectuales en América Latina. La primera es la que asocia generalmente estas experiencias con vertientes políticas de izquierda. A lo que se suma el tradicional sesgo de los estudios de caso que muchas veces quedan anclados en las ciudades capitales y en las universidades más grandes de cada nación. De esta manera, frente al reduccionismo político y geográfico, Jung propone un relato historiográfico de un movimiento complejo que surge a fines de 1968 en la ciudad de Salto, lejos de Montevideo, y que termina asumiendo posiciones de las derechas más radicalizadas en el transcurso del período.

El libro podría sintetizarse como una historia de la universidad, el movimiento estudiantil y las derechas en el interior de Uruguay. Pero a la delimitación poco usual del objeto de estudio, se suma un enfoque metodológico que indaga en profundidad las tramas organizativas y discursivas de la experiencia. Jung estudia al MUN desde una perspectiva socio-histórica que no se contenta con demarcar sus dimensiones político-ideológicas. Por el contrario, la investigación despliega una explicación de las tomadas de posición del movimiento a partir de las redes de debate en las que estaba inmerso, donde se interconectaban universitarios, intelectuales y funcionarios, como otros actores políticos y sociales del país. Además, propone un abordaje de sus aspectos discursivos, sobre todo en lo referente a su propuesta de crear una universidad ajena a los mandatos de la Udelar, institución que detentaba el monopolio de la educación superior desde su fundación en 1849. En este punto, el trabajo se distancia de los estudios que enfatizan el carácter opositor y reactivo de las derechas, sin tomar en cuenta sus proyectos e iniciativas.

Desde este enfoque, el libro indaga en tres tópicos centrales que hacen al itinerario del MUN en el periodo en cuestión. El primero refiere a su surgimiento y consolidación, donde el movimiento es entendido como resultado y dinamizador de un mismo proceso. Su historia se inscribe en la demanda por crear una universidad en el interior de Uruguay, la cual se remonta a fines del siglo XIX, aunque recién a mediados de los años 40 se afianzaron numerosos reclamos en los centros urbanos del norte, como Paysandú y Salto. Sin embargo, fue con la creación del MUN en 1968 que logró incorporarse el tema a la agenda pública nacional. Esto fue posible gracias a la consolidación de un entramado de actores que contó con el apoyo de vertientes políticas y sociales de la amplia gama de derechas uruguayas e incluso del propio gobierno de Jorge Pacheco Areco (1967-1972), quien decretó la creación de la Junta Planificadora de la Universidad del Norte de la República en octubre de 1969.

La iniciativa finalmente no prosperó en esos años, pero lo interesante de la historia relatada por Jung es que permite pensar al *68 uruguayo* como un período de reacción conservadora que rompe con las imágenes más comunes que sólo lo asocian al fervor de la militancia estudiantil y de izquierda. El crecimiento del MUN y el eco de su propuesta deben entenderse como parte de una activación más amplia de la esfera represiva estatal, las derechas partidarias y un importante arco social. En definitiva, se trataba de una respuesta a un movimiento de protesta que articulaba expresiones cada más radicalizadas, como las expresadas por los Tupamaros y las diversas corrientes marxistas de la Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay (FEUU). Así y en el marco de la creciente polarización de la Guerra Fría, el MUN se definió a sí mismo como un espacio apolítico, a la vez que enhebraba un discurso anticomunista que representaba a la Udelar como un foco de contaminación subversiva.

El segundo tópico importante del trabajo refiere a los debates sobre los modelos de universidad. Esta dimensión es significativa ya que se aparta de enfoques conocidos en la historia reciente que por lo general vinculan la politización y radicalización de los 60 con el fin de la cuestión universitaria. Por el contrario, el libro muestra cómo distintos sectores de izquierda y derecha se vieron involucrados en intensas controversias con ramificaciones a escala regional y mundial, donde eran recurrentes las referencias al desarrollismo y los diagnósticos sobre la crisis de las universidades. En este contexto, la propuesta del MUN no sólo constituyó una crítica al monopolio que detentaba la Udelar, sino una reacción contra la “generación reformista” que se había fortalecido en la conducción de la institución tras la aprobación de la Ley Orgánica de 1958 y adquirido una gran visibilidad con el ambicioso plan de reestructuración presentado por el rector Oscar Maggiolo en 1967. Así, mientras los reformistas pretendían promover la investigación científica y tecnológica como vía para el desarrollo del país y la casa de estudio, una buena parte de los partidarios del MUN se inclinaron por un modelo basado en carreras cortas de carácter técnico y aplicado, con la intención de garantizar salidas laborales a los estudiantes y conexiones directas con el ámbito productivo, especialmente el agropecuario.

El principal ideólogo intelectual de esta postura era el propio ministro de cultura del gobierno de Pacheco Areco, Federico García Capurro. El mismo presentaba al proyecto como una reforma que buscaba crear una “universidad para el desarrollo”, basada en una estructura corporativa que incorporara hacendados, industriales y profesionales. En este punto, el libro muestra cómo esta concepción se amalgamaba con una tónica anticomunista que entendía a la participación de los estudiantes en la conducción de las universidades como un factor subversivo. Visto en perspectiva, el MUN y sus ideólogos no sólo atacaban la Ley Orgánica de la Udelar de 1958 que consagraba el

cogobierno pleno, sino a una de las principales conquistas del movimiento estudiantil, la cual generalmente es asociada con el impulso latinoamericano de la Reforma Universitaria de Córdoba de 1918, pero que en Uruguay se había puesto en práctica una década antes, con la implantación de una representación estudiantil indirecta en la dirección de la institución.

La tercera cuestión relevante de la investigación es la radicalización de las derechas. El libro relata esta experiencia en el marco de una disputa con la izquierda por hegemonizar el espacio político del interior del país y su juventud. La particularidad de Salto es que desde 1969 los grupos derechistas lograron imponer su dominio en los gremios estudiantiles. Un actor clave que surgió ese mismo año fue la Juventud Salteña de Pié (JSP), gracias a la propaganda de medios de comunicación locales, como *Tribuna Salteña*, y sobre todo por la articulación que entabló con el MUN. Como sostiene Jung, su apoyo a la demanda de crear una nueva universidad constituyó una puerta de entrada para interpelar a amplios sectores juveniles. De esta manera, el origen de la JSP aparece retratado en el libro con un doble carácter: proactivo por su apoyo al proyecto del MUN y reactivo ante el activismo de las izquierdas.

Esta articulación virtuosa entre las dos organizaciones permitió que la plataforma derechista se expandiera a otras ciudades y departamentos con el surgimiento de la Juventud Norteña de Pié (JNP) en 1970. Aunque el punto de inflexión en este itinerario de radicalización se produjo con la fundación de la Juventud Uruguay de Pié (JUP) ese mismo año. El establecimiento de una entidad nacional implicó una profundización del discurso anticomunista y nacionalista, el cual terminó ubicando a la agrupación en las tendencias derechistas antiliberales, en un escenario que paulatinamente viró hacia la dictadura cívico-militar de 1973. Pero paradójicamente, el crecimiento de la JUP fue directamente proporcional al declive de la movilización de las derechas en Salto. En este aspecto, el trabajo pregunta agudamente hasta qué punto el protagonismo nacional diluyó el entusiasmo local de la experiencia y cuánto tuvo que ver en esto el desánimo suscitado por la no concreción del proyecto de Universidad del Norte, a pesar del respaldo de la JUP.

Por el tratamiento dado a los tres tópicos precedentes, el libro de Jung es una muestra más de la potencia que evidencia la bibliografía uruguaya sobre la historia reciente, donde sobresalen autores como Vania Markarian, Aldo Marchesi, Ximena Espeche y Magdalena Broquetas. En este marco, el estudio no sólo es fructífero por sus vetas de análisis, sino por los interrogantes y las deudas pendientes que deja abiertos para futuras investigaciones de las universidades, los movimientos estudiantiles y los intelectuales en América Latina. Entre ellos, sobresale la pregunta sobre cómo los grupos derechistas dieron sentido a la idea de ser joven y se apropiaron de las nuevas expresiones culturales de la época,

las cuales por lo general son abordadas en relación a las izquierdas políticas. A lo que se suma la necesidad de ahondar aún más en las circulaciones de debates e ideas sobre universidad a escala regional y mundial, teniendo en cuenta matices e intersecciones entre distintas corrientes políticas de los años 60 y 70.

### Referencia bibliográfica

Jung Garibaldi, María Eugenia. *La educación superior entre el reclamo localista y la ofensiva derechista. El movimiento pro-Universidad del Norte de Salto (1968-1973)*. Montevideo: CSIC, Universidad de la República, 2018.

\*\*\*

Recibido: 28 de febrero de 2020

Aprobado: 23 de marzo de 2020

**Cuerpos de frontera, cuerpos de encrucijada. Entrevista a Iki Yos Piña Narváez**

*Corpos de fronteira, corpos de encruzilhada. Entrevista com Iki Yos Piña Narváez*

*Border bodies, crossroads bodies. Interview to Iki Yos Piña Narváez*

Gabriela de Lima Grecco\*

<https://orcid.org/0000-0002-7137-5251>

Sara Martín Gutiérrez\*\*

<https://orcid.org/0000-0002-2064-8301>

**Cómo citar esta entrevista:**

Grecco, Gabriela de Lima; Martín Gutiérrez, Sara. “Cuerpos de frontera, cuerpos de encrucijada. Entrevista a Iki Yos Piña Narváez”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 375-388.

\*\*\*

Iki Yos Piña Narváez tiene un largo currículo académico y un recorrido aún más importante como activista trans. Es afrodescendiente, diaspóricx, artista trans-fronterizx, activista antirracista, performer y dibujante. Estudió Sociología en la Universidad Central de Venezuela y tiene un Máster en Sociología de la(s) Ciencia(s) en el Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas. Realizó

---

\* Doctora en Historia Contemporánea en la Universidad Autónoma de Madrid (UAM). Actualmente es docente e investigadora (contrato *Atracción de Talento Investigador- Comunidad de Madrid*) en el Departamento de Historia Contemporánea UAM. Es Investigadora Principal del Proyecto *Las relaciones de las dictaduras europeas y latinoamericanas en clave transnacional: entendimiento, rivalidades y conexiones con los Estados democráticos -1930's 1980's* (Referencia SI1/PJI/2019-00257). Es autora de la obra *Literary Censorship in Francisco Franco's Spain and Getulio Vargas' Brazil, 1936-1945: Burning Books, Awarding Writers* (Sussex Academic Press, 2020). E-mail: gabriela.lima@uam.es

\*\* Doctora en Historia Contemporánea por la Universidad Complutense de Madrid con mención europea por la Università degli Studi di Firenze (2017). Actualmente desarrolla sus investigaciones postdoctorales gracias a una beca del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) en Argentina, vinculada al Instituto de Investigaciones en Estudios de Género de la Universidad de Buenos Aires. Es miembro fundadora del *Grupo Kollontai. Espacio de debate teórico-práctico: Las mujeres en la historia*, con sede en el Instituto de Investigaciones Feministas de la Universidad Complutense de Madrid. Este trabajo se inscribe en el marco del Programa Postdoctoral en Ciencias Sociales y Humanas que desarrolla en la Universidad de Buenos Aires (UBA). E-mail: sarmar02@ucm.es

el Programa de Estudios Independientes (PEI) del Museo de Arte Contemporáneo de Barcelona, MACBA, durante los años 2014 y 2015. Actualmente vive en Madrid (España), ciudad en la cual se ha involucrado en diversos proyectos, como el *Programa Orientado a las Prácticas Subalternas* (POP) organizado por el Matadero Madrid, y la obra *No existe sexo sin racialización*.

En esta entrevista, Yos Piña hace tambalear a través de sus análisis críticos los códigos hegemónicos sobre sexualidades, raza, inmigración o necropolítica a través de un activismo situado más allá de las identidades subalternas. Sus reflexiones se construyen a través de una autopercepción en constante movimiento, fuertemente anclada en la dureza de sus experiencias personales. Unas experiencias en realidad políticas y colectivas. Yos Piña reconfigura hoy una lucha necesaria aún poco conocida dentro del medio académico. Es por esta razón que sus reflexiones, subjetividades y bagaje teórico (que va mucho más allá de la *biblioteca colonial*<sup>1</sup>) son tan importantes, ya que arrojan luz sobre el funcionamiento de las estructuras de opresión colonial que continúan vigentes en la actualidad en regímenes democráticos como España.

A lo largo de estas páginas, la voz de Piña Narváez explica por qué la academia se ha configurado como espacio de violencia epistémica y neocolonial. Es decir, en tanto su estructura reproduce los códigos de opresión racial, patriarcal, de clase, cis-heteronormativas, etc. Por ello, su trabajo está centrado en aquello que sucede *fuera* de la academia, territorios donde una pluralidad de teorías, saberes, cuerpos, razas, lenguas y culturas están presentes y resistiendo. En este sentido, habla desde la periferia y no desde el centro. Es un hablar *contra*, porque Yos Piña habla *contra* las opresiones y la marginalización creada, especialmente, por el colonialismo cis-hetero-euro-blanco-patriarcal. Sin embargo, Piña Narváez va más allá, pues en su crítica visibiliza las teorías y



Fig. 1: Foto de Iki Yos Piña Narváez, sacada por Danny Arcos.

<sup>1</sup> Con *biblioteca colonial* nos referimos a todos los textos y conocimientos producidos desde el Centro, es decir, lo relativo a la tradición blanca y occidental (mayoritariamente masculina y heterosexual).

epistemologías ancestrales, al tiempo que pone nuevas perspectivas y miradas sobre las identidades en tiempos autoritarios para las disidencias desde el tiempo presente. Como ha señalado la teórica afroportuguesa Grada Kilomba (2019, 68), “a margem não deve ser vista apenas como espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade. A margem se configura como um espaço de abertura radical de criatividade, onde novos discursos críticos se dão”.

\*\*\*

- **Antes de empezar, me gustaría que nos contara un poco su trayectoria personal, activista y académica.**

Mi nombre es Iki Yos, es mi nombre escogido, un nombre surgido, y Piña Narváez son mis apellidos. Soy una persona disidente sexual y de género. Para que los códigos occidentales puedan comprender mi existencia, me asumo como una persona transexual, no binaria. Nací en el Caribe, de abuelos y madres negras y cimarrónicas, en Paraguachoa, otros de la zona Barlovento, en territorio llamado colonialmente como Venezuela, en el Norte, la parte del Caribe. De allí vienen mis ancestras. Me inicié en el mundo de la reivindicación de derechos, más o menos a los 15 años, trabajando temas de sexualidad, prevención VIH, derechos humanos, un poco vinculadx también a ciertas expresiones artísticas, y también a la calle, porque hacía artes escénicas, teatro, y también trabajaba con mi cuerpo en la calle y el arte circense. Siempre circulé entre el activismo y la calle. Estudié Sociología, luego estudié Periodismo y también Comunicación Social, e hice un Máster en Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología, como la Epistemología de la Ciencia. Luego estuve muy vinculada con procesos sociales y comunitarios, en sectores populares bastante empobrecidos [...] siempre tuve vinculación con mi comunidad, entendiendo comunidad como el barrio. Generalmente los barrios están vinculados a personas negras, afrodescendientes, afroindígenas, etc.

Luego tuve que migrar forzosamente; me asumo como en el exilio, por una situación política de violencia tuve que migrar primero a Brasil, intentando sanar, porque mi vida estaba en riesgo. Luego desde Brasil fui a Catalunya (Barcelona) y empecé a estudiar allí. Lo hice en condiciones muy difíciles, muy duras y el estudio fue una forma de escape mental y burocrático para lograr sobrevivir. Cuando digo burocrático significa que logré gestionar una visa a partir de un Máster que realicé allí en Arte Contemporáneo en Barcelona, en el Programa de Estudios Independientes (PEI), que es un programa de curaduría, de crítica de arte y también de pensamiento crítico. Comencé en 2014, viví dos años en Barcelona, bastante difíciles y agobiantes. A partir de allí empecé a desarrollar una línea de pensamiento que tenía que ver con la huida y la inmigración, empecé a pensar en [...] mi proceso de transición desde la infancia.

---

En Venezuela empecé un proceso muy lento, en el sentido de no externalizar completamente – o al menos así lo percibía – lo que es mi disidencia sexual por el riesgo que implicaba y por la inseguridad que tenía. Este proceso se radicaliza en Barcelona, junto con un proceso de introspección con respecto a mi trayectoria de vida, a mi posicionamiento en el mundo y a procesos colectivos de pensamiento, de reflexión sobre el cuerpo, sobre la sexualidad, la historia de la sexualidad, la colonialidad. Esto va a llevarme a mover las bases no sólidas por las que venía caminando. Barcelona fue una ciudad muy hostil, porque sientes el peso de las políticas migratorias españolas, sientes el peso de la persecución policial, de los controles por perfiles raciales, sientes el peso del racismo en las instituciones españolas y en las calles. Decidí ir a Argentina (Buenos Aires) para postularme a un doctorado en Ciencias después de sociales eliminar la coma en la Universidad de Buenos Aires. Allí sigo reflexionando sobre mi cuerpo, sobre estos procesos, y también lo incorporo en mi trabajo de investigación.

Entonces, empiezo a dibujar y a escribir con más intensidad. Siempre he dibujado, desde pequeñx. Siempre he escrito como una manera de sanar y dejar mis palabras en el papel o en algún archivo. Era como un proceso que bailaba entre la escritura y la ilustración. Solo que he perdido muchos [dibujos] en el camino, otros he logrado escanearlos, otros los conservo. En Argentina, empiezo a realizar el doctorado, estaba en espacios entre lo académico-artístico y el activismo. No tenía beca, era difícil la situación migratoria, así como conseguir trabajo; la violencia de la calle [por la manera en que] leían mi cuerpo se intensificaba cada vez más, [y entonces decidí dejar] el doctorado. No tenía dinero para pagar las tasas de la universidad, ni para pagar los libros, ni para una habitación, tenía mucha angustia por la precarización que implica re migrar y establecerse en un país nuevo. Contaba con unas pocas redes que me ayudaron a sostenerme-y a las que agradezco inmensamente- por arroparme en ese momento de fragilidad. Entonces decidí abandonar, y seguí mi formación un poco con grupos de investigación, con grupos de amigxs, o por mi cuenta. No me sentía muy bien en la estructura universitaria que es bastante violenta.

- **¿Qué significa ser negra, trans e inmigrante en una sociedad como la española? ¿Cómo moldearon esas experiencias la comprensión de su identidad?**

Llegar a España implica someternos a toda una arquitectura racista y binarista que coloca en riesgo nuestras vidas. La Ley de Extranjería establecida en el Reino de España desde 1985 es una ley de apartheid en pleno siglo XXI, esto es lo que siempre hablamos: una reactualización del sistema colonial, de la matriz colonial de poder sobre los cuerpos que España y la supremacía blanca los sitúan por debajo de la línea de humanidad. Esto entra en tensión con un sistema de

---

género sostenido por el aparataje médico, la industria de los Derechos Humanos que validan y sostiene el binarismo colonial de género y la manera de construcción de nuestros cuerpos. Entonces el andamiaje legal-institucional que intenta moldear nuestros cuerpos es una estructura colonial de actualización constante. A la hora de migrar las personas no blancas, afrodescendientes, provenientes del sur global nos sometemos a estas estructuras, en distintos niveles, de acuerdo a nuestras experiencias vitales. Obvio que no soy una excepción a esto. Este primer paso transitar las fronteras y del cruce transatlántico de ida y de vuelta es un paso en mi transición. Es un paso que también tiene memoria en ese atlántico negro. Fue un paso difícil, doloroso también porque implica vivir y revivir la diáspora. Que no la comencé yo. La comenzaron mis ancestros y ancestras. Entonces nuevamente vuelvo a esa reactualización de las dinámicas coloniales y las relación con la expulsión de cuerpos negros de territorios y la relación con la fuga y el escape. Mi transición es un acto de fugitividad ancestral. Huir del sistema binario de género, huir de la artillería de la supremacía blanca que amenaza mi vida. Y ese huir no implica que llegue a un lugar donde no tenga que huir, porque eso sería llegar a la fantasía colonial del paraíso cristiano. Lxs negrxs, lxs trans siempre estamos en fuga para vivir.

Es difícil llegar a un triple transición: la territorial (fronteras), transición espiritual, emocional, transición física/corporal; y [tenemos que llegar a esa transición corporal] casi por obligación del *Oculocentrismo*<sup>2</sup>, o por deseo -me pregunto aún-, de matriz colonial que implica que un cuerpo tiene que ser leído de cierta manera u otra [...] Tienes que situarse obligatoriamente en el binarismo sexo/género.

La sociedad española (como el mundo) es anti-negro y anti-trans, entonces están todos los dispositivos creados para aniquilarte desde que salimos de nuestras casas. Esta situación opera en distintos grados, de acuerdo con el lugar en el que vives. Por ejemplo, en Argentina o en Venezuela. Pero las tecnologías del poder se sobredimensionan cuando estás en la *casa del amo*. Entonces, las tecnologías del poder de exterminio de los cuerpos negros y trans son sobredimensionados en la sociedad española en comparación con las tecnologías de exterminio que están en nuestros territorios, en los que quizá tienes más oportunidad de evadirte, porque conocemos las rutas de escape. No quiere decir que no opere toda una política anti-negra y anti-trans dentro de nuestros territorios, sólo que en España estamos en la *casa del amo* y las armas son más potentes, las tecnologías son más potentes, y los dispositivos están contruidos perfectamente para aniquilarnos.

---

<sup>2</sup> Sistema occidental que establece una jerarquía en los sentidos, siendo la visión el centro de todos los sentidos y, por lo tanto, se construye como hegemónica la cultura de lo visual. Así, personas que no siguen comportamientos estandarizados, personas racializadas, disidentes sexuales o que no estén en los padrones de belleza occidentales, sufren discriminación.

---

Y no es exageración, porque muchas personas piensan que es una exageración. Cuando estás acá los sentidos se entrenan para sobrevivir.

*Social death* existe. Si no tienes documento de identidad (papeles) no existes: no tienes acceso al sistema de salud, al empleo, a alquilar una vivienda, etc. Ya de por sí acceder a estos derechos y posibilidades de vida es difícil y se complica al entrar en el juego necropolítico de la supremacía blanca. Siendo migrante, trans, afrodescendiente, la *social death* es reactualizada. Ésta forma parte de nuestra ontología negra, no es nada nuevo. Que existe solo en *Europa* es la carimba que llevamos por estar situados en la base de las jerarquías raciales coloniales. Este lugar de existencia también es un lugar de fuga respecto de las estructuras normativas, ortopédicas, de la supremacía blanca. En este sentido, vivir en la *social death* es también vivir en la fuga. Esto no lo digo con la intención de sobrevalorar o romantizar vivir en los bordes. No. Los blancos juegan a esto, a romantizar la precariedad y estar *outsiders*. Siento que estamos habitando las paradojas del sistema-mundo colonial, estamos en la *social death* y ese lugar nos permite encontrar posibilidades de vida fuera del mundo blanco-cis-generificado, pero al mismo tiempo nos mata. Entonces es el juego constante de nuestros tránsitos en los *borderline* de las vidas y las muertes.

- **¿Qué diferencias destacaría entre su país de origen y en España en relación con el activismo LGTBI y, de manera más general, en la sociedad?**

Hay una cosa muy fuerte que tiene que ver con esas comparaciones injustas entre Occidente y nuestros territorios. Yo siento que cada territorio tiene una dinámica particular. Y que no se puede comparar piñas y naranjas, porque cada uno tiene una característica particular. Partiendo de que nuestros “países” son el proyecto exitoso de la colonialidad. Es decir, la conformación de un Estado - intentando calcar las organizaciones político-territoriales de Europa- implica el éxito del proyecto civilizatorio-colonial. Partiendo de eso, tengo que decir que, en primer lugar, no comulgo con las siglas LGTBI. Dichas siglas forman parte de la construcción sexual occidental, de la forma que el Occidente construyó la heterosexualidad como proyecto político de subjetivación y, por lo tanto, todas las derivas disidentes a la heterosexualidad. Yo prefiero hablar de disidencias sexuales, disidencias sexo-genéricas. Eso tiene que ver con un posicionamiento político en el mundo: es decir, este mundo es heterocentrado, hay una dictadura heterosexual, y las personas que resistimos a esta dictadura heterosexual y a esa matriz colonial de género binarista, somos disidentes de este régimen. Entendiendo la heterosexualidad como un régimen político de opresión colonial, de instalación colonial, de la colonización. Todas las personas que resistimos a este régimen somos disidentes al mismo. Apelamos a unas sexualidades ancestrales que existieron antes del proceso de

---

colonización. Con este otro inciso tengo que decir que el proyecto colonial continua y, por lo tanto, todo el proyecto neoliberal de los “derechos LGTB” forman parte de una estrategia global de considerar nuestras sexualidades múltiples, infinitas, inacabadas, proscritas, derivadas, periféricas, opacas, sobrevivientes a una fórmula neoliberal de expresión de género e identidad sexual que son estas siglas. Entonces el discurso y la agenda LGTB se posicionan a nivel global y forman parte de un proceso de colonización de multinacionales, multilaterales y de organismos de cooperación internacional que tienen un discurso lavado sobre lo que debemos nosotras, en nuestros territorios, reivindicar: el matrimonio gay, el acceso a hormona, la adopción de niños o niñas, etc. Siento que hay que diferenciar los discursos críticos de colectivos de disidencias sexuales y los discursos onegistas, institucionalizados y *mainstream* del “mundo LGTB”.

Sí tengo que reconocer que en mi estancia en Venezuela muchas de las demandas están marcadas por los temas de esta agenda global. No quiero decir que no sean necesarias, no estoy diciendo eso, sino que estoy diciendo que forman parte de esta agenda y que el alcance de eso puede generar mejores condiciones para las personas disidentes sexuales. Aún así hay que entender que hay toda una arquitectura global trabajando para que se construya una homogeneidad de las subjetividades. Por eso digo que eso forma parte la colonización. En este sentido, en España está todo este discurso *gayfriendly*, *lgbfriendly*, y obviamente sabemos que es *friendly* para los ciudadanos españoles. Por lo tanto, es un proyecto de la supremacía blanca, el cual busca proteger y garantizar la vida y derechos a las personas LGTB *blancxs*. Los que tienen la posibilidad de ser ciudadanxs de derecho. Aun así, las personas negras inmigrantes y disidentes sexuales no logran entrar en el mismo estatuto de humanidad y de ciudadanía que una persona blanca LGTB. Y eso lo tengo claro. Acá mi lucha es situarme contra este aspecto de la supremacía blanca. [...] Y desde allí mi activismo se focaliza en criticar a la misma y el proyecto colonial que aún continúa.

Eso no quiere decir que en Venezuela no exista eso. Está presente, sin embargo, al estar en nuestro territorio yo focalizaba las reivindicaciones más en el tema de género. Eso no quiere decir que no vivía el racismo en las calles o desde las instituciones, sólo que el foco estaba en nuestras identidades de sexo/género. Sabíamos que éramos negras, indias, afrodescendientes, mestizas, y lo que queríamos era tener confortabilidad con nuestros cuerpos y con nuestra sexualidad. En España, hay estructuras que nos quieren aniquilar y, por lo tanto, nos juntamos para señalar estas estructuras. Evidentemente forman parte de la supremacía blanca, aunque sea disidente sexual, ésta es heredera de todo el proceso colonial; por lo tanto, forma parte del opresor. En este sentido, colocamos la *raza* en el centro de nuestro activismo acá. Hay una frase que usamos: “*lo queer no te quita lo racista*”; es decir, tú puedes ser blanco y disidente sexual y, al mismo tiempo, generar situaciones de opresión. Eso estoy hablando del racismo cotidiano, pero también estoy hablando a

---

nivel institucional que opera igual. ONGs que son LGTB, pero que al mismo tiempo tienen prácticas racistas. Entonces, yo siento que la lucha acá en España es por eliminar las opresiones raciales hacia cuerpos disidentes sexuales.

- **¿Cree que realmente existen diferencias sustanciales en contextos con más democracia para el colectivo LGTBI? ¿El “Estado *transfriendly*”, como el español, puede ser un disfraz de “autoritarismo” social de odio a lo diferente dentro de la lógica de un Estado-Nación hetero y ciscentrado?**

Creo que hay que hablar sí o sí sobre la ficción de la democracia. ¿Qué es la democracia? [Jair] Bolsonaro fue elegido democráticamente, [Donald] Trump también fue elegido democráticamente, [Sebastián] Piñera también fue elegido democráticamente. Todos los gobiernos neoliberales, racistas y que pactan con el extractivismo colonial de Europa fueron elegidos a través de la democracia. La ilusión de que la democracia es un sistema de gobierno para el pueblo tiene que ser desmontada, destrozada, desnudada. Hay democracias liberales, democracias neoliberales, democracias donde gobiernan las empresas multinacionales, etc.

Entonces ¿Qué es una democracia? Es *top* la sobrevalorización de la democracia. Y más, cuando acá en España existe una monarquía. Desde Sudamérica se valora a España como país supuestamente desarrollado, que está en la cúspide de la modernidad, sin embargo, tiene un régimen de gobierno basado en las políticas de sangre, racista, donde coloca a personas [en el poder] a partir de la supuesta pureza de sangre. De esto se trata la monarquía. Entonces, es toda una ficción, es todo un disfraz evidentemente. Y más a partir de esta ficción de jerarquía racial que implica la monarquía, ¿cómo pretende que sean sus políticas? Son políticas que reproducen las jerarquías raciales. Entonces, acá en España la Ley de Extranjería rige a todos los cuerpos, no blancos migrantes, disidentes sexuales o no. Entonces, toda la política que realiza este Estado con estratificación racial pasa por este filtro que es dicha ley. Entonces todo el sujeto o cuerpo que habita este territorio o se rige por la ley del blanco o por la ley hecha por los blancos para nosotras. Allí se mantiene la línea de divisoria entre el *ser y no ser* fanoniana<sup>3</sup> y que es una línea divisoria racial más que cisgenérica.

Todas las feministas blancas del *8 de Marzo*, ciudadanas españolas, tienen más posibilidades de vida que las personas negras no heterosexuales o personas negras cis, sin papeles, que vengan del Magreb, que vengan de África, Sudamérica, etc; éstas tienen menos posibilidades de vida que una feminista blanca, cis, e inclusive bollera (lesbiana), o inclusive una persona trans blanca, porque

---

<sup>3</sup> Referente a Frantz Fanon.

---

son ciudadanas españolas. Y eso tiene que ver con las jerarquías raciales. El discurso de género, que tiene que ver con la *colonialidad* de género, que obvia la raza y centra el discurso en el género, imposibilita ver otras dimensiones de los cuerpos como la racial. Cuando hablamos de un Estado *transfriendly* yo evidentemente, en el plano de la raza, [no vivo eso]: no hay generización sin racialización, ni racialización sin generificación. Escribimos un libro con el colectivo Ayllu<sup>4</sup>, *No existe sexo sin racialización*, donde reflexionamos sobre eso: no existe sexo sin racialización, [es decir] la inseparabilidad de la raza y del sexo, y la racialización del género, y la generificación de la raza. Aquí [en España] las políticas de los cuerpos se construyen a partir de la raza y no del género. Y esto es una política colonial que empezó en 1492. ¿Quiénes gobiernan el mundo y quienes deben morir? esta es una división netamente racial.

- **¿Qué significa ser mujer trans en España y en América Latina?**

Yo digo: soy una persona trans no binaria. Hablar de *mujer* es caer nuevamente en la matriz colonial de género. Hay una autora nigeriana negra, Oyèrónkẹ Oyěwùmí, que estudia la ficción de género de los cuerpos negros creada por Occidente y tiene un texto que se llama *La invención de la mujer*. A partir de ahí me pregunto qué es una mujer ¿Soy yo una mujer? ¿Acaso no soy yo una mujer? ¿Quién inventó la categoría mujer? ¿Dónde me posiciono si no tengo la genitalidad que la biología y Occidente construyeron para considerar un cuerpo mujer? ¿Por qué la palabra mujer va antes que la palabra trans?

Voy a hablar como persona disidente sexual. Mujer trans me conflictúa por toda la carga simbólica, política y colonial que tiene la palabra trans [...] construida por Occidente. En España implica estar en alerta para vivir. En América Latina no logré vivir una transición radicalizada en Venezuela, más sí en Argentina [...] ha sido progresiva [...] que no tiene un lugar a dónde llegar, implica ser cuerpos en riesgo, cuerpos de sospecha, cuerpos solos, cuerpos no deseados [...] y eso construye una subjetividad donde el dolor está siempre presente. La herida colonial ante la imposibilidad de poder construir un cuerpo por fuera de la construcción occidental [...] y por fuera de la realización. Hay que combatir muchos obstáculos. Implica ser un cuerpo en constante alerta, un cuerpo que huye, asustado, ser un cuerpo poco amado. También un cuerpo frontera, un cuerpo encrucijada, un cuerpo lleno de marcas negras e indias de mis ancestros caribeños, eso me da fuerzas en estas escapadas.

---

<sup>4</sup> <https://www.mataderomadrid.org/residencia/ayllu>

---

- **¿Qué dificultades ha encontrado en la legislación española como trans e inmigrante?**

La *Ley de Extranjería* marca cómo y desde dónde debes de actuar acá. Es una ley binarista que no reconoce tu nombre social, que no reconoce más allá de dos géneros-sexos, que imposibilita muchas cosas. Al no tener un documento con tu nombre y género escogido [...] a la hora de buscar casa o empleo es muy difícil, inclusive con esta paranoia de la supremacía blanca [...] del terrorismo [...] somos cuerpos terroristas. Porque supuestamente estamos falsificando nuestras identidades. Para cobrar un cheque si no coincide tu imagen o lo que percibe la persona con la del documento, o cuando estás en el aeropuerto, en la calle si te para un policía [...] puedes ser considerado terrorista. Estás siempre en riesgo, tu vida está en riesgo, y tiene que ver con esta legislación. Para el proceso de hormonación también es difícil acceder siendo migrante. Hay caminos pero tienes que tener tarjeta sanitaria, tener condiciones digamos de regularización como migrante acá. De eso se habla con la *social death*, la muerte social. Es un nombre, la existencia, no tener derecho a una salud, a tener una cama y un techo para dormir [...] accedemos por vías laterales, por comunidad y en condiciones de mucha precariedad y esto tiene que ver con la legislación. Hay una *Ley de Identidad de Género* que permite cambiar el nombre solo a personas que en sus países de origen pueden cambiar su nombre. Argentina es uno de estos países. México creo que también, Uruguay [...] pero otros no. Tiene que ver con las agendas globales. Si tu territorio no se acopla a la agenda global esto crea y genera una especie de *outsiders* donde quedan algunos territorios y cuerpos. Cuando entras en una casilla normativa y cuando no existes socialmente, hay toda una dificultad para poder estar en el mundo.

- **La policía, como representantes del orden, y del autoritarismo (incluso en sociedades “democráticas”) tienen un rol importante en la represión callejera del colectivo LGTBI, ¿qué opina?**

La policía es un brazo de una arquitectura racista que extermina los cuerpos negros. La policía está destinada a garantizar el holocausto negro, el *maafa* como dice el panafricanismo, el exterminio negro<sup>5</sup>. Vuelvo a poner la raza en el centro porque nuestros cuerpos están más en riesgo. Nuestros cuerpos son interseccionales: raza, género, clase, y si eres una persona asumida como trans, migrante, negro, eres un cuerpo más en riesgo. Esta política de occidente históricamente ha sido una política anti negra y anti indígena. La policía tiene implicaciones en esto, pero es la cara

---

<sup>5</sup> Este término alude al holocausto africano. Del swahili “desastre” alude a la esclavitud, imperialismo y colonización que han experimentado históricamente los pueblos africanos.

---

visible de todo un andamiaje que está detrás. La policía te encierra en cárceles o te deporta. Las políticas migratorias son ejecutadas por la policía, que hacen una parte del proceso, pero hay otros dispositivos que también implican tu desaparición. Las muertes no son solo muertes violentas. Toda muerte de persona trans negra es una muerte producto de la violencia. Pero el ejercicio explícito de la violencia, es decir, cuando no tienes acceso a la salud, también te están matando. Cuando no tienes ni derecho ni acceso a una vivienda, te están matando. Cuando no puedes acceder a la educación para tener un trabajo digno, te están matando. Aquí vemos lo evidente que es un asesinato, armas de fuego, pero todas las políticas de la *social death*, la muerte social de los cuerpos negros y de los cuerpos trans están operando simultáneamente. Te pegan, te gritan, es lo evidente. Pero si duermes en la calle, mueres. Eso forma parte de la muerte social. Y también de asesinatos y crímenes del Estado. Inclusive el acceso a la hormonación o derecho a construir tu identidad, genera mucha angustia, ansiedad, depresión [...] lleva tu vida a estados límites de desesperación [...] al suicidio. Y el suicidio no es la muerte ocasionada por la propia víctima como diría Durkheim. Es la muerte social. Es la muerte que genera el contexto, el estado, y que aterriza en el individuo. Es más allá de lo evidente, de la presencia policial o no. Para mí el exterminio es racial. Cuando tenemos una *Ley de Extranjería* que coloca posibilidades de vida para los blancxs y lxs ciudadanxs españoles, y coloca toda una arquitectura de muerte para nosotras, ello tiene que ver con esta visión del mundo. De los que pertenecen y de los que no.

- **En Europa y América, partidos y movimientos ultraderechistas están llegando al poder. ¿Qué opina sobre estos procesos? ¿Cómo resistir a esta ola autoritaria?**

Esta es la pregunta que está de moda [que] “está llegando la derecha” [...]. Nosotras estamos resistiendo desde 1492. Nuestras abuelas estuvieron vivas y resistiendo. Nosotras las negras siempre hemos sido perseguidas. Nosotras las negras siempre hemos sido sospechosas. Pues ahora lxs blancxs tienen miedo porque llegó la derecha. Me da risa. Tiene que ver con toda la fragilidad blanca que se activa cuando un mínimo de su estabilidad empieza a temblar. Este mundo ha sido anti negro y anti trans desde el proyecto de colonización. Y nosotras hemos encontrado tecnologías ancestrales para resistir. Quilombos, Cumbe, Rochelas, Palenque, son formas de atrincheramiento y tecnologías ancestrales políticas para la preservación de la vida negra y la vida indígena. Y hemos activado estos espacios y redes de supervivencia, redes de apoyo migrante, redes de apoyo trans para acceder a la hormonación [...] para darnos soporte afectivo porque la represión es muy fuerte, para lograr sacar papeles, para generar espacios del placer y goce también, a través de fiestas, generar dinero, poder generar una economía local. Estamos sobreviviendo con las

---

tecnologías ancestrales de ellas. Y la paranoia no es paranoia. Es inteligencia de supervivencia. Es el instinto ancestral para sobrevivir. Lxs blancxs empiezan a descubrirlo ahora en el siglo XXI que hay procesos y gobiernos de derecha. Nosotras estamos desde hace más de 500 años, desde nuestras abuelas, resistiendo a estas políticas de exterminio que siempre han existido.

- **De acuerdo con el pensador Asad Haider, Trump ha explotado el agravio social experimentado por gente blanca cuyas condiciones de vida están en declive y que creen que han sido perjudicados por los inmigrantes, la gente negra, la gente transgénero y otros grupos marginados. En este sentido, ¿cómo podemos construir puentes solidarios y coaliciones anticapitalistas, anti-racistas y anti-homofóbicas dentro y entre movimientos sociales? ¿Es posible ir más allá de las identidades para realizar una crítica radical al sistema en el que vivimos?**

Cuando escucho más allá de las identidades, me vine a la cabeza la retórica post racial que nace en Estados Unidos, y que durante el gobierno de Obama también se explotó. Este borramiento de la racialidad o de las identidades [...] es un guiño a la idea de humanidad o sujeto universal. Es decir, cómo yo salgo a la calle sin ser una persona negra, cuando el mundo me lo recuerda constantemente. Cómo yo borro mi memoria, mi ancestralidad [...] mi memoria de territorio. Muchos blancxs dicen esto. Más allá de las identidades, de las identidades de género, pero nunca la identidad blanca es borrada, esa es la que está marcada constantemente. Para realizar una crítica radical al sistema en que vivimos tenemos que nombrar las cosas que construyó este sistema en que vivimos. Esto es una estratificación y jerarquía racial que opera hasta hoy en día. Eso es imposible borrar porque el mundo está estructurado así, y es un mundo que está destinado a morir así. Partiendo de esta clasificación racial yo puedo caminar con algunas personas, o no. Esto es importante para el feminismo blanco, que no entiende que “no es no” en posibilidades de coalición, de *sisterhood*, esa supuesta hermandad entre feministas. Europa siempre está obsesionada con construir puentes, y puentes a partir del extractivismo. Recordaba esta frase “con todo el oro y la plata sacada del cerro Potosí se puede construir un puente que conecte Europa con Abya Yala”. Tiene que ver con esta idea moderna de construcción, de extraer, de conexión [...] no se si es posible este *work together*. Circunstancialmente se puede dar. Los blancos tienen una responsabilidad política y ética con las personas no blancas, y en momentos circunstanciales, específicos, tácticos, se puede dar este juego conjunto, esta alianza. Porque el sistema como está construido beneficia a los cuerpos blancos y a las comunidades eurodescendientes. El mundo como está construido no se puede comprender sin analizar el entramado racial que lo compone. Yo siento que las alianzas se pueden dar marcando el lugar diferencial y desigual que ocupa cada cuerpo, porque si no es

---

construir una fantasía. Una fantasía que además va a tener consecuencias y beneficios para la gente blanca y para nosotras no.

- **Y ahora una pregunta más relacionada a un espacio de poder: la Universidad. Me gustaría saber su opinión sobre el rol de la universidad en la construcción de una sociedad más democrática y menos autoritaria.**

No hay nada más autoritario que la universidad. Está basada en los principios epistémicos de la colonialidad del saber. Es decir, el 90% de los pensadores que leemos en la universidad son personas blancas cis-heterosexuales. La epistemología heterosexual es la que domina la universidad. La epistemología banca es la que domina la universidad y está construida bajo los cimientos de la colonialidad del poder<sup>6</sup>. Para mí es difícil hablar de la universidad. Me resulta contradictorio, estudié allí, di clases allí, no sé si existe una sociedad democrática y que esa sea la panacea [...] tenemos fijación con encontrar solución a todo y a sobrevalorar la democracia como proyecto político de convivencia. La universidad va a ser autoritaria sí o sí porque tiene toda una jerarquía cognitiva instalada. Los que saben y los que no, los que aprueban o desaprueban, los concursos públicos, la acumulación del saber, de títulos y de estratificación meritocrática a partir de la acumulación del conocimiento. Si hay un claustro del saber que evalúa si tú logras cumplir con unos requisitos para tener un título del saber, eso es jerárquico, la forma de evaluar igual [...] creo que la universidad es una fábrica de pensamiento colonial. No quiere decir que no haya iniciativas interesantes que busquen agrietar esto y generar otras posibilidades de construcción de epistemologías no jerárquicas, ancestrales y periféricas. Y hablo de epistemologías porque a veces se dice: sí, tenemos una cátedra de saberes ancestrales, entonces está la epistemología, que es lo que dicen Marx, Weber, Durkheim, Nietzsche [...] y los saberes, que es lo que dicen las comunidades ancestrales originarias, pueblos negros. Se separa el pensamiento del conocimiento. Están por un lado los pensadores, filósofos, generalmente varones y blancos, y luego están las pensadoras. ¿Dónde colocan a las feministas negras? cómo pensadores. Este puente en mi espalda, negras, chicanas [...] es considerado como poesía, ensayo [...] pero Simone de Beauvoir es considerada como teoría feminista. Ni hablar de Marx ni de los delirios de Freud, o Lacan. Están en los cuadernos de teoría psicoanalítica. Nuestros pensamientos están siempre subordinados. Esta estratificación no va a desaparecer. Que se puedan hacer ejercicios para explotar la universidad [...] ejercicios de francotiradores epistémicos con balas de ancestralidad sí, pero no creo que vaya a cambiar. Esa es

---

<sup>6</sup> La teoría de la colonialidad del poder formulada por Aníbal Quijano a comienzos de los años noventa. Posteriormente sería ampliada por investigadores y activistas ligados al Proyecto Modernidad / Colonialidad / Descolonialidad. Véase Quijano, Aníbal. "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina". Em *La colonialidad del saber: eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas latino-americanas*, org. Edgardo Landier. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

---

la estructura de la universidad y de la lógica de la economía del conocimiento. Máster, revistas indexadas que compiten con valor simbólico, que intervienen en el CV del profesor o profesora, esto es una carrera jerárquica. Todas quieren tener el puntaje para ingresar en una universidad de prestigio y tener una plaza ahí, ir a congresos y que su conocimiento sea validado. Tener reconocimiento social y económico. Es una carrera darwinista por tener reconocimiento social, y esto implica estratificación. Yo creo que nos toca habitar esa contradicción. Me he contaminado con esos pensamientos [...] ahora estoy en una fase de desintoxicación. No voy a leer más autores blancxs, heterosexuales, siento que ha sido una forma autoritaria de adoctrinamiento colonial. Por eso rechacé continuar en el doctorado. ¿Por qué necesito citar a Foucault para hablar de sexualidad? ¿Qué tiene que ver él con mi sexualidad? ¿Qué tiene que ver Judith Butler con nuestras formas ancestrales de construir nuestros cuerpos? La universidad en su autoritarismo académico nos obliga a leerlos y a citarlos.

### Referencias bibliográficas

Kilomba, Grada. *Memórias de Plantação*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Quijano, Aníbal. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. Em *La colonialidad del saber: eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas latino-americanas*, org. Edgardo Lander. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

Miranda, Leticia Rojas, Francisco Godoy Vega, Lucía Egaña Rojas, Kenza Benzidán, Yos Piña Naraváez. *No existe sexo sin racialización*. Madrid: Colectivo Ayllu Matadero Centro De Residencias Art, 2017.

## Gerentes Editoriais

Alexandre Luís de Oliveira    
Diego Sebastián Crescentino    
Fernanda Gallinari Sathler Mussi    
Gabriela Santi Ramos Pacheco    
Nilciana Alves Martins    
Pedro Vieira Fellet    
Renata Venise Vargas Pereira  

---

## Assistentes Editoriais

Alice Lazzarini Bento    
Allony Rezende de Carvalho  
Macedo    
Bárbara Ferreira Fernandes    
Brendo Filipe Costa Diniz    
Carolina Munck Schaeffer    
Dalila Varela Singulane    
Daniela Cristina Nalon    
Emilla Grizende Garcia    
Gabriel Ícaro da Silva    
Guilherme Gravina Pereira  

Hygor Mesquita Faria    
Jeremy Dioses Campaña    
Kathia Espinoza Maurtua    
Lara Elissa Andrade Cardoso    
Lucas Eduardo de Souza Ferreira    
Rafael de Souza Bertante    
Rosali Maria Nunes Henriques    
Taís Daiele Alves    
Tania Gerbi Veiga  

---

## Bolsistas de Treinamento Profissional

Paulo Roberto Franco Ferreira  

